

# ANAIS

VII SEMINÁRIO DISCENTE PPGS/USP  
2021



DAS CÁTEDRAS  
A O P P G S U S P





**Universidade de São Paulo**

**Reitor**

*Carlos Gilberto Carlotti Junior*

**Vice-Reitora**

*Maria Arminda do Nascimento Arruda*



**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**Diretor**

*Paulo Martins*

**Vice-Diretora**

*Ana Paula Torres Megiani*

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO FFLCH/-USP  
Rua do Lago, 717 – Cidade Universitária  
05508-080 – São Paulo – SP – Brasil  
Tel. +55 11 3091-0458  
e-mail: editorafflch@usp.br

Pedro Moisés, Lina Penati Ferreira, José Vitor Barros,  
Maiara Corrêa, Shélida Silvério, Vanilda Chaves, Paula  
Pagliari de Braud, Felipe Ramos Garcia, Marcus Repa,  
Ana Paula Hey e Murillo Marschner de Brito  
(Organizadores)

Anais Seminário Discente PPGS/USP:  
Das cátedras ao PPGS



São Paulo, 2022

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo  
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

---

- S471 Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (7. , 2021 : São Paulo, SP).  
Anais [recurso eletrônico] : VII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 08 e 11 de novembro de 2021 / Organizadores: Pedro Moisés ... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2022.  
3.344 Kb ; PDF.

ISBN 978-85-7506-419-1

1. Sociologia (Congressos). 2. Pós-graduação. 3. Sociologia – Estudo e pesquisa. I. Título. II. Moisés, Pedro. III. Das cátedras aos PPGS-USP: lutas, conflitos e perspectivas.

CDD 301

---

Universidade de São Paulo  
Departamento de Sociologia  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Comissão organizadora

Felipe Ramos Garcia

José Vitor Barros

Lina Penati Ferreira

Maiara Corrêa

Marcus Repa

Paula Pagliari de Braud

Pedro Moisés

Shélida Silvério

Vanilda Chaves

Profa. Dra. Ana Paula Hey

Prof. Dr. Murillo Marschner A. de Brito

Capa: Shélida Silvério

Edição final: Pedro Moisés e Lina Penati Ferreira

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

### DAS CÁTEDRAS AO PPGS/USP: LUTAS, CONFLITOS E PERSPECTIVAS

*Profa. Dra. Ana Paula Hey (Coordenadora PPGS/USP).....11*

### SOCIOLOGIA: TEORIA E HISTÓRIA

Cotejando o gênero: figuras de masculinidades na obra de Gilberto Freyre..... 19

*Cleverson da Silva Fleming dos Santos (PPGSA/UFRJ)*

Incluir e excluir? As promessas da modernidade e o nacional populismo do século XXI: um ensaio sobre a covariação semântico-estrutural da sociedade mundial ..... 59

*José Vitor Silva Barros (PPGS/USP)*

Uma prosopografia da geração concretista paulista: a autonomização da arte nos anos 1950..... 71

*Luis Fernando S. Sandes (FAU/USP)*

### CULTURA E PODER SIMBÓLICO

Antecedentes culturais à Brasília ..... 91

*Carolina Barbosa de Melo (PGEHA/USP)*

Adorno e o gramofone ..... 124

*Caúê Martins (PPGS/USP)*

Administração e cordel: as mutações do clima/cultural organizacional no nordeste republicano..... 149

*Diego Ramon Souza Pereira (PPGS/USFCar)*

Lutas simbólicas de dominação: a emergência das  
Universidades Católicas no Brasil ..... 179

*Hugo Freitas de Melo (UFMA)*

Elites do campo literário: análise *bourdieusiana* das trajetórias de  
vida dos vencedores do Prêmio Nobel de literatura (século  
XX–XXI) ..... 215

*Lucas Pinheiro Maciel Cioni (PPGSOCIO/UFPR)*

Heranças familiares e divisão entre dois mundos na formação  
de Antonio Candido ..... 244

*Max Luiz Gimenes (PPGS/USP)*

## **DINÂMICAS DE CLASSE, RAÇA, GÊNERO E GERAÇÃO**

O debate sobre a condição da mulher na África subsaariana:  
alguns aportes teóricos ..... 290

*Policarpo Gomes Caomique (PÓS-AFRO/UFBA)*

## **ECONOMIA, TRABALHO E SOCIEDADE**

Elementos de Uma Nova Economia Moral? Uma hipótese de  
investigação sobre as greves de vigilantes e trabalhadores de  
limpeza na década de 2010 ..... 338

*Alexandre Espreatífico Guelerman Ramos (PPGS/USP)*

Dinâmicas da ação coletiva na relação entre sindicato e  
trabalhadores(as): as greves de ônibus de 2013 e 2014 na cidade  
do Rio de Janeiro ..... 380

*Carlos Takashi Jardim da Silveira (PPGS/USP)*

Memórias campesinas: as lembranças como patrimônio  
material e imaterial dos que foram expulsos do campo por

causa do avanço da agroindústria canavieira, entre os anos 80 e 90, do século XX ..... 412

*Erivaldo Damiano Santos (PPGS/UFAL)*

O potencial teórico de Michel Foucault para o estudo das relações de poder em cooperativas ..... 441

*Leandra Holz (PPGS/USP)*

ZeroUm: a indústria brasileira de videogames ..... 468

*Marcus Reça (PPGS/USP)*

O mundo do trabalho em transformação: A concepção da indústria para conformar a subjetividade neoliberal..... 497

*Mayara Oliveira Fernandes (PPGS/USP)*

## **ESTADO POLÍTICA E AÇÕES COLETIVAS**

Mulheres negras na defesa do corpo e território: território quilombola Santa Rosa dos Pretos e as formas de existir diante da expansão dos conflitos ambientais (Itapecuru-Mirim/MA) ..... 530

*Dayanne da Silva Santos (PPGS/UFRGS)*

*Anacleto Pires da Silva (UFMA)*

Neofascismo e Neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro ..... 563

*Matheus de Carvalho Barros (PPGS/UFF)*

## **CIDADES, INTERAÇÕES E (I)MOBILIDADES SOCIOESPACIAIS**

Representação e prática: inflexão do conflito urbano e movimentos estético-culturais periféricos na disputa simbólica ..... 598

*Nicolau Augusto Musa (PPGS/UFSCar)*



## **VIOLÊNCIA, DIREITOS E CIDADANIA**

Representações de juventude e masculinidade em políticas de prevenção da violência juvenil..... 621

*Daniela Cristina Neves de Oliveira (PPGS/USP)*

O conselho da comunidade da execução penal como mediador de cidadania ao preso ..... 673

*Julia Estela Heling (PPGS/UFPel)*

Mortalidade no sistema prisional brasileiro: uma análise a partir de Michel Foucault..... 705

*Nathalia Mansour de Oliveira (PPGS/USP)*

Como a sociologia cultural pode nos auxiliar a interpretar a violência? Uma primeira reflexão com base na pragmática cultural..... 729

*Pedro Callari Trivino Moisés (PPGS/USP)*

# APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que anunciamos a publicação dos Anais do VII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – *Das Cátedras aos PPGS-USP: lutas, conflitos e perspectivas* que ocorreu entre os dias 08 e 11 de Novembro de 2021, em formato virtual. O evento foi organizado por uma comissão composta por discentes do mestrado e do doutorado e por professores vinculados ao PPGS/USP. Compuseram a comissão: Felipe Ramos Garcia, José Vitor Barros, Lina Penati Ferreira, Maiara Corrêa, Marcus Repa, Paula Pagliari de Braud, Pedro Moisés, Shélida Silvério, Vanilda Chaves, Prof. Ana Paula Hey e Prof. Murillo Marschner. O trabalho de todas e todos foi essencial para a elaboração deste Seminário comemorativo de 50 anos da instituição do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, no formato atual.

O evento contou com 4 mesas redondas. A mesa de abertura, *Das cátedras ao PPGS-USP*, foi mediada pela professora Ana Paula Hey e contou com a presença das professoras Maria Arminda e Maria Helena Augusto e dos professores Sedi Hirano e Sérgio Miceli que rememoraram a longa história da sociologia na Universidade de São Paulo e seus personagens marcantes. A segunda mesa, *Fazer sociológico em tempos sombrios*, teve mediação da professora Fraya Frehse e foi composta pela professora Nadya Guimarães e pelos professores José Jeremias e José de Souza Martins que nos deram insumos para (re)pensar, à luz do passado e do presente, o horizonte de possibilidades do fazer sociológico. Já na terceira mesa, *Do PPGS para o mundo*, convidamos, sob mediação do professor Murillo Marschner, as ex-alunas Letícia Nuñez Almeida e Helena Singer e os ex-alunos Carlos Freire e Matheus Gato para contarem sobre suas trajetórias e experiências dentro e fora do Programa. Por fim, a mesa de encerramento, *Sociologia Pública*, mediada pelo professor Álvaro Comin, contou com a professora

Eva Blay e o professor Sérgio Adorno que destacaram, a partir de suas trajetórias, as possibilidades e a relevância da interlocução extramuros da nossa disciplina científica. Somos gratos/as a todas as pessoas que compuseram as mesas e contribuíram para o evento.

Trata-se do segundo ano em que o evento foi realizado em formato remoto, face à pandemia da Covid-19. A despeito do desgaste em relação ao mundo virtual, da fadiga e dos tempos desanimadores em que vivemos, tivemos motivos para comemorar. Foram 53 trabalhos, vinculados a 15 instituições de ensino superior, oriundas de 8 estados. Consideramos essa diversidade fundamental para um diálogo sociológico amplo e variado, que considere e aprofunde diferentes contextos sociais do país. Nossa motivação sempre foi construir um fórum que pudesse contribuir significativamente com as pesquisas em desenvolvimento de nossos discentes, mas que também permitisse a expansão do diálogo com a produção científica de outras instituições brasileiras.

Todos os trabalhos aqui publicados foram apresentados e discutidos por debatedores/as qualificados/as nos respectivos temas de pesquisa, em uma das 17 sessões, organizadas em 7 Seminários Temáticos. Sendo assim, agradecemos à colaboração de todas e todos que participaram do seminário na condição de debatedores/as das sessões: Lênin Bicudo Bárbara, Luiz Jackson, Sylvia Garcia, Eduardo Socha, Marcia Consolim, Miqueli Michetti, Wanderson Flor do Nascimento, Priscila Martins Medeiros, Thiago Aguiar, Monise Picanço, André Vereta-Nahoum, Matheus Mazzilli Pereira, Candice Vidal e Souza, Bruna Gisi, Leonardo Ostronoff e Amanda Evelyn. Estendemos nossos agradecimentos aos/às discentes do Programa que colaboraram na organização e mediação dos Seminários Temáticos: Mariana Amaral, Vinicius Ribeiro, Emili Senra, Fernando José Filho, Jéssica Melo e Francesco Tomei.

**Comissão Organizadora do VII Seminário  
Discente do PPGS/USP**

São Paulo, Março de 2022

# DAS CÁTEDRAS AO PPGS/USP: LUTAS, CONFLITOS E PERSPECTIVAS<sup>1</sup>

*Profa. Dra. Ana Paula Hey  
(Coordenadora PPGS/USP)*

Gostaria de agradecer a cada professora e a cada professor por terem acolhido ao nosso convite para participar de mais esse encontro de pesquisas e reflexão em torno de nossa Pós-graduação.

Acredito que em tempos em que a história parece dar vazão ao imediato, tornando obtusa a compreensão de nosso tempo presente, recuperar, lembrar e refletir são termos que precisam voltar à luz do dia. Costumo dizer que não se faz sociologia sem história, mas que história é essa? A história mesma de nosso lugar, de nossa disciplina, de nossa instituição, desse lugar que nos constrói como pesquisadoras/es e profissionais da sociologia.

Entender a história dos meios específicos necessários ao fazer acadêmico, suas relações com o aparato institucional que permite tal atividade, as relações com os centros decisórios

---

<sup>1</sup> Reprodução da fala de abertura do VII Seminário Discente proferida pela professora Ana Paula Hey, então coordenadora do PPGS/USP.

(ministérios, agências de fomento) e com a elaboração de políticas científicas e universitárias, esse mundo que nos envolve e nos instiga.

A história da institucionalização do PPGS é a da sociologia brasileira, capitaneada não simplesmente por ela mesma, mas pelas relações que passam a ser travadas com outras instituições e outros espaços também em processo similar. A profissionalização da prática sociológica até chegar nos moldes em que a conhecemos traz em seu interior longos processos de negociação interna, de disputas externas, de temas e padrões da vida acadêmica. Mensurar avanços e recuos no formato da atividade acadêmica deve levar em consideração essa história do campo que carregamos, na forma de pertencimento a esse espaço e de reflexão contínua.

Criamos uma relação com o nosso tempo por meio da incorporação de nosso campo disciplinar e de sua própria história, a partir dos diversos tipos de relação que os produtores intelectuais, num dado momento do tempo, têm com o passado da disciplina e de sua prática. Como diria Roger Chartier (2002),

pode ser uma relação de repulsa e ruptura, como as revoluções estéticas; pode ser uma relação de paródia, como é o caso, por exemplo, de Dom Quixote; pode ser uma relação de recuperação e de integração do passado dentro do presente, um pouco como numa estética kitsch, em que há uma pluralidade de relações do presente com o passado, no campo intelectual ou no campo

cultural, o que constitui um elemento chave para se compreender as diferenças entre as obras: umas jogando com a paródia, outras com a herança, outras com a repulsa e a negação etc. É um recurso fundamental esta relação com o passado negado ou incorporado para definir a imposição de uma legitimidade cultural.

Quando o PPGS foi criado, por força da reformulação ocorrida em fins dos anos 1960 e a formação dos cursos de pós-graduação no país, muitos nomes da sociologia uspiana já despontavam como fatores desse espaço, uma vez que atuavam nas cátedras formadoras de gerações e gerações. Mesmo sendo injusta com muitas pessoas, não seria demais citar os casos de Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Rui Coelho, Azis Simão, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Forachi, Aparecida Joly Gouveia, que não são simplesmente personagens, mas fatores de um estilo de sociologia e de uma prática científica.

A substituição das cátedras pelo formato atual da pós-graduação carrega essa historicidade, com continuidades e rupturas – tão bem desenvolvidas pela sociologia desse espaço, nos trabalhos dos professores ‘da casa’ Sergio Miceli e Luiz Jackson, entre outros. Vale constatar, por exemplo, que cátedras não foram assumidas por mulheres. Apesar de Gilda de Mello e Souza ter sido

a primeira assistente de cátedra de Roger Bastide, mesmo assim não foi indicada quando da partida dele da USP.

Tínhamos um departamento de Ciências Sociais até 1987, quando ele é então desmembrado e passa a constituir os departamentos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Até esse momento, agregava a todas e todos os docentes, apesar dos programas de pós-graduação já existirem de modo especializado desde 1970.

O novo momento de institucionalização da sociologia acadêmica via programas de pós-graduação trouxe feição renovada aos processos formativos, mas também modificações ligadas a novos perfis de professores/as e corpo discente, que continuam desde então a se renovar, acompanhando alterações no acesso e permanência ao ensino superior e à pós-graduação.

Desde os anos 1970, os programas de pós-graduação são dependentes de uma estrutura – a do sistema de pós-graduação no país – que garante sua autonomia relativa – aqui faço alusão à ideia de uma dependência que produz uma autonomia, pelo menos relativa, evocada por Chartier em alguns de seus diálogos com Bourdieu. O PPGS/USP nesse continuum histórico soube aproveitar das possibilidades conquistadas por sua autonomia, demonstradas em aspectos que o caracterizam, como o fato de suas e seus docentes e pesquisadoras/es estejam no ápice do campo acadêmico, que a formação de novos quadros seja umas das mais

exitosas do país, que tenhamos dado forma para a pesquisa institucionalizada em sociologia e tenhamos influenciado muitas políticas de organização do próprio campo científico. Mas isso não é um jogo ganho, uma vez que sua dinâmica exige o acompanhamento das mudanças que ocorrem nesse espaço, implicando, ainda, em nosso engajamento constante e no direcionamento desse processo.

A pós-graduação, hoje, sobretudo nas ciências sociais e humanas, passa por ataques vindos de múltiplas direções. Mas detectar essas ações exige nosso preparo para exercer nossa atividade intelectual e política. Talvez aqui resida nossa necessidade de reflexão imediata. Que preparo vai nos garantir passarmos desse estado aparentemente caótico ao exercício pleno de nossa atividade intelectual? Esse é um convite que fica nessa abertura.

O desejo seria poder nominar cada colega docente que atuou na construção do PPGS desde seus primórdios até o momento. Nessa impossibilidade, gostaria de lembrar ao menos de algumas pessoas que atuaram na coordenação do Programa e que deixaram marcas profundas em sua organização, sobretudo no grande êxito na realização de nossos propósitos. Desde Luiz Pereira, um dos primeiros coordenadores, Aziz Simão, José Reginaldo Prandi, Irene Cardoso, Heloísa Fernandes, Elizabeth Souza Lobo Garcia, Eva Blay, Sérgio Adorno, Sedi Hirano, Antônio Flávio Pierucci, Maria Arminda do Nascimento Arruda,



Antônio Sérgio Guimarães, Vera da Silva Telles, Fernando Pinheiro Filho, Leopoldo Waizbort, Nadya Araújo Guimarães, Paulo Arruda de Menezes, Maria Helena Oliva Augusto, Marcos César Alvarez, Ricardo Mariano, Márcia Lima (minha incansável companheira de coordenação), nosso vice coordenador atual, Luiz Jackson... e tantos outros (serei injusta com aqueles que não consegui ainda recuperar nos registros existentes).

Mas quero lembrar também de nossa secretaria, no trabalho atento e super profissionalizado de Evânia Guilhon de Albuquerque, de Gustavo Mascarenhas e de Georgina Pinto Neta.

Aos muitos docentes que não atuam mais no PPGS, mas que continuam presentes: Alvaro Gullo, Heloisa Fernandes, Heloisa Teixeira de Souza Martins, Irene Cardoso, José Carlos Bruni, José Cesar Gnaccarini, José de Souza Martins, José Jeremias, Mário Eufrásio e Paulo Argemiro da Silveira Filho.

A nossa querida Comissão organizadora, capitaneada pelo colega Murillo Marschner e pelos incansáveis discentes, a quem nomeio para homenagear os tantos que pudemos contar nestes anos de Seminário Discente, Felipe Ramos Garcia, José Vitor Barros, Lina Penati Ferreira, Maiara Corrêa, Marcus Repa, Paula Pagliari de Braud, Pedro Moisés, Shélida Silverio e Vanilda Chaves.

Assim, para mim, o tema de nosso **VII Seminário Discente – Das cátedras ao PPGS/USP: lutas, conflitos e perspectivas** – tem um caráter memorialístico e de reflexão em

torno de nossa história, mas também programático, para pensarmos nossa continuidade na realidade do que temos vivenciado, dos embates aos quais estamos sujeitos, e, sobretudo, de batalhas que precisamos travar para que continuemos a desempenhar nosso papel e outros que porventura tenhamos que incorporar.

**Vida longa ao nosso PPGS!**

# **SOCIOLOGIA: TEORIA E HISTÓRIA**

# Cotejando o gênero: figuras de masculinidades na obra de Gilberto Freyre

*Cleverson da Silva Fleming dos Santos (PPGSA/UFRJ)<sup>2</sup>*

**Resumo:** Nesta comunicação apresento resultados parciais da pesquisa que venho desenvolvendo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ): um levantamento bibliográfico da fortuna crítica, em torno da presença das relações de gênero nas visões do Brasil elaboradas por Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936).

**Palavras-chave:** Gilberto Freyre; Gênero; Masculinidades; Pensamento social brasileiro.

**Introdução:** das possíveis contribuições fornecidas pelos estudos de gênero para o exame de obras clássicas do pensamento sociológico

*Os clássicos são aqueles livros que chegaram até nós trazendo com si as marcas das leituras que precederam a nossa e através de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes).<sup>3</sup>*

---

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). E-mail de contato: cleveson.pact@gmail.com

<sup>3</sup> cf. CALVINO, 2007, p. 11.

Há pelo menos meio século o conceito gênero figura entre os instrumentos epistemológicos das ciências sociais. Apesar dos intensos debates realizados em torno de suas definições, pode-se afirmar a existência de certo consenso entre os estudiosos da área quanto ao valor heurístico de seus usos para viabilizar investigações a respeito das determinantes morais, históricas e culturais, imbricadas nas maneiras com que as sociedades moderno-ocidentais operam adjetivações de sujeitos e objetos, para determiná-los enquanto masculinos ou femininos. Ademais, nestes contextos a mobilização do gênero tem demonstrado valor heurístico para revelar, ou mesmo referir, específicos mecanismos de sujeição constituintes das desigualdades entre homens e mulheres.

O desenvolvimento teórico da noção é tributário das interpelações feministas, que, iniciadas no século XIX, tiveram como alvo a transformação das situações de subalternização das mulheres em diversos países, por meio do ativismo voltado à formulação e instituição de políticas públicas<sup>4</sup>. Gradativamente, as questões levantadas por esses movimentos foram se instalando nos debates acadêmicos, a princípio nos Estados Unidos e países europeus, através dos intercâmbios entre intelectuais dessas

---

<sup>4</sup> cf. DAFLON; SORJ, 2021.

insurgências e de outras mobilizações por direitos, como, os das populações homossexuais, negras e *queer*. A contar da década de 1960<sup>5</sup>, esses movimentos passaram a compor os variados processos crítico-dialógicos que, além de levarem à conformação do conceito,<sup>6</sup> também incidiram sobre àquelas contundentes revisões epistemológicas ocorridas em disciplinas como a Antropologia, a Sociologia, a História e a Ciência Política<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Para além do cenário intelectual estadunidense e dos países europeus, é interessante notar que, desse momento em diante, uma série de investimentos em comunidades acadêmicas latino-americanas são verificados partindo, sobremaneira, dos EUA, contribuindo para o desenvolvimento dos estudos sobre gênero. No Brasil, por exemplo, temos as iniciativas de fomento à pesquisa promovidas pela Fundação Ford, que, de 1962 a 1992, direcionou recursos para os “women’s studies” brasileiros (cf. MICELI, 1995, p. 393). Segundo Heilborn e Sorj (1999, p. 05-06), esse apoio institucional e financeiro desempenhou importante papel na legitimação dessa área de estudos no país, ao mesmo tempo em que colocava as intelectuais feministas brasileiras no lugar do que se poderia chamar de uma nova clientela das prioridades temáticas incentivadas por essa agência.

<sup>6</sup> cf. HEILBORN; SORJ, 1999; SCOTT, 1995; STACEY; THORNE, 1993.

<sup>7</sup> Refiro-me à crítica pós-positivista dos grandes paradigmas das ciências sociais, que, direcionada, sobretudo, ao estrutural-funcionalismo e ao marxismo, da década de 1960 em diante, vai contribuir para àqueles movimentos de revisão epistemológica propostos, por exemplo, por Antony Giddens em sua teoria da estruturação (cf. GIDDENS, 2018), e, também, nos movimentos observados por Sherry Ortner (2011), que passaram adotar a “prática” como “um novo símbolo-chave” em suas orientações teóricas (cf. ORTNER, 2011, p. 420). Com este sentido, ao apontarem para o dualismo que dominou os sucessivos desenvolvimentos da teoria social moderna, onde, não raramente, agência e estrutura eram sobrevalorizadas, ora esta, ora aquela, de modo a se reduzir ou a se enfatizar uma dimensão em detrimento da outra, esses autores ajudaram a esclarecer, como, a partir da década de 1970, emergiram as iniciativas de gestação daquelas concepções, cujas preocupações eram as de ligar à explicação estrutural das sociedades, a noção das capacidades de agência humana e ressaltar as dinâmicas de transformação social.

Embora não seja objetivo desta comunicação apresentar um balanço detalhado acerca dessas dinâmicas, ao apontá-las, quero sugerir que seu mapeamento pode contribuir para os debates sobre o desenvolvimento do arcabouço teórico-metodológico das ciências sociais, por evidenciar o teor reflexivo da produção de conhecimentos nesta área, demonstrando que seus discursos não são constituídos à parte, como puramente acadêmicos, mas, em fluxo dialógico com as reflexões originadas fora de seus limites institucionais. O que, com efeito, permite compreender certos aspectos dos processos de autoconscientização das sociedades ocidentais.

Neste sentido, por exemplo, o exame dos percursos de formação dos consensos e dissensos em torno cânones de nossas disciplinas, dos chamados “clássicos”<sup>8</sup>, assim como de suas reflexões, elaborações teóricas e mesmo de seus posicionamentos acerca das questões sociais que os interpelaram enquanto produziam, pode ser revelador dos tipos de relacionamentos que nutriram, ou não, com as mentalidades comuns a suas épocas.

Neste sentido, em relação ao campo das problemáticas de gênero, recentes análises têm sido realizadas. As reunidas na coletânea *O gênero nas ciências sociais* (2014), por exemplo, oferecem um interessante panorama a respeito dos modos pelos quais

---

<sup>8</sup> Para averiguar a discussão a respeito do papel dos clássicos na constituição das ciências sociais, cf. GIDDENS, 1998; ALEXANDER, 1999; BOTELHO, 2013.

pensadores como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Georg Simmel, entre outros, interagiram com as questões de gênero vigentes em suas épocas, e, como elas podem ser percebidas em suas obras. Além disso, ajudam a pensar em que medidas suas contribuições teórico-metodológicas podem, ou não, serem reabilitadas para se cotejar questões contemporâneas.

Outra perspectiva é a que foi apresentada por Verônica Daflon e Bila Sorj, no livro *Clássicas do pensamento social* (2021). Nele as autoras mobilizaram um dos postulados fundamentais ao pensamento feminista acadêmico, o da crítica aos androcentrismos presentes no ambiente intelectual, para recuperar as contribuições realizadas por Harriet Martineau (Inglaterra, 1802-1876), Ana Julia Cooper (EUA, 1858-1964), Pandita Sarasvati (Índia, 1858-1922), Charlot Gilman (EUA, 1860-1935), Olive Schreiner (África do Sul, 1855-1920), Alexandra Kollontai (Rússia, 1872-1952), Ercília Cobra (Brasil, 1891-?) e Alfonsina Storni (Suíça, 1892-1938), ao pensamento sociológico. Deste modo, Daflon e Sorj puderam interpelar não só a primazia masculina no rol dos autores clássicos da disciplina, como, ainda, às teorias sociais que estes formularam, no que diz respeito às negligências em relação à subalternização das mulheres – elemento considerado relevante à compreensão das sociedades modernas.

No caso dos clássicos do pensamento social brasileiro, temos, ainda, o estudo intitulado “O homem cordial:



modernização do Brasil e homosociabilidade” (2011), de Leandro Lechakoski e Mirian Adelman. Neste artigo, os autores mobilizaram a crítica feminista a respeito da dominação masculina, e os estudos sobre a construção social das masculinidades, para refletirem acerca das temáticas da modernização e das relações entre esfera pública e privada, enquanto processos sociais estruturados por gênero. Para situar a discussão ao nosso contexto, privilegiaram as formulações de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) em “Raízes do Brasil” (1936), examinando a noção ideal-típica de “homem cordial” utilizada pelo paulista. O argumento erigido pelos estudiosos foi o de que, apesar de suas utilidades, a expressão buarquiana precisaria ser repensada, por sua definição encobrir as desigualdades de gênero e negligenciar a participação feminina nas dinâmicas de formação cultural da sociedade brasileira. A crítica, com efeito, foi estendida às obras de Oliveira Vianna (1920) e Gilberto Freyre (1933) pelas mesmas razões: a centralidade e generalização das características masculinas nas construções reflexivas que empreenderam em torno das sociabilidades ou dos tipos humanos observados no país. Para os que lidam com o exame dos textos clássicos da sociologia brasileira, Lechakoski e Adelman sugeriram, então, que a adoção das perspectivas de gênero para analisar esses escritos poderia iluminar as “inúmeras relações” que não discutiram. Por exemplo, a da “associação do sistema fundante da sociedade brasileira, o

patriarcalismo, com a noção de modernidade, nação e homossexualidade”<sup>9</sup>.

Segundo os analistas,

A metáfora da cordialidade, quando não examinada com maior cuidado, torna-se uma máscara que oculta às várias contradições que permeiam a cultura brasileira, e os mais reconhecidos trabalhos do pensamento social brasileiro (VIANNA, 1920; FREYRE, 1933; CARDOSO, 1962; IANNI, 1962; FERNANDES, 1964) tornam-se cúmplices disto, na medida em que negam a relação que mantém com a dominação masculina e com a construção de masculinidades de diversos tipos (hegemônicas, subordinadas) assim como com toda a história de gênero que também faz parte da “invenção da nação” brasileira.<sup>10</sup>

Todavia, se em vista dos papéis que esses clássicos desempenharam na inscrição de certos androcentrismos que se constituíram a partir de suas interpretações sobre a cultura nacional, o exame seus escritos pelo viés dos estudos de gênero e das masculinidades pode ser validado; por outro lado, imputar a tais obras preocupações sociológicas que somente três décadas após suas publicações emergiriam no cenário intelectual brasileiro, parece procedimento problemático. Sobretudo, quando realizado

---

<sup>9</sup> cf. LECHAKOSKI; ADELMAN, 2011, p. 11.

<sup>10</sup> cf. LECHAKOSKI; ADELMAN, 2011, p. 01.

sem as devidas contextualizações dos significados que apresentam essas obras.

Talvez pelos limites dados à exposição no referido artigo, a avaliação de Lechakoski e Adelman, embasada apenas nos livros mais conhecidos desses intérpretes, prejudicou compreensões que só uma análise de conjunto poderia oferecer acerca dos sentidos apresentados pela totalidade de suas produções. Consequentemente, certas lacunas, ou mesmo injustiças, são percebidas nas inferências realizadas pelos analistas. Estas, contudo, poderiam ser solucionadas, tanto a partir dos exames de outras publicações dos autores cotejados, quanto de uma boa verificação das questões que os interpelaram enquanto as produziam.

No caso de Gilberto Freyre, verifica-se a não observância de que, em sua trilogia de interpretação do Brasil, os processos de formação e declínio do sistema patriarcal, e suas relações com a dinâmica de modernização no país, como será demonstrado a diante, estiveram presentes. Ou, que, ao enfatizar a distinção entre fatores culturais e biológicos na constituição da sociedade brasileira, o sociólogo pernambucano também teria assinalado a construção social das desigualdades entre homens e mulheres. Cabe ainda ressaltar, a demonstração pelo autor das imbricações

entre sexo, raça e classe na organização dos privilégios e da dominação masculina.<sup>11</sup>

Essa ponderação, no entanto, não impede que possíveis conexões entre as questões abordadas nos estudos de gênero e àquelas que foram tratadas pelos clássicos da sociologia brasileira sejam estabelecidas. Aproveitando, então, essa reflexão, a diante apresento como resultado parcial da pesquisa “Cotejando o gênero: Figuras de masculinidades na obra de Gilberto Freyre”<sup>12</sup>, as primeiras investigações bibliográficas a respeito dos modos como a fortuna crítica se pronunciou a respeito do espaço dado por Freyre às relações de gênero em suas análises sobre a formação social brasileira, dispostas em *Casa-Grande & Senzala*<sup>13</sup> e *Sobrados e Mucambos*<sup>14</sup>. Em conjunto à contextualização dos significados que apresentam em relação à trajetória de formação e das atuações do sociólogo, estes apontamentos servirão, posteriormente, para identificar os sentidos das figuras masculinidades inscritas pelo sociólogo no conjunto de suas reflexões sobre sociedade e cultura brasileira. Além dos livros já aludidos, o estudo também se voltará à *Ordem e Progresso* (1957) e as memórias autobiográficas do autor,

---

<sup>11</sup> cf. FREYRE, 2013a, p. 131.

<sup>12</sup> A pesquisa realizada para a obtenção do título de mestre, segue em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ).

<sup>13</sup> Doravante *CG&S*.

<sup>14</sup> Doravante *SM*.

“Tempo Morto e Outros Tempos” (FREYRE, 2006) e “De Menino a Homem: de mais de trinta e de quarenta, de sessenta e mais anos” (FREYRE, 2010).

### **Falo orgástico e vagina derrotada: considerações sobre gênero na interpretação do Brasil elaborada por Gilberto Freyre**

*Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos.<sup>15</sup>*

Entre os críticos que assinalaram a dimensão de gênero na obra de Gilberto Freyre, em artigo da coletânea *O Imperador das Ideias: Gilberto Freyre em questão* (2001), Evaldo Cabral de Mello (2001) apontou no capítulo IV de *SM*, intitulado “O homem e a mulher”, a existência de “um exame das relações entre os sexos no Brasil, de feminista nenhuma botar defeito”<sup>16</sup>. Ao evocar o “ovo de colombo gilbertiano”<sup>17</sup>, nas inferências realizadas, o comentarista sugeriu que Gilberto Freyre não teria apenas se antecipado às “várias preocupações do seu tempo, mas também o fez no tocante a algumas das nossas”<sup>18</sup>, tornando viável o

---

<sup>15</sup> cf. CALVINO, 2007, p. 12.

<sup>16</sup> Idem, 2001, p. 23.

<sup>17</sup> cf. MELLO, 2001, p. 17.

<sup>18</sup> Idem.

estabelecimento de algumas conexões entre suas reflexões, as questões que o interpelaram e os dilemas sociais tratados pelos estudos de gênero contemporâneos.

Com efeito, as palavras de Mello não se deixam passar despercebidas quanto à ironia subentendida na conexão que estabelece entre as reflexões do sociólogo, não raramente enquadrado no rol conservador dos pensadores brasileiros, e o feminismo. O chiste, contudo, oferece bom *insight* de pesquisa, já que aponta para aspecto que, embora assinalado, seja ainda tão pouco explorado pela fortuna crítica do autor. Além disso, no caso desta pesquisa, a provocação suscita a busca por respostas às seguintes indagações: quais as faíscas proporcionadas pela ligação entre esses polos que, por alguns intelectuais e/ou ativistas, talvez, e de maneira legítima, possa ser entendida como clandestina? Quais fluxos, ou mesmo curtos-circuitos, proporcionarão ao pensamento comum que, durante décadas – e ainda hoje –, tende, refletidamente ou não, fixar a obra freyreana à direita do espectro político, impedindo, com isso, vislumbres progressistas em seu pensamento? Longe de comprar a briga e inflamar arengas, o seguinte levantamento bibliográfico é apresentado à guisa dos primeiros passos dados ao exercício de compreensão da obra de Gilberto Freyre, seu pensamento e trajetória, pela via da complexidade. Com este sentido, vejamos o que mais alguns analistas de seus escritos pontuaram a respeito.

Em *Guerra e Paz* (1994), Ricardo Benzaquen de Araújo ressaltou como Gilberto Freyre teria destacado a categoria “patriarcalismo” em suas análises, mobilizando-a para denotar o sistema fundante da sociedade constituída pelos portugueses no Brasil. Sua instituição basilar: a “família extensa, híbrida e – um pouco como no velho testamento (sic.) – poligâmica”<sup>19</sup>, agregou senhoras e escravas, herdeiros legítimos e ilegítimos, sob o poder do patriarca, cuja convivência caracterizou como em ambígua intimidade e violência, disponibilidade e confraternização. De modo que, o reconhecimento do patriarcado pelo pernambucano, o permitiu compreender a importância da família, e de seu *habitat*, como sustentáculo da cultura nacional:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *paterfamilias*, culto dos mortos etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> cf. ARAÚJO, 1994, p. 54.

<sup>20</sup> cf. FREYRE, 2003, p. 18.

Fator relevante em suas reflexões, Gilberto Freyre também assinalou as transformações sofridas por essa organização, com a transferência de Dom João VI e de sua Corte para o Brasil, no século XIX. Privilegiada em *SM*, a abordagem em torno da decadência do patriarcado e das mudanças ocorridas na família, do modelo extenso para o nuclear, Araújo igualou ao “processo civilizador” estudado por Norbert Elias (1990).<sup>21</sup> Além das distinções temporais que essas transições estabelecem entre os conteúdos apresentados em *CG&S* e *SM*, as descrições que Freyre ofereceu das mulheres das casas-grandes e dos sobrados, também percebidas pelo crítico, foram apontadas como fatores que diferenciam esses escritos. Em *CG&S*, as “senhoras”, por exemplo, quase não figuram o texto e, quando aparecem, “surtem na qualidade de cúmplices menores daquela despótica e promíscua convivência patrocinada pela escravidão”<sup>22</sup>. Já em *SM*, elas recebem destaque como as derradeiras vítimas de seus maridos – seus senhores –, “papel do qual seriam resgatadas por uma expansão daquele processo civilizador”<sup>23</sup> que se instalara no país com o Império. Ainda em *SM*, elas assumem “uma terceira imagem” relacionada ao regime patriarcal e que foi “desenhada de

---

<sup>21</sup> cf. ARAÚJO, 1994, p. 112.

<sup>22</sup> Idem, p. 178.

<sup>23</sup> Ibid., p. 179.



forma tão cuidadosa quanto diversa das duas versões que acabaram de ser resumidas”<sup>24</sup>:

Onde elas se instalaram, gordas e pesadonas, com seus conhecimentos de coisas de cozinha e de higiene da casa, com seus modos europeus e cristãos de tratar de menino e de gente doente, pode-se afirmar que aí a civilização européia aprofundou-se mais e fixou-se melhor. As iaiás foram sempre **estabilizadoras de civilização européia no Brasil**.<sup>25</sup>

De modo que, para Freyre, no patriarcalismo brasileiro, enquanto o homem – diga-se o senhor – desempenhou, entre outros papéis, “o elemento móvel, militante”, “renovador”, e mesmo desestabilizador;<sup>26</sup> a senhora da casa-grande, ou dos sobrados, representou os aspectos conservadores, de estabilidade e ordem.<sup>27</sup>

Outro aspecto do sistema de gênero analisado por Gilberto Freyre, diz respeito à visão que surge acerca de suas abordagens, ao se cotejá-las tendo em vista as críticas realizadas por algumas das feministas acadêmicas contemporâneas, acerca dos tratamentos dados pelos sociólogos clássicos às esferas produtivas e reprodutivas da vida social: ora privilegiando uma, ora a outra,

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> cf. FREYRE, 2013a, p. 85. Grifo meu.

<sup>26</sup> Idem, 135.

<sup>27</sup> Ibid.

sem atentar para as suas conexões. Fato que, conseqüentemente, concorre para as dificuldades epistemológicas encontradas ao se buscar, a partir de seus estudos, compreensões acerca das particularidades históricas e situacionais das mulheres.

De acordo com Verônica Daflon e Bila Sorj (2021), entre os principais fatores dos estudiosos de gênero não se interessarem pelos autores considerados clássicos da sociologia, a não ser como objetos de crítica, é o fato deles esposarem certas “definições do mundo social que reforçam o androcentrismo<sup>28</sup> e a ideologia da domesticidade, dominantes no pensamento político e social do século XIX”<sup>29</sup>. Segundo esta ideologia, homens e mulheres estariam destinados, pela natureza, a habitar esferas distintas da vida: o espaço público seria o ambiente natural dos homens; e o espaço privado ou doméstico, “ligado ao lar, à família, ao afeto e ao cuidado, seria o das mulheres”<sup>30</sup>. Conforme as sociólogas, autores como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim “não foram particularmente atentos a estes temas”<sup>31</sup>.

Caso ilustrativo dos apontamentos realizados por Daflon e Sorj é o das reflexões realizadas por Silvia Federici, em seu livro

---

<sup>28</sup> Por androcentrismo, compreendem-se as formas de pensamento acerca da realidade social que colocam as experiências masculinas no centro, delas presumindo normas universais e que desconsideram outras modalidades de compreensão e experimentação do mundo (DAFLON; SORJ, 2021, p. 21).

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Ibid.

*Calibã e a Bruxa* (2017). Nele, a estudiosa criticou a sociologia marxista por negligenciar as relações entre os aspectos produtivos e reprodutivos da vida social, ao privilegiar o fator econômico em seus exames sobre as sociedades modernas. Para a autora, “longe de ser um resquício pré-capitalista”<sup>32</sup>, como Friedrich Engels sugeriu em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), “o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho”<sup>33</sup>. Desse modo, analisar o sistema produtivo de uma sociedade desconsiderando suas conexões com o fator reprodutivo, implica em não reconhecer “que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno”<sup>34</sup>; ela constitui a formação do capitalismo e sua incorporação das diferenças sexuais pré-existentes, para que, então, estas cumpram “novas funções sociais”<sup>35</sup>.

Conectando essas percepções com as análises fornecidas nos livros *Gilberto Freyre: uma biografia cultural* (LARRETA; GIUCCI, 2007) e *As Criaturas de Prometeu* (BASTOS, 2006), mais uma inovação presente nas reflexões de Freyre pode ser

---

<sup>32</sup>cf. FEDERICI, 2017, p. 11-12.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Ibid.

<sup>35</sup> Ibid.

reconhecida: a inclusão dos temas da família e da vida doméstica no exame dos aspectos culturais e materiais que teriam constituído a sociedade brasileira. Além de lhe possibilitar percepções acerca dos elementos de conformidade e conflito nas relações entre esfera pública e privada, o procedimento também lhe permitiu recuperar não só a presença das mulheres brancas, negras e indígenas, mas, também, os papéis desempenhados pelos *outros*, até então, marginalizados pela historiografia brasileira: os homens e meninos negros escravizados, indígenas e “amarelinhos”.<sup>36</sup> Estes personagens, em *CG&S* e *SM*, aparecem como os “anti-heróis face ao patriarca, o grande herói civilizador”<sup>37</sup>, respondendo, ainda, pela adaptação dos costumes ibéricos ao trópico, no período colonial – razão peculiar, pela qual o mestre de Apipucos enxergou na família, e não no indivíduo, a unidade básica da sociedade.<sup>38</sup> Essa tese, perpassando *CG&S*, *SM* e *Ordem e Progresso*<sup>39</sup>, serviu a Gilberto Freyre para a formulação de outro argumento: o de que a modernidade inaugurada com a formação do Estado brasileiro deu-se a partir das modificações ocorridas nas relações de poder intrafamiliares. Dito de outro modo, “num *continuum*”<sup>40</sup>, as

---

<sup>36</sup> cf. LARRETA; GIUCCI, 2007, p. 425-426; BASTOS, 2006, p. 14.

<sup>37</sup> BASTOS, 2006, p. 14.

<sup>38</sup> *Idem*.

<sup>39</sup> Doravante *OP*.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 81.

transformações na esfera familiar tiveram como efeito a singularidade do povo, do Estado e da cultura brasileira.<sup>41</sup>

Quanto à específica abordagem da situação das mulheres na obra freyriana, dois outros livros merecem destaque: *Erotismo à brasileira* (2001), de Helena Bocayuva, e *Sexo à moda patriarcal* (2008), de Fátima Quintas. Do primeiro, destaco a análise realizada em torno do “idioma de gênero”<sup>42</sup> que, constituindo a lógica estruturante da sociedade brasileira sob o regime patriarcal, foi captado e incorporado por Freyre em *CG&S* e *SM*. Ao assumir essa linguagem, constituída por pares de oposições como as de forte/frágil, mole/duro, oleoso/seco etc., o sociólogo pernambucano pôde num só tempo encontrar as metáforas pelas quais descreveu as relações sociais, assinalar os fundamentos responsáveis por converter os gêneros em elementos “completamente divergentes”<sup>43</sup> e, ainda, ressaltar os mecanismos de sujeição dos inferiorizados no âmbito daquele sistema. As diferenças entre o homem branco e a mulher branca são evidenciadas, por exemplo, ao se perceberem os usos dos mesmos predicados e analogias que aproximam o homem negro e as mulheres em geral, na extensa categoria dos dominados pelos

---

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> HEILBORN, 1992, p. 104; 1993, p. 50.

<sup>43</sup> cf. BOCAYUVA, 2001, p. 73.

senhores patriarcais.<sup>44</sup> Note-se, que, em *SM*, o próprio Freyre reconheceu a influência dos fatores socioculturais dessas construções, precavendo seus leitores de possíveis incompreensões acerca de suas afirmações:

O conjunto de qualidades exclusivamente doces e graciosas que se supunha resultar, de modo absoluto, do sexo, era como o conjunto de qualidades passivas e dos traços inferiores do negro, que se atribuíam de igual modo – sob o patriarcalismo escravocrático e ainda hoje – à base física ou biológica da raça. **Quando a verdade é que a especialização de tipo físico e moral da mulher, em criatura franzina, neurótica, sensual, religiosa, romântica, ou então gorda, prática e caseira, nas sociedades patriarcais e escravocráticas, resulta, em grande parte dos fatores econômicos, ou antes, sociais e culturais, que a comprimem, amolecem, alargam-lhe as ancas, estreitam-lhe a cintura, acentuam-lhe o arredondado das formas, para melhor ajustamento de sua figura aos interesses do sexo dominante e da sociedade organizada sobre o domínio exclusivo de uma classe, de uma raça e de um sexo.**<sup>45</sup>

Assim, além dos aspectos já apontados, não é errôneo afirmar, que ao apontar para a relevância dos efeitos sócio-culturais sobre as significações construídas em torno do biológico, além de dar um passo na direção daquilo que só décadas mais tarde seria

---

<sup>44</sup> Idem, p. 22.

<sup>45</sup> cf. FREYRE, 2013a, p. 131. Grifos meus.

compreendido como gênero pelos estudiosos, Freyre também reconheceu os imbricamentos entre classe, raça/cor/etnia e sexo, e, de certo modo, o que sociólogos contemporâneos vêm chamando de “corporificação”<sup>46</sup> ou “generificação”<sup>47</sup> social.

Em relação ao livro de Fátima Quintas, destaco a tese que nele a autora discutiu com maior tenacidade: a de como, ao incluir em sua análise a situação das mulheres, Gilberto Freyre teria revelado o quanto elas serviram como elemento indispensável ao sistema patriarcal brasileiro.<sup>48</sup> Para Quintas, ninguém, antes do autor, teria examinado melhor os processos históricos de naturalização das diferenças e das desigualdades de gênero na história do país. Demonstrando o argumento, a socióloga cotejou três figuras típico-ideais preponderantes nas reflexões freyrianas: a “mulher tupi”, a “mulher portuguesa” e a “mulher negra”, dedicando a cada uma um capítulo do livro. No primeiro, intitulado “A população Feminina Nativa”, abordou os encontros iniciais, eivados de “intoxicação sexual”<sup>49</sup>, que teve a mulher tupi com colonizador português, até a sua posterior inclusão no seio da sociedade que então se constituía por meio da poligamia e da miscigenação. Neste sentido, infere que *CG&S* foi o livro onde

---

<sup>46</sup> cf. CONNELL, 2015, p. 111-118.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> cf. QUINTAS, 2008, p. 32.

<sup>49</sup> Idem, p. 25.

Freyre melhor caracterizou os dilemas da indígena. Segundo o autor:

(...) para a mulher tupi a vida de casada era de contínuo trabalho: com os filhos, com o marido, com a cozinha, com os roçados. Isto sem esquecermos as indústrias domésticas a seu cargo, o suprimento de água e o transporte de fardos. Mesmo grávida a mulher índia mantinha-se ativa dentro e fora de casa, apenas deixando de carregar às costas os volumes extremamente pesados. Mãe, acrescentava às suas muitas funções a de tornar-se uma espécie de berço ambulante da criança; de amamentá-la, às vezes até aos sete anos; de lavá-la; de ensinar as meninas a fiar algodão e a preparar a comida.<sup>50</sup>

No capítulo seguinte, “A Mulher Portuguesa em Tempos de Casa-grande”, Quintas notou a principal expectativa social atribuída às senhoras das casas-grandes e dos sobrados: a de que deveria guardar-se “sob a túnica do recato e da sujeição a uma ordem social que soube lhe impor conceitos de passividade, retraimento e reserva”<sup>51</sup>. A socialização em que foi imersa desde tenra idade tinha “referenciais opressores, com a supremacia do macho e a inferioridade”<sup>52</sup> de seu gênero. Filha legítima do senhor, dela a dominação requeria, sobretudo, a realização do fetiche masculino: a posse de sua virgindade – tanto pelo pai, que tinha de

---

<sup>50</sup> cf. FREYRE, 2003, p. 94-95.

<sup>51</sup> cf. QUINTAS, 2008, p. 51.

<sup>52</sup> Idem.



protegê-la antes de se casar, quanto pelo futuro marido, a quem era entregue depois do casamento. Com este sentido, seu hímen era a marca emblemática de sua honra e santidade, pouco importando a função biológica que desempenhava. Deste modo, enquanto para as meninas a virgindade era imputada como “um instrumento de alto valor”, que “a todo e qualquer preço” deveria ser preservada, até finalmente ser doada “com apoteose e consagração, ao macho eleito pelo casamento formal”<sup>53</sup>; para os meninos, a ausência de atividade sexual era revestida de adjetivos pejorativos que indicavam tendências pouco viris, traduzindo-se, socialmente, como inapetência sexual ou homossexualidade. Entre os emblemas que conferiam visibilidade a sua virilidade heterossexual, constou um elemento significativo do tipo de educação que recebia: a marca da sífilis.

(...) que o filho do senhor de engenho contraía quase brincando entre negras e mulatas ao desvirginar-se precocemente aos doze ou aos treze anos. Pouco depois dessa idade já o menino era donzelão. Ridicularizado por não conhecer mulher e levado na troça por não ter marca de sífilis no corpo. A marca da sífilis, notou Martius que o brasileiro a ostentava como quem ostentasse uma ferida de guerra (...).<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Ibid., p. 71-72.

<sup>54</sup> cf. FREYRE, 2003, p. 54.

Símbolo da pureza guardada pela sinhá-moça, a virgindade, contudo, não deixou de ser observada por Gilberto Freyre como sendo mantida “à custa da prostituição da escrava negra; à custa da tão caluniada mulata; à custa da promiscuidade e da lassidão estimulada nas senzalas pelos próprios senhores brancos”<sup>55</sup>. Após atravessarem, por volta dos 15 anos, o maior rito de passagem do regime patriarcal, o casamento, as sinhazinhas envelheciam antes mesmo de alcançarem a idade do discernimento. As preocupações com a estética eram deixadas de lado, afinal, ao garantir o matrimônio, teriam cumprido sua penúltima conquista. A partir de então, restava-lhes, ainda, parir os filhos legítimos de seus maridos, acontecimento que demarcava o início de seus desgastes e decadência exterior: “com dezoito anos, matronas, pesadas”<sup>56</sup>, eram largadas ao destino dos afazeres domésticos. Assim, a constituição da identidade feminina da sinhá era vinculada aos processos do casamento, da reprodução biológica e da casa. Àquelas que não conseguiam se casar, as “iaiás solteironas”<sup>57</sup>, restava a submissão aos parentes mais chegados, “que as percebiam como um débito a ser ressarcido na conta dos favores. Seu sustento revertia-se num grande socorro ao qual se vinculavam inevitáveis

---

<sup>55</sup>Idem, p. 285.

<sup>56</sup> QUINTAS, 2008, p. 103.

<sup>57</sup> Idem, p, 84.

contrapartidas de um crédito bancário. Juros altos”<sup>58</sup>. Seus dilemas se atrelavam à obediência total e à execução dos trabalhos domésticos para, no plano pessoal, subtrair o sentimento de “invalidez social”<sup>59</sup>, e, no plano coletivo, as cobranças pelos familiares acerca de suas dependências:

Nos sobrados, a maior vítima do patriarcalismo em declínio (...) foi talvez a solteirona. Abusada não só pelos homens, como pelas mulheres casadas. Era ela quem nos dias comuns como nos de festa ficava em casa o tempo todo, meio governante, meio parente-pobre, tomando conta dos meninos, botando sentido nas escravas, cosendo, cerzindo meia, enquanto as casadas e as moças casadouras iam ao teatro ou à igreja. Nos dias de aniversário ou de batizado, quase não aparecia às visitas: ficava pela cozinha, pela copa, pelos quartos ajudando a enfeitar os pratos, a preparar os doces, a dar banho nos meninos, a vesti-los para a festa. Era ela também quem mais cuidava dos santos (...). Sua situação de dependência econômica absoluta fazia dela a criatura mais obediente da casa. Obedecendo até às meninas e hesitando em dar ordens mais severas às mucamas.<sup>60</sup>

No terceiro capítulo, “A Negra por entre os Corredores dos Passos Frustrados”, Fátima Quintas apresenta as situações da mulher negra sob o patriarcalismo. A ela, quando jovem, “cabiam

---

<sup>58</sup> Ibid., p. 88.

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> cf. FREYRE, 2013a, p. 152.

tarefas mais ‘assanhadas’, menos virtuosas, principalmente menos assépticas”<sup>61</sup>, o que fez com que correspondesse “ao grande facho fescenino do doméstico”.<sup>62</sup> Com este significado, a presença da mucama nas casas-grandes e nos sobrados não apenas serviu ao apetite sexual do patriarca; segundo Freyre, foi com ela que, muitas vezes, tanto o menino quanto “a menina se iniciava nos mistérios do amor”<sup>63</sup>. Intercursos nos quais o “menino a via com olhos de garanhão, ávido de safadezas”<sup>64</sup>, e a menina, por sua vez, “vislumbrava a ingenuidade de construir castelos e de decifrar o libelo do amor, que lhe foi proibido desde a tenra idade”.<sup>65</sup> Dos dispêndios sexuais da escravizada notam-se, ainda, as violências, que, além dos abusos pelos meninos e pelos homens mais velhos, também incluíam as perpetradas pelas senhoras:

Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a

---

<sup>61</sup> cf. Quintas, 2008, p. 111.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> cf. FREYRE, 2003, p. 219.

<sup>64</sup> cf. QUINTAS, 2008, p. 112.

<sup>65</sup> Idem.

cara ou as orelhas. Toda uma série de judiadas.<sup>66</sup>

Não obstante a essa faceta de sua condição social, entre as personagens da interpretação freyriana, de maneira geral, a mulher negra predominou como a de maior papel criativo na formação cultural brasileira, precisamente por ser “peça fundamental da engenharia privada”<sup>67</sup>. Mãe-preta, ordenadora do lar, ama-de-leite por excelência, confidente das senhoras e sinhazinhas, a que garantiu em boa parte a primeira socialização das crianças – era a que de fato exercia a *maternagem*<sup>68</sup> –, ela teve “prerrogativas”<sup>69</sup> civilizatórias fundamentais no sistema patriarcal brasileiro. Ademais, sua inteligência e corpo foram seus únicos recursos de resistência diante dos horrores a que estava submetida.

No capítulo de encerramento do livro, Fátima Quintas conclui que, seja branca, negra ou indígena, no quadro geral da interpretação realizada por Freyre, “o feminino atendeu a iguais dimensões de sujeição, variando somente a intensidade do jugo, nunca sua natureza. Houve, todavia, a prevalência de um

---

<sup>66</sup>cf. FREYRE, 2003, p. 218.

<sup>67</sup> cf. QUINTAS, 2008, p. 111.

<sup>68</sup> “Distinga-se maternidade de maternagem. São conceitos diferentes. O primeiro liga-se ao ato de conceber e de gerar o filho; o segundo filia-se ao exercício dessa maternidade – pós-nascimento –, que se modela, na maioria das vezes, em argumentos vitaliciamente culturais” (QUINTAS, 2008, p. 33).

<sup>69</sup> Idem, p. 129.

termômetro piramidal, a indicar o escopo da desigualdade”<sup>70</sup>. Se, por um lado, a mulher branca, na qualidade de senhora, “pôde abrandar a asfixia da dominação com alguns cosméticos neutralizantes”<sup>71</sup>, entre eles a sua condição de classe; por outro ângulo, a investigação permite compreender que a sinhá fora, tanto quanto as demais, reprimida em seus anseios “quando o senhor patriarcal subjugou-a à posição de procriadora”<sup>72</sup>, confinando as atribuições de seu gênero a seu sexo biológico. Assim, atribuindo ao pênis “um valor fundamental”<sup>73</sup>, o patriarca ergueu a grande flâmula do sistema social construído sob o seu comando no Brasil, cuja instituição basilar, a família colonial, “foi uma família de *Falo* e de *Vagina*. Falo orgástico e vagina derrotada”.<sup>74</sup>

### **Considerações Finais: notas sobre a pesquisa**

Dialogando com essas reflexões, pretendo utilizar o modelo expositivo de Fátima Quintas, no sentido de cotejar as figuras de masculinidades presentes na trilogia freyreana. Com este sentido, mobilizarei a noção formulada pela socióloga Raewyn Connell, de “masculinidades hegemônica e subalternas”<sup>75</sup>, para

---

<sup>70</sup> Ibid., p. 168.

<sup>71</sup> Ibid., p. 167.

<sup>72</sup> Ibid., p. 168.

<sup>73</sup> Ibid.

<sup>74</sup> Ibid., 170.

<sup>75</sup> cf. CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, 2013; CONNELL, 2016, 2015, 2003, 1995a, 1995b.

pensar os modos como Gilberto Freyre compreendeu os valores e práticas imbricados nas constituições dessas figuras masculinas que povoaram suas narrativas. Nesta perspectiva, pretendo examiná-las tendo em vista as quatro dimensões inerentes às interações de gênero, apontadas pela autora: poder, produção e reprodução da vida social, catexia e simbolismo/discursividade.<sup>76</sup>

Cabe ressaltar, que, por fazer parte da trajetória de constituição dos estudos de gênero nas ciências sociais,<sup>77</sup> a função do instrumento analítico escolhido para a pesquisa será a de, sobretudo, servir heurísticamente para captar o princípio de organização social fundado na diferenciação sexual e cultural dos sujeitos, dizendo a respeito daquilo que, no contexto ocidental-moderno, passou-se a compreender, de variadas maneiras, como homens e mulheres, masculinidades e feminilidades. Nestes conformes, ao falar em gênero, estarei indicando uma forma de categorizar o mundo, que, enviesada por determinantes morais, históricas e culturais, do ponto de vista sócio-antropológico, não pode ser universalizada. Apesar disso, possui capacidade instrumental para a busca de compreensões voltadas aos significados presentes nas interações sociais. Essa ponderação é importante, no sentido de indicar o caráter discursivo, situacional e relacional das construções de gênero, e informar que não as

---

<sup>76</sup> cf. CONNELL, 2015, p. 157-175.

<sup>77</sup> cf. HEILBORN; SORJ, 1999; STACEY, 1993.

tomarei, de antemão, como dados naturais. Deste modo, o exame proposto também dialogará com as reflexões de Judith Butler (2010)<sup>78</sup>, onde sexo e gênero são observados enquanto constituídos por atos de fala, performatividades, práticas reiterativas, e citacionais.

Nestes conformes, é que as masculinidades, segundo Raewyn Connell, também serão compreendidas: como uma série de configurações das práticas sociais, que, atribuídas como “masculinas”, estruturam os “lugares [materiais e] simbólicos socialmente legitimados a respeito da posição” dos sujeitos considerados “homens” em determinado contexto.<sup>79</sup> Ademais, enquanto componentes de “um sistema de diferenciação (...) onde permanentemente se contrastam os lugares do masculino e do feminino”<sup>80</sup>, as masculinidades não se referem apenas a único modelo de ser e agir. Falar em masculinidades, no plural, pressupõe múltiplas condições de masculinidades, dispostas em determinado espaço de relações e não restritas ao lugar fixado pelo sexo biológico dos indivíduos. Pois, a depender da situação observada, a feminilidade pode, inclusive, ser imputada a determinadas categorias de meninos e homens, assim como a masculinidade a

---

<sup>78</sup> cf. BUTLER, 2010, p. 154.

<sup>79</sup> cf. CONNELL, 1995b, p. 18. Grifo meu.

<sup>80</sup> cf. CONNELL, 1997, p. 34.



determinados grupos de mulheres, para enquadrá-los nas hierarquias de poder socialmente estabelecidas.<sup>81</sup>

Além disso, no artigo “La organizacion social de la masculinidad” (1997), Connell argumenta que as masculinidades não são objetos acerca do qual se possa construir uma ciência generalizante. Neste sentido, recomenda o cuidado para que, ao abordá-las, mesmo reconhecendo suas multiplicidades, seus estudiosos não incorram em essencialismos ao categorizá-las.

Com a crescente aceitação do efeito combinado entre gênero, raça e classe, tem sido comum reconhecer múltiplas masculinidades: negra e branca, de classe trabalhadora e média. Isso é bem vindo, porém suscita outro risco de simplificação exagerada. O de se pensar que existe *uma* única masculinidade negra ou de classe trabalhadora.<sup>82</sup>

Isso implica que, do ponto de vista metodológico, para não sugerir características estáticas de gênero, a análise das masculinidades e do modelo hegemônico que as constitui requer procedimentos que envolvam tanto a abordagem sincrônica, permitindo situá-las, quanto à diacrônica, que permite captar suas dinâmicas. Considerando isso, a análise das masculinidades inscritas nos livros de Freyre será dividida em dois momentos. No

---

<sup>81</sup> Idem, 1997, p. 31-34. Tradução minha.

<sup>82</sup> cf. CONNELL, 1997, p. 39. Tradução minha.

primeiro, a caracterização dos tipos relativos aos sujeitos da narrativa freyreana – conforme valores, práticas que apresentam e os modos como foram posicionados em relação à estrutura social – buscarei compreender suas qualidades, lógicas de relacionamento e constituição. Na segunda etapa da análise, buscarei entender seus processos de conservação e mudança, inserindo-as nos processos sócio-históricos mais amplos tratados pelo autor.

Para dar atenção aos possíveis erros de paralaxe, dilema comum que se apresenta àqueles que lidam com o exame de obras clássicas,<sup>83</sup> o trabalho não deixará de contextualizar os textos selecionados, como procedimento de controle sobre os riscos de anacronismo. Ao buscar compreender o pensamento de Gilberto Freyre, além de examinar a sua trilogia de interpretação do Brasil, a incursão nas instituições guardiãs do acervo do autor seria a medida adequada para o recolhimento dos materiais necessários a essa etapa da pesquisa. No entanto, em vista da contingência de não poder acessá-los devido à pandemia do COVID-19, a estratégia perseguida é a de coleta destes materiais por meio da bibliografia especializada, onde, além das informações sobre o que já foi dito acerca da presença da temática do gênero nesses escritos, se encontram fartas referências, comentários, citações de cartas pessoais e de memórias, a respeito dos contextos históricos de suas

---

<sup>83</sup> cf. BOTELHO, 2010; MAIA, 2010.

produções e, também, da trajetória de formação intelectual do sociólogo. Esse artifício possibilitará estabelecer conexões entre vida, obra, as preocupações que Gilberto Freyre tomou para si nos tipos de masculinidade que inscreveu em sua interpretação da sociedade brasileira, e as questões levantadas pelos estudos de gênero e das masculinidades. Penso, por exemplo, nas reflexões de Freyre em decorrência dos seus primeiros contatos com as reivindicações feministas,<sup>84</sup> em sua viagem aos Estados Unidos, entre 1918 e 1922.

Deste modo, pretendo dar corpo à dissertação por meio de três capítulos. No primeiro, intitulado “Gênero, masculinidades, e a análise Sociológica”, realizarei breve revisão da noção de “masculinidades hegemônica e subalternas”<sup>85</sup> mobilizado na pesquisa. Em seguida, refletirei acerca de suas competências heurísticas para os estudos sociológicos, estabelecendo um diálogo com algumas das provocações realizadas pelos seus críticos<sup>86</sup>, justificando a escolha deste instrumental e os modos pelos quais pretendo empregá-lo.

No segundo capítulo, intitulado “Figuras de masculinidades na obra de Gilberto Freyre: três tempos, quatro

---

<sup>84</sup> cf. LARRETA; GIUCCI, 2007, p. 115-117.

<sup>85</sup> cf. CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013.

<sup>86</sup> Penso, sobretudo, nos apontamentos teóricos realizados por FIALHO, 2006; e BOTTON, 2020.

dimensões”, apresentarei a biografia do autor, destacando os fatos que em sua trajetória pessoal e pública penso possuem valor heurístico para se compreender os sentidos das figuras de masculinidades presentes em *CG&S*, *SM* e *OP*. A partir disso, uma densa descrição das maneiras como estas foram dispostas e relacionadas por Freyre em suas argumentações será colocada em tela. O critério empregado para a organização expositiva será o daquelas quatro dimensões que o conceito formulado por Connell permite revelar: poder, produção e reprodução da vida social, catexia e simbolismo.

No terceiro capítulo, “Multiplicidade e unidade: a alquimia dos contrários e a produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas”, os ideais de masculinidades nos escritos de Gilberto Freyre serão examinados com base nos quatro tipos apresentados no capítulo anterior. Cotejando então suas relações, pretendo demonstrar como “o português”, “o indígena” e “o negro” deram origem a um quarto tipo, o “amarelinho” ou “brasileiro”, cuja elaboração esteve no horizonte dos esforços freyrianos de compreensão sobre o país. Em seguida, contextualizando a análise, estabelecerei conexões entre essas figuras, os dados biográficos e as questões que interpelaram o sociólogo pernambucano no momento em que as produziu. Assim, terminarei o capítulo assinalando os significados e as

consequências desses ideais para o quadro geral da interpretação freyriana do Brasil.

A expectativa da pesquisa é angariar elementos que, inicialmente recolhidos na obra de Gilberto Freyre à modo de experimentação, possam ser confrontados com outras elaborações de autores que mantiveram expressivo diálogo com suas ideias, como Oliveira Vianna<sup>87</sup>, Paulo Prado<sup>88</sup>, Sérgio Buarque de Holanda<sup>89</sup> e Caio Prado Júnior<sup>90</sup>. O procedimento permitirá, assim, encontrar analogias entre àqueles ideais de masculinidades circunscritos por esses pensadores em suas épocas e os que se observam no cenário contemporâneo – sobretudo, os relacionados à problemática das desigualdades. Com isso, aposta-se na possibilidade de uma compreensão genealógica<sup>91</sup> de certos imbricamentos entre esses ideais e o complexo história-cultura-sociedade-política-intelectualidade no país.

## Referências bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey C. “A importância dos clássicos”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, J. (orgs.), *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 23-90.

---

<sup>87</sup> *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Raça e Assimilação* (1932).

<sup>88</sup> *Retrato do Brasil* (1928) e *Paulística* (1934).

<sup>89</sup> *Raízes do Brasil* (1936).

<sup>90</sup> *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

<sup>91</sup> Para ver análises recentes neste sentido, cf. COURTINE, 2013, e MOREIRA, 2021.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu*. São Paulo: Global, 2006.

BOCAYUVA, Helena. *Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BOTELHO, André. *Passado e futuro das interpretações do país*. São Paulo: Revista Tempo Social. Vol. 22, nº1, 2010.

BOTELHO, André. *Essencial Sociologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BOTTON, Fernando Bagiotto. *Considerações críticas acerca das teorias de Raenyn Connell e Judith Butler para o estudo das masculinidades*. Revista Crítica Histórica, ANO XI, nº 22, dezembro, 2020.

BUARQUE DE HOLLANDA, S. [1936]. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*. In: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARRIGAN, T.; CONNELL, R. W.; LEE, J. "Toward a New Sociology of Masculinity". *Theory and Society*, v. 14, n. 5, 1985, p. 551- 604.

CHABAUD-RYCHTER, Daniele *et al.* *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

CONNELL, R. G. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, R. G. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, R. G. *Masculinidades*. Ciudad de México: UNAM/PUEG, 2003.

CONNELL, R. G. “La organización social de la masculinidad”, pp. 31-48. In: VALDÉS, T; OLAVARRÍA, J, (eds.). *Masculinidades: poder e crisis*. Ediciones de las Mujeres, Isis Internacional, n.34, Santiago, 1997.

CONNELL, R. G. *Masculinities*. Cambridge: Polity Press; Sydney: Allen & Unwin; Berkeley: University of California Press, 1995a.

CONNELL, R. G. *Políticas da masculinidade*. Educação e Realidade. v. 20, n. 2, 1995b.

CONNELL, R. G. *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Stanford University Press, Stanford, 1987.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. Estudos feministas, vol. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. “Robustez na Cultura: Mito Viril e Potência Muscular”. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean Jacques Courtine; VIGARELLO, Georges (Org.). *História da Virilidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013: 554-577.

DAFFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. *Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2021.

FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria B. *O Imperador das Ideias: Gilberto Freyre em questão*. FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria B. (Org.). Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FIALHO, Fabrício Mendes. “Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica”. *Working Papers*, Lisboa, WP9-06, p. 1-14, set. 2006. Disponível em <https://bit.ly/2C2qmht> Acesso em 04/10/2021.

FLEMING DOS SANTOS, Cleverson. *Percepções sobre Gênero nas aulas de Sociologia: as relações dos alunos do Ensino Médio com os saberes sociológicos*. Paper. 44º Encontro anual da ANPOCS. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/orxDY> Acesso em: 08 set. 2021.

FLEMING DOS SANTOS, Cleverson. *O conservadorismo de Gilberto Freyre: uma premissa compreensiva para as contribuições de sua obra inaugural*. Rio de Janeiro: Revista Habitus IFCS/UFRJ, v. 13, n. 2, 2016. P.92-110.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 1ª ed. digital. São Paulo: Global, 2013a.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1ª ed. digital. São Paulo: Global, 2013b.

FRIEDAN, Betty, *The Feminist Mystique*. New York: Norton, 1963.

FRIEDMAN, S. S. *Beyond White and Other: Relationality and Narratives of Race in Feminist Discourse*. Revista *Signs*, v. 21, n.1, 1995, p. 1-49.

GIDDENS, Anthony. *Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.



GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1992.

GUÉRIN, Michel. *O que é uma obra?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

HARAWAY, Donna J. *Ciencia, cyborgs y mujeres: La reinvencción de la naturaleza*. Universidad de Valencia: Instituto de la Mujer. Madrid: Cátedra, 1991.

HEILBORN, Maria Luiza. “Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.), *Uma questão de gênero*. São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos/Fundação Carlos chagas, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza. “Gênero e Hierarquia. A costela de Adão revisitada”. In: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPEL. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HEILBORN, Maria Luiza; RODRIGUES, Carla. *Gênero: breve história de um conceito*. Revista Aprender - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação. Ano XII, n. 20, jul./dez. 2018, p. 09-21.

KIMMEL, Michael. *A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas*. Revista Horizontes Antropológicos, ano 4, n. 9, Porto Alegre, 1998, p. 103-117.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936*. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LECHAKOSKI, L.; ADELMAN, M. *O homem cordial: modernização do Brasil e homossociabilidade*. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

MAIA, João Marcelo. (2010). *Pensando a partir do Sul: o pensamento brasileiro e o mundo periférico*. PAPER. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st16-6/1494-jmaia-pensando/file>. Acesso em: 03 mar 2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. “O ‘ovo de Colombo’ gilbertiano”. In: *O Imperador das Ideias: Gilberto Freyre em questão*. FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria B. (Org.). Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MICELI, Sérgio, “A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992”. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Editora Sumaré, 1995, p. 341-395.

MOREIRA, Lucas. *Masculinidade genealógica e o “viking” do capitólio: reflexões sobre virilidade e política*. Revista Novos Debates, v. 07, n. 01, 2021.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *Discursos sobre a masculinidade*. Revista Estudos Feministas, vol. 06, n. 01, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036/11313>. Acesso: 10 set. 2021.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ORTNER, S. B. *Teoria na antropologia desde os anos 60*. Revista Mana, vol. 17, n. 2, 2011, p. 419-466.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert, F. *Family, Socialization and Interaction Process*. New York: Free Press, 1955.

PRADO, Paulo [1934]. *Paulística ETC*. São Paulo: 2004.

PRADO, Paulo [1928]. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

PRADO JR., C. [1942]. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUINTAS, Fátima. *Sexo à moda patriarcal: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre*. São Paulo: Global Editora, 2008.

STACEY, Judith; THORNE, Barrie. "The Missing Feminist Revolution in Sociology". In: KAUFFMAN, Linda (ed.). *American Feminist Thought at Century's End. A Reader*. Cambridge: Blackwell, 1993.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VIANNA, F.J.O. [1932]. *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

VIANNA, F.J.O. [1920]. *Populações Meridionais do Brasil*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, v.1.

# Incluir e excluir? As promessas da modernidade e o nacional populismo do século XXI: um ensaio sobre a covariação semântico-estrutural da sociedade mundial

*José Vitor Silva Barros (PPGS/USP)*

## **Introdução**

Movimentos como o trumpismo, a AfD (Alternativa para a Alemanha) e o Bolsonarismo frequentemente são interpretados como pertencentes a uma onda global de ascensão de uma nova direita, com características e funcionamento distintos dos partidos conservadores tradicionais. Não há consenso na literatura sobre como definir essa onda, nem sobre qual a melhor maneira de denominá-la. Neste trabalho, seguindo Matthew Goodwin e Roger Eatwell (2018), opto pela alcunha *nacional-populista*.

Esses movimentos, apesar de eventuais diferenças programáticas entre si (HAVERTZ, 2021), apercebem-se como parte de uma mesma luta, com objetivos e inimigos compartilhados. É claro que se articulam internacionalmente e compartilham estratégias e técnicas. A recente viagem de Beatrix

von Storch ao Brasil<sup>92</sup> é apenas mais um elemento desse jogo e seus objetivos são publicamente declarados. Desta forma, não se coloca em questão, aqui, a existência de redes e comunidades epistêmicas<sup>93</sup> entre os grupos, que são autoevidentes. Igualmente, o estudo da sua conformação escapa a meus objetivos.

Neste trabalho, pretendo abordar, como *exploração teórica*, o problema da definição do nacional-populismo – sem com isso ter a pretensão de esgotá-lo. Proponho que o fenômeno pode ser compreendido a partir do binário *pátrio/estranho*, o qual consistiria em uma nova ideologia gestada no sistema político da sociedade, cujo impacto societal precisa ser compreendido necessariamente a partir dessa conformação, isto é, a partir da chave da reconstrução de acoplamentos entre política e seu entorno.

Desse modo, exploratoriamente, construo aqui um *esquema* à la Luhmann, construção próxima dos tipos ideais weberianos (NEVES, 2018) e a contribuição ao debate se manifesta, portanto, em uma elaboração *formal* do problema a partir dos códigos da teoria da sociedade e de seu modo de construção de problemas.

---

<sup>92</sup> Beatrix von Storch é líder da ala cristã-fundamentalista do AfD (da sigla em alemão para Alternativa para a Alemanha), partido de extrema-direita. G1, "Beatrix von Storch: quem é a líder da extrema-direita alemã que se reuniu com Bolsonaro", 26 de julho de 2021, Disponível em: <link>, Acesso em 20/08/2021.

<sup>93</sup> Para mais sobre os conceitos de "rede" e "comunidade epistêmica", cf. Stichweh 2018.

Na primeira parte do artigo, exploro a contradição moderna entre estrutura social funcionalmente diferenciada e uma semântica da inclusão, explicitando as condições de possibilidade do nacional-populismo enquanto um movimento moderno. Na segunda parte, aborda-se o papel do sistema político no arrefecimento de conflitos semântico-estruturais. Ao cabo, adentra-se na construção formal do nacional-populismo a partir da chave de compreensão sistêmica.

## I

Segundo Luhmann (1984, 1997), processos comunicativos [*Kommunikation*] autorreferentes são o elemento basal da sociedade. Para delimitarem formas em meio à virtualidade do sentido, eles necessitam se demarcar do próprio entorno, ou seja, constituir e garantir uma diferença entre a própria atualização de sentido – o "conteúdo" da sua forma – e o resto do mundo. Por meio desse processo, formam-se enquanto sistemas comunicacionais e, portanto, sociais, que estabilizam expectativas por meio de sentido – esquemas cognitivos, práticas, papéis, modos de descrição etc. – e que, caso consigam generalizar essas expectativas, constituem estruturas.

Talvez o modo de produção estrutural mais usual seja a formação interna de subsistemas para processar a complexidade do entorno – a chamada *diferenciação interna* dos sistemas

(LUHMANN, 1984, p. 256 ss, 645). Há sempre mais possibilidades em volta do sistema do que dentro dele, por isso, para a observação do mundo, é necessário o estabelecimento de um modo de observar próprio ao sistema, estabelecendo domínios temáticos que lhe interessam e deixando de lado todo o resto. Isso é uma necessidade funcional, uma vez que é impossível observar a totalidade do entorno, o que demandaria uma equivalência de elementos entre sistema e ambiente e causaria uma indiferenciação entre eles, ou seja, a destruição do sistema.

Historicamente, podemos observar quatro tipos de diferenciação interna dos sistemas sociais: segmentação, centro-periferia, estratificação e diferenciação funcional. Entretanto, para Luhmann, a modernidade é caracterizada pela última. Há a passagem da diferenciação estratificada, predominante no medievo e na maioria das sociedades históricas, para a diferenciação funcional. Ou seja, a sociedade se subdivide em domínios funcionais autônomos (sistemas parciais) que desempenham uma função social. É assim que a sociedade moderna processa a complexidade ambiental e garante a própria reprodução, constituindo sistemas internos – como a política, a ciência, a religião, o direito, a economia etc. – que performam papéis para o todo social.

De acordo com essa perspectiva, na modernidade, a inclusão social não se processa de acordo com estamentos, não

obstante isso não implique na inexistência de desigualdades. As possibilidades das trajetórias de vida passam não mais a ser determinadas pelo nascimento como uma expressão *necessária* da vida social, inquestionada e inquestionável. A expansão dos sistemas parciais pressupõe um número imenso de indivíduos aptos a cumprirem papéis sociais que dependem sobretudo da especialização funcional – essa é talvez a tese mais clássica da sociologia.

Na esteira dessa funcionalização dos papéis sociais, percebidos como mutáveis, ascende uma semântica da igualdade que desafia o *kosmos* medieval, pautado em uma concepção de ordem social estratificada tida como perfeita, imutável e dada por Deus. Se todos tivessem direitos inalienáveis e trajetórias de vida funcionalmente contingentes, todos teriam potências que não se pautariam no nascimento (STICHWEH, 2021).<sup>94</sup> Podemos alunhar essa semântica de *semântica da inclusividade universal*.

Entretanto, é óbvio que persistem limitações "de berço" e com base em critérios não funcionais às trajetórias de vida dos indivíduos – por ex. por redes de contatos, origem, sexualidade, "raça", gênero etc. As promessas do iluminismo não encontram respaldo estrutural em momento algum da história moderna. No entanto, elas geram forte tensão entre o que prometem e a

---

<sup>94</sup> Cf. Luhmann, 1980, 1989, 1993, 2008.



estrutura social, cuja semântica promete a inclusão funcional de todos. A semântica da inclusão fornece possibilidades de tematização para a contestação desses arranjos que selecionam indivíduos com base em critérios não-funcionais. A exclusão persiste, mas, ao contrário das sociedades estratificadas, ela não é *semanticamente* naturalizada, o que altera completamente o jogo.

## II

Para se pôr em cheque atribuições não-funcionais de inclusão e exclusão, o sistema político da sociedade mundial é a dimensão social mais utilizada. Ele se divide em Estados com escopo pautado por territórios, embora a forma que assumem tais Estados – o Estado moderno – não seja criação das unidades isoladas, mas sim de um longo processo global de experimentação que culminou na difusão dessa forma de governo pelo planeta (LUHMANN, 1997a, 2002; MEYER, 2010; AHLERS *et al*, 2021). Se as formas políticas são globais ou, ao menos, globalizáveis, não é interessante conceber lutas pela transfiguração da exclusão como algo exclusivamente nacional.

No entanto, exclusões nem sempre são um problema. Apenas médicos podem exercer a medicina e não parece haver maiores contestações a isso, mesmo que os demais indivíduos tenham essa possibilidade tolhida. O pré-requisito soa são, pois expressa uma "dependência simétrica" (STICHWEH, 2021),

marca da sociedade moderna. A dependência de indivíduos treinados e aptos para exercer funções especializadas é geral, de modo a que a especialização em si, embora exclua, tende a não produzir conflito.

A atribuição funcional de especialistas produz conflitos quando no recrutamento dos seus especialistas – estudantes de medicina, por exemplo –, há um filtro seletivo que impede indivíduos de determinados grupos de adentrarem a carreira. O problema não se trata da especialização, mas do endereçamento de (potenciais) especialistas, o que limita severamente o pool de oportunidades de determinados grupos e por conseguinte a sua situação de vida. A dependência seria percebida como assimétrica.

Nesses casos, caso haja contestação dos excluídos, há conflito. Essa é a fonte de grandes conflitos políticos contemporâneos. No entanto, é importante notar que a percepção de assimetria depende da avaliação reflexiva dos grupos e posições, de modo a que não haja uma lista unânime das dependências assimétricas. Pessoas aceitam algumas e rejeitam outras, muitas vezes desconsiderando o valor de verdade de estudos e trabalhos que apontam para o contrário da autopercepção. Daí a importância da atuação junto a organizações, que operam o binário inclusão/exclusão, e conseguem transformar as condições dadas de endereçamento.

### III

Para canalizar sua revolta, tais grupos buscam uma forma de comunicação política disponível. Caso não esteja dada no espectro político, é preciso buscar por uma *alternativa*, que pode abrir margem para a formação de movimentos populistas e sua simplificação política dos problemas a partir de seu binário constitutivo: elite-povo.

Esse binário consiste no cerne da "definição mínima" de populismo de Mudde e Rovira Kaltwasser (2017, p. 4-5). Os politólogos constroem o objeto como ideologia de centro estreito [*thin-centered ideology*], que precisaria se acoplar a outras, mais substantivas e programáticas, mas que também sejam focadas na unidade. Além desse aspecto, há mais duas características-chave do populismo, expressas abaixo em um comentário de Ralf Havertz (2021, p. 4), que dá destaque ao populismo de direita radical:

**[Há] a oposição entre o "povo", imaginado como "puro, inocente, e sempre trabalhador" (Müller, 2014, p. 485), e "a elite", retratada como corrupta, incompetente, e apenas interessada no seu próprio ganho pessoal. Nos termos do populismo de direita radical, "a elite" trai "o povo" e favorece outsiders ou grupos minoritários não merecedores — refugiados, imigrantes, muçulmanos, judeus, mulheres, pessoas LGBTQ — em detrimento do "povo" — sempre às custas do "povo". A "elite"**

**pode ser descrita como "classe política" ou "oligarquia"** que mina a soberania popular ao dar poder de decisão a instituições supranacionais ou internacionais que não são controladas democraticamente, e ao fazê-lo, impede a implementação da "vontade geral". **A assunção de que o povo é capaz de formar uma vontade geral é o terceiro elemento importante da definição de Mudde e Rovira Kaltwasser (2017).**

O ponto mais pertinente a essa análise é o fracionamento do populismo em nacional-populismo, de modo que suas outras expressões podem ser ignoradas. Esta forma de populismo adiciona um terceiro elemento entre "povo" e elite, "*os "Outros', outsiders que não pertencem realmente ao povo, um grupo que recebe tratamento favorável da 'elite' às custas e prejuízo do 'povo'"* (HAVERTZ, 2021, p. 14, meu grifo).

Dito isso, podemos formalizar o nacional-populismo, que consistiria uma recodificação [*Zweicodierung*] do binário governo-oposição, simplificando o espectro ideológico, binário que orientaria toda comunicação adicional produzida em seu âmbito ideológico. Interessa, portanto, estudar as estratégias semânticas, isto é, práticas e ideacionais, mobilizadas por essa ideologia para manter sua diferença – produzir-se como "pátrio" e a seus opositores como "estranhos".

## Bibliografia

AHLERS, A. L.; KRICHEWSKY, D.; MOSER, E; STICHWEH, R. *Democratic and Authoritarian Political Systems in the 21st Century World Society: Differentiation, Inclusion, Responsiveness*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2021.v. 1.

BOHN, C. *Inklusion, Exklusion und die Person*. [s.l.] UVK Verlagsgesellschaft, 2006.

BRUBAKER, R. Why populism? In: FITZI, G.; MACKERT, J.; TURNER, B. S. (Eds.). *Populism and the crisis of democracy*. London: Routledge, 2019. v. 1.

CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, 2021.

DAHL, R. A. *Who governs? Democracy and power in an American city*. NYC: Yale University Press, 1961.

DUTRA, R. Sistemas Sociais e Estruturas de Desigualdade. CP01 - Teoria Sociológica. *Anais... In: 20º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*. Online: 2021

EATWELL, R.; GOODWIN, M. *National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy*. [s.l.] Penguin UK, 2018.

HAVERTZ, R. *Radical Right Populism in Germany: AfD, Pegida, and the Identitarian Movement*. 1ª ed. London: Routledge, 2021.

JUDIS, J. *The Populist Explosion: How the Great Recession Transformed American and European Politics*. New York: Columbia Global Reports, 2016.

LAU, R. R.; ROVNER, I. B. Negative Campaigning. *Annual Review of Political Science*, v. 12, n. 1, p. 285-306, jun. 2009.

LESSENICH, S. *Grenzen der Demokratie*. Teilhabe als Verteilungsproblem. [s.l.] Reclam Philipp Jun., 2019.

LUHMANN, N. [1968]. *Vertrauen*: ein Mechanismus der Reduktion sozialer Komplexität. [s.l.] Lucius & Lucius, 2000.

LUHMANN, N. Wie ist soziale Ordnung möglich? In: LUHMANN, N. *Gesellschaftsstruktur und Semantik*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1980. v. 2.

LUHMANN, N. Gesellschaftliche Struktur und semantische Tradition. In: LUHMANN, N. *Gesellschaftsstruktur und Semantik*, v. 2, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1980a.

LUHMANN, N. *Soziale Systeme*: Grundriß einer allgemeinen Theorie. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1984.

LUHMANN, N. [1989]. Estado e razão de Estado na transição da dominação tradicional para a política moderna. In: LUHMANN, N. *Teoria dos Sistemas na Prática*, Petrópolis: Vozes, 2019, v. 2.

LUHMANN, N. [1993]. Indivíduo, individualidade, individualismo. In: LUHMANN, N. *Teoria dos Sistemas na Prática*, Petrópolis: Vozes, 2018. v. 1.

LUHMANN, N. Kausalität im Süden. *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, 1/1, S. 7-28, 1995.

LUHMANN, N. Inclusão/Exclusão. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo. (Org.). *Dossiê Niklas Luhmann*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995a.

LUHMANN, N. Jenseits von Barbarei. In: *Gesellschaftsstruktur und Semantik*. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft. v 4. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1995b.

LUHMANN, N. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. 2 v. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1999.

LUHMANN, N. Globalization or World society: How to conceive of modern society? *International Review of Sociology*, v. 7, n. 1, p. 67-79, 1 mar. 1997a.

LUHMANN, N. *Die Politik der Gesellschaft*. Frankfurt a. M: Suhrkamp, 2002.

LUHMANN, N. [2008]. Sobre o conceito de classe social. In: LUHMANN, N. *Teoria dos Sistemas na Prática*. Petrópolis: Vozes, 2018. v. 1.

MEYER, John H. World Society, Institutional Theories, and the Actor. *Annual Review of Sociology*, 36, p. 1-20, 2010.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. *Populism: A Very Short Introduction*. [s.l.] Oxford University Press, 2017.

NEVES, M [1992]. *Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio: Crônicas de um Brasil Pós-Político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

STICHWEH, R. Key elements of a theory of world society. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2, p. 389-406, 2018.

STICHWEH, R. How Do Divided Societies Come About? Persistent Inequalities, Pervasive Asymmetrical Dependencies, and Sociocultural Polarization as Divisive Forces in Contemporary Society. *Global Perspectives*, v. 2, n. 1, 1 fev. 2021.

WAIZBORT, Leopoldo. Cada Um Por Si e Nenhum Por Todos. Elementos da covariação nos domínios de estrutura social e semântica. *Socio. Antrop.*, v. 10, n. 2, 2020.

# Uma prosopografia da geração concretista paulista: a autonomização da arte nos anos 1950

*Luis Fernando S. Sandes (FAU/USP)<sup>95,96</sup>*

**Resumo:** Com base em prosopografia do concretismo paulista, movimento vanguardista dos anos 1950, argumenta-se que o movimento teve papel de destaque na autonomização do campo artístico brasileiro. O objetivo é discutir essa autonomização enfocando-se o concretismo paulista. Após a introdução, apresentam-se os principais aspectos da prosopografia de Sandes (2018a). Na sequência, discute-se autonomização do campo artístico local. As considerações finais discutem a importância da origem social para o processo de autonomização. As fontes são principalmente textos acadêmicos, de historiografia e de sociologia, de historiografia da arte e sociologia da arte, artigos de periódicos e entrevista.

**Palavras-chave:** concretismo; arte moderna brasileira; campo artístico; sociologia da arte; prosopografia.

---

<sup>95</sup> Doutorando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), sob orientação do prof. dr. Agnaldo Farias. Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, sob orientação do prof. dr. Guilherme Gomes Júnior, sua dissertação foi uma prosopografia da geração concretista paulista, e dela decorre este artigo. Publicações reunidas em: <<https://usp-br.academia.edu/LuisFSSandes>>. Endereço de e-mail: <luis.sandes@gmail.com>.

<sup>96</sup> Este artigo é decorrente da dissertação de mestrado do autor e tributário de ideia de seu orientador de mestrado, prof. dr. Guilherme Gomes Júnior — a quem agradece —, acerca da autonomização da arte empreendida pelo concretismo paulista, que foi apenas mencionada naquele trabalho.



## **Introdução**

O concretismo paulista foi movimento artístico de vanguarda surgido no início dos anos 1950, tendo seu grupo principal, intitulado Ruptura, se dissipado no fim dessa década. O movimento perdeu o ímpeto e a coesão, tornando-se, ocasionalmente, nas décadas seguintes, estilo de alguns de seus participantes originais ou de outros artistas. Entre 1952, abertura da primeira exposição do grupo Ruptura e lançamento do manifesto homônimo, e 1959, dispersão desse grupo, o concretismo paulista foi unido e combativo em prol da abstração geométrica nas artes visuais e da igual valorização de elementos verbais, sonoros e visuais na poesia.

Baseando-se em prosopografia da geração concretista paulista de Sandes (2018a), argumenta-se que o concretismo paulista teve papel central na autonomização do campo artístico brasileiro. Essa autonomização é entendida no sentido de os artistas e as práticas artísticas dependerem menos de outras esferas sociais brasileiras, especialmente a esfera política. O objetivo deste artigo é discutir essa autonomização por meio do enfoque no movimento vanguardista do concretismo paulista. As fontes são principalmente dissertação de mestrado, tese de doutorado, textos de historiografia e sociologia, artigos de periódicos, entrevista e textos de historiografia da arte e sociologia da arte.

Num meio refratário à abstração e dominado por artistas figurativos, os poetas e artistas visuais do concretismo paulista foram muito combativos e chegaram a obter posição de destaque, a partir da III Bienal de Arte de São Paulo (1955). Nessa exposição, segundo Vieira ([1955], p. 33), crítico da época, predominou o abstracionismo. Nessa edição da Bienal, existiam dois lados da luta por visibilidade e reconhecimento: o do modernismo já consagrado, representado por figuras como Cândido Portinari e Lasar Segall, e “os ‘novos’ modernos, os concretistas brasileiros, que por sua vez já iam se tornando também clássicos da exposição [...]” (ALAMBERT; CANHÊTE, 2004, p. 67). É certo que os concretistas ocuparam por alguns anos lugar central e reconhecido no campo artístico brasileiro, porém, não chegaram a ser dominantes — outras correntes artísticas continuaram detentoras de prestígio e reconhecimento ainda maiores e o concretismo não tinha, nos anos 1950, um mercado consumidor, nem realizava encomendas públicas.

Para os concretistas em especial, “libertar-se da imitação da natureza e deixar de procurar a brasilidade a cada passo, atribuindo à arte um caráter universal, passou a ser o ideal almejado por muitos daqueles que transitavam nos circuitos das artes plásticas” (BÔAS, 2014, p. 267). Assim, para o rompimento com a figuração, “a vanguarda paulista [concretista] enfrentou fortes resistências dos partidários do Modernismo figurativo” (BÔAS, 2014, p. 281).

Essa resistência ficou evidente nos periódicos da época, onde, por exemplo, Di Cavalcanti (1948, p. 242) publicou texto em que afirmou ser vital “fugir do abstracionismo. A obra de arte dos abstracionistas tipo Kandinski, Klee, Mondzain [Mondrian], Arp, Calders [Calder] é uma especialização estéril”. Em suma, a arte desenvolvida pelos concretistas entrava em choque aberto com um modernismo já afirmado, que se baseava num elemento a que os concretistas se opunham por princípio, a figuração.

Nesse sentido, Bôas (2014, p. 267-268) destaca a relevância das ações e da dimensão discursiva por parte dos indivíduos ligados ao concretismo em São Paulo ou no Rio de Janeiro para o processo de a estética concreta se tornar padrão. Algumas dessas atividades eram “[...] a produção dos artistas, mas também os ateliês, as exposições, as galerias, os museus, o mecenato oficial e privado, a crítica de arte, a imprensa, o público e o mercado” (BÔAS, 2014, p. 268). Outras dessas atividades, tais como formação artística e circulação de obras, além de outras, são abordadas no tópico a seguir.

### **Principais aspectos da prosopografia**

A fim de dar base para a discussão seguinte sobre a autonomização do campo artístico local, apresentam-se os principais aspectos da prosopografia obtida sobre o concretismo paulista por Sandes (2018a). São eles: ferramentas metodológicas,

a população definida, os redutos de formação artística, os redutos artísticos (instituições criadas ou frequentadas pelos artistas), profissões e circulação de obras de arte.

A questão central da pesquisa de Sandes (2018a) é a constituição da geração concretista paulista e sua ação relativa à modernização do campo artístico brasileiro na década de 1950. As fontes são teses, dissertações, artigos de jornal, entrevistas ao autor<sup>97</sup>, manifesto, estudos sobre artistas, biografias e catálogos de exposição, entre outros.

Esse movimento vanguardista é estudado por Sandes (2018a) com recurso a três ferramentas metodológicas. Primeiro, dois conceitos sociológicos: campo, de Bourdieu (1996; 2010), e geração, de Mannheim ([1986]). Além disso, utiliza-se o método prosopográfico, que também é conhecido como método da biografia coletiva e advém da historiografia, de acordo principalmente com Charle (2006)<sup>98</sup>.

As três ferramentas são sucintamente explicadas. Campo, para Bourdieu (1996; 2010), é um espaço social que é relativamente autônomo em relação a outras instâncias, capaz de definir suas

---

<sup>97</sup> As entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa de mestrado que foram publicadas foram as com o colecionador de arte Adolpho Leirner (SANDES, 2017a), o poeta e crítico de arte Ferreira Gullar (SANDES, 2018b) e o artista Almir Mavignier (SANDES, 2017b).

<sup>98</sup> O método prosopográfico foi discutido em entrevista com Flavio Heinz, um dos principais introdutores dos estudos de Charle no Brasil (cf. SANDES, 2021b).

regras de funcionamento e funcionando ao redor de uma aposta específica a cada campo (no artístico, é o reconhecimento).

Mannheim ([1986]) divide gerações em um conjunto de noções: grupo concreto, unidade de geração, geração real e localização de geração. Localização de geração se fundamenta em critérios temporais e biológicos. Geração real se ancora em os indivíduos participarem de um mesmo processo histórico-social. As unidades de geração têm maior concretude, sendo caracterizadas por polarização e antagonismo. Exemplos de meados do século XX relativos à arte brasileira, segundo Sandes (2018a, p. 29-30) seriam a unidade das abstrações, englobando abstração geométrica, tendências geometrizes e abstração informal, e a unidade dos artistas figurativos. Grupo concreto é aquele em que os participantes se conhecem efetivamente, sendo o Ruptura um exemplo, também segundo Sandes (loc. cit.).

Segundo Charle (2006), o método prosopográfico é uma maneira de se fazer sociologia no passado, já que seu foco é em elites, pois ocupam posição elevada nas sociedades e existem mais fontes disponíveis sobre elas. Esse método permite o estudo das relações internas do grupo em foco, além de suas relações com outras frações da sociedade.

O concretismo nas artes visuais gravitou em torno de um grupo de doze artistas visuais: Alexandre Wollner, Anatol Wladyslaw, Antônio Maluf, Lothar Charoux, Kazmer Féjer, Judith

Lauand, Hermelindo Fiaminghi, Geraldo de Barros, Leopold Haar, Luiz Sacilotto, Maurício Nogueira Lima e Waldemar Cordeiro, sendo que, à exceção de Maluf, todos fizeram parte do grupo Ruptura. A poesia concreta girou em torno do trio *Noigandres*, isto é, os primeiros colaboradores da revista-livro: Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari<sup>99</sup>. Esses quinze artistas estavam ligados por laços de amizade, relações profissionais, afinidades estéticas e participação conjunta no manifesto Ruptura ou em exposições. (SANDES, 2018a, p. 38-42).

Os redutos de formação artística com frequência dos concretos abordados foram: a Escola Livre de Artes Plásticas, fundada por Poty e Flávio Motta e frequentada por Antônio Maluf; o Instituto de Arte Contemporânea (IAC) do Museu de Arte de São Paulo (Masp), cujo curso de desenho industrial teve como alunos Alexandre Wollner, Geraldo de Barros, Maurício Nogueira Lima e Maluf e, como professor, Leopold Haar; escolas profissionalizantes, tais como o Liceu de Artes e Ofícios, onde estudaram Hermelindo Fiaminghi e Lothar Charoux, e o Instituto Profissional Masculino, onde estudou Luiz Sacilotto; e a Escola Superior da Forma, em Ulm, Alemanha, cujo curso foi completado apenas por Alexandre Wollner entre os concretos; não obstante, a

---

<sup>99</sup> O periódico *Noigandres* se voltou à poesia concreta a partir de sua segunda edição, lançada em 1955.

instituição pairou como ideal para esses vanguardistas no que se refere à união das artes com a indústria.

Os redutos artísticos se dividem em, de um lado, instituições criadas pelos concretos, e, de outro, instituições frequentadas por eles. Entre as primeiras, criadas por eles, se encontram o escritório Forminform, que foi um escritório de design pioneiro, escritórios de design de mobília moderna, como a Unilabor, o escritório de paisagismo de Waldemar Cordeiro intitulado Jardins de Vanguarda Ltda. e o Ateliê Livre do Brás, que foi fundado por Hermelindo Fiaminghi, Waldemar Cordeiro, Kazmer Féjer, Maurício Nogueira Lima e Décio Pignatari. Entre as últimas, por eles frequentadas, se encontram o Masp, o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), a Biblioteca Municipal de São Paulo e redutos boêmios, que eram bares e restaurantes no centro da capital e no bairro do Bixiga.

A análise das profissões dos concretos demonstra que eles eram, em sua maioria, pessoas de classe média ou baixa. Para eles, a arte não era uma fonte de renda, pelo menos nos anos 1950. De acordo com Adolpho Leirner, que formou, a partir da década de 1960, a principal coleção de arte concreta brasileira, “[...] os artistas procuravam sobreviver de outras formas”, pois “eles não poderiam viver com a arte deles [...]” (SANDES, 2017a, p. 315). A respeito das profissões desses artistas, Amaral (1998, p.312) afirma:

[...] constata-se com facilidade a vinculação de todos, todos (com exceção para Judith Lauand e Charoux) com o meio empresarial paulista: químico industrial, desenhista técnico, publicitário, arquiteto, paisagista, artista gráfico, ilustrador, industrial têxtil, cartazista, fotógrafo, cromista, diagramador, vitrinistas, desenhista industrial.

Judith Lauand foi professora infantil e Lothar Charoux foi professor de pintura. Haroldo de Campos foi servidor da Universidade de São Paulo na área do Direito. Augusto de Campos é procurador aposentado do estado de São Paulo. Décio Pignatari foi professor universitário. Os três últimos exerceram, e Augusto ainda exerce, também a tradução, entre outras funções relacionadas às letras.

As obras de arte concretistas não tiveram circulação comercial nos anos 1950, tampouco foram alvo de encomendas públicas, tendo circulado apenas por meio de trocas e presentes entre os artistas do núcleo concretista, que eram amigos entre si. Como pontua Herkenhoff (2012), nos anos 1950 “não havia mercado” de obras concretistas. Nos anos 1960, um colecionador como Adolpho Leirner iniciou sua coleção de arte concreta, tendo frequentado esses artistas, mas essa foi, em grande parte, uma atitude isolada. Foi apenas a partir dos anos 1970 que as obras concretistas passaram a ser alvo de maior interesse de colecionadores particulares e de exposições de arte. É importante



registrar que foi apenas a partir dos anos 1950 que surgiu, no Brasil, um mercado de artes plásticas (BUENO, 2012, p. 79). Ou seja, à época da atuação intensa do concretismo como grupo, não havia um mercado já formado de que ele pudesse participar.

### **Autonomização do campo artístico local**

Nesse contexto, a alegada ortodoxia das ideias e da prática desses concretistas era, provavelmente, decorrente de uma posição que tinha que ser aguerridamente marcada, para que se opusesse às práticas e ideias de figurativos, em primeiro lugar, e abstratos informais, que também eram novos no campo artístico<sup>100</sup>. É necessário frisar que os artistas figurativos, tais como Cândido Portinari, Di Cavalcanti e Tarsila do Amaral, ao representar figurações relativas à realidade social nacional, dominavam há décadas o campo artístico brasileiro e eram, em graus variados, bastante ligados ao Estado nacional e às suas encomendas públicas. Assim, num certo sentido, para tentar se estabelecer, os concretistas precisavam ser firmes em suas posições e ataques para

---

<sup>100</sup> Costuma-se entender os abstratos informais como desarticulados e não mobilizados por manifestos ou teorias. Contudo, é importante entender esses artistas — entre os quais se incluem Yolanda Mohalyi, Tomie Ohtake e Flávio Shiró — como sendo articulados em outros moldes. Esses artistas se mobilizavam em sociabilidades outras que não as de grupos regidos por manifestos, em especial, por meio de laços sociais fortes como as amizades e também por meio de laços profissionais, em torno de ateliês e escolas de artes.

poderem criar celeumas e debates, que movimentavam o meio e, assim, poderem possivelmente arregimentar adeptos e apoiadores.

As posições concretistas se basearam num conceito próprio de abstração. Por exemplo, para esses artistas, pintar uma natureza-morta com frutas seria uma abstração, já que a pintura não seria o mesmo que as frutas, seria uma representação delas. Para eles, uma obra de arte concreta traria linhas, cores e formas geométricas, únicos aspectos que teriam concretude. Atualmente, essa arte concreta é também entendida como abstração geométrica ou abstracionismo geométrico. Essa opção concretista pode ser entendida como um dado importante no sentido da autonomização da arte, haja vista que ela implica em elementos distintos daqueles da vida cotidiana e daqueles que eram costumeiramente representados pelos artistas figurativos. Esses novos elementos abriam, assim, uma distância tanto da arte amplamente reconhecida como da realidade circundante. Abria-se, então, uma nova frente no campo artístico brasileiro, uma que não se dependia de temas estabelecidos e facilmente reconhecidos.

Ao mesmo passo que os artistas concretistas almejavam ou trabalhavam no sentido da autonomização da arte, eles também se preocupavam em inserir sua arte na vida cotidiana, principalmente por meio do design de móveis e do gráfico, entre outras áreas. Isso, contudo, não anulava a autonomia da arte pretendida, pois a arte

não se subordinaria a essas outras esferas da vida e, sim, a elas daria sua contribuição<sup>101</sup>.

Segundo Pedrosa (1953, p. 2-3 *apud* REINHEIMER, 2008, p. 228)

O cubismo deu à obra realizada uma nova dignidade, e a tela cubista é um universo em si, com suas leis e eventos. A arte abstrata coroa esse longo processo em direção à autonomia do fenômeno artístico, passando do objeto ou só guardando as impressões do espaço (...) ela não se confunde mais nem com a magia, nem com a religião, nem com a política, nem com a moda, e é julgada a partir de suas próprias leis e exigências

Nessa perspectiva, entende-se que o processo de autonomização da arte de que participaram os concretistas paulistas se iniciara décadas antes, na Europa, com os cubistas, na visão de Pedrosa. Além do mais, o autor salienta que a arte abstrata em geral se destacou de outras áreas do conhecimento ou da vida social. Esse foi também o caminho da arte concreta paulista, cujos laços com outras esferas da vida social foram se rompendo e, ao mesmo tempo, se construindo em novas bases, principalmente no que se refere às iniciativas extra-artísticas dos concretos. Reinheimer (2008, p. 61) sustenta que

---

<sup>101</sup> Sandes (2018a, p. 104) aponta que as atividades extra-artísticas dos concretistas foram, nos anos 1950, menos desenvolvidas do que a literatura geralmente aponta. Esse tópico também foi discutido em Sandes (2017c, 2018c).

[...] para investigar as transformações nas representações sobre o fenômeno artístico no interior desse campo [artístico brasileiro] em pleno processo de autonomização, é importante observar a participação de atores específicos, levando em conta suas trajetórias e interesses e também é essencial que a relação com a Europa, seja levada em consideração.

É nesse sentido que aqui são estudados, com destaque, os atores relacionados ao concretismo, ainda que não seja realçada a relação com a Europa, o que se explica por uma opção que enfatize os fatores endógenos do processo (no sentido inverso, cf. REINHEIMER, 2008, p. 156-260).

Sandes (2021a) argumenta que a formação não formal foi mais importante do que a formação formal para os concretistas desenvolverem suas ideias e práticas inovadoras. A formação não formal foi obtida por esses artistas em locais como o Masp, o MAM-SP, bares e restaurantes da capital paulista e a Seção de Arte da Biblioteca Municipal de São Paulo (atual Sala de Artes Sérgio Milliet da Biblioteca Mário de Andrade)<sup>102</sup>. Já a formal foi obtida em escolas de arte, ateliês de professores e escolas profissionalizantes. Essa formação relativamente independente dos recintos tradicionais de formação artística foi fundamental para

---

<sup>102</sup> A Seção de Arte foi “[...] a primeira instituição voltada à aquisição, conservação, estudo e apresentação de arte moderna [...]” no Brasil (FARIAS, 2013, p. 39).

que os concretistas se equipassem com inovação, técnica e criatividade, características necessárias para o processo de monta de que participaram, o da autonomização do campo.

Ao mesmo tempo que o concretismo paulista apresentou um avanço no que se refere ao distanciamento em relação à política quando comparado, por exemplo, ao modernismo de 1922, esse distanciamento foi também um fator limitante para sua inserção em aspectos cotidianos da vida, como era ansiado e procurado pelos concretistas. Deve-se lembrar, por exemplo, que o concretismo paulista ficou totalmente alijado da construção da nova capital federal ainda nos anos 1950, mesmo que também por outros motivos — entre eles, possivelmente, preconceito social e xenofobia, graças à origem social dos concretistas, sendo muitos deles de classes baixas ou médias e/ou sendo imigrantes de primeira geração de países como Itália, Áustria e Polônia.

É necessário apontar, pelo menos brevemente, a importância do contexto político brasileiro e internacional no pós-guerra para a autonomização do campo artístico. O período anterior havia incentivado os atores, inclusive aqueles envolvidos com as artes, a mergulharem na política de diversas maneiras. O fim do conflito mundial e a redemocratização brasileira deram espaço para que a arte se autonomizasse.

O abstracionismo geométrico muitas vezes é entendido como linguagem elitista e distante do mundo da vida. Contudo, é

importante lembrar que essa linguagem era empregada por esses artistas com o objetivo de ser universal. Nessa confusão entre intenção e recepção artísticas, deve-se ressaltar a intenção artística, haja vista que o objetivo dos concretos era usar uma linguagem abstrata geométrica que pudesse ser entendida por todos sem a mediação de conhecimento ou de referências e, assim, sem referências diretas ao mundo circundante, construíram obras e poéticas que avançaram a autonomização do campo artístico brasileiro.

Cabe uma observação sobre o relativo atraso da existência de um comércio ou de encomendas públicas da arte concreta. De acordo com Reinheimer (2008, p. 243), “à medida que aumenta a autonomia da produção cultural, aumenta também o intervalo de tempo necessário para o reconhecimento por parte do público das normas próprias de sua percepção”. Compreende-se, por essa via, o retardo entre produção concretista da primeira fase e o início de interesse comercial, já que se tratava de produção cultural mais autônoma, o que demanda maior tempo para que o público a absorva.

### **Considerações finais**

Para afirmar a autonomia da arte, e se situar distante de outras esferas sociais, os artistas concretos recorreram a regras estritas para compor suas obras. Além disso, tiveram sua formação

artística em redutos novos e constituíram novas sociabilidades, nos novos museus e na Biblioteca Municipal, entre outros locais.

É importante discutir a influência da origem social dos artistas concretos sobre o processo de autonomização da arte por eles promovidos. Isto é, deve-se considerar em que medida a origem estrangeira e/ou de classe baixa ou média se relacionou com o processo. É possível que essas origens possivelmente tenham colaborado para torná-los ainda mais estranhos, forasteiros ao campo artístico local, o que pode ter os incentivado de alguma forma em direção à autonomização do campo.

Este artigo tem sua importância no fato de ressaltar o papel dos concretistas de São Paulo no processo de autonomização do campo artístico brasileiro, o que é pouco comentado e pouco desenvolvido na literatura pertinente.

Como indicação de futuras pesquisas, é necessário estudar a relação com a Europa nesse processo de autonomização do campo artístico, a fim de se definir o papel de atores e instituições europeus. Também é necessário estudar o papel dos artistas abstratos informais no processo de autonomização do campo artístico brasileiro.

## Referências

ALAMBERT, Francisco; CANHÊTE, Polyana. *As bienais de São Paulo: da era do Museu à era dos curadores (1951-2001)*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BÔAS, Glaucia Villas. Concretismo. In: BARCINSKI, Fabiana Werneck (Org.). *Sobre a arte brasileira*. São Paulo: WMF Martins Fontes; Edições SESC, 2014, p. 264-293.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUENO, Maria Lucia. O mercado de arte no Brasil em meados do século XX. In: BUENO, Maria Lucia (Org.). *Sociologia das artes visuais no Brasil*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012, p. 75-95.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio Madureira (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-54.

DI CAVALCANTI, Emiliano. Realismo e abstracionismo. *Fundamentos*, São Paulo, n. 3, ago. 1948, p. 241-246. Disponível em: <https://icaa.mfah.org/s/en/item/1110347#?c=&m=&s=&cv=&xywh=-1116%2C0%2C3930%2C2199>. Acesso em: 26 out. 2021.

FARIAS, Agnaldo. Da Seção de Arte ao Prêmio Aquisição: a gênese do Gabinete do Desenho. *Arq. urb*, São Paulo, n. 9, 1º sem. 2013. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero-09/05-agnaldo-farias.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

HERKENHOFF, Paulo. Arte, instituição e subjetividade: fricções - Paulo Herkenhoff (Curador Independente). 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=toI6nDUdQM0>. Acesso em: 22 out. 2021.



MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. Porto: Rés, 1986. v. 2, p. 115-174.

PEDROSA, Mário. Les rapports de la science et de l'art. Comunicação apresentada na IV assembléia geral da AICA. Dublin, 1953.

REINHEIMER, Patricia. *A singularidade como regime de grandeza: nação e indivíduo como valores no discurso artístico brasileiro*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANDES, Luis. Entrevista com o colecionador de arte Adolpho Leirner. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, Londres, v. 6, n. 1, Dec. 2017a, p. 309-320. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/105523/154319>. Acesso em: 22 out. 2021.

SANDES, Luis. Entrevista com o artista teuto-brasileiro Almir Mavignier sobre o concretismo brasileiro. *ARTi's ON*, Lisboa, n. 5, 2017b, p. 262-268. Disponível em: <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/150>. Acesso em: 22 out. 2021.

SANDES, Luis. Concretismo paulista: permanências de uma vanguarda dos anos 1950. In: III Seminário Estética e crítica de arte: As artes entre urgência e inoperância, 2017c, São Paulo. *Anais do III Seminário Estética e crítica de arte: As artes entre urgência e inoperância*. São Paulo: FFLCH/USP, 2017c. p. 389-399.

SANDES, Luis. *Geração concretista em São Paulo: uma biografia coletiva*. 2018a. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018a.

SANDES, Luis. Uma conversa com Gullar sobre concretismo e poesia brasileira. *Caiana*, Buenos Aires, v. 13, p. 86-95, 2018b.

SANDES, Luis. Concretismo paulista: uma tentativa de a arte ir além da arte? In: Congresso Internacional de Estética e História da Arte, 2018c, São Paulo. *XI Congresso Internacional de Estética e História da Arte – Rompendo Fronteiras: arte, sociedade, ciência e natureza do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História de Arte – PGEHA*, 2018c.

SANDES, Luis. Uma análise da formação artística dos concretistas paulistas pelo método da biografia coletiva. *Art&Sensorium*, Curitiba, v. 8, n. 1, , p. 138-152, jan.-jun. 2021a.

SANDES, Luis. Biografia coletiva e carreira acadêmica: uma entrevista com Flavio Heinz. *Revista de História da Unisinos*, São Leopoldo, v. 25, p. 351-357, 2021b.

VIEIRA, José Geraldo. Preâmbulo necessário. *Habitat*, São Paulo, n. 22, p. 33, 1955.

**CULTURA E PODER  
SIMBÓLICO**

## Antecedentes culturais à Brasília

*Carolina Barbosa de Melo (PGEHA/USP)<sup>103</sup>*

**Resumo:** Para ampliar e complexificar o contexto cultural brasileiro da criação e instalação da nova capital do país, buscamos contextualizar o projeto de Brasília sob a perspectiva da Cultura. Unindo estudos acerca da institucionalidade da Cultura no Brasil e sobrepondo este quadro à uma leitura sobre o aspecto cultural dos planos pilotos premiados para a nova capital, resulta-se numa trama social, política, estética e histórica na qual Brasília é envolvida. A cada capital sonhada, uma outra é abandonada, mas o jogo de poder que se estabelece na mobilidade de cidades capitais por todos os continentes, não é senão uma malha complexa de desejos, rupturas, investidas, traumas, filosofias e experimentos. E claro, Brasília não poderia ser diferente.

**Palavras-chaves:** Brasília, sistema cultural, instituições, mobilidade de capitais, artes visuais.

### Do centro para os quatro cantos do país

Brasília, como a capital brasileira hoje estabelecida que conhecemos, “surge” ao mesmo tempo em que a ex-capital Rio de Janeiro tem sua posição restabelecida no jogo nacional, igualando-

---

<sup>103</sup> carolinabarbosademelo@usp.br/ carolinabarmell@gmail.com, Programa de Pós-graduação em Estética e História da Arte (PGEHA), Universidade de São Paulo (USP)/Sesc São Paulo; Doutoranda.

se aos outros 22 estados brasileiros<sup>104</sup> em 1960. A cada capital sonhada, uma outra é abandonada (VIDAL, 2009, p. 16), mas o jogo de poder que se estabelece na mobilidade de cidades capitais, não é senão uma malha complexa de desejos, rupturas, investidas, traumas, filosofias e experimentos. E claro, Brasília não poderia ser diferente. Aqui nos interessa compreender, especificamente, o contexto cultural brasileiro da instalação e inauguração da nova capital, Brasília, no centro do país, e para isso, reunimos algumas considerações a respeito da infraestrutura institucional do Brasil, no âmbito da cultura, desde 1808 até 1956. E também olhamos diretamente para o edital do concurso do plano piloto para a nova capital (BRASIL, 1956) e os projetos arquitetônicos premiados, para observar a forma como suas demandas foram respondidas pelos seus concorrentes e se houveram respostas culturais em cada um daqueles projetos. Ambas as observações nos fornecem um panorama sobre o prolixo contexto da inauguração da nova capital – no plano institucional e no plano das ideias – e, como nos interessa, nos permite observar o estabelecimento ou não das tradições culturais

---

<sup>104</sup> Em 1962, o território do Acre elevou-se à categoria de estado; em 1977, a parte sul do estado do Mato Grosso deu origem ao estado do Mato Grosso do Sul; 1988, a nova constituição estabelece o estado de Tocantins; em 1991, foi criado o estado de Rondônia.

vigentes no país, mais especificamente, a partir do campo das artes visuais.

Qual seria a infraestrutura institucional nacional de cultura à época da proposição de Brasília? Qual compreensão de cultura estava vigente no país àquela época? Que instituições fomentavam e promoviam a cultura no Brasil àquele momento? O que o edital do plano piloto previa para equipamentos culturais da nova capital? Como cada projeto premiado solucionou estas demandas? Estas são apenas algumas das questões que deram início ao desenho deste texto, buscando contextualizar o projeto de Brasília sob uma outra perspectiva, amparada em investigações anteriores, que estabelecem este preâmbulo em suas devidas densidades e ênfases. Assim, estima-se aqui unir estudos acerca da institucionalidade da Cultura no Brasil, sobrepondo este quadro à uma leitura transversal do aspecto cultural dos planos pilotos premiados para a nova capital, resultando nesta trama social, política, poética e histórica na qual Brasília é envolvida.

Em muitos países das américas, o primeiro grande sintoma que despertou a necessidade de mobilidade das capitais foi à recusa às suas colônias (VIDAL, 2009, p. 18), mas no Brasil, no entanto, diversos outros fatores incitaram, desde muito cedo, o desejo de reestabelecimento de uma nova capital. Salvador instituiu-se como a capital da “chegada”, a marca patriarcal colonial. E, ao que tudo indica, a mesma corte que institui a capital baiana e litorânea, ainda

em 1751, foi quem elaborou os primeiros projetos que destacam o valor estratégico de uma capital no Planalto Central<sup>105</sup>. Aqui as noções de “precaução” e “segurança” parecem ser as razões para defesa de tais ideias de transferência. Novamente em 1789, porém de gênese não monárquica, o grupo de inconfidentes mineiros teriam cogitado a transferência da capital para Minas Gerais (BRAGA, 2011, p. 25), acrescentando às noções de precaução e segurança às ideias de “necessidade de povoamento do interior” e “controle econômico”, no caso, do ciclo do ouro. Ao que tudo indica, desde este momento, os interesses da elite econômica e local, passariam a se relacionar e influenciar frontalmente nas discussões em torno da mobilidade ou não da capital brasileira. Com a mudança da corte para sua colônia em 1808, Rio de Janeiro é instituída como nova capital, com seus deleites visuais e facilidade geográfica para o controle econômico<sup>106</sup>, estabelecendo-se ali a Nova Lisboa (VIDAL, 2009, p. 9), casa real, capital econômica e centro da nova elite. Desde então, a cada crise nacional, “a sociedade brasileira foi levada a se pensar novamente” como comentou Otávio Ianni (1992, p. 24) e em cada uma destas ocasiões foi pontuado, com maior ou menor intensidade, as discussões sobre a alteração da capital do país e a necessidade de

---

<sup>105</sup> Estudos de Marques de Pombal e cartógrafos sobre o Goiás a partir de 1751.

<sup>106</sup> Perfeita oposição à ofensiva bélica à qual a monarquia portuguesa buscava se refugiar quando abandonou sua corte natal.

prosseguir para além da colonização da faixa litorânea do Brasil. Ideias que, quase sempre fomentadas a partir da elite exploradora/conquistadora, traziam consigo a “necessidade de recriar um novo projeto de nação” (IANNI, 1992, p. 24) com ou sem colônia, capaz de dar um novo sentido nacional e concretizar uma colonização/conquista do país desde seu interior. Do seu centro para todos os quatro cantos do país.

Aqui, fazemos um corte temporal para observar a bandeira do Distrito Federal, instituída em 1969, como a grande representação simbólica deste gesto e deste anseio nacional. Sobre um retângulo branco, uma forma quadrada, verde e central, se assemelha à marcação do Planalto Central, possui a forma artificial e geométrica, delimitação feita sobre mapa, em plano bidimensional, aparentemente sem respeitar necessariamente a geografia e ou variações topográficas existentes. A forma do quadrado da capital poderia representar aqui a moderna, e necessariamente autoritária, ação do homem que conquista e, de certa forma, se vê capaz de criar e desenhar a sua própria natureza. Sobre este plano verde, quatro setas amarelas, em ouro, que, novamente do centro, apontam para os quatro pontos cardeais, seja de Brasília, seja do Brasil, enfatizando aqui sua afirmada vocação de ponto emanador de feixes de influência, poder, orientação, exemplo e responsabilidades. Esta imagem se destaca pelo fato de, em certa medida, encerrar e resumir, as discussões



sobre o processo de transferência da capital do Brasil para o interior do país. Mas claro, ela não é uma representação do que estava por vir, mas sim, uma apresentação de todo seu passado, iniciado ainda em 1751, e de seu presente, até mesmo como certo agouro para o que estava por vir.



*Figura 1. Bandeira do Distrito Federal, criação do poeta e heraldista Guilherme de Almeida, oficializada pelo Decreto nº 1090, de 25 de agosto de 1969.*

### **A dimensão da Cultura no Brasil e sua institucionalidade**

Um conjunto de instituições e edificações não definem por si um sistema cultural. Para além de humano e complexo, este deve exigir uma infraestrutura de base e envolver “normas jurídicas, rotinas administrativas, recursos financeiros, pessoal especializado, estudos específicos, dentre outros aspectos a serem considerados.” (RUBIM, 2017, p. 2) Para melhor entender esses universos

teóricos-conceituais, recorreremos ao que Isaura Botelho (2016) nos apresentou como as duas dimensões da cultura brasileira, distinções necessárias para se analisar o sistema cultural desde seu plano cotidiano até seu plano institucionalizado. No plano antropológico da cultura, Isaura comenta que:

(...) a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças, estabelecem suas rotinas. (...) A sociabilidade determina, assim, a interação entre os indivíduos. (...) Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, sofra alguma influência ou alteração por uma política, é necessária a alteração de realidades socioeconômicas a ponto de interferir nos estilos e na qualidade de vida de cada um (BOTELHO, 2016, p. 21-22)

Nesse sentido, ao falarmos de sistema de cultura, se abordarmos do ponto de vista da dimensão antropológica, estaríamos nos referindo às práticas simbólicas, sendo elas materiais ou não, na qual a sociedade produz. Por outro lado, teríamos, metodologicamente, conforme destaca Botelho, a dimensão sociológica da cultura como sendo:

(...) campo das institucionalidades, constituindo um circuito institucional. Nesse caso, a produção de sentidos é construída intencionalmente e, de modo geral, busca algum tipo de público, utilizando-se de linguagens específicas ou criando mediações

também intencionais. (...) se refere a um conjunto diversificado de demandas profissionais, amadoras, institucionais, políticas e econômicas, o que a torna visível e palpável (BOTELHO, 2016, p. 22)

Desde a dimensão sociológica da cultura, podemos observar de modo objetivo, ações, processos e deliberadas realizações que, por meio da cadeia de produção das diversas expressões artísticas e culturais, configuram circuito organizacional da cultura por esta perspectiva. Ambas distinções são igualmente importantes e não devem ser lidas na chave de oposições, mas sim da complementariedade. Em termos de gestão da cultura, quando articuladas, ambas dimensões se resultam em políticas públicas bem estruturadas, partindo de estratégias de ação necessariamente diferentes (BOTELHO, 2016, p. 20), mas resultando estruturas dinâmicas e complexas como os sistemas de cultura demandam. Por outro lado, como formas de abordagem conceitual e recurso para se observar práticas estabelecidas historicamente, essas dimensões nos permitem observar as ênfases de cada período e modelos de ideias vigentes a partir de seus interlocutores, governos ou procedimentos estabelecidos.

Diante disso, antecipamos aqui que uma Política Nacional de Cultura será forjada no país apenas em 1975 (RUBIM, 2017, p. 7) e, até que isso ocorra, o que vemos ao longo de 160 anos – do Brasil como sede de sua colônia até 1975 – é uma construção ora

lenta, ora burocrática da esfera cultural nacional. Oficialmente apresentado como um sistema hegemonicamente mestiço, composto e firmado sob o “signo da repressão” (RUBIM, 2017, p. 2-3), do ponto de vista social, a cultura brasileira apoiou-se na produção de resistência social e na criação de afirmações simbólicas pontuais e eventuais, para garantir a sua forma de existir e persistir como lembrete da necessidade de um sistema cultural nacional. Sendo assim, tratamos aqui de uma leitura da infraestrutura oficial de cultura do Brasil de 1808 até 1956, para contextualizar a trama sob a qual o concurso para o plano piloto da nova capital foi sobreposto. E por fim, observaremos as possíveis “invenções de tradições” da nova capital.

Dentre diversas outras modificações, a fuga da Família Real Portuguesa ao Brasil suscitou a demanda de mutação do cenário nacional de 1808, ocorrendo a “alteração mais relevante da institucionalidade da cultura” (RUBIM, 2017, p. 3). Marcamos, por isso, este momento para iniciar a observação da forma como, desde então, esta institucionalidade se constituiu. E assim vemos que, neste Brasil que havia acabado de se tornar sede de sua própria corte, eram proibidos livrarias, bibliotecas, imprensas e semelhantes e todas essas ausências tiveram que ser rapidamente alteradas e estabelecidas para a nova demanda de forjar uma vida metropolitana para a sede da corte. Este momento delimitou a constituição de um sistema cultural artificial, ornamental,

comedido, sem capilaridade e incapaz de absorver a produção e expressão das culturas subalternas. Posteriormente, com a Proclamação da Independência em 1822, o Império enfatizou a produção de grandes marcos monumentais para escrever uma possível história da cultura do país a partir de sua capital Rio de Janeiro, sobretudo pela elaboração de panteões para as artes oficiais, sendo produzidas e reproduzidas pelas instituições como a Biblioteca Nacional (1810), incursões como Missão Artística Francesa (1816) e a Academia de Belas Artes (1826)<sup>107</sup> com suas Exposições Gerais de Belas Artes. Especificamente no contexto das artes visuais, temos que em 1840, as Exposições Oficiais receberam autorização para expor em obras de artistas de todo o Brasil desde que fossem julgados pela Academia (FERNANDES, 1998, p. 108). O que nos permite concluir que a competição entre artistas nacionais passaria a ser recorrente no país, mesmo diante das discrepâncias do próprio sistema da arte. Uma única escola de Belas Artes, estabelecida na capital, passaria a colocar parâmetros para a produção e julgamento da cultura visual nacional, mesmo sem oferecer meios de formação mais abrangentes. Esta parece ser

---

<sup>107</sup> Temos ciência da pesquisa de Rodrigo da Silva Lucena sobre o histórico da criação da Academia de Belas Artes da Bahia (1877 – 1895), porém o consideramos como fato isolado e novamente, ocorrido numa ex-capital do Brasil que, de certa forma, guardou certa institucionalidade original.

a marca do que se estabelecerá como procedimento do primitivo sistema cultural brasileiro.

Antonio Rubim (2010) nos relembra que até que o Brasil seja proclamado como República, em 1889, não havia universidades no país, em contraste às mais de 30 instituições existentes na América Espanhola<sup>108</sup>. A República, que promoveu “uma transição pelo alto sem rupturas significativas e sem participação relevante dos setores populares” (RUBIM, 2017, p. 4), manteve o mesmo procedimento Real no campo da cultura, e, em suas primeiras décadas, baseou-se na concentração dos equipamentos e eventos nacionais na capital, na ausência de desenvolvimento nacional e sobretudo, reforço ao entendimento limitado e elitista de cultura como as expressões advindas das artes acadêmicas, unicamente.<sup>109</sup> Reforçamos, pois, que praticamente até final da República Velha (1930), não podemos, conceitualmente, dizer que o Brasil possuía uma política culturais insuficiente, uma vez que a própria noção de política cultural demanda,

---

<sup>108</sup> Havia dois ou três colégios superiores de disciplinas isoladas, necessárias ao exercício de atividades extremamente técnicas e isoladas. RUBIM, 2017. pp.3

<sup>109</sup> De modo nenhum queremos ignorar a relevância de iniciativas de cada unidade da federação brasileira à época e outras pontuais ações realizadas pela República brasileira no território nacional. Nos interessa aqui observar apenas os preâmbulos que contornaram o que hoje podemos ler como um sistema cultural pensado a partir de políticas específicas para tal. Desta forma, também não propomos um olhar anacrônico contemporâneo para a Velha República, mas sim, observar a falta de pensamento sistematizado como forma de organização da vida cultural – na sua dimensão antropológica e sociológica - de um país continental, sobretudo a partir de sua capital.

necessariamente, um grupo de “intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas” (RUBIM, 2007, p. 102), o que, objetivamente, não existia de fato. Achemos importante esse destaque para que não nos percamos nos limites teórico-conceituais que estamos observando. Porém, demarcamos, portanto, a primeira “triste tradição” do histórico da cultura brasileira, a ausência (RUBIM, 2007, p. 103).

Importante observar que apenas sessenta e sete anos separam este momento de 1889 – o Brasil se entendendo como República - do lançamento do concurso de projetos pilotos para a construção da nova capital do país em 1956. O que, em outras palavras, significa observar que o Brasil, como sociedade, teria pouco mais de meio século para se entender, ler e se reorganizar como nação. O curto espaço de tempo chega a ser inverossímil, diante do desafio proposto e dos meandros nacionais percorridos entre essas seis décadas.

Deste ponto, já nas primeiras décadas do século vinte, deslocamo-nos um pouco da capital da República para pontuarmos, porém, as iniciativas lideradas pelo artista e intelectual Mario de Andrade, paulistano, que tinha como intenção o mapeamento e catalogação das mais diversas formas de expressão dos que habitavam o Norte e o Nordeste brasileiro desde suas

primeiras viagens de pesquisa em 1918<sup>110</sup>. Esta iniciativa, por sua vez, prepara e provoca Mario de Andrade para arquitetar o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>111</sup>, em 1936, a pedido do Ministério da Educação e Saúde Pública (MÊS), Gustavo Capanema (SPHAN/ 1981).

Ainda de São Paulo, retomamos que, em 1930, estamos distantes apenas 26 anos do concurso para a nova capital do país e é nesta década que precisamos nos ater a uma gama imensa de modificações na sociedade brasileira. Destacamos apenas uma, por sua grande inflexão no que diz respeito a embrionárias ideias sobre sistemas de cultura, neste caso, no âmbito municipal. Se trata da singularidade, novamente de Mario de Andrade, a frente do inédito Departamento de Cultura do Município de São Paulo<sup>112</sup>, a partir de 1935, que tinha como principais premissas:

- (i) estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura;
- (ii) pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”;

---

<sup>110</sup> Este projeto seria interrompido abruptamente em 1938, deixando como legado ao país o que poderia ser considerado como um dos primeiros acervos de cultura imaterial brasileira. Sabe-se de: 1.299 fonogramas com um total de 33 horas de gravação; 856 objetos, entre instrumentos musicais, trajes, estátuas e outros itens; 21 cadernetas de campo, com cerca de cem páginas cada, repletas de notas sobre música, dança, arquitetura e costumes; mais de 600 fotografias e 15 filmes.

<sup>111</sup> Hoje IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional);

<sup>112</sup> Secretaria Municipal de Cultura



(iii) propor uma definição ampla de cultura, que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares;

(iv) assumir o patrimônio não só como material e associado às elites, mas também como imaterial e pertinente aos diferentes segmentos da sociedade;

(v) patrocinar missão etnográfica à região amazônica e ao Nordeste para pesquisar e documentar seus ricos acervos culturais;

(vi) fortalecer a institucionalidade cultural por meio da criação de organismos e procedimentos<sup>113</sup> (RUBIM, 2017, p. 5)

Como até então estávamos observando o que poderia representar qualquer forma de organização de ideias por parte do Estado brasileiro sobre a cultura, mesmo que ainda preliminares, justificamos que este deslocamento para esta iniciativa local e municipal de São Paulo se releva devido à sua capacidade primeva de articular o que acima apresentamos como as duas dimensões da cultura – antropológica e sociológica – conforme apresentou Isaura Botelho. Novamente, destacamos que esta é uma leitura feita desde hoje, apenas como recurso conceitual para notar as distinções do que estava vigente na cultura até a década de 1930 e o que as novas proposições de Mario de Andrade apresentavam. Uma vez que o tema das cidades capitais é de nosso interesse, destacamos o fato dessas movimentações, em torno do SPHAN, surgirem na interlocução decisiva com personagens da cidade de São Paulo, uma não-capital, com muito pouco a perder na disputa

---

<sup>113</sup> “O projeto de Mário de Andrade tem limitações, mas elas não podem impedir seu reconhecimento, mesmo no cenário internacional.” (RUBIM, 2010, pp.5)

por um lugar de hegemonia cultural nacional, ainda bastante rural e provinciana à esta década, mas com muito a oferecer como possibilidade de “centro” nacional, ora pela urbanização galopante ora pela economia que a garantia certa autonomia e relevância<sup>114</sup>.

Mas de volta à capital oficial do país, citamos ainda Gustavo Capanema, ministro de Educação e Saúde Pública, que, pela primeira vez, convidou artistas e intelectuais progressistas<sup>115</sup> para comporem as diversas pastas do ministério. Neste ensejo fora implementada a proposta de Mario de Andrade para o SPHAN, com significativas alterações por Capanema e Rodrigo Franco de Mello em 1936. O SPHAN (posteriormente IPHAN) seguiu inaugurando uma certa continuidade institucional até então pouco conhecida no território da cultura brasileira, contra todas as expectativas, e até com certa “insularidade institucional”<sup>116</sup>. Em

---

<sup>114</sup> Curioso notar que uma iniciativa municipal e periférica [de fora do centro oficial/ capital], como da cidade de São Paulo, possa ter se configurado como um ponto fundante da reflexão institucional em torno da cultura, estabelecendo inclusive um deslocamento ou uma certa competitividade cultural com a própria capital do país desde então. Muitas vezes a ideia de centro, estabelecido pela capital de um país, se constituiu para muito além do aparato governamental. Seu poder é preciso estar flagrante em sua arquitetura, sua influência, sua economia e sua cultura, compondo um emaranhado que a garante um certo poder.

<sup>115</sup> Nas letras e nas artes plásticas, Capanema procurou colocar-se acima das disputas políticas e ideológicas que agitavam o país. Assessorado por seu chefe de gabinete, o poeta Carlos Drummond de Andrade, cercou-se de uma equipe diversificada, integrada, entre outros, por Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Vila-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinicius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

<sup>116</sup> (Miceli, IN: RUBIM, pp.6)

contrapartida, retrospectivamente, podemos observar a escolha classista pela preservação prioritária da cultura hegemônica branca e o não envolvimento com os espaços e sítios preservados, a escolha pela patrimonialização de bens prioritariamente materiais, e novamente, por um entendimento muito restrito e limitado de cultura, o que fez restringir e diminuir a importância e ação da instituição ao longo dos anos. Vemos então que a estrutura governamental vigente, entre as décadas de 1930 e 1940, foram sempre insuficientes para evitar a “subalternização das culturas populares, indígenas e negras” (RUBIM, 2017, p. 4) que seguiram sem importância institucional para o Estado brasileiro.

Também a partir desta década de 1930, observamos a segunda “triste tradição” do histórico da cultura brasileira, o autoritarismo coligado ao sistema de cultura (RUBIM, 2007, p. 103). Ora atuando negativamente (com opressão, repressão e censura) e ora atuava de modo afirmativo, por meio da criação de novas formulações, práticas, normas e instituições (RUBIM, 2017, p. 5), este contexto encampou a inauguração de diversos serviços nacionais tais como o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). Antônio Rubim destaca que o “nacionalismo, brasilidade, harmonia entre as classes sociais,

apologia ao trabalho e reconhecimento do caráter mestiço balizaram o ministério”. No campo específico das artes visuais, citamos que as décadas de 1930 e 1940 foram decisivas para o surgimento de museus vocacionados para a linguagem no país, sendo eles: o Museu Nacional de Belas Artes (1937), o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (1947), o Museu de Arte Moderna de São Paulo (1948) e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1948)<sup>117</sup>, sendo dois destes, instituições privadas e outros dois, públicas<sup>118</sup>. Para além do sistema de museus que passava a se formar, em 1945, um decreto de lei<sup>119</sup> estabelece que o SPHAN passaria a proporcionar a cooperação necessária, na medida de seus recursos, para que anualmente fossem realizados, em cada Estado, salões estaduais de belas artes organizado nos termos e com as mesmas finalidades<sup>120</sup> do Salão Nacional de Belas Artes (FERNANDES, 1998, p. 132). Daqui, passamos a observar a primeira sistematização de uma política de descentralização do maior evento de fruição e premiação oficial das artes visuais no

---

<sup>117</sup> o Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, 1937), o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP, São Paulo, 1947), o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP, 1948) e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ, 1948),

<sup>118</sup> Além destes, havia uma dezena de outros museus com acervos diversificados e outras vocações, como os dedicados aos campos da história, geografia, ciências naturais, antropologia e forças armadas.

<sup>119</sup> Decreto Lei n. 8153 de 29 de outubro de 1945; (FERNANDES 1998, 132)

<sup>120</sup> Daqui destacamos que uma das finalidades de maior relevo destes Salões era a aquisição de obras premiadas para a formação de uma coleção de arte pública (FERNANDES 1998, 132)

país. Por fim, pontuamos que a abrangente instituição que versava da Educação à Saúde, passando por meio ambiente e esportes, e que esteve envolvida com essa proposição anteriormente citada, é subdividida em 1953, conformando o Ministério da Educação e Cultura (com a sigla MEC), sobretudo devido à necessidade de autonomia da área da Saúde.

Também no aspecto da administração pública, é importante recuperar o histórico da estrutura de governo federal existente neste período de 1808 a 1957, uma vez que a estrutura organizacional do governo nos interessa, sobretudo para nos aproximarmos do concurso dos planos pilotos para a nova capital. Oito ministérios compunham o quadro institucional do governo brasileiro na década de 1950, sendo eles: Fazenda (1808), Justiça (1822), Relações Exteriores (1823), Agricultura (1860), Trabalho (1930), Educação e Saúde (1934) e a Casa Civil (1938), sendo que, como já citamos, em 1953, o ministério de Educação e Saúde se torna exclusivamente da Saúde e é instituído o ministério de Educação e Cultura no mesmo ato. Vemos também a instauração de outros institutos e órgãos federais, com a finalidade de organizar a vida institucional nacional, dos quais destacamos ainda – para além dos já citados – o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (1937), a Comissão Nacional de Folclore (1947) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955). Deste arcabouço, vemos que, em alguma medida, para além da estruturação de

instituições ocupadas em construir uma política abrangente sobre certos campos da sociedade brasileira, também assuntos menos materiais como o folclore, as pesquisas e os estudos brasileiros começam a aparecer no quadro oficial do Estado. E, por fim, do ponto de vista da construção dos saberes acadêmicos, relembremos ainda que as universidades, inauguradas após a República, totalizavam um conjunto de 24 unidades de ensino superior até a metade da década de 1950<sup>121</sup>. E desta forma, chegamos ao lançamento do concurso para o plano piloto da nova capital em 1956.

### **O aspecto cultural nos planos pilotos de Brasília**

Em 30 de setembro de 1956, foi publicado no Diário Oficial da União os parâmetros para o Concurso de planos pilotos para a nova capital. Na qual, qualquer arquiteto ou arquiteta, brasileiro ou estrangeiro, mas residente em território nacional, poderiam submeter seus projetos. Cento e vinte dias era o tempo

---

<sup>121</sup> As cinco “primeiras” escolas superiores brasileiras formam uma imagem da exploração e ocupação colonial do território até o século 19, localizando-se no Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Sua maioria foi composta pela inauguração de colégios, institutos e faculdades independentes sendo posteriormente unificadas sobre a alcunha de “universidade”. Neste ponto ainda, merece destaque o fato de que, estabelece-se como sexta instituição acadêmica do Brasil e a primeira a ser denominada como uma “universidade”, a Universidade Federal do Amazonas (à época Universidade de Manaus), sublinhando a importância desta região do país neste momento de início do século XX.

previsto para que cada uma dessas equipes concebessem uma proposição de Brasil em forma de capital, a partir de preceitos extremamente amplos, na qual deveriam apresentar obrigatoriamente:

traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000); relatório justificado (BRAGA, 2010, p. 39).

Caso quisessem, os concorrentes poderiam “dentro de suas possibilidades” (BRAGA, 2010, p. 39) apresentar mais oito subsídios e comprovações que justificassem os elementos e escolhas de seus projetos, no que dizia respeito à:

- 1) distribuição das zonas agrícolas, urbanas, industriais, de caça e pesca, de preservação, de controle de erosões e de proteção de mananciais;
- 2) cálculo de energia elétrica, água e transporte;
- 3) programa de desenvolvimento da cidade com suas etapas e durações;
- 4) elementos para legislação reguladora do uso da terra e recursos naturais;
- 5) previsão de abastecimento de energia elétrica, água, transporte e demais recursos;
- 6) equilíbrio e estabilidade econômica da região;
- 7) previsão de desenvolvimento progressivo equilibrado;

8) distribuição conveniente da população entre diversas zonas (BRAGA, 2010, p. 15).

Nos parece correto afirmar que, para além do simples traçado de uma nova cidade do ponto de vista urbano e infra estrutural, o edital deixa brechas para que nestas proposições sejam esboçados modelos sociais, econômicos, demográficos, ecológicos e claro, urbanos. No afã de enfim encampar a antiga proposição da mudança da capital para o interior do país, este concurso também reuniu e anunciou modos de leitura da sociedade, elaborados por esse grupo de profissionais, a partir de seus próprios repertórios, concepções e claro, de todas as camadas anteriormente citadas que o pensamento sobre uma nova capital no Brasil já havia suscitado. Em outras palavras citamos Aline Braga (2011) quando comenta que:

O Concurso do Plano Piloto de Brasília realizado em 1957 traduziu, entre outras coisas, o retrato de uma geração de arquitetos que buscava respostas aos problemas comuns das cidades contemporâneas e elucidava teorias pressupostamente mais eficientes para organizar o caos urbano (BRAGA, 2011, p. 15).

Novamente, atentas ao edital do concurso, respondemos a uma das indagações deste texto: qual a demanda para o campo da cultura estava posta no edital para a nova capital? Objetivamente, nenhuma.



Dentre os 26 projetos urbanísticos submetidos para o concurso, sete foram selecionados para a premiação do pleito para a nova capital do Brasil em março de 1957<sup>122</sup>. Em todos estes a influência das ideias de Le Corbusier era evidente e, muitos preceitos que já estavam sendo revistos e questionados na arquitetura moderna mundial, foram seguidos à risca pelos grupos brasileiros, como destacou Aline Braga:

Foi grande a surpresa ao se revelar que todos os planos pilotos tinham inspiração racionalista e separavam as atividades de habitação, circulação, trabalho e lazer. A influência de Le Corbusier era evidente. Embora houvesse diferenças notáveis de abordagem, a maior parte das propostas trabalhava a definição de setores, a liberação de espaços livres, o tipo célula que subentendia o crescimento, simetria, regularidade, aspectos que já estavam sendo revistos na Europa nas discussões feitas pelos CIA- MS (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) (BRAGA, 2011, p. 16).

Das palavras de Aline Braga destacamos o racionalismo, como inspiração moderna, e a descrição das atividades humanas tais como “habitação, circulação, trabalho e lazer”. Esses termos são comumente encontrados nos próprios projetos propostos, o

---

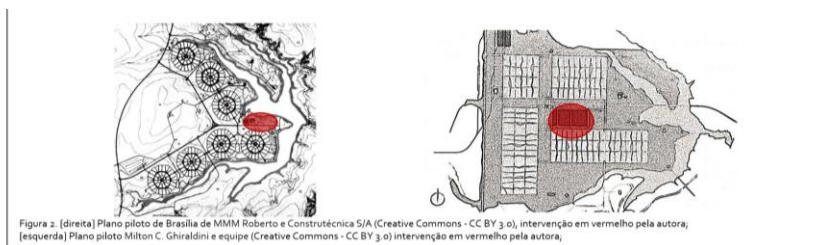
<sup>122</sup> Três destes apresentados na posição de quinto colocados (Milton Ghilardini e equipe, Vilanova Artigas e equipe e Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti), dois na categoria de quarto e terceiros “reunidos” (M.M.M. Roberto e equipe e Rino Levi e equipe). Em segunda colocação Boruch Milman e equipe e como primeiro colocado e vencedor, Lucio Costa.

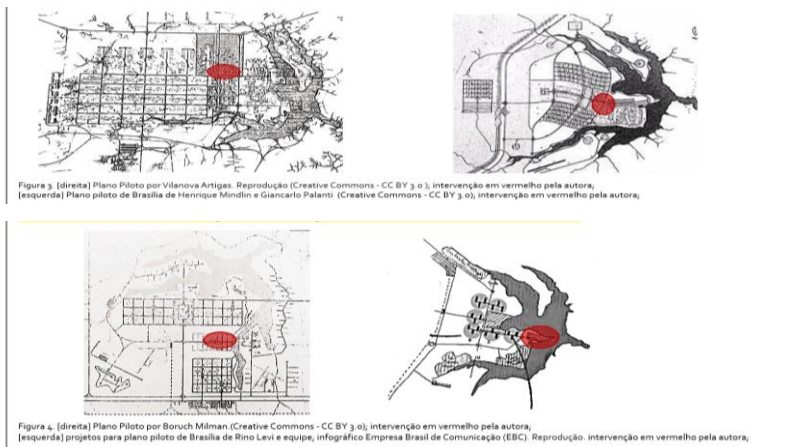
que nos leva a entender que a pesquisadora Braga não elabora uma síntese para resumir algumas ideias, mas sim, anuncia uma chave teórica-projectual assimilada aos preceitos da arquitetura moderna de modo amplo. Deste grupo de atividades destacamos a noção de lazer, que quase sempre, nos projetos apresentados, trazia consigo a própria noção de cultura. Entendemos, por ora, como noção de lazer "uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivência e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social", conforme o sociólogo Renato Requixa (1977, p. 11) pontuou. E desta forma, observamos neste ponto que, diante do Brasil de 1957, as sete equipes de arquitetos premiadas para o concurso da nova capital apresentam de modo claro propostas que demonstram a necessidade de uma infraestrutura arquitetônica e conceitual para a cultura brasileira, traduzida ora em ideias, ora em prédios, tais como espaços de fruição e difusão sendo objetivamente bibliotecas, teatros, museus, cinemas e etc, mesmo que esta demanda não estivesse posta no edital do concurso.

Marcamos aqui a relevância de se observar o uso do conceito de Lazer de modo mais amplo, sendo este um conceito que aparentemente conteria no seu interior uma noção de Cultura. Estando estas proposições sempre envolvidas no amplo conceito do Lazer e não num conjunto de ideias isoladas da Cultura como um campo, como hoje nos habituamos a analisar. Infelizmente não

teremos tempo aqui de tratar da relação entre os conceitos de Cultura e Lazer e a forma como eles se articulam para a uma melhor compreensão desta fase tardia e final do modernismo estético brasileiro, mas de toda forma, destacamos que esse ponto nos parece muito relevante para pensar Brasília, cujo projeto arquitetônico, executado ou proposto, parece nos anunciar acima de tudo, uma paisagem ideológica brasileira daquele momento quando observamos a estrutura institucional da cultura à época.

Novamente, apesar de qualquer aspecto cultural não constar como dado objetivo no edital para a nova capital, percebemos esta referência em todas as propostas premiadas. O que parece a princípio saltar aos olhos, é sem dúvida o fato de que dos sete projetos premiados, seis deles propunham de modo similar, a configuração de um centro governamental, usualmente localizado no centro geográfico da cidade e sendo este composto por quatro zonas: uma legislativa, uma judiciária, uma executiva e uma cultural.





Sem dúvida, mesmo diante de um Brasil com certa instabilidade institucional (RUBIM, 2017)<sup>123</sup>, é surpreendente observar que seis equipes desenham uma capital na qual a dimensão da cultura é equiparada ou assentada no mesmo nível dos três poderes federais. O que também nos dá a ver o fato de que, entre os projetos premiados, sua maioria acreditava ou apostava na combinação de poder governamental e cultura num mesmo plano simbólico. Mesmo tendo vivenciado episódios brasileiros que alinharam autoritarismo e cultura, esta configuração, ao menos do ponto de vista projectual, das equipes de arquitetos premiados, ainda parecia ser uma combinação que

<sup>123</sup> Terceira marca da institucionalidade da cultura brasileira conforme assinalou Rubim (Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil 2017), fechando a tríade juntamente com as já citadas “ausência” e “autoritarismo”.

merecia uma aposta. Para citar um destes projetos, destacamos o que, a princípio, nos parece mais díspar em torno das ideias apresentadas no concurso. Em unidades habitacionais circulares dispostas ao longo do lago Paranoá, a equipe MMM Roberto representa 7 centros urbanos (*cores*), nas quais não apresentariam distinções ou dominâncias, sendo que todas possuiriam serviços especializados, havendo sempre os três poderes de modo harmoniosamente descentralizado em cada unidade urbana. Estas unidades deveriam conter seus próprios equipamentos urbanos, no centro de vizinhança, que pudessem satisfazer as diversas necessidades humanas, nos aspectos do trabalho, lazer, assistência e recreação. Porém, de modo semelhante aos demais premiados, a equipe propunha um Parque Federal, composto por duas praças que seriam a Praça dos Três Poderes, com os edifícios do Legislativo, Judiciário e Executivo; e a Praça da Cultura, composta por pinacoteca, museu, auditório ao ar livre, biblioteca nacional, teatro, edifício das ciências, o secretariado e o edifício internacional.

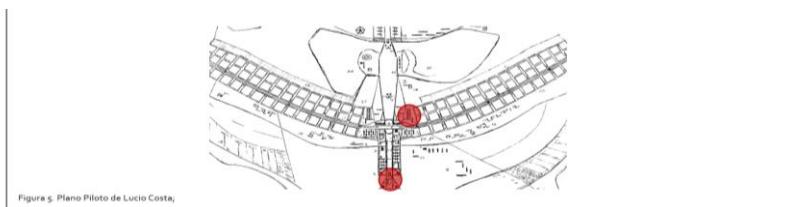


Figura 5. Plano Piloto de Lucio Costa,

O único projeto que não propõe esta centralidade e equivalência simbólica entre poderes federais e as principais estruturas físicas que “abrigam a cultura”, é exatamente a proposta vencedora de Lúcio Costa. De fato, Costa elabora o único projeto que separa zona governamental de zona cultural com clara distinção, cujo centro do poder não continha uma esfera cultural, mas ao mesmo tempo, esta dimensão se encontra amplamente defendida em outras seções do projeto. Costa relaciona a “zona cultural” com o recém-criado Ministério da Educação e Cultura (MEC) e com a universidade de Brasília, elaborando uma proposição de cultura aparentemente mais sistêmica e complexa.

Tendo em vista as possibilidades de Brasil elaboradas a partir de cada projeto proposto para o plano piloto da nova capital, observamos que, de certa forma, também foi aceita, por ato deliberado ou não, uma possível delimitação entre Estado e Cultura, tal como proposto por Costa. O que vivenciamos, porém, foi a interrupção desta possibilidade de implementação e, novamente, numa coligação entre cultura e autoritarismo, a partir do golpe militar, aos quatro anos de instituição da nova capital e ainda, em uma cidade em obras a pleno vapor, em 1964. E neste ponto, nos deparamos com reflexões inquietantes: estariam Milton Ghilardini, João Vilanova Artigas, Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti, irmãos M.M.M. Roberto, Rino Levi, Boruch Milman e respectivas equipes elaborando uma proposição de Brasil na qual a

dimensão sociológica da cultura, tal como explicitamos acima, estivesse equiparada aos três poderes nacionais? Estariam estes buscando certa centralidade de vanguarda ao campo e de certa forma equiparando e representando uma espécie de 4º poder por meio da cultura? Da mesma forma, e por consequência, seria o projeto de Lucio Costa o que mais se assemelhava ao *status quo* do sistema de uma estrutura de cultura já estabelecido no Rio de Janeiro? Promovia Costa uma “tradição inventada” (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 9) na qual visava a repetição de regras tácitas sobretudo para garantir uma continuidade em relação ao passado?

Possivelmente não teremos respostas a cada uma dessas indagações sem antes esmiuçar a trajetória de pensamento de cada arquiteto responsável por cada equipe de projeto premiado<sup>124</sup>. Talvez até mesmo a partir das ideias de Lucio Costa, a quem temos acesso a diversos relatos, depoimentos, biografias e ampla documentação, não nos apresente uma resposta, sendo estes questionamentos mais especulativos, que nos coloca a considerar outras possibilidades de leitura deste contexto, do que perguntas que demandam respostas objetivas.

De toda maneira, sendo o projeto vencedor de Lucio Costa, divergente ou semelhante de seus colegas nos modos de

---

<sup>124</sup> Assinalamos aqui a relevância de que estudo seja feito.

especular a respeito da dimensão da cultura em um projeto para a nova capital, também este, em certa medida não poderia ser cotejado de modo objetivo para analisarmos o sucesso da implementação de suas ideias ou não. Uma vez que com a instauração da ditadura no Brasil, vivenciamos a implementação não do projeto vencedor, mas sim, do que parecia ser ideal aos preceitos do grupo de brasileiros no poder à época, que executaram de fato, um oitavo projeto de plano piloto. Sendo este o “novo projeto de Brasil” de fato implementado.

No que diz respeito ao campo da cultura, e de volta à bandeira do DF que recuperamos no início deste texto, e à 1969, podemos sugerir que as suas quatro setas emanadoras passam a emitir não a ação modelar tal como possivelmente desejado, mas, a ação de delimitação, de controle e a de vigilância, pela primeira vez, enfim, muito bem posicionada, desde o centro do país.

A partir deste ponto observamos que, diante de uma possibilidade mudança e ao mesmo tempo coligada com um contexto autoritário, o que observamos nos primeiros anos de existência de Brasília não foi um corte abrupto e imediato que pudesse amputar ideias vanguardistas do campo da cultura, porém, vemos que nestes primeiros cinco anos da capital, passam a se configurar escolhas importantes para delinear o modo de operar a cultura diante deste cenário nacional. Citamos aqui a inauguração de Salões de Arte Moderna do Distrito Federal (1964) e a criação



do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (1965), ambos realizados pela Fundação Cultural do DF, órgão recém-criado para organizar e fomentar a vida cultural brasiliense. Ambos passariam a ser realizados em grandes panteões modernos tais como os foyers do Teatro Nacional (para a exposição) e Cine Brasília (para o Festival), de certa forma, repetindo uma fórmula da concentração da fruição da cultura em lugares específicos e de certa forma, grandiosos e muito bem delimitados, tais como vemos na repetição das outras capitais brasileiras como Salvador e Rio de Janeiro.

Portanto, reforçamos que este artigo busca reunir considerações para começar a observar o modo como os projetos propostos para a nova capital podem ser lidos na chave de resposta à uma infraestrutura e entendimento de cultura vigente a sua época. E da mesma forma, pontuar que entre utopia e a vida tópica das cidades brasileiras, o que vemos em Brasília, foi a impossibilidade de se construir aquele ponto central emanador de novas possibilidades de país para todos os quatro cantos, como anunciava a bandeira elaborada para o Distrito Federal. Da sua tábula rasa da prancheta branca, sobretudo pela sucessão de um regime autoritário, vemos a implementação de novas tradições, que, quase sempre, buscavam ancorar-se em certa segurança do passado, para não ter que enfrentar as angústias de possibilidades abertas e desconhecidas de futuro.

Desta forma, apresentamos aqui alguns pontos de conclusão deste texto: reforçar a importância e necessidade da leitura dos projetos urbanísticos propostos à nova capital como fonte documental primária para as discussões sobre o Brasil na década de 1950 e 1960, igualmente, a relevância de observarmos as ideias propostas pelos projetos que não foram elaborados, ou seja, olhar para Brasília, para além das ideias de Lúcio Costa; observar Brasília a partir de sua ruptura, continuidade ou releitura de tradições estabelecidas pela sua antecessora, Rio de Janeiro; destacar o sistema cultural brasileiro à época como conformador de uma ideia vigente de cultura, assim como sua relação com ideias transnacionais recorrentes no momento do concurso e inauguração de Brasília; considerar uma possível discussão entre os conceitos de Lazer e Cultura para observar como, a partir das ideias que circulavam no âmbito da Arquitetura Moderna, poderiam, em certa medida, atualizar o entendimento de cultura no Brasil para esta década de 1960; observar como esses elementos se articulam com a construção das tradições [inventadas] em Brasília no anos subsequentes.

## **Referências**

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BRAGA, Aline Moraes Costa. *(Im)possíveis Brasília: Os projetos apresentados no concurso do Plano Piloto da nova capital federal*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2011.

BRAGA, Milton. *O Concurso de Brasília: Sete Projetos Para Uma Capital*. São Paulo: Cosac & Naify e Imprensa Nacional, 2010.

BRASIL. “Diário Oficial da União.” 19 de Setembro de 1956. Disponível: <https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FERNANDES, Jurema Palmeira. O salão: memória institucional. *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*. 1998. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRJ\\_9ea0a4cbff54b61161466181899d0189](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRJ_9ea0a4cbff54b61161466181899d0189). Acesso em: 02 maio 2021.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Coleção Pensamento Crítico; v. 55.

IANNI, Octávio. *A ideia do Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

REQUIXA, Renato. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. *Revista Matizes*, p. 57-77, 2017.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia [online]*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Vers. p. 101-113, jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641239008.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SPHAN, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mário de Andrade: Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Edição: Lélia

Coelho Frota e José Laurenio de Melo. Brasília: Fundação Pró Memória, 1981.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora da UnB, 2009.

## Adorno e o gramofone

*Caui Martins (PPGS/USP)*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar alguns tópicos desenvolvidos por Theodor W. Adorno em seus primeiros escritos que versam sobre temas fonográficos, sobretudo o conjunto de aforismos “Curvas da agulha” [*Nadelkurven*], publicado em 1928. Mais especificamente, trata-se de indicar algumas linhas de interpretação, com a finalidade de, em pesquisa de doutorado em curso: (1) explorar a diferenciação que Adorno propõe entre o gramofone como dispositivo de reprodução de obras pré-gravadas e as possibilidades produtivas e composicionais aventadas e discutidas, nos anos 1920, sob a rubrica de “música mecânica”, e (2) considerar a impressão adorniana de que a incorporação da eletricidade na tecnologia gramofônica, em 1925, diminuiu a qualidade do timbre e distanciou, cada vez mais, as vozes gravadas, sublinhando, nesse sentido, como a ambiguidade deste desenvolvimento técnico “confirma a ambiguidade do próprio processo de racionalidade progressiva” – um diagnóstico que ressoa as conhecidas influências de Weber e Lukács em sua obra, mas que também dialoga intimamente com reflexões produzidas, no mesmo período, por Siegfried Kracauer.

**Palavras-chave:** Theodor W. Adorno, música gravada, técnica, mecanização, racionalidade

A crítica de Theodor W. Adorno à indústria cultural sempre encontrou na produção fonográfica uma de suas expressões máximas. O registro de sonoridades na superfície de

cilindros e discos reifica o material musical, possibilita sua reprodutibilidade técnica segundo fins e lógicas próprias à distribuição e troca de mercadorias e o submete ao princípio de equivalência e à heteronomia do mercado. No entanto, a fonografia figura na obra de Adorno em constelações que não se restringem a enfatizar seu caráter instrumental para o engano das massas. Escritos anteriores e posteriores à formulação do conceito de indústria cultural por Adorno e Horkheimer, em 1944, abordam aspectos distintos da música gravada: seu progresso tecnológico ambíguo (ADORNO, 1984a [1928/1965]); seu caráter arquivístico e de escritura (ADORNO, 1984b [1934]); seu potencial pedagógico, de citação e de escuta concentrada (ADORNO, 1976 [1963]); sua crítica ao aspecto cênico da ópera (ADORNO, 1984c [1969]); entre outros (ADORNO, 2011 [1962]). Como parte de uma investigação mais ampla sobre o tema da música gravada na obra de Adorno,<sup>125</sup> a presente comunicação visa sinalizar certos tratamentos cronologicamente iniciais que alguns tópicos fonográficos receberam na obra do autor.

## I

Em 1965, Adorno re-editou para a revista vienense *Phono: internationale Schallplatten-Zeitschrift*, chefiada por Kurt

---

<sup>125</sup> Um mapeamento introdutório sobre a música gravada em Adorno está disponível em Martins (2020).

Blaukopf, um conjunto de aforismos publicado originalmente em 1928, em *Musikblätter des Anbruch* (também de Viena), intitulado “Curvas da agulha” [*Nadelkurven*]. Na primeira frase do texto, em sua redação de 1965, lemos que: “Às máquinas falantes e discos fonográficos parece ter ocorrido, na história, o mesmo que, anteriormente, às fotografias: a transição da manufatura para a empresa industrial modifica a *técnica de distribuição* e, ao mesmo tempo, o que é *distribuído*” (ADORNO, 1984a, p. 524, grifos nossos).<sup>126</sup> Em nota de rodapé, Adorno afirma não ter tido a intenção de alterar os “motivos” da publicação original, embora algumas reformulações na linguagem tenham sido necessárias (ADORNO, 1984a). Como percebeu Thomas Y. Levin, no entanto, as poucas alterações e correções revelam que as intervenções no texto foram muito mais do que meramente “cosméticas”, e que “uma comparação detalhada entre as duas versões poderia muito bem fornecer um interessante índice da dimensão em que as posições adornianas sobre a tecnologia musical se transformaram neste intervalo de 38 anos” (LEVIN, 1990, p. 30).

---

<sup>126</sup> “*An Sprechmaschinen und Schallplatten scheint in Geschichte das gleiche sich zuzutragen wie vormals an Photographien: der Übergang von der Manufaktur zum industriellen Betrieb verändert mit der Technik der Verbreitung zugleich das Verbreitete*” (ADORNO, 1984 [1965], p. 524).

Se seguirmos a pista sinalizada por Levin, encontraremos na primeira frase do trabalho uma reformulação que, apesar de sutil, reconfigura todo o campo de forças em que se cristalizam os diferentes elementos que se movem no texto adorniano. A escrita original se iniciava assim: “Com as máquinas falantes e os discos fonográficos parece ter ocorrido, na história, o mesmo que, anteriormente, com as fotografias: a transição da manufatura para a empresa industrial modifica a *técnica* e, ao mesmo tempo, a *intenção*” (ADORNO, 1928, p. 47, grifos nossos).<sup>127</sup> A primeira parte da frase, que permanece praticamente inalterada, faz analogia à industrialização da técnica fotográfica (as ambiguidades deste processo de industrialização, como veremos, será o mote do primeiro aforismo de “Curvas da agulha”). Por ora, vale observar que são empregadas categorias ligeiramente distintas, em 1928 e 1965, para caracterizar o que se modifica no processo de transição da manufatura à indústria. De um lado, *técnica* e *intenção*, de outro, *técnica de distribuição* [*Technik der Verbreitung*] e o que é *distribuído*. Adorno julgou indispensável corrigir, em 1965, a terminologia relativa ao que, em outros trabalhos, denominou como “caráter duplo da técnica” na música: (1) as técnicas de composição

---

<sup>127</sup> “Mit Sprechmaschinen und Schallplatten scheint in Geschichte das gleiche sich zuzutragen wie vormals mit Photographien: der Übergang von der Manufaktur zum industriellen Betrieb verändert Technik zugleich und Intention” (ADORNO, 1928, p. 47, grifos nossos destacando as alterações).



musical; (2) as técnicas extra-musicais de distribuição em massa (ADORNO, 1978 [1958], 1984c [1969]).<sup>128</sup> Tal reformulação cinge a “técnica” em dois sentidos correlatos, porém distintos, emprega termos próprios à crítica da indústria cultural,<sup>129</sup> e é índice do núcleo temporal primordial dos diagnósticos de tempo da Teoria Crítica da Sociedade. Esta distinção, ademais, também nos convida a refletir sobre os sentidos que as técnicas de reprodução musical foram pensadas por Adorno.

Max Paddison constrói um modelo esquemático da sociologia da música adorniana que, em que pese as críticas desta sistematização de um pensamento de perspectiva explicitamente antissistêmica, permite a visualização de dois níveis de mediação social da reprodução musical nas obras de Adorno: como performance/interpretação e como distribuição (PADDISON, 1993).

No nível da reprodução como interpretação e performance, a ênfase está na mediação entre o intérprete [...] e a obra musical como partitura. Nesta fase, o *locus* da mediação é, novamente, a obra musical, mas agora como “objeto sonoro”, como uma verdadeira performance.

---

<sup>128</sup> “Na música, a técnica tem um duplo sentido. Existem as técnicas realmente de composição e os processos industriais que são aplicados à música para fins de sua distribuição em massa” (ADORNO, 1984c [1969], p. 555).

<sup>129</sup> No “Resumé sobre indústria cultural”, de 1963, Adorno emprega a expressão “técnicas de distribuição” [*Verbreitungstechniken*] para relativizar o caráter industrial da indústria cultural, que não deve ser levado ao pé da letra (ADORNO, 2021 [1963], p. 112).

No nível da reprodução como distribuição, a ênfase está em uma forma significativamente diferente de mediação – aquela entre a "indústria cultural" (como "reprodução técnica", gravação, rádio, televisão, filme, concerto, agentes, marketing, etc), e a obra musical como performance. Mais uma vez, o *locus* da mediação, nesta fase, é a obra musical, mas agora como mercadoria, com ênfase em seu valor na troca e não em seu “valor de uso” (PADDISON, 1993, p. 185-186).

As considerações de Adorno, em 1928, sobre a técnica e a intenção que se transformam no processo de industrialização da fonografia são mobilizadas, portanto, no contexto de uma reflexão sobre a reprodução musical em seu sentido de interpretação, execução e performance. O desenvolvimento da reflexão que considera as especificidades da distribuição em massa de mercadorias musicais ainda não encontraria lugar no pensamento de Adorno em função do, retrospectivamente óbvio, processo histórico em curso. Logo, seria anacrônico atribuir a tais considerações a amplitude de um diagnóstico sobre a reprodutibilidade técnica das obras de arte, e as profundas transformações na percepção e produção artísticas, que só viria a tomar os contornos explorados por Walter Benjamin, em seu famoso ensaio de 1935, por exemplo, a partir de texto de Paul Valéry publicado após “Curvas da agulha” (VALÉRY, 1928). Até então, o advento das “máquinas falantes” e dos discos fonográficos

era pensado em escopo mais restrito, relativo ao “problema da reprodução” e da mecanização da interpretação.

## II

Em março de 1925, Adorno chega a Viena para estudar composição com Alban Berg e tem em mãos a edição lançada naquele mês pela revista *Pult und Taktstock* [Pódio e batuta], periódico da Universal Edition destinado a regentes, em número dedicado ao tema da “mecanização da música”. Escreve, então, um pequeno ensaio intitulado “Sobre o problema da reprodução – fragmentos” [*Zum Problem der Reproduktion – Fragmente*] (ADORNO, 1984d [1925]), analisando a interpretação musical e a liberdade que a obra musical deixa a seu intérprete, e o publica no número seguinte da revista. O ensaio questiona o quanto a intenção do compositor fixada na partitura por meio da notação, seu conteúdo objetivo e imanente, cuja primazia sempre lhe foi cara, concede algum espaço à liberdade subjetiva do intérprete. Sua atenção está, portanto, nesta tensão e confrontação dialética. Como interpreta Henri Lonitz, “[...] a reprodução tornou-se o problema da modernidade porque as obras não permanecem idênticas ao longo da história, mas, na verdade, mudam objetivamente e até se desintegram nela” (LONITZ, 2006 [2001], p. xii). No quarto fragmento do texto, Adorno faz uma comparação entre a interpretação sem qualquer liberdade subjetiva

e a reprodução gramofônica. “[...] Assim, mesmo em obras que não admitem liberdade interpretativa, o gramofone teria apenas uma função serviçal, cujo valor dependeria do talento do compositor para a realização de sua intenção” (ADORNO, 1984d [1925], p. 444).<sup>130</sup> Tal comparação parece reiterar certa mecanicidade, uma “função serviçal”, entre o intérprete e a obra que executa análoga ao processo de abstração do trabalho, na industrialização capitalista, que torna a força de trabalho apêndice da maquinaria.<sup>131</sup> Vale frisar, nesse sentido, que o ensaio de Adorno se inscreve num debate que o compositor e musicólogo Hans Heinz Stuckenschmidt estava promovendo sob a rubrica de “mecanização da música”.

O corte epocal operado pelo advento da fonografia estimulou propostas diversas de emprego das tecnologias de reprodução sonora como meios de pesquisa científica e produção artística. Sabe-se que Max Weber consultou o acervo fonográfico do Berliner Phonogramm-Archiv, sobretudo para fins

---

<sup>130</sup> “[...] *Demnach käme auch bei Werken, die keine interpretative Freiheit lassen, dem Grammophon lediglich eine dienende Funktion zu, deren Wert abhängig wäre von der Begabung des Komponisten zur Realisierung seiner Intention [...]*” (ADORNO, 1984d [1925], p. 444).

<sup>131</sup> Ecos de uma análise marxista ortodoxa da música, para os padrões de Adorno, encontram-se no ensaio “Sobre a situação social da música” (ADORNO, 1984e [1932]). Adorno hesitou a republicá-lo em função de sua visão do conceito de produção musical identificado à precedência da esfera econômica, “mas sem considerar em que medida aquilo que designa a produção musical pressupõe, já, a produção social, desta dependendo e se isolando” (ADORNO, 2011 [1967], p. 403).

comparativos, em seu estudo sobre a racionalização da música no ocidente (WAIZBORT, 1995; WEBER, 1995 [1921]). Por sinal, o uso etnográfico do fonógrafo nos anos iniciais do século XX se converteu, rapidamente, em interessante experimentação do material registrado como material composicional (WAIZBORT, 2014; PATTESON, 2016).

Atribui-se ao fotógrafo bauhausiano László Moholy-Nagy, em texto de 1922, a formalização da proposta de uso do gramofone como meio produtor (e não apenas reproduzidor) de música (MOHOLY-NAGY, 1922). Stuckenschmidt expandiu a ideia de Moholy-Nagy a tecnologias de reprodução musical não propriamente fonográficas, como as pianolas (ou pianos mecânicos):

Em vez de criar a ilusória presença de música "ao vivo", o piano mecânico poderia ser usado para eliminar o intérprete por completo, para criar música "direta e autenticamente". Na opinião de Stuckenschmidt, esta forma de trabalhar cumpriria o desejo de longa data dos compositores por uma absoluta autonomia criativa. Como pintores ou escultores, eles poderiam produzir obras completas e autossuficientes, livres da interferência de intermediários artísticos (PATTESON, 2016, p. 32).

De 1924 a 1927, Stuckenschmidt reproduziu em periódicos especializados da Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia e Estados

Unidos,<sup>132</sup> versões muito similares de um provocativo texto – intitulado ora como “Mecanização da música” [*Mechanisierung der Musik*], ora como “Música mecânica” [*Mechanische Musik*] – em que afirmava categoricamente que “o papel do intérprete é coisa do passado” (STUCKENSCHMIDT, 1925, p. 8).<sup>133</sup>

Se Paul Hindemith e Ígor Stravinski experimentaram compor para pianos mecânicos (PATTESON, 2016; OLIVEIRA, 2015), o gramofone, frustrando a proposta de Moholy-Nagy, não mereceu a mesma atenção. Como percebeu Adorno, suas possibilidades produtivas e composicionais eram bem mais limitadas e, seu uso, como lemos na versão original do terceiro aforismo de “Curvas da agulha”, restrito à “comunicação reduzida da reprodução das obras”:

O conceito de música mecânica não se aplica rigorosamente às máquinas falantes. O mecanismo do gramofone diz respeito apenas à comunicação reduzida da reprodução das obras, conforme necessidades domésticas. Obra e reprodução são acomodadas, mas não se tocam; a obra é preservada em dimensões relativas e a máquina obediente, de modo algum ditando princípios formais por si mesma, segue pacientemente o intérprete em cada nuance. Tal prática pressupõe a existência em si inquestionável da obra e o direito do intérprete àquela liberdade, que a

---

<sup>132</sup> Para uma listagem completa, ver Patteson (2016).

<sup>133</sup> “*Die Rolle des Interpreten gehört der Vergangenheit an*” (STUCKENSCHMIDT, 1925, p. 8).

máquina acompanha com devoto ruído. Ambas, no entanto, estão em declínio. As obras agonizantes não obedecem mais a reprodução silenciosa do aparelho privado. Reproduções cuja parte subjetiva foi excluída, não precisam ser reproduzidas novamente, e as obras que necessitam de livre reprodução, começam a tornar-se irreprodutíveis. O caráter arquivístico dos álbuns de discos é evidente: foram oportunamente criados herbários de sons encolhidos que, no entanto, duram para fins desconhecidos. A atualidade das máquinas falantes é discutível (ADORNO, 1928, p. 48)<sup>134</sup>.

Adorno justifica a inaplicabilidade do conceito de música mecânica às “máquinas falantes” por seu caráter de comunicação, em escala reduzida, da reprodução musical. A segunda frase do parágrafo passou por uma reformulação, em 1965, que suprime a ênfase no “problema da reprodução”: “O mecanismo do

---

<sup>134</sup> “*Folgerecht ist der Begriff mechanischer Musik auf Sprechmaschinen nicht anzuwenden. Der Mechanismus des Grammophons betrifft allein die verkleinerte, wohnlichem Bedürfnis angepasste Mitteilung der Reproduktion von Werken. Werke und Reproduktion werden akkommodiert zwar, doch nicht angetastet; das Werk bleibt in relativen Dimensionen erhalten und die fügsame Maschine, keineswegs von sich aus Formprinzipien diktierend, folgt dem Interpreten geduldig in jede Nuance. Solche Praxis setzt den in sich fraglosen Bestand der Werke voraus und das Recht des Interpreten zu jener Freiheit, die die Maschine mit andächtigem Rauschen begleitet. Beides jedoch steht im Verfall. Die absterbenden Werke, die verstummende Reproduktion gehorchen dem privaten Apparat nicht länger mehr. Reproduktionen, deren subjektiver Anteil gestrichen ward, verlangen nicht nochmals nach Reproduktion, und die Werke, die freier Reproduktion bedürfen, beginnen unreproduzierbar zu werden. Der archivalische Charakter der Schallplattenalben ist offenkundig: rechtzeitig noch wurden den schrumpfenden Klängen Herbarien angelegt, die freilich zu unbekanntem Zweck dauern. Über die Aktualität der Sprechmaschinen läßt sich streiten*” (ADORNO, 1928, p. 48).

gramofone diz respeito apenas à comunicação reduzida *de determinadas obras*, conforme necessidades domésticas” (ADORNO, 1984a [1965], p. 526, grifos nossos).<sup>135</sup> Esta alteração reforça a interpretação que se quer sugerir, na presente comunicação, de que a teoria da reprodução que orienta as reflexões de Adorno nos anos 1920 se atém ao aspecto da interpretação. Perduram nos álbuns fonográficos, portanto, sons encolhidos que documentam, para fins desconhecidos, o declínio, a agonia e a intangibilidade entre obra e sua interpretação. A fonografia, as máquinas falantes e os discos, expressam um declínio da liberdade subjetiva de interpretação.<sup>136</sup>

### III

O mote de “Curvas da agulha” é a percepção cética, por Adorno, do desenvolvimento tecnológico da fonografia. A

---

<sup>135</sup> “[...] *Der Mechanismus des Grammophons betrifft allein die verkleinerte, wohnlichem Bedürfnis angepasste Mitteilung vorgegebener Werke*” (ADORNO, 1984a [1965], p. 526).

<sup>136</sup> Em 1946, Adorno retoma os estudos de sua teoria da reprodução musical, trabalho não concluído cujos fragmentos foram publicados em 2001 (ADORNO, 2006 [2001]) Nele encontramos uma interessante anotação de 1946 à leitura da obra de Frederick Dorian, **The History of Music in Performance: The Art of Musical Interpretation from the Renaissance to Our Day**, de 1942. Acerca do parágrafo em que Dorian afirma que “[...] The student, before the convenient availability of the gramophone, was forced to acquire his knowledge of a masterwork by direct study of the score, playing it on the piano, or just reading it. This approach sharpened his ear and imagination.” (DORIAN, 1942, p. 342), Adorno escreve: “estandardização da performance por meio dos discos de gramofone”.



incorporação da eletricidade no processo fonográfico se iniciou em 1925 e a captação e registro sonoro deixou de ser mecânico (uma única membrana converte as vibrações sonoras em impulsos mecânicos de uma agulha que sulca uma folha de estanho sobre um cilindro, no caso do fonógrafo) e passou a ser intermediado por microfones, que convertem o som em sinais elétricos. Se o processo, que permitiu a ampliação da faixa de frequência registrável em mais de duas oitavas, é geralmente descrito como revolucionário para a industrialização da fonografia e popularização dos discos e vitrolas elétricas (WURTZLER, 2007; DENNING, 2015; DIAS, 2019), a análise adorniana ressalta suas ambiguidades. Lemos, no primeiro aforismo de “Curvas da agulha”, que:

Com as máquinas falantes e os discos fonográficos parece ter ocorrido, na história, o mesmo que, anteriormente, com as fotografias: a transição da manufatura para a empresa industrial modifica a técnica e, ao mesmo tempo, a intenção. Os registros se aperfeiçoam em plasticidade e resistência; a fineza da cor e a autenticidade do som vocal, entretanto, diminui, como se a pessoa cantando se distanciasse continuamente do aparelho. Os discos, agora feitos de uma mistura diferente, desgastam-se mais rápido que os antigos; as interferências que desapareceram sobrevivem nos sons mais agudos/estridentes dos instrumentos e do canto. Do mesmo modo, a história afugentou das fotografias a relação tímida com o objeto

mudo, que ainda prevalece nos daguerreótipos, e a substituiu por uma autonomia fotográfica emprestada da falecida pintura psicológica; à qual, ainda assim, fica aquém. Correções decorativas da perda calculável de qualidade entram em conflito com a situação econômica real. Ela obriga essas técnicas, que em estágios anteriores tinham poder de penetração racional na prática artística existente, a servirem como se tivessem ainda que contar com seu correlato objetivado, a serviço do luxo e que dela exige esta concreção, que desmascara a técnica como aparência e que só pode retornar de forma ainda mais abstrata. A boa tendência da técnica consolidada de definir os objetos em si, depois da eliminação dos objetos debilitados, é, entretanto, frustrada pelas necessidades da sociedade dominante, que exige a reconciliação com esses objetos – a voz reproduzida como tal, por exemplo. Pois, na forma estética da reprodução técnica, a realidade não pertence mais a eles. Assim, a ambiguidade dos resultados da técnica progressiva, que não pode ser contida, confirma a ambiguidade do próprio processo de racionalidade progressiva (ADORNO, 1928, p. 47).<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> “Mit Sprechmaschinen und Schallplatten scheint in Geschichte das gleiche sich zuzutragen wie vormals mit Photographien: der Übergang von der Manufaktur zum industriellen Betrieb verändert Technik zugleich und Intention. Nach Plastik und Stärke werden die Aufnahmen vollkommener; die Feinheit der Farbe, die Echtheit des Stimmklanges indessen mindert sich, als würde der singende Mensch weiter stets vom Apparat distanziert. Die Platten, aus verändertem Gemisch jetzt gefertigt, verbrauchen sich rascher als die alten; die verschwundenen Nebengeräusche leben im grelleren Ton der Instrumente und des Gesanges fort. Nicht anders hat Geschichte aus den Photographien die schüchterne Beziehung zum sprachlosen Objekt verjagt, die in Daguerreotypien noch waltet, und durch eine photographische Autonomie ersetzt, die von abgelebter psychologischer Malerei erborgt ist, hinter der sie gleichwohl zurückbleibt.

Logo após o diagnóstico de que, de modo análogo à fotografia, técnica e intenção se modificam no processo de industrialização da fonografia, Adorno exemplifica as ambiguidades que percebe nesse desenvolvimento tecnológico: o produto se aperfeiçoa em plasticidade e resistência, mas seu timbre e autenticidade perdem qualidade; a voz de quem canta se distancia. E segue afirmando que esses novos discos se desgastam ainda mais rápido que os antigos (as frequências mais altas, da voz e dos instrumentos, desaparecem primeiro). É possível supor que Adorno tenha avaliado o processo de captação de ambiência da sala de gravação, inaugurado pelas gravações elétricas, como uma espécie de “distanciamento” das vozes gravadas.

Adorno afirma, em seguida, que a “perda calculável de qualidade” pelo processo de produção industrial, retomando a primeira frase, recebe correção decorativa e entra em conflito com

---

*Kunstgewerblichen Korrekturen des kalkulablen Qualitätsverlustes widerstreitet die reale ökonomische Situation. Sie zwingt jene Techniken, denen im frühen Stadium einmal die Macht des rationalen Einbruchs in die bestehende Kunstübung eignete, als sie noch mit ihrem gegenständlichen Korrelat zu rechnen hatten, in den Dienst nun des Luxus und mutet ihnen jene Konkretion zu, die die Technik als Schein entlarvte und die desto abstrakter nur niederzukehren vermag. Die gute Tendenz der konsolidierten Technik, nach dem Ausscheiden der angegriffenen und getroffenen Objekte die Gegenstände sich selbst zu setzen, wird durchkreuzt von dem Bedarf der herrschenden Gesellschaft, die Versöhnung mit eben jenen Objekten – der reproduzierten Stimme als solcher etwa wohl – verlangt. Denn ihnen kommt in der ästhetischen Form technischer Reproduktion Realität nicht länger zu. Es bestätigt damit die Zweideutigkeit der Ergebnisse fortschreitender Technik, die sich nicht hemmen läßt, die Zweideutigkeit des Prozesses fortschreitender Rationalität selber” (ADORNO, 1928, p. 47).*

a situação econômica geral. As necessidades da sociedade dominante, então, frustram a boa tendência da técnica de penetração racional em esferas ainda não-racionalizadas, e o resultado ambíguo desse processo, “confirma a ambiguidade do próprio processo de racionalidade progressiva” (Idem). É possível acompanhar, neste aforismo, a articulação de pressupostos da sociologia weberiana: a questão da calculabilidade racional da empresa capitalista na gênese do capitalismo moderno e a cristalização de uma espécie de jaula “dura como aço” que bloqueia as transformações do próprio sistema são as mais elementares. Também se faz presente, em “Curvas da Agulha”, a sociologia da música de Weber, cujos **Fundamentos racionais e sociológicos** foram publicados no início da década de 1920 (WEBER, 1995 [1921]). No quarto aforismo, lemos que “A transformação do piano de um instrumento musical a uma mobília burguesa, que Max Weber viu bem, repete-se no gramofone em aventureira redução” (ADORNO, 1928, p. 48)<sup>138</sup>. De modo geral, a forma como Weber percebeu o desenvolvimento da escala temperada e dos instrumentos musicais como expressão da racionalização no ocidente parece ter sido decisiva para as considerações de Adorno sobre o desenvolvimento ambíguo das tecnologias fonográficas,

---

<sup>138</sup> “*Die Verwandlung des Klaviers aus einem musikalischen Instrument in ein bürgerliches Möbel, die Max Weber gut sah, wiederholt sich am Grammophon mit abenteuerlicher Verkürzung*” (ADORNO, 1928, p. 48).

exemplar, portanto, de como a sociologia da música weberiana foi um pressuposto da sociologia da música adorniana (WAIZBORT, 1991).

Não se pode desconsiderar, ademais, a influência da leitura lukacsiana do processo de reificação. A expansão da racionalidade formal, de acepção weberiana, foi decisiva para a análise de Lukács acerca da expansão da forma mercadoria e, tanto o pensamento de Weber quanto o de Lukács, são constitutivos da crítica adorniana (e frankfurtiana, em geral) das formas de racionalidade que se transmutam em formas eficientes de dominação (THOMPSON, 2020).

Outra aproximação que vale ser mencionada diz respeito a ensaios de Siegfried Kracauer publicados na mesma época, sobretudo “O ornamento da massa” (KRACAUER, 2009 [1927]). A caracterização, por Kracauer, das performances sincronizadas da companhia de danças *Tillergirls*, dos Estados Unidos, em meados da década de 1920, ressalta uma espécie de “razão turva” do capitalismo: “Claro que a *ratio* do sistema econômico capitalista não é a própria razão, mas sim uma razão turva. A partir de um determinado ponto, ela abandona a verdade, da qual ela participa” (KRACAUER, 2009 [1927], p. 97). Em outra passagem, afirma que “[...] no ornamento da massa a razão não penetrou, seus modelos estão *mudos*. [...] É a mera *forma racional vazia* do culto, destituída de qualquer sentido explícito, que se apresenta no ornamento da

massa” (KRACAUER, 2009 [1927], p. 100-101). Kracauer percebe nas discretas manifestações da companhia de danças *Tillergirls*, assim como Weber percebeu no capitalismo, em geral, a permanência de elementos ambíguos, enviesados e irracionais no processo de racionalização (SANTOS, 2014).

A dimensão da influência deste trabalho de Kracauer, escrito no mesmo ano que “Curvas da Agulha”, não pode ser desprezada. Seu olhar atento às ambiguidades da cultura de massa guiou, certamente, as considerações de Adorno sobre as dificuldades de “penetração racional” da técnica face às exigências da dominação capitalista. Aponta-se, aqui, apenas potenciais correlações.

\* \* \*

"Mattinata", de Ruggero Leoncavallo, foi uma das primeiras canções encomendadas especificamente para uma gravação fonográfica. No rótulo do disco de Enrico Caruso, de 1904, lemos que a *romanza* foi “*scritta espressamente per il Grammofono*”. Esta canção foi uma das cinco peças que a Gramophone Company, de Londres, encomendou aos compositores italianos Alberto Franchetti, Umberto Giordano, Pietro Mascagni, Giacomo Puccini e ao próprio Leoncavallo (KOGELHEIDE, 2017). Pouco mais de 60 anos após o lançamento destes discos, Adorno se dispôs a escrever para o jornal *Die Zeit* uma curiosa nota, uma “carta do leitor”, em “apologia” de Leoncavallo. Adorno, porém, não sai em

defesa da obra do compositor, mas apenas retifica um lapso cometido pelo jornal, em crítica à montagem da ópera *Zingari* [Ciganos], em Flensburg, ao acusar Leoncavallo de ter plagiado “Mattinata”, atribuída equivocadamente por Johannes Jacobi, crítico de *Die Zeit*, a Mascagni.<sup>139</sup> Adorno alerta o jornal de que “Mattinata” é de autoria do próprio Leoncavallo. Trata-se de algo análogo ao que hoje se designa como autoplágio, e, como assevera Adorno, de uma estratégia compulsiva visando a repetição de êxitos comerciais.

[...] Possuo uma gravação muito antiga para gramofone de Caruso cantando a “Mattinata”, ainda hoje uma famosa peça de música de Café, acompanhado por Leoncavallo ao piano. De resto, isso pouco muda a infeliz situação de artistas que tiveram um grande sucesso uma vez na vida e, obcecados pelo desejo de duplicá-lo, recorrem ao já experimentado. Se Leoncavallo cometeu um plágio, como é muito provável deste ponto de vista, não o fez do concorrente, mas de sua própria canção, sua única composição que, além de *Pagliacci*, tornou-se popular. A compulsão pela repetição e a posterior esterilidade dos compositores veristas mereceria uma investigação mais meticulosa (ADORNO, 1986 [1967], p. 744).

---

<sup>139</sup> Jacobi diz que Leoncavallo “ouviu bem” a “Mattinata” de Mascagni, seu “parceiro de sucessos”, e a escreveu em húngaro para *Zingari*.

A popularidade dos compositores do verismo italiano nos anos iniciais da indústria fonográfica é incontestável. A interpretação de Caruso a uma das principais árias de *Pagliacci* (1892), “Vesti la giuba”, foi a primeira gravação a alcançar a marca de um milhão de discos vendidos. Não espanta que Adorno, nascido em 1903, também se recorde, em aforismo de 1929, da sensação de ouvir *Madame Butterfly* (1904), de Puccini, no gramofone.<sup>140</sup> Republicado em *Quasi una fantasia*, este aforismo postula que, para que a crítica musical ultrapasse a “cultura musical medíocre” que se expressa na polaridade entre as figuras do especialista e do diletante, é preciso que seu espectro se amplie radicalmente e que se assuma a tarefa de refletir sobre as mais complexas técnicas de composição musical *em conjunto* com a “sensação infantil” de ouvir gramofone:

Em nenhuma área a luta contra o especialista, à qual conclamava Mechtilde Lichnowsky, é mais necessária do que na música. Pois em nenhuma outra área o poder do diletante é maior. Contudo, especialista e diletante são figuras que se complementam. O diletante sente-se elevado no momento em que compreende o especialista e, por isso, se eleva em relação a ele. Já o especialista necessita do diletante para provar a si mesmo que não é um. Ambos formam os pólos de uma cultura musical medíocre, cuja hora já bateu. Por isso

---

<sup>140</sup> Gravações da ária “Un bel dì, vedremo” foram lançadas pela Gramophone Company em 1908 e 1909 nas vozes de Emmy Destinn e Geraldine Farrar, respectivamente.



é essencial ao crítico expandir sua escuta tanto de maneira imanente, indo até o limite, quanto de maneira radicalmente exterior. Pensar sobre a técnica dodecafônica em conjunto com a sensação infantil de ouvir *Madame Butterfly* no gramofone: esse deveria ser o desafio de qualquer conhecimento sério sobre música (ADORNO, 2018 [1929], p. 60-1).

O desafio de não suprimir ambiguidades, ambivalências e contradições no processo de conhecimento é traço fundamental do trabalho de Adorno. Como a presente pesquisa pretende desenvolver, nos próximos anos, tal procedimento que não força unidade ou síntese, mas visa dar voz ao racional e irracional – propõe uma crítica radical, por meio da razão, sem obliterar a sensação infantil, o traço mimético ainda não dominado pela *Aufklärung* –, pode ser encontrado no tratamento adorniano de tópicos relacionados à reprodutibilidade técnica da música, especialmente da fonografia.

### **Referências bibliográficas**

ADORNO, T. W. Nadelkurven. *Musikblätter des Anbruch*, v. 10, n. 2, Viena: Universal Edition, p. 47-50, 1928.

ADORNO, T. W. *Der getreue Korrepetitor*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1976. (Gesammelte Schriften, Band 15).

ADORNO, T. W. Musik und Technik. In: ADORNO, T. W. *Klangfiguren*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1978. (Gesammelte Schriften, Band 16). p. 229-248.

ADORNO, T. W. Nadelkurven. In: ADORNO, T. W. *Musikalische Schriften VI*. Org. Rolf Tiedemann. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984a. (Gesammelte Schriften, Band 19). p. 524-529.

ADORNO, T. W. Die Form der Schallplatte. In: ADORNO, T. W. *Musikalische Schriften VI*. Org. Rolf Tiedemann. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984b. (Gesammelte Schriften, Band 19). p. 530-534.

ADORNO, T. W. Oper und Langspielplatte. In: ADORNO, T. W. *Musikalische Schriften VI*. Org. Rolf Tiedemann. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984c. (Gesammelte Schriften, Band 19). p. 555-558.

ADORNO, T. W. Zum Problem der Reproduktion. In: ADORNO, T. W. *Musikalische Schriften VI*. Org. Rolf Tiedemann. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984d. (Gesammelte Schriften, Band 19). p. 440-444.

ADORNO, T. W. Zur gesellschaftlichen Lage der Musik. In: ADORNO, T. W. *Musikalische Schriften V*. Org. Rolf Tiedemann. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984e. (Gesammelte Schriften, Band 18), p. 729-777.

ADORNO, T. W. Leserbriefe. In: ADORNO, T. W. *Vermischte Schriften I/II*. Org. Rolf Tiedemann. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1986. (Gesammelte Schriften, Band 20). p. 740-745.

ADORNO, T. W. *Towards a Theory of Musical Reproduction*. Trad. Wieland Hoban. Cambridge, Malden: Polity Press, 2006.

ADORNO, T. W. *Introdução à Sociologia da Música: doze preleções teóricas*. Trad. Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ADORNO, T. W. *Quasi una fantasia*. Trad. Eduardo Socha. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ADORNO, T. W. *Resumé* sobre indústria cultural. In: ADORNO, T. W. *Sem diretriz* – Parva Aesthetica. Trad. Luciano Gatti. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 109-120.

DENNING, M. *Noise uprising: the audiopolitics of a world musical revolution*. London, New York: Verso, 2015

DIAS, M. T. Antes era só o ruído: música gravada e mundialização. *Arquivos do CMD*, v. 7, n. 1, p. 62-76, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/cmd.v7i01.29625> 2019.

DORIAN, F. *The History of Music in Performance: The Art of Musical Interpretation from the Renaissance to Our Day*. New York: The Norton Library, 1942.

KOGELHEIDE, R. *Jenseits einer Reihe ,tönender Punkte: Kompositorische Auseinandersetzung mit Schallaufzeichnung, 1900–1930*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Fakultät für Geisteswissenschaften der Universität Hamburg. Hamburg, 2017.

KRACAUER, S. O ornamento da massa. In: KRACAUER, S. *O ornamento da massa*. Trad. Carlos Eduardo Machado e Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 91-103.

LEVIN, T. Y. For the Record: Adorno on Music in the Age of Its Technological Reproducibility. *October*, n. 55, Cambridge, Massachusetts, London: MIT Press, 1990. p. 23-47.

LONITZ, H. Editor's Foreword. In: ADORNO, T. W. *Towards a Theory of Musical Reproduction*. Trad. Wieland Hoban. Cambridge, Malden: Polity Press, 2006. p. XI-XV.

MARTINS, C. Por uma sociologia da música gravada em Theodor W. Adorno. In: TOMÁS, L.; RAJOBAC, R. (Org.). *Música, filosofia e crítica: problemas transversais*. Pelotas: ANPPOM, 2020. p. 178-197. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/ebooks/index.php/pmb/catalog/view/34/13/143-1>.

MOHOLY-NAGY, L. Produktion-Reproduktion. *De Stijl*, v. 7, n. 5, p. 98-100, 1922.

OLIVEIRA, J. C. A influência da música mecânica no desenvolvimento da *Neue Sachlichkeit*, de Paul Hindemith: inferências na obra para órgão do compositor. *Modus*, v. 10, n. 16, p. 9-26, 2015.

PADDISON, M. *Adorno's aesthetics of music*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1993.

PATTESON, T. *Instruments for New Music: Sound, Technology, and Modernism*. Oakland: University of California Press, 2016.

SANTOS, P. S. *Siegfried Kracauer: sociologia e superfícies – escritos até 1933*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

STUCKENSCHMIDT, H. H. Die Mechanisierung der Musik. *Pult und Taktstock*, v. 2, n. 1, p. 1-8, 1925.

THOMPSON, M. J. Adorno's Reception of Weber and Lukács. In: GORDON, P. E.; HAMMER, E.; PENSKY, M. *A Companion to Adorno*. Hoboken, NJ: Wiley, 2020. p. 221-235.

VALÉRY, P. La conquête de l'ubiquité. In: VALÉRY, P. *De la musique avant toute chose*. Paris: Éditions du Tambourinaire, 1928.

WAIZBORT, L. *Aufklärung musical*. Consideração sobre a sociologia da arte de Th. W. Adorno na *Philosophie der neuen Musik*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

WAIZBORT, L. Introdução. In: WEBER, M. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. Trad. Leopoldo Waizbort. São Paulo: Edusp, 1995. p. 23-52.

WAIZBORT, L. Fonógrafo. *Novos Estudos*, n. 99, São Paulo, p. 27-46, jul. 2014.

WEBER, M. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. Trad. Leopoldo Waizbort. São Paulo: Edusp, 1995.

WURTZLER, S. J. *Electric Sounds: Technological Change and the Rise of Corporate Mass Media*. New York: Columbia University Press, 2007.

# Administração e cordel: as mutações do clima/cultural organizacional no nordeste republicano

*Diego Ramon Souza Pereira (PPGS/USFCar)<sup>141</sup>*

**Resumo:** Esta comunicação apresenta um desenho primário de uma análise sobre os cordéis de Leandro Gomes de Barros (1865-1918), no recorte 1906-1918, período quando o autor constitui a primeira tipografia especializada na edição de cordéis com capacidade de estabelecer, sem controvérsias, a autoria intelectual (publicações rotinizadas com capa, ano, autoria, título, imagem, etc). O *corpus* para esta comunicação é composto de 27 narrativas completas (história com início, meio e fim) com fito de observar nas narrativas temas como regionalismo, pobreza (individual, grupal, social e econômica), cenário político internacional (conflitos, I Guerra Mundial, mudanças geopolíticas), cenário político nacional (da situação neófita da República aos primeiros movimentos de sua crítica), portanto elementos que permeavam a administração pública brasileira. Os resultados alcançados foram a identificação de elementos de uma narrativa múltiplo periférica, acentuada em seu caráter subalterno, ilustrado pelo cordel, em momento de profunda transformação brasileira e tendo como sujeito um intelectual popular do nordeste brasileiro.

**Palavras-chave:** Cordel; Administração Pública; Primeira República Brasileira

---

<sup>141</sup> Docente da Secretaria do Estado da Bahia (SEC-Ba). Docente substituto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tutor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Sociologia pelo PPGS-UFSCar, orientando da Prof. Dra. Vera A. Cêpeda. E-mail: drspereira@uneb.br

## Traços iniciais

As pesquisas nas Ciências Sociais particularmente na área do Pensamento Social Brasileiro podem utilizar as obras literárias como recurso metodológico de apreensão da realidade ou como mecanismo para remontá-la. Pensando nesta esteira, a compreensão do cordel no contexto da I República, literatura popular típica do nordeste brasileiro, pode ser entendida como um meio de averiguação da forma como os autores desta literatura (os cordelistas), imersos em um contexto de desvalorização simbólica (múltipla e sobreposta condição periférica) capturam, selecionam, dão sentido - de forma estruturada (narrativa discursiva) - ao seu tempo e às mudanças sociais que ocorriam na Administração Pública da nascente República.

Nesse cenário, o presente texto parte do seguinte problema de pesquisa: Como o repertório presente nas narrativas do Leandro Gomes de Barros (1865-1918, PB/PE) publicadas entre 1906-1918, aclimataram as ideias da cultura organizacional imposta pela administração pública da neófito República brasileira?

O *corpus* para esta comunicação é composto de 27 narrativas completas (história com início, meio e fim). Como todo e qualquer documento, a literatura popular é também uma criação de verdades e realidades, esta comunicação não visa, portanto,

diferenciar no documento trechos ficcional e não ficcional, entende-se a narrativa tratada como uma peça argumentativa que deve ser lida e interpretada em sua totalidade. Por isso é factível aos estudos sobre Pensamento Social Brasileiro apropriar-se desta textualidade com o objetivo de entender uma determinada realidade.

As narrativas escolhidas foram extraídas do acervo da Casa de Rui Barbosa. De acordo com o site da FCRB (2015),

O Acervo de Literatura Popular em Versos da Fundação Casa de Rui Barbosa, o maior da América Latina, atualmente com mais de 9.000 folhetos de cordel, foi formado a partir da década de 1960 e, dessa iniciativa, resultou uma extensa bibliografia, composta de catálogos, antologias e estudos especializados. (FCRB, 2015).

O acesso ao material digitalizado foi feito mediante consulta ao banco de dados da fundação, pela própria página do “Projeto de Literatura Popular em Verso”, ao qual abriga a digitalização desses cordéis. Este acervo compõe como uma das primeiras do nosso país a se ater à conservação, restauração e preservação dos cordéis. Conforme apontado no site da Fundação em relação aos cordéis, “faz se necessário garantir sua preservação contra o desgaste do tempo e do manuseio, submetendo-se à coleção a tratamentos técnicos e tecnológicos específicos, assegurando-se a restauração” (FCRB, 2015).



Foi este processo minucioso de restauração e catalogação feito pela FCRB que viabilizou através de pistas como: endereço de moradia de LGB, foto do autor na contracapa do cordel e/ou acróstico com o nome do autor no último trecho do cordel, que permitiu a precisão da autoria e do ano ou período de provável publicação do cordel. É interessante destacar que as narrativas cujo título está destacado em negrito, na tabela, configuram como corpus da pesquisa, porém o cordel pode ser e geralmente é publicado com mais de uma história ou parte de história, o que na tabela, onde consta os cordéis escolhidos está sem negrito.

<b>Título</b>	<b>Ano de Publicação</b>	<b>Principais temas</b>
<b>As misérias da época/O mal em paga do bem/Queixas geral</b>	Provavelmente antes de 1906 (devido ao endereço do autor Rua da Colônia, Jaboatão-Recife)	Sátira social; Costumes: evolução/ crítica à sociedade, saudosismo, governo/ política/ imposto: crítica
<b>Affonso Penna/A orphã/Uns olhos/O que eu creio</b>	9/8/1906	Política Local; Recife
<b>Genio das mulheres/A mulher roubada/Um beijo àsperto/ A ave Maria da eleição</b>	1907	Sátira social; Costumes: evolução/ crítica à sociedade, governo/ política/ im- posto: crítica
<b>O deznéis do Governo/ Conclusão da mulher roubada /Manoel de Abernal e Manoel Cabeceira</b>	1907	Política, sátira social; Governo/ impostos/ política/ corrupção: crítica
<b>O povo na cruz/ Mosca, pulga e persevejo/ Se algum dia eu morrer /Intriga da aguardente</b>	1907-1908	Sátira social; crítica à sociedade, governo
<b>O imposto e a fome/ O reino da Pedra Fina / O homem que come vidro</b>	1909	Crítica ao governo/ política/ imposto

<b>O diabo confessando uma nova seita / História de João da Cruz (conclusão) / Padre Nosso do imposto</b>	1910-1912	Imposto, sátira-humorismo; Governo, política, religião, catolicismo
<b>A mulher e o imposto/ Décima de um português a sua namorada /Debate de Serrador com Josué</b>	1910-1912	Sátira-humorismo; Impostos/ governo/ política, crítica à mulher, saudosismo, costumes: evolução/ crítica à sociedade
<b>A voz do povo pernambucano</b>	1910-1912	Política; herói singular, sátira-humorismo, Pernambuco; Festas populares, governo/ impostos/ política/ eleição: crítica, República: presidentes
<b>Um pau com formigas/ Conclusão de Riachão com Turbana</b>	18/01/1912	Crítica ao governo/ política
<b>A festa do mercado do Recife homenagem a Dantas Barreto</b>	1910-1912	Cidades (descrição), festas populares, governo/ impostos/ política: crítica
<b>A ira e a vida de Antonio Silvino</b>	1910-1912	Política local; cangaço
<b>Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros</b>	1910-1912	Política local; cangaço

<b>As cousas mudadas / Historia de João da Cruz (4º volume)</b>	1910-1912	Sátira social; crítica à sociedade, governo
<b>O principio das cousas/ O cachorro dos mortos</b>	1913-1914	Sátira social; crítica à sociedade, governo
<b>Lamentações do Joazeiro</b>	1913-1914	Política Local; Padre Cícero
<b>A crise actual e o augmento do sello / A urucubaca</b>	1915	Sátira social, sátira- humorismo; Impostos/ governo/ política, seca, costumes: evolução/ crítica à sociedade, guerra, diabo, religião: nova-seita, humor/ ironia
<b>Os homens da mandioca / Debate de Josué Romano com Amaro Coqueiro do Piauhy</b>		Sátira-humorismo, mandioca; Costumes: evolução/ crítica à sociedade, humor/ ironia/ sátira, carestia
<b>A secca do Ceará</b>	1915-1916	Fenômenos Naturais; Seca; miséria
<b>Panellas que muitos mexem (Os guizados da Política)</b>		Política nacional; corrupção
<b>imposto de honra</b>	28/07/1916	Política, sátira- humorismo; Costumes: evolução/ crítica à sociedade, governo/ impostos/ política, República: presidentes

<b>O marco brasileiro</b>		Política, sátira-humorismo; marcos, pelepas
<b>Como derribei o marco do meio do mundo</b>		Sátira-humorismo/ debates, discussão, desafios, marcos
<b>O fiscal e a lagarta</b>	1917	Sátira social, sátira-humorismo; Governo/impostos/política/corrupção: crítica, fumo
<b>O governo e a lagarta contra o fumo</b>		Política Nacional; Imposto
<b>O tempo de hoje</b>	1918	Política Nacional
<b>O sorteio militar</b>		Política Nacional

Legenda: Tabela construída com os cordéis analisados nesta comunicação.

## **Os pilares: Cordel, Primeira República e Cultura/Clima Organizacional**

Mas afinal o que é cordel? De acordo com Haurélio (2007, p. 15) “a poesia popular impressa é herdeira do romancista tradicional, da literatura oral (em especial dos contos populares, com predominância dos contos de encantamento)”. Para o autor, o cordel, enquanto narrativa popular, está alinhado com as narrativas oralizadas, isto é associado a um dos recursos muito

usados pelo cordelista que é a argumentação melódica (LIAKOPOULOS, 2002).

A melodia é um recurso escrito muito usado desde o período medieval na Europa (BAKTIN, 1987), cujo sentido é despertar o interesse em ouvir, como também reviver memórias que são “visitadas” no processo de contar histórias. Tais impulsos (leitor e autor) estão interligados pela melodia, como pode se notar nas cantigas trovadorescas destacadas por Baktin (1987).

Considerando um universo de leitores analfabetos ou semialfabetizados, a melodia aponta para um recurso que facilita a partilha do pensamento, da história, contribuindo significativamente para a construção de uma opinião sobre determinado assunto ou fenômeno tratado na narrativa. Todavia, o processo imaginativo não pode ser descartado pelo pesquisador na utilização da obra literária como fonte de dados.

O cordel, enquanto um tipo de narrativa popular, pode ser entendido como fruto de uma construção coletiva que potencialmente aponta para representações coletivas e reconstroem memórias daquela população. Durkheim (2009) em relação ao papel da linguagem nas representações coletivas afirma que

não há dúvida de que a linguagem e, portanto, o sistema de conceitos que ela traduz, é o produto de uma elaboração coletiva. O que ela exprime é a maneira como a sociedade em

seu conjunto representa os objetos da experiência. As noções que correspondem aos diversos elementos da língua são, portanto, representações coletivas (DURKHEIM, 2009, p. 482).

De acordo com o fragmento, pode-se entender produção literária como um artefato da linguagem, portanto é uma construção coletiva da sociedade e não uma simples abstração do artista, no caso dos cordelistas. Assim como também para Halbwachs (2013), as diversas narrativas sobre um determinado contexto, tais como as histórias sobre Lampião, seriam frutos de “uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos” (HALBWACHS, 2013, p. 31).

Após a ambientação do conteúdo do texto e de como o constrói, avança-se na resposta sobre o que é cordel. Em relação à “estrutura oficial” da literatura de cordel, para Márcia Abreu (1999), este é escrito “em versos setessilábicos ou em décimas, com estrofes de seis, sete ou dez versos”. Deve seguir um “esquema fixo de rimas e deve apresentar um conteúdo linear e claramente organizado”. Portanto, possui “rima, métrica e oração” (ABREU, 1999, p. 119). O principal suporte do cordel é o “folheto”, geralmente impresso em papel pardo, de má qualidade, medindo de 15 a 17 x 11 cm.

Já Matos (2010) aponta que:

A prática poética do autor de cordel, que é ao mesmo tempo oral e escrita, incorpora princípios de um conhecimento poético tradicional, com a métrica e a rima obedecendo a padrões já bastante conhecidos: sextilhas, seguindo o esquema ABCBDB (2º, 4º e 6º versos rimados), ou décimas, no esquema ABBAACDDC (1º, 4º, 5º versos rimados, além do 2º com o 3º; o 6º com 7º e o 10º; e o 8º com o 9º). Porém, mesmo dentro desses limites, o poeta popular faz suas narrativas fluírem mais livres e espontaneamente, sem mordanças ou espartilhos (MATOS, 2010, p. 18).

Na passagem acima, Matos sinaliza uma convergência entre letra e voz sobre a literatura de cordel, de forma que separações entre o texto escrito, cordel e a voz (repente) não nos ajudam a pensar a importância da produção poética popular no Nordeste brasileiro. Após esta dupla abordagem (histórica e formatação textual) na tentativa de uma definição de cordel, arrisco em dizer, apoiado em Benjamin (1987), que a experiência narrativa do cordelista é oriunda da arte de contar história.

Apesar de Benjamin (1987) escrever a partir dos efeitos dos pós Primeira Guerra Mundial e as suas consequências na vida humana, particularmente através da arte, na Europa, seu pensamento nos fornece pistas para entender a narrativa de cordel no contexto da Primeira República do Brasil, no Nordeste. Este



autor sinaliza que a criação artística leva em ponderação as noções de “natureza e a técnica, o primitivismo e o conforto se unificam completamente, e aos olhos das pessoas, (...), surge uma existência que se basta a si mesma, em cada episódio, do modo mais simples e mais cômodo” (BENJAMIN, 1987, p. 119).

O povo nordestino, do começo do século XX, talvez não soubesse o que acontecia em outras partes do mundo, mas um movimento de descrédito no Estado, de batalha sangrenta com a fome, secas generalizadas, uma grave crise econômica, sanitária e poderes regionalizados através dos coronéis assolava a vida dos sertanejos (LEAL, 1948; FURTADO, 1972). Através deste cenário e do que Benjamin (1987) nos traz, o cordel é, portanto, um texto com formalização e assim o cordelista é detentor de uma técnica criativa/escrita em que suas narrativas são frutos de suas experiências (o que está grafado no excerto como natureza).

As histórias contadas nos cordéis teriam também a importância de confortar as visões de mundo entre leitores e a mensagem/notícia narrada. Luyten (1992) define o cordelista do “cordel-jornal”, como aquele que “apreende um acontecimento com sua sensibilidade, empresta-lhe a perspectiva da sua cosmovisão e o retransmite numa linguagem popular, dentro do campo de referência dos seus leitores” (LUYTEN, 1992, p. 49). Nesta configuração, o cordel narra fatos, de forma completamente diferente da narração do jornal. Além do cordelista narrar, ele

interpreta os fatos, opina sobre eles e "reflete e ajuda a formar a opinião pública ao redor" (LUYTEN, 1992, p. 49) dentro de uma escrita puramente parcial, na qual a ênfase da narrativa não é o fato, mas as posições dos agentes, "o bonzinho" e o "vilão".

Nesta comunicação, analisa-se a obra do cordelista Leandro Gomes de Barros (LGB). Definido por Campos (1959, p. 29) como "o maior poeta popular de seu tempo, o que mais contribui para o folk-lore nordestino. (...) Espírito jocoso, sabia como ninguém traduzir os anseios populares e satirizar em versos, como um Gregório de Matos sem gramática, os preconceitos e mazelas sociais". E ainda completa: "Os versos de Leandro não envelhecem. Todos êles estão cheios de uma profunda filosofia popular" (CAMPOS, 1959, p. 29). Barros é reconhecido não só pelos cordelistas ou folcloristas, mas também pelos literatos, a exemplo de Carlos Drummond de Andrade, que se referiu a ele como o rei dos poetas. Portanto Barros possui a chancela do seu grupo e de outros, dentro da realidade social que afirmam a potência dos seus versos.

Nascido em 19 de novembro de 1865, na Fazenda da Melancia, no município de Pombal (Paraíba), a mesma cidade em que nasceu Celso Furtado (1920 - 2004, PB/RJ) foi educado pela família dos proprietários da fazenda. Acabou sendo adotado por esta família a qual mudou-se para a Serra do Teixeira (Paraíba), que se tornaria o berço da literatura cordelista. Neste local, Leandro

permaneceu até os quinze anos de idade, rodeado de vários cantadores e poetas ilustres, como por exemplo, Nicandro Nunes da Costa, Bernardo Nogueira e Romano Mãe d'água. Durante a sua vivência no Teixeira, ele passou a ficar muito tempo com o padre da cidade, foi alfabetizado por ele e a partir daí começou a ter acesso à cultura letrada, escrita da época, como jornais, romances e tudo que constasse na biblioteca do pároco.

Do Teixeira foi para Pernambuco e fixou residência primeiramente em Jaboatão, onde morou até 1906, depois em Vitória de Santo Antão e, a partir de 1907, já com seus quarenta e dois anos, passou a residir em Recife, imprimindo a maior parte de sua obra poética no próprio prelo ou em diversas tipografias. Passou a sobreviver e sustentar a esposa Venustiniana Eulália de Barros (casados desde 1889) e seus quatro filhos (Rachel, Eroildes, Julieta e Esaú) estritamente com a venda dos seus cordéis, e por isso viajava constantemente. Nestas viagens, divulgava sua arte, comercializava seus livretos e coletava novas histórias as quais posteriormente alicerçavam o imaginário do nosso poeta. Faleceu em 4 de março de 1918, por causa desconhecida (FCRB, 2015).

Pode-se dizer que a Serra do Teixeira configurou-se no que Massey (2007) aponta como um “espaço intelectual”, cuja característica principal é o compartilhamento de repertórios que subsidiam um grupo de intelectuais, no caso de Leandro Gomes de Barros, partícipe da “Escola do Teixeira”. Abreu (1999) informa

que a “Escola do Teixeira” agrupou diversos poetas populares improvisadores que viveram na Serra do Teixeira, pertencente ao Planalto da Borborema, acidente geográfico localizado entre a Paraíba e Pernambuco, que assinala a separação entre o litoral e o sertão, conformando uma região de transição chamada de agreste.

A vivência obtida na “Escola do Teixeira” fez com que Leandro Gomes de Barros e outros cordelistas investissem na concretude de sua produção artística através da comercialização e veiculação de folhetos, sendo L.G.B. o primeiro cordelista a viver exclusivamente de sua arte. Como já observado, Barros possivelmente foi também o primeiro a unir a tipografia com a impressão das suas próprias narrativas, trazendo em suas impressões uma outra discussão, muito custosa para a produção literária popular, que é a assinatura de autoria das narrativas (BRITO, 2009).

É interessante pontuar que a trajetória pessoal de Barros cruza-se com a queda do regime imperial brasileiro e o início da Primeira República, proclamada em 1889. O regime republicano chega com a seguinte tríade (povo, regime e construção de nação) de acordo com Carvalho (1989), o qual envolve os rumos do próprio regime, somado a cidade do Rio de Janeiro (capital federal) e o povo:

A relação da República com a cidade só fez, em nosso caso, agravar o divórcio entre as

duas e a cidadania. Primeiro por ter neutralizado politicamente a cidade, impedindo que se autogovernasse e reprimindo a mobilização política da população urbana. A seguir quando a República uma vez consolidada quis fazer da cidade-capital o exemplo de seu poder e de sua pompa, o símbolo, perante a Europa, de seus foros de civilização e progresso... [...] inviabilizaram a incorporação do povo na vida política e cultural. Porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara (CARVALHO, 1989, p. 162).

Deste fragmento, pode-se notar a irrelevância do povo para a República uma vez que a população se dividia em dois tipos de cidadãos: os *cidadãos ativos* pessoas do sexo masculino que possuíam renda e escolaridade para participar das decisões políticas do nosso país, particularmente aptos a votar e serem votados, e os *cidadãos inativos*, massa da população excluída do processo político formada por pessoas do sexo feminino e homens que não tivessem renda e escolaridade. Lembro que a população dos grandes centros urbanos, que naquele período eram poucos possuíam um alto grau de analfabetos e pobres. Portanto, como aponta “O exercício da cidadania política tornava-se assim caricatura” (CARVALHO, 1989, p. 89) .O que pensar então do sertão nordestino naquele período?

Além do papel do povo, evidenciado no excerto, também se faz destaque para o cenário urbano, o “ar moderno” que a República queria trazer para o nosso país, sendo a cidade do Rio de Janeiro um símbolo disso. Conforme apontado por Carvalho (1989), o prefeito Pereira Passos (1902-1906):

Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltasse pipas (CARVALHO, 1989, p. 95).

Neste sentido, pode-se entender que o rebuscamento, ou o “chiquê” europeu almejado pelas camadas nobres brasileiras, também aparecerá em suas histórias de divertimento nos livros literários. Entretanto, ficam algumas questões latentes: como o público leitor de cordéis viam este projeto de modernidade, já que não pertencem a esta classe social leitora de romances? Como que esta literatura popular nordestina representava este “chiquê” em sua narrativa? (ALBUQUERQUE JR, 2001; GRILLO, 2005; HOFFNAGEL, 2010; INOJOSA, 1969; LUCENA, 2015; MAYA, 2012; NASCIMENTO, 1967)

No período da *Belle Époque*, contexto social da Primeira República, configurou-se um processo histórico ocorrido na França que, didaticamente, é compreendido entre o final do século

XIX e segue até a Primeira Guerra Mundial (1914). Tal período era conhecido como a “era de ouro”, da beleza e da paz entre a França e seus vizinhos europeus, cujas mudanças no cenário social – como os cafés-concertos, o cinema, o balé, o teatro, a alta costura entre outros – são elementos de refinamento e rebuscamento de detalhes, presentes então nos romances publicados no nosso país, particularmente os do período realista/naturalista da nossa literatura (CANDIDO, 1961; MERQUIOR, 1996).

Paris, a “cidade luz”, torna-se o grande produtor e exportador da cultura ocidental, passando a ser referência de cidade civilizada e moderna, com telefone, telégrafo sem fio, automóvel, ruas, calçadas, bondes, livrarias, onde todos os cidadãos são livres e iguais, inseridos em um contexto de fraternidade. Por conta das frequentes viagens da intelectualidade a Paris, nessa época, esta cidade tornou-se o modelo de cenário social, cultural e político a ser seguido e implantado pela nova república. Por isso, a *Belle Époque* no Brasil toma corpo a partir de 1889 e segue até 1922, com a Semana de Arte Moderna (BOTELHO, 2007, 2005; FERREIRA, 1999; NEEDELL, 1993; THIESSE, 2000, 1991; ORTIZ, 2006,1992).

Já foi dito um pouco sobre a configuração do cordel e do seu autor, o cordelista, também pontuado em relação ao distanciamento entre os valores políticos elaborados pelo governo republicano e o povo brasileiro. Agora é interessante fechar este

tripé, como que isso pode ser pensado à luz da Administração Pública Brasileira. Para isso mobilizo o conceito custoso para a Antropologia mas também muito controverso na área dos Estudos Organizacionais que é cultura organizacional. Cavedon (2008, p. 33-4) define como “a rede de significações que circulam dentro e fora do espaço organizacional, sendo simultaneamente ambíguas, contraditórias, complementares, díspares e análogas implicando ressemantizações que revelam a homogeneidade e a heterogeneidade organizacionais”.

É interessante pensar que organização não é sinônimo de empresa e nem de uma estrutura física, deve-se portanto entender como um sistema por meio do qual os desempenhos pessoais são operacionalizados e coordenados. Nesta esteira as ações narradas pelas personagens tratadas nos cordéis inseridas em um contexto sociopolítico e cultural específico podem ser interpretadas como organizações. Por isso o *corpus* da pesquisa para esta comunicação nos ajudará a entender quais as redes de sentidos, homo e heterogênea que circundam o espaço organizacional, sendo mais específico o Nordeste na Primeira República.

### **Leandro Gomes de Barros (1906-1918) um intérprete da realidade social**

*Secca a terra as folhas caem,  
Morre o gado sai o povo,*



*O vento varre a campina,  
Rebenta a secca de novo;  
Cinco, seis mil emigrantes  
Flagellados, retirantes  
Vagam mendigando o pão,  
Acabam-se os animaes  
Ficando limpo os curraes  
Onde bouve a criação.*  
(Secca no Ceará, Leandro  
Gomes de Barros, 1915-  
1916)

O mundo rural sertanejo é a ambientação da produção poética popular nordestina, partilhado na memória e na representação coletiva sob a forma de palavra escrita ou cantada. A literatura popular dos cordéis, em específico, recorre à nostalgia e ao sofrimento para contar-nos sobre as migrações forçadas pela seca, como exposto no trecho acima. Perpassa pela súplica a figuras religiosas, buscando pelas chuvas. Desdobra-se nos fatalismos da fome e da miséria, assim como na morbidez da natureza morta. Chega a esperança de dias melhores no sertão quando a água toca na terra. Alcança, também, o medo relacionado à catástrofe dos alagamentos (KEHL, 2008).

O imaginário criado acerca e a partir dessa dualidade, que expande um pensar à fartura da chuva e à miséria da seca, conduz-nos a desvendar as camadas de sentido da poética tecida sobre o contexto periférico vivido pelo Leandro Gomes de Barros . O

cordelista emprestava sua cosmovisão e sensibilidade narrando o que via e o que “coletava” no transitar pelo sertão e o litoral de Pernambuco e da Paraíba (Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015).

Como interrogado por Spivak (2010), “Pode o subalterno falar?”, o cordelista LGB explora em seus textos camadas de sentido do mundo periférico sertanejo para além de escancarar os efeitos da escassez na terra seca por ela mesma, ou vinculados ao castigo divino e portanto elementos que acometem o mundo rural. Direciona-se a refletir sobre o contexto social e político a partir do quadro trazido pelas lembranças e representações, (re)construídas pelo olhar atento às inconstâncias e permanências das paisagens sertanejas por onde passava.

Leandro Gomes de Barros escreveu sobre o amor, histórias encantadas e fantasiosas, como romances eruditos de sua época (MATOS, 1986). Explorou temas, acontecimentos e fatos como catástrofes geográficas, mudanças político-econômicas, transformações do mundo rural, o êxodo do campesinato, façanhas de cangaceiros, propagandas com finalidade religiosa e comercial, carestia de vida, cobrança de impostos, a I Guerra Mundial e o aparato militar e bélico da Primeira República (ALVES SOBRINHO, 2003; CAMPOS, 1959; LONDRES, 1983; LUYTEN, 1992; TERRA, 1983).

Neste cenário diverso, o cordel como veículo de comunicação/noticiário pressupõe uma interação entre a dinâmica

social e a narrativa literária que, de acordo com Candido (1993), resulta o “processo que pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra, um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, seu efeito” (CANDIDO, 1993, p. 20). Na obra literária, o efeito indica-nos que a Literatura Popular não só representa o mundo social, como também cria representações sobre ele e, dessa forma, alicerça discursos acerca dessas representações (CASTORIADIS, 2000).

Esta comunicação descola-se da interpretação estética e de editoração das narrativas e filia-se à compreensão da arte, em especial da literatura de cordel, como um construtor de representações acerca da cosmovisão que ronda a realidade do múltiplo periférico e também construindo realidades. Sobre a contextualização das narrativas poéticas aqui estudadas, devemos ressaltar que são provenientes do universo sociocultural e político denominado pela historiografia nacional como Primeira República (1889-1930), mais especialmente sobre o “turbilhão” que passava o mundo sertanejo (Paraíba e Pernambuco) entre 1906 a 1918. Com isso, a arte constrói imaginários, como também realidades e opinião pública a respeito dos acontecimentos da época (COSSIO, 1985).

Entende-se que a transcrição escrita do pensamento popular, materializado na narrativa do cordel, reflete uma visão de

mundo partilhada do modo de vida tradicional no campo. Observamos que, através deles, é possível acessar e reconstruir fragmentos do retrato do mundo rural da Primeira República do nosso país e conseqüentemente do nordeste. Partindo do pressuposto que estas narrativas produzidas por LGB alicerçam uma visão de mundo que potencialmente pode divergir da produção intelectual acadêmica produzida na e pelos membros da Faculdade de Recife, geração de 1870 (ALONSO, 2000)

A dissociação entre povo e cidadão apontado por Carvalho (1989) na administração pública da Primeira República, aparece denunciado neste cordel “O velho mundo vai mal. / E o governo damnado / Cobrando imposto de honra / Sem haver ninguém honrado / E como se paga imposto / Do que não tem no mercado?” (LGB. O imposto de honra, p. 1). Neste trecho, a honra é algo para poucos, assim como ser cidadão neste contexto, além disso tem a denúncia sobre a tarifação de mercadorias que não são acessíveis à população. A concentração de renda, abordado pelo estado patrimonial (HOLANDA,1978), percebe-se neste fragmento “Agora se querem ver / O cofre publico estufado / E ver no Rio de Janeiro / O dinheiro Armazenado?” (*op. cit.*, p. 2).

É interessante pensar que a discussão sobre os preços dos alimentos e a honra dos sujeitos não encontra-se dissociada dos poderosos, aqueles que detêm o poder aquisitivo que são diferentes dos governantes descritos no cordel como “Os homens da

mandioca”, Barros pontua que “Farinha subindo / Batata levanta / O povo se espanta / Eu fico me rindo / Digo: *venha vindo!* / Para mim e os meus, / Cuide la nos seus /Que a vida hoje é rara /Farinha bem cara” (LGB. Os homens da mandioca, p. 3), é interessante frisar que os alimentos primários (farinha, cuscuz de milho, feijão, arroz entre outros) é a base da culinária nordestina. “Se chegar um mandioqueiro. / Mande-o se sentar / Veja o que elle quer / O que elle quiser / Pode despachar / Deixe elle tirar / A satisfação / Não faça questão / Elle tem dinheiro / Um mandioqueiro / É mais que um barão”. (*op. cit.*, pp. 7-8), o imaginário social não muda com uma alteração governamental, esse processo é muito mais lento e com diálogos com a tradição, por isso à menção ao “barão”. Conforme visto no excerto, as relações de sentidos permeiam a organização pública da Primeira República.

A presença da Igreja no imaginário social também é pauta dos cordéis especialmente quando narrados elementos da carestia de vida, conforme visto “Outrora o póvo rezava / Fazia o pelo signal / Dizendo livre-nos Deus / Do inimigo e do mal / Hoje diz quando se benze / Livre-nos Deus de um fiscal” (LGB. O governo e a lagarta contra o fumo, p. 3). Mesmo que o regime republicano tente instaurar uma nova relação com a Igreja, especialmente a Igreja Católica, é a reza a divindade cristã que pede um livramento de um fiscal. Também pode-se notar no trecho “Para rezar terço

agora / Sellam quem tira a novena / O escrivão de casamento /  
Precisa sellar a pena / O juiz sella o noivo / O noivo sella a  
pequena” (LGB. O governo e a lagarta contra o fumo, p. 5). A  
“pena” presente no fragmento é uma alusão aos governantes,  
aqueles que tinham o poder de decisão e por tanto as “rédeas” da  
situação.

Enfim, com o fito de observar as narrativas temas como regionalismo, pobreza (individual, grupal, social e econômica), cenário político internacional (conflitos, I Guerra Mundial, mudanças geopolíticas), cenário político nacional (da situação neófita da República aos primeiros movimentos de sua crítica), portanto elementos que permeiam a administração pública brasileira. Nota-se elementos de uma narrativa múltiplo periférica, acentuada em seu caráter subalterno, ilustrado pelo cordel, em momento de profunda transformação brasileira e tendo como sujeito um intelectual popular do nordeste brasileiro.

### **À guisa da conclusão**

Neste jogo de ficção e não ficção que permeia o texto literário, os aspectos verossimilhantes com a narrativa histórica talvez não seja o mais importante, pois cabe ao cientista social em suas pesquisas tratar o texto como uma peça argumentativa que deve ser entendida em sua totalidade. A realidade não é única, seu entendimento deve ser múltiplo, contingencial e situacional, por

tanto a pesquisa na área do Pensamento Social se apropria do texto ficcional do cordel para entender o contexto social, cultural e político de determinado período histórico levando-se em consideração não apenas as representações mas também o processo imaginativo que percorre a subjetividade do autor, da mensagem e do receptor.

Enfim, não se busca separar imaginação e representação no texto popular, e sim percebê-los como uma amálgama de construção de realidades. Com isso a organização estatal, o aparelho público tem muito a se inspirar pois ficou perceptível que através das narrativas populares podemos entender as aflições, incômodos que assolam os “subalternos”.

## Referências

ABREU, M. *História de cordéis e folhetos*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana; São Paulo, SP: Cortez, 2001.

ALVES SOBRINHO, J. *Cantadores, repentistas e poetas populares*. Campina Grande: Bagagem, 2003.

BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Francois Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 1, 2007.

BOTELHO, A. *O Brasil e os Dias: Estado-nação, Modernismo e Rotina Intelectual*. Bauru, SP, Edusc, 2005.

BRITO, G. M. *Culturas e linguagens em folhetos religiosos do nordeste: Inter- relações escritura, oralidade, gestualidade, visualidade*. São Paulo: Anablume, 2009.

CAMPOS, R. A. C. *Ideologia dos Poetas Populares do Nordeste*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1959.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. v.2.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1961. v.1.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2000.

COSSIO, C. *La opinión pública*. Buenos Aires: Paidós, 1985.

CAVEDON, N. R. *Antropologia para administradores*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

DURKHEIM, É. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1912].

FCBR – Fundação Casa de Rui Barbosa. *Acervo de Cordel*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/acervo.html>. Acesso em: 10 set. 2015.



FERREIRA, G. N. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo, Editora 34, 1999.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

GRILLO, M. Â. de F. *A arte do povo: histórias na literatura de cordel (1900-1940)*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013 [1950].

HAURÉLIO, M. A trajetória do Cordel no Brasil, em prosa e verso. *Cultura Crí-ti-ca* (Revista Cultural da APROPUC-SP), nº 8. Dossiê sobre Literatura de Cordel. São Paulo, 2007.

HOFFNAGEL, M. J. Tensões e conflitos na consolidação da república em Pernambuco: a revolta de triunfo. *Revista CLIO*, n. 28, v. 2, 2010.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

INOJOSA, J. *O movimento modernista em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Gráfica Guanabara, 1969. V. I.

KEHL, M. R. Espanto, calamidade e milagre: o imaginário da chuva na canção popular do Nordeste. In: STARLING, Heloisa M. M; RODRIGUES, Henrique E.; TELLES, Marcela (Orgs). *Utopias agrárias*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2008.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: 1948.

LIAKOPOULOS, M. Análise Argumentativa. In: BAUER, M. W; GASKELL (Orgs). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LONDRES, M. J. F. *Cordel: do encantamento às histórias de luta*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1983.

LUCENA, K. G. M. de. *Fragments de História em verso: literatura de folhetos na Primeira República (1889-1920)*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de História Social da Cultura Regional da UFRPE, Recife, 2015.

LUYTEN, J. M. *A notícia na literatura de cordel*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

MASSEY, D. B. *Pelo espaço: uma nova política da especialidade*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.

MATOS, E. D. *Literatura de cordel: poética, corpo e voz*. In: MENDES, Simone (org.). *Cordel nas Gerais: Oralidade, Mídia e produção de sentido*. Fortaleza: Expressão, 2010.

MATOS, E. D. *O imaginário na literatura popular em verso*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

MAYA, I. S. R. *O povo de papel: a sátira na literatura de cordel*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MERQUIOR, J. G. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira I*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

NASCIMENTO, L. do. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

NEEDELL, J. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad.: Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, R. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d' água: 1992.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TERRA, R. B. L. *Memória de luta: primórdios da literatura de folhetos no nor- deste (1893-1930)*. São Paulo: Global, 1983.

THIESSE, A-M. *A criação das identidades nacionais: Europa- séculos XVIII-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

THIESSE, A-M. *Ecrire la France: le mouvement littéraire regionaliste de langue française entre la Belle Epoque et la Liberation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

# Lutas simbólicas de dominação: a emergência das Universidades Católicas no Brasil

*Hugo Freitas de Melo (UFMA)<sup>142</sup>*

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns dos resultados obtidos com a conclusão da minha tese de doutorado, cujo recorte empírico sublinha a atuação da Igreja Católica no processo de formação do Ensino Superior brasileiro entre as décadas de 1940 e 1970. Particularmente, o foco incide sobre os aspectos sócio-históricos e as transformações estruturais que desembocaram em vultosos investimentos realizados pela instituição eclesiástica na montagem do aparato universitário religioso, concretizado na criação das Pontifícias Universidades Católicas (PUCs). Calçado em documentos raros e num volumoso material bibliográfico, o trabalho evidencia três importantes dimensões de análise. Primeiro, a valorização adquirida pela figura dos “intelectuais” num momento de descentralidade da Educação e Ciência na formação de mão-de-obra qualificada para a ocupação dos postos do funcionalismo estatal e dos organismos culturais eclesiásticos. Em seguida, a entrada da Igreja no espaço de formação da *intelligentsia* brasileira como estratégia de lutas simbólicas pela reafirmação de sua dominação política junto aos estratos sociais dominantes e aos grupos dirigentes que comandavam os rumos da nação no período pós-Vargas. Por fim, a distribuição geopolítica das PUCs no território brasileiro,

---

<sup>142</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, campus VII. E-mail: hugo.freitas@ufma.br

evidenciando-se a hegemonia do eixo Sul-Sudeste, onde se concentram as principais cidades que polarizavam a disputa política nacional. Como resultado, tem-se a emergência da estruturação da Educação Superior católica alicerçada em torno do centro de gravidade política do país, cujo efeito de homologia revela a imbricação entre o espaço de produção intelectual e a esfera do poder político.

**Palavras-chave:** Catolicismo; Universidade; Intelectuais.

### **Religião e Ciência: a entrada da Igreja Católica no Ensino Superior brasileiro**

O processo de expansão institucional do catolicismo, transcorrido a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX, correspondeu à ampliação territorial dos domínios eclesiásticos em todo o mundo católico, implicando numa série de questões a serem enfrentadas pelos líderes episcopais no tocante à consolidação do projeto de *romanização*<sup>143</sup> na Ásia, na África, com ênfase na Europa ocidental e na América Latina, donde seus efeitos foram mais sintomáticos. As novas orientações doutrinárias

---

<sup>143</sup> Empreendido a partir de 1848 por Pio IX (1846-1878), a romanização do mundo católico significou um ajustamento das diretrizes doutrinárias produzidas pelo Vaticano face às “ameaças” e “erros” da modernidade. Em termos práticos, tal projeto resultou na adoção de uma política expansionista da Santa Sé que, a um só golpe, ampliava os domínios territoriais eclesiásticos, realinhava institucional e doutrinariamente as igrejas à Cúria Romana, reformulava os conteúdos do apostolado católico e reafirmava a “infallibilidade papal” como postulado dogmático e ideológico de centralização da estrutura organizacional eclesiástica. Sobre as implicações do processo de romanização no Brasil, entre outros, cf. Beozzo (1986) e Miceli (2009).

emanadas de Roma emergiram em resposta às “ameaças modernas” que colocavam em xeque seu domínio político, cultural e religioso, “a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma, ‘o progresso, o liberalismo e a civilização moderna’” (MICELI, 2009, p. 18).

Ao passo que a política expansionista do Vaticano se estruturava em termos territoriais e organizacionais, com a edificação de novas circunscrições católicas alhures, o Brasil enfrentava um processo de desmoronamento do regime imperial em meio à conflagração de forças sociais que lutavam tanto pela separação do Império quanto pela adoção de um governo republicano que conferisse autonomia político-administrativa às regiões de onde provinham.

Como subproduto dessas convulsões, marcadas pela Abolição da Escravidão (1888), pelo advento da República (1889), pela promulgação da Constituição de 1891, pelo desenvolvimento econômico e industrial, pela crescente urbanização e modernização e pela intensa racionalização e burocratização das atividades estatais, o regime de Padroado<sup>144</sup> chegara ao fim resultando no

---

<sup>144</sup> Neste regime, o monarca (denominado “padroado régio”) exercia plenos poderes sobre a organização eclesiástica. Era ele quem nomeava os bispos, avalizava ou não o estabelecimento de ordens religiosas, bem como a construção de edifícios católicos, controlava a cobrança do dízimo e remunerava os sacerdotes. Para outras informações, cf. Beozzo (1986).

divórcio entre Estado e Igreja e num malfadado processo de laicização das instituições brasileiras. Funções e atividades de abrangência social, até então desenvolvidos com exclusividade sob o báculo clerical, como o ensino público, o casamento e os sepultamentos, passam à chancela do Estado laico brasileiro (HERMANN, 2007, p. 123), resultando numa perda de espaço e de poder da organização eclesiástica no Brasil do entresséculos.

Outros desdobramentos oriundos a partir dessa nova configuração nacional podem ser assinalados. Por um lado, um acentuado movimento de desfiliação religiosa, de perda de prestígio e influência do catolicismo e de declínio das retribuições simbólicas das carreiras clericais justificaram o envio de inúmeras ordens religiosas estrangeiras ao país para suprir essa carência contingencial (BRUNEAU, 1974; DELLA CAVA, 1975; BEOZZO, 1986; AZZI, 2008), além de uma crescente concorrência de manifestações culturais e crenças religiosas que não mais centravam em torno da Igreja seus aspectos doutrinários e ideológicos (MAINWARING, 2004; SERBIN, 2008).

Por outro lado, a política expansionista do Vaticano caracterizou-se pelo aumentado patrimônio eclesiástico, incentivo à nacionalização do clero, ampliação das circunscrições católicas e, conseqüentemente, maior oferta de postos diocesanos aos futuros dignitários, além de relativa autonomia da instituição eclesiástica

em função do regime republicano (MICELI, 2009)<sup>145</sup>.

É significativo frisar que o projeto de romanização não se dá como mera diretriz importada de Roma, aplicado de forma automática na realidade brasileira, conforme parece evocar a tese de que a Igreja vivia um período de “transição” (BRUNEAU, 1974), mas como estratégia adotada pelos líderes eclesiásticos em consonância com os interesses em disputa para fazer frente aos processos convulsionados no país, logrando atender ao duplo propósito de enfrentamento das limitações de atuação impostas pelo novo regime político e de ampliação de sua influência sobre os setores culturais e educacionais.

A perda do *status* de “religião oficial” e do foro privilegiado de prestação de serviços educacionais adstrito ao âmbito público, bem como a retirada do ensino religioso do currículo escolar impulsionaram a Igreja a adotar duas frentes estratégicas de ações para atender aos seus propósitos de nacionalização do clero e de reformulação dos conteúdos do apostolado. Primeiramente, no âmbito político, a busca pela reaproximação e costura de novas

---

<sup>145</sup> O trabalho de Miceli (2009) procurou analisar a formação e a atuação de uma elite eclesiástica brasileira a partir das relações estabelecidas entre os dirigentes da Igreja Católica e as frações políticas da República Velha, de matriz “oligárquica”. Nessa perspectiva, o autor examinou os impactos da romanização nas capitais dos estados, transformadas em dioceses, evidenciando os mecanismos sociais de imbricação entre elites eclesiásticas, políticas e culturais na escala estadual, e revelando, por fim, a atualização dos modos de dominação da Igreja no Brasil face aos novos conteúdos do apostolado católico.



alianças dos líderes eclesiásticos com as frações de classes dirigentes da Primeira República (DELLA CAVA, 1975). E, em segundo plano, na esfera cultural, a arregimentação de investimentos para o desenvolvimento de vários estabelecimentos escolares confessionais privados no país.

Nesse sentido, tanto o advento do regime republicano quanto a romanização no Brasil possibilitaram que a educação adquirisse um status de “objeto privilegiado” de preocupação circundante na esfera do poder temporal e no âmbito do poder espiritual. Foram os detentores do poder político os responsáveis *stricto sensu* pela oferta da educação pública no novo regime, arrogando-se a incumbência da construção, funcionamento e gerenciamento de escolas primárias pelas prefeituras municipais e de escolas secundárias pelos governos estaduais.

Já em relação aos dirigentes episcopais, sob seu controle expandia-se uma rede escolar de ensino privado de alta qualidade, que englobava do ensino infantil ao de nível secundarista (AZZI, 2008, p. 217-218). A Igreja visava fomentar novas “vocações sacerdotais” e preparar pessoal especializado com vistas ao preenchimento dos postos diocesanos criados com a política expansionista da Santa Sé, pois “precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos” (MAINWARING, 2004, p. 41), com

vistas à edificação e consolidação da “neocristandade”<sup>146</sup>.

O subsidiamento pelos novos dirigentes estatais da ampliação da estrutura de postos e carreiras eclesiais e da própria difusão da rede de ensino privado sob comando da Igreja, apesar de formalmente ter sido proibido pela Carta Magna de 1891, tornara-se exequível face à reaproximação e à “colaboração recíproca” (AZZI, 2008, p. 219) da cúpula episcopal com as elites políticas nacionais e regionais da Primeira República, animando assim os esforços pela “re Cristianização” das instituições brasileiras.

Se, por um lado, essas iniciativas foram interpretadas como constitutivas das estratégias que visavam a (re)inserção dos dirigentes eclesiais nos espaços de decisão política do país (BRUNEAU, 1974, p. 39), por outro, foram lidas como a perfeita simbiose da dominação política e religiosa da Santa Sé, ao porem em curso o processo de “estadualização” das políticas eclesiásticas, com a transformação de todas as capitais brasileiras em sedes diocesanas (MICELI, 2009, p. 26), *pari passu* com o fortalecimento da “política dos governadores”, de cujas famílias “tradicionais” provinham membros do clero dirigente das novas circunscrições

---

<sup>146</sup> Em consonância com os ditames da romanização em curso no Brasil, a neocristandade era o esforço de desenvolvimento de um catolicismo nacional mais vigoroso, com vistas à penetração nas principais instituições sociais e culturais do país. O objetivo consistia na “re Cristianização” da sociedade, processo que atinge seu ápice durante o primeiro Governo Vargas.

católicas.

Isso permite-nos inferir que a ampliação dos domínios territoriais da Igreja no Brasil coadunou-se com a consolidação do próprio regime republicano, evidenciando uma vez mais a porosidade das fronteiras dos universos político e cultural e o grau de imbricação das lógicas política e religiosa que reverberaram no processo de fraca autonomização dos *dominiuns* de atuação especializados em contextos periféricos.

### **A emergência da figura do “intelectual” no espaço público**

Um dos efeitos mais sensíveis dessa configuração é a emergência da relevância da figura do “intelectual” no espaço público, sobretudo escritores (jornalistas, romancistas, poetas) e artistas (pintores, escultores), seja enquanto formulador e difusor da “identidade nacional”, do “ideário republicano” e da “legitimidade do Estado nacional” (PÉCAUT, 1990; CARVALHO, 2017), seja como propagador dos postulados da romanização (SERRY, 2004). Para Pécaut (1990, p. 38-40), as bases sociais de legitimidade da própria atividade do “intelectual” são expressas, no início do século XX, em termos de aquisição de saberes distintivos em relação às “massas” e de disposição para a “organização do político” e para a “formação da cultura” que, em seu conjunto, atribuíam aos intelectuais a “vocação para classe dirigente”. Nessa direção, com ênfase na ação dos intelectuais a

serviço da República, compreende-se os usos, as apropriações e as ressignificações em torno de figuras históricas (como Tiradentes) e de símbolos (Bandeira, Hino) evocados pelos grupos dirigentes para a construção e afirmação de uma “identidade comum” aos brasileiros sob o prisma dos valores do novo regime (CARVALHO, 2017, p. 58-78; 104-126).

Seja em função do Estado, seja a cargo da Igreja, duplamente amalhado ao sabor ao labor das instituições como profissional da escrita e da burocracia, a figura do “intelectual” desponta no cenário nacional gozando de reconhecimento e prestígio à medida que realizava os serviços de propagação dos novos conteúdos ideológicos e doutrinários do Estado republicano e da Santa Sé no Brasil, por meio de jornais, revistas e instituições culturais. Tal é a lógica funcional ambivalente por meio da qual se compreende o “intelectual” tanto enquanto formulador das bases de legitimidade organizacional da política e da cultura, atinente aos propósitos dos grupos de interesse aos quais se submete, quanto de serem “vocacionados” à ocupação de postos dirigentes (PÉCAUT, 1990).

A disputa pela imposição dos princípios de visão que nortearam as definições de “intelectual” e de sua função social foi o combustível que impulsionou a presença da Igreja Católica, a partir de meados do século XIX, no centro de debates que discutiam sua inserção nas esferas de produção cultural e científica,

sobretudo na França. Segundo Hervé Serry (2004, p. 131-132), duas correntes de pensamento católico diametralmente opostas sobressaíram-se nesses debates: uma que advogava a reaproximação entre o catolicismo e a literatura e outra que pregava a reconciliação entre fé e ciência.

A primeira erigiu-se em contraposição aos “filósofos das Luzes”, aos princípios da Revolução Francesa e à ascensão do poder científico, que, ao colocarem o homem no centro do universo, desapossaram as obras literárias francófonas da metafísica religiosa, enfraquecendo assim suas bases de legitimidade.

Essa tese foi derrotada pela outra que postulava o *religare* entre crença e ciência e o reposicionamento da participação de intelectuais católicos nos debates científicos. De acordo com Serry (2004, p. 133-134), o objetivo era estabelecer uma comunhão da Igreja com o avanço das descobertas científicas.

Tal perspectiva vigorou até o final do XIX, quando sua hegemonia foi confrontada por outro viés católico que reivindicava a presença de escritores leigos na esfera intelectual de produção de bens simbólicos e a destituição da exclusividade de clérigos no exercício da atividade de escrita. Para Serry (2004, p. 138), esse reordenamento das funções clericais culminou tanto na criação de projetos institucionais eclesiais que visavam o recrutamento e o treinamento da clientela laica sob a doutrina católica quanto no

estabelecimento das “modalidades de um engajamento intelectual leigo em nome do catolicismo”<sup>147</sup>.

Com efeito, a partir desse esforço de restauração do poder religioso sobre o âmbito da atividade intelectual, a Igreja francesa passou a recrutar pensadores e escritores não ordenados e bem aquinhoados socialmente para sistematizar a doutrina no tocante à literatura, às artes e às ciências, promovendo a intervenção desses agentes no espaço de produção cultural. A publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891), durante o papado de Leão XIII (1878-1903), certifica a vitória dessa corrente de pensamento, retira os sacerdotes dos debates científicos e redireciona suas forças para o terreno social, dando início à chamada “era militante” na Igreja e à incontornável aquilatação do trabalho intelectual leigo (*id.*, *ibid.*, p. 142).

No Brasil, em que pese o fato da produção cultural do intelectual leigo convertido ao catolicismo ser notadamente em defesa dos interesses e ideologias da Igreja, ainda que por meio de uma eclesiologia social, isto é, através de novas estratégias de evangelização traçadas considerando-se os problemas sociais dos

---

<sup>147</sup> Para outras informações sobre as relações entre literatura e religião e a gênese social dos intelectuais católicos, consultar **Literatura e Catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença**, de Hervé Serry (2004), que esmiúça as especificidades de cada um desses momentos históricos e as motivações que levaram à edificação teórica dessas linhas de pensamento católico sobre o campo intelectual, particularmente sobre o domínio das letras e das artes em geral.

futuros convertidos, perspectiva observada em trabalho anterior (MELO, 2013), sua figura adquire relevo significativo no bojo da expansão e do controle eclesiástico sobre as instituições sociais, educacionais e científicas, inclusive sobre o *dominium* universitário.

É nessa perspectiva que se compreende a emergência e valorização social do “intelectual” como parte de um conjunto de ações da Igreja brasileira direcionadas à intervenção no espaço de formação educacional das elites, sobretudo no âmbito do ensino superior através da criação das PUCs, como principal estratégia de produção e reprodução de novas bases de legitimação de sua dominação cultural e política.

### **Catolicismo e Universidade: investimentos e retribuições**

Desta feita, a partir de 1921, sob a liderança do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, do padre Leonel Franca e dos líderes do laicato Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, organizou-se um movimento que criou as condições de surgimento do ensino superior católico. A Igreja começou a realizar uma série de investimentos na esfera de produção cultural junto ao laicato consubstanciada na fundação da Revista *A Ordem* (1921), na criação do Centro Dom Vital (1922)<sup>148</sup>, na abertura da Associação

---

<sup>148</sup> Fundado em 1922, sob o báculo do cardeal Leme, sediado no Rio de Janeiro e com ramificações em alguns estados sobretudo das regiões Nordeste e Sudeste, o Centro Dom Vital congregava universitários e profissionais liberais que se

dos Universitários Católicos (1929), na instauração do Instituto Católico de Estudos Superiores (1932)<sup>149</sup>, além da inauguração da Confederação Católica Brasileira de Educação (1933).

Tais projetos institucionais eclesiais sinalizam, em seu conjunto, para o montante dos esforços e dos recursos mobilizados pela Santa Sé no Brasil no que concerne à produção social de “novos vocacionados” e à oferta de formação de nível superior ao laicato com vistas à ocupação dos postos disponíveis com a ampliação da malha burocrática da Igreja. A resultante dessas iniciativas impactou decisivamente no surgimento das primeiras universidades católicas no país.

Por meio de publicações no principal veículo de circulação das ideias do Centro Dom Vital, a revista *A Ordem*, direcionada para um público composto especialmente por estudantes das escassas faculdades isoladas e profissionais liberais (médicos, advogados, jornalistas, profissionais de saúde em geral), os

---

constituíram nas elites intelectuais leigas atuantes no cenário político e cultural da então capital federal, entre os anos de 1922 e 1948. A fundação do Centro atendia, pois, às formulações do Pontificado de Pio XI (1922-1939), que almejava a participação do laicato na luta pela manutenção do prestígio da Igreja no mundo ocidental. Para um exame sobre a atuação do Centro Dom Vital, sua importância para o debate em torno da educação nacional e o perfil social de seus dirigentes e primeiros participantes, cf. Azzi (2003) e, principalmente, Arduini (2014).

<sup>149</sup> O ICES foi transformado em Faculdades Católicas, em 1941, de onde emergiram os dois grandes e pioneiros modelos de Universidade Católica no país: a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e de São Paulo (PUC-SP).



intelectuais de verve católica também propunham e debatiam políticas públicas voltadas para a educação e a ciência nacionais, discutindo seja a formulação de fenótipos administrativos e os objetivos da universidade (modelos de organização universitária, definição de funções e atividades), seja a elaboração de cursos, currículos disciplinares e seus conteúdos.

Pautado por esse leque de discussões, realizou-se no Rio de Janeiro, em 1934, o ICongresso Católico de Educação que, entre outras coisas, balizou as diretrizes educacionais que compunham as “emendas religiosas” contidas na Constituição promulgada naquele ano, fruto do acordo costurado entre o Governo Vargas e a Igreja (SCHWARTZMAN, 1984, p. 47), que alçaria Gustavo Capanema a ministro da Educação sob as bênçãos de seu principal mentor político, o diretor do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima.

Empossado no ministério, Capanema teria em Alceu Amoroso Lima seu principal conselheiro, que indicaria nomes, vetaria outros, proporiais e trataria de dar conteúdo às principais iniciativas do ministro. A lealdade de Capanema a seu mentor se manteria tanto quanto possível inalterada nos próximos onze anos de ministério (SCHWARTZMAN, 1984, p. 49).

Se num primeiro momento os investimentos da Igreja pela expansão de sua influência no espaço de produção cultural se concentravam em torno da criação de escolas confessionais de

níveis primário e secundário (AZZI, 2008, p. 153), contando com o aval e as subvenções estatais obtidos pelas novas alianças costuradas com as velhas “oligarquias”, posteriormente esses esforços eclesiais direcionaram-se para projetos intelectuais adstritos à criação de publicações especializadas (revistas e jornais católicos) e à abertura de canais de influência sobre institutos culturais e educacionais já existentes.

Não por acaso, a partir de meados da década de 1920, o foco da cúpula episcopal brasileira incide sobre as tentativas de controle político e ideológico dos projetos universitários em plena gestação, tanto da iniciativa privada leiga quanto do Poder Público. A própria Universidade do Rio de Janeiro, por exemplo, fundada pelo governo central, possuía em sua constituição orgânica e gerencial uma imbricada associação entre Estado, Igreja e frações da intelectualidade leiga, sobretudo a ala católica de verniz “conservador”.

Cabe ponderar, no entanto, que o destaque dado à presença da Igreja nos debates sobre a educação pública nacional não se constitui como matriz explicativa central deste estudo, o que poderia causar a impressão de superestimação do peso da instituição eclesial na montagem da estrutura universitária brasileira, como enfatizam as investigações de abordagem institucionalista (SCHWARTZMAN, 1984, 2015), ou de anuência com o sentido de “missão” atribuído pelos próprios intelectuais

sobre si mesmos, nos moldes da abordagem politicista (PÉCAUT, 1990).

Trata-se, sim, de matizar e ponderar o grau e o peso das alianças e dos conflitos, dos acordos malogrados e dos confrontos públicos entre representantes do Estado e da Igreja – principais instituições aglutinadoras e formadoras das elites políticas e intelectuais do país até meados do século XX –, no processo de definição das funções e atividades da universidade e na consolidação do modelo moderno de instituição universitária.

Dessa forma, torna-se factível e inteligível o processo sócio-histórico de constituição do *dominium* universitário enquanto espaço legítimo de produção científica e de reprodução das competências e dos atributos intelectuais por excelência. Além disso, essa perspectiva analítica favorece a compreensão sobre como o somatório desses fatores condicionou a atuação política e a atividade intelectual dos representantes dos grupos que protagonizaram tais lutas.

Com efeito, os embates públicos travados entre intelectuais de estado (burocratas) e intelectuais católicos (leigos e sacerdotes) se materializaram drasticamente no contexto de lançamento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”<sup>150</sup>, de 1932,

---

<sup>150</sup> Com o título “A reconstrução educacional do Brasil: ao povo e ao governo”, o Manifesto fora escrito por Fernando de Azevedo e teve como signatários 26 educadores, entre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquete Pinto, Hermes

documento subscrito pelos principais defensores de uma “educação superior democrática, pública, leiga, gratuita, obrigatória, autônoma e de qualidade” (TEIXEIRA, 1984, p. 410). A essas designações contidas no Manifesto, que deveriam nortear a criação do sistema universitário brasileiro, a Igreja veementemente se opunha, preocupada com a ameaça que um campo de produção cultural especializado, desprovido de conteúdos religiosos, administrativamente independente, gozando de autonomia intelectual e voltado para a formação cultural e para a (re)produção social das elites dirigentes representava aos alicerces fundantes da doutrina católica e, conseqüentemente, ao poder e influência da instituição eclesiástica.

Face a essa significativa gama de eventos que convulsionaram o período de ruptura dos laços oficiais entre Estado e Igreja, a ala conservadora católica, representando os interesses da cúpula episcopal, lutou para exercer seu poder, prestígio e influência sobre as bases de construção do espaço de formação educacional e profissional das elites brasileiras. Em

---

Lima, Paschoal Lemme, Cecília Meireles, Sampaio Dória. De inspiração liberal, o documento teve ampla circulação nacional e continha as diretrizes para a implantação de um sistema nacional integrado de ensino público. Foi a partir deste documento que o Estado varguista assumiu a responsabilidade pela montagem, organização e estruturação do sistema universitário nacional, por meio do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo preocupação com o controle e o desenvolvimento de universidades como força motriz das políticas educacionais.

contrapartida, as frações intelectuais leigas (paulistas e mineiras, principalmente), diante das derrotas sofridas nos conflitos armados contra as forças vitoriosas das revoluções de 1930 e de 1932, se embrenharam para se reposicionar, por meio da cultura e da educação, no jogo do poder que ditaria os novos rumos da nação. Segundo Miceli (2012, p. 101),

os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural e, escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo, e o Departamento Municipal de Cultura são iniciativas que se inscrevem nesse projeto.

Por essa razão, no esteio das discussões travadas sobre a definição moderna das funções a serem desempenhadas pelas universidades<sup>151</sup>, emblematizadas pelos inquéritos promovidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>152</sup>, em 1926, e a Associação Brasileira de

---

<sup>151</sup> Conforme expresso no Manifesto de 32, “criadora de ciências (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes”.

<sup>152</sup> De propriedade da família Mesquita, que teve em Júlio de Mesquita Filho um dos principais agentes no projeto de criação da USP, a empresa jornalística concentrava em torno de si um círculo privilegiado de renomados educadores, escritores e editores. Segundo Limongi (2001, p. 136), “para o mundo cultural paulista das primeiras décadas do século XX, O Estado de S. Paulo era um

Educação, em 1928, se expressavam os confrontos de posicionamentos entre os “pioneiros da Educação Nova”, defensores de um liberalismo científico que rejeitava interferências externas à produção intelectual acadêmica, e o grupo dos católicos, que advogavam uma universidade regida sob os dogmas conservadores da romanização.

Saíram-se vencedores os defensores da universidade pública, laica e gratuita, cujos pressupostos embasariam a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, símbolos dos projetos intelectuais de elite no tocante à organização e desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da divulgação científica.

No que concerne à configuração específica de São Paulo, em que pese o fato das instituições de ensino superior terem nascido após as derrotas militares da oligarquia paulista, se estabelece como ponto comum da literatura compulsada, muitas vezes carregada de certo ufanismo regional exercido de modo irrefletido por aqueles autores que se consagraram precisamente pelo reconhecimento obtido na esfera intelectual acadêmica

---

importante ponto de referência profissional e intelectual, local das rodas em que se discutiam os problemas e projetos culturais”. Citando o depoimento de um dos entrevistados em seu estudo, assim é caracterizado o jornal: “O Estado era, na verdade, um pequeno seminário de debates sobre a vida social, política, literária e científica. Aí se reuniam à tarde e à noite, como num clube de cultura, professores de escolas superiores, profissionais liberais, em geral colaboradores do jornal e mesmo redatores de outros periódicos”.

paulista, a atribuição da necessidade de sua emergência à “falta de uma elite ampla e ordenada, treinada com métodos científicos, conscientes das instituições e realizações do mundo civilizado, e capaz de entender o nosso ambiente social, para depositar sobre ele” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 218-19). Nas palavras do autor sobre as características da USP,

a nova universidade seria pública, leiga e livre de influências religiosas; deveria ser uma instituição integrada, não apenas um grupo de escolas isoladas. Seu núcleo central seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com professores estrangeiros. (...) A universidade teria autonomia administrativa e acadêmica, destinando-se a criar uma nova elite que assumisse a liderança do país, **superando o atraso e levando São Paulo de volta ao lugar que merecia como o estado líder da federação** (SCHWARTZMAN, 2015, p. 220). **(Grifo nosso)**

Observa-se assim que, historicamente, o *dominium* acadêmico-científico despontou no Brasil como um espaço legítimo da educação superior e da produção científica estruturando-se, por um lado, em comunhão aos interesses do Estado autoritáriovarguista, como sub-produto das lutas travadas e vencidas no período pelas forças do governo central, e, por outro lado, em oposição às influências religiosas e culturais da Igreja Católica.

Se, para Bourdieu (2014), conforme evidenciado no

processo de divisão do trabalho intelectual e da emergência da esfera burocrática, a figura do Estado tornou-se a instância máxima de poder detentora do “monopólio legítimo da violência simbólica”, é possível inferir que, a partir da posição máxima de poder intelectual obtido e conferido pelas universidades, estas passam a encerrar em torno de si aquilo que denomino de *monopólio legítimo da produção simbólica*.

A implementação de modelos institucionais universitários de nítido feitio centralizador e com pretensões de universalização em todo o país a partir do Ministério da Educação, características das universidades públicas surgidas por iniciativa do Estado varguista, bem como a instauração de organizações universitárias relativamente autônomas e independentes capitaneadas pela iniciativa privada representada pelo empresariado cultural paulista e pela Igreja, tendo a USP e as PUCs como referências principais, certificam esse *monopólio legítimo da produção simbólica* concentrado nas universidades, ao mesmo tempo em que reforçam as ingerências exógenas como estruturas estruturantes que estruturam, de modo interdependente, o *dominium* universitário brasileiro.

### **A distribuição geográfica das PUCS no Brasil**

Tanto as tentativas de controle pelos grupos socialmente dominantes das regras de funcionamento e do acesso ao espaço de



produção intelectual por excelência quanto a emergência da valorização da posse do diploma de nível superior elevaram as universidades ao ápice da hierarquia intelectual e simbólica no Brasil, impondo-se às demais esferas de produção cultural (artística, literária, jornalística) como padrão de profissionalização da atividade intelectual e como elemento de distinção social entre as frações de elites intelectuais.

A concentração estratégica das Pontifícias Universidades Católicas<sup>153</sup> nas capitais das regiões Sul e Sudeste (cuja distribuição geográfica está contida na tabela abaixo) que disputavam o controle do poder político central foi uma resposta deliberada da Santa Sé no Brasil à perda dos debates públicos sobre a formação do sistema universitário nacional. Tidas como os “motores” da expansão do catolicismo e do *aggiornamento* dos modos de dominação da Igreja no país, as PUCs eram empreendimentos voltados para o recrutamento dos herdeiros das elites políticas e culturais das regiões em que atuavam, público-alvo da hierarquia eclesiástica católica para fazer valer seus interesses no tabuleiro do poder político nacional, no qual essas elites regionais exerciam forte

---

<sup>153</sup> As PUCs foram os modelos pioneiros de ensino religioso universitário no Brasil e se mantêm como os empreendimentos educacionais privados de maior sucesso, notoriedade e reconhecimento nas três modalidades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão). Seus estabelecimentos mais antigos figuram entre as melhores instituições superiores do país nos rankings universitários nacionais e internacionais, caso das PUCs do Rio, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

influência.

## Quadro 2 – Pontifícias Universidades Católicas no Brasil.

Instituição	Cidade/Estado	Região	Ano de Fundação
PUC-Rio	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste	1941
PUC-SP	São Paulo/SP	Sudeste	1946
PUC-RS	Porto Alegre/RS	Sul	1948
UNICAP	Recife/PE	Nordeste	1951
PUC-Campinas	Campinas/SP	Sudeste	1955
PUC-Minas	Belo Horizonte/MG	Sudeste	1958
PUC-PR	Curitiba/PR	Sul	1959
UCPEL	Pelotas/RS	Sul	1960
UCP	Petrópolis/RJ	Sudeste	1961
UCSAL	Salvador/BA	Nordeste	1968
PUC-Goiás	Goiânia/GO	Centro-Oeste	1971
UNISANTOS	Santos/SP	Sudeste	1986
UCB	Brasília/DF	Centro-Oeste	1994

Como se observa no **Quadro 2**, composto apenas pelas instituições confessionais católicas que se mantêm ativas e em pleno funcionamento, de início a Igreja concentrou seus esforços nas regiões Sudeste e Sul, adotando posteriormente um processo de “interiorização”, deslocando seu foco de atuação às demais regiões do país. Das 13 universidades católicas mapeadas e catalogadas, têm-se seis PUCs situadas na região Sudeste, correspondendo a 46,2% do total, três no Sul (23%), duas no Nordeste (15,4%) e duas no Centro-Oeste (15,4%), sem nenhum registro no Norte do Brasil.

É sintomático observar também que o avanço das PUCs para as demais regiões do país se dá à medida em que a Igreja consolida seus projetos pioneiros, ainda na década de 1940, nas capitais dos principais estados do eixo Sul-Sudeste: Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS. A Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), por exemplo, se constitui como a primeira do Nordeste somente no início da década de 1950 e se mantém no posto até a fundação da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), no final da década de 1960.

Com a federalização da Universidade (Católica) do Maranhão, a segunda do Nordeste fundada em 1958, que se transformou na Universidade Federal do Maranhão em 1966, a UNICAP e a UCSAL tornaram-se os únicos estabelecimentos confessionais diocesanos de ensino superior de feição institucional universitário do eixo Norte-Nordeste brasileiro. No interregno de quase duas décadas após a criação de ambas universidades católicas no Nordeste, cinco outras PUCs foram criadas no eixo Sul-Sudeste (Campinas/SP, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Pelotas/RS e Petrópolis/RJ), reforçando explicitamente o projeto de intervenção da Igreja no espaço de formação educacional das elites e, conseqüentemente, o recrudescimento da disputa com o Estado pela hegemonia da dominação cultural no *dominium* universitário brasileiro, a partir de uma nova atuação estratégica focada também no interior dos estados-líderes do país.

Com a consolidação das PUCs nas principais regiões do Brasil, houve um arrefecimento por parte da Igreja na fundação de novas instituições superiores de ensino, quadro que viria a se modificar com a inversão do polo do poder político central do Rio de Janeiro para Brasília. Embalada pela construção da nova e definitiva capital federal, a fundação da PUC-Goiás, no início da década de 1970, inaugurou a atuação do ensino superior católico no Centro-Oeste, permanecendo por mais de vinte anos como a única instituição universitária confessional da região.

A Universidade Católica de Brasília (UCB), reconhecida como tal pelo MEC em 1994, veio reafirmar a presença eclesial no Centro-Oeste, sendo a última instituição universitária fundada pela Igreja no país. Tanto a PUC-Goiás quanto a UCB contribuíram para a conquista e manutenção de uma posição estratégica do catolicismo no mapa político-geográfico brasileiro e nas esferas da educação, da cultura e da ciência em âmbito nacional.

Isso exemplifica bem o objetivo manifesto da Igreja de manter e ampliar sua zona de influência de poder simbólico através do ensino superior católico nos espaços de decisão política do país, inscrevendo-se institucionalmente nas regiões e cidades satélites mais importantes.

Em outras palavras, o processo de criação das universidades católicas no Brasil está flagrante e irremediavelmente atrelado às transformações sócio-históricas do país, ao

deslocamento do centro gravitacional do poder político e às mudanças estruturais do espaço intelectual, salientando a diluição das fronteiras entre política e religião, o entrecruzamento das lógicas política e religiosa na conformação do *dominium* universitário em contextos periféricos, bem como a sua fraca autonomização.

### **Lutas simbólicas de dominação pelo Ensino Superior**

Particularmente, no que respeita à disputa entre Estado e Igreja pela formação da *intellectualidade* brasileira e pela imposição dos critérios de definição das funções, do funcionamento e da divisão social do trabalho acadêmico-científico nas instituições superiores de ensino, o surgimento das PUCs expôs as veias abertas do *dominium* universitário, evidenciando de um lado o poder de *metacapital* do Estado ao cancelar, regulamentar e aferir a qualidade do ensino nessas instituições por meio de avaliações regulares operadas, a partir da década de 1950, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, agência vinculada ao Ministério da Educação, e, de outro, a acirrada competição pela escolarização das elites dirigentes enquanto estratégia para estabelecer novas bases de sustentação cultural e doutrinária-evangelizadora da instituição eclesiástica no âmbito público dos debates políticos.

O fechamento da UDF, a fundação da Universidade do

Brasil<sup>154</sup> e a posse de Alceu Amoroso Lima como reitor desta última, indicado e sustentado politicamente por Capanema em substituição a Anísio Teixeira, constituem evidências de que apesar da criação de suas próprias universidades católicas, a Igreja não abriu mão de continuar tentando estabelecer uma “zona de controle e influência” sobre o sistema de ensino superior nacional (SCHWARTZMAN, 1984, p. 54). Tais movimentações da cúpula clerical são o exemplo sintomático do grau dos avanços e recuos, das aproximações e distanciamentos entre Estado e Igreja na competição pelo controle e pela imposição das regras de funcionamento do *dominium* universitário brasileiro.

Uma vez derrotada a proposta inicial católica de criação de universidades públicas financiadas pelo Estado e mantidas sob o báculo da Santa Sé no Brasil, o advento de projetos universitários eclesiais próprios e privados, enredados no contexto da

---

<sup>154</sup> 2“Com a criação da Universidade do Brasil, o governo Vargas pretendia implantar em todo o país um padrão nacional de ensino superior e estabelecer um sistema destinado a controlar a qualidade desse ensino. Esse projeto grandioso e altamente centralizador acabaria sufocando outras iniciativas mais liberais. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a Universidade do Distrito Federal, extinta em 1939, quando foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Apesar de enfatizar o aspecto democratizante do ensino universitário, o ministro Capanema criou uma universidade claramente destinada às elites. A Universidade do Brasil, com a reforma universitária iniciada em 1965, transformou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/UniversidadeBrasil>>. Acesso em: 22 out. 2017.

romanização em curso no país, foi, de fato, uma tentativa flagrante de estabelecer novas estratégias de evangelização por meio da formação educacional de nível superior das elites e seus herdeiros, num esforço de conciliar fé e ciência (SERRY, 2004) e, com isso, de manter e ampliar o controle político e cultural sobre as camadas dirigentes do país, algo que já vinha sendo feito no nível secundário de ensino. Segundo Mendonça (2000, p. 137), o interesse dos católicos pela escola secundária, como “agência de homogeneização de uma cultura média”, estava incrustado em um “projeto de recuperação do país de caráter moralizante que passava pelo resgate da tradição católica na formação da ‘alma nacional’”.

À centralidade simbólica que educação e ciência adquirem na agenda política das décadas de 1920 a 1940 soma-se a centralização política que intenta subordinar essas duas esferas especializadas de atividade intelectual, resultado da preocupação dos agentes estatais e eclesiásticos não apenas em instruir as elites dominantes para a ocupação de postos em suas respectivas estruturas burocráticas (ambas em plena expansão), imbuídas de suas doutrinas e ideologias, mas também em fundar as bases de desenvolvimento e deintegração de um país imerso em abruptas e profundas rupturas políticas e culturais por meio da inculcação de um ideário nacional desenvolvimentista modernizante que reverberasse os interesses específicos das frações sociais envolvidas nos processos decisórios em pauta (FÁVERO, 2006;

MENDONÇA, 2000).

Educação e ciência são, pois, concebidos pelo Estado e pela Igreja como instrumentos de luta simbólica para se fazer nova frente na disputa do jogo político de outrora. Os vultosos investimentos estatais na criação, expansão e consolidação de universidades públicas em todo o território nacional, face à fundação de empreendimentos universitários católicos privados e adstritos sintomaticamente às regiões de concentração de poder político, econômico e cultural, conferiram maior protagonismo ao Estado do que à instituição eclesiástica no tocante à edificação do *dominium* universitário brasileiro.

Nesse sentido, compreende-se a figura do Estado como *metacampo*, isto é, como estrutura estruturante dos campos e dos sub-campos do poder (BOURDIEU, 2014), atuando como organismo estruturante do espaço acadêmico-científico em seu processo genético constitutivo. O controle e as regulações estabelecidas por meio da concessão de terrenos e subvenções públicas para as universidades, de edificação de um estatuto da carreira docente universitária, de financiamentos de pesquisas e de certificação dos diplomas superiores e títulos de honraria por elas concedidos, até mesmo o aval para o funcionamento das instituições privadas confessionais e leigas de ensino superior, fincaram, paradoxalmente, as bases da relativa e frágil autonomização da ciência ao próprio Estado.



A reivindicação histórica pela independência administrativa das universidades e pela garantia da liberdade de cátedra dos docentes universitários, sobretudo em períodos de autoritarismo estatal (MOTTA, 2014; VASCONCELOS, 2007), evidencia o baixo grau de autonomização e a elevada heteronomização que perpassa todo o período de fundação e consolidação do *dominium* universitário no Brasil, no qual as forças sociais exógenas à ciência (políticas, religiosas e econômicas) impuseram-se sobre suas regras internas de funcionamento, determinando as condições de acesso aos postos hierárquicos das universidades, aos cursos superiores e, por conseguinte, ao mercado das profissões liberais e intelectuais.

A criação de organizações universitárias públicas que privilegiavam o ensino e a pesquisa de forma autônoma e laica parece ter estabelecido as condições pioneiras para o surgimento de uma espécie de *esfera pública científica* no país, a meu ver, que impôs a especialização como marco do processo de diferenciação da atividade intelectual. Se de início o padrão de recrutamento se dava principalmente pelo grau de proximidade dos agentes com a esfera do poder, exemplificado pela presença significativa dos intelectuais de Estado (escritores, jornalistas, políticos) nos processos decisórios sobre a formação das universidades, após sua criação e consolidação impõe-se o “padrão intelectual” acadêmico especializado, isto é, o dos critérios científicos objetivos em função dos critérios sociais, estruturados em torno da maior posse de

capital científico certificado pela concessão de títulos acadêmicos, pela ocupação de posições hierárquicas na estrutura de postos universitários e pelo reconhecimento dos pares enquanto certificador do prestígio intelectual, magma constitutivo das propriedades específicas do campo científico (BOURDIEU, 2004, p. 35).

Nessa perspectiva, o surgimento de uma *esfera pública científica* parece ter dado origem a dois tipos de perfis de elites intelectuais distintos que vigora até os dias atuais no Brasil: uma elite universitária burocrático-administrativa, mais próxima do polo político dominante (reitores, pró-reitores, chefes de departamentos etc.) e uma elite acadêmico-científica, mais próxima do polo cultural dominado (diretores de laboratórios, presidentes de comissões, comitês de avaliação, bancas examinadoras etc.).

Ora, num *dominium* universitário de fraca autonomização, agudizada em contextos de forte centralização política, e de menor heterogeneidade social dos agentes, é presumível supor que o grau de proximidade com o polo político dominante se constitua num indicador que confere maior ou menor credibilidade intelectual e científica aos postulantes ao reconhecimento nesse *dominium* e às posições de poder. Dos anos 1920 até o final dos anos 1960, parece ser esse o padrão hegemônico de estratégias de afirmação intelectual e de acesso aos postos dirigentes universitários por parte das frações sociais dominantes, seja relativo à esfera estatal, seja no

tocante ao âmbito eclesiástico.

### **Referências bibliográficas**

ARDUINI, Guilherme R. *Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro* (Rio de Janeiro, 1922-1948). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AZZI, Riolando. *Os pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2003.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Coleção História Geral da Igreja na América Latina. Tomo II/3-2. Terceira época (1930-1964). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986. V. 11.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: grandes écoles et sprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A causa da ciência: como a história social das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. *Revista Política & Sociedade*, Santa Catarina, n. 01, p. 143-161, set. 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France*

- (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. *La production de l'idéologie dominante*. Paris: Editions Démopolis, 2008.
- BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CARDOSO, Irene. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des 'intellectuels' (1880-1900)*. Paris: Éditions de Minuit, 1990.
- CHARLE, Christophe. *La République des universitaires (1870-1940)*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- DELLA CAVA, Ralph. *Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964)*. *Novos Estudos-CEBRAP*, São Paulo, n. 12, 1975.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Revista Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001. V. 1.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MELO, Hugo F. de. *O ofício de sacerdote: mediação cultural, atuação política e produção intelectual de padres no Maranhão*. 190 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

MELO, Hugo F. Igreja, intelectuais e o espaço de poder: perfis sociais e modalidades de atuação de sacerdotes na política e na cultura do Maranhão (1950-1980). **Revista Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 14, n. 28, p. 241-261, jul/dez. 2017.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-150, maio/ago. 2000.

MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995. V. 2.

MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001. V. 1.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2004.

SAPIRO, Gisèle. A noção de campo de uma perspectiva transnacional: a teoria da diferenciação social sob o prisma da história global. *Revista Plural*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 233-265, 2019.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984. (Coleção Estudos Brasileiros). V. 81

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. 4. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015.

SERRY, Hervé. Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2004.

SOARES, Maria S. A. (Org.). *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. O manifesto dos pioneiros da educação nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. (Coleção Anísio Teixeira). V. 10.

VASCONCELOS, Isamara M. *A federalização do Ensino Superior no Brasil*. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

**Elites do campo literário: análise  
*bourdieusiana* das trajetórias de vida dos  
vencedores do Prêmio Nobel de literatura  
(século XX–XXI)**

*Lucas Pinheiro Maciel Cioni (PPGSOCIO/UFPR)<sup>155</sup>*

**Resumo:** esta pesquisa é uma proposta de projeto de doutorado apresentado e aprovado em 2021 na Universidade Federal do Paraná (UFPR), como parte do processo seletivo de pós-graduação em sociologia. O projeto está, atualmente, sendo reformulado em diferentes aspectos, desde o objeto de pesquisa até os referenciais teóricos. Pretendemos, por meio do evento, adquirir novas ideias para melhor realização possível da pesquisa. Nesta, ambicionamos reconstruir e analisar as trajetórias de vida dos vencedores do Prêmio Nobel de Literatura. Utilizando a teoria de campo de Pierre Bourdieu, pretende-se elucidar quais pontos de suas trajetórias foram determinantes para obtenção do prêmio. Assim sendo, a pesquisa se preocupa em fazer um extenso levantamento de dados em relação a vida dos laureados, considerando seus níveis de escolaridade, o estrato social de suas famílias, seus posicionamentos políticos, suas alianças e desfetos no campo literário, *etc.* Acreditamos que países que possuem um alto número de laureados, como a França, é detentora de um campo literário

---

<sup>155</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); mestre em sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PGSOCIO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: lucasmaciel.cioni@gmail.com



cujo *habitus* é largamente valorizado por essa instância de consagração. Dessa forma, o trabalho ambiciona compreender as estruturas estruturantes e estruturas estruturadas de diferentes campos literários, para elucidar quais realidades sociais têm sido valorizadas na premiação, em detrimento de outras, como o Brasil, que nunca foi laureado. Partimos da hipótese que a qualidade da obra dos autores é apenas parte do que é levado em conta na premiação, onde o campo político e o econômico, por exemplo, podem importar muito mais do que a obra literária em si.

**Palavras-chave:** Prêmio Nobel; Pierre Bourdieu; Trajetórias de Vida; Literatura.

## Objeto e tema

Desde 1901 o Prêmio Nobel de Literatura, atribuído pela Academia de Letras Sueca, premia um indivíduo da atividade literária. Está incluso no prêmio, para além do prestígio, a quantia de um milhão de dólares americanos. Já foram laureados acadêmicos, dentre eles filósofos e professores, além de poetas e, recentemente, até mesmo um músico, Bob Dylan. Profissionais da literatura, em diversas de suas ramificações, já foram agraciados com o prêmio, indivíduos provenientes de distintos países e continentes. O Brasil, no entanto, nunca ganhou o prêmio, embora alguns autores como Jorge Amado, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade tenham se destacado por terem sido

cotados pela Academia de Letras Sueca como possíveis laureados<sup>156</sup>.

Considerando a idade do prêmio, de quase 120 anos, acreditamos existir um vasto banco de dados em relação a trajetória de vida dos vencedores, além dos processos sociais, econômicos e políticos realizados pelos laureados. Ao entender as vivências dos premiados, elucidando os detalhes de suas vitórias, abre-se espaço para compreensão do comportamento da própria Academia de Letras Sueca, além das distintas realidades sociais das quais os laureados são provenientes. Assim sendo, a pergunta base de nosso objeto de pesquisa toma forma: o que determina a escolha de um laureado do Nobel de Literatura pela Academia de Letras Sueca?

Partindo dessa questão, diferentes questionamentos podem ser formulados: 1) existe um grupo de indivíduos de características homogêneas que tem sido majoritariamente valorizado pela Academia de Letras Sueca? 2) se é este o caso, quais são essas características? 3) os processos sociais pelos quais os

---

<sup>156</sup> Em setembro, o comitê do Prêmio Nobel de Literatura envia convites para os nomeadores, que tem até trinta e um de janeiro para devolverem uma lista de nomeações. Em abril é apresentada uma lista pelo comitê, para Academia de Letras Sueca, de quinze a vinte nomes. Em maio a lista deve ser reduzida para cinco candidatos. Entre junho e agosto a produção literária dos cinco finalistas é lida pelos membros da academia e, em setembro, é feita uma conferência onde selecionam o vencedor ou vencedora. O nome da laureada ou laureado é anunciado em outubro, na feira literária de *Frankfurt*. Em dezembro a premiação acontece. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/nomination/literature/> <acesso em: 20/09/2020>

vencedores passaram se assemelham e se diferenciam em quais aspectos? 4) em relação ao Brasil, por que o país nunca ganhou um Nobel? 5) quais pontos das trajetórias de vida de brasileiros cotados para o prêmio, se afastam dos vencedores que com eles concorreram?

Dentro da teoria de campo de Pierre Bourdieu, entendemos que todos os laureados pelo prêmio podem ser considerados vencedores. No entanto, existem países que possuem apenas um produtor literário que venceu a premiação, enquanto outros apresentam vários. Além dessa divisão aparecer em relação aos países, a mesma discrepância pode ser encontrada por continentes. Dessa forma, é possível estabelecer as características, entre os vencedores, de agentes dominantes e dominados. Para isso, é preciso levantar as origens sociais dos vencedores, suas nacionalidades, alianças políticas, os idiomas em que suas obras foram compostas e analisar os capitais econômico, político, social e cultural acumulados em suas trajetórias de vida.

Atrélada as trajetórias dos laureados, está a trajetória do próprio Nobel de Literatura. Enquanto os agentes acumulam capitais que são valorizados por instâncias de consagração, como é o caso do Prêmio Nobel, a própria instância também acumula capitais de acordo com os agentes que consagra. Em termos *bourdianos*, não só os agentes, mas também as instâncias, possuem *habitus*. Assim, para responder as questões de nosso objeto de

pesquisa, é preciso compreender que ao analisar os capitais dos agentes que foram valorizados pela instância de consagração, é compreender também o que a Academia de Letras Sueca mantém no ostracismo. Sem dúvida nenhuma todos os vitoriosos e seus países foram valorizados pela instância, mas quando observamos o histórico do prêmio, vemos que há características dominantes entre os laureados, como suas nacionalidades, gêneros, etnias e a língua em que escreveram suas obras. Nosso trabalho, então, procura endereçar as características das trocas simbólicas presentes nesse processo (BOURDIEU, 1974; 1989).

Posto dessa forma, entendemos que há características culturais, econômicas, políticas e sociais, expressadas pelos agentes, que são mais valorizadas pela instância de consagração. Em relação ao Brasil, ainda, compreendemos que nenhum dos agentes cotados para o prêmio apresentaram os atributos que a instância valoriza. Considerando que todos os laureados, inclusive os brasileiros que concorreram ao Nobel, possuíam ou possuem carreiras dignas e relevantes, nossa principal pergunta é por quê? Por que alguns países foram vitoriosos inúmeras vezes e outros apenas uma? Por que o Brasil nunca venceu? O que, afinal, a instância de consagração procura naqueles e naquelas que consagra? Partimos da hipótese, enfim, que tais decisões não são provenientes do campo literário, mas de campos maiores, como o econômico e o político.

## Justificativa

Láureas literárias, como prêmios renomados, podem difundir e prover prestígios e privilégios para seus autores e autoras. Ganhar premiações dessa natureza, que se destacam no campo, distribuem capital simbólico, na forma de consagração e durabilidade. O autor ou autora que vence premiações dessa estirpe aumenta seu público leitor, tem sua obra positivamente criticada – em vista dos comitês serem formados por especialistas – e, acima disso, aumenta a durabilidade de sua obra e seu nome, pois ambos ganham *status* de uma qualidade dentro campo literário que os diferencia dos demais agentes (ZILBERMAN, 2007)<sup>157</sup>. Além disso, o sucesso de produtores literários e seu reconhecimento, não depende apenas da qualidade de suas obras, mas das relações que criam dentro do campo literário. Dessa forma, mesmo após o falecimento de um escritor ou escritora, suas obras podem continuar sendo publicadas, distribuídas para novos públicos, adaptadas para novos meios, *etc.* (PASSIANI, 2002).

Diferentes artistas podem passar anos produzindo excelentes obras, mas serem negados em um meio social, por conta de suas nacionalidades, referências artísticas, *etc.* e aceitos em outro.

---

<sup>157</sup> Nos referimos a premiações criadas por instituições, onde os juízes são especialistas em diferentes áreas do conhecimento. Os prêmios Jabuti, Machado de Assis e Oceanos são alguns exemplos.

É o que aconteceu nas trajetórias dos artistas plásticos Xul Solar e Lasar Segall, que encontraram uma resistência muito grande às suas obras no continente europeu, mas foram aceitos em países emergentes (MICELI, 2010). Diferentes países, então, possuem campos literários com instâncias de consagração e difusão distintas. As possibilidades de um produtor literário ter sucesso e as características que instituições e agentes atribuirão a sua obra, depende do sistema de disposições duráveis do campo (BOURDIEU, 1968). Em outras palavras, o *habitus* do campo literário brasileiro é diferente, por exemplo, do francês.

Dessa forma, justificamos nosso trabalho de acordo com as seguintes instâncias:

1) ao reconstruir e analisar as trajetórias de vida dos produtores literários vencedores do Nobel, poderemos decifrar o conjunto de características que os levaram a vencer o prêmio, desde o investimento de suas famílias em suas futuras carreiras, até os relacionamentos que estabeleceram com a própria Academia de Letras Sueca. Além disso, é possível traçar o perfil dos vencedores de países que venceram várias vezes a premiação, dos que venceram apenas uma e, no caso do Brasil, dos nomeados que não foram vitoriosos. Temos noção de que esse processo é largamente descritivo, considerando etnia, gênero, situação socioeconômica, *etc.* Nossas intenções, no entanto, são mais profundas. Elucidar os motivos que levam a vitória do Prêmio Nobel de Literatura, é

compreender qual é o *habitus* dos campos literários de onde os laureados são provenientes. Em outras palavras, é possível entender os caminhos existentes na França e nos Estados Unidos, por exemplo, para os agentes de seus respectivos campos literários e a inexistência desses processos em outras nações. Assim, compreende-se como esses países investem na arte literária, qual o papel do campo político e econômico nesses processos e como, enfim, países como o Brasil podem internacionalizar suas culturas, por meio de investimentos educacionais e artísticos.

2) Decifrar os perfis dos laureados, considerando uma amalgama de informações julgadas relevantes, é compreender o *habitus* que o Prêmio Nobel de Literatura mais valoriza. Dessa forma, quando pensamos no que as premiações literárias de alta relevância podem prover para os laureados, entende-se que o mesmo capital simbólico, além do econômico, é acumulado pelos vencedores. No caso do Prêmio Nobel de Literatura, a maior premiação literária do mundo, os prestígios e privilégios não são entregues apenas aos agentes, mas aos países que eles representam. Os efeitos dessas vitórias são globais. Assim sendo, os agentes e a cultura literária dos países vencedores são eternizados por uma instituição de mais de um século de vida. Outros, através do tempo, prosseguem no ostracismo do campo, onde a tendência é que a arte que produzem proceda segregada. Tendo isso em vista, acreditamos que o trabalho também tem a capacidade de endereçar

a problemática existente em um conjunto de características de um indivíduo ou grupo ser valorizado por suas particularidades em detrimento de outros, resultando na concepção *bourdieusiana* de reprodução da violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1985).

3) Por fim, como mostraremos a seguir, temos a lacuna existente nos estudos de trajetórias de vida publicados em português, dentro e fora do Brasil, em relação ao Prêmio Nobel de Literatura. Como posto anteriormente, acreditamos que entender como essa elite cultural se forma, se altera e se mantém no decorrer do tempo, é importantíssimo para elucidar os efeitos positivos e negativos de fazer ou não parte dela, podendo gozar dos capitais que tal instância de consagração possui.

## **Objetivos**

### **Geral**

Reconstruir e analisar as trajetórias de vida dos vencedores do Prêmio Nobel de Literatura, utilizando a teoria de campo de Pierre Bourdieu, ambicionando elucidar o que determinou a escolha destes pela Academia de Letras Sueca de acordo com o *habitus* de diferentes campos literários.



## **Específico**

Reconstruir as trajetórias de vida dos vencedores do Prêmio Nobel de Literatura, considerando local de nascimento, meio familiar, situação de classe, nível de escolaridade, participação política, carreira *etc.*;

Analisar os capitais acumulados pelos laureados com o Nobel de Literatura em suas trajetórias de vida e a valorização destes pela Academia de Letras Sueca;

Analisar o *habitus* dos agentes e da instância de consagração;

Descrever as características dos agentes que venceram a premiação, distinguindo-os entre dominantes e dominados;

Reconstruir as trajetórias de vida dos brasileiros cotados para o prêmio e compará-las com a dos agentes dominantes e dominados que venceram o Nobel;

Coletar e analisar o que foi documentado sobre os vencedores do prêmio, desde entrevistas e matérias em jornais e revistas, até prefácios de livros, discursos, artigos acadêmicos, *etc.*

## **Revisão da literatura**

Trabalhos sobre trajetórias de vida em ciências sociais, são abrangidos pelo universo de análises biográficas, onde os termos mais comumente utilizados por pesquisadores são “biografias”, “histórias de vida”, “história oral”, “carreiras”, “perfis” e

“trajetórias”. Pesquisas dessa natureza se preocupam em investigar dados biográficos para diferentes finalidades, inclusive para recompor e analisar trajetórias de vida de artistas de diferentes ramificações da arte, como escritores, pintores e músicos, examinando suas origens sociais, relações familiares, níveis educacionais, alianças e desavenças no meio artístico, *etc.* Essas abordagens são largamente influenciadas por modelos europeus, com destaque para utilização dos trabalhos de Pierre Bourdieu (REIS; BARREIRA, 2018). Estudos de trajetórias de vida que se utilizam da teoria de campo de Pierre Bourdieu, demonstrar interesse em compreender como indivíduos, em um meio social, buscam conquistar e fazer dos recursos do mesmo. À luz dos clássicos, é possível citar a análise de Weber em Os Letrados Chineses. Os letrados procuravam, por meio dos exames, conquistar posições trabalhando para o imperador. Essa aproximação com o poder vigente, produzia prestígios e privilégios para suas aldeias (WEBER, 1974).

Considerando que o principal objetivo de nossa pesquisa é analisar as trajetórias de vida dos vencedores do Prêmio Nobel de Literatura, todos esses indivíduos fazem parte do campo literário. Dessa forma, utilizando os termos citados anteriormente, realizamos uma busca por artigos, dissertações e teses que investigassem as trajetórias de diferentes produtores literários.

Especialmente poetas, poetizas e romancistas<sup>158</sup>. Utilizamos o catálogo de teses e dissertações da CAPES e a biblioteca digital *SciELO*<sup>159</sup>. Procuramos por trabalhos em português, na área das ciências sociais e ciências sociais aplicadas, publicados por periódicos nacionais e internacionais. Dentro desses mesmos parâmetros, também buscamos pesquisas sobre o Prêmio Nobel<sup>160</sup>,

---

<sup>158</sup> Dentro do campo literário há diferentes instâncias de consagração que podem divergir quanto ao que os agentes deste devem produzir. Em outras palavras, há distintas noções de quais devem ser os mais importantes objetivos da atividade literária (BOURDIEU, 1992). Dessa forma, voltamos nossa atenção para trabalhos na área das ciências sociais que se preocupassem com a atividade literária mais característica dos vencedores do Nobel, como a composição de romances e poemas. Muitos vencedores também eram ou são acadêmicos, críticos literários, jornalistas e políticos, por exemplo, mas acreditamos ser mais pertinente coletar pesquisas que analisassem a trajetória de vida de indivíduos que trabalharam ou trabalham especificamente com as atividades literárias mais comumente premiadas pelo Nobel. Uma classificação mais específica pode ser realizada posteriormente, na reconstrução das trajetórias de todos os vencedores.

<sup>159</sup> Utilizamos o *SciELO* por conta dos requisitos necessários para periódicos serem a ele indexados. Assim, acreditamos ter coletado trabalhos que foram publicados em importantes periódicos, com *qualis* do estrato superior, alto número de citações, *etc.*

<sup>160</sup> No caso das dissertações e teses, encontramos trabalhos classificados nas seguintes áreas: ciências biológicas (3), ciências da saúde (2), ciências exatas e da terra (13), ciências humanas (14), ciências sociais aplicadas (26), engenharias (3), linguísticas, letras e artes (37) e multidisciplinar (11). Neste último, as teses e dissertações se tratavam da contribuição, quando não faziam apenas referências a algum laureado, da contribuição de algum químico ou físico para história da ciência. Não havia trabalhos nas áreas das ciências sociais, tampouco algum que se preocupasse com as trajetórias de um laureado. Os artigos em ciências humanas, publicados em português, totalizaram vinte e um trabalhos. Estes, largamente, se preocupavam com as contribuições das obras e das descobertas de diferentes cientistas para suas respectivas áreas. Fugiam desse padrão três artigos: um deles sobre o banco de dados do Prêmio Nobel e dois sobre a

considerando todas suas categorias e, por fim, delimitamos a busca apenas por pesquisas sobre o Nobel de Literatura<sup>161</sup>.

Considerando a abrangência de estudos que fazem distintas análises biográficas, observa-se nessa amalgama de trabalhos uma falta de delimitação quanto ao que os caracterizam. Nos termos apresentados anteriormente, temos carreiras e perfis, por exemplo, sendo utilizados em pesquisas que se utilizam de ferramentas e alusões biográficas, mas que se analisadas mais a fundo são provenientes de diferentes tradições teórico-metodológicas (REIS; BARREIRA, 2018). Por isso, a filtragem de trabalhos de trajetórias de indivíduos que executem as mesmas atividades literárias dos vencedores do Nobel, também provê suporte para uma

---

presença de mulheres em premiações científicas. Filtrando por outras áreas temáticas, não encontramos nenhum trabalho pertinente.

<sup>161</sup> As áreas das Letras, Linguística e Estudos Literários poderão ser visitadas posteriormente, quando investigarmos as publicações dos laureados, os gêneros em que escreveram/escrevem, as temáticas abordadas, as características do interesse da Academia de Letras Sueca em suas composições artísticas e semelhantes. Essa observação se faz importante porque, embora existam trabalhos sobre o Nobel de Literatura e seus laureados nas áreas citadas, as análises se voltam, fortemente, para o conteúdo estético das obras dos(as) autores(as). São análises importantes e que merecem atenção, mas que fogem da análise das trajetórias de vida dos vencedores do prêmio que pretendemos realizar, considerando suas origens sociais, estrato econômico, carreira, alianças políticas, *etc.* As áreas citadas, então, serão devidamente endereçadas em momento oportuno. Nas áreas das ciências sociais nenhum trabalho foi encontrado. No caso dos artigos, a busca retornou apenas dezoito resultados, dos quais apenas quatro estavam em português. Nenhum se relacionava a trajetórias de vida dos laureados. Considerando o baixo número de trabalhos, também verificamos os resultados em línguas estrangeiras, o que não alterou a seleção.

delimitação mais cuidadosa de como a coleta e análise dos dados de nosso objeto de pesquisa devem ser executadas.

Utilizando os termos citados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, chegamos a um grande número de trabalhos. Assim sendo, aplicamos filtros para coletar os que mais se aproximassem das intenções de nossa pesquisa<sup>162</sup>. Os resultados ainda foram muitos, mais de cinco mil. Averiguamos os títulos, resumos e palavras-chave para coletar os trabalhos mais pertinentes<sup>163</sup>. Foram mantidos trabalhos que se preocupassem em analisar, primordialmente, diferentes aspectos das trajetórias de vida de produtores literários semelhantes aos vencedores do

---

<sup>162</sup> Os filtros aplicados delimitaram resultados de trabalhos apenas da grande área das ciências humanas, das áreas do conhecimento das ciências sociais – incluindo separadamente antropologia, ciência política e sociologia. O mesmo recorte foi aplicado para área de concentração e avaliação das teses e dissertações.

<sup>163</sup> Temos noção que os termos utilizados são bastante gerais. No entanto, era necessário endereçar o problema da ampla utilização de alusões biográficas pouco específicas em diferentes pesquisas (REIS; BARREIRA, 2018). Realizando a busca pelos termos comumente mais utilizados, chegamos a um alto número de dissertações e teses sobre diversos temas: carreiras políticas de deputados, perfis de jovens da periferia, história oral de mulheres cuidadoras de idosos, histórias de vida de catadores de lixo e muitos outros. Especificações, como “trajetórias” e “escritores”, poderiam diminuir absurdamente o número de resultados, mas poderíamos incorrer no erro de não nos depararmos com trabalhos existentes na literatura de trajetórias de vida de produtores literários com características semelhantes as do grupo que pretendemos analisar, dada a possível utilização de termos distintos. Utilizando termos mais gerais, pudemos averiguar o maior número de trabalhos possível dentro da literatura de trajetórias de vida, mesmo que tal categoria não estivesse especificada. Dessa forma, após aplicarmos as delimitações mencionadas, restaram vinte e seis trabalhos: catorze teses e doze dissertações.

Prêmio Nobel de Literatura. O mesmo processo foi realizado na busca por artigos na *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*<sup>164</sup>. Enfim, para compreendermos a tradição (ou tradições) de estudos que norteiam esses trabalhos, cruzamos suas referências para podermos visualizar os autores e trabalhos mais importantes na composição dessas pesquisas.

A busca evidenciou a inexistência de pesquisas de trajetórias de vida sobre produtores literários estrangeiros. Assim sendo, com destaque para Monteiro Lobato e escritores do movimento modernista, os autores e autoras presentes nos trabalhos coletados são todos brasileiros<sup>165</sup>. As pesquisas de trajetórias de vida nas áreas das ciências sociais se preocupam em

---

<sup>164</sup> Ao pesquisar pelos termos no SciELO, dentro dos parâmetros informados, chegamos a quatrocentos e setenta e sete artigos. Após filtrados, onze foram coletados.

<sup>165</sup> Enio Passiani se dedicou a trajetória e as disputas de Monteiro Lobato no campo literário brasileiro em diferentes trabalhos: *Na Trilha do Jeca* (2002), *Os Duelistas* (2002) e *A Construção da Hegemonia* (2009). Diferentes acadêmicos seguiram os mesmos parâmetros em relação aos modernistas: *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo* (2003), *Sociologia do Modernismo Mineiro* (2004) de Sérgio Miceli. *Modernismo e Regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição* (2011) de Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Letras em busca da nação: impasses de uma história literária modernista* (2003), *O Brasil e os dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual* (2005) de André Botelho. *O movimento modernista de Mario de Andrade* (1973) de Alfredo Bosi, dentre outros. A amplitude do movimento modernista, que cobriu diferentes ramos da arte e o fato de Monteiro Lobato, no caso literário, ser um dos maiores rivais de suas ideias em relação ao papel social do escritor, a comercialização do livro, *etc.* explica o alto interesse de diferentes pesquisadores nessas temáticas (PASSIANI, 2002, 2002b, 2009) (GUIMARÃES, 2015).

analisar as relações de indivíduos com o meio social em que estão inseridos. Dessa forma, busca-se compreender distintos aspectos de suas vivências, desde relações familiares, formação acadêmica, carreira e outros em concordância às realidades sociais que foram expostos.

Em trabalhos dessa estirpe, evidencia-se uma alta utilização da teoria de campo de Pierre Bourdieu. As considerações do autor sobre *habitus*, agentes dominantes e dominados, instâncias de consagração e difusão, diferentes capitais e a disputa em dado microcosmo social, são largamente utilizados na reconstrução e análise de trajetórias de vida de produtores literários nas ciências sociais. O meio social mais analisado, tendo em vista o alto número de pesquisas sobre produtores literários nacionais, é composto pelas editoras, jornais, revistas, periódicos e semelhantes abrangidos pelo meio literário brasileiro. Em termos *bourdieusianos*, o campo de disputas literário nacional, suas instâncias de consagração, difusão e seus agentes dominantes e dominados são amplamente endereçados. Por consequência, acadêmicos que se dedicaram ao histórico da literatura nacional, seus principais momentos e movimentos são abundantemente utilizados<sup>166</sup>.

---

<sup>166</sup> Destacam-se: A literatura brasileira: o pré-modernismo (1969), Literatura e Resistência (2002) e História Concisa da Literatura Brasileira (2012) de Alfredo Bosi. A Pequena História da Literatura Brasileira (2011) de André Botelho. Literatura e Sociedade (1965), A Formação da Literatura Brasileira (1969) e Iniciação a Literatura Brasileira (2004) de Antonio Candido.

Análises de trajetórias de vida por meio da teoria de campo de Pierre Bourdieu, se preocupam em endereçar as mutações do meio social e dos indivíduos que neles convivem. Isto posto, ao analisar o campo literário e suas disputas, os trabalhos se utilizam da concepção *bourdieusiana* de que é necessário compreender o fluxo mutável dos indivíduos e meio social, causado pelas diferentes naturezas de suas interações (BOURDIEU, 1996). As mudanças do campo literário, para além das relações que os agentes estabelecem dentro dele, podem acontecer por pressões de outros campos, como o político e o econômico. Os diferentes capitais acumulados pelos agentes também podem ser provenientes de outros campos, quando estes têm carreiras e vivências em que executam diferentes atividades profissionais e sociais. Os trabalhos de Maria Arminda do Nascimento Arruma e Sérgio Miceli são utilizados para endereçar alterações desse tipo, com destaque para *Metrópole e Cultura* (2001), da primeira e, do segundo, *Poder, Sexo e Letras na República Velha* (1977), *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil* (1979), *Intelectuais à Brasileira* (2001) e outros.

A área da sociologia da cultura é a que se preocupa de maneira abrangente com as trajetórias de vida de produtores literários e intelectuais. A utilização dos trabalhos de Bourdieu, além de delimitarem o meio social em estes indivíduos devem ser analisados, apresenta ferramentas para essas intenções de pesquisa:



diferentes campos possuem distintas instâncias de consagração e difusão. Estas, por sua vez, distribuem capitais de naturezas análogas para agentes que procuram acumulados e tê-los valorizados, na ambição de conquistarem melhores posições dentro do campo de disputas em que estão inseridos<sup>167</sup>. Os capitais podem ser cultural, econômico, social, político e ainda se caracterizarem como de natureza simbólica. Em suma, dentro de um campo de disputas, os agentes estão buscando os recursos do campo, acumulados nas instâncias de consagração. O sucesso na conquista desses capitais aumenta os privilégios e prestígio dos agentes, enquanto outros que não conseguem tal valorização prosseguem no ostracismo. O *habitus*, enquanto estruturas estruturantes, diferencia os agentes desde suas origens sociais, considerando as características de suas famílias, suas aspirações, concepções, ambições, *etc.* Enquanto estruturas estruturadas, são as características heterogêneas dos agentes que findam por alterar os alicerces do campo. Em suma, o *habitus* é o catalizador das diferentes relações entre agentes dentro do campo e destes com o

---

<sup>167</sup> No campo científico, por exemplo, as instâncias de consagração podem ser os periódicos em que acadêmicos publicam seus trabalhos. No entanto, para além da qualidade do trabalho acadêmico, é necessário compreender que há relações simbólicas presentes no campo. Assim, por melhor que seja um trabalho, ele pode não ser aceito, pelo fato dos agentes dominantes (responsáveis em selecionar as publicações) simplesmente não compactuarem com as linhas teóricas, os métodos ou posicionamentos do trabalho (BOURDIEU, 1983).

meio social em que estão inseridos. Simultaneamente, enfim, os agentes influenciam o campo e vice-versa<sup>168</sup>.

Compreende-se, então, como escritores de uma mesma época possuíam distintas concepções do que era literatura de qualidade, qual o papel social que deveriam desempenhar, como suas obras deveriam ser difundidas, *etc.* Isso explica as desavenças, por exemplo, entre os escritores modernistas e Monteiro Lobato. Considerando as características da obra de Pierre Bourdieu, é possível compreender a alta utilização do autor em trabalhos de trajetórias de vida. Dentro da literatura revisada, ainda, evidencia-se a utilização de comentadores de Pierre Bourdieu, já que não raras às vezes, alguns de seus conceitos, de acordo com as intenções de pesquisa, como *habitus* e campo, precisam ser melhor delimitados. Nesses casos, destacam-se os trabalhos Elementos para uma história do processo de autonomização (2004) de Giselê Sapiro e Ciências Sociais e Trabalho Intelectual (2002) de Renato Ortiz.

Ainda considerando o principal objeto dos trabalhos de trajetórias de vida: a busca de recursos de um meio social por diferentes indivíduos e as relações que estabelecem nesse processo,

---

<sup>168</sup> Bourdieu endereçou todas essas questões no decorrer de toda sua obra: As Formas de Capital (1986), Campo Intelectual e Projeto Criador (1986), O Poder Simbólico (1989), As Regras da Arte (1996), Razões Práticas (1996), O Campo Científico (1997) e A Distinção (2007).

outro autor bastante referenciado é Nobert Elias. Não raras às vezes, dentro da literatura revisada, Elias é utilizado em conjunto com Pierre Bourdieu. Seus trabalhos *O Processo Civilizador* (1993), *A Sociedade de Indivíduos* (1994), *Mozart: a sociologia de um gênio* (1994) e *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000), são utilizados na compreensão das relações entre indivíduos e meio social, além das considerações necessárias quanto a suas trajetórias. Utiliza-se, de Elias, a preocupação de analisar a trajetória de um artista considerando inúmeros aspectos que muitas vezes não são do campo artístico. Em *Mozart*, Elias considera as relações familiares do músico, as amizades, o estrato social em que vivia, *etc.* Em suma, Elias mostra que Mozart é fruto de seu tempo e do meio social em que viveu, além de seu sucesso ter sido influenciado por seu gênero, a posição socioeconômica de sua família, *etc.* (ELIAS, 1994).

Enfim, Sérgio Miceli é o autor brasileiro mais utilizado. Diferentes trabalhos do sociólogo sobre escritores, artistas plásticos e intelectuais são utilizados como referências na feitura de trajetórias de vida, além de suas publicações sobre Pierre Bourdieu e Norbert Elias<sup>169</sup>. A revisão de literatura que realizamos

---

<sup>169</sup> Além de trabalhos já citados, são eles: Norbert Elias e a Questão da Determinação (1999), Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura (2003); Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato (2007) e Artistas “nacional-estrangeiros” na vanguarda sul-americana (Segall e Xul Solar) (2010).

buscou elucidar o que tem sido pesquisado em estudos sobre trajetórias de vida e como estes são executados. A teoria de campo de Pierre Bourdieu, como citamos anteriormente, é amplamente utilizada e, não raras às vezes, combinada com os trabalhos de Nobert Elias. As pesquisas voltadas para trajetórias de vida de produtores literários se preocupam em lançar luz sobre como esses indivíduos são estruturados pelo campo de disputas em que estão inseridos e como alteram o microcosmo social por meio de distintos intercâmbios e ações.

É na concepção *bourdieusiana* de trocas simbólicas que trajetórias de vida se distanciam da feitura de biografias. Em estudos de trajetórias é necessário especificar os limites do campo que se está analisando, especificando os agentes que dele fazem parte, por meio de uma análise diacrônica de suas relações (MONTAGNER, 2007). O perigo da ilusão biográfica, endereçada por Bourdieu, refere-se a falta de cuidado ao traçar uma trajetória que não se preocupa em compreender as disposições duráveis do campo<sup>170</sup> (BOURDIEU, 1996). Em outras palavras, o *habitus* é determinante em um estudo de trajetórias de vida, pois é a unidade de medida daquilo que os agentes podem utilizar em suas vivências

---

<sup>170</sup> Em um exemplo prático, pode-se dizer que um diploma pode gerar prestígios e privilégios para um agente em dado meio social. No entanto, com as mudanças do campo econômico e do político, por exemplo, o valor de um diploma pode variar, sendo muito importante em uma época e, em outra, não fazer diferença (BOURDIEU, 2007).

e terem neles reconhecido por seus semelhantes, mas sem nunca poder escolher adquiri-lo ou não. Exemplifica-se, assim, a noção do *habitus* enquanto estruturas estruturadas e estruturas estruturantes.

É isso que os trabalhos de trajetórias de vida sobre produtores literários que compõem essa revisão de literatura realizam – ou tentam – realizar. A contribuição desse levantamento para nosso trabalho acontece em diferentes instâncias: primeiro, nos mostra a lacuna existente na literatura de trajetórias de vida sobre os laureados do Nobel de Literatura. Mais importante que isso, nos mostra que a formação de um grupo de agentes do campo literário, os caminhos que podem seguir para conquistar acesso aos capitais que ambicionam acumular, as valorizações por parte das instâncias responsáveis ou, em última instâncias, as posições que ocupam e podem aspirar a conquistar, não dependem de suas escolhas, mas de uma estrutura maior que os interpreta e os classifica<sup>171</sup>.

---

<sup>171</sup> Essa concepção do *habitus* apresenta o objeto e a necessidade da formulação de estudos sobre trajetórias de vida por meio da teoria de campo de Pierre Bourdieu: Monteiro Lobato e os Modernistas não tinham controle sobre o que, em suas ações, os tornariam rivais, tampouco Jorge Luis Borges podia controlar o que o tornaria um “escritor nato”. Embora os agentes possam tomar decisões, o leque de possíveis caminhos a serem seguidos está em constante mudança. Em suma, para cada escolha dos agentes, há sempre uma resposta do campo, estabelecendo o sistema interminável de trocas simbólicas entre indivíduos singulares, grupos, países, etc.

Concluindo essa sessão do projeto, com base na revisão de literatura, é possível instaurar a hipótese de que a formação de uma elite cultural, nesse caso a dos vencedores do Prêmio Nobel de Literatura, é composta por indivíduos de um *habitus* específico. Se é esse o caso, as disposições duráveis de seus meios sociais, tornaram possível que estes aspirassem a tal posição do campo literário. Em termos *bourdieusianos*, por meio da análise das trajetórias de vida dos laureados com o Nobel pela Academia de Letras Sueca, busca-se elucidar as disposições duráveis ímpares dos meios sociais dos quais os agentes são provenientes. Assim, é possível compreender porque produtores literários de países como a França e os Estados Unidos venceram o prêmio diversas vezes, outras nações apenas uma e outros, como o Brasil, nunca tiveram êxito.

## **Metodologia**

A metodologia a ser utilizada na pesquisa é qualitativa. Tendo como base a revisão de literatura que realizamos, para reconstruir as trajetórias de produtores literários, se faz necessária uma profunda pesquisa documental. Assim sendo, pretendemos fazer um levantamento (começando por fontes primárias) de tudo o que foi produzido pelos indivíduos analisados, sejam matérias de jornal, prefácios de livro, organização de eventos, discursos e, claro, as obras que compuseram. Além destes, é necessário investigar entrevistas, cartas, posicionamentos e filiações políticas,

debates em que tenham se envolvido, dentre outros. É preciso, ainda, buscar seus currículos, diplomas, os círculos sociais que frequentavam antes e depois da consolidação de suas carreiras como produtores literários, considerando seus primeiros empregos, as escolas que frequentaram, *etc.* Dessa forma, a primeira etapa da pesquisa se utiliza de uma abrangente análise de tudo o que foi documentado pelos produtores literários e sobre eles.

Considerando os alertas sobre os cuidados a serem tomados em trabalhos de trajetórias, tanto em suas alusões biográficas (REIS; BARREIRA, 2018), quanto especificamente na utilização da teoria de campo de Pierre Bourdieu em suas execuções (MONTAGNER, 2007), abrangeremos a pesquisa bibliográfica para cada um dos laureados no Nobel de Literatura. Assim, poderemos encontrar outros trabalhos que possam ser pertinentes para reconstrução de suas trajetórias, além da possibilidade de compreender mais a fundo o interesse acadêmico em cada um dos laureados.

Utilizaremos, ainda, o banco de dados do próprio Prêmio Nobel. As informações presentes nesse banco são referentes aos nomeadores e nomeados<sup>172</sup>. Dessa forma, é possível verificar as

---

<sup>172</sup> Os nomeadores e nomeados são mantidos em sigilo durante pelo menos cinquenta anos. Assim sendo, teríamos acesso ao período de 1901 a 1971. No entanto, no banco de dados da Fundação Nobel a lista está aberta para acesso até o ano de 1966. É possível, ainda, utilizar as ferramentas do *site* da Fundação para verificar dados como o sexo, nacionalidade, profissão e semelhantes de

instituições que enviaram nomes – e quem escolheram – para que a Academia de Letras Sueca debatesse, entre os nomeados, quem receberia o prêmio<sup>173</sup>. Enfim, ambicionamos realizar uma extensa análise de conteúdo, criando códigos pertinentes, para interpretarmos todo o material coletado, separando entrevistas, matérias, discursos, prefácios de livro, *etc.* A análise de conteúdo será realizada de acordo com os parâmetros de organização, codificação e categorização (BARDIN, 1977).

Por meio de todo esse levantamento, procuramos decifrar os perfis dos nomeadores e nomeados e as instituições das quais fazem parte, compreendendo suas relações com a Academia de Letras Sueca e a Fundação Nobel. A análise proposta pode esclarecer as aproximações e distanciamentos dos nomeadores e laureados de diferentes países. Dessa forma, torna-se possível compreender as relações dos laureados com as instâncias do campo literário de suas nações e destas com a Academia de Letras Sueca. Através desse processo, acreditamos ser plausível

---

nomeadores e nomeados. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/nomination/archive/> <acesso em: 20/09/2020>.

<sup>173</sup> O Comitê do Prêmio Nobel de Literatura seleciona as instituições e indivíduos que poderão nomear candidatos à premiação. Os convites são enviados, normalmente, um ano antes do vencedor ser anunciado. Comumente, as instituições e indivíduos que podem enviar nomeados são: membros da Academia Sueca, professores de literatura e linguística de universidades, vencedores do Prêmio Nobel de Literatura e representantes literários de diferentes grupos e instituições de produção literária ao redor do mundo. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/nomination/literature/> <acesso em: 20/09/2020>.



compreender quais indivíduos e instituições viabilizaram a vitória dos laureados, abrangendo as diferentes relações que estabeleceram e as possibilidades existentes em suas vivências dentro de seus meios sociais.

## **Considerações**

Aprovado em março de 2021, o projeto de pesquisa aqui referenciado já passou por críticas de diferentes grupos de pesquisa e colegas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Assim sendo, o processo atual tem sido de reformulação em âmbitos distintos. Primeiramente, estamos buscando uma forma de fazer um recorte mais preciso de qual/quais autores(as) analisar no decorrer da pesquisa. Ainda não sabemos, então, quantos indivíduos poderemos endereçar, considerando a viabilidade de realizar a pesquisa no tempo existente para finalização do doutorado.

Outro ponto importante, bastante criticado em diferentes momentos, é a utilização exacerbada de Pierre Bourdieu para análise das trajetórias de vida dos indivíduos. Isto posto, também estamos fazendo uma composição do estado da arte acerca do Prêmio Nobel – em inglês – para podermos compreender o quanto e o que já foi pesquisado sobre o Prêmio, seus/suas nomeadores(as) e nomeados(as). Acreditamos que por meio desse, seja possível entender melhor quais orientações teóricas têm sido

utilizadas na realização e análise dessas trajetórias de vida, além de compreender mais profundamente a validade de realizar uma pesquisa que se preocupe com o Prêmio Nobel.

Por fim, acreditamos que as alterações que vêm acontecendo – quanto aos referenciais teóricos e o recorte de pesquisa – venham a influenciar nosso objeto e também a metodologia do trabalho – parte que não conseguimos avançar muito até o momento atual, mas que pode ser mais bem reavaliada com base na literatura que está sendo coletada. Nesse sentido, por exemplo, analisar a obra literária dos(as) laureados(as) vem se tornando imprescindível. Enfim, o evento é para nós muito importante para principalmente podermos avançar no estabelecimento dos alicerces da pesquisa proposta e poder realizá-la da melhor maneira possível.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; DA SILVA, C. Perdigão Gomes. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, 1975.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. rev. e atual. Lisboa: Edições, v. 70, n. 3, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand Brasil; Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Raízes práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus Editora, 1996.

GUIMARÃES, João I. D. *Entre o “ilustrado” e o “intelectual puro”*: considerações acerca das virtualidades e limites do modelo bourdiano de campo para analisar a primeira geração modernista de Minas Gerais. Arquivos do CMD: Dossiê Literatura e Memória, 2015.

MICELI, Sergio. Artistas “nacional-estrangeiros” na vanguarda sul-americana (Segall e Xul Solar). *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 22, n. 01, p. 67-78, jun. 2010.

MICELI, Sergio. Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato. *Novos Estudos-CEBRAP*, v. 77, p. 155-182, mar. 2007.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, n. 17, p. 240-264, 2007.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Zahar, 1994.

PASSIANI, Enio. Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 254-270, jan/jun 2002.

PASSIANI, Enio. Os duelistas: os confrontos entre Monteiro Lobato e o modernismo na formação do campo literário nacional.

*Anais (...)*. XXVI Encontro Anual da ANPOCS. GT Pensamento social no Brasil. Caxambu (MG), out. 2002b.

PASSIANI, Enio. A construção da hegemonia: Monteiro Lobato, mercado editorial e campo literário no Brasil. *Miscelânea*, Assis-SP, v. 6, p. 124-138, jul./nov. 2009.

REIS, E. T.; BARREIRA, IAF. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais-BIB*, São Paulo, n. 86, p. 36-67, 2018.

WEBER, Max. Os letrados chineses. In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ZILBERMAN, Regina. O romance brasileiro contemporâneo conforme os prêmios literários (2010-2014). *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 50, p. 424-443, 2017.

## Heranças familiares e divisão entre dois mundos na formação de Antonio Candido

*Max Luiz Gimenes (PPGS/USP)<sup>174</sup>*

**Resumo:** Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla acerca da trajetória intelectual e política de Antonio Candido (1918-2017), que tem como problema as origens, o processo de definição e os significados da visão de mundo desenvolvida pelo autor, o “socialismo democrático”, a qual posteriormente orientaria seu trabalho acadêmico e sua intervenção política. Como parte inicial desse trabalho mais geral, o presente texto procura enfrentar o problema específico da origem do interesse – ainda ideologicamente indefinido – do crítico pela política, o que remonta à sua infância. Busca-se, então, nas seções a seguir, empreender uma reconstrução da origem social e da socialização primária de Candido, a fim de identificar as disposições incorporadas no período que contribuíram para a origem e os vieses iniciais desse seu interesse pela política. Como hipótese, aponto para a combinação de herança cultural transmitida de maneira bem-sucedida, experiência de divisão entre dois mundos - proporcionada pelo exílio provinciano da família, de mentalidade urbana - e herança de uma “vontade de potência”.  
**Palavras-chave:** Antonio Candido, trajetórias intelectuais, intelectuais e política.

---

<sup>174</sup> max.gimenes@usp.br)

## A questão da herança cultural

Num breve e despretensioso texto escrito já no fim da vida,<sup>175</sup> Antonio Candido buscou enfrentar a grande questão a respeito de sua própria identidade: como e por que ele havia se tornado um crítico literário bem-sucedido? O questionamento pode parecer inusitado, afinal Candido é inquestionavelmente reconhecido como um dos maiores críticos literários brasileiros. E, nesses casos, o senso comum tende, sob a égide da ideologia carismática do dom,<sup>176</sup> a naturalizar o sucesso, como se indivíduos geniais estivessem predestinados a ele em razão unicamente de atributos inerentes à sua pessoa.

Mas a resposta dada pelo crítico à questão - não obstante naturalmente incorra, em história de vida<sup>177</sup> - oferece ela própria elementos contra esse tipo de mistificação. Afinal, o argumento desse singelo exercício de memória e autoanálise realizado por Candido é, trocando em miúdos sociológicos, que ele só pôde se tornar um crítico literário bem-sucedido na vida adulta devido à

---

<sup>175</sup> CANDIDO, Antonio. Como e porque sou crítico. *In*: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto (Orgs.). **Antonio Candido 100 anos**. São Paulo: Editora 34, 2018, p. 481–486.

<sup>176</sup> Sobre o problema da “ideologia carismática do dom”, ver por exemplo: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

<sup>177</sup> Sobre a questão da “ilusão biográfica”, ver: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 183–191.

articulação de disposições incorporadas em sua socialização familiar durante a infância, com um pai e uma mãe não apenas dotados de um grande volume de capital cultural, mas também bastante preocupados em transmiti-lo aos filhos por meio de sua educação.

E que disposições são essas que Candido incorporou durante a infância e foram cruciais para seu futuro sucesso profissional como crítico literário? De acordo com sua tentativa de racionalização nesse pequeno texto, trata-se basicamente do que poderíamos chamar de uma disposição fundamental e outras três disposições complementares. A disposição fundamental, o impulso/gosto pela leitura, teria se manifestado precocemente em sua infância, a partir dos seis ou sete anos de idade. Mas - talvez justamente por ser “fundamental” - não suscita no texto maiores problematizações acerca de suas possíveis razões - as quais, no entanto, discutiremos mais adiante neste capítulo. Já as disposições complementares, que ele chama de “espírito de resenha”, “espírito de seleção” e “espírito de contextualização”, são percebidas mais claramente pelo crítico como resultado de estímulos e condicionamentos dos pais, já no período da adolescência - razão pela qual trataremos delas apenas no capítulo seguinte.

Tendo em vista que, em sociedades desiguais, as chances objetivas e as esperanças subjetivas de sucesso escolar - e, por consequência, de sucesso profissional enquanto intelectual

acadêmico - são desigualmente distribuídas entre os indivíduos conforme sua origem social, um ponto de partida sociologicamente interessante para a reconstrução de uma trajetória intelectual é, justamente, o meio familiar de origem e a correspondente socialização primária do autor objeto de estudo. Afinal, é na socialização primária que tem início o processo velado de transmissão da herança familiar, composta de capital não apenas econômico - mais evidente -, mas também cultural e social – mais sutis -, cuja combinação serve para situar o indivíduo na estrutura social, em posição mais ou menos privilegiada, restringindo assim a livre competição individual e limitando com isso a mobilidade social e as possibilidades de sucesso ou fracasso escolar e profissional pelo "dom" ou mesmo pelo "mérito". Nesse sentido, as referidas disposições transmitidas a Candido por seus pais, tanto o gosto pela leitura quanto o que e como ler, compõem sua herança cultural.<sup>178</sup> Como, afinal de contas, reconheceu o próprio crítico noutra oportunidade: "A minha família foi a base principal da minha cultura".<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> Sobre a noção de "herança cultural", ver: BOURDIEU; PASSERON, op. cit.; ALMEIDA, Ana Maria F. Herança cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; *et al* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 217–219.

<sup>179</sup> CANDIDO, Antonio. Trivial do mestre Antonio Candido. Disponível em: <<https://jornalgegn.com.br/editoria/cultura/trivial-do-mestre-antonio-candido>>. Acesso em: 20 dez. 2020.



É também nesse momento de socialização, reforçado posteriormente pelo sistema de ensino, que o indivíduo internaliza a posição que ocupa na estrutura social, constituindo assim seu habitus,<sup>180</sup> a matriz pré-consciente a partir da qual, entre outras coisas, perceberá irrefletidamente a realidade – o que, é claro, tem consequências bastante relevantes para sua produção de conhecimento, caso se trate de um intelectual, como é o caso neste trabalho. Essas predisposições, contudo, não devem ser tomadas como determinismo mecânico. Embora a internalização da estrutura social tenha caráter adaptativo e vise a reproduzir essa estrutura dotando os indivíduos da capacidade de manter de modo funcional suas posições nela, quando se trata de fenômenos humanos, que envolvem portanto indivíduos capazes de reflexividade e de eventual tomada de consciência, resta sempre uma imponderável margem aberta para a agência. De modo que, paradoxalmente, é possível que herdeiros de privilégios se voltem contra a existência destes na sociedade, herdados ou não - o que, diga-se apenas de passagem por ora, parece-me ser o caso de Antonio Candido.

---

<sup>180</sup> Sobre o conceito de “habitus”, ver: BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2017; WACQUANT, Loïc. *Habitus*. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; *et al* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 213–217.

Começamos então do princípio esta reconstrução da trajetória de Candido, ou seja, buscando caracterizar sua família e origem social.

## **O pai e a mãe**

O pai de Antonio Candido, Aristides Candido de Mello e Souza (1885-1942), era filho, neto e bisneto de grandes proprietários de terra e, como tais, detentores de patentes militares da extinta Guarda Nacional, como coronéis, capitães, majores, alferes etc.<sup>181</sup> Dedicavam-se, no geral, à criação de gado no sul de Minas Gerais, em cidades como Lavras, Passos e, por fim, Santa Rita de Cássia - somente Cássia a partir da década de 1920 -, onde Aristides nasceu e Candido passou quase toda a infância. Cássia começou a ser formada em meados da década de 1850, a partir de glebas de famílias da oligarquia local do então município de Passos. Candido descendia de duas dessas famílias: a do coronel João Candido de Mello e Souza (1820-1899), filho do capitão Silvério José de Mello e Souza (?-1843), e a de Matilde Pimenta de Abreu (1827-1889), filha do alferes João Pimenta de Abreu (1793-186?). João Candido e Matilde, bisavós paternos de Candido, ostentavam

---

<sup>181</sup> Sobre a distribuição de patentes da Guarda Nacional a grandes proprietários de terra, ver: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

inclusive títulos nobiliárquicos típicos do período imperial: eram, respectivamente, o Barão e a Baronesa de Cambuí.

Diferentemente de seus antepassados mais próximos, contudo, Aristides não se dedicou a atividades relacionadas ao meio rural. Uma observação de Candido ajuda a iluminar um dos aspectos do fenômeno caracterizado por Victor Nunes Leal como “perda de hegemonia social” dos senhores de terra desde o período colonial até a Primeira República,<sup>182</sup> bem como as alternativas em termos de estratégias de reposicionamento social que se colocavam para as famílias tradicionais nessa trajetória tendencialmente decadente:

Cássia foi formada por cinco famílias, que constituíam a oligarquia local. Eu sou descendente de duas delas. E essas famílias iam se reproduzindo. Uma tinha 12 filhos, outra 14, uma terceira, 19. Meu avô teve 19 filhos, criou 12. Então vamos pensar nesses patriarcas. Se um deles tem uma fazenda com 3 mil alqueires e divide com 15 filhos, cada filho fica com pouco mais de 200 alqueires. Esse filho divide com os seus próprios filhos, que ficam com 20 ou 30 alqueires. Se você não sai da cidade, você decai.<sup>183</sup>

Aristides saiu de Santa Rita de Cássia e com isso, de fato, acabou não decaindo. Embora seu meio de origem não fosse muito

---

<sup>182</sup> LEAL, op. cit., p. 46.

<sup>183</sup> CANDIDO, Antonio. **Antonio Candido e a palavra**. Entrevista a Marcello Rollemberg. São Paulo, 2003, p. 6.

propício à cultura erudita em razão da rusticidade dos costumes em área de predomínio da pecuária,<sup>184</sup> a expectativa familiar em torno dele, terceiro filho e não o primogênito, era que se formasse médico - o “sonho de sua mãe”.<sup>185</sup> Talvez não por acaso seu padrinho tenha sido um tio médico, Urias Antonio da Silveira (1848-1915), sobrinho, formado no Rio de Janeiro e instalado posteriormente no interior de São Paulo. Os interesses do padrinho, que além de médico era também escritor, não se limitavam à medicina e avançavam sobre outras searas da cultura humanística: além de livros de medicina, chegou a publicar também uma obra de história política no calor da hora: *Galeria histórica de revolução brasileira do 15 de novembro: que ocasionou a fundação dos Estados Unidos do Brasil* (1890). É possível que essa imagem ampliada da profissão médica - tanto mais num momento de especialização pouco pronunciada e em que o tipo de formação acadêmica oferecida a esses profissionais era inseparável da cultura humanística - tenha ajudado a moldar os horizontes de possibilidade do jovem Aristides, sobretudo no momento decisivo em que seu interesse por essa cultura humanística lhe colocaria o dilema entre cursar medicina ou direito, que então monopolizava a

---

<sup>184</sup> Existem exceções, como por exemplo a avó materna de Aristides, Maria Ubaldina de Mello e Souza (1832-1920), que se tornou professora quando viúva, o que pressupõe alguma formação intelectual.

<sup>185</sup> FALCONI, Rodrigo Rossi. O médico Dr. Aristides de Mello e Souza. **Revista da ASBRAP**, Belo Horizonte, v. 15, p. 133–154, 2009, p. 135.

produção de conhecimento nessa área, antes da fundação dos cursos de ciências humanas e sociais no país, a partir da década de 1930.<sup>186</sup>

Como no Brasil daquele tempo a educação se orientava por “fins tradicionais”<sup>187</sup> - ou seja, de formação dos filhos das oligarquias como homens eruditos para ocupar posições de poder na burocracia do Estado e nas profissões liberais - e o saber cumpria papel sobretudo de distinção para as elites econômicas em geral,<sup>188</sup> Aristides, como descendente de família tradicional importante, pôde estudar em colégios de renome em sua região. Primeiramente, ingressou como interno no Colégio Uberabense, em 1897, quando completaria doze anos, por vontade do pai, que tomara conhecimento da fama da escola. Provavelmente motivado pela expectativa familiar nele depositada, que ganhara possivelmente um peso ainda maior com a morte precoce de sua mãe, Blandina Esmeraldina da Silveira Mello (1860-1891), Aristides enfrentou a brutalidade e o desconforto do internato, diferentemente de seu irmão mais velho, Urbano Candido de Mello e Souza (1882-1951), que no ano seguinte se recusou a voltar à

---

<sup>186</sup> Além do padrinho de Aristides, havia também outras exceções, como por exemplo o médico Manoel Bomfim, presente na biblioteca de Aristides e depois tematizado por Candido em seus trabalhos sobre a história intelectual brasileira.

<sup>187</sup> Para uma discussão, nesse sentido, dos fins de um sistema escolar, ver: BOURDIEU; PASSERON, op. cit.

<sup>188</sup> Sobre isso, ver por exemplo: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

mesma instituição. O pai deles, coronel Antonio Candido de Mello e Souza (1851-1921), ferido em sua autoridade patriarcal, teria sentenciado então que os filhos ou voltavam ao colégio que ele havia escolhido ou ficariam na fazenda - opção de Urbano, que posteriormente trilharia o caminho paterno, tornando-se fazendeiro. Tendo obedecido ao pai e voltado para o Colégio Uberabense em 1898, Aristides ganhou um reforço positivo para sua atitude de obediência e pôde, a partir de então, escolher livremente onde gostaria de estudar dentre as melhores instituições disponíveis na região.

Uma vez que a esta altura já se destacava nos estudos – como, aliás, aconteceria até o final de sua trajetória acadêmica –, Aristides atraiu para si a atenção e os cuidados de um frei dominicano francês, Rosário Melizan, que lecionava no Colégio Uberabense, o qual passou a lhe ensinar por conta própria a língua francesa, mesmo após sua saída da instituição, quando passaram a se corresponder. É possível que Aristides tenha encontrado na figura desse professor a referência que lhe faltava no meio doméstico para ajuda com as tarefas escolares ou educação suplementar e para informações sobre o ensino e suas possibilidades, como por exemplo a hierarquia das instituições, conhecimento necessário a boas escolhas de local onde se matricular, decisão que o pai, afinal, delegara ao menino estudioso e obediente. Então, entre 1899 e 1900 Aristides estudou no Colégio

Nogueira da Gama, em Jacaré, frequentado pelos filhos da elite paulista e mineira de então, e entre 1901 e 1903 frequentou o histórico Colégio Culto à Ciência, em Campinas, hoje uma escola estadual homônima. Na época, ambas haviam sido as primeiras instituições paulistas equiparadas ao prestigioso Ginásio Nacional Pedro II, no Rio de Janeiro: a primeira, em 1899, e a segunda, em 1901 – justamente nos anos em que Aristides se transferiu para os respectivos colégios, o que leva a crer que ele estivesse, de fato, muito bem orientado, provavelmente pelo frei Melizan, que não era um simples padre ou professor, mas alguém que posteriormente ocuparia cargos de superior em sua ordem religiosa e de direção escolar no ensino secundário público da histórica cidade de Porto Nacional, no atual Estado do Tocantins.<sup>189</sup> Essa equiparação ao Colégio Pedro II era importante porque, desse modo, o diploma dessas escolas passava a dar acesso imediato ao ensino superior, imagem de futuro que se apresentava como possível a Aristides, tendo em vista o estímulo da expectativa familiar e o exemplo do padrinho. Mas o tifo - problema de saúde que o acompanharia até o fim da vida - o fez interromper os estudos no último ano do ginásio, em 1904, obrigando-o, depois

---

<sup>189</sup> DOURADO, Benvinda Barros. A formação católica da juventude masculina de Porto Nacional. In: ROSA, Janira Iolanda Lopes da; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de; BALSAN, Rosane (Orgs.). **Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias**. Palmas: EDUFT, 2015, p. 26-27.

do restabelecimento em Santa Rita de Cássia, a recorrer ao chamado sistema parcelado, de estudo particular e realização de exames junto a uma banca, o que ele faria nesse mesmo ano, em São Paulo.

Particularmente importante para a trajetória intelectual de Aristides foi a estadia em Campinas, entre seus 16 e 18 anos, quando adquiriu maior liberdade intelectual em relação à tutela de antes. Afinal, passou a viver numa pensão - e não mais num internato - e numa cidade que, por ser mais moderna e próxima de uma capital do que aquelas em que estivera anteriormente, proporcionou-lhe um meio intelectual mais diverso, relativizando, com isso, o peso das hierarquias unilaterais anteriores. Livre de preocupações materiais - afinal o pai não lhe negava dinheiro para sua educação - e frente aos espaços extracurriculares de formação oferecidos pela vida intelectual campineira - tais como centros culturais, bibliotecas, livrarias - e oferecidos também por seu pertencimento de classe - tal como a casa de barões -, Aristides pôde experimentar mais plenamente a relação com os estudos típica dos jovens de origem social privilegiada. Isto é, como uma “aventura intelectual”, com sua temporalidade específica em relação às exigências familiares e às expectativas de futuro profissional, vivenciando a irrealidade dos estudos como um jogo em si mesmo, orientado em suas ações e aspirações sobretudo pelo “princípio do prazer”, em oposição ao “princípio da realidade”, do



qual se aproximam, em geral, os jovens das classes populares e/ou de outros grupos sociais subalternizados.<sup>190</sup> Foi nessa época que Aristides formou a primeira “camada” de sua biblioteca, com obras de divulgação filosófica e científica evolucionista e de literatura, dentre as quais se destacam, pela perenidade da influência, Eça de Queiroz e Euclides da Cunha.<sup>191</sup> E foi nessa época também que Aristides começou a escrever para jornais estudantis.

Não é de estranhar que, nesse momento, ele tenha flertado com o direito, como já foi dito, área mais afim ao desenvolvimento de interesses humanísticos, como o gosto pela filosofia ou literatura. Seja como for, Aristides ingressaria mesmo na pretendida Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1905, onde acrescentaria mais uma “camada” à sua biblioteca de humanidades, que a partir de então passaria a coexistir também com sua biblioteca médica, seção a que pertenceria a maioria de seu acervo ao final da vida.<sup>192</sup> Em relação às suas leituras em humanidades nesse período, vale destacar o interesse por livros de crítica literária, história e sociologia de autores como Sílvio

---

<sup>190</sup> Sobre essa distinção entre os diferentes princípios que orientam a ação dos estudantes a depender de seu pertencimento a diferentes grupos sociais, ver: BOURDIEU; PASSERON, op. cit.

<sup>191</sup> Sobre as diversas “camadas” da biblioteca de Aristides na área de humanidades, bem com os autores e obras presentes em cada uma delas, ver: CANDIDO, Antonio. O recado dos livros. *In*: CANDIDO, Antonio. **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 234–241.

<sup>192</sup> CANDIDO, op. cit., p. 240

Romero, José Veríssimo, Oliveira Lima e Manoel Bomfim. Na Faculdade, Aristides manteve o bom desempenho escolar aliado à frequência de atividades extracurriculares, como a participação na política estudantil por meio do Diretório Acadêmico, que reunia os estudantes das escolas tradicionais - medicina, direito e engenharia - e do qual ele chegou a ser vice-presidente. Por conta dessas atividades, Aristides chegou a integrar, inclusive, a embaixada estudantil brasileira que visitou oficialmente o Uruguai, em 1909.<sup>193</sup>

No terceiro ano de medicina, em 1907, Aristides conseguiu de um parente de Poços de Caldas, Lindolpho Pio da Silva Dias, uma carta de recomendação ao famoso médico sanitarista Miguel da Silva Pereira (1871-1918), de quem se tornaria assistente e depois cunhado. Miguel Pereira era, afinal, casado com Maria Clara de Carvalho Tolentino (1878-1955), irmã mais velha de Clarisse de Carvalho Tolentino (1893-1961), com quem Aristides noivou após se formar com a tese “Novos sinais das hemiplegias orgânicas”, em 1911. De saúde frágil e fatigado pelo último ano de faculdade, em que conciliara a escrita da tese com o trabalho como interno da

---

<sup>193</sup> Sobre essa viagem, ver o discurso de Antonio Candido ao receber o título de doutor *honoris causa* da Universidad de la Republica, no Uruguai: CANDIDO, Antonio. Discurso de Antonio Candido ao receber o título de doutor honoris causa da Universidad de la Republica. In: ROCCA, Pablo (Org.). **Conversa cortada: a correspondência entre Antonio Candido e Angel Rama: o esboço de um projeto latino-americano: 1960-1983**. São Paulo; Rio de Janeiro: EDUSP; Ouro sobre Azul, 2018, p. 225–229.

enfermaria de Miguel Pereira, Aristides teria sido aconselhado pelo cunhado a parar por um ano, mas na Europa, aproveitando para se tratar e, ao mesmo tempo, aprofundar os estudos. Foi o que Aristides fez, valendo-se do capital econômico da família: reivindicou sua parte - em terras, que vendeu – na herança da mãe, falecida precocemente, como já foi dito. Com isso, entre o fim de 1911 e 1912 ele pôde passar seis meses se tratando num sanatório nas "montanhas mágicas" de Davos, na Suíça, e o outro semestre estudando em Paris, na França, nesta que seria sua primeira estadia de um ano na Europa e que adicionaria mais uma “camada” - a terceira - à sua biblioteca, em que se destaca uma inflexão para o idealismo, com autores românticos como Goethe, Schiller e Baudelaire.

De volta ao Brasil, Aristides clinicou em Araguari, Minas Gerais, entre 1913 e 1914. Insatisfeito, porém, com a vida provinciana na cidade do interior mineiro – da qual se desligara após passar por centros urbanos como Campinas, Rio de Janeiro, Davos e Paris -, ele decidiu retornar à então capital federal. Em 1915, realizou um curso no Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos – hoje Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - destinado a médicos formados, que preparava para concurso público, e em 1916 foi aprovado para a única vaga como assistente no Laboratório Bacteriológico da Saúde Pública, ao mesmo tempo em que manteve também a clínica que herdara de Miguel Pereira, que

com a fama mudara seu consultório para um ponto melhor da cidade. Durante esse período de volta ao Rio de Janeiro, começaria a se sedimentar a quarta “camada” da biblioteca de Aristides, com o ingresso em seu acervo de autores que se tornariam seus prediletos, sobretudo Nietzsche e Dostoiévski, e o tema político, com títulos sobre a Primeira Guerra e a Revolução Russa, incluindo a biografia de generais e de líderes revolucionários como Lênin e Trótski. Uma vez encaminhado profissionalmente, Aristides pôde se casar com a noiva Clarisse, o que aconteceria em 1917, um ano antes do nascimento de seu primeiro filho, Antonio Candido, e da morte de seu mestre, Miguel Pereira.

Já a mãe de Candido - depois de casada, Clarisse Tolentino de Mello e Souza - era, por sua vez, filha de médico e neta de administrador público de carreira residentes ambos no Rio de Janeiro, por parte de pai, e de grandes proprietários de terra dedicados sobretudo à pecuária no sul de Minas Gerais, por parte de mãe - região na qual ela nasceria, em 1893, mas por um acaso profissional de seu pai. José de Carvalho Tolentino (1851-1898) entrara, em 1883, para o segundo consórcio formado na tentativa de captar e distribuir as águas termais sulfurosas de Poços de Caldas. Com dinheiro emprestado pelo pai, Tolentino participou como sócio majoritário das empresas que exploraram as termas da cidade até 1896. Ele foi, inclusive, diretor dessas empresas, entre 1883 e 1885 e entre 1891 e 1896, residindo então em Poços de

Caldas, razão pela qual Clarisse acabou nascendo ali, sem imaginar que um dia o destino profissional do marido a levaria de volta para sua cidade natal, motivo pelo qual o assunto da relação da família Melo e Souza com Poços será retomado no próximo capítulo.

Clarisse cursou apenas o ginásio, mesmo sendo oriunda de família de cultura mais urbana e cosmopolita – incluindo o ramo do sul de Minas Gerais, que, após participação na liderança da malsucedida Revolução Liberal de 1842, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde afinal nasceu sua mãe, Laura Carneiro de Mendonça (1856-1924). Ela frequentou o Colégio Regina Coeli, no Rio de Janeiro, um internato das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus. Como assinalou Camila Antunes, ela era “mulher emblemática de seu tempo e de seu estrato social: como membro da elite que cresceu e formou-se no Rio de Janeiro durante a *belle époque*, sua referência cultural era a Europa, em especial a França”.<sup>194</sup> No entanto, não obstante seu interesse pela leitura e erudição, não prosseguiu nos estudos, afinal isso não era algo usual para as mulheres da época, mesmo de sua classe. Ainda segundo Antunes, que fez um levantamento das orientações de comportamento em revistas femininas do período, o que se esperava dessas mulheres era a formação e a higiene dos filhos, o

---

<sup>194</sup> ANTUNES, Camila Almeida Vaz. **Os anos de aprendizagem de Antonio Candido (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, p. 59.

que Clarisse, aliás, seguiu bastante à risca, como veremos a seguir. Isso após o casamento, pois as possibilidades de realização social das mulheres burguesas na sociedade da passagem do século XIX para XX não se encontravam ainda na educação profissional feminina, e sim, no geral, no cuidado com o próprio corpo e vestimentas e nas estratégias matrimoniais, justamente para conseguir um bom partido.<sup>195</sup> O uso profissional da formação educacional se restringia, então, a casos de viuvez e desamparo financeiro.<sup>196</sup> O bom partido de Clarisse seria recrutado, como já foi dito, no círculo social do cunhado Miguel Pereira, que dava bailes, nos quais ela conheceu o então jovem estudante de medicina Aristides. Todas as suas irmãs, aliás, arranjaram igualmente bons partidos para os padrões da época, que eram médicos como Aristides e Miguel Pereira e/ou envolvidos com a política: Olga de Carvalho Tolentino (1883-1963) se casou com o médico e político Henrique Augusto de Oliveira Diniz (1865-1930), Cristina de Carvalho Tolentino (1895-1985) se casou com o membro de família tradicional na política Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti

---

<sup>195</sup> Sobre o assunto, ver por exemplo: MELLO E SOUZA, Gilda de. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>196</sup> Veja-se os exemplos da já mencionada bisavó paterna de Candido, Maria Ubaldina de Mello e Souza, e de Maria Ovídea Junqueira, professora do crítico no ginásio, que será introduzida ao leitor no próximo capítulo.

(1885-1959) e Zulma de Carvalho Tolentino (1896-1986) se casou com o médico Miguel Covello Júnior (1892-1954).

### **O exílio provinciano da família e a divisão entre dois mundos**

Uma vez casados, Aristides e Clarisse mal tiveram tempo para aproveitar o novo estado civil, pois o ano seguinte, 1918, seria para eles bastante atribulado. Em 24 de julho, nasceu enfim o primeiro filho do casal, Antonio Candido. Poucos meses depois, o país foi assolado pela gripe espanhola, cujo ápice aconteceu entre os meses de setembro e outubro e exigiu bastante, como é de se imaginar, dos profissionais de saúde de então, como o médico Aristides. Além disso, esse foi o ano da morte precoce de Miguel Pereira, em 23 dezembro, aos 47 anos – ele que era mestre e também apoio familiar e profissional, no Rio de Janeiro, para a família recém-formada por Aristides e Clarisse. A perda do cunhado sem que Aristides estivesse estabelecido profissionalmente no Rio de Janeiro somada à recaída de seus problemas de saúde, agravados pelo clima quente e úmido da cidade, obrigaram a família Mello e Souza a deixar para trás, ao menos por um tempo, a vida urbana e cosmopolita da capital, na qual Clarisse fora criada e à qual Aristides se aclimatara tão bem. Esse retiro provisório para o interior de Minas Gerais acabaria, com o passar do tempo, afirmando-se como uma espécie de exílio

provinciano, que perduraria por mais tempo do que a família poderia imaginar naquele momento.

A família do recém-nascido Antonio Candido chegou a Santa Rita de Cássia entre março e abril de 1919, para ocupar uma casa vizinha à do coronel Antonio Candido, avô paterno do crítico literário. A casa fora emprestada pelo coronel e adaptada para recebê-los, afinal a nora - “moça do Rio”<sup>197</sup> - estava acostumada a outros hábitos de higiene que não os banhos de tina e o uso de urinóis correntes no local. Construiu-se, então, um banheiro na pequena casa. A higiene não era, contudo, a única diferença que opunha capital e província, divisão entre dois mundos tão importante para compreender a formação de Candido. Uma história de família contada por Ana Luísa Escorel, filha do crítico, ajuda a ilustrar o choque entre essas duas culturas, bem como o inconformismo politicamente liberal da mãe, cuja evolução ideológica partira do catolicismo convencional de sua formação no colégio de freiras e culminaria mais tarde, na década de 1940, no cristianismo social inspirado no movimento Economia e Humanismo, do padre dominicano francês Louis-Joseph Lebret:

Nesse ambiente, com menos de um ano na cidadinha e antes que tivesse aprendido a medir o gesto e a palavra, a moça passou por bons apertos até conseguir ajustar a conduta sem abrir mão dos valores mas, também, sem

---

<sup>197</sup> ESCOREL, Ana Luísa. **A formação de Antonio Candido: uma biografia ilustrada**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2020, p. 22.



ferir os costumes da sociedade provinciana. Assim certa noite, ainda no começo dessa adequação, saiu para visitar o sogro, na casa pegada à sua, e deu com um encontro dos chefes políticos da cidade tomando por completo a sala de visitas. Sem nenhum constrangimento sentou-se entre eles e foi acompanhando a conversa, iniciativa que, por si só, gerou grande espanto em homens como aqueles, habituados a pôr e dispor sem considerar nunca a presença das mulheres, a não ser para a procriação e para dar ponto em doce, colher de pau em punho revirando o tacho de cobre.

Numa dada altura um deles soltou bastante inquieto:

- Nós temos que ganhar a eleição no Aterrado de qualquer jeito!

Nossa Senhora das Dores do Aterrado, na fronteira de São Paulo, era um dos quatro distritos do município de Santa Rita de Cássia junto com Divino Espírito Santo da Forquilha, Santa Bárbara do Garimpo das Canoas e Nossa Senhora das Dores da Ponte Alta.

Incomodada, beirando a indignação, ao ouvir as afirmações peremptórias acerca do Aterrado, a moça reagiu sentindo-se, com certeza, protegida pela presença do sogro – figura central em Santa Rita de Cássia - e fiel às próprias convicções democráticas, trazidas da capital da República, naquele momento, e em todo o país, a cidade mais arejada politicamente.

- Mas coronel, a eleição será ganha ou perdida de acordo com a vontade dos eleitores!

- Tem que ser ganha de qualquer jeito! Insistiu o velho incisivo, olhando firme no olho dela.

- Mas... Isso, assim, é crime!...

- Menina, você é muito moça e ainda é nova aqui! Aprenda de uma vez por todas: em eleição o único crime é perder!

E mais não disse voltando às confabulações, enquanto à moça, escandalizada, só restou gravar o acontecido na memória passando depois aos filhos que, por sua vez, passaram aos filhos deles, que também o retiveram intacto, de modo que a lembrança desse descabro pôde ser revivida apontando, infelizmente, para um conjunto habitual de traços, vivos até hoje na prática política brasileira.<sup>198</sup>

“Em eleição o único crime é perder” é uma sentença bastante recorrente na literatura sobre a política brasileira durante a Primeira República. Em razão da falta de autonomia dos municípios, perder a eleição municipal não significava tão-somente assumir o papel democrático de oposição, com suas garantias, à espera do próximo pleito. Significava, na verdade, ficar de fora do “sistema coronelista”, como o definiu Victor Nunes Leal.<sup>199</sup> Era por meio das eleições municipais que os grupos políticos locais se cacifavam para serem os aliados preferenciais do governo estadual, que concentrava mais atribuições e verbas que o município e que, por sua vez, influíam na eleição federal. Em troca da maioria dos votos que demonstravam ter no município e que se comprometiam

---

<sup>198</sup> ESCOREL, Ana Luisa. **De tudo um pouco**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2016, p. 127-129.

<sup>199</sup> LEAL, *op. cit.*

a repetir nas eleições estaduais e federais, esses chefes políticos locais recebiam verbas, inclusive para utilizar na eleição, e podiam indicar correligionários para cargos, como por exemplo os delegados de polícia, garantindo com isso a não intervenção estadual no mandonismo local, com todas as arbitrariedades que disso resultava. Perder a eleição, então, era não ter verbas para disputar a próxima, era perder aliados atraídos para cargos, era ser perseguido pelo aparato policial enquanto aos adversários da situação se fazia vista grossa. Como não havia ainda Justiça Eleitoral e o processo eleitoral se realizava majoritariamente no âmbito do próprio município, a competição política local ocorria em primeiro lugar não por eleitores ou votos, mas pela composição da máquina administrativa-eleitoral que controlaria o processo, sendo generalizadas as acusações de fraude, sobretudo pelas oposições nos Estados onde não havia um partido estadual forte e hegemônico.<sup>200</sup> Não era o caso de Minas Gerais, em que havia o Partido Republicano Mineiro (PRM), do qual o coronel Antonio Candido, avô homônimo do crítico, era dirigente municipal.<sup>201</sup> O

---

<sup>200</sup> Sobre a competição política na Primeira República e as acusações de fraude, ver: RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. Rio de Janeiro, **Dados**, v. 57, p. 443–479, 2014.

<sup>201</sup> O fato de haver menos acusações de fraude em Estados como MG não significa necessariamente que elas não existissem ou mesmo que fossem menores. O próprio Candido conta ter memória de uma das modalidades mais famosas de fraude, o "bico de pena". CANDIDO, 2003, p. 9.

coronel estava, como se viu, totalmente implicado na política local, em que substituíra seu pai, o Barão de Cambuí. Ele não era, contudo, político no sentido moderno da palavra, afinal não ocupava cargo eletivo no Estado nem era liderança de um partido político de massas;<sup>202</sup> era, antes, um homem de prol local, cujo relevo se baseava na grande propriedade da terra, o qual desempenhava a função de presidente do diretório municipal do PRM, representante, por sua vez, do governo estadual no município, no âmbito da chamada “política dos governadores”.

A primeira ocorrência desse retiro da família em Santa Rita de Cássia seria, efetivamente, provisório. Clarisse engravidou pela segunda vez, e o casal optou pelo retorno ao Rio de Janeiro, em maio de 1920, para ter o segundo filho em condições melhores e tentar novamente se estabelecer na capital. Miguel Antonio de Mello e Souza (1920-2006), o irmão designer de Candido - que seria particularmente importante para a sobrinha Ana Luísa<sup>203</sup> -, nasceu em 20 de junho. Com a retomada do cargo na Saúde Pública e a reabertura da clínica, o casal tentou de novo se estabelecer. Cerca de seis meses depois do nascimento de Miguel, Clarisse engravidou novamente, do terceiro e último filho. Roberto

---

<sup>202</sup> Sobre a distinção entre a chefia política tradicional e moderna, ver: WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max (Ed). **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011, p. 65–157.

<sup>203</sup> ESCOREL, Ana Luisa. **O pai, a mãe e a filha**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

Antonio de Mello e Souza (1921-2007), o irmão administrador de recursos humanos e também escritor de *Candido*, nasceu em 1º de outubro. Um pouco antes, contudo, acontecera em Santa Rita de Cássia a morte do coronel Antonio Candido, em 25 de setembro, aos 70 anos. De acordo com o crítico, a morte do avô paterno teve causa política: mesmo acamado por um resfriado, o coronel teria resolvido comparecer a uma passeata de sua facção política, os “cascudos”, realizada num dia chuvoso, a fim de evitar, com sua presença e a ascendência social de sua autoridade privada, que os adversários, os “pururucas”, cumprissem a ameaça de dissolver o movimento a bala.<sup>204</sup> A julgar pelo elevado grau de hostilidade entre as facções, provavelmente se tratava de um período eleitoral. O expediente teria funcionado, porém o estado de saúde do coronel se agravou e ele não resistiu. Seja como for, devido a uma “crise do gado” ocorrida naquela época, o coronel havia deixado, com sua morte, os negócios em situação bastante complicada.<sup>205</sup> Isso, somado ao fato de Aristides não ter se estabelecido profissionalmente como gostaria no Rio de Janeiro, forçou a família a voltar mais uma vez - e agora por longo tempo - para seu exílio provinciano no interior mineiro, após esse interregno de cerca de um ano e meio de volta à capital.

---

<sup>204</sup> CANDIDO, 2003, p. 9.

<sup>205</sup> FALCONI, op. cit., p. 142.

De volta a Santa Rita de Cássia, a família se instalaria numa nova casa, que ficaria conhecida nas memórias de Candido como “casa de baixo” - na qual estiveram entre 1922 e 1924 - por oposição à “casa de cima”, período entre 1924 e a viagem para a Europa, em 1928, que veremos no próximo capítulo. É do período do fim da segunda estadia no Rio de Janeiro e da “casa de baixo” que, segundo Candido, datam suas primeiras impressões de memória, que em 1924 se tornariam lembrança de fato e em 1926 memória concatenada.<sup>206</sup> Nessa época, quando Candido tinha de 4 para 5 anos, seus pais já tinham o hábito de ler para ele e os irmãos – a mãe, contos infantis, e o pai, fábulas de La Fontaine. Isso, somado ao exemplo da leitura dos próprios pais, que com a mudança para a “casa de cima” passariam a ter cada um sua própria biblioteca, ajuda a explicar o nada misterioso interesse dos filhos, sobretudo do mais velho, Candido, pela leitura – a disposição fundamental mencionada no início deste capítulo.

Além dessa disposição intelectual fundamental e das outras três que lhe são complementares, todas relacionadas à leitura, existe uma outra - de leitura do mundo, por assim dizer - trazida por essa experiência de exílio provinciano para seu já mencionado habitus. Não se trata propriamente de uma “clivagem”, no sentido

---

<sup>206</sup> CANDIDO, 2018.

sociológico usual do termo,<sup>207</sup> afinal a matriz de disposições geradas no seio familiar permaneceria válida e reconhecida como legítima no espaço de formação escolar, bem como no campo acadêmico, em que se daria sua atuação profissional. Trata-se de um outro fenômeno paralelo ocasionado pela divisão entre a cultura urbana da capital, à qual seus pais estavam ligados e na qual fora educado, e a cultura rústica da província, onde viviam, do que resultava uma dupla condição de “estrangeiro”, afinal eram reconhecidos em Cássia como diferentes, pela higiene corporal, a maneira de vestir, os hábitos de leitura, as viagens à capital etc., sem que isso significasse automaticamente uma identidade com o Rio de Janeiro quando de suas visitas esporádicas para visita a parentes, pois se tratava de um universo totalmente diferente, nos modos de vestir e de falar, nos tópicos de conversa, nas maneiras, no cardápio, nas opções de lazer, na relação entre os gêneros etc.

Essa experiência de descentramento – “eram de dentro e eram de fora, ao mesmo tempo” - certamente contribuiu de maneira decisiva para algo agudamente observado por Ana Luísa Escorel ao relatar as já mencionadas viagens do pai ao Rio de Janeiro nesse tempo, a saber, que ela teria funcionado como fator de enriquecimento do “prisma analítico resultante da situação”, com aguçamento do senso crítico em razão do trânsito entre

---

<sup>207</sup> BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

diferentes culturas.<sup>208</sup> Trata-se de uma sensibilidade para a diferença - e, portanto, para o outro - derivada da condição de duplo estrangeirismo, que o levaria a relativizar o caráter pretensamente absoluto dos valores e a desnaturalizar o sujeito pretensamente universal da cultura brasileira de então - eventualmente branco, rico e residente em capital -, despertando a atenção para sujeitos invisibilizados por ela, como o negro e o homem rural pobre - o caipira -, que seriam incorporados duradouramente à sua perspectiva. O caipira seria estudado pioneiramente por ele, como se sabe, em sua futura tese de doutorado em sociologia, *Os parceiros do Rio Bonito*, e a questão racial permaneceria como uma preocupação política em sua militância futura, sendo que ele não deixou de transmitir às filhas as histórias de injustiça e também de resistência do período da escravidão que ouviu da própria boca de ex-escravos - afinal, em fins da década de 1920, quando tinha 10 anos, ele ainda pôde conviver em seu cotidiano na província com pessoas de mais de 40 anos que haviam sido escravas, como “tia Vitória”.<sup>209</sup>

---

<sup>208</sup> ESCOREL, 2020, p. 37-44.

<sup>209</sup> Sobre a história de “tia Vitória”, ver: CANDIDO, Antonio. Duas heroínas. In: CANDIDO, Antonio (Ed.). **Textos de intervenção**. São Paulo: Livraria Duas Cidades : Editora 34, 2002, p. 293–296; ESCOREL, Ana Luísa. Vitória. In: ESCOREL, Ana Luísa. **De tudo um pouco**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2016, p. 131–134.



## **A transmissão estruturada da herança cultural e o reforço do círculo social**

O exílio provinciano não era, contudo, um plano definitivo, como já foi indicado. O projeto de Aristides, que a esta altura já se sentia muito mais em seu lugar no Rio de Janeiro do que em sua cidade natal – em que fora o primeiro a ter diploma de ensino superior<sup>210</sup> –, era permanecer provisoriamente em Santa Rita de Cássia, em face das contingências. Isso até que os filhos tivessem idade escolar, quando então voltariam todos uma vez mais ao Rio de Janeiro, para que os meninos frequentassem o melhor colégio do país naquele momento, o Pedro II, e ele prestasse concurso para professor da mesma Faculdade de Medicina em que se formara.<sup>211</sup> Com isso, ao mesmo tempo, realizaria o destino potencialmente desejado por um bom aluno – tornar-se professor – e proporcionaria aos filhos a possibilidade de ultrapassarem cultural e socialmente estudando no ginásio, então monopolizado pela elite nativa, que ele tivera como modelo, mesmo sem o ter frequentado. Para fazer jus ao plano e evitar a acomodação a uma situação de rebaixamento social que o retorno à província significava, Aristides estabeleceu uma rotina de estudos para si e um modo de transmissão intergeracional de cultura para

---

<sup>210</sup> CANDIDO, Antonio. O velho Liceu. **A Vanguarda**, Cássia, ano 67, n. 1858, p. 1, 1983.

<sup>211</sup> Sobre os planos - frustrados - de Aristides, ver: FALCONI, 2009, p. 143.

os filhos que, embora implícito, era absolutamente estruturado – e, talvez não seja exagero acrescentar, tendo como alvo principal o primogênito, o primeiro a ser educado, atingindo os dois irmãos mais novos por consequência. Evitava-se, com isso, que as tentações da posição social relativamente privilegiada no contexto de Santa Rita de Cássia levassem os filhos a não se engajarem na aquisição dessa herança cultural, que na vida da província, de fato, poderiam fazer pouco sentido. Assim, Aristides transformava a desvantagem social do fator geográfico - de deslocamento forçado da capital para a província - em provocação para superar a situação adversa que se impusera sobre ele e a família.

Na “casa de cima”, emprestada por outro parente – Antenor Machado, a “fortuna mais sólida de Santa Rita de Cássia”<sup>212</sup> - após o dono da casa anterior a ter pedido de volta -, Aristides e Clarisse mantiveram uma vida relativamente independente do meio diverso que os circundava, vivendo o núcleo familiar fechado sobre si mesmo e bastante preocupado com a estruturação da transmissão intergeracional de sua cultura erudita, como testemunha Candido:

Meus pais tinham uma grande preocupação quanto à cultura dos filhos. E justamente por ser um mundo fechado eu tenho a impressão que meus pais sentiam uma responsabilidade muito grande quanto à nossa cultura. Somos

---

<sup>212</sup> ESCOREL, 2020, p. 59.

três irmãos, eu sou o mais velho. Imagino que passasse a seguinte coisa na cabeça dos meus pais: “Nós temos que manter em casa a mesma atmosfera cultural do Rio de Janeiro”.<sup>213</sup>

Combinava-se, assim, a transmissão “natural” - para os meninos - a um planejamento implícito porém nem por isso menos estruturado - da parte dos pais -, a fim de potencializar essa transmissão e evitar, com isso, o desperdício da herança. Afinal, essa herança cultural era, ao lado do capital de relações sociais, a maior que ele, Aristides, poderia então oferecer ao filho, muito mais que uma herança econômica como, por exemplo, a que recebeu de seu pai, o coronel Antonio Candido, e isso pelo menos até que a situação financeira melhorasse - o que ocorreria apenas em 1928, com sua contratação para dirigir os novos serviços termais de Poços de Caldas, como veremos no capítulo a seguir.

Vivendo numa casa em que os pais tinham cada um a sua própria biblioteca, liam histórias infantis para os filhos e tinham o hábito de, por estudo ou mero prazer, ler para si próprios, não é de estranhar a incorporação, nos primeiros anos de vida de Candido, daquela disposição básica já mencionada, o gosto pela leitura. Essa “naturalidade” do gosto pela leitura é particularmente perceptível se atentarmos para a ordem dos fatores na

---

<sup>213</sup> CANDIDO, 2003, p. 7.

alfabetização de Candido. Em vez de primeiro aprender a ler, como uma imposição externa e abstrata, e depois ter contato com livros e, eventualmente, gostar deles, Candido teria primeiro começado a se interessar pelos livros, onipresentes em sua casa, e a brincar com eles mesmo sem entendê-los, e só depois aprenderia a ler, como algo com uma finalidade já bastante concreta para ele. Clarisse iniciou a alfabetização de Candido aos 6 anos, segundo se conta,<sup>214</sup> a fim de evitar uma “iniciação defeituosa”, assumindo para si a responsabilidade por sua educação até 1928, quando Candido teve uma passagem relâmpago pelo Liceu Cassiense e, em seguida, embarcou para a Europa com a família, onde teria uma preceptora para si e os irmãos. Clarisse usava materiais didáticos como a *Cartilha das mães*, de Arnaldo Barreto, *As leituras morais e instrutivas*, de João Kopke, *Oito mil exercícios de aritmética*, de Olavo Freire, além de um livro não identificado “com matérias voltadas para a admissão no ginásio”. Candido leu também Tales de Andrade - *O trabalho*, com a mãe, e *Saudade*, por conta própria. A rotina da família, até então, era: "banho meticulosamente fiscalizado pela mãe e, em seguida, as ocupações de quando a noite vinha chegando. Então, ouviam música na vitrola e desenhavam se distraindo com os livros ilustrados".<sup>215</sup> E se prolongaria assim até a estadia na Europa, sofisticando-se depois com a instalação em

---

<sup>214</sup> ESCOREL, 2020, p. 60.

<sup>215</sup> ESCOREL, 2020, p. 104.

Poços de Caldas, como veremos no próximo capítulo. É mais ou menos às vésperas da viagem para o estrangeiro, aliás, que Candido afirma ter começado a se interessar por “livros de adulto”, como Machado de Assis.

Interessante aqui é notar como os livros funcionaram de ponte entre o mundo do menino Antonio Candido e o mundo dos adultos que faziam parte do círculo social da família, sobretudo parentes e membros da elite local, que por meio de seu interesse pela leitura passaram a reconhecê-lo, se não como um igual, ao menos como uma criança diferente das outras, processo com grande potencial de retroalimentação, que em grande medida anteciparia, para ele, os mecanismos de estímulo envolvidos no sucesso escolar:

Como a inclinação precoce de Antonio Candido pelos livros saltasse aos olhos, acabava sendo objeto da simpatia dos adultos em volta, que os davam de presente ao menino ou os emprestavam com boa vontade, sabendo que seriam bem tratados. Entre esses, figurava com destaque as *Infâncias célebres*, de Louise Colet, em tradução portuguesa, e *Galeria pitoresca de homens célebres*, do dr. J. Ph. Anstett, este último pertencendo ao juiz de direito de Santa Rita.<sup>216</sup>

Além do juiz de Santa Rita de Cássia, há outros exemplos que poderiam ser mencionados. Um deles é o tio Arnaldo Pádua

---

<sup>216</sup> ESCOREL, 2020, p. 66.

de Mello e Souza (1913-?), filho do segundo casamento de seu avô que se tornaria engenheiro. Arnaldo, quando tinha por volta de 11 ou 12 anos - era cinco mais velho que Candido -, cursava o internato em Franca, em São Paulo, e quando retornava a Santa Rita de Cássia costumava visitar com frequência a casa do sobrinho, deixando para trás livros, que eram aproveitados pelo menino, como uma história sagrada e uma antologia em que leu “O canto do piaga”, de Gonçalves Dias.<sup>217</sup> Outro exemplo são as primas Miguel Pereira, que, por ocasião das visitas que a família de Candido costumava fazer aos parentes do Rio de Janeiro, davam-lhe livros da escola que frequentavam, o Colégio Sion, como as obras didáticas de Olavo Bilac e Manoel Bomfim e exemplares em francês, como por exemplo a gramática de Larive e Fleury, da condessa de Ségur e da série Rose Illustrée.<sup>218</sup> Entre as primas, vale destacar, estava Lúcia Miguel Pereira (1901-1959), que se tornaria prestigiosa crítica literária, ampliando, assim, o horizonte de possibilidades de Candido em relação às opções de futuro profissional para um jovem amante da leitura e de literatura. O crítico chegaria não só a escrever sobre o trabalho dela no futuro,<sup>219</sup> como também a nutrir um projeto de escrita a quatro mãos - a

---

<sup>217</sup> ESCOREL, 2020, p. 60.

<sup>218</sup> ESCOREL, 2020, p. 62.

<sup>219</sup> CANDIDO, Antonio. Lúcia. In: \_\_\_\_\_. **O albatroz e o chinês**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 77-83.

biografia de um parente em comum<sup>220</sup> -, interrompido pela morte relativamente precoce da prima, em 1959.

Outros exemplos de estímulo ou reforço do gosto pela leitura poderiam ser citados. Vejamos pelo menos mais um. Uma das paixões de Candido na infância era o cinema. Mais especificamente, as matinês de domingo no Cine Teatro Santa Rita, que ele e os irmãos frequentavam acompanhados de Anésia, empregada da casa.<sup>221</sup> Como apenas Candido soubesse ler àquela altura, quando tinha aproximadamente 8 anos, não apenas era o único capaz de ler os letreiros do filme – e, portanto, de compreendê-lo – como assumia a posição central no grupo, como o responsável por lê-los para os irmãos mais novos e Anésia.

### **A herança da vontade de potência**

Até aqui, procurei examinar a socialização primária de Antonio Candido do ponto de vista sobretudo das disposições intelectuais que incorporou, tendo como ponto de partida um depoimento dele próprio e enfatizando aquela que parece ter sido a disposição fundamental, o gosto pela leitura, que corresponde ao período abordado neste capítulo, a infância do crítico, restando as

---

<sup>220</sup> Trata-se da biografia do avô materno conhecido como Conselheiro Tolentino, sobre o qual de fato Candido depois escreveria. Ver: CANDIDO, Antonio. **Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

<sup>221</sup> ESCOREL, 2020, p. 70.

disposições complementares, por dizerem respeito à adolescência, para o próximo. Mas, como a questão deste trabalho é diversa da que Candido colocou para si próprio em seu pequeno texto póstumo, faz-se necessário dar um passo adiante antes de encerrarmos esta discussão. Afinal, aqui se trata de enfrentar o problema da origem, do processo de definição e dos significados da visão de mundo desenvolvida por ele ao longo de sua trajetória, o “socialismo democrático”, que se manifestaria depois em sua produção intelectual e em sua participação política. E o primeiro passo, a ser dado ainda neste capítulo, diz respeito à origem desse interesse, antes mesmo de seu processo de definição ideológica no sentido do “socialismo democrático”, que se daria somente um pouco depois.

Para tanto, discutirei agora uma série de fatores, de cuja interação pode ter resultado estímulos para esse interesse, todos eles concorrendo para compor uma espécie de “vontade de potência”, para usar com alguma liberdade o vocabulário nietzschiano, por razões que serão explicadas melhor adiante. Não entrarei aqui nas minúcias e controvérsias em torno da noção, que no caso brasileiro já começam desde sua tradução para o português<sup>222</sup> - deixarei essas questões para os estudiosos da obra

---

<sup>222</sup> Como veremos, Candido emprega “vontade de poderio” e “super-homem” para se referir, respectivamente, a “vontade de potência” e “além-do-homem”, traduções hoje mais usuais.



do filósofo alemão. Trata-se aqui de – devidamente amparado no trabalho desses especialistas<sup>223</sup> - propor uma certa instrumentalização produtiva do conceito para a abordagem da trajetória de um intelectual e da origem de seu interesse pela política, que são, respectivamente, o objeto e parte do problema deste trabalho de uma maneira geral. Partindo então da ideia de que a vontade de potência é “o impulso de toda força a efetivar-se e, com isso, criar novas configurações em sua relação com as demais”,<sup>224</sup> penso que o interesse original de Candido pela política, ainda sem nenhuma finalidade que não a afirmação de si, encontre-se nesse impulso, nessa vontade de afirmar-se e submeter os obstáculos colocados por outras ”forças”, em vez de se submeter a elas.

É claro que isso não se dá no vazio. O fundamento sociológico, por assim dizer, dessa postura se encontra, em primeiro lugar, na segurança proporcionada pela posição de classe e pelas relações no interior da família, ou seja, a autoconfiança e a autoestima proporcionadas pela condição social privilegiada aliada ao reconhecimento afetivo no núcleo familiar, que permitiram a ele a segurança necessária à ambição de tentar se autoafirmar e

---

<sup>223</sup> Ver, por exemplo: MARTON, Scarlett (Org.). **Dicionário Nietzsche**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2016; WOTLING, Patrick. **Vocabulário de Nietzsche**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

<sup>224</sup> MARTON, Scarlett. Vontade de potência. *In*: MARTON, Scarlett (Org.). **Dicionário Nietzsche**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2016, p. 424.

transformar o mundo à sua imagem e semelhança, em vez de se conformar a ele.

Um outro aspecto relevante, que se relaciona à socialização familiar, é a articulação, na visão de mundo do pai de Candido, Aristides, entre Nietzsche, democracia liberal e a autorrepresentação de si que faziam as frações ilustradas da elite brasileira entre os séculos XIX e XX. Por isso a escolha aqui do termo “vontade de potência” para designar esse impulso básico que conduziria Candido para a política. Nietzsche era o “guru” filosófico do pai de Candido, e em sua biblioteca, como já foi dito, avultavam biografias de grandes personalidades - sobretudo militares, viés que se justifica no contexto do entre guerras, com conflitos militares e descrédito da democracia liberal. O pai de Candido, contudo, era um liberal democrata, que fazia parte da fração ilustrada da elite brasileira que se autoatribuía uma missão civilizatória, de trazer o progresso ao país, visto como atrasado, por meio da ilustração de matriz europeia. Candido herdaria esse estímulo das personalidades fortes, filtrado pela crença no progresso através da difusão do conhecimento científico e na democracia liberal como modelo para tanto, ainda que, mais adiante, tenha imprimido a tudo isso características próprias. O fascínio pelas personalidades fortes, que se afirmam contra uma conjuntura como portadoras de algum tipo de valor superior em relação a ela, aparece, por exemplo, no modo como Candido

rememora alguns amigos do passado, bem como na maneira como a história de alguns antepassados é transmitida no interior de sua família, cujo exemplo mais bem acabado talvez seja a biografia que Candido publicou sobre seu avô materno, o Conselheiro Tolentino,<sup>225</sup> com ecos inclusive, se a linha de interpretação é correta, na reconstituição ficcional, realizada por sua filha Ana Luísa Escorel, da história da trisavó materna do crítico, Josefa Maria Roquete Batista Franco Carneiro (1780-1855).<sup>226</sup>

A influência nietzschiana, já notada em sua atitude intelectual entre leitores privilegiados de Candido,<sup>227</sup> não se restringiu a um componente irrefletido de sua visão de mundo, apesar de lhe ter sido transmitida de maneira mais afetiva que racional. Ele refletiu sobre a obra do filósofo alemão, premido pela necessidade de convencer a si próprio que o “guru” de seu pai não poderia ser um precursor do nazismo, como se acreditava largamente em meados do século XX. Foi então, no ano seguinte à derrota do nazismo na Segunda Guerra e por ocasião da publicação recente de um comentador, Daniel Halévy, que Candido, à época já crítico de rodapé na grande imprensa, decidiu

---

<sup>225</sup> CANDIDO, Antonio. **Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

<sup>226</sup> ESCOREL, Ana Luísa. **Dona Josefa**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2019.

<sup>227</sup> ARRIGUCCI JR., Davi. Movimentos de um leitor. In: INCAO, Maria Angela d’; SCARABÓTOLO, Eloísa Faria (Orgs.). **Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido**. São Paulo: Companhia das Letras : Instituto Moreira Salles, 1992, p. 181–204.

se arriscar, mesmo não sendo filósofo, a escrever dois textos discutindo o significado da obra de Nietzsche, que depois seriam reunidos em livro num só. Nele, considerado por estudiosos como “um dos textos mais emblemáticos da história da recepção da obra de Nietzsche no Brasil”,<sup>228</sup> Candido recusa a ideia de que o filósofo alemão fosse um precursor do nazismo, e o defende como “um dos maiores inspiradores do mundo moderno, cuja lição, longe de estar exaurida, pode servir de guia a muitos problemas do humanismo contemporâneo”.<sup>229</sup> Chega mesmo a reivindicar uma relação de complementaridade entre ele e Marx, uma de suas principais influências intelectuais naquele momento, 1946, quando seu processo de definição ideológica já se encontrava adiantado, inclusive após ter passado pela FFCL e tendo estudado Nietzsche no curso de filosofia com um professor marxista, Jean Maugué:

São atitudes que se complementam, pois não basta rejeitar a herança burguesa no nível da produção e das ideologias; é preciso pesquisar o subsolo pessoal do homem moderno tomado como indivíduo, revolvendo as convenções que a ele se incorporam e sobre as quais assenta a sua mentalidade.<sup>230</sup>

---

<sup>228</sup> BURNETT, Henry. Antonio Candido, leitor de Nietzsche. **A Terra É Redonda**, 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/antonio-candido-leitor-de-nietzsche>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

<sup>229</sup> CANDIDO, Antonio. O portador. *In*: CANDIDO, Antonio. **O observador literário**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008, p. 79.

<sup>230</sup> CANDIDO, 2008, p. 82.

A questão específica da influência das personalidades fortes, consideradas como inspiradoras do impulso transformador de Candido, foi notada também por Camila Antunes:

Seus anseios mais primordiais de atividade transformadora, originados no seio da família e alimentados pela fascinação por personalidades fortes na infância, ganham forma e orientação política de cunho socialista mediante a uma gama de encontros e vivências na adolescência. Esses anseios, como vimos, não só não perecem mediante as atividades da vida adulta, como se articularam a elas e constituíram uma personalidade forte, ‘singular’ nos moldes simmelianos, que deu vazão aos seus impulsos mais íntimos e representativos da sua teia particular de relações.<sup>231</sup>

Compartilhando dessas considerações muito sugestivas não apenas sobre as personalidades fortes mas também a respeito da importância dos encontros na adolescência para a formação da “orientação política de cunho socialista” desses “anseios primordiais de atividade transformadora” de Candido, o capítulo seguinte focalizará então essas interações, em período que coincide com o retorno da família de uma estadia na Europa, a instalação em Poços de Caldas e o ingresso no sistema escolar. Farei isso, contudo, após ter cumprido esta etapa prévia de situar a trajetória do crítico de acordo com sua origem social, analisando as heranças

---

<sup>231</sup> ANTUNES, 2017, p. 94-95.

familiares proporcionadas por sua origem privilegiada – como a liberdade das contingências materiais e o reconhecimento simbólico da posse de cultura legítima que lhe dariam segurança - e a divisão entre dois mundos imposta pelo exílio provinciano da família de cultura urbana – que lhe despertaria para o outro e a diferença -, sem o que, acredito, não se pode compreender completa e profundamente os desdobramentos posteriores dessa “vontade de potência” do crítico, sobretudo sua manifestação como interesse pela política, e o processo de definição ideológica desse interesse no sentido da visão de mundo “socialista democrática”.

## Referências

ALMEIDA, Ana Maria F. Herança cultural. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 217-219.

ANTUNES, Camila Almeida Vaz. *Os anos de aprendizagem de Antonio Candido (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em:  
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/325440>.  
Acesso em: 29 mar. 2018.

ARRIGUCCI JR., Davi. Movimentos de um leitor. *In*: INCAO, Maria Angela d’; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Orgs.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras: Instituto Moreira Salles, 1992. p. 181-204.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

BURNETT, Henry. Antonio Candido, leitor de Nietzsche. *A Terra É Redonda*, 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/antonio-candido-leitor-de-nietzsche>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CANDIDO, Antonio. *Antonio Candido e a palavra*. Entrevista a Marcello Rollemberg. São Paulo, 2003.

CANDIDO, Antonio. Como e porque sou crítico. In: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto (Orgs.). *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 481-486.

CANDIDO, Antonio. Discurso de Antonio Candido ao receber o título de doutor honoris causa da Universidad de la Republica. In: ROCCA, Pablo (Org.). *Conversa cortada: a correspondência entre Antonio Candido e Angel Rama: o esboço de um projeto latino-americano: 1960-1983*. São Paulo; Rio de Janeiro: EDUSP; Ouro sobre Azul, 2018. p. 225-229.

CANDIDO, Antonio. Duas heroínas. In: CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Livraria Duas Cidades: Editora 34, 2002, p. 293-296.

CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CANDIDO, Antonio. Lúcia. *In: CANDIDO, Antonio. O albatroz e o chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. p. 77-83.

CANDIDO, Antonio. O portador. *In: CANDIDO, Antonio. O observador literário*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008, p. 79-87.

CANDIDO, Antonio. O recado dos livros. *In: CANDIDO, Antonio. Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 234-241.

CANDIDO, Antonio. *Trivial do mestre Antonio Candido*. Entrevista a Rodrigo Falconi. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/editoria/cultura/trivial-do-mestre-antonio-candido>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CANDIDO, Antonio. O velho Liceu. *A Vanguarda*, Cássia, ano 67, n. 1858, p. 1, 1983.

DOURADO, Benvinda Barros. A formação católica da juventude masculina de Porto Nacional. *In: ROSA, Janira Iolanda Lopes da; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de; BALSAN, Rosane (Orgs.). Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias*. Palmas: EDUFT, 2015, p. 9-34.

SCOREL, Ana Luisa. *Dona Josefa*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2019.

SCOREL, Ana Luisa. *A formação de Antonio Candido: uma biografia ilustrada*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2020.

SCOREL, Ana Luisa. *O pai, a mãe e a filha*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

SCOREL, Ana Luisa. Vitória. *In: SCOREL, Ana Luisa. De tudo um pouco*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2016, p. 131-134.

FALCONI, Rodrigo Rossi. O médico Dr. Aristides de Mello e Souza. *Revista da ASBRAP*, Belo Horizonte, v. 15, p. 133-154, 2009.



HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTON, Scarlett (Org.). *Dicionário Nietzsche*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2016.

MARTON, Scarlett. Vontade de potência. *In*: MARTON, Scarlett (Org.). *Dicionário Nietzsche*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2016. p. 423-425.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. Rio de Janeiro, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, p. 443-479, 2014.

WACQUANT, Loïc. Habitus. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 213-217.

WEBER, Max. A política como vocação. *In*: WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011, p. 65-157.

WOTLING, Patrick. *Vocabulário de Nietzsche*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

**DINÂMICAS DE CLASSE, RAÇA,  
GÊNERO E GERAÇÃO**

## O debate sobre a condição da mulher na áfrica subsaariana: alguns aportes teóricos

*Polícarpo Gomes Caomique (PÓS-AFRO/UFBA)<sup>232</sup>*

**Resumo:** O debate em torno da condição da mulher e das relações de gênero na África Subsaariana tem sido permeado por discrepâncias entre as intelectuais e estudiosas africanas e afro-diaspóricas. Encontram-se, num extremo, as vozes que defendem que a opressão, a desigualdade de gênero e o patriarcado antecedem a instalação do sistema colonial e que não há nenhum problema em se autodenominarem de feministas. E noutro, as personalidades que, apesar de reconhecerem a existência de opressões e das assimetrias políticas e socioeconômicas baseadas no gênero, as enxergam como uma consequência do projeto capitalista, colonial e patriarcal europeu que, num determinado contexto histórico, se instalou no continente. Sendo, na concepção delas, necessário olhar a base teórica do discurso a respeito do gênero, de maneira crítica, eclética e abrangente, considerando sempre o lugar cultural dos idealizadores e as relações do poder que envolvem a produção epistêmica. Na sociologia, encara-se a realidade como uma construção social que decorre a partir do desenvolvimento simultâneo de dois processos de produção do conhecimento. No primeiro processo, chamado de objetivação, o saber é institucionalizado e legitimado, no segundo processo chamado de subjetivação, este saber é interiorizado e reproduzido. Cabe, no entanto, ao sociólogo ou à socióloga compreender como

---

<sup>232</sup> Bacharel em Ciências da Educação pela Escola Normal Superior Tchico Té. Graduado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e licenciado em Sociologia pela mesma instituição. Atualmente, mestrando em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia- UFBA. E-mail: gomespolistar@gmail.com.

se dá o processo de criação e validação de verdades nas sociedades específicas. Mesmo que o feminismo ocidental tenha servido ao funcionalismo europeu e ao imperialismo norte-americano, a desigualdade, a discriminação e a opressão de gênero são, atualmente, uma realidade no contexto africano e precisam ser identificadas e denunciadas. No entanto, as reflexões sobre a situação da mulher na África Subsaariana precisam basear-se em propostas teóricas que atentam às sutilezas socioculturais africanas, visando, em última instância, discernir tanto a importação desatenta dos debates quanto a instrumentalização das identidades culturais, religiosas e/ou políticas para manter o monopólio sobre as mulheres.

**Palavras-chave:** Ruptura epistêmica. Descolonização. Gênero. África Subsaariana

## **Introdução**

As reflexões em torno da condição da mulher e as relações de gênero na África Subsaariana têm sido marcadas por discrepâncias entre os intelectuais, ativistas e pesquisadores dedicados ao assunto. Encontram-se, num extremo, as vozes que defendem que a opressão, a desigualdade de gênero e o patriarcado antecedem a instalação do sistema colonial e que não há problemas em se autodenominarem de feministas. E noutro, se situam as pensadoras que, apesar de reconhecerem a existência de opressões e das assimetrias políticas e socioeconômicas baseadas no gênero, as enxergam como uma consequência do projeto capitalista, colonial

e patriarcal europeu que, em um determinado contexto histórico, se instalou no continente. Sendo, na concepção delas, necessário olhar a base teórica do discurso a respeito do gênero, de maneira crítica, eclética e abrangente, considerando sempre o lugar cultural dos idealizadores, assim como as relações de poder que envolvem a produção epistêmica.

A realidade é uma construção social que ocorre mediante o desenvolvimento de dois processos simultâneos de produção do conhecimento: objetivação e subjetivização. No primeiro processo, o saber é institucionalizado e legitimado. No segundo, este saber é interiorizado e reproduzido. Compete ao sociólogo ou à socióloga compreender como sucede o processo de criação e validação de verdades nas sociedades específicas e as relações de poder que permeiam sua efetivação (BERGER; LUCKMANN, 2012).

A narrativa da corporalidade de gênero que domina as interpretações ocidentais do mundo social é, na concepção da escritora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2001), um discurso cultural e não deve ser assumida de forma acrítica para outras culturas. Oyèwùmí nos chama atenção com relação ao perigo de importarmos acriticamente as teorias ocidentais sobre gênero para analisar a realidade africana. Para ilustrar tal complexidade, ela citou o caso da sociedade yorubá na Nigéria, onde não há divisão binária dos gêneros e cuja hierarquia e privilégios sociais se estabelecem por meio da senioridade e não por questões de gênero.

Ou seja , as diferenças codificadas no seu quadro de referência foram baseadas na idade; nesse sentido, a linguagem do *status* era a senioridade e não o gênero.

Mesmo que o feminismo ocidental tenha servido ao funcionalismo europeu e ao imperialismo estadunidense, a desigualdade, a discriminação e a opressão de gênero são, atualmente, uma realidade no contexto africano e precisam ser identificadas e denunciadas. No entanto, essas reflexões devem ser feitas usando propostas teóricas e metodológicas afrocêntricas defendidas por autoras como Ama Ata Aidoo, Carole Boyce-Davies, Obioma

Nnaemeka, Nkiru Nzegwu, Molaria Ogundipe-Leslie, Filomina Chioma Steady, Oyèrónkẹ́Oyèwùmí e Olufemi Taiwo (BLAY, 2008).

Perante o exposto, procuramos tecer algumas reflexões sobre a condição da mulher na África Subsaariana. Para a coleta de dados, foi utilizada a abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e procurou-se, ao longo do seu desenvolvimento, responder às seguintes perguntas: Quais aportes teóricos devem ser usados na análise da condição da mulher e as relações do gênero na África Subsaariana? O que é ser submissa e/ou insubmissa nessa parte do continente?

Estruturalmente, o nosso trabalho está dividido em três seções interligadas entre si. Na primeira seção, discute-se sobre o

colonialismo, a categorização dicotômica hierarquizante e suas implicações nas relações de gênero nas sociedades colonizadas. Na segunda, aborda-se as divergências de opiniões em torno da condição da mulher na África Subsaariana. Na terceira e última, analisa-se a colonização epistêmica e a emergência de propostas epistemológicas contra-hegemônicas.

### **Colonialismo, a categorização dicotômica e as suas implicações nas redes de relações na África**

As estruturas sociais, econômicas e políticas africanas sofreram fortes mudanças entre os séculos XVI e XIX. Isso se deve, por um lado, aos fatores internos de ordem demográfica ou ecológica e, por outro, a forças externas tais como o cristianismo, o islamismo, o comércio de escravizados e o capitalismo. Verificou-se, nesse compasso temporal, a substituição do sistema de cativos pelo sistema escravagista; o estabelecimento de estruturas feudais que abriam o espaço para especulação da terra; a adoção da economia de pilhagem; o empobrecimento do campesinato; a debilitação das indústrias e artesanatos locais e a destruição das redes tradicionais de comércio (DIAGNE, 2010).

Mais adiante, isto é, entre 1880 a 1910 o continente africano voltou a ser palco de mudanças, dessa vez provocadas pela invasão e ocupação da maior parte do seu território pelas potências coloniais europeias. Até 1880, cerca de 80% dos

territórios africanos estavam organizados em impérios, reinos e outras unidades políticas governadas pelos seus próprios reis e chefes de clã e de linhagem. Porém, em 1910, fora Etiópia e Libéria, todo o continente africano foi submetido ao jugo imperialista e à invasão das potências coloniais. Iniciou, a partir daí, o assalto à soberania, à independência e aos valores culturais africanos (BOAHEN, 2010). Explicar as razões que levaram as potências europeias a desencadearem o processo de ocupação tem traído o interesse da classe acadêmica, fundamentalmente, dos historiadores da partilha da África e do novo Imperialismo. No entanto, nenhuma das explicações têm sido totalmente aceita, tornando o fenômeno um dos temas que gera muita discrepância e posições apaixonadas. Apesar da diversidade de explicações sobre o assunto, as teorias sobre a partilhada África podem ser agrupadas em algumas categorias: teoria econômica, teorias psicológicas, teorias diplomáticas e teoria da dimensão africana (UZOIGWE, 2010).

Para os teóricos da teoria econômica, a partilha foi motivada pelo desejo incessante de acumular o capital, sendo encarada como consequência direta das lógicas capitalistas. No entanto, o darwinismo social, o cristianismo evangélico e o atavismo social, como parte das teorias psicológicas, viam, no pacto narcísico e na tendência humana de querer dominar o outro, os motivos da partilha. O egoísmo exacerbado dos Estados nacionais



européus, o desejo de conservar o prestígio nacional, o equilíbrio de forças em potências coloniais e a manutenção de interesses geoestratégicos são, na concepção das teorias diplomáticas, os principais condicionantes da partilha. Por último, a teoria da dimensão africana defende que a partilha é uma consequência de um longo processo racional de pilhagem do continente africano, iniciadomuito antes do século XIX (UZOIGWE, 2010).

Tratando-se de um empreendimento de ocidentalização do planeta, o colonialismo não tinha como objetivo único e exclusivo a obtenção de vantagens econômicas, mas abarcava, nos seus eixos estruturantes, o desafio de imposição da civilização europeia a outros povos do mundo, principalmente aos da África (CAOMIQUE, 2020). Existem três hipóteses e ações complementares que podem nos ajudar a compreender o *modus operandi* do sistema colonial, a saber: o controle e a dominação do espaço público, a reforma das mentes dos nativos e a integração de modelos econômicos locais à perspectiva ocidental (MUDIMBE, 2019).

Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas. A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta. A primeira necessidade é a escravização, no sentido mais rigoroso, da população autóctone. Para isso, é preciso destruir os seus sistemas de referência. A expropriação, o despojamento,

a razia, o assassinio objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado, os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados. Desmornadas, as linhas de força já não ordenam. Frente a elas, um novo conjunto, imposto, não proposto, mas afirmado, com todo o seu peso de canhões e de sabres (FANON, 2018, p. 80).

O colonialismo, como sistema de opressão, sempre foi marcado por um processo dinâmico de desumanização, de desvalorização dos sistemas culturais e das modalidades de existência dos povos colonizados. Implantou-se, durante o período colonial, uma estrutura de opressão sistemática que incluía as violências física, psicológica, econômica, jurídica, religiosa e cultural (FANON, 2018). Isso posto, indaga-se: quais foram as implicações dessas imposições na estrutura organizacional das sociedades africanas? Existe uma relação entre o colonialismo e as redes de relações sociais atualmente vigentes nas sociedades africanas? Que influência tem o colonialismo nas relações de gênero no continente?

Os escritores árabes, como Ibn-Khaldoun, Ibn-Haoukal, El Bekri e Ibn-Batouta, foram autores de um considerável número de relatos sobre a África negra. Os seus estudos mostram que, no período anterior à invasão árabe e à ocupação colonial, as sociedades da África Subsaariana eram matrilineares. Os

procedimentos de ascensão ao poder, a filiação e a atribuição do sobrenome aos filhos seguiam uma lógica matrilinear e não patrilinear. As relações de consanguinidade eram baseadas numa lógica matrilinear entre os tswana, da África do Sul; os ashanti, do Gana; e os bantu, da África Central. Mesmo no auge do império do Ganae Mali, no século III d.C., os valores matriarcais continuaram a prevalecer (DIOP, 1989).

O *queenship* ou “reinado das rainhas,” é encontrado em todas as partes do continente africano e traduz os padrões matriarcais presentes naquela região ao longo da história. Mesmo onde a realeza foi instituída, a Rainha Mãe continua sendo a segunda pessoa mais influente e politicamente relevante da nação. As rainhas desempenharam um papel crucial nas organizações econômica, política, religiosa e cultural de suas sociedades. Elas lideravam exércitos contra invasores e inimigos; controlavam o aparelho burocrático; idealizavam e participavam da construção de grandes empreendimentos arquitetônicos e desenvolviam o comércio e as relações diplomáticas com outras sociedades (WILLIAMS; FINCH, 1995).

Nos séculos mais recentes, as rainhas negras africanas mostraram uma resistência inabalável contra a opressão e a invasão europeia. A rainha Nzinga, de Angola, e a rainha YaaAsantewaa, dos ashanti, são casos exemplares. As duas figuras combateram com garra e persistência as lógicas exploradoras dos portugueses e

britânicos nas suas comunidades.

Aos 41 anos, em 1623, Nzinga tornou-se a rainha de Ndongo. Ela era conhecida pela sua audácia e determinação na defesa dos valores da comunidade. Lutou contra os portugueses durante toda a sua vida, e isso lhe custou muito caro, a sua irmã foi decapitada e seu corpo jogado no rio. No entanto, as derrotas sofridas por Nzinga não retiram a relevância de sua postura na emergência do nacionalismo na África Centro-Occidental (SERTIMA, 1995).

Tal como a rainha Nzinga, Yaa Asantewaa, a Rainha Mãe de Ejisu, lutou ferrenhamente contra a lógica dos invasores britânicos. Em 1898, isto é, dois anos depois do exílio do rei Prempeh, os britânicos enviaram um governador para reivindicar o Trono de Ouro. O medo que reinava até nas personalidades mais valentes da comunidade não parou a rainha Asantewaa que, rapidamente, convidou as mulheres a resistirem de qualquer maneira à invasão dos homens brancos (SERTIMA, 1995).

Diferente do berço nórdico confinado à Grécia, o berço meridional confinado ao continente africano baseava-se na família matriarcal, na emancipação da mulher no circuito doméstico, na xenofilia, no cosmopolitismo, no coletivismo, na solidariedade material, na justiça restaurativa, na criação de Estado Territorial e na oposição à Cidade-Estado ariana. O modelo organizacional no campo material e valorativo predominante na antiguidade africana

dificultava a prevalência de condutas individualistas, opressoras, xenofóbicas e/ou sexualmente hierarquizantes, e dava espaço ao coletivismo solidário (DIOP, 1989).

O colonialismo trouxe algumas mudanças nas relações do gênero no continente africano, as mulheres perderam, em certa medida, os seus privilégios sociais, religiosos, constitucionais e políticos. Mudou-se a concepção da divisão social do trabalho e relegou-se a mulher africana a uma posição de desvantagem em termos de concorrência com os homens (RODNEY, 1975). Na verdade, o privilégio de gênero masculino é um elemento essencial do *ethos* europeu e tem como ferramenta de sua perpetuação a própria cultura da modernidade (OYĚWÙMÍ, 2004).

Realmente, a matriz colonial do poder opera em quatro níveis entrelaçados entre si, sendo impossível compreender um desses níveis de forma solitária. Essa inter-relação é invisibilizada pela tendência analítica compartimentada, tornando-a mais poderosa. O enunciado “matriz colonial do poder” refere-se: ao controle da economia, que envolve o açambarcamento de terra, a exploração dos elementos naturais, da força do trabalho e a criação de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI); ao controle da autoridade, que inclui o estabelecimento do Estado moderno/europeu, o militarismo, a corrida armamentista e a criação de dispositivos legais de abrangência internacional; ao controle do gênero e da sexualidade,

a partir da invenção do corpo feminino, da heteronormatividade e o estabelecimento do modelo familiar cristão como regra; e ao controle do conhecimento e subjetividade através da manipulação das instituições educativas, do currículo e dos meios de construção de subjetividades como mídia, igreja e outras instituições (MIGNOLO, 2008).

A categorização dicotômica/hierarquizante baseada em justificativas anátomo- fisiológicas sempre acompanhou os debates ocidentais sobre raça, gênero, classe, cultura e/ou religião. Tal determinismo biológico é, como mostra Oyěwùmí (2001), um elemento central no pensamento ocidental. O argumento de que as diferenças e as hierarquias sociais são biologicamente determinadas continuam a gozar de credibilidade mesmo entre os cientistas sociais que pretendem explicar a sociedade humana numa perspectiva não genética. O maior perigo dessa postura é que os indivíduos que estão em posição de poder se acham possibilitados a consagrar a sua biologia como superior e, com isso, afirmar o seu privilégio e domínio sobre os “outros” biologicamente diferentes. O entendimento da sociedade que emerge dessa lógica é aquele constituído por corpos (negros, judeus, femininos, masculinos, brancos, ricos, pobres etc.), e como corpos são caracterizados e situados no campo acadêmico, social, político, econômico e cultural.

Como irmão siamês do colonialismo, o patriarcado regula

as relações sociais de gênero e estabelece a preferência sexual a partir da conexão com a autoridade, a economia e a produção do conhecimento. A classificação das comunidades humanas conforme os traços fenóticos e genóticos compõe o *modus operandi* do sistema de regulação e opressão colonial. Aliás, a matriz colonial do poder nunca enxergou o corpo como um simples elemento anatômico, por isso, determina os meios políticos para a sua gestão (FANON, 2018, MIGNOLO, 2008).

### **O debate sobre a condição da mulher na África Subsaariana: olhares plurais**

Mesmo sendo amplamente reconhecida a existência de assimetrias entre homens e mulheres no que tange à possibilidade de acesso aos direitos e à consequente mobilidade social, principalmente nas zonas urbanas, a reflexão sobre o *status* da mulher na África Subsaariana tem sido marcada por divergência de opiniões entre escritoras e ativistas dedicadas ao assunto. A importação acrítica dos debates e conceitos ocidentais; a falta de comprometimento com os valores endógenos; o desejo de ocidentalizar os sistemas culturais africanos; o apego ao essencialismo; a projeção de uma África imaginária e a defesa do patriarcado estão entre as acusações lançadas entre elas.

Não obstante as suas especificidades, essas teorias podem ser colocadas em dois grupos distintos. No primeiro grupo, estão

as vozes não contrárias à denominação feminista e que partilham a concepção de que, apesar de serem mais intensificadas pelo colonialismo, as desigualdades de gênero são anteriores a ele no continente. No segundo grupo, situam-se os indivíduos que encaram o feminismo como uma erva daninha para a cultura africana e negama existência do patriarcado no continente antes da colonização.

Críticas como Aidoo (1998) e Acholonu (1995) dizem-nos que para elas, o feminismo é como uma erva daninha que se infiltrou em África. Pretendem dizer com isto que o feminismo é algo que lhes é alheio e que ameaça sufocar ou destruir os “verdadeiros” valores africanos. Assim, todos aqueles que se declaram feministas em África não são verdadeiramente africanos, estão a sofrer de colonização mental e a promover ideias que não pertencem ao solo africano e não têm valor para as culturas africanas e suas gentes, mulheres ou homens (BAMISILE, 2013, p. 259-259).

Na posição contrária, Patricia McFadden e Patricia Twasiima (2018) sublinham que as mulheres sempre foram vítimas das estruturas patriarcais e sempre resistiram à opressão e exclusão nas sociedades humanas. No entanto, essas expressões estão sendo silenciadas e invisibilizadas em nome do nacionalismo anticolonialista e antirracista masculino em todo o continente africano. O feminismo é, na concepção delas, uma manifestação do



poder, da beleza, do conhecimento, da audácia e da visão crítica das vozes femininas que dizem, inexoravelmente, não a todas as formas de opressão, injustiça e exclusão.

Na mesma linha do raciocínio, a escritora nigeriana Amina Mama (2013) assegura que nunca se sentiu ofendida com a denominação feminista, uma vez que essa denominação tem conotação positiva e representa o combate a todas formas de opressão, sejam elas internas, externas, psicológicas, econômicas, políticas, religiosas ou epistêmicas. Para ela, o termo feminista representa um grupo de mulheres determinadas e autoconfiantes.

Em dezembro de 1992, quando Katherine Frank, uma renomada feminista americana, conhecida pela sua atitude crítica para com as autoras negras africanas, considerou que Flora Nwapa era uma feminista radical, esta escritora nigeriana refutou que alguém pudesse considerá-la feminista e muito menos radical. Ela era apenas uma mulher comum, que escrevia acerca do que conhecia. [...] Tal como Nwapa, a maioria das mulheres africanas como Emecheta (1988), Bâ (1998), Chiziane (2004), que nos seus textos lançam um olhar crítico sobre as relações de gênero, estão indecisas em considerar-se feministas e, também por isso, não se deve permitir que outros as refiram como feministas. Esta indecisão de teor terminológico reflete o facto de a questão do feminismo ser muito controversa em África (BAMISILE, 2013, p. 263).

Muitas romancistas africanas dos países de expressão

inglesa souberam se afastar de certas feministas ocidentais (principalmente as brancas), elas exploraram uma gama de posições e produziram um *corpus* excitante e dinâmico que desafia a categorização rígida. Enquanto as escritoras brancas tendem a ser “feministas”, as negras são mais propensas a ser “mulheristas”, porque reconhecem que, para além da consciência sexual, devem incluir, nas suas lutas, os debates sobre a questão da raça, cultura, economia e política na estratégia de luta (OGUNYEMI,1985).

Talvez, o leitor estaria perguntado: qual é a vossa posição nessa disputa de narrativas? É muito simples, nós convergimos em parte com as duas posições. Ser africana e feminista não significa negação tácita dos valores culturais africanos nem traição confessa da luta anti- imperialista. Se a reivindicação de autodeterminação e a denúncia de todas as formas de discriminação contra a mulher fossem, na teoria e prática, princípios sacrossantos dos movimentos feministas, não seria justo nem prudente encarar o feminismo como algo avesso à realidade africana. Todavia, a história do próprio feminismo nos tem mostrado as suas contradições e indiferença para com as opressões sofridas por certas mulheres, o que torna, em certa medida, plausível a postura das vozes cétricas para com ele.

Não são poucas as escritoras africanas cujos estudos discutem criticamente as relações de gênero, denunciam as opressões e as desigualdades sociais existentes, mas que continuam

apresentando uma certa relutância em serem chamadas de feministas. A que se deve essa recusa? Será que tem a ver com a postura racista e elitista do movimento feminista num determinado contexto histórico? Até que ponto as teorias feministas ocidentais consideram as especificidades culturais de sociedades africanas?

A teorização e a subsequente ideologização do feminismo culminaram na legitimação do sujeito/objeto, nós/outro, centro/margem e outras posições binárias dentro do próprio movimento feminista. Mesmo sendo apresentado como ideologia libertária para as mulheres na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Canadá, o feminismo ocidental implicou e beneficiou-se, em certa medida, das práticas coloniais no continente africano, asiático e latino-americano (NNAEMEKA, 2005).

As mulheres negras estão em desvantagem de várias maneiras; como negras, elas são vítimas de uma cultura patriarcal branca; como mulheres, são vitimizadas por homens negros; e como mulheres negras são também vitimizadas por motivos raciais, sexuais e de classe por homens brancos. Nesse sentido, as feministas africanas precisam considerar esses fatores e deixar de descrever a mulher negra como uma simples vítima do patriarcado negro. É dessa forma que conseguirão superar a sua falta de autenticidade (OGUNYEMI, 1985).

No livro intitulado *The invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses* (1997), a escritora nigeriana

Oyěwùmí adverte as feministas africanas sobre os perigos da importação acrítica das teorias analíticas e dos discursos ocidentais sobre gênero para o contexto africano. O discurso de que as categorias de gênero são universais e intemporais e que sempre fizeram parte das sociedades; a crença na existência de uma categoria universal da mulher caracterizada pela uniformidade dos seus membros; a ideia de que a subordinação da mulher é universal e a análise da categoria mulher como algo pré-cultural e antítese da categoria homem são, na sua concepção, ineficazes para o debate sobre a situação da mulher na África, fundamentalmente, na sociedade Yorubá da Nigéria.

Para além da inconsistência metodológica, é preciso atentar para a dimensão política e ideológica dos debates feministas. Uma leitura do livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016) da escritora estadunidense Angela Davis, pode ser útil para a compreensão do racismo, do elitismo e da discriminação dentro do movimento feminista. Ela assegurou que a despeito da simpatia e do apoio dos homens negros ao movimento sufragista, as lideranças brancas do movimento sufragista apresentavam uma certa relutância com relação à aprovação do direito de voto aos homens negros e negligenciavam as opressões exclusivas das mulheres negras.

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental nas nossas lutas e conquistas e que, ao apresentar novas perguntas, não

somente estimulou a formação de grupos e redes, como também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. [...] Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão graves como a sofrida pela mulher: as de caráter racial (GONZÁLEZ, 2020, p. 43-44).

No campo epistêmico, a teoria é encarada como um conjunto de ideias que buscam explicar ações, convicções ou opiniões de um indivíduo ou grupo com relação a um determinado assunto. Sendo localizadas e incompletas, as teorias não conseguem explicar com rigor as realidades para as quais não foram elaboradas. É preciso considerar que a produção das teorias analíticas não é desinteressada nem neutra, uma vez que os seus autores possuem convicções e objetivos próprios. Tal como o desenvolvimento, o discurso sobre as relações de gênero na África tem sido feito por muitos acadêmicos, no entanto, a grande parte desses discursos tem como base de sustentação o pensamento feminista ocidental.

Por desconhecerem as especificidades das relações de gênero no contexto africano, muitos pesquisadores africanos, ocidentais e afrodiaspóricos acabam tendo comentários deslocados e preconceituosos sobre as relações conjugais e de gênero no continente. Tais lacunas analíticas e interpretativas foram apresentadas por Oyěwùmí (1997) numa seção do livro intitulado

*The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*, em que analisa a questão do dote, da poligamia, do acesso e do controle sexual. Oyěwùmí ressalta que o dote tem sido apresentado de forma negativa por intérpretes ocidentais de muitas sociedades africanas. Em alguns casos, o seu significado tem sido distorcido e reduzido a uma mera troca transacional semelhante à compra da esposa. Para exemplificar, citou os trabalhos do antropólogo Levi Strauss e Elizabeth Schmidt, em que foi dada muita ênfase aos bens transferidos da linhagem do noivo para a da noiva, mas pouca ou nenhuma atenção foi dada ao serviço da noiva, uma tradição que estabelece as obrigações ao longo da vida do noivo à linhagem da noiva.

Tal como o dote, a prática de abstinência pós-parto nas sociedades africanas tem sido descrita por muitos estudiosos como controle sexual da mulher e um exemplo das limitações impostas a membros do sexo feminino nas sociedades africanas. Entretanto, a abstinência pós-parto não constitui um controle sobre o corpo feminino como mostram os discursos ocidentais, pelo contrário, simboliza a preocupação com o bem-estar da mulher, da criança e da família como um todo (OYĚWÙMÍ, 1997).

No ocidente, a poligamia é frequentemente interpretada como sinal de masculinidade, privilégio e subordinação feminina. Importa salientar que a poligamia não é inerentemente boa ou ruim. Aliás, existem casamentos bons e casamentos ruins, sejam eles

poligâmicos ou monogâmicos. A história do casamento monogâmico no Ocidente e as articulações feministas mostram o quão opressor o casamento monogâmico tem sido para as mulheres e crianças nas sociedades ocidentais (OYĚWÙMÍ, 1997).

No passado, a literatura feminista apresentava a poligamia como símbolo da dominação masculina. Nos dias que correm, toda atenção está voltada à circuncisão feminina, argumenta-se que os homens submetem mulheres à circuncisão para impedi-las de desfrutar do sexo, mantê-las celibatárias e possuí-las como propriedade. Nós rejeitamos o uso do termo “Mutilação Genital Feminina” (MGF), preferimos usar o termo Excisão feminina. O termo “Mutilação Genital Feminina” é problemático, não apenas por emergir da suposição de que a intenção das sociedades nas quais esses procedimentos são praticados é controlar as mulheres, provocando violência sobre elas, mas também por se presumir que essas sociedades desejam mutilar, deformar, agredir e bater em massa em suas mulheres, uma suposição que não tem sido comprovada de forma conclusiva (OKOME, 2003).

A título de exemplo, Oyěwùmí (2003) cita o romance de Alice Walker intitulado *Possessing the Secret of Joy*, publicado em 1992, no qual analisa a circuncisão feminina no continente africano. Ela apresentou o romance como uma mistura de ficção e realidade. No finaldo romance, ela trouxe alguns fatos e estatísticas “reais” para sustentar a sua argumentação alarmista sobre a circuncisão

feminina. E prometeu usar uma parte dos *royalties* do seu livro para educar mulheres e meninas, homens e meninos sobre os efeitos perigosos da mutilação genital.

Para além do recorte ideológico do feminismo *mainstream* que reduz a circuncisão feminina a um mero processo da remoção do órgão genital feminino, o seu moralismo é explicitamente seletivo e racializado. Só apelam aos direitos humanos quando a prática em questão não faz parte do quadro cultural ocidental e nem constitui uma importante fonte de proveito econômico para o sistema capitalista. Senão, vejamos: enquanto as feministas ocidentais se mostram preocupadas e apavoradas com a cirurgia genital feminina por ser, segundo elas, uma prática contrária aos direitos humanos, elas assistem com alegria e serenidade as partidas desumanas do Boxe e do *Ultimate Fighting Championship* (UFC).

Quando falamos da poligamia, estamos referindo-nos à situação em que um homem se casa, simultaneamente, com mais de uma mulher (poliginia) ou em que uma mulher se casa com mais de um homem (poliandria). Mesmo sendo mais recorrente, a poliginia não é a única prática de poligamia, uma vez que existem, também, práticas de poliandria nas sociedades africanas. No entanto, os críticos da poligamia no continente africano esquecem de que ela se aplica para ambos os sexos.

Não estamos defendendo a perfeição da cultura africana nem a impossibilidade de esta ser criticada, muito pelo contrário,



reconhecemos que é preciso refletir a respeito das nossas práticas culturais e, por meio de uma pedagogia de negociação, identificar os elementos que devem ser melhorados e/ou incorporados nas nossas relações sociais. No entanto, existe um perigo quando isso acontece mediante indicações externas, na maioria de casos, deslocadas da realidade africana e com pretensões hegemônicas e paternalistas. Não podemos ficar indiferentes perante os efeitos colaterais da dimensão técnica e anatômica da circuncisão, pois, se não for rigorosamente pensada, facilitará a propagação de certas doenças. No entanto, é imprudente reivindicar o abandono total da circuncisão feminina, porque existe, nela, uma dimensão simbólica que propicia o aprendizado intergeracional entre as mulheres e consubstancia a manutenção da memória coletiva das suas comunidades.

### **A denúncia da colonização epistêmica e a emergência das propostas teóricas contra-hegemônicas**

O discurso constrói as linhas do pensamento e estas, por sua vez, produzem sujeitos sociais e determinam, até certo ponto, as redes de relações entre indivíduos em um determinado contexto histórico. Para além da coerção física, a emergência do sistema colonial tornou-se possível graças à criação, simultânea, do seu fraudulento quadro discursivo (CAOMIQUE, 2020).

A modernidade como projeto de expansão da influência

ocidental no mundo criou um paradigma intelectual específico, e estabeleceu estratégia de sua produção que ilustra o caráter e o padrão global do poder. Instituiu-se, como padrão, um arcabouço epistêmico colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico; um modelo de produção do saber, cuja elaboração/organização sistemática iniciou antes do século XVII na Europa Ocidental, mas que se tornou mundialmente hegemônico a partir da expansão burguesa das potências europeias (QUIJANO, 2005).

A força militar, a ciência e a construção discursiva desempenharam um papel central na consolidação do aparato colonial nas sociedades colonizadas. Cientes da impossibilidade da dominação por via única da opressão, os sistemas coloniais buscaram monopolizar o processo de construção das subjetividades nas suas colônias. Foi assim que emergiram as leituras científicas eurocêntricas a respeito do continente africano, dos seus povos e das suas práticas culturais. A colocação do conhecimento científico como o único capaz de fazer projeções consistentes e dos povos ocidentais como produtores de conhecimento necessários para a humanidade levou à subestimação, ao silenciamento e ao esquecimento dos saberes produzidos nos polos não hegemônicos do mundo.

Essa assertiva vai ao encontro do que defende Boaventura de Sousa Santos (2007) quando sublinha que o colonialismo, para além de todas as suas formas conhecidas, foi também uma

dominação epistemológica, uma relação fortemente assimétrica do saber-poder que levou à aniquilação de um vastíssimo quadro epistemológico dos povos colonizados, sendo, em circunstâncias em que resiste à extinção, relegado a uma posição de sujeição.

Nesse sentido, considera-se a perda da autorreferência genuína, não apenas uma perda gnosiológica (perda de conhecimento), mas também, e principalmente, uma perda ontológica (perda de essência/ser), uma vez que os conhecimentos tidos como inferiores são próprios dos seres considerados inferiores na escala hierárquica e evolutiva da produção do conhecimento ao nível global (SANTOS; MENESES, 2010).

Sabe-se que a produção do conhecimento é uma prática inerente a todas as sociedades humanas e faz parte dos mecanismos utilizados na consolidação do espectro cultural, religioso, econômico e ideológico das suas comunidades. Ela envolve uma ampla cifra de sujeitos e variade acordo com o contexto histórico e socioespacial de sua elaboração. No entanto, a experiênciacolonial veio estabelecer uma narrativa hegemônica da produção do saber, criando, assim, uma categorização dicotômica e hierarquizante entre o bom (ocidental) e o mau (não ocidental), passando, a partir daí, a definir o certo e o errado com base nas suas próprias cosmoperspectivas, aplicando tal definição ao nível mundial (CAOMIQUE, 2020).

A assertiva acima apresentada faz alusão à dominação

epistêmica ocidental, ou seja, à predominância e ao uso acrítico dos arcabouços metodológicos, das teorias analíticas e das bases interpretativas euro-estadunidenses na produção do conhecimento nas sociedades não ocidentais. Importa salientar que as epistemologias ocidentais não constituem problemas pelo simples fato de serem ocidentais, mas por ignorarem, sobretudo, as suas limitações em termos interpretativos e por se colocarem, desmedidamente, à disposição para analisar as sociedades não ocidentais sem fazer, antecipadamente, rearranjos e readaptações necessárias.

Para além da opressão física e das perdas econômicas, o colonialismo impactou de maneira significativa a formação de subjetividades das sociedades colonizadas. Aliás, “O desprezo, a irritação e a insignificância com que a grande parcela dos africanos enxerga as bases de sua cosmoperspectiva resultam-se das narrativas infamantes e ultrajantes outrora apregoadas pelo discurso do sistema colonial europeu” (CAOMIQUE, 2020, p.33).

Sendo assim, a

[...] colonialidade não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, à autoridade coletiva, ao trabalho e à subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de

controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade (LUGONES, 2020, p. 73).

Perante o exposto, torna-se evidente a necessidade de uma ruptura epistêmica para descolonizar os processos de produção, interpretação e veiculação do saber no continente africano e permitir que haja uma representação endógena do sujeito africano e das suas cosmoperspectivas. Faz-se necessário adotar uma postura vigilante e questionadora perante os aportes teóricos e das técnicas de interpretação euro-estadunidenses no campo social, econômico, político, educacional, psicológico ou de gênero. De que forma será feita essa ruptura epistêmica? Existem alternativas para as teorias euro-estadunidenses?

Uma vez que a ciência ocidental moderna foi um elemento central da dominação e da expansão do poderio europeu no mundo, rejeitá-la significa rejeitar o seu caráter colonial, que cria zonas de não ser; o seu caráter capitalista, que explora os dois não bens de consumo: trabalho e natureza; e o seu caráter patriarcal, que envolve a desvalorização e subestimação dos corpos, do ser e do trabalho social das mulheres fundamentado na desvalorização do seu ser social (SANTOS, 2019).

O questionamento das teorias e discursos ocidentais sobre o negro, iniciado pela tríade francófona Frantz Fanon, Albert Memmi e Aimé Césaire e pelos escritores africanos como Cheikh

Anta Diop, Abdoulaye Ly, Steve Biko, Chinua Achebe e Kwame Nkrumah, mais recentemente ganhou muitos adeptos no campo acadêmico. A ciência ocidental em geral e as ciências sociais, em específico, começaram a ser questionadas pela sua pretensão de analisar todas as sociedades e pela relutância em admitir as suas limitações em contextos não ocidentais. Tais questionamentos são verificados em muitos campos do saber, incluindo o debate a respeito do gênero no continente africano.

Cientes das relações de poder e das ideologias que envolvem o processo de produção do conhecimento e seus efeitos na perpetuação da dominação epistêmica, alguns escritores africanos decidiram elaborar propostas teóricas ecléticas e abrangentes para analisar as questões de gênero no continente africano. As suas propostas teóricas buscam denunciar a limitação interpretativa e a distorção da realidade desencadeadas pelas abordagens feministas ocidentaisocêntricas. Além disso, procuram, de maneira interseccional, lutar contra o racismo, a opressão, a exploração capitalista, a desigualdade de gênero e as tendências, por vezes, racistas do feminismo ocidental.

Não é por acaso que existem mulheres africanas que rejeitam o termo feminista, mas que aceitam, em parte, o seu conteúdo. Tal é o caso da escritora Tsitsi Dangarembga, do Zimbábue, ou da senegalesa Mariama Bâ, que, apesar de ser amplamente conhecida como feminista, declara abertamente não

ser uma feminista no sentido ocidental, mostrando estar plenamente consciente das contradições entre o feminismo ocidental e os costumes africanos. Numa das suas intervenções, a escritora nigeriana Buchi Emecheta mostrou que as pessoas fazem confusão entre uma reflexão sobre o cotidiano das mulheres africanas e o pensamento feminista *mainstream* (RUIZ, 2014).

Entre as correntes que procuram adotar uma base contra-hegemônica e afrocêntrica na análise da condição da mulher negra/africana, destacam-se: ***motherism***, **mulherismo**, **mulherismo africana**, ***stiwanism*** e ***negofeminism***. Elas surgiram como contraponto e alternativa ao feminismo branco que mostrava certa relutância e indiferença com as agendas decunho racial. Nas páginas seguintes, é feita a análise de alguns desses aportes teóricos.

O **mulherismo** foi uma das primeiras e, provavelmente, a mais conhecida alternativa ao feminismo ocidental. O termo foi cunhado pela escritora negra estadunidense Alice Walker nos seus trabalhos: *Coming Apart* (1979) e *In Search of Our Mother's Gardens: A Womanist Prose* (1983). Para ela, o mulherismo como identidade e teoria analítica tem suas raízes na cultura negra e se preocupa com a autodeterminação de todos os negros, incluindo homens e mulheres.

No entanto, a lacuna da definição de Walker pode ser encontrada na identificação de qual cultura e negro em específico:

é o negro estadunidense que tem uma experiência particular da opressão racial e de gênero ou todo negro? Apesar de sua pretensa defesa da cultura e dos valores negro-africanos, Walker teve algumas distrações na sua abordagem sobre a prática de circuncisão feminina ao preferir o termo mutilação genital feminina ao invés da circuncisão. A apresentação do continente africano como uma vila e a comparação do comportamento de suas personagens com animais, representam, em certa medida, uma arrogância cultural parecida com a das intelectuais eurocêntricas, feministas e não feministas que têm se posicionado como salvadoras de uma África à deriva, e em espera da orientação (BLAY, 2008).

Nosso estudo revela que o feminismo fracassou em sua ambição global de atender às necessidades das mulheres de todo o mundo. O feminismo como prática aborda as necessidades das mulheres brancas de classe média. Devido a inadequações do feminismo, as mulheres afro-americanas desenvolveram o conceito de mulherismo para satisfazer as necessidades da mulher negra nos Estados Unidos. Depois, revelamos que, embora o mulherismo pretendesse atender às necessidades de todas as mulheres negras, o mulherismo afro-americano é geralmente inadequado para as preocupações específicas das mulheres africanas em África. Isso nos leva à busca de uma variante africana da teoria feminista, ao passo que, embora tenha havido várias tentativas de satisfazer esta necessidade, não se tenha alcançado nenhum consenso, e desde o feminismo, o



mulherismo, o stiwanism ao madretismo, há que se ter, ainda, uma peculiar teoria autóctone comumente aceita para as africanas em África (EBUNOLUWA, 2009, p. 7-8).

Apesar da existência de vários pontos de convergência entre o **mulherismo** e o **mulherismo africana**, as duas categorias analíticas apresentam algumas diferenças, pois, o mulherismo africana busca se demarcar tanto do feminismo branco quanto do mulherismo. Para a escritora negra estadunidense Clenora Hudson-Weems (2020), o mulherismo africana representa uma ideologia criada e projetada para todas as mulheres de ascendência africana. Baseia-se na cultura africana e as suas reflexões são, sempre, centradas em torno das experiências, lutas, desejos e necessidades de mulheres africanas.

[...] Esta atitude de distanciamento para com a luta das mulheres do ocidente europeu justifica-se porque a verdadeira história do feminismo revelaria um fundo de evidente racismo que, desde logo, estabeleceria uma incompatibilidade com as mulheres africanas. Assim, o seu posicionamento não só a diferencia do feminismo, como exclui qualquer possibilidade de conciliação e solidariedade (BAMISILE, 2013, p. 274).

Dentre os aspectos essenciais na luta e reflexão do mulherismo africana, destacam-se: (I) o capitalismo global e as lógicas de consumo empobrecedor; (II) as economias políticas raciais; (III) os feminismos ocidentais e outros imperialismos; (IV)

os massacres e limpezas interétnicas; (V) os fundamentalismos religiosos do islamismo, do cristianismo e das religiões africanas; (VI) o elitismo e o militarismo; (VII) o discurso; (VIII) as restrições do gênero; (IX) a gerontocracia; e, por último, (X) a classe política e outras construções culturais excludentes (HUDSON-WEEMS, 2020; BLAY, 2008).

O mulherismo africano reconhece a complexidade da análise da condição da mulher no contexto da África Subsaariana, nesse sentido, procura não direcionar os seus debates apenas às questões de gênero, incorporando, também, os assuntos relacionados ao racismo, à exploração capitalista e imperialista, às rivalidades étnicas e religiosas, às assimetrias fundadas em pressupostos étários, políticos, culturais e de classe. A importância dessa categoria analítica reside no fato de ela apelar à Interseccionalidade e à vigilância epistêmica na análise da condição da mulher na África Subsaariana.

No seu livro *Re-Creating Ourselves: African Women & Critical Transformations*, publicado em 1982, Molar Ogundipe-Leslie propõe o conceito de **stiwanism** como uma alternativa ao feminismo, acrônimo de *Social Transformations Including Women In Africa*, (Transformações Sociais Incluindo Mulheres na África). Tal como o mulherismo africano, o stiwanism procura: transcender a oposição homem/mulher; conservar os papéis biológicos da mulher; reconhecer a maternidade como uma força vital;

considerar todas as facetas de ser mulher em vez de concentrar exclusivamente em questões sexuais; reconhecer a condição da mulher em seu contexto, enfatizando sempre a sua independência econômica; e atentar à luta atual entre as raças e classes no continente africano.

Elaborado pela autora nigeriana Obioma Nnaemeka, o *negofeminism* procura, assim como outras construções teóricas contra-hegemônicas, ilustrar as limitações do feminismo ocidental no contexto africano. Essa tendência analítica tentou se distanciar de certas estratégias de luta de movimentos feministas *mainstream* (ocidentais) e critica algumas das suas opiniões com relação aos valores culturais africanos. Considerando as especificidades das sociedades africanas e a necessidade de aplicar uma abordagem interdisciplinar e comprometida com as particularidades de cada contexto, Nnaemeka defende que não se pode falar de feminismo no contexto africano, mas de feminismos.

Para esta autora, existem pontos de convergência e de divergência entre as correntes feministas africanas e ocidentais. Ela aponta que o *negofeminism* não apoia o feminismo radical; contraria a rejeição da maternidade e não a enxerga como prática incompatível ao feminismo; adota uma postura de negociação e compromisso em vez de confronto binário (homem/mulher); evita a importação desatenta das teorias analíticas; não centraliza a reflexão na sexualidade e procura incluir os homens nas suas lutas

(NNAEMEKA, 2004).

Para uma mulher africana, o feminismo deve constituir um ato que evoca o dinamismo e as mudanças de um processo em oposição ao estabelecimento de uma estrutura opressora e discriminadora. Sendo assim, o *negofeminism* foi estruturado com base nos imperativos culturais e modulado por exigências locais e globais em constantes mudanças. As mulheres africanas negociam disciplinar e pedagogicamente os espaços e debatem os assuntos de gênero, teoria e prática (NNAEMEKA, 2004).

Criada em 1995 pela escritora e ativista Catherine Obianuju Acholonu, o *motherism* é uma teoria de gênero afrocêntrica que busca narrar a história do feminismo e da dominação das agendas de mulheres brancas no seu seio. Ela questiona o fato de as teorias feministas não terem considerado as condições materiais e culturais africanas durante a formação de seus discursos

. As implicações do colonialismo e da cultura ocidental no campo cultural, filosófico, histórico, sociológico e psicológico das sociedades africanas são reconhecidas por essa teoria. Por isso, propõe resgatar o papel tradicional da mulher africana, o papel de uma matriarca e nutridora social. Aliás, a maternidade possui uma importância crucial no *motherism* (ALKALI *et al*, 2013).

Os trabalhos de Ifi Amadiume (1987) e de Oyèrónké Oyěwùmí (2004) representam, na concepção de Jimi Adesina (2012), exemplos concretos do combate à dominação epistêmica e

de endogeneização dos aportes teóricos no continente africano, principalmente no campo do gênero. As noções de matrifocalidade e matricentrismo, por elas redefinidas, permitirão uma reapropriação crítica dos modelos analíticos e darão às novas gerações dos sociólogos africanos ferramentas importantes para desencadear uma ruptura epistêmica com a racionalidade ocidental. As suas teses revelam a importância de transcender o determinismo biológico e as noções da família nuclear que têm dominado os discursos do feminismo ocidental sobre as relações de gênero.

Ilustrando a complexidade da análise das relações de gênero no contexto africano, Oyèrónké Oyèwùmí (2004), sublinha que a fluidez das categorias de gênero na África Subsaariana coloca em xeque a consistência das teorias feministas ocidentais e revela as suas limitações na análise de gênero na África Subsaariana. As limitações de abordagens feministas euro-estadunidenses e o perigo da universalização são facilmente identificáveis quando se deparam com sociedades não-generificadas como a dos Yorubás, na Nigéria, em que o privilégio social não se determina com base no gênero, mas por via da senioridade. O debate torna-se mais complexo para as teorias feministas *mainstream* quando defrontam enunciados como “filhas machos” e os “maridos fêmeas” apresentados pela antropóloga social nigeriana Ifi Amadiume (1987), categorias estas que aparentam ser desprovidas de sentido

na lógica eurocêntrica baseadas na família nuclear.

Para Okome (2003) as teorias feministas ocidentais tendem a retratar as mulheres africanas como confusas, impotentes e incapazes de determinar por si mesmas, tanto as mudanças que não foram feitas nas suas vidas quanto os meios para construir essas mudanças. Logo, as feministas ocidentais apresentam-se como humanitaristas que estão ajudando as suas irmãs africanas a ampliar os discursos de gênero e sair da opressão.

Para impor os seus pensamentos e as suas categorias conceituais, as feministas ocidentais usam a retórica salvacionista e o conceito da “sororidade”. No entanto, sabe-se que essa irmandade consegue ser global apenas na medida em que as feministas ocidentais ditam os padrões aceitáveis, compartilhando as suas “boas-novas” com as mulheres de outras partes do mundo. A primeira delas é que as mulheres são oprimidas pela dominação masculina e pelo patriarcado. A segunda é que as suas grandes irmãs ocidentais ajudarão a libertar essas mulheres “impotentes” e “sem voz”. A terceira e última diz respeito ao gênero. Para que o conceito de gênero seja significativo, ele precisa ser construído socialmente, porém, somente a construção do Ocidente é aceitável como válida (OKOME, 2003).

A linguagem e as categorias conceituais podem constituir lugares de profunda violência, lugares onde as atividades e a humanidade de outros são violadas. O discurso feminista ocidental

tem participado da negação dos direitos culturais e da personalidade cultural dos povos subjugados. Sendo assim, é preciso compreender os mecanismos pelos quais o conhecimento é racializado para a construção dos discursos hegemônicos. A reivindicação da autonomia psíquico-intelectual começa com a negação da relação subjugador/subjugado e a supressão das estruturas que demonizam e hierarquizam a diferença (NZEGWU, 2003).

O imperialismo está implícito na estrutura da academia ocidental, se produz e reproduz por meio dos seus processos de produção do conhecimento. Ele estabelece uma lógica de finalidade ser, um certo modo de pensar e de se comportar, enquanto sanciona, dissimuladamente, um estilo definido de falar, de ser, de aceitar e de se apropriar. Na academia, o imperialismo funciona tanto pela recusa de me ver, como pela recusa de me permitir ser eu mesmo. A voz, a identidade de gênero e, mais especialmente, a cor da pele são dispersas discursivamente e, subsequentemente, agrupadas para determinar se a pessoa é digna de fala, de respeito e até mesmo de admissão (NZEGWU, 2003).

Nos dias que correm, os estudos de gênero e trabalho social no continente africano se transformaram numa moda e indústria. Muitas pessoas entram nela com o objetivo de fazer carreira e/ou captar os recursos das instituições financeiras internacionais. Tal como o cacau, a borracha ou o chá, o feminismo é também

cultivado para vender aos estrangeiros. Há uma cifraconsiderável de homens e mulheres que trabalham com essas questões, mas que tampouco estão interessados em ver mudanças sociais (OGUNDIPE-LESLIE, 2013).

Os conceitos não são neutros, eles carregam objetivos e pretensões dos seus idealizadores. Tomemos como exemplo o enunciado “campanha de pacificação” usado pela historiografia e pela antropologia colonial. Esse enunciado parece traduzir uma relação de diálogo pacífico conduzida pelo sistema colonial para atingir os seus objetivos nas suas colônias. No entanto, se atentarmos aos fatos, chegaremos à conclusão de que a chamada campanha de pacificação era nada mais que um processo de terror desencadeado pelo sistema colonial português contra os povos que resistiam às imposições coloniais.

Num mundo marcado pela racialização do conhecimento, os povos não ocidentais constituem-se como meros receptores das construções teóricas oriundas das academias ocidentais. Nega-se a eficácia das suas formas de produção do conhecimento, dos seus mecanismos de interpretação e dos seus critérios de validação. O reconhecimento da propriedade de certas invenções é, recorrentemente, negligenciado quando os detentores são oriundos dos pólos não hegemônicos do planeta (Sul global).

Atualmente, a privatização, o livre comércio, a austeridade fiscal, a invasão militar ocidental e a criação de chefes de Estado



marionetes são identificados como estratégias ocidentais de subjugação e exploração dos povos africanos. No entanto, esses processos não teriam nenhum efeito se não existissem personalidades acadêmicas encarregadas de elaborar, difundir e defender a aplicação de tais políticas. A hierarquização discursiva e a legitimação seletiva das teorias afastam, cada vez mais, os intelectuais africanos do centro da difusão de ideias e discursos sobre o desenvolvimento.

### **Considerações finais**

Enquanto as mulheres brancas podem ter um status oscilante, isto é, podem ser elas próprias e as outras para os homens brancos: pois não são homens, mas são brancas. O homem negro, que é homem, mas não é branco, não tem acesso ao patriarcado, pois este é definido pela branquitude e torna-o o outro. A mulher negra, não sendo nem branca nem homem, neste esquema colonial representa então uma dupla ausência que a torna absolutamente inexistente. Pois ela serve como a outra de outros, sem status suficiente para a Outridade. Grada Kilomba, 2020.

Num determinado período histórico, as mulheres ocidentais sentiram que a sua condição de mulheres relegava a uma posição subalterna na sociedade, dando vantagem aos homens em termos da mobilidade social. Em reação a essa situação, surgiu

o que hoje chamamos de feminismo, ou seja, um grupo de mulheres que, por meio de ações teóricas e práticas, identificam os mecanismos pelos quais as assimetrias políticas, sociais, culturais, educacionais e religiosas entre homens e mulheres são produzidos e reproduzidos na sociedade.

Esse movimento foi responsável por algumas mudanças importantes nas relações de gênero nas sociedades ocidentais, no entanto, sendo uma estrutura não homogênea e permeada por relações de poder envolvendo questões raciais e identitárias, o feminismo mostrou-se limitado e ineficaz para a defesa de certos segmentos sociais. No próprio Ocidente, as suas limitações são identificadas no momento de seleção de pautas de reivindicação e no reconhecimento da heterogeneidade das mulheres e as suas particularidades. O questionamento do caráter por vezes racista e classista do feminismo não é recente, o livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016), de Angela Davis, ilustra esse cenário. As limitações do feminismo ocidental branco continuam sendo expostas pelas feministas, principalmente, as afro-estadunidenses que, por sua vez, criaram uma cifra considerável de teorias analíticas como alternativas que buscavam incluir as variáveis: raça, classe e sexualidade nas suas discussões.

No entanto, a crítica das afro-estadunidenses parece não ser suficiente para transcender as falácias da biblioteca colonial que projeta uma África marcada por subdesenvolvimento e cujos

valores culturais marginalizam as mulheres. Mesmo mostrando-se abertas à defesa da dignidade do povo negro e da África como a terra dos seus ancestrais, algumas feministas afro-estadunidenses embarcaram em críticas etnocêntricas e ocidentocêntricas sobre as práticas culturais africanas.

Cientes das limitações do feminismo negro afro-estadunidenses, escritoras africanas como Ifi Amadiume, Obioma Nnaemeka, Nkiru Nzegwu, Molar Ogundipe-Leslie, Chikwenye Okonjo Ogunyemi e Mojubaohi Oiufunke Okome, identificaram a dimensão etnocêntrica e o imperialismo epistêmico de certos discursos feministas sobre a condição da mulher no continente africano. Essas intelectuais reconhecem a necessidade de discutir as desigualdades de gênero no continente africano, no entanto, exigem que isso seja feito observando criticamente o discurso feminista e as relações de poder que envolvem sua construção.

Exigir precaução e desconfiança para com os discursos feministas ocidentais sobre a mulher africana não constitui sectarismo e nem inveja intelectual, pelo contrário, é reconhecer que os conceitos e teorias são limitados e questionáveis, uma vez que a sua construção pode ser baseada numa lógica de racialização do conhecimento e de legitimação tendenciosa e seletiva. O que elas reclamam não é ser sujeitos da ação (africanas a falar da África), mas que haja mais criticidade e contextualização dos discursos sobre a mulher no continente africano (endogeneidade e vigilância

epistêmica).

Os africanos precisam refletir sobre as assimetrias de gênero nas suas sociedades, pois elas existem e precisam ser combatidas. Mas isso não deve ser feito incorporando, automaticamente, as pautas e reivindicações dos movimentos feministas ocidentais. De fato, a desigualdade de gênero deve ser combatida por homens e mulheres africanos de maneira dialógica e cooperativa. As mulheres africanas devem reconhecer que ser emancipada não significa rejeitar todas as práticas culturais africanas, mas sim ressignificá-las e adequá-las as dinâmicas atuais das suas sociedades. Os homens africanos precisam reconhecer que não devem, em nome da preservação cultural, relegar certos segmentos sociais a uma posição de subalternidade, e que a invasão árabe e europeia impactou negativamente as nossas sociedades e influenciou também negativamente as relações de gênero.

Reconhecer a premência de equilibrar as possibilidades de mobilidade social entre homens e mulheres no continente africano não constitui, de maneira nenhuma, uma colaboração extraordinária ou simpatia exagerada para com as mulheres, mas sim um dever nosso como espécie humana, atualmente, circunscrita e orientada por instituições políticas democráticas que apelam à igualdade e liberdade entre os cidadãos.

## Referências

- ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia. In: *Como fazer ciências sociais e humanas em África*. CODESRIA. 2012. Disponível em: <https://codesria.org/IMG/pdf/12-Adesina.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.
- ALKALI, Muhammad; TALIF, R; YAHYA, W. W. Roselezam. JAN, J. Mohd. Dwelling or Duelling in Possibilities: How (Ir)relevant are African Feminisms? *GEMA, Online Journal of Language Studies*, v. 13, n. 3, September 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/17339472.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.
- BAMISILE, Sunday Adetunji. A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 24, p. 257-279, dez/2013.
- BLAY, Yaba Amgborale. All the ‘Africans’ are Men, all the “Sistas” are “American,” but Some of Us Resist: Realizing African Feminism(s) as an Africological Research Methodology. *The Journal of Pan African Studies*, v. 2, n. 2, March 2008.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*: tratado de Sociologia do Conhecimento. Tradução: Floriano Souza Fernandes. Petrópolis: Edit. Vozes, 2012.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História geral da África*. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. rev.— Brasília: UNESCO, 2010.
- CAOMIQUE, Policarpo Gomes. *Virtudes satanizadas*: epistemologias africanas e outros olhares. 1. ed. São Paulo: Fontenele Publicações, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p.

DIAGNE, Paul. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. In: BOAHEN, Albert Adu: *História geral da África*. V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

DIOP, Cheikh Anta. *The Cultural Unity of Black Africa: the domain of Patriarchy and Matriarchy in Classic Antiquity*. Presence Africaine, Paris, 1989.

EBUNOLUWA, Sotunsa Mobolanle. Feminism: The Quest for an African Variant. *The Journal of Pan African Studies*, v. 3, n. 1, p. 227-234, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3j04B1G>. Acesso em: 16 out. 2020.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. *CONVERGÊNCIA CRÍTICA*, Dossiê: Questão ambiental na atualidade, n. 13, 2018.

HUDSON-WEEMS, Cleonora. *Africana Womanism: Reclaiming Ourselves*. Second edition. London: Routledge, 2020.

KILOMBA, Grada. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscara Branca*. Editora UBU, 2020.

LESLIE-OGUNDIPE, Molar. In: *Africana Aportaciones para la descolonización del feminismo*. De la presente edición, Oozebap, Barcelona, 2013. p. 08-22.

LESLIE-OGUNDIPE, Molar. *Re-creating Ourselves: African Women & Critical Transformations*. AfricaWorld Pr; UK ed. Edition August 1, 1994.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

MAMA, Amina. Las fuentes históricas nos dicen que incluso las mujeres blancas han mirado siempre hacia África para encontrar alternativas a su subordinación. In: *Africana Aportaciones para la descolonización del feminismo*. De la presente edición, Oozebap,

Barcelona, 2013.

MCFADDEN, Patricia; TWASIIMA, Patricia. Conversas Feministas Situando as Nossas Ideias Radicais e Energia no contexto Africano. In: *Reflexões Feministas*. Maputo, Mozambique. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Género y descolonialidad*. 1ºedi. Buenos Aires. Del Signo, 2008.

MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

NNAEMEKA, Obioma. Nego-Feminism: Theorizing, Practicing, and Pruning Africa's Way. *Development Cultures: New Environments, New Realities*, The University of Chicago Press, v. 29, n. 2, p. 357-385, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3nXI5do>. Acesso em: 16 out. 2020.

NNAEMEKA, Obioma. Bringing African Women into the Classroom: Rethinking Pedagogy and Epistemology. In: OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *African gender studies*. ALGRAVE MACMILLAN, 2005.

NZEGWU, Nkiru. O Africa: Gender Imperialism in Academia. In: OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *African women and feminism: reflecting on the politics of sisterhood*. AFRICAWORL PRESS, 2003.

OGUNYEMI, Chikwenye Okonjo. Womanism: The Dynamics of the Contemporary Black Female Novel in English. *Signs*, The University of Chicago Press, v. 11, n. 1, p. 63-80, Autumn, 1985.

OKOME, Mojubaohi OIUfunke. What Women, Whose Development? A Critical Analysis of Reformist Feminist Evangelism on African Women. In: OYĒWÙMÍ, Oyèrónké (edt.) *African women and feminism: reflecting on the politics of sisterhood*. AFRICA WORL PRESS, 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The Invention of Women: Making an African sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis. University of Minnesota Press. 1997.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Alice in Motherland: Reading Alice Walker on Africa and Screening the Color “Black”. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké (edit.). *African women and feminism: reflecting on the politics of sisterhood*. AFRICA WORL PRESS, 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos dos Conceitos Feministas e o Desafio das Epistemologias Africanas. *CODESRIA Gender Series*, Dakar, v. 1, p. 1-8, 2004.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 24 jul. 2019.

RODNEY, Walter. *Como a Europa Subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editoria, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [Orgs.]. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010

SERTIMA, Ivan Van. *Black Women in the Antiquity*. Transaction Publishers. 2. ed., 1995.

UZOIGWE. Godfrey N. *Partilha europeia e conquista da África*:



apanhado Geral. In: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África*. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.

WILLIAMS, Larry. FINCH, Charles S. The Great Queens of Ethiopia. In: *Black Women in the Antiquity*. Transaction Publishers. 2. ed., 1995.

ZELEZA, Paul Tyambe. Gender biases in African historiography. In: *The Invention of Women: Making an African sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis. University of Minnesota Press. 1997.

**ECONOMIA, TRABALHO E  
SOCIEDADE**

# Elementos de Uma Nova Economia Moral?

## Uma hipótese de investigação sobre as greves de vigilantes e trabalhadores de limpeza na década de 2010

*Alexandre Espregafico Guelerman Ramos (PPGS/USP)<sup>233</sup>*

**Resumo:** O conceito de “economia moral” constitui uma das mais importantes contribuições do historiador Edward P. Thompson à teoria social. A partir desse conceito, esse autor se referia a determinadas expectativas econômicas constituídas enquanto regras morais, passíveis de serem defendidas por formas explosivas (e, no entanto, bastante unificadas e estruturadas) de ação direta, mesmo na ausência de vínculos organizativos formais. Acreditamos que esse conceito pode ser útil para orientar nosso estudo sobre duas categorias de trabalhadores precários: vigilantes e trabalhadores de limpeza. Ao longo da década de 2010, essas categorias protagonizaram, a despeito de seu fraco histórico associativo, uma quantidade extraordinária de greves – num primeiro momento, em defesa de direitos historicamente descumpridos; num segundo momento (após a eclosão da crise do desemprego em 2015), orientadas a pautas mais emergenciais. Alguns dados do DIEESE, de nossas próprias pesquisas anteriores e do incipiente trabalho de campo já realizado nos sugerem que entender a formação de novos parâmetros de economia moral entre esses trabalhadores pode ser útil para compreender a dinâmica dessas greves, caminho que pretendemos trilhar em

---

<sup>233</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

nossa pesquisa. Nossa principal hipótese é que tanto o surgimento de novas economias morais entre esses trabalhadores quanto a dificuldade dessa onda grevista em constituir novos vínculos organizativos duráveis e identidades classistas abrangentes podem ser relacionados a determinados efeitos sociais ambíguos do período lulista.

## **Introdução**

Neste artigo, iremos apresentar parte das reflexões e hipóteses que a etapa de revisão bibliográfica de nossa pesquisa de mestrado, “Engajamento em Conflitos Trabalhistas e Formação de Percepções Político-Sociais: o caso de duas categorias de trabalhadores precários entre os governos Dilma e Bolsonaro”, tem atualmente fomentado. Em particular, desejamos explorar um tema que mencionamos apenas de passagem em nosso projeto de mestrado, isto é, a possibilidade de que o conceito thompsoniano de "economia moral" possa ser usado para o estudo de movimentos grevistas do precariado em período recente.

Para aprofundar essa discussão, começaremos apresentando a formulação thompsoniana original, que foi restrita pelo próprio autor para se referir a formas de ação coletiva pré-industriais e amparadas em sistemas de normas e valores pré-capitalistas, especialmente aquelas orientadas para a regulação do mercado de bens de subsistência. Em seguida observaremos como autores após Thompson observaram a pertinência de se estender

esse conceito também para o estudo de formas de ação coletiva do operariado industrial, e como o conceito tem sido recuperado também por autores contemporâneos para se referir à ação coletiva do “precariado”.

Buscando entender se e como esse conceito pode ser usado para explicar a ação coletiva do precariado nos locais de trabalho, descreveremos algumas características de duas categorias de trabalhadores precários com intensa atividade grevista recente, e que ao nosso ver sugerem que o conceito pode ser uma bússula particularmente importante para a compreensão de suas formas e padrões de reivindicação em anos recentes. Proporemos uma hipótese subjacente sobre como o desenvolvimento de novas economias morais nos locais de trabalho pode se relacionar com determinadas transformações na arena política, e faremos algumas considerações finais.

Ressalte-se que as formulações aqui reunidas para apresentação no VII Seminário Discente do PPGS-USP são apontamentos iniciais e hipóteses de pesquisa, a serem validados pelo trabalho de campo a ser realizado no próximo ano.

## **De Economias Morais Plebeias a Economias Morais Operárias**

O termo “economia moral” não foi cunhado por Thompson e sim, como acontece com tantos outros grandes

conceitos da sociologia e da antropologia, tomado emprestado do uso nativo. Thompson remonta o uso desse termo ao final do século XVIII na Inglaterra, destacando no século XIX seu uso entre os cartistas. O termo foi usado em contraste com a “economia política”, que, com seus pressupostos utilitaristas, produtivistas e laissez-fairistas, destruía os vínculos comunitários e as regras econômicas tradicionais: “assim como existe uma economia política, há igualmente uma economia moral (...) esses impostores arruinam os afetos em troca da produção e acumulação incessantes” (O’BIEN<sup>234</sup>, 1837 *apud* THOMPSON, 1998b [1991], p. 256).

Se não criou o termo, porém, Thompson é responsável por sua sistematização conceitual. O historiador britânico havia pela primeira vez utilizado esse termo de passagem em *The Making of the English Working Class* [1963], em suas primeiras análises dos “motins da fome” (cf. THOMPSON, 1998b [1991], p. 257). No entanto, Thompson só se voltou a uma discussão sistemática do conceito em ensaios posteriores, notadamente dois ensaios que foram reunidos em sua obra *Customs in Common* [1991]: “*The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*” havia sido publicada originalmente em 1971 na revista *Past and Present*; já “*The*

---

<sup>234</sup> James Bronterre O’Brien, líder cartista irlandês.

*Moral Economy Reviewed*”, ensaio original, responde a críticos e volta a elucidar, vinte anos depois, alguns aspectos do conceito.

O conceito foi originalmente concebido para se referir ao modo como ao longo do século XVIII uma série de estratos "plebeus" da sociedade inglesa (camponeses empobrecidos, artesãos decadentes, aprendizes, jornaleiros, mineiros, donas de casa, dentre outros), mesmo que sem vínculos organizacionais formais, agiam com grande furor e unidade em defesa de determinados parâmetros econômicos tradicionais, se insurgindo contra aumentos no preço do pão e da farinha de trigo. Mediante os motins, esses estratos buscavam punir, agredir e humilhar aqueles grandes comerciantes, agricultores e moleiros que especulavam com o preço dos grãos (estocando-os para vendê-los nas temporadas de escassez ou transportando-os para vender em locais em que o valor estava mais elevado).

A interpretação thompsoniana desses episódios históricos é uma resposta a um tipo de reducionismo biologista da ação coletiva que era então dominante na interpretação de historiadores econômicos como Walt Whitman Rostow. Esses autores, observando a coincidência estatística entre aumentos no preço do pão e da farinha de trigo e a eclosão de grandes motins em cidades e vilas inglesas do século XVIII, reduziam-se à conclusão de que a fome produz, como resultado natural, motins - “rebeliões do estômago”, espasmos irracionais e desesperados, etc. Contra esse

automatismo explicativo se insurgiu Thompson, que deplorava o modo como as sofisticadas explicações do comportamento simbólico de tribos “primitivas” entre antropólogos apareciam inteiramente apartadas dos esforços hegemônicos de explicar as sociedades modernas:

Sabemos tudo a respeito do delicado tecido de normas e reciprocidades sociais que regula a vida dos ilhéus de Trobriand, e conhecemos as energias psíquicas envolvidas nos cultos das cargas na Melanésia; mas, em algum ponto, essa criatura social infinitamente complexa, o homem melanésio, torna-se (em nossas histórias) o mineiro de carvão da Inglaterra do século XVIII, que espasmodicamente bate a mão na barriga e reage a estímulos econômicos elementares (THOMPSON, 1998a [1971], p. 152).

Segundo Thompson, trata-se portanto de entender como o estímulo biológico da fome produz, em cada contexto histórico-cultural, um resultado distinto. Como Thompson ressaltará anos depois, a história fornece também vários exemplos de casos em que da fome não resultaram formas de ação coletiva (pois os indivíduos esfomeados eram incapazes de se articular como grupo), ou então que resultaram em formas de ação coletiva porém muito distintas do amotinamento (tais como petições, atos religiosos, migrações em massa, etc) (THOMPSON, 1998b [1991], p. 206). Se, portanto, os ingleses do século XVIII se amotinavam é porque foram capazes de constituir uma peculiar "*visão consistente*



*tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres”* (THOMPSON, 1998a [1971], p. 152).

Esses motins guardavam todas as características necessárias para se definir os fatos da vida moral. Nesse caso poderíamos inclusive dizer, seguindo uma classificação como a de Durkheim (1893 [2015]), que as sanções dos amotinados tinham caráter mais repressivo do que restitutivo, tão fortes e definidos eram os “estados de consciência coletiva” envolvidos. Isso se expressa antes de mais nada na forte orientação punitiva e vingativa dos motins, que segundo Thompson em geral se sobressaía até ao desejo puro de saciar a fome. Por isso, mesmo em meio a tumultos, comerciantes que concordassem em vender ao preço costumeiro seriam escrupulosamente pagos, mas aqueles que desrespeitassem as normas seriam saqueados e punidos com violência pela multidão, sendo que mesmo plantações e máquinas podiam ser destruídas, grãos e farinha espalhados pelas estradas ou jogados nos rios (THOMPSON, 1998a [1971], p. 181-2).

No mesmo sentido, como em outros fatos da vida moral, os motins eram exercidos de modo ritualizado, dramatizado, disciplinado e fortemente emblemático (inclusive com uma forte iconografia baseada no sangue; THOMPSON, 1998a [1971], p. 201-2). Também os amotinados apresentavam fortes laços de

solidariedade e mesmo comportamento altruísta: por exemplo no modo como os mineiros, mais “viris” e disciplinados, portanto frequentemente a vanguarda dos motins, também se dispunham a viajar para outras cidades para “fixar” os preços em prol de trabalhadores locais menos disciplinados e mais temerosos de agir sozinhos (THOMPSON, 1998a [1971], p. 185). Tratava-se, em suma de “um padrão de comportamento que não envergonharia um ilhéu de Trobriand” (THOMPSON, 1998a [1971], p. 198).

Quanto à explicação histórica desse padrão peculiar de reação coletiva à penúria, Thompson a localiza na histórica fraqueza relativa do absolutismo inglês, que levou a um tipo de equilíbrio tênue entre autoridades paternalistas locais e setores plebeus amparados numa retórica de direitos tradicionais, que era em grande medida respaldada (inclusive nos tribunais) por aquelas autoridades. A partir do final do século XVIII, esse equilíbrio começa a decair, conforme aumenta o temor anti-jacobino das elites políticas, por um lado, e sua adesão à lógica da economia política laissez-fairista, por outro (THOMPSON, 1998a [1971], p. 196). Outras transformações sociais, inclusive a industrialização e a queda no preço do pão após as guerras napoleônicas, contribuíram para que já no começo do século XIX a economia moral da multidão começasse a dar lugar a um novo tipo de pressão político-social, orientada para os salários (THOMPSON, 1998a [1971], p. 195).

Oriundo da história social, o conceito de “economia moral” encontrou a partir da década de 1970 seu principal campo de aplicação na antropologia. Notadamente, foi usado para estudar a política entre os camponeses em países coloniais e semi-coloniais, no modo como resistiam cotidianamente à implementação da economia de mercado em defesa de seus valores tradicionais pré-capitalistas, tendo sido James C. Scott um importante operador dessa aplicação conceitual (cf. THOMPSON, 1998b [1991]; cf. FASSIN, 2009).

No entanto, o conceito teve menor difusão teórica no que se refere ao estudo do movimento operário nas cidades modernas. Em sua discussão de empregos diversos que o conceito de economia moral recebeu, Thompson (1998b [1991], p. 257) faz referência a um único estudo da economia moral entre trabalhadores da manufatura, e ainda assim num contexto proto-industrial: trata-se da obra “A Economia Moral Industrial dos Tecelões de Gloucestershire no Século XVIII”, de Adrian Randall, que estudou o modo como as mesmas comunidades de artesãos envolvidas nos motins da fome também lutavam, em seus locais de trabalho, em defesa da “economia moral” artesanal, que tinha origem nas corporações de ofício. Segundo Thompson, essa aplicação do conceito também poderia ser frutífera, embora estendesse o conceito para além de seu campo de aplicação original.

Apesar dessa referência a uma "economia moral" dos artesãos proto-industriais, o fato de Thompson não utilizar o conceito de "economia moral" para se referir à classe trabalhadora urbano-industrial é particularmente intrigante; não só porque o próprio Thompson observa que esse termo fora usado pelo movimento cartista, mas sobretudo porque, como se sabe, o historiador britânico foi um expoente dos estudos da formação da classe operária britânica no século XIX.

Seus estudos sobre esse tema também se deram nos marcos de uma importante inovação conceitual. Através da ideia de "formação de classe", Thompson (1964 [1963]) criticou a ideia de que a simples posição dos agentes numa estrutura econômica, definida primordialmente em termos da relação com os meios de produção, pudesse permitir derivar diretamente um padrão geral de ação coletiva operária e uma "consciência de classe" que seria, tendencialmente, um entendimento racional das cisões de classes. Em vez disso, dever-se-ia valorizar as verdadeiras *experiências* históricas dos trabalhadores, e a forma como eles mesmos constroem, através de suas próprias lutas, a identidade, o programa e as formas de organização de "classe trabalhadora" em oposição a seus empregadores – formas que são sempre peculiares a cada ambiente social: "a consciência de classe é o modo como essas experiências são apropriadas em termos culturais: corporificadas

em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1964 [1963], p. 10, tradução livre)<sup>235</sup>.

A escolha thompsoniana por “separar” o conceito de “formação de classe” e o de “economia moral” sugere que ele buscou reservar esta última para sistemas de normas econômicas pré-capitalistas, e o primeiro para *novos* sistemas de valores e identidades emergentes num contexto urbano-industrial. Esses novos sistemas de normas e valores não surgem do vácuo, e Thompson (1964 [1963]) dedica grande parte de sua obra a analisar como tradições pré-industriais (as seitas dissidentes, a tradição dos direitos do “homem inglês livre de nascimento”, e os próprios motins da fome) foram ressignificadas para a geração da nova identidade político-social classista inglesa, com seu forte sindicalismo de ofício, o cartismo, e os pilares de seu perfil reformista e democrático. No entanto, os elementos dessa nova classe trabalhadora foram provavelmente considerados demasiado inovadores, progressistas e institucionalizados para serem considerados pelo prisma de uma “economia moral” como aquela tradicionalista e plebeia que orientava os motins da fome. Aqui, portanto, “economia moral” e “formação de classe” parecem etapas diacrônicas, rigidamente separadas pela revolução industrial.

---

<sup>235</sup> “Class consciousness is the way these class experiences are handled in cultural terms: embodied in traditions, value-systems, ideas, and institutional forms”

Outros autores, porém, optaram por integrar os conceitos, reconhecendo que a formação de “economias morais” é sempre, em maior ou menor medida, uma *parte constitutiva* dos processos de “formação de classe” modernos e urbanos. Isso porque ao mesmo tempo que a “formação de classe” envolve em geral a constituição de métodos de organização coletiva, identidades comuns, culturas comuns, etc., envolve também (em maior ou menor medida) a constituição de determinadas regras econômicas extra-mercantis passíveis de serem defendidas pela ação direta. Como observou de passagem o sociólogo francês Pierre Bourdieu já na década de 1970:

Seria necessário, segundo esta lógica, analisar, como Thompson fez para a época pré-industrial, a "moral econômica" da classe operária, determinar os princípios da avaliação do preço do trabalho (relação do tempo de trabalho com o salário; comparação de salários pagos a trabalhos equivalentes; relação das necessidades – família – com o salário, etc.) (BOURDIEU, 2003 [1975], p. 272).

Bourdieu não desenvolveu essa agenda de pesquisa, mas Peter Swenson produziu um importante movimento nessa direção, estudando a operação de economias morais no contexto do sindicalismo fordista europeu (*“moral economies of labor”*). Swenson define uma “economia moral” de forma ligeiramente diferente da de Thompson, porém compatível com aquela:

Um padrão de relações econômicas de troca (...) incorporadas nos costumes e asseguradas pela intervenção coletiva institucional e/ou espontânea que se sobrepõe àquilo que o auto-interesse ou o poder de mercado sozinhos iriam ditar (SWENSON, 1989, p. 3, tradução livre)<sup>236</sup>

No entanto, a mais importante inovação no enquadramento do conceito por esse autor se deve ao fato de que Swenson ressalta o importante papel desempenhado por determinadas elites (especialmente as elites sindicais, mas também a própria gerência ou o governo) em formatar, permanentemente, as “delimitações normativas” [*normative bounds*] dessas economias morais (SWENSON, 1989, p. 3). Nesse sentido, as economias morais não são frutos de tradições rígidas pré-capitalistas, e sim são permanentemente reconstruídas ao longo das interações entre elites e trabalhadores; sendo que ao ignorar as economias morais que elas mesmas ajudaram a formatar no período anterior, as elites se expõem ao perigo da contestação, que pode aparecer na forma de rebeliões industriais “espontâneas”, selvagens (SWENSON, 1989, p. 12). Mediante esse aspecto, Swenson se distancia explicitamente inclusive de autores como Sabel (1982, p. 133), que haviam empregado o conceito de economia moral no contexto

---

<sup>236</sup> “A pattern of economic exchange relations (...) enforced by institutional and/or spontaneous collective intervention that overrides what self-interest and market power alone would dictate”.

urbano-industrial, mas para se referir a trabalhadores imigrantes que projetavam na indústria seus valores rurais tradicionais:

Esse tipo de interpretação erra ao representar a raiva e a rebelião baseada em tradições de justiça como um atrito friccional gerado quando o capitalismo e o Estado Moderno “passam por cima” da sociedade tradicional. Na realidade, as instituições do capitalismo moderno estabelecem tradições normativas próprias em resposta adaptativa a expectativas e demandas dos assalariados. A violação de tradições modernas e suas consequências deveriam ser igualmente estudadas (SWENSON, 1989, p. 12, tradução livre)<sup>237</sup>.

Swenson destaca três fatores que podem constituir uma economia moral operária ou ao menos adquirir um tipo de "aura ética" nos locais de trabalho: determinadas relações entre trabalhadores e gerência, determinadas relações entre trabalhadores e máquinas, e determinadas relações entre tipos de trabalho e remuneração (SWENSON, 1989, p. 22). A respeito desta última, Swenson destaca que as economias morais determinam não apenas uma orientação distributiva entre capital e trabalho, mas também uma orientação quanto ao modo como os

---

<sup>237</sup> “This kind of interpretation errs in portraying anger and rebellion based in traditions of fairness as the peculiar frictional heat generated when capitalism and the modern state roll over traditional society. On the contrary, the institutions of modern capitalism establish normative traditions of their own in adaptive response to expectations and demands from wage earners. The violation of modern traditions and its consequences are equally worthy of inquiry”.



próprios salários são distribuídos entre os trabalhadores em função dos tipos de trabalho exercidos (SWENSON, 1989, p. 12), sendo o surgimento de desigualdades salariais numa firma, entre firmas ou entre indústrias um importante fator catalisador de greves (SWENSON, 1989, p. 17-8).

Em diálogo direto com Swenson, Richard Hyman ressaltou o modo como mesmo o “sindicalismo de negócios” norte-americano, com seu projeto de ser apenas um intermediário no mercado de trabalho capitalista em prol de seus associados (capaz de assegurar, pela “cartelização” da força de trabalho em uma categoria, que fosse obtida a maior *wage bill*<sup>238</sup> possível em uma determinada conjuntura econômica), foi obrigado em diversas situações a reverberar “economias morais” dos trabalhadores, inclusive em questões referentes ao exercício da autoridade nos locais de trabalho, uma vez que esses parâmetros econômico-morais eram veiculados pelos próprios trabalhadores, e também porque especialmente em conjunturas econômicas desfavoráveis, sob maior temor de desemprego, podia ser muito mais difícil iniciar e sustentar formas de ação grevista apenas pela evocação utilitária ao auto-interesse (HYMAN, 2001, p. 13ss.).

Em suma, novas economias morais nos locais de trabalho, não necessariamente amparadas diretamente em quaisquer

---

<sup>238</sup> Número de empregos multiplicado pelo valor individual dos salários.

sistemas normativos pré-capitalistas, foram inextricavelmente ligadas à atuação de sindicatos operários: a atuação dos sindicatos, tal como de outros atores políticos, ajudou a constitui-las e a defendê-las, mas mesmo no contexto de economias fordistas densamente reguladas os trabalhadores também podiam ser capazes de defender suas economias morais pela ação direta não-institucionalizada caso elas não fossem asseguradas pelas instituições vigentes. Essa ação direta podia aparecer na forma de pressão da base [*rank and file*] sobre os dirigentes sindicais, formando por exemplo conselhos de fábrica, ou então na forma de greves “selvagens”, desobediência e desafios diretos, por vezes até violentos e punitivos, às autoridades sindical e patronal, como também aconteceu em vários países da OCDE a partir do final da década de 1960 (ver, para os casos alemão e sueco, SWENSON, 1989, p. 71ss.; para o caso inglês, HYMAN, 1971, p. 32; ver, para o caso francês, a descrição de BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009 [1999], p. 204-207, 220).

### **Novas Economias Morais no Século XXI?**

O conceito de economia moral, como trabalhado pelos autores citados, permite tratar da importância que parâmetros morais de justiça e dignidade econômica, historicamente construídos, possuíram nas lutas de movimentos de trabalhadores. Como observa Swenson (1989), uma economia moral pode ser

defendida pela barganha coletiva de agentes institucionalizados como sindicatos e mesmo sistematizada nos códigos legais, mas também pode ser defendida por formas de ação direta não institucionalizada. Em todos os casos, podemos dizer que a reprodução de uma economia moral em um grupo de trabalhadores pressupõe a eficácia dos recursos de poder tradicionalmente utilizados em sua defesa. Em caso contrário, esta tende a se dissolver progressivamente, a se tornar cada vez mais um ideal distante e abstrato em indivíduos cada vez menos integrados.

O advento do neoliberalismo foi, especialmente no Norte Global, um profundo processo de desmanche de uma economia moral historicamente específica. Esse triunfo dos mercados desregulados sobre a economia moral fordista só foi possível porque determinadas transformações políticas e econômicas foram capazes de desorganizar e tornar ineficazes formas anteriores de resistência. Beverly Silver fez uma das mais célebres interpretações dessas transformações, ressaltando as estratégias de reestruturação capitalistas (mobilidade espacial, deslocamento para novos ramos produtivos, transformações tecnológicas-organizacionais e financeirização), que junto a repressão estatal e cooptação política conduziram a uma crise das formas anteriores de ação coletiva, crise esta que se refletiu numa queda acentuada da densidade sindical na maior parte do mundo (SILVER, 2005 [2003]).

O fato é que segundo alguns autores essas alterações produziram uma “nova classe” caracterizada pela ausência de uma identidade laboral e estabilidade ocupacional, condenada a baixos salários, condições de trabalho precárias e ausência de representação sindical. Standing (2014 [2011]) foi talvez o principal proponente dessa tese, e difusor da noção de “precariado”, identificado em seus distintos setores internos e em suas condições específicas de vida, caracterizadas pelo desmantelamento das formas basilares de segurança do sistema fordista. Braga (2012), em sua crítica a Standing, subverte a noção de precariado: para ele, o precariado não é uma “nova classe”, e sim os setores precários do proletariado, isto é, os estratos sociais associados à superpopulação relativa marxiana. As contribuições analíticas de Standing não são, assim, desprezadas, mas correspondem não a uma realidade social inteiramente nova e inevitável, e sim a um estrato social produzido em um contexto específico da acumulação capitalista: a superpopulação relativa no contexto pós-fordista. Braga se volta também, contrariando ímpetus da literatura europeia do precariado de concebê-lo apenas como um grupo tendencialmente sujeito a diversos tipos de demagogia (STANDING; CASTEL *apud* BRAGA, 2012, p. 16), ao estudo das formas de auto-organização política do precariado.

Curiosamente, em muitos aspectos as formas de ação coletiva do precariado contemporâneo lembram mais as da plebe

thompsoniana do que as do operariado fordista, uma vez que aquelas não têm sido incapazes de constituir vínculos organizativos formais duradouros ou formas estáveis de conflito institucionalizado. Não por acaso, diversos autores têm retomado o arcabouço conceitual thompsoniano para se referir a recentes ciclos urbanos de protestos protagonizados por trabalhadores precários. Ruy Braga usou o conceito para se referir a movimentos do precariado no Brasil, na África do Sul e em Portugal, notando paralelos diretos entre o contexto thompsoniano e o contexto contemporâneo a partir do enquadramento polanyiano de “ondas do mercadorização”:

Eu identifico um certo paralelo entre, por um lado, a práxis política das multidões insurgentes do século XVIII procurando defender sua subsistência evocando o direito à vida contra as ameaças da primeira onda de mercadorização mediante a imposição de regulações no preço dos grãos e, por outro lado, a práxis política do precariado insurgente nas primeiras décadas do século XXI procurando garantir sua sobrevivência dos efeitos negativos da "terceira onda de mercadorização" mediante a defesa de direitos sociais ameaçados pela implementação de políticas neoliberais. Ademais, no século XVIII, como no século XXI, o estado-nação aparece tanto como um instrumento da mercadorização quanto como o alvo das demandas relativas à reprodução da

economia moral (BRAGA, 2019, p. 486, tradução livre<sup>239</sup>).

Patel e McMichael (2009) empregaram o conceito thompsoniano diretamente para “motins da fome” que se espalharam por diversos países do Sul Global após a crise de 2008 e Frerichs (2016) para os protestos da “Primavera Árabe” no Egito, que tinha a ideia do pão no centro de sua constelação simbólica. Seria possível empregar esse conceito também para se referir a algumas das greves do precariado brasileiro em período recente?

### **Características da Onda Grevista no Brasil na década de 2010**

O começo da década de 2010 assistiu a importantes ondas de greves e outras formas de agitação trabalhista especialmente em vários países do Sul Global (NOWAK, 2019; SILVER, 2018). Para o caso brasileiro, os indicadores apresentados pelo Dieese (2019) são impactantes, denotando que a onda grevista que já vinha se desenvolvendo ao final da década de 2010 e ganha enorme impulso

---

<sup>239</sup> “I identify a certain parallel between, on one hand, the political praxis of the insurgent crowds of the eighteenth century seeking to defend their subsistence by invoking the right to life from the threats of the first wave of commodification by setting controls on the price of corn and, on the other, the political praxis of the insurgent precariat in the first decades of the twenty-first century seeking to ensure their survival from the harmful effects of the ‘third wave of commodification’ through the defence of social rights threatened by the implementation of neoliberal policies. Moreover, in the eighteenth century and the twenty-first century alike, the nation state appears as both an instrument of commodification and the final recipient of demands related to the reproduction of the moral economy”.

em 2013, mantendo-se em seu auge até 2016, é a maior e mais persistente da história do país, à frente mesmo das greves do final da década de 1980, no que se refere aos critérios de número de greves e horas paradas. No entanto, apesar de seu número muito maior, as greves realizadas a partir de 2013 são mais fragmentadas, envolvendo menor média de trabalhadores por greve, ainda que os relatórios do Dieese a esse respeito sejam incompletos<sup>240</sup>. Mas essa mudança de perfil das greves se relaciona ao fato de que quem as protagonizou foram os setores precários do proletariado brasileiro, com histórico muito baixo de associativismo sindical e pouco representado por organizações formais, com destaque para:

os terceirizados que atuam em empresas contratadas pelo setor privado – como vigilantes, recepcionistas e encarregados de limpeza – e os terceirizados de empresas contratadas pelo poder público, como trabalhadores em coleta de lixo e limpeza pública, rodoviários do transporte coletivo urbano, enfermeiros e outros profissionais das Organizações Sociais de Saúde – OSS (DIEESE, 2019, p. 26).

Essa onda grevista foi, além disso, extremamente vitoriosa *do ponto de vista econômico imediato*, a despeito da penúria associativa

---

<sup>240</sup> Sobretudo, há nos relatórios a partir do referente a 2016 uma acentuada queda na proporção de greves de que se sabe o número de trabalhadores envolvidos. Esses balanços estão compilados no site: <<https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121>>.

dessas categorias. Se entre 2007 e 2012 a taxa de atendimento parcial ou total das reivindicações em greves cujos resultados são conhecidos oscilou entre pouco mais de 60% e pouco mais de 70%, entre 2013 e 2016 atingiu-se o patamar de 80%, como pode-se conferir nos balanços do Dieese das greves entre 2007 e 2016, e apesar de uma simultânea redução da participação do judiciário na resolução dos conflitos<sup>241</sup>. A esses efeitos diretos, deve-se somar aqueles efeitos indiretos, isto é, possíveis concessões fruto do medo de deflagrações, e que são mais difíceis de mensurar<sup>242</sup>.

Trata-se de um nível de mobilização impressionante, embora esse maior atendimento das reivindicações se dê nos marcos de reivindicações mais “rebaixadas” - a partir de 2013, ganham importância as pautas descritas pelo Dieese como defensivas: inicialmente a acusação de direitos *historicamente descumpridos* nessas categorias trabalhistas, e a partir de 2015,

---

<sup>241</sup> Esses balanços estão compilados no site: <<https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121>>.

<sup>242</sup> Stein *et al* (2017, p. 606) afirmam que entre 2007 e 2011 a diferença salarial negativa entre trabalhadores terceirizados e não terceirizados para as mesmas funções estava aumentando, enquanto a partir de 2012 essas diferenças começam a diminuir. Seria um efeito das greves entre os trabalhadores terceirizados? De todo modo, o indicador salarial por si só pode ser insuficiente para tratar dos efeitos concretos da onda grevista nas categorias em questão, uma vez que, como vimos, as principais demandas apresentadas pelos grevistas não se concentram diretamente no problema do montante do salário. A análise dos impactos da onda grevista na categoria de conjunto deve ser uma questão adicional de nossa investigação, que não desenvolveremos aqui.



defesas de direitos de caráter mais imediatista, como lutas contra atrasos de salários e demissões (DIEESE, 2019).

Essa dinâmica de pautas se relaciona ao fato de que é possível identificar dois períodos nessa onda de greves: um primeiro, que tem seus primórdios no final da década de 2000 mas acelera enormemente a partir de 2013, se dá durante o “auge” político dos governos petistas, num contexto de baixíssimo desemprego e valorização real do salário mínimo, embora com os primeiros sinais de estagnação econômica no primeiro mandato de Dilma. Um segundo momento, a partir de 2015, é de rápida aceleração do desemprego, com a adesão de Dilma à agenda de austeridade fiscal, que foi mantida pelos governos Temer e Bolsonaro.

Apesar da inflexão desfavorável a partir de 2015, mesmo em 2015 e 2016 a realização de greves se mantém aproximadamente no "pico" de número de greves e horas paradas atingido em 2013, para começar a cair apenas em 2017 (e note-se que apenas em 2018 atingiu-se um patamar abaixo do de 2012 no que se refere ao número de horas paradas, e apenas em 2020 no que se refere ao número de ocorrências, sendo que em ambos esses indicadores o ano de 2012 já era expressivamente acima da média dos anos precedentes; ver DIEESE, 2021, pp. 32-33).

## Vigilantes e Trabalhadores de Limpeza: Características das Categorias e Suas Greves

Os vigilantes e os trabalhadores de limpeza são duas das categorias mencionadas pelo DIEESE como com destaque na mais recente onda grevista no país. Alguns elementos comuns dessas categorias podem ser destacados: baixa remuneração (excluídos supervisores e gerentes, a remuneração é em geral maior entre os vigilantes do que entre os trabalhadores de limpeza, mas ambas se localizam via de regra entre 1 e pouco mais de 2 salários mínimos)<sup>243</sup>; alta rotatividade; subcontratação (intensificada a partir

---

<sup>243</sup> No site <vagas.com.br> (consultas realizadas no dia 10/08/2021), o salário médio identificado para a vaga de “vigia” é de 1.358,00 reais; para “vigilante patrimonial”, é 1.619,00 reais. Para vigilância de segurança pessoal privada e vigilância de transporte de valores, o site indica remuneração maior, chegando a cerca de 2 salários mínimos de média, e com relevante expectativa de progressão em função do tempo de experiência (podendo chegar a mais de 3 salários mínimos). Segundo levantamento da FENAVIST de 2018, a remuneração média do conjunto dos trabalhadores desse ramo (presumivelmente incluindo supervisores, gerentes e coordenadores) era próxima de 2 salários mínimos, com cerca de 55% do total ganhando entre 2 e 3 salários mínimos e pouco mais de um terço do total ganhando até 2 salários mínimos. Esses trabalhadores dispõem legalmente, ainda, de adicional de periculosidade, segundo a lei 12.740/2012. No setor de limpeza, a média salarial dos auxiliares de limpeza é apontada pelo site como de 1.130,00 reais, quase idêntica à de auxiliares de serviços gerais. Para agentes de limpeza urbana como garis e varredores de rua, o site indica médias salariais mais elevadas, chegando a quase 1,5 salário mínimo, mas sem grande expectativa de progressão da renda por tempo de experiência, e dispondo em alguns casos de adicional de insalubridade. Os motoristas de coleta recebem um salário um pouco maior do que os garis (média de 1.732, podendo passar de dois salários mínimos, segundo o mesmo site), e podem ser ao mesmo tempo encarregados pela gerência de um tipo de autoridade de supervisão sobre os garis, como relatado por Santos *et al* (2009, p. 210); frequentemente, não são representados oficialmente pelo mesmo sindicato.

dos anos 2000, aumentando a insegurança e desestruturando os coletivos de trabalho<sup>244</sup>); e condições de trabalho degradantes e desprovidas de autonomia, com importante presença de adoecimento físico e mental, sobrecarga por contingente inadequado, desvio de função, horas extras irregulares, assédio moral, insuficiência de condições materiais de trabalho (locais inadequados para refeição, banheiros, etc.) e outros descumprimentos das cláusulas celetistas<sup>245</sup> (cf. SANTOS *et al*, 2009; VIEIRA *et al*, 2010; COELHO, 2012; GUNKEL, 2013). São, também, duas categorias que trabalham muitas vezes no mesmo espaço físico. Esses trabalhadores super-explorados e “desqualificados” podem ser entendidos como parte do “lado sombrio” da pujante economia de operadores financeiros e “producer services”, dominada por altos gerentes, profissionais de

---

<sup>244</sup> Um dos principais efeitos da terceirização, como relatam Santos *et al* (2009) é o uso de deslocamentos de trabalhadores entre regiões e equipes como forma de intimidá-los e desestruturar os coletivos de trabalho, que eram importantes recursos pelos quais os trabalhadores obtinham ajuda mútua e satisfação pessoal. No caso dos garis, os autores afirmam que isso se apresenta nos deslocamentos frequentes de trabalhadores entre “trechos”, o que também enfraquece a relação dos trabalhadores com as comunidades e priva-os de determinados saberes quanto aos trechos em que atuam há muito tempo (locais onde podem parar para tomar água e fazer suas necessidades fisiológicas, acidentes e inclinações das ruas, probabilidade de haver lixos com materiais cortantes, etc.).

<sup>245</sup> No caso dos vigilantes, Vieira *et al* (2010, pp. 49-50) mencionam ainda a frequente “dupla subordinação” desses trabalhadores, ilegal segundo a lei de terceirização: subordinação tanto aos supervisores e gerentes da agência contratada quanto ao quadro de funcionários da empresa contratante, sendo que por vezes as ordens provenientes desses dois âmbitos são contraditórias entre si, exigindo desses trabalhadores todo um “jogo de cintura”.

elevada qualificação, etc., mas cujos prédios exigem a constante presença de serviços de segurança e limpeza – aspecto esse que foi descrito por Sassen (1993 [1991], pp. 198-199) como parte uma nova dinâmica de polarização ocupacional nas emergentes “cidades globais”.

Essas categorias se diferenciam entre si em função da composição de sexo (bem mais marcadamente masculina entre os vigilantes<sup>246</sup>, mas bastante paritária entre os trabalhadores de limpeza<sup>247</sup>), da idade (um pouco mais jovem entre os trabalhadores de limpeza<sup>248</sup>) e o tipo de trabalho exercido – em que, no caso dos seguranças, há uma constante exposição à violência criminal como parte constitutiva da insegurança das relações de trabalho (VIEIRA *et al*, 2010, p. 44).

Os sindicatos dessas categorias são frequentemente pouco enraizados e mal avaliados por grande parte de sua base (VIEIRA *et al*, 2010, pp. 52-53; SANTOS *et al*, 2009, p. 211), e no caso da

---

<sup>246</sup> Em levantamento feito em 2019, 90,3% dos trabalhadores do setor de segurança privada no país eram do sexo masculino (FENAVIST, 2019, p. 66).

<sup>247</sup> Em pesquisa realizada em São Paulo em 2011, chegou-se ao dado de que entre os cerca de 100 mil trabalhadores de asseio e limpeza urbana do município de São Paulo havia uma quantidade paritária de trabalhadores homens e mulheres – a proporção de mulheres no setor de asseio e conservação (58,8%) era um pouco superior à masculina, mas era muito inferior nos setores (bem menos numerosos) de limpeza urbana (1,1%) e áreas verdes (9%) (DIEESE, 2011, p. 18).

<sup>248</sup> Na cidade de São Paulo, cerca de 65,8% dos trabalhadores desse setor têm menos de 40 anos (DIEESE, p. 19), porcentagem que é de apenas 53,9% entre os vigilantes (a nível nacional) (FENAVIST, p. 67).

região de nosso estudo (Matrometrópolis Paulista<sup>249</sup>), mantiveram mesmo após o forte movimento grevista suas direções tradicionais, ligadas à "direita" do movimento sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Força Sindical. É o caso, em geral, dos sindicatos mais importantes atuantes nessas categorias na região delimitada, vinculados à FEMACO (Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo; filiada à UGT) e à FETRAVESP (Federação dos Trabalhadores em Segurança e Vigilância Privada, Transporte de Valores, Similares e Afins do Estado de São Paulo; filiada à Força Sindical)<sup>250</sup>.

A histórica precariedade organizativa dessas categorias, e o que parece ser a persistência dessa precariedade mesmo após intensa atividade grevista, pode estar relacionada, dentre outros

---

<sup>249</sup> “Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo”, compreendendo a região de conurbação entre as regiões metropolitanas/aglomerações urbanas de Santos, São Paulo, São José dos Campos, Jundiaí, Sorocaba, Campinas, Bragança Paulista e Piracicaba

<sup>250</sup> Trabalhadores de edifícios e condomínios (como vigias, porteiros, zeladores ou trabalhadores de limpeza) que sejam diretamente contratados (isto é, sem a intermediação de empresas de segurança privada ou de limpeza) podem ser ligados a outros sindicatos e federações, como a FENATEC (Federação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios) em São Paulo, ligada à Força Sindical. Igualmente, em locais onde os serviços de limpeza urbana são desempenhados por empresas públicas, os trabalhadores podem ser organizados pelo sindicato dos funcionários públicos (é o caso dos trabalhadores de serviços gerais - vigilância e limpeza - dos estabelecimentos e vias públicas na cidade de Guarulhos, empregados concursados da estatal ProGuaru, e representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública - STAP - desse município).

elementos, a fatores “objetivos” de suas condições de vida: a grande rotatividade dos empregos; os frequentes deslocamentos de trabalhadores operados pelas empresas contratadas<sup>251</sup>; a desarticulação entre os trabalhadores subcontratados e os diretamente contratados, que dificulta formas tradicionais de sindicalismo industrial (MARCELINO, 2006); e o fato de que o sindicalismo por empresa também é dificultado, uma vez que caso trabalhadores de apenas uma empresa contratada específica se organizem fortemente, isso apenas levará as empresas contratantes a substituí-los gradualmente por trabalhadores de outras empresas, menos organizados (MILKMAN, 2006, p. 23)<sup>252</sup>. Isso não impede, contudo, que estudos identifiquem casos bem-sucedidos de

---

<sup>251</sup> A precariedade dessa condição deve ter aumentando com a regularização, na reforma trabalhista de 2018, do trabalho intermitente.

<sup>252</sup> Há um interessante paradoxo no fato de que embora operem em serviços essenciais (cuja paralisação implicaria enormes prejuízos econômicos e sociais), as empresas contratadas desses ramos têm margens de lucro muito apertadas (uma vez que são muito trabalho-intensivos, ocupando posições periféricas nas cadeias de valor). Isso se expressa no grande número de falências de empresas de serviços terceirizados (DIEESE, 2014, p. 21). Por isso, trabalhadores que se organizem fortemente em uma única empresa estarão, de certo modo, apenas acelerando a ruína desta e sua própria demissão! Trata-se de um motivo adicional de por que, como observado por Milkman (2006), a organização sindical consistente entre trabalhadores desse setor pressupõe a reedição de formas de sindicalismo de categoria (pois se os trabalhadores estiverem fortemente organizados em todas as empresas contratadas de um ramo, as empresas contratantes desse ramo terão de aceitar contratos mais onerosos com as empresas contratadas, dado que aquelas não podem prescindir dos serviços tão essenciais prestados por estas).

organização sindical de trabalhadores terceirizados (MILKMAN, 2006; MARCELINO, 2013).

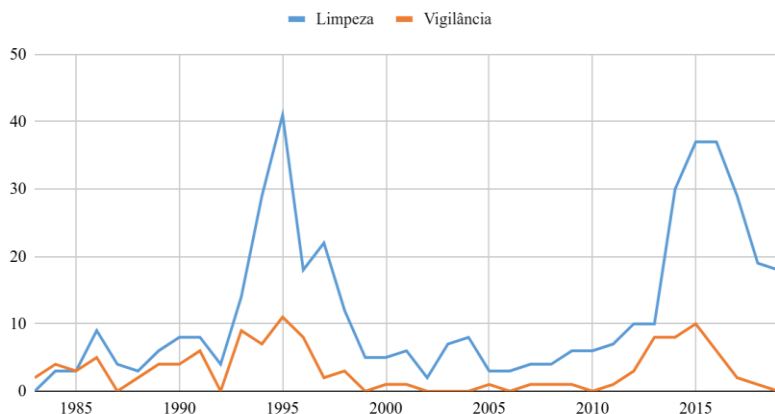
Rodrigo Linhares, coordenador do Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE, gentilmente nos cedeu o banco de dados das greves de trabalhadores dessas categorias até janeiro de 2020. Extraímos as frequências de greves de trabalhadores de limpeza (agrupados no banco de dados sob a rubrica “turismo e hospitalidade”) e trabalhadores de segurança (agrupados no banco de dados sob a rubrica “segurança e vigilância”), produzindo os seguintes gráficos, referentes respectivamente ao Brasil e à região delimitada para nosso estudo (Macrometrópole Paulista):

FIGURA 1: Número de Paralisações de Trabalhadores de Limpeza e Vigilância (Brasil, 1983-2019)



(Elaboração própria a partir do banco de dados SAG-DIEESE)

FIGURA 2: Número de Paralisações de Trabalhadores de Limpeza e Vigilância (Macrometrópole Paulista, 1983-2019)



(Elaboração própria a partir do banco de dados SAG-DIEESE)

Embora o número de ocorrências seja regularmente maior no setor de limpeza do que no de vigilância, ambos apresentam a partir de 2013 um salto relativamente análogo no número de paralisações. No entanto, enquanto a nível nacional esse salto é largamente sem precedentes, na região da Macrometrópole Paulista em particular houve um pico semelhante ao atual em meados da década de 1990 (1993-1996, no caso da limpeza incluindo também 1997). Um tema de investigação, portanto, será analisar em que medida essa experiência grevista anterior (bastante localizada) impactou a onda grevista que eclodiu cerca de 20 anos depois (que agora é parte de uma onda bem mais nacionalizada,



seja nessas duas categorias em específico, seja em outras categorias)<sup>253</sup>.

Além dessas greves, já pudemos identificar através de rápidas buscas on-line a realização de outras formas de mobilização dessas categorias, como atos de rua. Por fim, uma entrevista que realizamos em 2019 com dirigentes da FETRAVESP e do SEEVISP (sindicato dos vigilantes do município de São Paulo) nos alertou para a possibilidade de que mesmo o excelente levantamento do DIEESE, baseado na análise de publicações em mídias sindicais e convencionais, não tenha sido capaz de identificar algumas greves locais de pequena escala e curta duração. Greves desse tipo são chamadas pelos entrevistados “greves pipoca” ou “pinga-fogo”, e vivamente descritas:

Tivemos muitos movimentos, muitos protestos, muitas paralisações. Porque tem muita quebradeira de empresa, tem muita empresa que não cumpre a convenção coletiva, e com isso de não cumprir as convenções coletivas existe muitas paralisações, muitos movimentos paredistas. Não é, assim, uma greve geral da categoria,

---

<sup>253</sup> Uma provável explicação para essa onda grevista na primeira metade da década de 1990 é o avanço acelerado da terceirização nessas categorias nesse período. Essas categorias estiveram entre os primeiros alvos da rápida guinada pró-terceirização que passou a hegemonizar as doutrinas gerenciais no país a partir da década de 1990 (MARCELINO, 2013) - do ponto de vista jurídico, a terceirização dos serviços de vigilância e de trabalhos temporários foi legalizada pela súmula 256 do TST (1986), enquanto a terceirização de serviços de limpeza, junto a alguns outros segmentos, foi legalizada em 1993 pela súmula 331 (MARTINS e LEAL, 2020).

mas as greves que nós chamamos de “pinga-fogo”, as greves individualizadas: uma empresa porque deixou de cumprir isso, outra porque deixou de cumprir aquilo, então *por ter muitas empresas a gente tá sempre de greve. (...) Deu problema, “o pau-canta na cabeça”, que nem diz a linguagem popular (Dirigente sindical do setor de segurança privada, ligado à Força Sindical. Entrevista realizada no dia 03/06/2019)*

Trabalhador às vezes gosta de fazer movimento. Cê precisa ter cuidado é pra não levar o trabalhador a movimentos paredista que vai prejudicar ele. Mas o trabalhador gosta de fazer movimento, se deixar às vezes eles quer fazer movimento sozinho (...) teve aí na semana passada por exemplo, acho que foi semana passada. Uma empresa em que os trabalhadores pararam porque tava acontecendo um fato lá, aí depois que parou chamou o sindicato. Isso acontece, e aí cê tem que ir lá e dizer: ‘volta pro trabalho, nós vamos tirar uma comissão aqui pra negociar, porque senão vai dar ilegalidade aqui, vai ter problema’ *(Dirigente sindical do setor de segurança privada, ligado à Força Sindical. Entrevista realizada no dia 03/06/2019)*<sup>254</sup>.

## Nossa Hipótese

Seguindo a caracterização proposta por Swenson (1989) e Hyman (2001), “economias morais” são uma parte inerente da ação grevista; o tipo-ideal inteiramente utilitarista e individualista do “sindicalismo de negócios” jamais existiu em sua forma pura, e

---

<sup>254</sup> Essa paralisação mencionada pelo entrevistado, por exemplo, não consta no banco de dados do Dieese, que não registra nenhuma paralisação nesse setor no primeiro semestre de 2019 no estado de São Paulo.

se existisse não poderia durar por muito tempo. Mas o que incita particularmente nosso interesse no conceito de “economias morais” é que as greves como as que queremos estudar parecem sugerir com particular intensidade a presença de “economias morais”. Essas greves não foram iniciadas por sindicatos e nem produziram novos vínculos organizativos duráveis. Isso não impediu os trabalhadores, porém, de agir com grande unidade e regularidade em defesa de determinados parâmetros econômicos. Do ponto de vista de uma teoria meramente utilitarista e individualista da ação coletiva, seria impossível explicar esse comportamento<sup>255</sup>.

Apontar que as greves se iniciaram devido a uma conjuntura econômica favorável (2011-2014) ajuda a qualificar o problema, mas não o resolve. Primeiro, porque as greves continuaram por alguns anos mesmo após a rápida escalada do desemprego entre o final de 2014 e o começo de 2015. Mas sobretudo porque embora um maior poder de barganha no mercado de trabalho possa incentivar trabalhadores que

---

<sup>255</sup> Por que um indivíduo expor-se-ia aos riscos de se incorporar na ação coletiva sabendo que pode deixar os “outros” tomarem a frente e ainda assim dispor, depois, dos ganhos? Essa questão (“free-rider problem”) foi famosamente formulada por Olson (1971 [1965]), que argumentava que a única forma de contornar esse dilema para produzir formas consistentes de ação coletiva, nos marcos de uma teoria utilitarista da ação, seria instituindo organizações capazes de promover incentivos seletivos positivos e negativos sobre os indivíduos de modo a garantir a cooperação.

consideraram injustas suas condições de trabalho a iniciar greves (mesmo que eles não dispusessem de fortes vínculos associativos), seria necessário explicar por que eles as consideraram injustas, o que certamente não é um dado natural - tanto que, como observa Swenson (1989, p. 18), em situações de bonança geralmente os setores grevistas não são os mais beneficiados pela escassez de força de trabalho, e sim aqueles relativamente menos beneficiados, que se sentem injustiçados pela disparidade salarial crescente.

Tampouco bastaria indicar que o segundo momento dessa onda grevista (2015-2019) possuía pautas imediatistas e emergenciais para explica-lo em termos de ações de desespero. Esses trabalhadores (ameaçados de desemprego, com salários atrasados, etc.) provavelmente sentiam-se desesperados; mas que tenham convertido seu desespero, por alguns anos (sobretudo em 2015 e 2016, mas também em 2017, 2018 e sobretudo no caso dos trabalhadores de limpeza, também em 2019), em intensa ação coletiva é um fato que merece explicação. Também aqui, trata-se de entender como o desespero foi enquadrado e sentido como injustiça, indignidade, desrespeito.

Tudo indica que é necessário, para entender essas greves, perceber como os trabalhadores foram capazes de mobilizar ideias de justiça e de dever, portanto fenômenos da vida moral. Como e por que essas categorias, sem grande histórico associativo, foram capazes de converter algumas expectativas econômicas em regras

morais, passíveis de serem defendidas pela ação direta? E por que esses trabalhadores não constituíram outros vínculos organizativos duráveis, ou projetos classistas mais abrangentes capazes de incidir na arena política?

Nossa principal hipótese busca remeter essa nova economia moral, tanto quanto suas dificuldades para constituir novas formas de organização ou participação política, a determinadas transformações sociais ambíguas relacionadas ao lulismo. Em particular, valorizamos a tese de Pinheiro-Machado (2019), para quem o lulismo conduziu um projeto de “inclusão pelo consumo”: assegurou expressiva melhorias de qualidade de vida dos setores populares, porém ancorado em um projeto de governabilidade conciliatória que abdicou da pressão política organizada e da conscientização crítica dos setores populares. Resultaram, desse projeto de inclusão pelo consumo, efeitos ambíguos: o aprofundamento de uma lógica individualista e competitiva nos setores populares, por um lado, mas o aprofundamento de sua “auto-valorização”, por outro - ganhos de status associado ao consumo de itens de luxo, marcas, etc. Ao incorporar novas expectativas de ascensão social e novos patamares de consumo como aquilo que é seu por direito, os setores populares foram levados se engajar em formas de ação coletiva de diversas naturezas, das passeatas de 2013 aos “rolezinhos” (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Os movimentos dos setores populares durante o lulismo se definem portanto por essa ambiguidade fundamental, de certo modo uma lógica "esquizoide", entre um novo senso de dignidade capaz de conduzir à revolta e a formas explosivas de ação coletiva, mas a recusa individualista a organizações, a narrativas classistas, a discursos políticos associados tradicionalmente à esquerda, etc. Acreditamos que essa lógica pode ser, talvez, encontrada entre os grevistas que iremos analisar: uma nova economia moral se combina com a recusa a formas duráveis de organização, discursos classistas tradicionais, etc., e os mesmos atores envolvidos nessas greves podem provavelmente almejar a ascensão social individual, se tornar empresários, etc.

Em uma conversa com uma trabalhadora de limpeza envolvida na greve dos trabalhadores de serviços gerais da empresa ProGuaru, iniciada em 20/09/2021, cuja assembleia fomos acompanhar, ela destacou que muitos dos trabalhadores de limpeza (inclusive ela própria) fizeram cursos técnicos e tinham outros empregos. Ela destacou também que entre os jovens (inclusive seu filho) haviam muitos que cursavam faculdade ao mesmo tempo em que trabalhavam no setor, almejando uma futura mobilidade social. Essa aquisição de novas qualificações pelos trabalhadores precários, acelerada durante o período petista, pode ter contribuído igualmente para um senso de auto-valorização desses trabalhadores, que os levou a se indignar com o histórico

descumprimento de cláusulas celetistas. Mas, novamente, ao mesmo tempo em que essa realidade os impulsiona à ação coletiva em defesa de sua dignidade, os impulsiona a considerar seus empregos algo de temporário, e a almejar uma ascensão social individual.

O fato de que as pautas das greves tenham se alterado bruscamente com a brusca alteração no cenário econômico a partir de 2015, nesse caso, não muda o fato de que em ambos os momentos o que estaria em jogo seria um novo senso de dignidade e auto-valorização desses trabalhadores, que foi ferido pelos patrões.

### **Considerações Finais.**

À guisa de conclusão, cumpre ressaltar que não acreditamos que essa hipótese seja capaz de monopolizar a explicação. É, talvez, apenas um eixo explicativo importante a se desenvolver. Outras possíveis explicações para a formação da economia moral em questão podem ser encontradas, por exemplo, por esse setor ter sido possivelmente prejudicado por um aumento da disparidade salarial com relação a outras categorias, ou com relação aos contratados diretos, no momento de bonança econômica lulista – como falamos, Swenson (1989) destacava esse tipo de ocorrência. Pretendemos investigar esses dados salariais do período para ver se essa hipótese é robusta, e mediante as

entrevistas com os trabalhadores ver se ela de fato se confirma. Os dados de Stein *et al* (2017, p. 606) parecem reforçar essa hipótese quando indicam que houve um expressivo aumento da diferença salarial entre contratados diretos e terceirizados, em prol daqueles, entre 2007 e 2011, e a partir de 2012 essa disparidade começa a se reduzir.

Já as aparentes dificuldades de organização coletiva desses trabalhadores e sua aparente não adesão a visões classistas mais abrangentes provavelmente se derivam também de diversos outros fatores - dentre os quais as dificuldades “estruturais” para sua organização coletiva, num contexto de elevada rotatividade, são provavelmente importantes. Pretendemos, a partir do começo de 2022, submeter essas hipóteses ao trabalho de campo, baseado sobretudo em entrevistas semi-dirigidas (e também visitas a assembleias de greve, como já começamos a fazer).

Por fim, estamos conscientes que o uso de economia moral aqui proposto é duplamente uma expansão com relação ao conceito thompsoniano: primeiro, porque aplica-se a um contexto de relações de trabalho capitalistas avançadas, em que os sistemas normativos e axiológicos envolvidos não têm origem pré-capitalista (nesse sentido, nos aproximamos dos usos de Swenson, 1989, e Hyman, 2001). Em segundo lugar, porque dificilmente o que estamos chamando aqui de “economia moral” tem o mesmo nível de força e definição das economias morais seculares



estudadas por Thompson entre a plebe inglesa. De todo modo, acreditamos que o conceito, mesmo usado de modo “*latu sensu*”, possa ser útil para investigar a tensão entre a lógica mercantil e a retórica da dignidade, do auto-valor e da justiça.

## Referências

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Greve e a Ação Política [1975]. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 263-277.

BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, São Paulo, 1. ed., 2012.

BRAGA, Ruy. A Return of Class Struggle Without Class? Moral Economy and Popular Resistance in Brasil, South Africa and Portugal. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, p. 469-493, 2019.

COELHO, Margarida Martins. *Condições de trabalho e saúde ocupacional dos trabalhadores da limpeza urbana*. 2012. 108p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Saúde) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiana, 2012.

DIEESE. *Perfil dos Trabalhadores de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana em São Paulo*. SIEMACO, São Paulo, 2011.

DIEESE. *Terceirização e desenvolvimento: Uma conta que não fecha*. CUT, 2014.

DIEESE. Balanço das Greves de 2018. *Estudos e Pesquisas*, n. 89, 2019.

DIEESE Balanço das Greves de 2020. *Estudos e Pesquisas*, n. 99, 2021.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. Martins Fontes, 2015. [1893].

FENAVIST. *VI Estudo do Setor de Segurança Privada*, 2019.

FASSIN, Didier. Moral Economies Revisited. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 64, n. 6, p. 1237-1266, 2009.

FRERICHS, Sabine. Egypt's neoliberal reforms and the moral economy of bread: Sadat, Mubarak, Morsi. *Review of Radical Political Economics*, v. 48, n. 4, p. 610-632, 2016.

GUNKEL, Nicolas. Vigilantes denunciam condições de trabalho. *Jornal do Campus* [online]. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2013/06/vigilantes-reclamam-de-mas-condicoes-de-trabalho/>. Acesso em: 07 ago. 2021. Publicado em: 28 jun. 2013.

HYMAN, Richard. *Marxism and the sociology of trade unionism*. Pluto Press, 1971.

HYMAN, Richard. *Understanding European trade unionism: between market, class and society*. Sage, 2001.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *Trabalhadores terceirizados e luta sindical*. Editora Appris Ltda., 2013.

MARTINS, Gabriel Sad Salomão; LEAL, Ronan. *Terceirização: Breve histórico e evolução no que tange à atividade-fim e o poder diretivo do contratante*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/319128/terceirizacao--breve-historico-e-evolucao-no-que-tange-a-atividade-fim-e-o-poder-diretivo-do-contratante>. Postado em: 27 jan. 2020.

MILKMAN, Ruth. *L.A. Story: immigrant workers and the future of the U.S. labor movement*. 1. ed. New York: Russell Sage Foundation, 2006.

MILKMAN, Ruth. *Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India: Popular Mobilization in the Long Depression*. 1 ed. London: Palgrave MacMillan, 2019.

SANTOS, Marcelo Cristiano de Oliveira *et al.* Desregulamentação do trabalho e desregulação da atividade: o caso da terceirização da limpeza urbana e o trabalho dos garis. *Production*, v. 19, p. 202-213, 2009.

SASSEN, Saskia. A Cidade Global [1991]. In.: LAVINAS, Lena *et al.* *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. Editora Hucitec, 1993. p. 187-202.

SILVER, Beverly. *As forças do trabalho* [2003]. Editora Boitempo. São Paulo, 2005.

SILVER, Beverly. *A New Global Tide of Rising Social Protest? The Early Twenty-first Century in World Historical Perspective*. Paper presented at the Eastern Sociological Society Annual Meeting (as part of Mini-conference on Globalization in Uncertain Times). Baltimore, MD, February 22-25, 2018

STANDING, Guy. *O Precariado: A Nova Classe Perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2014 [2011].

STEIN, Guilherme; ZYLBERSTAJN, Eduardo; ZYLBERSTAJN, Hélio. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 47, p. 587-612, 2017.

SWENSON, Peter. *Fair Shares: Unions, Pay and Politics in Sweden and West Germany*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action: Public goods and the theory of groups* [1965]. Harvard University Press, 1971.

PATEL, Raj; MCMICHAEL, Philip. A political economy of the food riot. *Review*, 32, p. 9-35. 2009.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Planeta Estratégia, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. *The Making of The English Working Class*. 2. ed. New York: Pantheon Books, 1964. [1963].

THOMPSON, Edward Palmer. A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII [1971]. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. p. 150-202.

THOMPSON, Edward Palmer. A Economia Moral Revisitada [1991]. In.: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b. p. 203-266.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; LIMA, Francisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *O cotidiano dos vigilantes: trabalho, saúde e adoecimento*. Belo Horizonte, MF: Fumarc, 2010.

# Dinâmicas da ação coletiva na relação entre sindicato e trabalhadores(as): as greves de ônibus de 2013 e 2014 na cidade do Rio de Janeiro

*Carlos Takashi Jardim da Silveira (PPGS/USP)<sup>256</sup>*

**Resumo:** esse trabalho trata das dinâmicas de ação coletiva na relação entre sindicato e trabalhadores(as) através do estudo de caso das greves dos(as) rodoviários(as) cariocas de 2013 e 2014 e seus desdobramentos. Objetiva-se contribuir com o debate sobre o papel que os sindicatos tem exercido, desde a última década, de organizar e conduzir a conflitividade na sociedade brasileira. Foram feitas entrevistas semiestruturadas e análise de dados qualitativos coletados em matérias de jornal. O trabalho aponta limites da forma de organização sindicato na condução da conflitividade que emerge nas relações e ambientes de trabalho, mas indica que o sindicato continua exercendo um papel importante.

**Palavras-chave:** ação coletiva; sindicato; trabalhador; rodoviário; Rio de Janeiro

---

<sup>256</sup> Doutorando no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <https://orcid.org/0000-0003-3068-8216>. [carlostakashi@usp.br](mailto:carlostakashi@usp.br)

## Introdução

Antes e depois das grandes manifestações de rua de junho de 2013, mais especificamente, no início de março de 2013 e em maio de 2014, a cidade do Rio de Janeiro passou por duas grandes greves de ônibus que paralisaram por dias a rotina de milhões de cariocas, perturbando não somente os empresários do transporte por ônibus e seu sindicato patronal, o Rio Ônibus, mas também a população da cidade e os poderes públicos municipal, estadual e mesmo federal. Tendo sido provavelmente a maior greve da história do movimento sindical rodoviário carioca, a greve de maio de 2014 singularizou-se, mais do que pelo seu tamanho, por ter sido organizada por fora do sindicato e por ter contado com um uso do *repertório de confronto* relativamente inovador para o arranjo de atores envolvidos nos eventos contenciosos da greve.

Nesse trabalho discutir-se-á as dinâmicas de ação coletiva na relação entre sindicato e trabalhadores(as) através do estudo de caso dessas greves de rodoviários(as) cariocas de 2013 e 2014 e seus desdobramentos. Objetiva-se assim contribuir com a compreensão dos processos de organização e mobilização de trabalhadores(as) na última década e contribuir com o debate acerca dos modos pelos quais os sindicatos tem exercido - ou não - seu papel de organizar e conduzir a conflitividade na sociedade brasileira. (BRAGA; SANTANA, 2015).

Para atingir esses objetivos, esse trabalho emprega os conceitos de Charles Tilly (2004; 2009) e Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2004; 2009) de *repertório de confronto* e *performances políticas*, bem como a noção de Sidney Tarrow (2009) de tática. Por *repertório de confronto* denota-se aqui um conjunto amplo, mas limitado de tipos<sup>257</sup> de *performances políticas* – ou, segundo Tarrow (op. cit.), de táticas – ao qual diversos atores recorrem para interagirem contenciosamente. *Performances políticas*, por sua vez, são ações públicas apresentadas por uma coletividade – em interação com seu par antagônico – com os objetivos de marcar suas demandas às autoridades e de gerar e manter adeptos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). A diferença entre esse conceito e o da noção de tática é de ênfase: enquanto o primeiro valoriza a dimensão expressiva, cultural da ação coletiva, o segundo prioriza a dimensão estratégica. Assim, nesse trabalho ora emprega-se *performance política*, ora emprega-se a noção de tática, a depender do que se quer chamar atenção em cada momento.

Em relação às técnicas de pesquisa empregadas, realizou-se primeiramente entrevistas semiestruturadas em profundidade com uma líder, três participantes e dois então diretores do sindicato

---

<sup>257</sup> Segundo Tilly (2008), tais tipos de performances políticas podem ser identificados através da análise das ações coletivas de diversos eventos contenciosos no decorrer de um longo período de tempo. Para mais, ver o capítulo 2, “How to detect and describe performances and repertoires”, de Tilly (2008, p. 62-87).

da categoria em 2013 e 2014.<sup>258</sup> Em seguida, selecionou-se 42 matérias jornalísticas no portal de notícias G1 com informações de eventos relacionados a essas greves.<sup>259</sup> Então, codificou-se os dados coletados segundo variáveis criadas para identificar e sumarizar esses eventos, tais como o nome do evento e o tipo de *performance política* predominante, a data, o local, a duração, o tamanho, a forma de convocação, os atores envolvidos, as pautas, detalhes sobre as *performances políticas* e informações sobre conflitos durante os eventos. A partir disso, construiu-se uma narrativa dos processos de organização e mobilização das greves de 2013 e 2014, bem como de alguns de seus desdobramentos, sobre a qual reflexões mais gerais acerca das dinâmicas de ação coletiva na relação entre sindicato e trabalhadores(as) foram feitas.

Esse trabalho é uma adaptação de um produto do projeto de pesquisa “Formas e dinâmicas da ação coletiva no Brasil recente: tensão criativa e inovações táticas na relação juventude trabalhadora e sindicatos”, coordenado pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Santana, financiado pelo Edital Universal-CNPQ-2019/2020, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos

---

<sup>258</sup> São eles(as): a cobradora Maura, líder das greves de 2013 e 2014; os motoristas aqui nomeados ficcionalmente de Júlio, Renato e Henrique; e os então diretores do Sintraturb-Rio Bustamante e Crespo.

<sup>259</sup> Para efetuar a pesquisa no portal de notícias G1, foram selecionados os períodos de 01/02/2013 a 31/03/2013 e 01/03/2014 a 31/06/2014 e as palavras-chave “greve”, “ônibus” e “Rio de Janeiro”.



Trabalho e Sociedade (NETS-UFRJ). A estrutura do texto aqui apresentado é composta por essa introdução, seguida de duas seções com a exposição do estudo de caso, sendo uma delas sobre a greve dos(as) rodoviários(as) cariocas de 2013 e a outra sobre a greve de 2014, e, por fim, algumas considerações sobre os desdobramentos dessas greves e reflexões finais.

### **A greve dos(as) rodoviários(as) cariocas de 2013**

Os eventos que compõem a greve dos(as) rodoviários(as) cariocas de 2013 ocorreram entre os dias 28 de fevereiro e 3 de março de 2013, de quinta-feira a domingo. Na quinta-feira, dia 28, foi feita a assembleia que decretou greve por tempo indeterminado a partir das 00h do dia primeiro de março e, logo em seguida, foi realizado um ato com bloqueio de pistas da Avenida Brasil. Na sexta-feira, principal dia de paralisação, muitos piquetes em garagens de empresas do setor, quebra de ônibus e bloqueios de vias foram promovidos como táticas da greve. Ademais, também na sexta outra assembleia foi realizada e nela deliberou-se que a greve continuaria até segunda, 4 de março. No sábado, mais ações de piquetes, de quebra de ônibus e de bloqueios foram executadas, embora em menor número, e uma reunião da diretoria do Sintraturb-Rio foi feita. Por fim, no domingo de manhã, realizou-se a assembleia que deliberou pelo fim da greve e aprovação de um acordo com o sindicato patronal Rio Ônibus.

Essa sucessão de eventos – contenciosos e não contenciosos – aconteceu em um contexto de recém refundação do sindicato dos(as) rodoviários(as) do segmento de ônibus urbano da capital fluminense. Em 2013, pela primeira vez, esse novo sindicato passou a ser o representante legítimo da categoria nas negociações anuais com o sindicato patronal, o Rio Ônibus<sup>260</sup>. Além disso, enquanto sindicato nascente, uma nova direção se constituiu a partir do grupo que liderou o movimento de fundação do Sintraturb-Rio, mas com abertura a novos e novas militantes sindicais. Foi nesse contexto que a cobradora Maura, que tinha pouca experiência como militante e nunca havia participado de um sindicato antes, foi convidada para integrar a direção do Sintraturb-Rio, como suplente na direção executiva.

Conforme relata, em uma das primeiras reuniões de diretoria a que foi<sup>261</sup>, debateu-se sobre qual seria a melhor data para a realização de uma segunda assembleia da categoria, na qual seria decidido se o sindicato aceitaria uma proposta de convenção coletiva para 2013/2014 negociada com o Rio Ônibus ou não. Maura e o então diretor do sindicato Bustamante narram que naquela reunião de diretoria havia divergências não só sobre a

---

<sup>260</sup> Na cidade do Rio de Janeiro, todos os serviços de transporte coletivo de passageiros são privados. A prefeitura apenas regulamenta e fiscaliza a prestação do serviço de transporte por ônibus, que se dá por meio de contratos de concessão. Para mais, ver Matela (2014) ou então Silveira (2018).

<sup>261</sup> Em janeiro ou fevereiro de 2013.

realização de uma greve, mas também sobre a possibilidade de que ela ocorresse justamente no dia primeiro de março, data em que a cidade do Rio de Janeiro faria 448 anos e a então presidente Dilma Roussef viria à cidade. A posição majoritária da diretoria era contrária à greve, especialmente se fosse no dia primeiro de março e pudesse estremecer as relações do novo sindicato com o poder público. Apesar disso, Maura conta que o vice presidente do Sintraturb-Rio Sebastião José propôs o dia 28 de fevereiro como data da assembleia, possibilitando que uma greve fosse puxada justamente para o dia em que a presidente estaria na cidade.

Tendo sido decididos a data e o local da assembleia, no caso o Guadalupe Country Club, em frente a importante Avenida Brasil, Maura e motoristas próximos a ela começaram a espalhar que no dia primeiro de março os(as) rodoviários(as) cariocas iam entrar em greve para conseguir um bom acordo coletivo para a categoria e que a assembleia do sindicato que iria decidir isso seria no dia 28 de fevereiro. Nesse contexto de grandes expectativas com o novo sindicato, esse apelo à greve, difundido a partir de comunicação direta nos locais de trabalho, e as idas combinadas de colegas de trabalho para a assembleia após seus expedientes, lograram encher a assembleia do dia 28 de fevereiro com milhares de participantes.

A elevada quantidade de participantes na assembleia de 28 de fevereiro e a animosidade da maioria presente por decretar greve

imediatamente fez com que a direção sindical acatasse a reivindicação até, pelo menos, o início da tarde do dia seguinte, quando uma nova assembleia deliberaria sobre a continuidade ou término da paralisação. Com exceção de Maura e outro diretor, dirigentes do Sintraturb-Rio tentaram convencer na assembleia os(as) milhares de rodoviários(as) ávidos(as) pela greve se não a aprovar a proposta de acordo coletivo negociada com o Rio Ônibus, então a adiar a realização da greve para segunda-feira, dia 4. Maura narra que ficou do lado de fora boa parte da assembleia e que dentro do clube imperava um clima de tensão e conflito entre os(as) rodoviários(as) da base da categoria, que estavam no nível do chão do clube, e os(as) dirigentes sindicais em cima do palco. Cadeiras de plástico foram usadas para ameaçar os(as) dirigentes a aprovarem a greve. A porta principal do clube foi arrombada por um grupo de rodoviários e mais incontáveis trabalhadores(as) adentraram a assembleia gritando “é greve, é greve, é greve”. Só então, segundo Maura, a direção decretou greve.

As principais pautas do movimento eram aumento salarial, aumento do valor da cesta básica e fim da dupla função. No entanto, é pertinente pontuar que, como se tratava da primeira negociação coletiva de um sindicato recém-criado com a promessa de recuperar perdas de uma década passada, outras pautas – como o fim do banco de horas e a redução da jornada de trabalho – apareceram e os aumentos desejados pelos(as) rodoviários(as) da

base da categoria foram maiores do que os propostos pela direção sindical inicialmente - e mesmo do que os reivindicados oficialmente pelo próprio sindicato.

Deste modo, a proposta negociada com o Rio Ônibus, que fora recusada na assembleia, oferecia 8% de aumento salarial. Em matérias jornalísticas do portal de notícias G1, informava-se que uma das principais reivindicações da greve era 15% de aumento salarial, contra os 8% oferecidos pelas empresas (THUM, 2013; EFE, 2013). Porém, também noticiava-se que os grevistas reivindicavam 23%, enquanto a direção do Sintraturb-Rio acenava para um acordo a 15% (G1 RIO, 2013a). Seja quais tenham sido os percentuais de aumento reivindicados, importa destacar aqui a divergência – e o conflito decorrente - entre a lógica pragmática da negociação que orientava a direção sindical e o desejo intenso de lidar e/ou resolver diversos sofrimentos que moviam os(as) rodoviários(as) pró-greve.

Assim que a greve foi decretada na assembleia, os(as) rodoviários(as) presentes foram para a Avenida Brasil e fizeram um ato bloqueando metade da pista lateral sentido Zona Oeste (G1 RIO, 2013b). No dia seguinte, diversos eventos contenciosos relacionados à greve foram promovidos. Pelas matérias do portal de notícias G1 Rio analisadas e pelos depoimentos coletados em entrevistas, a principal tática adotada pelo movimento grevista em 2013 foi a de quebrar ônibus para impedir sua circulação. Durante

a madrugada do dia primeiro de março, na Zona Oeste, grevistas adotaram essa tática arremessando pedras contra ônibus alimentadores do BRT<sup>262</sup> na saída de suas garagens visando impedir que seus motoristas transportassem os passageiros dos bairros até as estações do BRT (G1 RIO, 2013c). Também adotando a tática de quebrar ônibus, mas atuando em pontos estratégicos dos trajetos das linhas de ônibus, grupos formados por dezenas de grevistas, chamados de “bondes”, organizaram-se em carros próprios e dividindo as despesas da gasolina e da alimentação, passaram o dia juntos impedindo a circulação de ônibus pela cidade.

Essa solidariedade e união entre os grevistas, expressa no compartilhamento de bens próprios, espaço e dinheiro para as despesas necessárias para a realização da atividade grevista, era relevante não apenas para viabilizar materialmente as ações dos bondes, mas também para garantir a segurança dos(as) grevistas, especialmente por estarem adotando uma tática violenta que gerava conflitos com os “fura greves”, policiais, milicianos e “bandidos”.

---

<sup>262</sup> Os Transportes Rápido por Ônibus (BRT) “são sistemas tronco-alimentadores, constituídos por vias segregadas do tráfego geral, com prioridade de circulação em intersecções viárias, operados por ônibus articulados de alta capacidade, planejados para atender uma demanda de passageiros elevada, com estações especiais que permitem rápido embarque e desembarque de passageiros e com pagamento de tarifa fora dos veículos.” (MATELA, 2014, p. 88).

Contudo, essas táticas de quebrar ônibus não foram as únicas praticadas pelo movimento grevista em 2013. Realizaram-se também ações de bloqueio de vias, em especial da Avenida Brasil, ao menos em dois pontos diferentes. Valendo-se desse conjunto de táticas, o movimento grevista de 2013 paralisou na manhã de sexta-feira, dia primeiro de março, cerca de 80% da frota dos ônibus da cidade, segundo estimativas do Rio Ônibus (SOARES, 2013a). 1,5 milhão de passageiros foram afetados, mais de 100 escolas e creches tiveram suas aulas suspensas, os outros modos de transporte coletivo sobrecarregaram (metrô, trem e vans), o preço das tarifas das vans explodiu, os congestionamentos aumentaram - em função da elevação da quantidade de carros particulares circulando - e o comércio abriu mais tarde (EFE, 2013; G1 RIO, 2013d; 2013e; 2013f; 2013g)

Já no primeiro dia de paralisação, a Prefeitura do Rio e o Rio Ônibus - e mesmo a Imprensa com um bombardeio de notícias negativas da greve - passaram a pressionar pelo encerramento da greve. O Rio Ônibus entrou com uma ação na Justiça solicitando que a greve fosse considerada ilegal e, já no final do mesmo dia, uma desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu que 80% da frota deveria voltar a circular sob pena de uma multa diária de R\$200 mil ao Sintraturb-Rio e crime de desobediência em caso de descumprimento (THUM, 2013).

Diante disso e da queda das atividades grevistas no segundo dia de paralisação, a diretoria do sindicato reuniu-se no sábado e decidiu antecipar a assembleia marcada de segunda, dia 4 de março, para domingo, dia 3 de março. Segundo Maura, a assembleia estava marcada para às 10h da manhã, mas começou mais cedo e não contou com a participação de muitos rodoviários(as), como foram os casos das assembleias de quinta e sexta. Deliberou-se, por fim, o encerramento da greve e um acordo com o Rio Ônibus, que previu 10% de aumento salarial, entre outros pontos.

Nas avaliações de Bustamante e Crespo, em termos desse acordo fechado com o sindicato patronal, a greve de 2013 foi positiva. Ademais, Crespo exalta como nesse movimento grevista “o rodoviário se identificou com o sindicato”. Por sua vez, Bustamante comenta que o sindicato tinha construído anteriormente à greve uma boa relação com atores dos poderes judiciário e “político”, incluindo com partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), do qual a então presidente fazia parte, e que a greve de 2013 afastou o sindicato desses atores. Por último, devido à forma como a greve foi encerrada no domingo, 3 de março, ficou um sentimento de revolta entre os(as) rodoviários(as) grevistas, sentimento este que explodiu contra o sindicato no movimento grevista do ano seguinte.



## **A greve dos(as) rodoviários(as) cariocas de 2014**

Diferentemente da greve de 2013, cujos eventos que a constituíram ocorreram de modo contínuo em uma sucessão de eventos, a greve de 2014 ocorreu de forma fracionada no tempo, em três principais blocos de eventos distribuídos ao longo do mês de maio do mesmo ano. O primeiro deles teve como marco inicial a reunião na Praça da Candelária e a subsequente passeata até a Cinelândia, na quarta-feira, dia 7 de maio de 2014, contou com diversas ações grevistas na “paralisação de advertência” de 24h do dia seguinte e se encerrou na sexta-feira, 9 de maio, com uma passeata no Centro até o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a realização de uma reunião dos(as) grevistas com o procurador-geral. O segundo bloco de eventos iniciou-se na segunda-feira, dia 12 de maio de 2014, com a consecução de uma audiência de conciliação no TRT que fracassou em seus objetivos, uma assembleia pública que decretou greve por 48h e uma passeata de mobilização. Nos dias 13 e 14 de maio, novas ações grevistas foram feitas, e, apesar de finda a paralisação à meia-noite do dia 14 de maio, uma nova assembleia pública ocorreu no dia 15 de maio. Por fim, o último bloco de eventos da greve começou na terça-feira, 27 de maio de 2014, com a sucessão de uma reunião dos(as) grevistas com o MPT, uma assembleia pública e uma passeata com bloqueio da Avenida Presidente Vargas, e terminou com a paralisação de 24h da quarta-feira, 28 de maio de 2014.

Provavelmente a maior das greves realizadas pelos(as) rodoviários(as) cariocas em sua história, a greve de maio de 2014 contou com quatro dias de paralisações – três deles interrompendo a rotina da cidade -, ao menos quatro assembleias públicas e três passeatas. Como será visto, comparativamente a 2013, em 2014 o uso do *repertório de confronto* pelo movimento grevista foi ampliado em seu escopo e outras *performances políticas* - ou o que estávamos chamando de táticas – foram executadas. Associados a essa alteração, outros atores entraram em cena, os polos de conflitos se alteraram e complexificaram – tendo como principal mudança a passagem do movimento grevista e do Sintraturb-Rio para polos opostos – e o processo de gestação e organização da greve foi diferente.

Em 2014, segundo o então diretor Bustamante, a direção viu que meramente através de negociações com o sindicato patronal, ou seja, sem fazer greve alguma, era possível obter mais 10% de aumento salarial, elevar o ticket alimentação e manter as cláusulas sociais. Avaliando positivamente um acordo nesses termos, a direção do Sintraturb-Rio fechou posição de defender e aprovar essa proposta em assembleia para assinar o acordo. Maura e Simonide, ainda diretores sindicais no período, opuseram-se e desacataram essa deliberação ao passarem a defender publicamente em assembleia outra proposta de pauta, sendo, por isso, expulsos da direção sindical.

Assim, depois de certas disputas no âmbito da assembleia, a direção sindical conseguiu convencer a maioria dos(as) presentes a aprovar uma pauta de negociação e seguir para as reuniões com o Rio Ônibus. Contudo, segundo seu relato, logo após o término da assembleia, Maura explicou para seus colegas pontos problemáticos na pauta. Frente a essa confusão no processo de definição da pauta de negociação de 2014, alguns(mas) rodoviários(as) se sentiram enganados pela direção do sindicato. Ademais, pouco tempo depois, o Sintraturb-Rio assinou a convenção coletiva 2014/2015 com o Rio Ônibus definindo novos 10% de aumento salarial, aumento do ticket alimentação de R\$100 para R\$150, entre outros tópicos.

Em resposta, Maura e um grupo pequeno de rodoviários(as) passaram a se reunir em um shopping para discutir o que fazer. Entre os que compareceram, estava Hélio, um motorista que havia trabalhado e participado de uma ação coletiva contenciosa com Maura anos antes e que já nas assembleias mencionadas havia atuado junto a ela. Nessa reunião, decidiram organizar uma reunião de rodoviários(as) na Praça da Candelária e uma possível passeata até a Cinelândia no dia 7 de maio de 2014. Para realizar a convocação, Maura e Hélio decidiram fazer “mosquitinhos” – pequenos panfletos – chamando os(as) rodoviários(as) para a reunião – mas sem mencionar a passeata - e

distribuí-los com a ajuda de colegas e com recursos de aliados<sup>263</sup> em pontos e terminais de ônibus para outros(as) rodoviários(as). Conforme narra, ao distribuírem a primeira leva de “mosquitinhos”, alguns motoristas passaram a reproduzir o material, estendendo o alcance da convocatória.

No dia 7 de maio de 2014, de baixo de chuva, contando apenas com uma única faixa e um improvisado carro de som, centenas de rodoviários(as) – 300 segundo matéria do portal de notícias G1 (PASSARINHO, Natália 2014) e 500 segundo Maura – compareceram à “reunião” convocada na Praça da Candelária. Em função da pouca experiência ativista dos(as) organizadores(as), não se sabia ao certo como tal evento seria conduzido. Na prática, a *performance política* executada foi um misto de reunião pública com protesto e passeata pacíficos. Os(as) rodoviários(as) gritaram as palavras de ordem “Fim da dupla função!” e “Dirigir e cobrar não!”, como relatado pelo motorista participante Henrique<sup>264</sup>, seguraram a única faixa trazida, fizeram falas ao microfone, marcharam pelas ruas interditando o trânsito e até cantaram rap.

Durante o primeiro momento de “reunião”, as centenas de rodoviários(as) presentes deliberaram que fariam uma greve contra

---

<sup>263</sup> Segundo depoimento de Hélio para uma matéria do portal de notícias G1 Rio, eles(as) contaram com ajuda do Sindicato dos Petroleiros, do Sindicato dos Comerciantes de Nova Iguaçu e da CPS Conlutas (JORNAL NACIONAL, 2014).

<sup>264</sup> Nome fictício criado para preservar a privacidade do entrevistado.

o acordo fechado pelo Sintraturb-Rio com o Rio Ônibus – e mesmo contra a direção do Sintraturb-Rio - e por 40% de aumento salarial, R\$400 de ticket alimentação e pelo fim da dupla função. Começariam a greve com uma paralisação de advertência de 24h já a partir da 00h do dia seguinte. Tomada essa decisão, iniciara-se por fora do sindicato, com uma assembleia pública e uma passeata no centro direcionada não às empresas de ônibus simplesmente, mas ao poder público municipal e à sociedade civil carioca em geral, a greve dos(as) rodoviários(as) cariocas de maio de 2014.

No dia seguinte, 8 de maio de 2014, a cidade do Rio de Janeiro amanheceu quase sem ônibus circulando. Os(as) grevistas adotaram como táticas novamente as ações de quebrar ônibus – na saída das garagens e nas vias de linhas importantes – e os bloqueios de avenidas importantes, como a Avenida Brasil. Bloquearam essas avenidas usando os próprios corpos ou então queimando objetos no meio da avenida. Além disso, diversas performances de piquetes em portas de garagens foram realizadas.

Nesse primeiro dia de paralisação, segundo o Rio Ônibus, a greve fez com que menos de 30% dos ônibus da cidade circulassem. Além disso, 531 veículos foram quebrados, mais do que o triplo da greve de 2013 (G1 RIO, 2014a). Diversos conflitos ocorreram nesse dia: entre grevistas e “seguranças” das empresas nas portas das garagens – que, como mencionado anteriormente, poderiam ser milicianos, policiais ou “bandidos” -, o que rendeu

10 feridos (JORNAL NACIONAL, 2014); entre grevistas adeptos da tática de quebrar ônibus e grevistas contra a violência; entre grevistas e não grevistas (“fura greves”); entre o movimento grevista e os poderes públicos municipal, estadual e federal<sup>265</sup>; entre a Prefeitura e as empresas de ônibus; e, por último, entre o movimento grevista e o sindicato da categoria, o Sintraturb-Rio.

Após a paralisação do dia 8 de maio, o movimento grevista realizou na sexta-feira, 9 de maio, uma passeata à tarde no Centro da cidade, que interditou a Avenida Rio Branco por uma hora, até o Ministério Público do Trabalho. Segundo matéria do G1 Rio (2014a), cerca de 600 motoristas e cobradores(as) participaram do ato. Maura conta que devido ao sucesso da primeira passeata realizada dois dias antes, na segunda passeata partidários do PSTU compareceram ao ato e ajudaram com a organização, as palavras de ordem e as falas. Além disso, Henrique narra que dessa vez cartazes e faixas foram feitos pelos(as) grevistas e levados(as) à passeata, conferindo a esta uma feição mais típica dessa forma de *performance*. Um elemento curioso introduzido nesse movimento – tomado de empréstimo de *performances* similares em circulação – foi

---

<sup>265</sup> Nesse dia, não somente o então prefeito Eduardo Paes criticou e criminalizou o movimento grevista, mas também o governador do estado do Rio de Janeiro Luis Fernando Pezão e o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo (PASSARINHO, Natália, 2014).

o “bataque”, o uso de instrumentos percussivos para agitar a passeata.

Esse primeiro bloco de eventos contenciosos da greve de maio de 2014 terminou com os(as) líderes grevistas – Maura e Hélio – e vários(as) outros(as) rodoviários(as) apresentando suas queixas ao MPT e entregando um relatório com inúmeras irregularidades cometidas pelas empresas de ônibus e também pelo sindicato. Acreditava-se que a via judicial aliada às ações coletivas contenciosas grevistas poderia levar o movimento a atingir seus objetivos. De fato, o MPT se comprometeu a investigar e abriu um processo envolvendo o Rio Ônibus e o Sintraturb-Rio.

Seguindo essa via jurídico-política, uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho foi convocada e realizada no dia 12 de maio entre o movimento grevista, o Sintraturb-Rio e o Rio Ônibus. Sem chegar a nenhum acordo entre as partes na audiência, o movimento grevista promoveu uma assembleia pública na rua em frente ao TRT e deliberou novamente por uma paralisação, só que desta vez de 48 horas. Assim que a decisão fora tomada, os(as) grevistas saíram em passeata pelo centro, interditando, mais uma vez, a Avenida Rio Branco.

Nos dois dias que se seguiram de paralisação, dias 13 e 14 de maio de 2014, as táticas de quebrar ônibus parecem ter predominado no uso do *repertório de confronto* pelo movimento

grevista. Contudo, variações na forma de quebrar os ônibus ocorreram. Por exemplo, em vez de tacar pedras ou furar pneus, um motorista e um cobrador quebraram propositalmente a chave na ignição do veículo no meio da Avenida Brasil, parando não só o ônibus, mas também parcialmente a circulação da via.

No primeiro dia dessa segunda paralisação, segundo o portal de notícias G1 Rio, oito grevistas foram presos em suas ações, 158 ônibus foram quebrados e mais de 80% da frota de ônibus da cidade não circulou, afetando cerca de dois milhões de passageiros, segundo o então Secretário Municipal de Transportes, Alexandre Sansão (G1 RIO, 2014b; PASSARINHO, Sandra, 2014). No dia seguinte, com a perda de fôlego dos(as) grevistas e com uma ordem judicial determinando que 70% da frota voltasse a circular e outra proibindo os(as) líderes do movimento a promoverem quaisquer atividades grevistas, o percentual da frota paralisado caiu para 60%, ainda assim um nível bastante significativo de paralisação (COELHO, 2014).

O segundo bloco de eventos da greve terminou no dia 15 de maio, com uma nova assembleia pública na rua. Depois desse evento, apenas no dia 27 de maio, data de uma nova reunião com o MPJT, que o movimento grevista voltou a promover ações coletivas contenciosas. Nesse dia, os(as) líderes grevistas e os(as) advogados(as) do movimento se reuniram novamente com procuradores do MPJT, mas sem chegar a nenhuma saída



promissora. Repetindo a *performance política* da assembleia pública seguida de passeata, o movimento grevista de maio de 2014 mobilizou e decretou mais uma paralisação.

Dessa vez, no entanto, a quantidade de participantes decaíra e a coesão interna do movimento se fragilizara. Sem saber ao certo qual rumo seguir para mudar o sindicato, conseguir um maior aumento salarial, do ticket alimentação e acabar com a dupla função, o movimento grevista fez uma passeata com 150 rodoviários(as)<sup>266</sup> interditando a pista central da Avenida Presidente Vargas por cerca de uma hora na noite do dia 27 de maio (ELIZARDO, 2014) e executou algumas das táticas de greve já mencionadas na manhã do dia seguinte, paralisando, contudo, apenas 20% da frota de ônibus da cidade (JORNAL HOJE, 2014).

As ações coletivas contenciosas do movimento grevista de maio de 2014 terminaram, portanto, com essas *performances políticas* dos dias 27 e 28 de maio, apresentadas por uma quantidade significativamente menor de atores. No dia 2 de junho de 2014, consolidando a derrota do movimento, uma sessão de julgamento da greve no TRT foi realizada com base em um pedido do Rio Ônibus feito no dia 13 de maio. Deliberou-se a ilegalidade da greve e determinou-se a aplicação de três (3) dias de multa no valor total de R\$150 mil a ser pago pelo Sintraturb-Rio, bem como cortes de

---

<sup>266</sup> Segundo informações do portal de notícias G1 Rio.

salários para todos(as) rodoviários(as) que não trabalharam nos dias 8, 13, 14 e 28/05 (MARINHO, 2014). Assim, grevistas que atuaram por fora do sindicato, o próprio sindicato, e os(as) rodoviários(as) em geral – tendo eles(as) participado ou não da greve – foram penalizados e sofreram alguma perda como consequência da greve de 2014.

Na visão de Bustamante, a maior perda foi a de credibilidade do sindicato. Crespo, também diretor à época, comenta que o movimento grevista de 2014 não só quase os tirou da direção do sindicato, como fez os(as) rodoviários(as) perderem a fé no Sintraturb-Rio. De fato, segundo relata o motorista Henrique, com o desfecho da greve de 2014 ficou entre os(as) rodoviários(as) um sentimento de “revolta e frustração”, direcionado principalmente ao Sintraturb-Rio, que conforme dito, fora criado mobilizando milhares de rodoviários(as) por meio de *performances políticas* variadas com as promessas de recuperar as perdas salariais e de direitos dos anos 2000 e conquistar boas condições de vida para a categoria.

### **Considerações finais**

Os balanços dos impactos imediatos de cada uma dessas greves tendem a ser negativos. Em 2013, apesar do Sintraturb-Rio ter fechado um melhor acordo coletivo com o Rio Ônibus em virtude da greve, os(as) grevistas não se contentaram com o

resultado e se indignaram com a forma pela qual a direção do sindicato encerrou a greve. Já em 2014, nenhum ganho da pauta de reivindicações foi obtido com a greve, salários foram descontados, o sindicato foi multado e perdeu sua credibilidade diante da categoria, os(as) líderes da greve foram processados judicialmente e demitidos e o movimento sindical rodoviário carioca refluíu, em termos de mobilização.

Não obstante os resultados imediatos dessas duas greves, o que pode ser concluído a respeito de seus processos de organização e mobilização? Quais foram seus desdobramentos? E, de modo mais amplo, tendo em vista o papel do Sintraturb-Rio nessas duas greves, que reflexões podem ser feitas acerca das potencialidades e limitações da forma de organização sindicato no que tange a organizar e conduzir a conflitividade que emerge nas relações e ambientes de trabalho?

No que tange à dinâmica organizativa, o aspecto mais notável em ambas as greves foi a realização de grandes assembleias ou reuniões abertas a participação dos(as) rodoviários(as). Em 2013, essas assembleias ocorreram em um local fechado, no âmbito do sindicato, sendo organizadas, convocadas e conduzidas pelos(as) dirigentes sindicais. Já em 2014, essas assembleias ou reuniões aconteceram no espaço público e foram promovidas pelo movimento grevista fora do âmbito do sindicato.

No processo de organização da greve de 2013, as assembleias foram marcadas pela tensão e o conflito entre a “base” da categoria, motivada pelo desejo de resolver diversos sofrimentos, e a direção sindical, orientada por uma lógica pragmática de negociação coletiva. Essa tensão, em vez de paralisar a ação coletiva, foi responsável por gerá-la e, inversamente, sua eliminação no espaço da assembleia resultou também no término da greve.

Já no processo organizativo da greve de 2014, no lugar da tensão e do conflito entre dois polos nas reuniões públicas, predominou uma maior “horizontalidade” das relações, que favoreceu a mobilização através da facilitação da participação de atores sem experiência militante prévia. No entanto, embora os líderes do movimento grevista tenham contado com a ajuda de atores “de fora” da categoria para obter assistência às *performances políticas* apresentadas, um elemento de grande importância, a ausência da estrutura do sindicato foi sentida conforme a greve se alongava sem solução.

Quanto à dinâmica de mobilização, as *performances políticas* executadas valeram-se de tipos de *performances* bastante empregadas na história do movimento sindical rodoviário – e do movimento sindical em geral –, como os piquetes de greve, e de tipos de *performances* bastante comuns em outros movimentos, mas que no meio sindical rodoviário carioca não eram acionados há décadas,

como as reuniões públicas e as passeatas. Além disso, nas *performances políticas* apresentadas, em especial pelo movimento grevista de 2014, pôde se observar maior improvisação e a incorporação de elementos pouco usuais às ações coletivas praticadas pelos rodoviários(as), como o “batuque” e o rap nas passeatas.

Tudo isso conferiu um aspecto de inovação às mobilizações da greve de 2014. O escopo utilizado do *repertório de confronto* ampliou-se e variações e improvisações em cima de tipos de *performances políticas* foram feitas. Operou-se, no caso das reuniões públicas seguidas de passeatas, uma “inovação tática” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009), pegando os adversários desprevenidos e atraindo novos participantes para o movimento grevista. Contudo, assim como ocorre com outras táticas que são empregadas repetidamente por uma mesma coletividade, a repetição das reuniões públicas seguidas de passeatas acabou por reduzir sua eficácia.

Esses aspectos organizativos e mobilizatórios das greves de 2013 e 2014 impactaram o movimento sindical rodoviário carioca a médio prazo. Em primeiro lugar, ficou evidente que para promover grandes mobilizações, mais do que deter oficialmente o controle da organização sindicato, é imprescindível que haja participação e engajamento dos(as) trabalhadores(as) da base da categoria. No contexto de frustração e revolta que se abriu após a

derrota da greve de 2014, aos poucos, tanto a direção sindical, quanto os grupos de oposição sindical que se formaram, se lançaram a disputar novos adeptos e apoiadores entre os(as) rodoviários(as) para se mobilizarem e fortalecerem sua identidade coletiva. Essa dinâmica de disputa entre grupos sindicais por novos adeptos e pelo reconhecimento da categoria se expressou nas *performances políticas* pelo fim da dupla função em 2017 que resultaram na aprovação da lei municipal que a proíbe.<sup>267</sup>

Em segundo lugar, apesar da greve de 2014 ter mostrado que é possível trabalhadores(as) de uma categoria se organizarem e se mobilizarem sem seu sindicato, ela salientou a importância das organizações – inclusive a do sindicato – e de aliados que deêm suporte às ações coletivas. Em 2018, o próprio Sintraturb-Rio aliou-se a militantes estudantis e partidários para fazer uma nova greve reivindicando melhores salários e benefícios aos empresários do ônibus.

Esses resultados sugerem, por um lado, que, no contexto recente, a forma de organização sindicato possui um modo de funcionamento - pautado pela lógica da negociação coletiva e, como define Diani (2015) as *organizações*, marcado por um controle mais restrito das decisões e voltado para o fortalecimento de sua

---

<sup>267</sup> Apesar de proibida, a dupla função ainda não foi extinta na cidade do Rio de Janeiro devido à ausência de regulamentação pela prefeitura. Para mais, ver a seção 5.4.2, “A luta pelo fim da dupla função”, em Silveira (2018, p. 179-181).

própria estrutura e identidade - inadequado para organizar e conduzir a conflitividade que explode ou se encontra em vias de explodir nas relações e ambientes de trabalho. Isso porque níveis mais intensos de conflito colocam em disputa as próprias formas de organização e mobilização, bem como o controle da estrutura e a identidade do sindicato. Em resposta, os(as) dirigentes sindicais parecem tender a agir pela conservação da organização que dirigem, relegando a segundo plano ou mesmo não exercendo o papel de organizar e conduzir essa conflitividade.

Por outro lado, em contextos adversos à ação sindical e menor número de mobilizações, como é o caso dos últimos 3 a 4 anos devido ao cenário de crises e estagnação econômica somado ao pós reforma trabalhista e sindical de 2017, a forma de organização sindicato parece ter um papel ativo e de destaque nesses processos organizativos e mobilizatórios dos(as) trabalhadores(as). Isso talvez seja explicado tanto pela maior continuidade da atuação sindical no decorrer do tempo, aspecto possível pelo caráter mais estruturado do sindicato, quanto pelo estímulo aos dirigentes sindicais organizarem ações coletivas visando defender a sobrevivência do próprio sindicato. Não obstante esses motivos, o ponto a se destacar é que embora a forma de organização sindicato pareça estar significativamente desajustada para organizar e conduzir a conflitividade que emerge

no “mundo do trabalho”, não há ainda outra forma de organização que a substitua.

### **Referências bibliográficas**

BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Dinâmicas da Ação Coletiva no Brasil Contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 529-544, 2015.

COELHO, H. Aplicativo de carona tem demanda 500% maior em greve de ônibus no RJ. *G1*, 15 mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/aplicativo-de-carona-tem-demanda-500-maior-em-greve-de-onibus-no-rj.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

DIANI, Mario. The concept of social movement. *The Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1-25, fev. 1992.

EFE, A. Greve de ônibus deixa sem transporte milhares de pessoas no Rio de Janeiro. *G1*, 01 mar. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/greve-de-onibus-deixa-sem-transporte-milhares-de-pessoas-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

ELIZARDO, Marcelo. Rio terá nova greve de ônibus a partir da meia noite, por 24 horas. *G1*, 27 mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/rodoviaros-do-rio-decidem-fazer-paralisacao-de-48-horas.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

G1 RIO. Após reunião, rodoviários do Rio decidem por paralisação de 48 horas. *G1*, 12 mai. 2014a. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/apos-reuniao-rodoviaros-do-rio-decidem-por-paralisacao-de-48-horas.html>. Acesso em: 03 set. 2020.



G1 RIO. Após sexta de caos, Rio tem mais ônibus mas passageiros reclamam. *G1*, 02 mar. 2013a. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/apos-sexta-de-caos-rio-tem-mais-onibus-mas-passageiros-reclamam.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

G1 RIO. Funcionários de ônibus não aceitam proposta e aprovam greve no Rio. *G1*, 28 fev. 2013b. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/02/funcionarios-de-onibus-do-rio-aprovam-estado-de-greve.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

G1 RIO. Greve de ônibus deixa 76 escolas municipais sem aula no Rio. *G1*, 01 mar. 2013c. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/greve-de-onibus-deixa-76-escolas-municipais-sem-aula-no-rio.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

G1 RIO. Greve de ônibus deixa mais de 100 escolas sem aulas, diz prefeitura. *G1*, 01 mar. 2013d. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/greve-de-onibus-no-rio-deixa-mais-de-100-escolas-sem-aulas-diz-prefeitura.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

G1 RIO. Greve de rodoviários no Rio tem ônibus depredados e presos. *G1*, 13 mai. 2014b. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/greve-de-rodoviaros-no-rio-tem-onibus-depredados-e-presos.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

G1 RIO. Metrô espera 15% mais passageiros devido à greve de rodoviários no Rio. *G1*, 01 mar. 2013e. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/metro-espera-15-mais-passageiros-devido-greve-de-rodoviaros-no-rio.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

G1 RIO. Motoristas enfrentam trânsito lento no Elevado da Perimetral, no Rio. *G1*, 01 mar. 2013f. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de->

janeiro/noticia/2013/03/motoristas-enfrentam-transito-lento-no-elevado-da-perimetral-no-rio.html. Acesso em: 05 out. 2020.

G1 RIO. Trabalhador não pode prejudicar trabalhador, diz Paes sobre greve. *G1*, 02 mar. 2013g. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/trabalhador-nao-pode-prejudicar-trabalhador-diz-paes-sobre-greve.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

JORNAL HOJE. Paralisação de ônibus pega passageiros de surpresa no RJ. *G1*, 28 mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/05/paralisacao-de-onibus-pega-passageiros-de-surpresa-no-rj.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

JORNAL NACIONAL. Centenas de ônibus são depredados no Rio de Janeiro. *G1*, 08 mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/centenas-de-onibus-sao-depredados-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

MARINHO, I. TRT decide em audiência que greve de rodoviários do Rio é ilegal. *G1*, 02 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/trt-decide-em-audiencia-que-greve-de-rodoviaros-do-rio-e-ilegal.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

MATELA, I. P. *Transição regulatória no transporte por ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, v. 76, p. 11-48, 2009.

PASSARINHO, N. Depredação de ônibus no Rio não pode ser tolerada, diz Cardozo. *G1*, 08 mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de->

janeiro/noticia/2014/05/depredacao-de-onibus-no-rio-nao-pode-ser-tolerada-diz-cardozo.html. Acesso em: 03 set. 2020.

PASSARINHO, S. Dois milhões de pessoas já foram afetadas pela greve dos ônibus do Rio. *G1*, 14 mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/05/dois-milhoes-de-pessoas-ja-foram-afetadas-pela-greve-dos-onibus-do-rio.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

RIOÔNIBUS; SMTEETUPM-RJ. *Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017*. Ministério do Trabalho e Emprego, 19 jul. 2016.

SEBASTIÃO JOSÉ. *Nossa História*. Disponível em: <http://sintraturb-rio.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 9 jul. 2018.

SILVEIRA, C. T. J.; MENEZES, C. S.; CINDRA, N. Tensões criativas e inovações táticas no movimento sindical urbano: os casos dos teleoperadores e dos rodoviários no Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 929-949, 2019.

SILVEIRA, C. T. J. *Dupla função, dupla tensão: vida, trabalho e luta dos(as) rodoviários(as) cariocas no início do século XXI*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SINTRATURB-RIO. *História dos 8 anos do Sintraturb-Rio*. Direção Segura, Edição Especial 8 anos, p. 26-41, 2016.

SOARES, R. Greve de ônibus no Rio será mantida por tempo indeterminado. *G1*, 01 mar. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/greve-de-onibus-sera-mantida-por-tempo-indeterminado-diz-sindicato.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

SOARES, R. Motoristas jogam ovos em ônibus e impedem passagem pela Av. Brasil. *G1*, 01 mar. 2013b. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de->

janeiro/noticia/2013/03/motoristas-jogam-ovos-em-onibus-e-impedem-passagem-pela-av-brasil.html. Acesso em: 05 out. 2020.

TARROW, S. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).

THUM, T. Greve de ônibus no Rio faz metrô estender horário até 1h de sábado. *G1*, 01 mar. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/greve-de-onibus-no-rio-faz-metro-estender-horario-ate-1h-de-sabado.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

TILLY, C. *Contentious performances*. New York: Cambridge University Press, 2008.

TILLY, C. *Social movements, 1768-2004*. London: Paradigm, 2004.

# Memórias camponesas: as lembranças como patrimônio material e imaterial dos que foram expulsos do campo por causa do avanço da agroindústria canavieira, entre os anos 80 e 90, do século XX

*Erivaldo Damiano Santos (PPGS/UFAL)<sup>268</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo registrar o patrimônio cultural material e imaterial presente na memória coletiva das lembranças individuais de moradores de condição camponesa que viviam na zona rural de Atalaia/AL. Até que o processo de industrialização do campo impulsionado pela aquisição das terras de antigos engenhos pelas usinas modernas do município. Provocou um grande êxodo rural em direção as zonas periféricas da cidade de Atalaia/AL. Esses ex-moradores de condições (PALLACIOS,2009) de fazenda e sítios, hoje moradores da cidade carregam consigo e ainda preservam seu modo de vida, como suas crenças populares que edificavam seu universo social, construído desse modo uma subjetividade camponesa calcada por lendas, contos e fábulas que construíram não

---

<sup>268</sup> Graduado em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Mestrando pelo PPGS- do Instituto de Ciências Sociais- ICS-Ufal. Membro do grupo de pesquisa GRUPPAES. Grupo de Pesquisas Periferias e economia das Simbolizações. Membro do Grupo de Pesquisa Nas Franjas: ALAGOAS. Grupo que estuda as relações de interseccionalização entre economia, povos tradicionais cultura camponesa, divisão sexual do trabalho no campo, exploração da agroindústria canavieira sobre a natureza e o homem etc. Bolsista Capes.

só uma memória coletiva campesina, como também, um imaginário social desses povos que foram forçados a modificar drasticamente seu modo de vida, tornando-se assim moradores da cidade (HEREDIA,1988). Este ser campesino que se construiu através de processos históricos específicos é resiliente ao tempo. Foi formado por uma tradição oral que através dos tempos arraigou-se, num modo de ser e fazer campesino na relação com terra, com a natureza e com os diferentes cenários de dominação fazenda, patrão e usineiro. Para discutimos sobre essa temática, registramos a memória social de três interlocutores Laba, Carrero e Zeca que preferiram colocar nos relatos seus apelidos como eram conhecidos na região em que cresceram, moraram, trabalharam e foram expulsos pelo processo de modernização. Amparado por uma abordagem da história oral e da sociologia do conhecimento no que tange ao processo de intersecção que discute as interfaces do patrimônio cultural da cultura campesina, em seus aspectos material e imaterial na contemporaneidade. Neste trabalho, fica claro a relação das tramas sociais conflitantes em que estavam expostos esses trabalhadores. Nossa intenção é construir um trabalho de uma sociologia rural que deve revelar as formas de opressão que estão submetidos homens e mulheres do campo, como também demonstrar que o ser campesino e seu modo de vida foram forçados através da adversidade e da escassez.

**Palavras chave:** Cultura, Modo de vida, Campesinato, Trabalho, Dominação

### **À guisa de introdução**

O presente artigo gestou-se a partir das discussões estabelecidas nos vários encontros da disciplina Populações Tradicionais, Desenvolvimento e Conflito que trouxe para a discussão em sala de aula, os vários contextos epistemológico e

hermenêutico que versam sobre a questão campesina em diferentes momentos históricos, dentro de um quadro de conceitos sociológico específico que faz do sujeito campesino um agente histórico que emergiu historicamente e a historicamente no tempo e no espaço. Ora contestando o sistema de dominação, ora lutando pelo acesso a terra, ora se apropriando da própria violência do opressor para expressar sua indignação ou teatralizando suas ações como uma performance, fazendo caras e bocas ou se fazendo de tolo para ludibriar seu opressor (SCOTT,1976).

Os profundos diálogos desenvolvidos ao longo da disciplina, estimulou-me a desenvolver este trabalho sobre o vícios da memória campesina. Sobre indivíduos singulares que antes viviam no campo e agora estão morando na cidade, devido ao processo de intensa transformação do campo através da modernização da agroindústria canavieira na zona da mata alagoana. Mais especificamente, elejo como campo empírico para o embate teórico a cidade de Atalaia/AL que durante o final do século XVIII, tinha em seu território mais de 50 engenhos e engenhocas, além de ser nesta cidade e não em outra de alagoas, onde foi, construída a primeira usina moderna do Estado, a Brasileiro.

Atualmente a cidade possui segundo o último censo do IBGE (2020) 52.000 habitantes, onde, a maioria deles residem na zona urbana nos diversos bairros periféricos com baixa

infraestrutura habitacional. Essa transformação do espaço urbano da cidade começou a se estabelecer com a modernização da agroindústria da região que começaram a comprar ou arrendar as terras dos antigos engenhos para aumentar a plantação de cana de açúcar e mais tarde modernizar o setor. (HEREDIA, 1988). Essas aquisições de terras no primeiro momento iniciada pela usina a Brasileiro, no segundo momento pelas usinas Ouricuri, e Usina Uruba e um terceiro ciclo se completa pelo assédio de outras usinas de municípios vizinhos as fazendas da região.

Todas essas indústrias na época, estavam localizadas em Atalaia/AL e em pleno crescimento do setor produtivo. A última fase que concretizou essa dinâmica de expulsão dos trabalhadores de condições do campo da zona rural de Atalaia, foi a disputa por terra de outras usinas de municípios vizinhos na aquisição de fazendas para aumentar seu plantio. Assim, as usinas triunfo (Boca da Mata/AL) e Usina Capricho (Cajueiro/AL). Também contribuíram para intensificar esse êxodo do campo para cidade, a partir das décadas de 80 e 90 do século XX. Este processo de modernização do setor local provocou um êxodo rural em massa de uma parcela significativa de trabalhadores rurais para a cidade de Atalaia/AL.

Para refletir sobre esse fato e compreender esse processo violento de transposição dos moradores dos arruados do campo para a cidade, além das leituras devidas durante as aulas. Tomamos



como base de análise epistemológica e hermenêutica, a fala de três “sobreviventes” que vivenciaram esse processo de profunda transformação de suas vidas e do espaço rural. Neste contexto, suas memórias individuais e coletivas sobre o saber local e como este se construíram, nas relações de trabalho com a terra formaram sua cosmovisão sobre um mundo que não existe mais, mas, suas lembranças dos eventos que os tornaram homens/mulheres sujeitos do campo, estão presente em suas memórias e em suas representações culturais.

Essa memória coletiva<sup>269</sup> campesina que tornou-se resiliente nas lembranças desses indivíduos que remontam suas trajetórias sociais em suas falas dos saberes e fazeres nas fazendas, nos roçados ou nos partidos de cana de açúcar. A saber, tomamos como escopo metodológico para o desenvolvimento deste modesto artigo, o relato da história oral de vida de três sujeitos singulares “sobreviventes” que vivenciaram estes processos. “Seu Laba, Seu Zeca e seu Carreiro” Ambos vivenciaram essa transformação do espaço e modernização do canavial nas terras Atalaiense. Ambos vizinhos, ambos os pais moradores de condições das fazendas Paysandu, Caradaço e Pirajá.

As entrevistas com ambos atores que viveram e sofreram na pelo este processos foram realizadas entre os meses de Março e

---

<sup>269</sup> HALBAWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de L.L. Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

Maio de 2021. Como pesquisador, este foi o primeiro momento que assumir meu lugar de fala para expor este processo, na fala dos outros. Confesso que conheço os três interlocutores da pesquisa a muitos tempo, e sempre escutei sobre suas trajetórias no campo e neste momento resolvi dá voz a essas narrativas, que só através do exercício da memória podemos trazer esses processos traumático a cena campesina.

O ponto fulcral de nosso empreendimento, é tentar compreender como essas profundas transformações do espaço rural dos moradores de condições, dessas três fazendas foram fundamentais para que os mesmos relembassem seu modo de vida através da memória social dos afazer na terra, na relação de trabalho e na relação dos homens com os outros iguais e com os fazendeiros. Estes fatos permanecem resilientes em suas lembranças, quase que nostálgica de um tempo que não existe mais, que era duro para se viver, mas que está presente nas narrativas dos três interlocutores.

A luz desses fenômenos apresentados, descobrimos que ser campesino deriva de um processo de socialização específica do saber ser e do saber fazer na lida diária com os afazeres do campo. Seja ele no roçado, seja na lida da cana de açúcar, seja escolhendo a madeira certa para se construir uma casa de taipa, seja nas interpretações dos símbolos e dos mal agouros que são expressados pela natureza e compreendidos por aqueles que

viveram no campo na lida diária com a terra. Esse foi o cenário perfeito para a transformação das identidades, das desigualdades, da exploração dos homens sobre os homens e também da família nuclear sobre a influência (TCHAYANOV,1924) tanto do capital local como do capital internacional (LUXEMBURGO, 1984). Neste contexto, a cultura campesina se constitui sobre uma base de patrimônios material e imaterial de saber ser e saber fazer que se constitui o sujeito campesino e seus valores.

Dessa forma abordaremos neste trabalho, três perspectiva que foram relacionadas na fala dos interlocutores durante as entrevistas. **“O saber ser e saber fazer na lida do campo: construção e auto construção dos sujeitos, A Terra e o trabalho e A tradição: o patrimônio material e imaterial”**. Estes pontos foram inter-relacionados nas falas dos três interlocutores durante o processo de entrevista ou de seus relatos de causos. O desenvolvimento desse modesto trabalho que foi realizado por um campesino para outros campesino poderem ter acesso ao nosso patrimônio cultural que está sendo apagado pelo tempo e pelo esquecimento é fruto de um esforço tanto pessoal por parte do pesquisador, quanto por parte de um interesse coletivo de registrar esses processos que não podem ser apagados pelo tempo.

Não podemos deixar de falar sobre a história campesina, pois foi sobre suas mãos calejadas que construímos essa nação (PALACIOS, 2009) que sofremos as várias coerções do Estado,

através de sua violência física, simbólica e psicológica com suas leis e decretos. Não podemos deixar que este intenso processo de amnesia social prossiga. Precisamos levantar nossas vozes e ocupar nosso lugar de fala e nos orgulhar por sermos formado no campo e pelo campo. Nesse artigo compreendemos os sujeitos do campo como agentes históricos que sofreram e ainda sofre com o descaso do Estado, e com os vários tipos de violência que constantemente eram e são cometidas aos homens, mulheres e crianças do campo.

### **Saber ser e saber fazer na lida do campo: construção e autoconstrução dos sujeitos**

A terra sempre foi desde a antiguidade sinônimo de desigualdade social, ou seja, o surgimento da propriedade privada escravizou milhares de homens e mulheres em torno do trabalho na terra em seus diversos tipos de organização tribal, comunal ou estatal (TCHAYANOV, 1924). As famílias foram submetidas a diversas relações de trabalhos de acordo com a necessidade do mercado ou do sustento da família. A terra, seria a natureza transformada pelas relações de trabalhos, uma natureza humanizada pelas relações de produção. Essas relações de produção sempre estavam calcada pela demanda do mercado consumidor. Daí podemos dizer que a relação de trabalho atende a uma necessidade, a da satisfação do consumo de ricos e pobres, da família e do mercado interno e externo (LUXEMBURGO,

1984).

Em toda a história, o surgimento da propriedade privada sempre provocou a desigualdade entre os homens, e em torno de si estruturou um processo de dominação entre dominante e dominados (MARX,1986). No caso brasileiro essa equação não foi diferente. Primeiro temos o processo de sesmarias que concedeu terras a doze destinatários. Dando início aos longos processos de transformação do espaço territorial produtivo e estruturando os primeiros fundamentos do surgimento da propriedade privada no Brasil (BENATTI, 2009). Idem;

Estudar o processo de formação do direito de propriedade – ou os diferentes caminhos para a formação das propriedades – é de fato importante para entender como foi concebida a relação conflituosa entre o direito de propriedade (direito individual) e os direitos sociais (interesses difusos). Compreender esse processo é o primeiro passo para superar a concepção conservadora, com o escopo de contribuir para a conservação da natureza e também para o uso sustentável dos recursos naturais (BENATTI, 2009,p. 212).

No caso de Atalaia não foi diferente, seguiu os mesmos caminhos apontados por Benatti (2009) em relação ao direito sobre a terra. A sesmaria concedida a Domingos Jorge Velho em 1694, pelos serviços de campo na luta contra os negros Palmarinos foi um saldo de guerra acordado entre o bandeirante e o conselho

ultramarino<sup>270</sup> (VALENTE, 1984). Assim, após derrotar os Palmarinos em três anos de intensos combates, Domingos Jorge Velho, ganhou como prêmio uma sesmaria de 6,5 léguas de terras que compreendiam várias localidades de Palmeira dos Índios a Viçosa. Localidades essas que tornaram-se independente do município de Atalaia no início do século XVIII.

Na metade do século XVIII, Atalaia contava com mais de 50 engenhos em suas terras. Esses engenhos ficavam estabelecidos em fazendas prosperas da região como a Fazenda Pirajá, Caradaço e Paysandu. Nossa pesquisa centra-se nestas três fazendas, devido ao fato dos três interlocutores da pesquisa nascerem em cada uma dessas fazendas na década de 30. Segundo os relatos de seu Laba, Zeca e Carrero eles são fruto de uma narrativa sócio histórica de duas gerações de família que nasceram em cada uma dessas fazendas. Seu Laba, Nasceu na fazenda Caradaço, Zeca na fazenda Pirajá e Carrero na fazenda Paysandu.

Em várias falas dos três interlocutores, eles apresentam uma percepção desde criança que as coisas estavam mudando. “A mudança aqui está ligada ao processo de modernização e transformação das relações de trabalho” Ao perguntar para ambos outros agentes como eles percebiam estas mudanças? As respostas de ambos quase que se encontraram em suas falas. Para seu Laba:

---

<sup>270</sup> Aminadab Valente (1984) Aborda essa a questão do contrato de Domingos Jorge Velho com o Conselho Ultramarino em seu livro “Atalaia e sua história.

Meu avô dizia que ele era quem cortava lenha na mata para o engenho funcionar... as vezes ele passava a semana na mata cortando lenha. Todo engenho tinha uma mata porque se não tivesse lenha o engenho não cozinhava o açúcar. Quem cortava a cana crua era os escravos que eram poucos no engenho cabeça de BOI, mas faziam os trabalhos mais pesados...os trabalhadores normais como meu avô fazia o trabalho leve que era corta a lenha. Quem tombava a lenha para o engenho era os pretos e meu avô...os pretos já estava acostuma com o serviço duro... Segundo meu avô eles não recebia nada por seus serviço só comida. Meu avô dizia eu as vezes dava pena vê aquela situação

porque somos gentes e eles eram tratados pior que os cachorros do patrão. Meu pai assumiu a função do meu avô, quando ele não pode mais lidar com o serviço, e mais que os pretos naquele tempo já tinham sido liberados do seu trabalho sem receber nada ficando só dois na fazenda. Assim, quem passou a manobra todo o engenho foi meu pai e seus vizinhos o engenho consumia a maioria do tempo deles e a roça ficava a cada

día menor Eu ainda não trabalhava para ajudar meu pai, mas ia olhar os dois garrotes arrastando aquela moenda para espremer a cana para sair seu caldo...tempos bons aqueles. Quando meu avô morreu meu pai assumiu seu lugar na fazenda e assim quando meu pai morreu virei empregado da fazenda por uns 20 anos, foi quando tivemos que se mudar porque só produzíamos cana e não mais açúcar (Entrevista de 07/03/2021).

Durante essa fala, seu Laba, por algum tempo se esforça

para transmitir a ideia de que naquele tempo a vida dele era melhor que agora. Mas, as pausas que o mesmo fazia constantemente parece discordar um pouco de sua fala. Em alguns momentos o mesmo deixou escapar através do gesto facial como era difícil a vida de seu avô e de seu pai na fazenda. Das três gerações da família nenhuma sabia ler.

Neste contexto, podemos perceber que existi um modo de ser específico de se fazer campesino morador de condições ou sitiante. Havia regras específicas que os moradores deveriam seguir se não quisessem ser repreendidos pelo fazendeiro. Idem:

- Seu Laba, foi na fazenda que aprendi a ser gente, aprendi a fazer tudo, mesmo sem saber ler eu fazia conta de metragem de terras e este fato fez com que eu tivesse uma posição privilegiada mais que meu pai que antes trabalhou no engenho agora ele era o empregado da fazenda” (Entrevista de 07/03/2021)

Em sua fala, o ser gente neste sentido significa que ele se tornou uma pessoa importante para a fazenda, chegando a comandar o grupo de trabalhadores da fazenda “o empregado” encarregado de comandar o grupo de trabalhadores do arruado<sup>271</sup> da fazenda.

*Pesquisador: Como eram essas moradias?*

---

<sup>271</sup> Conjunto de casa que se construíam de taipa ou de tijolos batidos próximo a casa grande das fazendas



Seu Laba, eram casa que se construíam em linha reta, uns 500 metros da casa grande onde morava o patrão. As casas, eram feitas nos primeiros tempos de taipa. De madeira cortada da mata da fazenda que depois eram tombadas da mata em burros até o local onde a casa seria feita. Poucas casas ficavam distante do arruado e não eram só uma, eram umas oito ou seis, sempre linha reta em fileira como as do arruado que fica perto da casa grande. Como uma gaiola, fazíamos a estrutura da casa. Primeiro colocava-se os três esteios principais da casa, de madeira resistente. Os esteios eram a base de sustentação da casa e eram de sucupira, madeira que era utilizada nos engenhos para construir o telhado. Uma linha de sucupira pode durar uns 200 anos. Depois dos esteios principais vinham os esteios secundários. Nesse ponto fazíamos a armação da casa. Depois íamos envarando cada lada da casa. Cavávamos uma levada de 30 centímetros e colocávamos alguns caibros na vertical por dentro e por fora e amarrávamos com ciporabo de rato na linha lateral da casa. Depois começávamos a envarar a casa na horizontal com varas de cabotam um arvore que cresce sempre reta. E por ideia para se colocar na amarração das paredes. Depois de envarar o quatro lado da casa íamos para dentro fazer os cômodos da família. Essa lida durava uma semana, pois reunia entre 15 ou 12 homens. O barro para tampar as paredes da casa era feito com a construção de um barreiro. Onde cavava um buraco de 2 metros quadrado até chegar ao barro amarelo que é o ideia para tapa a casa. Na pisada do bairro todo mundo podia ajudar. Alguns com potes de água para

molhar o barro e deixa-lo no pontos. Outros ficavam pisando nele até dá a liga e fica no ponto. O barro ficava no ponto fazíamos aquelas bolas bem grande. Cinco ou seis homens ficavam no barreiro pegando o barro e levado para casa. Quando chegavam lá jogavam aquela bola de barro na armação da casa. Quando jogava o bolo de barro na parede este ficava preso na armação e assim íamos dando o acabamento. Mas, antes de tampar a casa cobríamos logo o telhado com

Através desses relatos podemos perceber que os sistemas de moradias das fazendas se equiparavam a organização de vilas operarias, devido ao seu recrutamento de mão de obra e na organização, como os padrões das casas estavam organizados. Além de ter na própria fazenda mão de obra sempre a disposição da necessidade do serviço da fazenda. Dessa forma, Seu Laba experiêncio-ou outras formas de socialização da formação dos sujeitos históricos do campo. Assim como os outros sua subjetividade foi moldada por um conjunto de valores tradições que se concretizavam através de uma profunda tradição de socialização oral. Já como, seu Laba assumiu um cargo a mais que seu pai na relação de dominação que era estabelecida entre este e o fazendeiro, por lidar com diversas situações na relação de trabalho na fazenda.

Neste contexto, as experiências da vida campesina de seu Laba se diferenciam da de Seu Carreiro e da de seu Zeca pelo modo

como ambos, vivenciaram esse processo de transformação de sua identidade e da labutar diária no trabalho com a terra.

Seu<sup>272</sup> Carreiro nasceu na fazenda Caradaço na década de 30, as terras da fazenda fazem divisa com as fazendas Paysandu e Pirajá. As duas últimas tiveram engenhos instalados em suas terras até o final da década de 30. Na fazenda Caradaço, suas terras foram alugadas pela usina Brasileiro na década de 30. O pai de seu Carreiro era pião e chegou na fazenda na década de 20. Quando pediu moradia ao patrão fora do arruado em uma das várias grotas que a fazenda tinha, por que ficava próximo da fonte de água e da mata, onde, se pegava lenha seca para queimar no fogo a lenha que tinha dentro de cada casa.

*Pesquisador: Como era a sua casa e a vida de sua família naquela época?*

- Seu Carreiro ...nasci naquela grota em 30, era uma grota esquisita sem nenhuma casa perto... tínhamos roças perto de casa e água em abundância. Tinham alguns minador de água bem na biqueira da casa de taipa, não precisava ir longe para buscar água. A mata ficava aos 200 metros de casa. A noite era

---

<sup>272</sup> O pronome possessivo seu está sendo usado como referência a um sujeito que construiu uma certa subjetividade ou seja tomou posse dela ou despertou sua consciência. Estava utilizado a palavra Sr. mas após lê o trabalho final para os interlocutores da pesquisa os mesmo pediram para trocar a expressão Sr. por **Seu**, por que segundo os mesmos era essa a linguagem mais comum que eram utilizadas pelo povo do campo. Sr. só se chamava o fazendeiro que era o patrão nós não nos sentimos a vontade sendo chamado assim. Somos diferente, nossa cultura é diferente da deles (fala dos interlocutores da pesquisa).

aquela escuridão que era vencida só dentro de casa pelo clarão do candeeiro. Eu via que meu pai estava saindo de manhã de casa para o trabalho ao bater da marreta na enxada em um pedaço de trilho ou ao amolar da foice de corta cana na pedra que ficava bem na cozinha de casa. Tinha 13 irmãos, 3 mulher e 10 homens. Três dos meus irmãos já ajudavam nosso pai no serviço da fazenda, enquanto nos ajudava nossa mãe na roça perto de casa. Plantávamos macaxeira e mandioca o ano todo. Milho só nos mês de março dia de São José, quando começa a dá sinal das primeiras chuvas. Plantávamos alguns legumes e os meus irmão menores tinha que regar duas vezes ao dia, manhã e tarde. Uma vez por semana íamos pescar em dois riachos que ficava próximo de casa com um puçá bem pequeno. O riacho era pequeno, então eu fica lá em baixo no ponto do rio enquanto meus irmãos viam correndo de cima para baixo do rio tangendo os direto para o puçá. Pegávamos muitos peixes piabas e caras e a noite fazíamos um belo molho de peixe. Quando completei 10 anos já arrumei meu primeiro caco de enxada e comecei a rabiscar as primeiras carreiras de cana de açúcar junto com meu pai e meus irmãos. Tudo que agente ganhava ficava no barracão ir para a feira na rua era só uma ou duas vezes no ano. Como meu pais fique nessa lida até saí da fazenda em 80 (Entrevista de 21/03/2021).

Neste pequeno relato que seu Carreiro nos revela um pouco da vida cotidiana dos afazeres da vida no campo. A função da família nuclear bem definida, a divisão social do trabalho

estabelecida. O pai como provedor da casa, que encoraja os filhos mais velhos a ser um dono de casa que trabalha faça chuva ou faça sol. Ser morador de condição é ser sujeito que se sujeita a determinadas condições de existência. Viver fora dos olhos do patrão tinha uma certa privacidade que a vida do arruado não podia dar. Além disso, do arruado até as fontes de lenha e água é um pouco distante dificultando o trabalho das mulheres nos afazeres domésticos pois ter lenha seca e água era essencial para a existência social.

- Seu Carrero minha mãe plantava legumes e outras coisa como batata, macaxeira e mandioca. E todos nós ajudávamos, cada um fazia uma coisa, meu irmão menores alimentavam as galinhas, patos, perus...eu e Regis íamos amarrar as ovelhas e cabras no mato. Meio dia íamos dar água e a tarde íamos buscar cada um fazia uma coisa. Quando meu pai ia chegando em casa após um dia difícil. Eu o via quando ele ia descendo a ladeira com sua enxada na costa e sua faca na cintura e ao seu lado meus irmão. Não via a hora de acompanhar a turma. (Entrevista de 23/04/2021).

Neste trecho, podemos ver na fala de seu Carreiro um dos pressupostos apontado tanto por Marx (1986), sobre divisão sexual do trabalho, como apontando mais especificamente, os sinais dessa servidão por Luxemburgo (1984) a mesma autora fala sobre a escravidão da família em relação ao homem. Neste cenário, a figura

da mãe orienta as atividades dos filhos mais novos, dirigindo suas ações em benefício da família. A figura que a mãe representava nesse micro universo era um símbolo responsável por subnutri o marido e os filhos dos frutos que a terra poderiam dá. Já que o ganho que o marido ganhava, mal dava para custear as contas de mistura no barracão<sup>273</sup>.

Neste contexto a vida dos três interlocutores sempre estavam relacionada a dinâmica da terra, a relação com o barracão e a vida na fazenda. O barracão mais famoso da região ficava na fazenda Pirajá e Paysandu. Local de encontro de todos os trabalhadores e sitiantes aos sábados à tarde, onde, a maioria dos trabalhadores se encontrava. Nossos três interlocutores se conheceram neste local, já que era um dos pontos de relações sociais, além das festas religiosas e das festas de São João e ano novo.

Ao tentar compreender como essa cocha de retalhos de ser um campesino se estrutura, tento dialogar com seu Zeca sobre sua família e formação familiar na fazenda. Este diz que foi um momento bastante difícil que não se sentia bem para falar sobre as dificuldades que viveu por sempre desobedecer as ordens dos pais e do fazendeiro. - Prefiro falar sobre minha relação de trabalho! “menos sobre os tempos que eu era cabeça dura”. “Quando

---

<sup>273</sup> Construção com portas grandes onde se comprava de tudo que se precisava de material de trabalho a alimentos.

comecei trabalhar tudo mudou”.

## **A terra e o trabalho**

Essa relação dialética entre terra e trabalho é fundamental para compreendermos a cultura campesina (POLANY, 2000). O trabalho neste sentido se referiu a relação de troca entre os homens, o emprego da força muscular em um empreendimento de transformação de um roçado, de plantio de cana de açúcar, do corte da cana crua ou do corte de lenha na mata. Neste sentido, nossos interlocutores compreendem a relação de trabalho como uma relação essencial para sua sobrevivência. Para compreender a relação de trabalho neste universo em transformação na zona rural de Atalaia/AL, começo pela fala de seu Zeca que segundo o mesmo, foi através da relação de trabalho que se fez sujeito respeitado por todos e pelo fazendeiro.

- Como era estabelecida as relações de trabalho na fazenda?

Seu Zeca... meu pai trabalhava no engenho da fazenda Pirajá até a década de 30, quando o engenho passou por algumas mudanças implantado para o cozimento do caldo de cana uma nova caldeira que seis meses depois explodiu e ai...a fazenda passou a fornecer cana para a usina Brasileiro e depois para a usina Ouricuri e depois para a usina Uruba. Meu pai tomava conta dos cercados e dos bois que moviam a moeda do engenho junto com o negro Mutange que era ex-escravo que preferiu ficar na após a sua liberação. Antes

da explosão da caldeira meu pai cortava capim para os bois que movimentavam a moenda do engenho para esmagar a cana...a cada 3 horas de trabalhos esses animais precisavam ser trocados por outros do mesmo porte e bem alimentados. Em 1945 eu tinha 13 anos e cheguei a ver um dos últimos descendentes desses bois eu moviam a moenda. Não sei quantos contos de reis meu pai ganhava para fazer esse serviço, mas lembro de velo algumas vezes sendo chamado a atenção por deixar algum animal sair do cercado. Quando o engenho encerrou suas atividades meu pai continuou tomando conta dos animais da fazenda. Eu mesmo não tinha idade ainda ficava só em casa...quando ia para a roça não trabalha nada porque sabia que não ia ganhar nada por aquele trabalho. Nas horas de folgas entrava no partido sempre para chupar cana. tapiei por várias vezes o vigia do canavial. Alguns suspeitavam de mim, mas não tinham provas que tinha sido eu algumas vezes o fazendeiro foi a minha casa eu ficava próximo do barracão. De casa eu escutava, quando ele falava. vocês sabem que está fazendo bagunça no partido se nós o pegarmos seja daqui ou de outra fazenda vamos arrancar os dentes e quebra suas mãos de casa meu coração disparava mais no outro dia eu estava lá chupando cana e ninguém nunca pegou.

- Quando comecei a trabalhar com meu pai, aos 13 anos já trabalhava como homem feito tirava duas contas até meio dia e a tarde ia para a roça planta com a minha mãe.

Aos 16 anos tirava 6 contas no dia, algo que os homens faziam em dois dias de trabalho em fazia em um. Quando era para cortar cana



crua e amarrar ninguém cortava e amarrava cana mais que eu. Já amarrei por dia 1000 fecho de cana de 20 kg. Neste dia falaram que eu estava com a besta fera por que nunca viram ninguém fazer isso. Quando o patrão fazia reunião no barracão meu nome era citado ele dizia se eu tivesse mais dois desse cabra na fazenda nossa produção seria outra. Durante o trabalho nunca gostei que mim chamassem a atenção...quando isso acontecia ficava emburrado, calado olhando para baixo por que minha vontade era voa em cima dele do empregado ou do patrão. Em alguns momentos discordei do empregado e do patrão porque eles queriam mim colocar as vezes para fazer serviços muito pesados que outros não aceitavam. Mas entre tanto conflitos, em meio a tudo isso conseguir os respeito de todos chegando as vezes a ganhar sapatos usados pelo patrão ao final de cada ano. Mesmo sendo usados aqueles sapatos eram melhores do que os meus novos. Aos poucos, fomos perdendo a importância do nosso trabalho a usina passou a tomar conta da terra o patrão começou a morar na cidade...e o arruado aos poucos foi derrubado para se plantar cana (Entrevista de 03/04/2021).

Nessa rica narrativa que seu Zeca nos revela através de sua fala, percebemos vários momentos específico do ser campesino morador de condição (HEREDIA, 19988). A dimensão do contexto da dominação era estabelecida como um vínculo moral que era estabelecido entre o morador e o patrão. Este último estabelecia regras específicas que conduziam a vida material na

fazenda em todos os sentidos. Outro fenômeno que ficar evidente é o que Scott (1976) chamou de transcrição pública e privada realizada em diversos cenários da vida cotidiana diante da situação de dominação.

Quando seu Zeca fala que não gostava de ser chamado a atenção, e que na maioria das vezes ficava calado, este fato demonstrar a grande desigualdade social que existia entre trabalhadores, empregados encarregados e patrão. Foi através de um esforço extra humano na labuta com a terra que seu Zeca diz ter ganhador sua dignidade e reconhecimento. Mas, para isso teve que fazer coisas que ninguém fazia, limpar mais mato, cortar mais cana, cavar mais suco de cana para o plantio que os outros homens para ser reconhecido por seus membros do arruado e por seu patrão. Na fala de seu Zeca quando se refere ao patrão que o elogia em público, seu Zeca não sabe, mais aquele elogio só reflete a expressão do mercado consumidor. “Se tivéssemos mais cabra como este” ou seja produziríamos mais. Segundo seu Zeca tudo isso mudou depois que as terras da fazendo foram arrendadas para algumas usinas do município que de início manteve os arruados que a fazenda tinha, mas depois começou a pagar o tempo de serviço e os moradores começaram aos poucos indo embora e suas casas derrubadas para dar lugar a novos plantios de cana de açúcar.

A história de vida de nossos interlocutores se cruza, no começo da década de 70, quando seu Laba, trabalha como

empregado nas fazendas Caradaço e Pirajá. Como vimos o relato de seu Laba, no início, este aprendeu matemática como um autodidata... Cubava terras<sup>274</sup>, mediam contas e reunião os grupos de trabalhadores das duas fazendo mesmo antes dos arrendamentos das mesmas que eram fornecedoras de cana para as usinas de Atalaia.

Segundo Seu Carreiro, “o Laba foi o melhor empregados da fazenda”. O sentido de empregado elencados pelos interlocutores refere-se a um trabalhador que tomava conta de um grupo de homens e era acima de tudo braços, olhos e ouvido do patrão no campo.

- Seu Carrero... O Laba! Tratava a gente como iguais, apesar de algumas vezes puxar na medição das contas. Mas não havia desrespeito da parte dele em relação ao nosso trabalho. Quando ele fazia o pagamento no barracão da fazenda sempre deixava umas garrafas de pingas para a piãozada (Entrevista de 22/05/2021).

Podemos observar nesses relatos que ambos interlocutores da pesquisa vivenciaram cenas distintas e análogas durante sua formação enquanto sujeitos que nasceram e permaneceram no campo grande parte de suas vidas. Ser um de nós, neste contexto significa que todos passaram por diferentes tramas de sociabilidade

---

<sup>274</sup> Fazer a metragem de um terreno, planejando neste sentido a quantidade de cana que seria preciso para renovar o plantio

cotidiana, até se construírem enquanto sujeito histórico que cresceram e transformaram o campo e que depois foram transformado pelo processo de modernização dos canaviais de Atalaia. Os três interlocutores desses fatos, viveram e cresceram no campo, mas agora irão morrer em uma viela mal urbanizada de uma grota na periferia de Atalaia. Mesmo sendo tempos difícil segundo os mesmos, morada boa era no arruado, lá tinha ordem e respeito, na rua ninguém respeita ninguém.

Nas décadas de 80 e 90, começa o êxodo rural em massa de campesinos trabalhadores de condições e sitiantes para a zona urbana de Atalaia/AL. Devido ao processo de apropriação de terras das usinas que se encontravam no auge de sua moagens e precisavam expandir seu canaviais. A fazenda Caradaço no final dos anos 80, foi arrendada a usina Triunfo que fica localizada na zona da mata. Todos os seus moradores ou sitiantes tiveram que deixar suas casas devido a expansão do canavial da usina. Está não precisava de mão de obra no local. Quando precisa de mão de obra para tocar o serviço no canavial recrutava na própria cidade porque lá já existem muitas mão de obra farta e barata que antes residiam no campo.

Na mesma época a fazenda Paysandu e Pirajá foram arrendadas a primeira pela usina capricho localizada no município de Cajueiro/AL. A segunda fazenda foi arrendada pela usina Uruba única que até hoje safrejava no município de Atalaia/AL. Este

processo descritos por tantos autores como Heredia (1988), modificou drasticamente o modo de vida campesino como também construiu entre cidade e campo novas formas de relação de trabalho com a terra.

Após a falência da usina Ouricuri em 1996, temos um êxodo ao reverso muitos trabalhadores que residiam na cidade, uniram-se ao MST e passaram a ocupar as terras da antiga usina que hoje compreende, 5 assentamentos da reforma agrária.

### **Tradição, patrimônio material e imaterial**

Não dá para falar de uma cultura campesina sem falar de certa história campesina ou memória campesina como fez Palácios (2009). Ao tratar da questão histórica de algumas revoluções campesina que aconteceram no Brasil imperial. A cultura campesina é forma por um conjunto de valores material e imaterial que se constitui como patrimônio e um modo de existir. Esse patrimônio material, podemos encontrar nas construções das moradias que ainda restam na fazenda Pirajá. Através dela podemos perceber toda uma arquitetura que representa o modo de construção cultural que era construía as moradas nas fazendas naquele tempo. Os moveis, como bancos e mesas feitos de madeira são exemplos que revelam como era rustica o modo de vida dos povos do campo sejam eles, sitiantes ou moradores de condições.

Sem nos alonga mais no trato do tema, chamamos atenção

para as crenças que configuravam as formas simbólicas de ver a vida no meio rural. Os sinais da natureza eram interpretados como visão futura e as crenças em lendas e contos tinham em si uma função pedagógica coercitiva que construía alguns tabus nas relações entre os vizinhos, entre os homens e a natureza, entre dominante e os dominados.

Neste contexto, nosso trio de interlocutores acreditavam fielmente nas estórias que seus pais lhe contavam. E por isso, eles nem se quer tentava levantar a voz contra o pai ou contra a mãe, pois tinha medo de virar lobisomem. Outra estória que fazia sucesso naqueles tempo era a do fogo corredor. Onde o ditado popular dizia que o compadre que casasse com a comadre ou vice e versa, sofreriam no fogo do inferno pelo resto da eternidade sobre a forma de duas bolas de fogos que as vezes os mesmos afirmaram ter visto de longe algumas vezes no caí da tardezinha.

O canto da rasga mortalha em cima do telhado de palha, segundo os mesmos eram um sinal que alguém daquela redondeza estava com os dias contados. Assim, quando se ouvia o canto, era preciso gritar de dentro de casa saindo para fora “viva os noivos senhor e batendo palma ao mesmo tempo. Nos vários encontro que conversei isoladamente com cada desses agentes históricos específicos, todos cotaram essas estórias que fazem parte do capital cultural imaterial da cultura campesina e de sua subjetividade. A história da burra de padre também apareceu nessas conversas,

onde, os mesmos afirmavam com veemência que já tinha encontrado a mesma em caminhos esquisitos a noite ou nos vastos sítios esquisitos que naquela época tinha em toda fazenda.

O fato interessante neste contexto, é que todas essas história finda-se em um ato proibido, não pode bate no pai, nem na mãe se não vira bicho. Não pode casar com o compadre ou com a comadre se não vira bola de fogo. Não pode casa com o padre se não vira burra de padre etc. Todos esses contos que fazem parte do imaginário popular da cultura imaterial do ser campesino tinha uma função pedagógica específica que ajudava a entronizar nos indivíduos os valores morais de seu grupo lhe construindo como sujeito, que se transformou através de processos histórico específicos em sua trajetória social na labuta dia com a terra.

### **À guisa de conclusão**

Através do presente trabalho tentamos compreender como se constituiu a cultura campesina na zona rural de Atalaia/AL. Durante o desenvolvimento e expansão dos canaviais Alagoanos. No final do século XIX, a cidade de Atalaia ocupava um lugar privilegiado na produção açucareira do Estado de Alagoas. Isso fez com que, o sistema de moradias se estruturasse nas fazendas que tinha engenho, após a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Neste momento, a cultura campesina e seu patrimônio material e imaterial se fortaleceram no município, até o início da

primeira metade do século XX. Quando a modernização do setor açucareiro faz com as grandes usinas procurem terras para expandir seu canavial e encontram essas terras nas várias fazendas que estavam entrando em decadência, devido ao conflito interno entre produtores e usineiros na região. Quando as usinas se apropriaram das terras de fazendas, não precisaram manter seu sistema de moradias. Este processo de modernização do setor açucareiro em Atalaia, provocou um certo êxodo rural em massa em direção a cidade, fazendo de moradores e sitiante cidadãos que hoje vivem em zona periféricas distante do centro desenvolvido da cidade. Este fenômeno aconteceu entre os anos 80 e 90, fenômeno este que é relatado na fala de nossos interlocutores que além de falar sobre suas lembranças desse período violento. Falaram também como se formaram no campo e como vivia do trabalho da terra. Ou como os mesmos diziam em suas falas, somos sobreviventes por que, o ruim, não era ter nascido, mais sobrevivido a todo tipo de adversidade que aparecia a todo momento.

## **Referências**

BENATTI, José Heder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade Privada). In: NEVES, Delma Pessanha. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 211-238

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não



capitalistas. In: SILVA, J. G., STOLCKE, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133- 164.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, 1984. V. II. p. 239-286.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawm. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 65-112.

ALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: ELCH, Clifford Andrew. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 145-178.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Ed. Campus, Rio de Janeiro: 2000. p. 62-75.

# O potencial teórico de Michel Foucault para o estudo das relações de poder em cooperativas

*Leandra Holz (PPGS/USP)<sup>275</sup>*

**Resumo:** Este trabalho busca problematizar as relações de poder em cooperativas utilizando-se da perspectiva teórica do filósofo francês Michel Foucault. Notamos que a base teórica dos estudos que concentram-se na dinâmica do poder em cooperativas é bastante diversa. Considerando o princípio da gestão democrática em cooperativas, pretendemos fazer o exercício de pensar as relações de poder nestas organizações a partir de Foucault, considerando que pode ser uma contribuição para investigar o poder em suas formas mais minuciosas e prestar atenção a detalhes que outras teorias não priorizam.

**Palavras-chave:** cooperativismo; poder; Michel Foucault.

## Introdução

O cooperativismo é uma forma de organização que une as pessoas em torno de um objetivo comum e carrega a premissa de promover sustento e qualidade de vida para as famílias envolvidas. A organização cooperativa apoia-se em princípios doutrinários que

---

<sup>275</sup> leandraholtzholz81@gmail.com. Mestranda em Sociologia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Graduada em Gestão de Cooperativas/Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

norteiam suas decisões e estruturas internas. São esses princípios que fazem com que as cooperativas sejam diferentes das empresas convencionais.

Um dos princípios é a gestão democrática na qual todos os membros associados são donos e podem tomar decisões, têm direito ao voto e a gestão do empreendimento. Desta forma, a discussão sobre poder nestas organizações mostra-se fundamental para entender a democracia e, por isso, consideramos importante olhar para as relações de poder que acontecem no interior dessas cooperativas.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é problematizar as relações de poder em cooperativas a partir da perspectiva teórica de Michel Foucault. Para isso, abrimos o debate com uma contextualização sobre a temática do cooperativismo no Brasil. A discussão segue com a apresentação de algumas bases teóricas encontradas nos estudos sobre cooperativas para pensar as relações de poder, sucedendo a abordagem teórica do poder em Foucault. Na sequência problematizamos as relações de poder em cooperativas pelo olhar foucaultiano, procurando mostrar as contribuições que esse olhar pode trazer para a compreensão das relações de poder no cooperativismo.

## **Cooperativas: abertura ao debate**

As cooperativas são organizações em que um grupo de pessoas se une a fim de gerar coletivamente benefícios econômicos e sociais. Econômicos no sentido de reunir esforços e trabalhar para garantir renda para as famílias envolvidas e, com isso, benefícios sociais.

Segundo a *International Co-operative Alliance* – ICA, entidade criada em 1895 como órgão representativo das cooperativas mundialmente, as cooperativas são associações de pessoas unidas com objetivos em comum e geridas democraticamente pelos próprios membros, ou seja, os associados que a compõe são os donos do empreendimento e compartilham dos mesmos valores e princípios (INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE, 2018).

A primeira cooperativa oficialmente estabelecida surgiu em 1844, em Rochdale na Inglaterra, sendo ela do ramo de consumo. Os 28 trabalhadores que se uniram como forma de enfrentamento ao desemprego da época, são considerados os “pioneiros” do movimento, tendo instituído os princípios que até hoje são a base do cooperativismo. Já no Brasil, a primeira cooperativa formalizada surgiu em 1889 em Minas Gerais, sendo ela também de consumo (SISTEMA OCB, s/d).

O cooperativismo é apoiado por sete princípios doutrinários que orientam às cooperativas e estruturam a sua

organização. São eles: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação e; 7) interesse pela comunidade (SISTEMA OCB, s/d). Além disso, cada cooperado possui o direito igualitário a um voto e a instância máxima de decisão são as assembleias, nas quais também acontece a eleição da diretoria e conselhos (administrativo e fiscal). A participação dos associados é a chave para que esses princípios possam ser preservados e executados.

Dos sete princípios citados, nos interessa a gestão democrática, uma das principais diferenças das cooperativas para as empresas capitalistas. Dito de outra forma, em uma cooperativa as relações acontecem de forma a possibilitar a democracia e a participação. Uma das maneiras de pensar a democracia é olhar para as relações de poder que acontecem no interior da organização, como será exposto mais adiante.

O cooperativismo possui números expressivos no Brasil que, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade criada em 1969 para unificar e representar as cooperativas no país, em 2018, cerca de 14,6 milhões de pessoas estavam associadas a alguma cooperativa no país, em aproximadamente 6.828 cooperativas de diferentes ramos (SISTEMA OCB, 2019a), sem contar que nem todas as cooperativas estão cadastradas no Sistema OCB.

As cooperativas estão distribuídas em 7 ramos diferentes, de acordo com a atividade que realizam. As cooperativas agropecuárias são responsáveis por receber, armazenar, comercializar e industrializar a produção dos associados; cooperativas de crédito são como bancos, a diferença é que estão focadas nas pessoas e não nos lucros; cooperativas de transporte, como o próprio nome sugere, são encarregadas de transportar cargas e passageiros; cooperativas de saúde atuam no cuidado e promoção da saúde das pessoas; cooperativas de consumo servem para produtos e serviços aos associados; cooperativas de infraestrutura fornecem serviços essenciais aos associados, sendo as mais comuns as cooperativas de eletrificação rural e; por fim, o ramo trabalho, produção de bens e serviços, são cooperativas dedicadas a produção e a realização de serviços a terceiros (SISTEMA OCB, 2019b).

Com essa breve explicação em relação ao tema, nossa intenção foi mostrar como o cooperativismo pode estar presente em diversos segmentos da economia, empregando milhares de pessoas e oferecendo inúmeros serviços para a população em geral, principalmente quando se trata de pessoas em vulnerabilidade social, como é o caso de cooperativas de catadores de materiais recicláveis e eletrificação rural (quando não é interessante para grandes concessionárias fornecerem serviços de energia). As cooperativas assumem um papel econômico e social importante na

vida das famílias e no contexto em que estão inseridas, buscando ser uma alternativa que coloca em discussão uma outra lógica que não aquela baseada na maximização do lucro, prezando por relações coletivas mais solidárias e de ajuda mútua.

### **Diferentes bases teóricas para o estudo do poder em cooperativas**

O instrumental teórico utilizado nos estudos sobre a dinâmica do poder em organizações, sejam elas cooperativas ou não, é bastante diverso. Nas cooperativas e empreendimentos de cunho social e solidário, descantem-se autores que utilizaram teorias marxistas para seus estudos, como, por exemplo, Faria (2009), Esteves (2013), Ariosi e Dal Ri (2004) e Stollmeier *et al* (2013). Já outros estudos, muitas vezes advindos da área das ciências administrativas, utilizam-se de teorias sobre governança (VILELA; CARVALHO NETO; BERNARDES; CARDOSO, 2015) cultura organizacional (NISHI; FLAVIANO; LÖBLER, 2016) e a dimensão política do espaço organizacional (BRITO, V.; CAPPELLE; BRITO, M.; SILVA, 2008). Traremos para a discussão, alguns exemplos.

Ariosi e Dal Ri (2004) analisaram as relações de trabalho e estruturas de poder no interior de uma cooperativa educacional utilizando-se de teorias marxistas, onde encontraram como principal resultado a presença de posturas individualistas, de

interesse pessoal, que teriam sido trazidas pelas experiências anteriores dos associados com empresas capitalistas. Essa ideologia gerava, para os autores, uma sensação de “ser dono” de uma empresa privada, o que fazia com que alguns queriam impor ordens, enquanto outros possuíam falta de comprometimento e participação.

Resultados semelhantes foram encontrados por Stollmeier *et al* (2013) que analisaram as relações de poder em uma fábrica recuperada em forma de cooperativa, também empregando teorias marxistas. Os autores constataram que o trabalho era em absoluto subordinado ao capital, caracterizando um típico cenário de uma empresa capitalista vinculada à necessidade de lucro e de produção.

Estudos que fizeram uso de autores mais recentes, também com uma base marxista, estão presentes no trabalho de Pereira *et al* (2018), que parte de teorias de Bourdieu sobre “campo” e “*habitus*”. Os autores realizaram uma análise sobre o potencial contributivo de Bourdieu para estudar a governança cooperativa com base nas relações de poder, que se mostra uma ferramenta importante para a análise das cooperativas de crédito, explicando que os diferentes agentes da cooperativa (ou seja, os cooperados) mobilizam seus recursos e interagem com as estruturas do “campo”, a fim de exercer poder em determinadas situações. Para estes autores, as relações informais de poder, em um sentido bourdiano, seriam uma característica diferencial das cooperativas.



Além disso, os autores constataram a mesma falta de estudos sobre relações de poder que sugere-se aqui.

Outros estudos utilizaram como base teórica conceitos presentes na administração de empresas, como o estudo de Nishi *et al* (2016). Os autores buscaram analisar se os princípios e valores dos fundadores e as relações de poder poderiam influenciar a cultura organizacional de uma cooperativa médica, fazendo uso de conceitos como “cultura organizacional”, “cultura dos fundadores” e “comportamento organizacional”. Os resultados apontaram para uma maior influência dos fundadores na idealização da “cultura do empreendimento”, que permaneceria até os dias atuais. No que tange às relações de poder, haveria uma assimetria na tomada de decisões no qual o veredicto final seria determinado por uma cúpula de médicos.

Vilela *et al* (2015) sugerem que as relações de poder não podem ser desconsideradas nos modelos e orientações de “boas práticas” de governança, propondo uma agenda de pesquisa própria para governança em cooperativas, associações e organizações do terceiro setor já que, muitas vezes, haveria o uso equivocado de modelos de governança de sociedade de capital nestas organizações, sem um olhar adequado para suas particularidades. A base teórica desse estudo concentrou-se em trazer modelos de governança corporativa.

Estes são alguns estudos que perpassam pela questão do poder em cooperativas, compreendendo uma base teórica bastante diversa. Neste trabalho, queremos discutir o potencial teórico de Michel Foucault para o estudo das relações de poder em cooperativas<sup>276</sup>. A seguir, explanaremos algumas de suas ideias.

### **Perspectiva teórica: pensando o poder a partir de Foucault**

O poder tem sido tema de inúmeros trabalhos e discussões, e ainda hoje é um tema bastante controverso. Desde Platão (2001), Aristóteles (1997), Maquiavel (2010), passando pelos contratualistas (ROUSSEAU, 1973; HOBBS, 1974) e, mais tarde, Marx (1978), Weber (2000), etc., o poder tem ganho destaque, carregando consigo os mais diversos argumentos resultantes de cada teoria que propõe o estudo do poder.

Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, dedicou grande parte de sua vida à análise do poder, que embora tenha adquirido uma grande importância nos seus estudos, o autor não elaborou uma teoria geral sobre o poder que pudesse ser “aplicada” em uma realidade social. Por isso, encontramos nas suas obras

---

<sup>276</sup> Embora Michel Foucault seja pouco utilizado para estudos em cooperativas, podemos ver trabalhos ligados a esse autor na área de Economia Solidária. Ver, por exemplo, o trabalho de Gonçalves *et al* (2012) que analisa as relações de poder utilizando como base teórica o conceito de poder disciplinar de Foucault. Ou ainda a pesquisa de Scarano e Nogueira (2016) que analisam o movimento da Economia Solidária no Brasil a partir da noção foucaultiana de biopolítica.

muito mais características do que seria (e o que não seria) o poder do que um conceito exato/fechado.

Para Foucault, o poder é entendido enquanto relação, que não existe em um ponto específico (como muitas vezes apresenta-se o Estado) e não pode ser propriedade de alguém pois atravessa todo o corpo social. O poder é exercido de forma estratégica e só existe em ação. Nas palavras de Foucault (2014b, p. 30) espera-se que o poder,

[...] não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos, que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter.

Se o poder pode ser visto como uma “rede de relações sempre tensas”, ressalta-se a noção de que “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2014a; 2014b; 2017). Foucault explica que o poder não é privilégio de uma “classe dominante” (como determina o marxismo por exemplo) ou, que aqueles que não o têm são dominados e reprimidos por ele. Pelo contrário, o poder “[...] os investe [os indivíduos], passa por eles e por meio deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança [...]” (FOUCAULT, 2014b, p. 30).

Outra característica marcante do poder em Foucault, é que ele não é visto apenas como algo negativo, que reprime, mas que confere liberdade e produz coisas, desde os mais singelos discursos até o próprio sujeito (FOUCAULT, 2014a, 2014b, 2017). Nesse sentido, Foucault (2014a) argumenta que os temas de suas obras sempre buscaram investigar os diferentes modos que fazem com que os seres humanos tornem-se sujeitos. Isso significa que, para o autor, esse sujeito é constituído pelas relações de poder, ele resulta dessa relação. Assim como é produzido, também produz, fazendo parte da “rede” do poder. É nesse sentido que Roberto Machado (2017) diz que o alvo do poder é o corpo, mas não para “suplicia-lo” e sim para aprimorá-lo e adestrá-lo.

Além do corpo, o poder produz saber e ambos aparecem em uma ligação íntima. Como se uma coisa não existe sem a outra e, portanto, “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder [...]” (FOUCAULT, 2014b, p. 31). Essa relação poder/saber mostra-se fundamental para análise das relações de poder quando olhamos para produção de discursos de verdade. Foucault é claro ao enfatizar que

[...] existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um

funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2017, p. 278-9).

Este poder coloca em jogo relações entre indivíduos e/ou grupos. Para Foucault (2014a, p. 132) “[...] o que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua ação própria. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes”. E ela se articula sobre dois elementos fundamentais: que aquele que sofre a sua ação seja mantido até o fim como “sujeito de ação”; e que proporcione respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 2014a, p. 132-3).

No texto, “O sujeito e o poder” de 1982, Foucault enumera alguns pontos que podem ser considerados para uma analítica das relações de poder: 1) em relação as “diferenciações” que podem ser de privilégio, competência, diferenças econômicas, culturais e assim por diante. Pressupõe-se que “[...] toda relação de poder coloca em operação diferenciações que são para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos” (FOUCAULT, 2014a, p. 136); 2) referente aos “objetivos” que levam a alguém a agir sobre a ação de outro, o que pode ser vantagens, privilégios, lucros, o desempenho de alguma função; 3) sobre os “instrumentos” utilizados para exercer tal poder: palavras, sistemas, regras, etc; 4) se refere as “formas de institucionalização”, ou seja, os “dispositivos” (que serão falados mais adiante) e, 5) “os graus de

racionalização”, pensados e planejados com vistas a um resultado que de alguma forma, é eficaz (FOUCAULT, 2014a, p. 136-7).

Desta forma, podemos perceber que, para analisar as relações de poder e o próprio poder em si, não devem ser investigadas apenas instituições ou a política, pois “as relações de poder se enraízam no conjunto da rede social [...]” (FOUCAULT, 2014a, p. 137). Assim, “a ação sobre ação dos outros” é uma “coextensão de toda relação social” e faz surgir as mais diferentes formas de poder que circulam por entre toda sociedade, sem lugar fixo e sob diferentes objetivos e estratégias (FOUCAULT, 2014a).

Por “estratégia de poder”, no sentido da racionalidade utilizada para se atingir um determinado fim, entende-se o “conjunto de meios utilizados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder”. De modo geral, “estratégias” são “os mecanismos utilizados nas relações de poder” (FOUCAULT, 2014a, p. 138).

Já o dispositivo de poder, é uma “rede” que se estabelece entre os mais diversos elementos da sociedade. O Estado, por exemplo, seria um desses dispositivos, mas não o único e nem o central. Para entender melhor o que pode ser um dispositivo, nas palavras do autor:

Por esse termo tendo demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas,

decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2017, p. 364).

Em síntese, vimos até aqui que para Michel Foucault, o “poder funciona” e não pode mais ser visto somente como algo negativo que reprime. O poder “produz” coisas e corpos, e é esse lado “produtivo” que faz com que ele “funcione” sobre as pessoas. Ele não é algo estático e não pode ser possuído como uma mercadoria. O poder está imbricado por toda a sociedade, atravessando os indivíduos e sendo exercido por eles e pelos “dispositivos” (FOUCAULT, 2017). Como uma rede que se estabelece sobre um conjunto heterogêneo de elementos, o dispositivo possui sempre uma função estratégica que sustenta tipos de saber (FOUCAULT, 2017).

Essas são algumas ideias sobre poder presentes no horizonte teórico de Foucault. Contudo, como dito acima, não se trata de uma teoria do poder em si, que permite enquadrá-lo e torná-lo estático, mas uma “analítica do poder” (FOUCAULT, 2017).

## **Pensando as relações de poder no interior das cooperativas a partir de Foucault**

Queremos propor uma reflexão sobre as relações de poder nas cooperativas a partir do olhar teórico de Foucault por acreditar que suas contribuições são de extrema importância para analisar as relações em nível micro, fazendo o caminho inverso, isto é, partindo não de pontos centrais de poder, mas do poder em seus aspectos mais miúdos, em suas mais diversas ramificações. Isso implica deixar de lado concepções que olhem apenas para a relação entre dominantes e dominados ou que se atenha a questões meramente administrativas.

Em uma cooperativa, se alguém nos questionasse sobre as instâncias de poder, certamente nos arriscaríamos a dizer que o poder está localizado na assembleia geral e nos conselhos administrativo e fiscal, conforme sugerem as normas estabelecidas e a maioria dos trabalhos sobre cooperativismo<sup>277</sup>. No entanto, o poder é muito mais que pontos centrais de poder. Ele acontece desde os mínimos procedimentos que foram sendo constituídos dentro da cooperativa. Por isso que Foucault fala de uma

---

<sup>277</sup> Citamos como referência o trabalho de Pies *et al* (2016) que discute os espaços de participação nas cooperativas, referindo-se à assembleia geral e conselhos como sendo dois dos principais canais; e o estudo de Barreiros *et al* (2008, p. 19) onde afirmam: “Nas cooperativas, o poder deliberativo máximo é exercido em assembleias gerais, aonde cada associado tem direito a um único voto, independentemente do capital possuído [...]”.



“genealogia do poder”, quer dizer, uma forma histórica de estudar a constituição dos sujeitos investidos pelo poder (FOUCAULT, 2017).

Tentando estabelecer alguns pontos de contato para investigar as relações de poder nessa perspectiva, olhemos primeiro para a formação de uma cooperativa. Nesse sentido, parece interessante entender as motivações em torno da escolha da região para sede da cooperativa, assim como as técnicas e discursos utilizados para mobilizar as pessoas a associar-se. Estes “mecanismos mais sutis” colocam em circulação um determinado saber. Em torno dessa ideia inicial, são articulados os investimentos da cooperativa e a sua identidade, tentando produzir o “nós”: “os associados”.

Foucault enfatiza que não há relações de poder sem produção, circulação e funcionamento de discursos de verdade (FOUCAULT, 2017). Estamos falando de verdades instituídas que são reproduzidas pela cooperativa, tornando os associados, uma produção e efeito do poder. Citamos o exemplo de uma cooperativa agropecuária rural instalada em uma região de colonização alemã. Certamente, uma cooperativa ali é construída nessa cultura e com esses valores que se tornam verdades dentro da cooperativa. Com base nisso, a organização acontece, os laços se formam, a estrutura se molda, reproduzindo e fazendo circular processos de subjetivação.

Portanto, a questão não é saber se o presidente tem poder e o que ele faz com ele. Mas buscar compreender os processos de sujeição que funcionam no interior da cooperativa. Isso implica olhar para os efeitos reais do poder, o seu campo de aplicação (FOUCAULT, 2017). É nesse sentido que, por exemplo, analisar como acontecem as reuniões do conselho de administração, qual a sequência das falas, qual a disposição das cadeiras, como é a organização das pautas e quais assuntos são colocados em prioridade em detrimento de outros, podem ser importantes para entender como funciona o “ser-conselheiro” e como está organizado esse processo a fim de possibilitar a participação efetiva ou não. A própria maneira como os conselheiros e diretoria se expressam quando falam do associado é uma maneira de instituir determinados tipos de verdade e de perceber como são também produto dessas verdades.

Se, ao falar do associado, temos uma direção que o caracteriza como alguém que, a título de exemplo, estaria apenas preocupado com a comercialização e não em ocupar os espaços de participação dentro da cooperativa, então temos uma produção e circulação de um discurso de verdade, que gera determinados efeitos de poder e constituem o próprio “ser-associado”. E vemos também como os próprios membros da direção podem estar fabricando os associados que eles próprios criticam. A cooperativa produz um sujeito que sabe que deve participar e se envolver nos

processos de decisão que a ele são reservados, mas que, ao mesmo tempo, não participa.

Da mesma forma, buscar os efeitos coercitivos das práticas discursivas e das práticas institucionais, mostra-se um ponto central na análise das relações de poder do ponto de vista foucaultiano. Analisar as disposições apresentadas no estatuto da cooperativa permite elucidar alguns mecanismos por onde funcionam os efeitos do poder. Por exemplo: se uma cooperativa permite apenas uma reeleição dos conselhos administrativo e fiscal, há uma verdade instituída por trás dessa determinação que fez com que fossem criadas certas regras de funcionamento e organização.

Para entender melhor a relação entre o poder e as formas discursivas, passamos ao exemplo da profissionalização em cooperativas. O debate atual sobre profissionalização mostra-se majoritariamente favorável a sua implementação nas cooperativas, afinal, não iremos encontrar alguma cooperativa que não queira ser profissionalizada. Profissionalizar é sinônimo de eficiência, competitividade e modernização (BIALOSKORSKI NETO, 2015). Ora, que organização não deseja ser eficiente? Percebemos como essa palavra “funciona”. A verdade produzida pela profissionalização está tão difundida, que circula nos mais ínfimos lugares. Não é preciso entender de profissionalização para desejá-la, e este desejo está presente nas cooperativas agropecuárias, por exemplo, conforme afirmam Barasuol *et al* (2015).

Pensar o poder dessa forma, é entender que ele é algo muito mais amplo que apenas o ambiente interno da cooperativa, mas, ao mesmo tempo, é tão mínimo e se inscreve em espaços onde nem percebemos sua ação por ser tão minucioso e íntimo. Se seguirmos com o exemplo da profissionalização, podemos perceber que, desejar ser profissionalizado, já aparece no interior da convivência familiar quando espera-se que o filho tenha uma profissão e se qualifique para ocupar algum cargo em uma organização. O poder circula de tal modo, que somos seus efeitos primeiros, somos seu alvo e seu produto, somos seus “centros de transmissão” (FOUCAULT, 2017) porque também produzimos determinas verdades que nos envolvem de tal forma que nos faz sujeitos.

Esses discursos são reproduzidos dentro da cooperativa, o que implica em mecanismos específicos de poder. Nas palavras de Foucault (2017, p. 279) “Não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcione segundo essa dupla exigência e a partir dela”. Em outras palavras, todo esse processo é que produz formas de agir e de pensar que fazem com que ele seja aceito. Não é propriedade de alguém, todavia “nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação [...] o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 2017, p. 284).

Então temos um poder que produz discursos e produz sujeitos cooperados. Essa instância produtiva do poder é que faz com que ele funcione sobre as coisas. O próprio Foucault questiona “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” (FOUCAULT, 2017, p. 44). Quer dizer, o poder seria muito frágil se baseado na repressão e impedimento. Trata-se de um poder estratégico e produtivo, que é mobilizado e exercido pelos indivíduos, mas que, da mesma forma, os constitui, os produz.

Pensemos agora nas assembleias gerais, instância máxima de decisão da cooperativa e uma das principais diferenças para com as empresas convencionais. Em algumas cooperativas de crédito e cooperativas agropecuárias que comportam um expressivo quadro social, muitas vezes acontecem assembleias somadas a uma memorável confraternização, com sorteios de brindes, comes e bebes e encontro de amigos. Será que um ambiente assim é propício à democracia? Mesmo que seja uma estratégia para atrair a participação dos associados, será que não estamos falando de um mecanismo que sugere o silenciamento dos presentes? O rol de entrada, a recepção, o sistema de som, a alocação do espaço, há cadeiras para todos? As falas transmitem transparência e qualidade de informação ou tudo é feito tão depressa que nem é possível refletir sobre o assunto? É possível perceber como o poder é

mobilizado e a produção de verdades que indicam o que é bom para o associado.

A cooperativa reproduz o que ela está combatendo. Em outras palavras, se cooperativas permitem que outras relações e um outro modo de produção compartilhada aconteçam, por que o seu discurso está tão atrelado a uma lógica capitalista da eficiência, produtividade e competitividade? O grande número de associados pode ser um empecilho à democracia, mas isso não importaria quando a produtividade está em jogo. Por isso é uma “rede de relações sempre tensas” na qual, ora a questionamos, ora a afirmamos. Relações de poder só existem com essa capacidade e liberdade de resistir, e cada indivíduo está imerso nessa rede do poder, onde circulam seus efeitos e mecanismos.

Em síntese, o poder em um sentido foucaultiano nos convida a pensar em outras possibilidades relacionais. É entender que o poder “funciona” sobre os indivíduos e que se encontra disseminado por entre toda sociedade, “nas malhas mais finas da rede do poder” (FOUCAULT, 2017). Do mesmo modo, é exercido pelos indivíduos, fazendo surgir as relações de poder. Nas cooperativas, os principais efeitos do poder são os próprios associados que, ora produzem discursos, verdades, saberes, ora são produzidos como aquele que participa ou aquele que apenas importa-se com as questões comerciais.

## **Considerações finais**

Este trabalho objetivou problematizar as relações de poder em cooperativas a partir da perspectiva teórica de Michel Foucault, em razão dos poucos trabalhos sobre o tema na literatura sobre cooperativismo.

Está clara a relevância econômica e social das cooperativas no Brasil para a promoção de qualidade de vida a milhares de famílias associadas. O cooperativismo nos convida a pensar e colocar em prática, uma forma alternativa de organização que acredita que outras relações que não aquelas que predominam em nossa sociedade, são possíveis. Mas seguir esta via impõe muitos desafios às cooperativas e aos pesquisadores sobre o tema. Há uma tensão constante entre propostas democráticas e um viés que prioriza produtividade e instiga competição. Isso não quer dizer que cooperativas não devem gerar benefícios econômicos aos envolvidos, mas o que vimos, muitas vezes, é a dimensão econômica comandando as decisões da cooperativa. Encontrar um equilíbrio é o grande desafio para todos aqueles que de alguma forma possuem relação com o cooperativismo.

Dedicar-se ao estudo do poder não é uma tarefa fácil dadas as suas múltiplas formas de apresentação e atuação, mas mostra-se de fundamental importância para todo estudo que discute processos de organização. Investigar as relações de poder também

significa entender que os processos que ocorrem dentro das cooperativas são dinâmicos.

Pensar as relações de poder em cooperativas com a base teórica de Foucault mostra-se uma contribuição para investigar o poder em suas formas mais minuciosas e prestar atenção a detalhes que outras teorias deixam passar. Com a breve revisão da literatura realizada e com a experiência em relação ao tema, podemos dizer que há uma predominância de estudos que trabalham com perspectivas teóricas marxistas e de áreas da administração. Mas podemos também renovar esse debate com outras possibilidades teóricas que enriquecerão essa área de estudos.

Assim, o intuito desse trabalho foi um exercício teórico para mostrar que é possível pensar as relações de poder em cooperativas utilizando-se de algumas das abordagens de Foucault. Esperamos que, de alguma forma, essas reflexões bastante iniciais, tenham despertado o interesse no estudo sobre o *como* do poder, trazido nas obras de Foucault.

### **Referências bibliográficas**

ARIOSI, Cinthia Magda Fernandes; DAL RI, Neusa Maria. Democracia, participação e poder no cooperativismo educacional. *ORG & DEMO*, v. 5, n. 1, p. 79-104, 2004.

ARISTOTELES. *Política*. Tradução, introdução e comentários de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.



BARASOUL, Aline; BOESSIO, Amábile Tolio; WAKULICZ, Gilmar Jorge; FLAVIANO, Viviane. Cooperativismo e profissionalização da gestão em uma cooperativa agropecuária. *Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM*, Santa Maria, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

BARREIROS, Reginaldo Ferreira; PROTIL, Roberto Max; MOREIRA, Vilmar Rodrigues. Processo decisório nas cooperativas agroindustriais do Paraná: uma análise comparativa utilizando o modelo racional e o modelo político de decisão. *Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 3-22, set./dez. 2008.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agribusiness Cooperativo. *In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava; CALEMAN, Silvia de Queiroz (org.). Gestão de sistemas de agronegócio*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 184-200.

BRITO, Valéria da Glória Pereira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; BRITO, Mozar José de; SILVA, Paulo José. A Dinâmica Política no Espaço Organizacional: um Estudo das Relações de Poder em uma Organização Cooperativa. *RAC-Eletrônica*, Lavras, v. 2, n. 1, art. 9, p. 141-154, jan./abr. 2008.

ESTEVES, Egeu Gómez. “Todos são iguais”, “todos são responsáveis” e “todos estão no mesmo barco”: os (des)entendimentos da autogestão cooperativa. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 16, n. 1, p. 135-148, 2013.

FARIA, José Henrique de. *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5. ed. Introdução, organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In: MOTTA, Manoel B, da (org.). Ditos e escritos*, volume IX: genealogia da ética,

subjetividade e sexualidade. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

GONÇALVES, Dayanne Marciane; SANTOS, Luis Miguel Luzios; CAPELARI, Mauro Guilherme. Relações de poder na economia solidária: um caso de autogestão em Londrina, Paraná, Brasil. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)* – Guarapuava, v. 10, n. 1, jan./jun. 2012.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril cultural, 1974. (Coleção Os pensadores). V. XIV.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. *Cooperative identity, values & principles*. 2018. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. p. 7-34.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. livro I, capítulo IV (inédito). 1ª edição. São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 1978.

NISHI, Juliana Mayumi; FLAVIANO, Viviane; LÖBLER, Mauri Leodir. A influência dos princípios e valores dos fundadores e das relações de poder na cultura organizacional em uma cooperativa médica. *Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti*, v. 6, n. 9, p. 104-122, dez. 2016.

PEREIRA, Rina Xavier; MANDAJI, Alexandre Peres; BASSO, Leonardo Fernando Cruz. Bourdieu e as relações de poder em organizações cooperativas de crédito. In: MACHADO, Marcos Willian Kaspchak (org.). *Controladoria, gestão de custos e finanças*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. p. 15-30.

PIES, Marcelino Pedrinho; BAGGIO, Daniel Knebel; ROMEIRO, Maria do Carmo. Participação dos associados: um pilar estratégico de governança do cooperativismo. *Revista de Administração IMED*, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 221-236, jul./dez. 2016.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria H. da R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Coleção Os pensadores, vol. XXIV. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SCARANO, Renan Costa Valle; NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. Uma abordagem biopolítica da economia solidária a partir de Michel Foucault. *InterEspaço*, Grajaú, v. 2, n. 6, p. 379-395, mai./ago. 2016.

SISTEMA OCB. Anuário do cooperativismo brasileiro. *Núcleo de informações e mercado*, Brasília-DF, 2019a. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SISTEMA OCB. *História do cooperativismo*. Brasília-DF, s/d. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SISTEMA OCB. *O que é cooperativismo*. Brasília-DF, s/d. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SISTEMA OCB. Ramos do cooperativismo. *Somos Coop*, Brasília-DF, 2019b. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/57/ramos-do-cooperativismo>. Acesso em: 28 ago. 2021.

STOLLMEIER, Luara A; BRAGA JUNIOR, Walmir; PORCEL, Débora. Entre o chão de fábrica e a sala presidencial a primeira cooperativa industrial do paraná. *Espaço graduação*, v. 1, n. 1, p. 342-352, fev. 2013.

VILELA, José Ricardo de Paula Xavier; CARVALHO NETO, Antonio; BERNARDES, Patrícia; CARDOSO, Maria Beatriz Rocha. Governança e relações de poder: orientando as boas práticas em cooperativas e outras sociedades de pessoas. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 18, n. 2, p. 69-84, mai./ago. 2015.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3.ed. Brasília: Editora da UnB, 2000. p. 3-35.

# ZeroUm: a indústria brasileira de videogames

*Marcus Repa (PPGS/USP)<sup>278</sup>*

**Resumo:** O presente texto tem como objetivo apresentar o estudo em desenvolvimento da indústria brasileira de videogames. Os pressupostos teóricos se aproximam das concepções de estruturas tecnológicas, considerando o recente processo de digitalização, bem como a formação de culturas em ambientes virtuais. Nessa investigação, questionam-se quais são as formas atuais para o desenvolvimento de jogos digitais no Brasil, as constituições produtivas, dinâmicas empresariais do setor, assim como as formas de consumo. Em amplo aspecto, estima-se que os jogos eletrônicos brasileiros fazem parte de uma rede internacional de produção, justamente pelos ambientes digitalizados permitirem a troca constante de informações, uso de *softwares* disponibilizados para acesso público e a articulação com as empresas estrangeiras.

## Introdução

Os *videogames* podem ser entendidos a partir de suas linguagens artísticas e tecnológicas (LUZ, 2010) sendo produtos do desenvolvimento de softwares que sustentam as interações entre jogadores e os jogos por meio de virtualidades baseadas em

---

<sup>278</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo (PPGS-USP / FFLCH); e-mail: marcus.repa@usp.br.

códigos (JUUL, 2018). Estes reconstituem elementos reais transformados em meios visuais (ALLEN, 2017) a partir da aplicação de inteligência artificial (TOGELIUS, 2018; RUSSEL; NORVIG, 2013). Além disso, fazem parte das atividades multimídias de profissionais da tecnologia digital (NEWBIGIN, 2010) e de compartilhamento de serviços (BENDASOLLI *et al*, 2008).

Verifica-se primeiramente que as produções do setor extrapolam suas origens e se relacionam às estruturas tecnológicas em geral, uma vez que os produtos são convergentes com o que se faz em outros setores e logo tornam-se independentes de sua origem de aplicação, sobretudo no que se refere a linguagens e programação informática (RAMMERT, 1997). Posteriormente, o processo de digitalização incrementou o desenvolvimento de mídias digitais publicadas em plataformas de redes sociais (LUPTON, 2015). Nesses ambientes digitalizados emergem diferentes culturas, as quais se convertem em agrupamentos de usuários que criam suas interações pautados na ideia de reputação mediante redes de sociabilidade (CASTELLS, 2003).

A indústria de videogames brasileira acompanha essas configurações tecnológicas desde seu surgimento (CHIADO, 2011). Com o processo de digitalização, as atividades desse setor se expandiram (FIRJAN, 2019) o que se acompanhou da criação de empresas e de diversificação de profissionais no ramo, havendo

em seguida um processo de internacionalização (PERUCIA *et al*, 2011). Assim, surgiram as instâncias de consagração destinadas à apresentação de tecnologias em videogames para desenvolvedores e público consumidor (SAKUDA; FORTIM, 2018).

Portanto, busca-se apresentar quais são as atuais configurações e dinâmicas das redes profissionais entre os produtores de jogos eletrônicos, seus processos de profissionalização e de construção de prestígio nas hierarquias localizadas na indústria brasileira de videogames. A hipótese mais geral consiste em apontar que as estruturas tecnológicas presentes no setor permitem a existência de relações empresariais nos ambientes virtuais, especialmente incrementados pelo uso das plataformas de redes sociais digitalizadas que sustentam as formações de culturas profissionais, meios de sociabilidade e produção de jogos.

### **Videogames: estruturas tecnológicas**

O conceito de videogame nesse escrito engloba os jogos digitais para consoles assim como aqueles ligados aos computadores (LUZ, 2010). Além disso, na atualidade, os jogos eletrônicos ou digitais são pensados conceitualmente como um grande conjunto que abrange da mesma maneira os jogos disponibilizados na *internet*, assim como nos encontrados em

serviços de distribuição de aplicativos nos dispositivos de celulares (NEWMAN, 2014).

Os videogames podem ser pensados pela composição de elementos eletrônicos de software e hardware baseados em cálculos matemáticos e produzidos por design e programação computacional. As primeiras investidas com jogos surgem em experimentos computacionais nos centros universitários de pesquisas e militares estadunidenses. Posteriormente, com a implementação de *microchips*, processadores, arquiteturas de sistemas operacionais e *design* gráfico foram transferidos para os fliperamas e, adiante, para o entretenimento doméstico em consoles<sup>279</sup> (LUZ, 2010).

Nesse sentido, considera-se o desenvolvimento de videogames em suas produções materiais alinhadas entre as interações sociais e os meios produtivos. Nessa situação, os esquemas produtivos são padronizados nas competências e ações criativas originadas na rotina do trabalho com elementos técnicos para a criação de artefatos tecnológicos de maneira heterogênea. Assim, a tecnologia se constrói de maneira relacional, na medida em que os projetos construtivos são diferenciados pelas invenções e os tipos de trabalhos a estas associados e, nessa construção, estendem-se em diferentes relações e sistemas ramificados, os

---

<sup>279</sup> Geralmente são microcomputadores que podem ser acoplados em televisores ou telas externas e reproduzem os jogos (BATISTA *et al*, 2007)



quais culminam na utilização de procedimentos tecnológicos em diversas áreas (RAMMERT, 1997).

Desse modo, entende-se os videogames pelo prisma do digital, uma vez que a digitalização propiciou com que as estruturas tecnológicas forneçam sistemas e esquemas eletrônicos para o desenvolvimento dos jogos digitais. Assim, trata-se de um tipo de atividade que processa meios materiais que se conectam em diferentes áreas e suportes para uso tanto de atividades de entretenimento quanto tecnologia e ciência.

A formação da indústria enquanto modo empresarial tem seu início na década de 1970 com a empresa *Atari*<sup>280</sup> e sua concorrente *Magnavox Odyssey*<sup>281</sup>. Nas décadas seguintes, observam-

---

<sup>280</sup> Fundada em 1972 por Nolan Bushnell e Ted Dabney, foi uma das empresas pioneiras do mercado de games. Atualmente desenvolve jogos para diferentes segmentos multiplataforma. Disponível em: <<<https://www.atari.com/about-us/>>>. Acesso em 11 jun 2020.

<sup>281</sup> A *Odyssey* foi uma marca de consoles criada por Ralph Baer em meados da década de 60. (LUZ, 2010).

se os surgimentos da *Nintendo*<sup>282</sup>, *Sega Company*<sup>283</sup>, *Sony*<sup>284</sup> e *Xbox*<sup>285</sup>. Na esfera de videogames fora de uso em consoles, pode-se mencionar os jogos que são acessados por meio virtual em provedores, a *Valve*<sup>286</sup>. Atualmente, as particularidades dessa indústria estão ligadas ao desenvolvimento de microprocessadores, multimídia e uso de internet como forma de criatividade artística (AOYAMA; IZUSHI, 2002), assim como na combinação de elementos tecnológicos alinhados à produção em escala global com

---

<sup>282</sup> Fundada em 1889 no Japão, a Nintendo produzia jogos de cartas e brinquedos. Em meados da década de 1960 começou a realizar experimentos eletrônicos e desenvolver sensores ópticos (AYOMA; ZUSCHI, 2011).

<sup>283</sup> A SEGA iniciou suas atividades nos Estados Unidos a partir do uso de máquinas com fichas. Posteriormente, tornou-se a SEGA Electronics vislumbrando a entrada de equipamentos de consoles aos moldes de empresas como a Nintendo e a Atari. Disponível em: <<[https://segaretro.org/History\\_of\\_Sega](https://segaretro.org/History_of_Sega)>>. Acesso em 11 jun 2020.

<sup>284</sup> A empresa japonesa Sony desenvolve atualmente *consoles* utilizando DVD-ROM como mídia de leitura, controles com sistema de vibração, sistema de entretenimento e recursos multimídias, leitura integrada de Blu-Ray, sistema *online* para compra de jogos, console portáteis, integração de mídias sociais e redes para compartilhamento em *streamings* de games. Disponível em: <<<https://www.playstation.com/en-au/explore/ps4/playstation-through-the-years/>>> Acesso em 11 jun 2020.

<sup>285</sup> A Microsoft desenvolvia computadores e sistemas operacionais. Posteriormente, entrou no mercado com seu console *XBOX*, baseado em jogos digitais em mídia gravada em CD-ROMS. Atualmente, utiliza clube de assinatura *online* com jogos digitais.

<sup>286</sup> Empresa norte-americana de plataforma virtual, dedica-se na produção e distribuição de jogos eletrônicos. Atualmente, produz *hardwares*, óculos de realidade virtual, controles e dispositivos de jogo remoto. Disponível em <<<https://www.valvesoftware.com/pt-br/about>>> Acesso em 13 jun 2020.

altos investimentos financeiros dessas corporações de entretenimento (SCHUMACHER, 2007).

Dessa forma, os videogames são compostos pelos sistemas tecnológicos digitalizados e incorporados pela indústria para a fabricação de um jogo. Nessa atividade, salienta-se a existência de um mundo criado a partir da interação entre tecnologia e arte, construtora de linguagem e expressão que de algum modo reúne dois mundos, o real e o virtual. Esse hibridismo ocorre pela remediação, ou seja, a linguagem de um jogo se associa a outras produções (televisão, cinema, quadrinhos), as quais colaboram de certo modo no desenvolvimento de interfaces com empréstimos de linguagem (BOLTER; GRUSIN *apud* LUZ, 2010).

O desenvolvimento híbrido do videogame se orienta pela construção interativa entre jogador e o jogo, salientando o entendimento dos códigos que constroem a atividade em regramentos sistematizados e que combinam na linguagem computacional projeções de sons, cores, estéticas e texto. Assim, a concepção de *meio real*, compreende que os jogos podem ser expandidos para além de suas projeções gráficas e serem concebidos pela interação direta do jogador inserido em um mundo ficcional com regras internas do videogame (JUUL, 2019) e são desenvolvidos em sistemas de *softwares* que projetam as experiências de jogabilidade variada a partir de elementos físicos

capturados pelas semelhanças com o mundo real<sup>287</sup>(ALLEN, 2017).

Essa construção de experiência gráfica e semelhante ao mundo externo criam as similitudes entre os videogames e a inteligência artificial. Ambas estiveram presentes desde a experiência de Alan Turing e sua compreensão de como os sistemas computacionais poderiam se tornar inteligentes, na medida em que esses reconhecessem regras pré-determinadas e podem operacionalizar comandos específicos por meio da leitura em códigos de programação (TURING, 1950). Esses códigos podem ser identificados por questões de lógica matemática e se relacionam ao processamento de informações para construção de arquiteturas e engenharias de programação, bem como o processamento de dados que operacionalizam a máquina em suas redes neurais promovendo aprendizado<sup>288</sup>(RUSSEL; NORVIG, 2013).

---

<sup>287</sup> Em outro aspecto, alguns treinamentos militares são usados por meio de Dismounted Soldier Training System (DSTS) que significa uma operação militar virtualizada para melhoria de combates reais em simulação em programas de realidade virtual com objetivo de aperfeiçoar manobras, retiradas e ações durante um conflito armado (REITZ; RICHARDS, 2013).

<sup>288</sup> Atualmente em competições de jogos de computador ocorrem as tentativas de aprendizado de máquinas. A General Game Competition tem como iniciativa fazer com que um computador aprenda a jogar determinado jogo apenas com uma descrição lógica das suas regras (RUSSEL; NORVIG, 2013).

## Os videogames no Brasil

Os videogames no Brasil remontam ao final da década de 70. No contexto econômico, a reserva de mercado criada pelo governo federal ambicionava proteger a indústria brasileira de empresas estrangeiras e suas novas tecnologias com microchips, hardwares e computadores importados. Pensava-se, portanto, em um mecanismo de defesa do setor de informática privilegiando a capacidade produtiva em território nacional (GRAU, 1988).

Apesar disto, parte da população adquiriu os equipamentos eletrônicos importados dos Estados Unidos da América e do Paraguai. Nesse contexto, impulsionou-se a Zona Franca de Manaus, criada em meados da década de 50, como um polo tecnológico produtor de dispositivos de tecnologia, embora ainda dificultado pela reserva de mercado (FERREIRA; BOTELHO, 2014). Paradoxalmente, essa iniciativa de controle governamental facilitou com que as empresas nacionais pudessem clonar as invenções estadunidenses, especialmente os videogames quebrando as licenças de jogos e patentes de logomarcas (CHIADO, 2011).

As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo concentravam as vendas do *Telejogo* produzido pela empresa Philco. Surgem a *Dynacom* e a *Dactar*. A clonagem de consoles propiciou o surgimento de empresas independentes que produziam seus próprios cartuchos a partir de títulos copiados de uma matriz

original da Atari. Cada cópia pirateada propiciava uma oferta que constituiu um mercado de novos consumidores. Nesse momento, a Embratel constrói seu console *TopGame* a partir de microprocessadores. Logo depois, a *Sayi Eletrônica* entra no mercado clonando o lançamento da Atari fabricando um console a partir de componentes eletrônicos e microprocessadores importados de Taiwan (CHIADO, 2011).

Em meados dos anos 80, o mercado consumidor de videogames nos Estados Unidos entrou em colapso. Contudo, o Brasil se tornou um mercado promissor e outras corporações também observaram o crescimento do consumo, como as locadoras se tornando um espaço de sociabilidade para os jogadores, surgindo os primeiros clubes de jogos, torneios com premiação e competição entre fabricantes com suporte do varejo. Além disso, na imprensa, destinam-se espaços nos jornais para discutir os jogos e consoles, bem como o surgimento de revistas especializadas (CHIADO, 2011).

Apesar da recessão econômica, os videogames surgiram como uma nova forma de consumo e as empresas conquistavam o mercado com seus clones até a chegada do Atari original (Gradiente/Polyvox) que ganhou preferência dos consumidores seguido pela Odissey (Phillips/Magnavox). Esse impulsionamento fez com que a Zona Franca de Manaus se tornasse um polo de produção tecnológico (CHIADO, 2011). Esses contextos de

desenvolvimento tecnológico no Brasil propiciaram que outras empresas se instalassem no país a partir dos anos 2000. A *Sony* e a *Microsoft*<sup>289</sup> possuíam fabricação nacional de seus consoles na Zona Franca de Manaus. Contudo, a partir de 2015 a Sony descontinuou a produção de *Playstation 4*<sup>290</sup>, ficando apenas o *Xbox* em continuidade no país.

Com base no processo recente de tecnologia e informatização, notabiliza-se a expansão de empregos formais e surgimento de perfis empresariais alinhados com as produções tecnológicas (FIRJAN, 2019). Segundo os dados obtidos através dos 1º e 2º Censo da Indústria de Games no Brasil, o setor é composto em maior parte por empresas de pequeno ou médio porte com funcionamento recente de, pelo menos, sete anos, concentrados na região Sudeste, seguida da região Sul e Nordeste; alinhadas ao desenvolvimento de *softwares*, conteúdo digital e animação. Os jogos de entretenimento são a principal fonte de receita, assim como os *advergemes*<sup>291</sup>.

---

<sup>289</sup> A Microsoft começou a produzir Xbox no Brasil em 2012. como seu segundo maior pólo de produção atrás apenas da sua primeira sucursal localizada na China. Disponível em: <<<https://exame.com/tecnologia/producao-de-xbox-no-brasil-reduzira-preco-de-games/>>> Acesso em: 13 jun 2020.

<sup>290</sup> Segundo as informações, para a Sony era mais vantajoso economicamente trazer os consoles prontos do que produzirem aqui. Disponível em: <<<https://canaltech.com.br/consoles/mesmo-com-reducao-de-imposto-sony-nao-fabrica-mais-o-ps4-no-brasil-147967/>>> Acesso em 13 jun 2020.

<sup>291</sup> Termo composto por *advertise* (propaganda) e *games* (jogo), especialmente desenvolvido para *marketing* de empresas, eventos, serviços, entre outros.

Entre as desenvolvedoras, a participação de empresas nacionais é maior do que a de clientes internacionais. Em outro aspecto, os jogos educacionais<sup>292</sup> representam uma terceira fatia de receita importante, enquanto os jogos corporativos para treinamento empresarial, saúde e simuladores ficam em quarto, quinto e sexto lugar respectivamente. Em relação à equipe profissional, destaca-se o vínculo de terceirização e, posteriormente, o regime de CLT, composto majoritariamente por funcionários de gênero masculino e com investimento inicial de capital realizado majoritariamente pelos próprios fundadores. As fontes de financiamento principais são editais públicos federais<sup>293</sup> ou privados e investimento anjo<sup>294</sup>, apesar da existência de financiamento coletivo e empresas incubadoras<sup>295</sup>. Além disso,

---

<sup>292</sup> Denominados no setor como *seriousgames*, com objetivo educacional para diferentes instituições empresas, saúde, escolas, entre outros (DJAOUTI *et al*, 2011).

<sup>293</sup> A Ancine criou marcos regulatórios para o setor a fim de incrementar a indústria e participar na expansão dessas atividades por meio de editais em projetos de captação de recursos, prevendo financiamento com despesas a partir de critérios de vínculos trabalhistas, licenças de software e uso de propriedade intelectual brasileira (ANCINE, 2017).

<sup>294</sup> São chamados investidores anjo os responsáveis pelo investimento inicial de projetos inovadores e comunidade de empreendedores (BRAGA, 2016).

<sup>295</sup> Instituições auxiliaadoras de pequenas empresas em fase inicial, mas que já apresentam operações ofertando produtos e serviços inovadores. Disponível em: <<<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-incubadoras-de-empresas-podem-ajudar-no-seu-negocio,f240ebb38b5f2410VgnVCM100000b272010aRCRD>>>; Acesso em: 13 jun 2020.



existem financiamentos público de prefeituras<sup>296</sup> e secretarias regionais ou parcerias com universidades (SAKUDA; FORTIM, 2018).

Embora seja um setor baixa participação no conjunto do PIB nacional (SAKUDA; FORTIM, 2018), as empresas condicionam sua existência no mercado global de produção e desenvolvimento de videogames a partir de suas atividades produtivas por meio da cooperação e alianças. Assim, a estratégia é coordenar atividades atrelando conhecimentos e qualificações na busca por diminuição dos custos produção se atendo às formas de internacionalização de procedimentos produtivos de videogames (PERUCIA, A. *et al*, 2011).

Nesse aspecto, a partir dessas estratégias de internacionalização, criam-se instâncias de consagração sediadas ou participantes de eventos globais, casos, por exemplo, do BIG Festival, Brasil Game Show, Sebrae Nacional, SBGames, Campus Party, Nave Oi Futuro; e os prêmios Casual Connect, Game Connection America Global Top Round, PAX East e West, Imagine Cup, Unity Awards e Square Enix Latin American Contest. Os jogos independentes são premiados no Independent

---

<sup>296</sup> A Spcine em São Paulo fomenta a produção de games para empresas independentes e com temáticas de produção variadas. Disponível em <<<http://spcine.com.br/formacao/>>>. Acesso em 13 jun 2020.

Games Festival (IGF), The Game Awards e o International Mobile Gaming Awards (SAKUDA; FORTIM, 2018).

Em estudo recente, notou-se que essas características da indústria tem se mantido, porém com maior avanço em direção ao mercado global e competição entre as empresas brasileiras dificultando alianças e cooperações. Por outro lado, as iniciativas públicas apresentadas pelo BNDES Finep e Ancine com leis de incentivo e instrumentalização de *clusters* operam na ramificação dessas atividades e podem contribuir para a manutenção do setor impulsionando o surgimento de outras empresas, bem como auxiliar na colaboração em projetos comuns de transferência e compartilhamento de conhecimentos técnicos, profissionais e produtivos (SAKUDA *et al*, 2019).

Desse modo, observa-se que a indústria de videogames no Brasil se alinha à produção internacional, especialmente no tocante a construção de estratégias de participação no desenvolvimento tecnológico e redes de produção. Da mesma maneira, parte do processo ocorreu devido à digitalização e aos espraiamentos dessas atividades para além do setor de entretenimento. Nesse sentido, busca-se compreender quais são as convergências entre o desenvolvimento de videogames no país e suas afinidades com as redes produtivas tecnológicas, bem como as atividades profissionais inseridas nessa indústria.

## **Categorias Profissionais: atividades e plataformas de emprego**

O trabalho em diferentes indústrias sofreu inúmeras transformações, especialmente com divisão do trabalho e diversificação de atividades correlacionadas com o implemento de computadores nos espaços profissionais e o surgimento de funções aliadas à construção de sistemas operacionais e suas análises com distribuição de setores conforme as operações prescritas anteriormente. Braverman concebe que a inserção do computador no trabalho gerencial, parte de um quadro hierárquico de funcionários que corresponda a um setor específico de gama de operações, as quais o computador poderia realizar. Dessa maneira, surgem o analista de sistema e o programador. Cada um deles lida, respectivamente, com o processamento de dados e na arquitetura do sistema operacional escrevendo o sistema e suas funções. Nas palavras do autor, remete ao surgimento de um esquema de códigos e uma linguagem passada de um setor controlador para os demais, os quais executam suas tarefas conforme as operações e normas para a realização da atividade (BRAVERMAN, 1981).

Parte dessas argumentações podem ser encontradas em Manuel Castells e sua fundamentação teórica a respeito das modificações estruturais na sociedade após o incremento de tecnologias nos setores do mercado de trabalho global. Castells situa o trabalho como fundamento de novas aplicações

tecnológicas, especialmente nas modificações encontradas no trabalho local e global, onde a estrutura social antiga se ajusta no mundo contemporâneo em categorias profissionais e de emprego colocadas em transições no que diz respeito aos “modos de desenvolvimento rural, industrial e informacional” (CASTELLS, 2020, p. 268).

Essa sociedade informacional é expressa pelo surgimento gradual de atividades diversificadas, possibilidades empregatícias para administradores, especializações técnicas, formação de um “proletariado de escritório”, crescimento dos níveis inferiores e superiores da estrutura ocupacional, qualificações mais especializadas e nível avançado de instrução. A proposta situa uma tipologia nesse “processo produtivo” levando em consideração “os trabalhadores ativos na rede, os passivos na rede e os desconectados”. O primeiro é estabelecido por “conexões de iniciativa própria”, o segundo “estão *online* mas não decidem quando, como, por que ou com quem” e o terceiro “presos a suas tarefas específicas, definidas por instruções unilaterais não interativas” (CASTELLS, 2020, p. 306).

Portanto, o processo de informatização do trabalho e, conseqüentemente das relações sociais, possibilitou o aparecimento de uma perspectiva agregadora pelas redes de *internet* e o advento de culturas heterogêneas identificadas no universo da tecnologia. Contudo, como o setor de videogame brasileiro seria

categorizado diante dessas especificidades produtivas? Tal questionamento se dá na medida em que essa indústria em escala global nasce pelo desenvolvimento tecnológico com agentes sociais identificados por práticas comuns e constroem significado com bases culturais da fragmentação, simultaneamente às operações de avanço tecnológico, fragmentação e conexões dos trabalhadores ativos ou passivos, mas quase nunca desconectados.

Atualmente os profissionais vinculados à tecnologia digital são responsáveis por tornarem seus produtos em aspecto simbólico e que expressem significado cultural e de incremento econômico (NEWBIGIN, 2010). Por outro lado, trata-se de uma indústria localizada no compartilhamento de serviços e produtos tecnológicos mediados pela padronização a partir da criatividade estética para desenvolvimento de recursos tecnológicos (BENDASOLLI *et al*, 2008).

No caso da indústria de videogames, os primeiros jogos eletrônicos dependiam somente de um engenheiro que construísse a arquitetura do jogo e sua jogabilidade. Contudo, com a dinâmica de produção e incremento tecnológico propiciado pela introdução de gráficos de *hardware* e *software* novas especializações e diferenciação das atividades emergiram (LUZ, 2010). Nesse sentido, os jogos são parte de um processo tecnológico com aspectos simbólicos e significados culturais que possibilitam o exercício criativo.

Esta criatividade está presente no domínio de diferentes conhecimentos que influenciam a produção e desenvolvimento da indústria que necessita de empresas com diferentes características para suas produções, os *clusters*. Estes criam setores articulados com as principais empresas para o desenvolvimento de gráficos, respostas de dados, incrementos narrativos e outras funções (FLEURY *et al*, 2017).

Dentro dessa indústria de videogames, as atividades profissionais são diversificadas em *designers* de *games* responsáveis pelo conceito geral do produto e a regras de jogabilidade com habilidades de programação em softwares e técnicas de design, conhecimento em inglês, arte e ciência da computação; os *artistas* que criam gráficos em diferentes dimensões (2D ou 3D), animações dando as configurações das imagens a partir do papel e posteriormente no uso do computador com habilidades de imaginação criatividade oriundos de formação acadêmica ligada às artes eruditas, modelagem e animação de software; *designers* de som que criam a atmosfera musical do jogo compondo os temas e arranjando a música de modo apropriado ao jogo, com habilidade de engenharia de som e treino com conhecimentos básicos em informática (hardware e software); os *programadores* que escrevem o software do jogo, traduzindo as ideias e mecânicas anteriormente propostas pelos profissionais anteriores em equações matemáticas, inteligência artificial, codificando os gráficos, sons para a escrita do

jogo a ser jogado com habilidades matemáticas, conhecimento em programas e linguagens de códigos para programação e ciência da computação; e os *game testers*, jogadores ou usuários finais que testam o produto final buscando erros no software, jogabilidade, *bugs*, que precisam de familiaridade com tecnologia, mas sem formação acadêmica específica, embora se destaquem os que tenham conhecimentos técnicos em computação (AOYAMA *et* IZUSHI, 2002).

O desenvolvimento de um videogame se alia aos recursos tecnológicos de engenharia *design* e *gameplay* pela integração *softwares* com processadores, renderização de imagem e gráficos, formando o jogo digital na combinação entre estética, imersividade e interatividade (TSCHANG, 2004). Essas dimensões resultantes na construção dos jogos articulam uma modalidade conhecida como *playbours*.

Esses profissionais atuam da mesma forma como jogadores, embora participem do produto final pela construção de *mods*. Os *mods* [modificações] acontecem na linguagem de programação original e agregam valor à indústria, uma vez que as empresas se beneficiam da produção digital colaborativa e desenvolvimento de softwares com código aberto que resultam em produtos comerciais que são geralmente incorporados às empresas detentoras da propriedade intelectual (KÜCKLICH, 2005).

Os videogames são produzidos sob diferentes condições, tanto nos grandes estúdios quanto nos independentes. O desenvolvimento de um jogo digital envolve empresas parceiras, distribuidores, mudanças tecnológicas e aplicação de *softwares*, construção de cronogramas que observam atentamente os eventos comerciais e a imprevisibilidade de aceitação pelo público, assim como a recepção da crítica especializada. Em outro aspecto, a maior parte de um jogo digital é realizado em trabalho remoto, especialmente *home working*, excetuando os momentos de iniciativas para novos projetos (SCHREIRER, 2018; WHITE, 2019).

A atuação profissional nesses projetos aparece na indústria pela contratação de estagiários universitários que demonstrem interesse no setor. As universidades são o início do processo de recrutamento para que os desenvolvedores inseridos em empresas independentes, sendo essas os primeiros espaços de construção de redes profissionais e conexões de empregos. Além disso, existem as páginas das empresas que organizam os currículos em ranqueamentos para determinados cargos profissionais. Apesar disso, os estúdios têm como preferência a escolha de perfis com mais experiência e carreira consolidada na indústria (BREAULT, 2020).

A experiência profissional nessa indústria pode ser aproximada ao uso dos algoritmos como formas de interações em plataformas de empregos online baseadas na reputação. Essa é



mediada por um sistema que transforma qualidades profissionais em um ranking de afinidades que promovam a construção de um algoritmo alocado em um Sistema de Reputação Online (SRO) [Online Reputation Systems (ORS)]. O SRO converte os dados minerados em um escore entre a empresa cadastrada e as qualificações profissionais descritas produzindo um ranqueamento visível somente para os dados cadastrados e/ou procurados pelos empregadores (GANDINI, 2016).

Além do fator empresarial, a construção das reputações acontece em níveis de ranqueamento das empresas e trabalhadores em comunidades *online* e/ ou sites de emprego. Exemplificando, todas as informações de um usuário são configuradas em pontuações dentro de um sistema, o qual exibe as aptidões daqueles que preenchem o formulário (BREAULT, 2020). E no Brasil, as plataformas de emprego *LinkedIn* e a recente hospedagem virtual do *Big Empregos* são as fontes de oferecimentos de trabalho e organização dos dados de possíveis funcionários.

Desse modo, esses espaços profissionais digitalizados aliados às novas configurações do trabalho propiciam a formação de culturas, as quais podem ser descritas como a *tecnomeritocrática* estabelecida pela produção científica e de desenvolvimento dentro da comunidade, desempenho individual e avaliação de reputação para que os profissionais alcancem reconhecimento; a *hacker* que se constrói no compartilhamento de códigos de informática para

aperfeiçoar ou quebrar informações de sistemas operacionais; a *virtual* construída na comunicação livre e compartilhada de dados em redes autônomas como instrumento de ação coletiva e a *empresarial* que busca inovação e lucratividade por meio de interações com as outras culturas (CASTELLS, 2003).

Portanto, as estruturas tecnológicas da mesma maneira fornecem mecanismo de construção de sociabilidade pelo incremento de tecnologias que se descolam de seus primeiros usos e passam a atuar em outros modos de produção e meios inventivos (RAMMERT, 1997). Nesse sentido, as estruturas sociais *digitalizadas* possibilitam encontros e formação de novos meios de comunicação e interação entre usuários (LUPTON, 2015). Cada um desses incorpora em si elementos de linguagem e interpretar os significados culturais de pertencimento nessas culturas *online* (CASTELLS, 2003). No caso dos videogames, observam-se as construções de interfaces híbridas (LUZ, 2010) tanto no modo com que a indústria se configurou quanto na maneira de se articularem as redes de produção e atividades profissionais mediadas pelo algoritmo para a construção de *rankings* em oferecimento de oportunidades empregatícias (GANDINI, 2015).

No caso brasileiro, verificam-se similaridades com as encontradas no debate bibliográfico internacional, uma vez que no panorama de produção e desenvolvimento, a digitalização do parque brasileiro de produção ocorreu paralelamente à indústria

global, sendo inclusive um país prestigiado no roteiro de eventos internacionais (SAKUDA; FORTIM, 2018). Parte desse reconhecimento é produto da recente internacionalização (PERUCIA *et al*, 2011) e disputa transnacional com outras empresas, embora a produção de videogames se realize entre as companhias nacionais (FLEURY *et al*, 2017).

Partindo dos pressupostos acima apresentados, salienta-se que o recente processo de informatização pode ter auxiliado na interligação das empresas de videogames nacionais com as internacionais, tendo em vista a dinâmica dessa indústria. Dessa forma, o principal componente para adentrar no mercado global de produção está aliado aos usos dos recursos tecnológicos disponibilizados em ambientes *online*. De certa forma, o meio digital é sustentador desses setores de produção e desenvolvimento, uma vez que *softwares* podem ser encontrados em hospedagens em páginas na *internet* e *hardwares* comprados em lojas físicas ou *online*.

Os relacionamentos no interior de estruturas tecnológicas que podem formar associações em busca de legitimidade no setor é construída a partir dos projetos e suas formas de financiamento que moldam os perfis de jogos digitais a serem produzidos. Nesta produção, as tipologias profissionais são selecionadas em um *ranking* de formações acadêmicas a serem minerados por empregadores em plataformas de oportunidades de emprego.

Em contrapartida, mesmo que no caso brasileiro não se verifique uma ampla gama de plataformas de emprego com *rankings* de reputações específicas para os videogames, exceto o *Big Empregos*, sustenta-se que as culturas online, entre produção e consumo, seriam interligadas por ambientes de especializações e aperfeiçoamentos criando espaços para compartilhamento de inovações tecnológicas, assim como interação entre jogadores, desenvolvedores e redes profissionais, uma vez que saindo do escopo produtivo nacional e encontrando na internacionalização promovida pelo uso da *rede* mecanismos de desenvolvimento, distribuição e consumo para o setor.

### Referências Bibliográficas

ABRAGAMES. Disponível em: <http://www.abragames.org/>. Acesso em 01 ago. 2020.

ATARI. *About us*. Disponível em: <https://www.atari.com/about-us/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ALLEN, Robertson. The artifice of the virtual and the Real; The Labor of Virtual Soldiers. In: *America's Digital Army: Games at Work and War*. University of Nebraska, 2017.

ANCINE. *Política de financiamento para Games*. Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/publicacoes/apresentacoes/pol-tica-de-financiamento-para-games>. Acesso em: 13 jun 2020.

AOYAMA, Yuko; IZUSHI, Hiro. Hardware Gimmick or Cultural Innovation? Technological, Cultural, and Social Foundations of

the Japanese Video Game Industry. *Research Policy*, n. 32, p. 423-444, 2013. 10.1016/S0048-7333(02)00016-1.

BATISTA, Mônica de Lourdes Souza et al. Um Estudo sobre a História dos Jogos Eletrônicos. *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*, n.3, jul./dez 2007.

BIG FESTIVAL. Disponível em: <https://www.bigfestival.com.br/index.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRAGA, João Kepler. *Quem são os 30 investidores Anjo Brasileiros melhores ranqueados no LinkedIn?* Disponível em: <<<https://www.linkedin.com/pulse/quem-s%C3%A3o-os-30-investidores-anjo-brasileiros-melhor-linkedin-braga/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRAVERMAN, Harry. Trabalhadores em escritório. In: *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BREAULT, Michael. Career Opportunities in the Game Industry. *Narrative design: the craft of writing for games*, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CASTELLS, Manuel. A transformação do trabalho e do mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível. In: CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Paz e Terra, 2020.

CASTELLS, Manuel. A Cultura da Internet. In: *A Galáxia da Internet*. Jorge Zahar, 2003.

CHIADO, Marcus Vinicius Garrett. *1983: O Ano dos Videogames no Brasil*. Edição do Autor: São Paulo, 2011.

DJAOUTI, D. et al. *Origins of Serious Games*, 2011. 10.1007/978-1-4471-2161-9\_3.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga; BOTELHO, Lissandro. O emprego industrial na Região Norte: o caso do Polo Industrial de Manaus. *Estud. av.*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 141-154, Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000200010>.

FIRJAN/SENAI. *Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>. Acesso em 08 abr 2020.

FLEURY, Afonso *et al.* Jogos Digitais no Brasil: mapeamento da indústria e proposições de políticas públicas. In: VALIATI, Leandro; FIALHO, Ana Letícia do Nascimento (org.). *Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia II*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

FLEURY, Afonso; SAKUDA, Luiz Ojima, CORDEIRO, José H. D. *I Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais, com Vocabulário Técnico*. São Paulo: GEDIGames, NPGT, Escola Politécnica (USP), 2014.

GANDINI, Alessandro. Reputation, the Social Capital of a Digital Society; Working Online: An exploration of social recruiting and digital marketplaces. In: *The Reputation Economy - Understanding Knowledge Work in Digital Society*. Middlesex University: London, United Kingdom, 2016.

JUUL, Jesper. *Half-real: videogames entre regras reais e mundos ficcionais*. São Paulo: Blucher, 2020.

KÜCKLICH, Julian. *Precarious Playbour: Modders and the Digital Games Industry*. Disponível em: <http://five.fibrejournal.org/fcj-025-precariou-playbour-modders-and-the-digital-games-industry/>. Acesso em: 22 mar 2020.

LUZ, Alan Richard da. *VídeoGames: história, linguagem e expressão gráfica*. São Paulo: Blucher, 2010.

LUPTON, Deborah. Introduction; The Digitised body/self. In: *Digital Sociology*. Routledge, Taylor & Francis, 2015.

NEWBIGIN, John. *A Economia Criativa: um guia introdutório*. Série Economia Criativa e Cultural do British Council. British Council, 10 Spring Gardens, London SW1A 2BN, Reino Unido, 2010.

NEWMAN, Heather. *The History Of VideoGames, In One Infographic*. Forbes, 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/hnewman/2017/11/29/the-history-of-video-games-in-one-infographic/#46c58c591a5c>. Acesso em: 1 ago 2020.

REITZ, Emilie; RICHARDS, Robert. *Optimum Dismounted Soldier Training Experience: Live or Virtual?*, 2013.

PERUCIA, A. *et al*. Coordenação das atividades produtivas na indústria brasileira de jogos eletrônicos: hierarquia, mercado ou aliança? *Produção*, v. 21, n. 1, p. 64-75, jan./mar. 2011.

PLAYSTATION. *Playstation through the years*. Disponível em: <https://www.playstation.com/enau/explore/ps4/playstation-through-the-years/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

RAMMERT, Werner. New Rules of Sociological Method: Rethinking Technology Studies. *The British Journal of Sociology*, 1997. 48.171.10.2307/591747.

RUSSEL, Stuart J; NORVIG, Peter. Parte I. In: *Inteligência artificial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SAKUDA, Luiz Ojima; FORTIM, Ivelise (Orgs.). *II Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais*. Ministério da Cultura: Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.tinyurl.com/censojogosdigitais>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SAKUDA, Luiz Ojima *et al*. Perfil Da Indústria E Avaliação Das Políticas Públicas: Considerações Do 2o Censo Da Indústria Brasileira De Jogos Digitais. In: *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de*

*informação e comunicação nas empresas brasileiras*: TIC empresas 2019: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020; PDF.

SEBRAE. *Como as incubadoras de empresas podem ajudar o seu negócio*. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-incubadoras-de-empresas-podem-ajudar-no-seu-negocio,f240ebb38b5f2410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 13 jun 2020.

SEGA. *History of Sega*. Disponível em: [https://segaretro.org/History\\_of\\_Sega](https://segaretro.org/History_of_Sega). Acesso em: 11 jun. 2020.

SCHUMACHER, Leif. Immaterial Fordism: The Paradox of Game Industry Labour. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 1, n. 1, p. 144-155, 2007. Accessed April 8, 2020. [www.jstor.org/stable/10.13169/workorglaboglob.1.1.0144](http://www.jstor.org/stable/10.13169/workorglaboglob.1.1.0144).

SCHREIER, Jason. *Sangue, suor e pixels*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

SPCINE. Disponível em: <http://spcine.com.br/formacao/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

TOGELIUS, Julian. What is (Artificial) Intelligence; Do Video Games Have Artificial Intelligence. In: *Playing Smart: on games, intelligence and Artificial Intelligence*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

TSCHANG, F. T. Videogames as interactive experimental products and their manner of development. *International Journal of Innovation Management*, v. 9, n. 1, p. 103-131, 2005.

VALVE. *About*. Disponível em: <https://www.valvesoftware.com/pt-br/about>. Acesso em: 13 jun. 2020.



WHITE, Matthew M. *Breaking out of the games industry*. Boca Raton, FL; Taylor & Francis, 2019.

XBOX. Disponível em: <https://www.xbox.com/pt-BR/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

# O mundo do trabalho em transformação: A concepção da indústria para conformar a subjetividade neoliberal

*Mayara Oliveira Fernandes (PPGS/USP)<sup>297</sup>*

**Resumo:** No período de estabelecimento de medidas neoliberais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tornou-se uma importante instituição no engajamento do setor industrial na promoção de políticas públicas educacionais com a intenção de atender às necessidades da produção e da acumulação capitalista. O presente trabalho tem por objetivo investigar como a CNI se integra em um campo em disputa para atender seus interesses na formação profissional. Inferimos dos dados que as proposições de políticas de formação profissional, centrais para a “captura” da subjetividade, exercem o papel de conformar uma subjetividade, demandada pelas novas formas de trabalho precarizadas, instáveis e flexíveis.

**Palavras-chave:** mundo do trabalho; formação profissional; subjetividade neoliberal; confederação nacional da indústria.

## Introdução

No presente texto busca-se apresentar os progressos iniciais da pesquisa em andamento, tendo como objetivo investigar

---

<sup>297</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: mayara.fernandes@usp.br.

como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) se integra em um campo em disputa para atender seus interesses na formação profissional. Para tanto, analisa-se o ensino profissional técnico que opera na formação da mão de obra para atuar no mercado de trabalho. A necessidade de formação para o trabalho é tema recorrente da burguesia industrial, que afirma haver uma carência de mão de obra qualificada no Brasil que impede, ou dificulta, o desenvolvimento do país. Assim, é importante compreender a relação entre a política educacional e o processo de produção socialmente vigente, bem como as pressões empresariais exercidas sobre o Estado.

Embora a aproximação de setores empresariais nas políticas públicas para a formação profissional não seja um fenômeno recente<sup>298</sup>, no último período houve uma intensificação de organizações não governamentais nacionais e internacionais atuando na formulação de políticas públicas educacionais (AMEIDA; HEY, 2018). Por política em seu sentido público entendemos que há o engajamento de atores sociais coletivos “em consulta prévia”. Portanto, uma política pública resulta de um processo democrático de decisão coletiva. A política pública se difere de uma política estatal, pois esta última não necessariamente provém de um processo democrático, mas pode decorrer de um

---

<sup>298</sup> Tratando-se da Confederação Nacional da Indústria (CNI), esta assumiu o controle da formação profissional já na década de 1940.

ato unilateral do governo (MELLO E SILVA; MELO, 2018). Para a apreensão da “essência de uma política pública educacional”, segundo Virgínia Fontes (2010), é necessário considerar a correlação de forças no processo pelo qual ocorre a definição e a implementação de uma política pública. Tal processo é marcado por diversos interesses, sendo eles, econômicos, políticos e ideológicos, uma vez que a política educacional não se define sem disputas, sem contradições e sem antagonismos de classe. A educação profissional é considerada uma peça importante para a eficiência produtiva, sendo papel do Estado formar, por meio das políticas públicas, a força de trabalho demandada pelo mercado capitalista de produção. Para Oliveira e Souza e Silva (2019), é necessário entender as políticas públicas como vinculações estreitas ao modelo de Estado de onde elas emanam, levando em conta, assim, o modelo econômico vigente que está passando por mudanças no processo de trabalho.

Na visão da indústria, no Brasil há uma carência de mão de obra qualificada e, para tentar suprir essa necessidade, a educação para a formação profissional foi sendo alvo de discussões que visavam respondê-la. Nas décadas de 1980 e 1990, segundo Rodrigues (1998), o empresariado brasileiro se consolidou nos debates e nas elaborações de políticas educacionais, com a intenção de atender as necessidades da produção em expansão. Neste sentido, percebe-se uma movimentação da economia na exigência

de “determinado tipo de trabalhador para atender a esse movimento” (TOMINAGA; CARMO, 2015). A modernização no campo produtivo e subsequente necessidade de formação profissional aproximam o empresariado das questões educacionais, sendo a CNI “o mais importante órgão de representação da burguesia industrial brasileira” (RODRIGUES, 1998).

Sistematicamente, a CNI elabora diretrizes para “aumentar a competitividade da indústria e o crescimento do Brasil”, considerando como um fator-chave a Educação. Como escolha metodológica, direciona-se aqui a trabalhar com um documento produzido pela própria CNI, para desvelar, pela ótica do próprio empresariado industrial, sua agenda para a educação. Relacionar as necessidades da indústria na formação de mão de obra qualificada com as transformações no mundo do trabalho permite expor os processos de subjetivação da força de trabalho demandada pelas novas formas de trabalho precarizadas, instáveis e flexíveis. Neste sentido, é necessário fazer uma interface entre a Sociologia do Trabalho e a Sociologia da Educação.

Em suma, este trabalho objetiva verificar como a CNI se integra em um campo em disputa para atender seus interesses na formação profissional, tendo em vista as necessidades da acumulação capitalista global. Assim, entende-se que as mudanças no mundo do trabalho, além de ter ocasionado profundas transformações no processo produtivo, com novas formas

organizacionais de trabalho precarizadas, também suscitou a necessidade de formar um “tipo” de mão de obra melhor qualificado que se enquadre nestas condições estruturais e superestruturais de sustentação das relações sociais capitalistas (ANDRADE; GAWRYSZEWSKI, 2018). Assim, as políticas públicas para a formação profissional tornam-se centrais para a subjetivação. Nesse sentido, verificar a ingerência da burguesia industrial na educação pode auxiliar a desvelar o tipo de trabalhador desejado para as novas e flexíveis relações capital-trabalho.

Apresentar-se-á a seguir, em três partes, os avanços da pesquisa. Primeiramente será feita uma apresentação da CNI, como uma importante instituição no que diz respeito ao engajamento do setor industrial e à promoção de políticas públicas. Na segunda parte, apresentar-se-á um documento produzido pela CNI a fim de sondar as aspirações da indústria para o tipo de educação que almejam. E, por fim, longe de apresentar uma conclusão, far-se-á uma reflexão sobre a “captura” da subjetividade demandada pelas novas formas de trabalho precarizadas e flexíveis.

## **A formação profissional e a ingerência da indústria**

Ao longo da história brasileira buscou-se resolver as questões de formação<sup>299</sup> para o trabalho na tentativa de combater o desemprego, aumentando a empregabilidade da classe trabalhadora. Considera-se que os projetos implantados se alinharam a uma “política neodesenvolvimentista de indução a formação de força de trabalho flexível” (OLIVEIRA; SOUZA; SILVA, 2019). Ou seja, são considerados mecanismos ditados pela dinâmica econômica que garantem a manutenção das “relações de produção e divisão social do trabalho na fase de acumulação flexível do capital” atuando, portanto, na reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA; SOUZA; SILVA, 2019; DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015; CAMARA, 2018). Além disso, os programas mostraram-se insuficientes para enfrentar o “gargalo” de formação de mão de obra existente no Brasil (LIMA; PACHECO, 2017).

---

<sup>299</sup> Lima e Pacheco (2017) destacam os seguintes programas de abrangência nacional que foram adotados no Brasil: o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial (PIPMOI); o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO); o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR); o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que substituiu o PLANFOR; o ProJovem e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Entre 2003 e 2010 houve incrementos significativos nas políticas de formação profissional, com a criação de vários Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir de 2008; a criação de 214 escolas técnicas federais em todos os Estados brasileiros, além de um acordo de gratuidade com o “Sistema S” efetivado em 2008 (CASSIOLATO, GARCIA, 2014) e; ainda em 2008, por meio da Lei 11.741, acrescentou-se à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, uma seção sobre a educação profissional e técnica de nível médio, até então inexistente (TOMINAGA, CARMO, 2015).

Apesar de a aproximação do empresariado industrial na proposição de políticas públicas para a formação profissional não ser um fenômeno recente (MELO, 2012, p. 31) – pois, desde a sua fundação, a CNI buscou inserir a educação em sua agenda – na década de 1990, a CNI se consolidou como um sujeito participante do processo educacional brasileiro. Ou seja, a CNI se consolidou nos debates para elaborar políticas públicas no período de implementação de políticas neoliberais. Essas políticas neoliberais foram fundamentais para atender às necessidades da produção e da acumulação capitalista, modificando as relações capital-trabalho.

Nas décadas de 1980 e 1990, período de implementação de medidas neoliberais, o empresariado brasileiro protagonizou os debates e as elaborações de políticas educacionais, com a intenção de atender às necessidades da produção e da acumulação capitalista. Nesse cenário, a CNI tornou-se uma importante instituição no que diz respeito ao engajamento do setor industrial e à promoção de políticas públicas. Os estudos que se dedicaram a verificar o engajamento do setor industrial na área da educação estão divididos em dois grandes blocos. De um lado, as pesquisas que fazem uma aproximação da CNI com as políticas educacionais e destacam a concepção pedagógica da indústria para a educação básica e para a educação profissional<sup>300</sup>. E, por outro lado, as

---

<sup>300</sup> Estudos dirigidos ao engajamento da CNI na educação básica: Rodrigues, 1998; Oliveira, 2003; Rodrigues, 2007; Campos, Rodrigues, 2011; Melo, 2012;



pesquisas<sup>301</sup> que se debruçam a desvelar as pressões políticas exercidas pela CNI sobre os políticos e os poderes públicos, por meio de *lobby*<sup>302</sup>, com o objetivo de influenciar decisões pertinentes à indústria. Há um consenso nesta literatura de que a CNI se consolidou como uma representante importante para a história das ideias pedagógicas. Ainda mais no que concerne à formação profissional, uma vez que assumiu o controle da ação educativa nesse campo, principalmente através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI). A educação profissional foi, portanto, um dos primeiros lugares ocupados pelos empresários e industriais, devido à crescente necessidade de formação de mão-de-obra para a indústria nacional (SOUZA, 2012).

O pensamento da indústria sobre a educação se alinha com as mudanças políticas e econômicas, em uma “lógica adequacionista”. Ou seja, a cada período histórico, a CNI constrói uma proposta de educação e formação profissional alinhada às

---

Melo, 2012a; Melo *et al*, 2014; Spricigo, Filho, 2020. Estudos que relacionam a aproximação CNI com a educação profissional: Oliveira, 2003a; Mendonça, 2005; Oliveira, 2008; Melo, 2011; Souza, 2012; Faria, 2015.

<sup>301</sup> Estudos que objetivam desvelar as pressões políticas da CNI por meio de *lobby*: Mancuso, 2004; Engler, 2011; Mathias, 2011; Santos, 2014; Guilmo, 2016; Faria, 2016; Borck, 2018; Spinace, 2019; Borck, 2019; Carmo, Miranda, 2019.

<sup>302</sup> Entende-se por *lobby* o “meio pelo qual um grupo de interesse transmite aos tomadores de decisões políticas as informações das suas necessidades específicas, para que as decisões provindas do Poder Público venham a beneficiar o grupo de interesse” (CARMO; MIRANDA, 2019, p. 1789).

relações capital-trabalho – alinhada à estrutura econômica em vigência no período. Assim, na medida em que o empresariado vai mudando seu “projeto societário”, redefine também seu projeto educacional, segundo Oliveira (2003, p. 50). O pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira se modificou a partir da década de 1980 (RODRIGUES, 1998). O discurso da burguesia industrial se alinhou com a ideia de que a educação é um elemento fundamental para a competitividade e para o desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, a educação básica passou a ser um elemento indispensável para a indústria competitiva. Na década de 1990, a CNI vai buscar a saída para o desemprego na educação básica e nos programas de “treinamento para os menos qualificados”. Assim, ao identificar a educação como um ponto chave para o desenvolvimento econômico, buscou demonstrar que era necessário alterar o sistema educacional, para que este se tornasse “coetâneo e articulado aos interesses industriais”. Somado a isso, a indústria também se interessou em ter maior controle “sobre as ações e o desempenho das instituições escolares” (OLIVEIRA, 2003a, p. 254). A concepção de qualificação também sofreu alterações diante do sistema de produção flexível e das novas formas de organização do trabalho (MANFREDI, 2007).

O estudo de Rodrigues (2007), um dos principais estudos sobre a concepção pedagógica da CNI, analisou o pensamento pedagógico empresarial e afirmou que, para a burguesia industrial,

a educação básica tem como objetivo assegurar “única e exclusivamente a educação atitudinal do trabalhador” e garantir sua formação. As propostas da CNI para a educação básica, em uma clara adesão à Teoria do Capital Humano (TCH)<sup>303</sup>, estão direcionadas para a formação flexível de competências e habilidades que devem estar alinhadas com a necessidade de competir em um “mercado globalizado e em crise” (MELO, 2012).

Oliveira (2003) constatou que o empresariado defende a diminuição da intervenção estatal nas áreas sociais, além de demonstrar interesse em interferir na gestão educacional. Ou seja, para a burguesia industrial a educação deve ser subserviente aos processos econômicos e entendida a partir de uma lógica de custo-benefício. O autor ainda afirmou que a CNI, desde sua criação, inseriu a pauta da educação em sua agenda e reivindicou uma melhor gestão dos recursos públicos e não maiores investimentos. No mesmo sentido, Gentili (1998) afirma que a ofensiva neoliberal na América Latina, abriu espaço para pensar a crise educacional a partir dos marcos da privatização e da lógica economicista. A crise

---

<sup>303</sup> A TCH indica que o progresso de um país decorre do investimento em educação e na qualificação profissional. Surgiu da necessidade de planejar e racionalizar os investimentos do Estado para a educação. A TCH defende a instrução como fundamentais para a aquisição de habilidades-chave do processo de modernização (MANFREDI, 2007, p. 12). E preconiza a responsabilização individual na construção de competências (VENCO, 2017). Para esta teoria, o capital humano é o principal objeto para a competitividade econômica, indispensável para “uma nação competir no cenário internacional” (OLIVEIRA, 2003a, p. 256).

educacional estaria, portanto, localizada no campo do gerenciamento, na construção de uma nova racionalidade da gestão educacional. Esta nova racionalidade gerencial considera, portanto, a lógica de “produção enxuta” para o serviço público. Esses preceitos dizem respeito a Nova Gestão Pública (NGP) cujo “objetivo central é transpor as técnicas gerencialistas do setor privado à administração pública” (VENCO, 2016). Ainda Venco (2018, p. 9) ressalta que, com a ideia do “Estado burocrático lento e com compromissos onerosos”, a iniciativa privada alçou o status de “mentora da administração pública”, abrindo caminho para parcerias público-privadas e para a privatização dos serviços públicos.

O segundo bloco de estudos sobre a CNI aponta para a sua influência na regulamentação da educação profissional, por meio de *lobby* (CARMO; MIRANDA, 2019). Essa intensa pressão política exercida sobre o Estado, principalmente após os anos 2000, influenciou e ainda influencia decisões que geralmente favorecem a indústria (FARIA, 2015; GUILMO, 2016; FARIA, 2016). Através de políticas governamentais, o empresariado industrial atua para assegurar seus interesses (OLIVEIRA, 2003a).

Carmo e Miranda (2019) fazem um apanhado histórico do *lobby* da CNI na proposição de políticas para a educação profissional. Os autores apontam que, desde sua criação, a CNI se articula com o Poder Público para consolidar sua política

educacional – desde a criação do SENAI e do SESI no governo Vargas, passando pelos governos de Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Em todos estes governos, a CNI organizou uma agenda comum e conseguiu “aglutinar recursos financeiros” para orientar e influenciar o Estado. Sendo assim, o *lobby* da indústria “obteve resultados esperados pelos industriais brasileiros, posto que seja qual for o governo ou na regulamentação legal vigente, os interesses dos industriais prevalecem” (CARMO; MIRANDA, 2019, p. 1793).

Nos últimos anos, a CNI tem defendido várias reformas no país. Para a instituição, a Reforma Trabalhista (PL 13.467/17) e a Lei das Terceirizações (PL 13.429/17) promoveram a modernização das leis trabalhistas, conferiram mais flexibilidade para as relações de trabalho que promoveu um ajuste aos modelos de produção mais modernos. Para a CNI, “uma indústria competitiva e global exige relações de trabalho atualizadas, desburocratizadas, flexíveis e com maior liberdade de negociação entre trabalhadores e empregadores”<sup>304</sup>. No que concerne à Reforma da Previdência, a CNI argumenta que foi uma mudança essencial para incentivar investimentos e para a modernização do

---

<sup>304</sup> Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mapa-estrategico-da-industria/fatores-chave/relacoes-de-trabalho/>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

país<sup>305</sup>. Ainda afirma Robson Braga de Andrade, presidente da CNI, que vários países “já acordaram para essa realidade e estão atualizando os seus regimes. Essa reforma não é uma invenção brasileira, mas uma exigência em todo o mundo”<sup>306</sup>. A CNI também defendeu o corte dos gastos públicos por 20 anos (PEC 241/2016 ou PEC 55/2016), argumentando que esta nova regra reequilibrou as contas e ajudou a resgatar a confiança dos empresários e dos consumidores na economia<sup>307</sup>. Todas essas mudanças feitas nos últimos anos afetaram enormemente a relação capital-trabalho.

Para Antunes (2008), nas últimas décadas, os capitais vêm impondo sua “trípode destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa”. A reorganização da produção em termos flexíveis, a partir de meados da década de 1970, tem sido central para a globalização. Surge uma nova estrutura de rede do capitalismo global caracterizada pela

---

<sup>305</sup> Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/leis-e-normas/reforma-da-previdencia-e-crucial-para-criar-empregos-estimular-o-crescimento-e-ampliar-investimentos/>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

<sup>306</sup> ANDRADE, Robson Braga. Uma reforma inadiável. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 de abr. de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/04/1879783-uma-reforma-inadiavel.shtml?origin=folha>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

<sup>307</sup> Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mapa-estrategico-da-industria/reportagem-especial/capitulo-3-futuro-melhor-para-o-pais-depender-de-contas-publicas-ajustadas-inflacao-baixa-e-investimento/>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

precarização do trabalho e estruturas menos hierárquicas organizadas horizontalmente entre as empresas. Essas características da produção – flexível – são de caráter global, uma vez que a acumulação está inscrita nos mercados globais, envolve uma organização empresarial global e estabelece relações globais de capital-trabalho (especialmente trabalho precário e desregulado por todo o mundo) (ROBINSON, 2013, p. 99). Desta forma, o capitalismo global, de acordo com Robinson (2013, p. 77), possui um grande poder disciplinar que transfere o poder real da formulação de políticas dentro dos Estados nacionais ao bloco capitalista global, representado pelos grupos locais vinculados à economia global.

### **“Aprendendo a conviver com o incerto e o inusitado”: a voz da burguesia industrial para uma educação neoliberalizada**

Nesta sessão será apresentado um documento produzido pela CNI, a fim de sondar as aspirações da indústria sobre o tipo de educação que almejam. Publicado em 2013, o documento intitulado *“Educação para o mundo do trabalho: sumário executivo”* apresenta uma proposta do setor industrial sobre a educação para o trabalho. Apresenta como finalidade “realizar um diagnóstico dos principais desafios de qualidade do sistema educacional brasileiro”. Neste documento é central o tema da educação, que é considerada pela CNI uma área chave para a competitividade.

Assim, a CNI reitera o papel da educação como essencial para o desenvolvimento da economia.

O documento irá propor ações que promovam a qualificação do jovem para o mercado de trabalho, “indispensável para a qualificação do sistema produtivo e para a competitividade da indústria brasileira no panorama internacional”. São definidas estratégias comuns que envolvam o mundo empresarial, a comunidade educativa e os poderes públicos. Nesse sentido, há a proposição de orientações educacionais concretas que promovam a educação para o mundo do trabalho. Tais ações, segundo a CNI (2013, p. 9), visam repercutir positivamente no setor industrial do país, ou seja, que produzam “impactos e resultados mais imediatos em algumas dimensões qualitativas da educação”. Para justificar a necessidade de promover ações para a educação, o documento afirma que há um consenso de que o nível educacional é um dos “fatores que estimulam ou entram a modernização e a competitividade dos diversos setores econômicos”. Para haver avanços é necessário, segundo o documento, “promover um decisivo salto na qualidade da educação escolar básica”, focando o domínio da língua portuguesa e matemática<sup>308</sup> (CNI, 2013, p. 10).

---

<sup>308</sup> Cada vez mais, a educação global caminha para que a força de trabalho tenha menos autonomia e habilidades criativas, com o intuito de manter os mecanismos de controle social face a desigualdade e ao desemprego. Nesse sentido, o tipo de educação que está sendo imposta no mundo inteiro pelas elites transnacionais tem em comum a supressão do pensamento crítico. Assim, a



As mudanças técnico-organizacionais e, sobretudo, para a introdução de novas tecnologias produtivas do trabalho acarretam a necessidade de o trabalhador possuir conhecimentos e habilidades que atendam às novas demandas do mundo do trabalho e que tenham a habilidade de aprender continuamente, segundo o documento. Para Bröckling (2015, p. 76) esta habilidade de aprender durante toda a vida, ou seja, uma permanente especialização, implica a sujeição à “auto otimização” constante. A CNI (2013, p. 10), salienta que é necessário associar a qualidade da educação básica à qualificação profissional específica. Nesse sentido, a educação básica torna-se essencial para o desenvolvimento dessas competências profissionais. Infere-se que as mudanças nos processos produtivos provocaram necessidades de adequações nas competências necessárias para o trabalho. Como Dardot e Laval (2016, p. 143) afirmam, esses conhecimentos devem estar alinhados ao mercado. Assim, não é qualquer conhecimento e competência que importa na sociedade neoliberal, o conhecimento deve ser “diretamente utilizável no mercado”.

Para atender essas novas competências necessárias, a CNI advoga para a aprendizagem flexível, reformulando as metodologias de ensino e inserindo novos conteúdos (CNI, 2007).

---

massa da humanidade deve ter acesso a um conhecimento mínimo, com ênfase em português e matemática, que se destine somente a necessidade básica do trabalho assalariado (ROBINSON, 2016, p. 9).

Para Manfredi (2007) a mudança no mundo do trabalho alterou a formação profissional, que antes exigia habilidades específicas oriundas do sistema fordista e passou a exigir uma formação baseada no modelo de competências. Ainda segundo a mesma autora:

(...) a opção pelo modelo de competências (...) está ancorada numa lógica de recomposição da hegemonia do capital, onde a ressignificação da qualificação faz parte de um processo de ressocialização e aculturação da classe trabalhadora, tendo por função reintegrá-los aos novos modelos de produção e gestão do capitalismo (MANFREDI, 2007, p. 21).

A CNI (2013, p. 10) defende a adequação da educação para que “o profissional interprete desafios e novas situações (...) aprendendo a conviver com o incerto e o inusitado”. Ainda segundo o mesmo documento, “o novo mundo do trabalho pede que o indivíduo esteja preparado para atuar em situações planejadas e não planejadas”. Esse novo mundo do trabalho, portanto, exige que o sujeito esteja preparado para atuar em um mundo onde a flexibilidade e as incertezas estão em voga. O mundo do trabalho é, segundo Dardot e Laval (2016, p. 140/141), “concebido como um processo de autoformação do sujeito econômico”. Giovanni Alves (2011) irá argumentar que, com a mudança no processo produtivo baseado na organização fordista-taylorista para o toyotismo, houve também a necessidade da

“captura” da subjetividade. Esse processo de subjetificação é “autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir”. Desta forma, o mercado constrói o sujeito, que por sua vez deve estar em constante aprendizado de modo que consiga “governar a si mesmo no mercado”. A formação do “eu-empendedor”, portanto, depende da direção que os sujeitos são modificados ou devam modificar-se. Essa capacidade de modificação e de adaptação é um imperativo do “eu-empendedor” (BRÖCKLING, 2015, p. 53).

O documento afirma que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, com a universalização do ensino fundamental e a expansão da oferta da educação pré-escolar e do ensino médio, por exemplo, a educação no país “ainda se encontra distante de assegurar padrões desejáveis de aprendizagem às crianças, aos jovens e aos adultos”. O panorama nacional ainda é de exclusão educacional (CNI, 2013, p. 14). O mais grave problema da educação brasileira, segundo o documento, é o “nível de aprendizagem alcançado pelos estudantes”. Deste modo, a baixa qualidade da educação brasileira afeta “não só sua competitividade e produtividade, mas também a distância que separa o seu Produto Interno Bruto (PIB) de seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”, segundo o documento (CNI, 2013, p. 15). O documento ainda afirma que “a qualidade da educação básica, portanto, é tema

do mais alto interesse para a indústria brasileira” (CNI, 2013, p. 15).

Em 2007, por meio do documento “Educação Para a Nova Indústria”, a CNI alertou para “a necessidade de se colocar em pauta a falta de qualidade da educação básica no Brasil e o seu impacto na competitividade de uma nova indústria”. A CNI alerta para a necessidade da entidade em participar ativamente pela melhoria da educação brasileira. Para isso, estimula ações mais imediatas que promovam uma melhoria da qualidade da educação. Ainda, promove ações voltadas para “um público específico: aqueles que estão em fase de ingressar no mercado de trabalho” (CNI, 2013, p. 16). Para o documento, é necessária uma ação rápida e urgente, que tenha “uma estratégia comum com propostas educacionais concretas, a curto, médio e longo prazos, que visem a Educação Para o Mundo do Trabalho”. Para tal, é necessário

mobilizar governos, empresas, associações, movimentos, escolas e famílias em torno de uma agenda que promova impactos efetivos na qualidade do perfil de formação do estudante brasileiro de educação básica e daqueles que, já fora da escola, necessitam integrar-se ao mercado de trabalho (CNI, 2013, p. 16).

Para tal, o documento apresenta estratégias de curto, médio e longo prazo para a melhoria da qualidade da educação que visem a preparação para o mundo do trabalho. Propõe, então, a definição

de uma agenda que restrinja a educação ao objetivo único de formar para o mundo do trabalho. Ou seja, uma educação que “oferece ao jovem conhecimentos, competências e habilidades indispensáveis ao seu desenvolvimento pessoal, como cidadão e como agente produtivo” (CNI, 2013, p. 19) e que contemple competências como “raciocínio lógico e algumas competências comportamentais” (CNI, 2013, p. 20).

As ações propostas pela CNI de médio e longo prazo são divididas em sete pilares: mudanças curriculares; formação e valorização do professor; participação da família; gestão da escola; infraestrutura escolar; educação técnica e profissional; e financiamento. Sobre as mudanças curriculares, a CNI defende uma mudança de concepção do ensino médio que reduza o número de disciplinas e diversifique os currículos, deixando-os mais atrativos e que permita “saídas mais ajustadas ao mercado de trabalho, cada vez mais flexível” (CNI, 2013, p. 17). Essa proposição educacional da CNI desloca as atenções para a alteração do ensino médio pela Lei nº 13.415/2017. Esta Lei definiu uma nova flexibilização da organização curricular que contemplou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>309</sup>, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do

---

<sup>309</sup> Venco e Carneiro (2018) consideram a BNCC uma ferramenta essencial na adoção de um projeto neoliberal para a educação, cuja “lógica se volta para a mensuração de resultados e padronização mundial da educação”.

trabalho e da vida em sociedade. O chamado Novo Ensino Médio altera a organização escolar de disciplinas para itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

Denota-se, portanto, que a proposição da CNI feita em 2013 referente à mudança da concepção do Ensino Médio, foi considerada com a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) aprovada quatro anos depois. Para a CNI, a inclusão do ensino técnico no currículo da educação básica foi o maior avanço oferecido pela nova legislação, pois é indispensável “para o Brasil acompanhar o movimento global de surgimento das novas cadeias de valor e do uso cada vez mais intenso de tecnologias digitais nos processos produtivos”<sup>310</sup>. Rafael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da CNI e também diretor-geral do SENAI e superintendente-geral do SESI, declarou que esta mudança “vai ao encontro do que se faz de mais avançado no mundo, em convergência com os sistemas educacionais mais modernos”. Essa declaração evidencia que a necessidade de mudança na Educação deriva das mudanças no mundo do trabalho, portanto, é necessário formar trabalhadores educados “que saibam utilizar equipamentos,

---

<sup>310</sup> Disponível em:

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-caminho-para-que-jovens-tenham-mais-oportunidades-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

criar soluções para os problemas do dia a dia, adaptar processos e produtos e desenvolver inovações”<sup>311</sup>.

Como discutimos anteriormente, a CNI possui uma política adequacionista, ou seja, modifica seu projeto pedagógico para adequar e ampliar seus programas de educação profissional para que atenda às mudanças políticas e econômicas vigentes. Verificam-se indícios de frações da burguesia associando-se ao terceiro setor (SOUZA, 2012). Este indicativo é importante, pois apresenta um indício da associação de novos atores sociais aos setores empresariais e industriais mais “tradicionais” que interferem na esfera pública. No documento analisado, a CNI afirma que “tem liderado, apoiado e acompanhado a mobilização de protagonistas expressivos<sup>312</sup> da sociedade civil que desenvolvem ações de responsabilidade social, visando à melhoria da qualidade da educação no país” (CNI, 2013, p. 15). E o empresariado industrial, em 2006, juntamente com institutos e fundações, contribuiu com a instituição do movimento Todos Pela Educação

---

<sup>311</sup> Disponível em:

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-caminho-para-que-jovens-tenham-mais-oportunidades-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

<sup>312</sup> Aqui, cita as fundações e institutos que direcionam ações para a educação, como a Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Fundação Brava, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Fundação Lemann. Para a CNI (2013, p. 15), esse setor revela “o compromisso do mundo empresarial com a elevação dos padrões educacionais da população brasileira” (CNI, 2013, p. 15).

(TPE)<sup>313</sup>, com a finalidade de “promover uma educação de qualidade para todos, com foco na educação básica regular” (CNI, 2013, p. 16). Nesse sentido, a CNI está inserida em um campo em disputa pelas políticas educacionais, tanto na educação básica quanto na educação profissional, atuando para que seus interesses sejam atendidos.

### **Considerações Finais**

A CNI, representante da burguesia industrial, atua para promover políticas públicas que atendam às necessidades da acumulação capitalista. Porém, essa necessidade da acumulação não fica restrita ao campo econômico, ela atinge também a fabricação da subjetividade. Para tanto, a CNI adentra a esfera da educação a fim de formar indivíduos que se ajustem com mais facilidade a um “mercado de trabalho cada vez mais flexível”. Os estudos que tiveram como objeto as “ideias pedagógicas” da CNI e sua influência sobre o poder público nos dão vários indicativos importantes. Primeiro, é notável a capacidade da CNI em se ajustar aos ditames da sociedade capitalista. Rodrigues (1998) utiliza o

---

<sup>313</sup> O movimento TPE se define como sendo “uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, (...) financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública”. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso em 06 de nov. de 2020.



termo “lógica adequacionista” ao se referir a esta característica da CNI. Segundo, as ideias pedagógicas esboçadas pelo setor industrial vão no sentido de atender o mercado capitalista de produção global, que se encontra na sua fase “flexível”, “financeirizada”, “neoliberal”. Terceiro, para se adequar às medidas neoliberais, a CNI modifica seu discurso desenvolvimentista para aproximar seu vocabulário e suas práticas às ideias da Teoria do Capital Humano e da Nova Gestão Pública, por exemplo. Quarto, a maior parte dos estudos se debruçam a entender a ingerência da CNI no campo educacional na década de 1990, que foi um importante marco na inserção de políticas neoliberais no Brasil. Esta ingerência está fortemente localizada no campo das políticas educacionais voltadas para a formação profissional. Ao ser analisado o documento produzido mais recentemente (CNI, 2013), observa-se que a CNI desloca seu discurso e proposições para a educação básica. A CNI não abandona suas proposições e ações voltadas para a formação profissional, mas insere um novo elemento de destaque voltado à qualidade da educação básica.

O neoliberalismo provocou mudanças nas relações capital-trabalho, mas também atuou para fabricar certa subjetividade. Nesse sentido, dado um mundo do trabalho flexível, informal, inconstante, é necessário formar o trabalhador para que ele tenha competências comportamentais e socioemocionais para lidar com

toda a incerteza gerada no neoliberalismo. Desta forma, as ingerências da indústria na educação, exploradas neste trabalho, atuam no sentido de formar os indivíduos para serem sujeitos econômicos neoliberais, produzindo valores empresariais e atuando para dismantelar a consciência de classe. Denota-se que, na medida em que a classe operária se enfraquece simbolicamente, são usados eufemismos que visam “encantar a realidade da condição operária, ao mesmo tempo em que essa realidade é vivida de maneira cada vez mais dolorosa pelos próprios operários” (BEAUD; PIALOUX, 2006, p. 45). Nada mais atual quando se pensa na denominação da classe operária/trabalhadora, que hoje é entendida como “colaboradora”. Também há o surgimento da “palavra social”, difundida pelo discurso dominante, que o trabalhador informal é um “empreendedor”<sup>314</sup>. Assim, afirmam Dardot e Laval (2016, p. 335), o indivíduo passa a não se enxergar mais como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço ao mercado. Além disso, diante da falta de empregos regulamentados, o trabalhador consegue empregos precários ou cai no desemprego. Como diria Antunes (2018), os trabalhadores

---

<sup>314</sup> Para Dardot e Laval (2016, p. 155), a principal contribuição da corrente austro-americana e da visão gerencialista neoshumpeteriana, é a formação do homem econômico empreendedor. A formação do homem empresarial, ou seja, o empreendedorismo como uma conduta universal essencial, é a principal contribuição do neoliberalismo.

encontram-se na difícil escolha entre ficarem desempregados ou terem o “privilégio da servidão”.

As transformações mais estruturais na organização da produção capitalista atuaram para enfraquecer a consciência da classe trabalhadora e, conseqüentemente, enfraquecer sua capacidade de organização e mobilização de classe. Nesse sentido, a “captura” da subjetividade, elaborada por Alves (2011), é essencial para entender a fabricação da subjetividade que, sempre esteve atrelada ao neoliberalismo. Para tanto, o empreendimento da CNI, voltado para a formação profissional atua para difundir a cultura de empresa e o espírito do empreendedorismo promovido pela escola que são essenciais para o combate ideológico e para o “bom funcionamento da máquina” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 149-151).

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de; HEY, Ana Paula. Sociologia da educação: Olhares sobre um campo em ascensão. In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Sociologia brasileira hoje II*. Ateliê Editorial. 2018. p. 253-310.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDRADE, M. C. P.; GAWRYSZEWSKI, B. Desventuras da educação brasileira e as ‘reformas’ atuais: educar para a produtividade do trabalho. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 47, p. 105-125, set./dez. 2018.

ANDRADE, Robson Braga. Uma reforma inadiável. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 de abr. de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/04/1879783-uma-reforma-inadiavel.shtml?origin=folha>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX Michel. Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares (França, 2005). *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006.

BORCK, Igor Sulaiman Said Felicio. Agenda legislativa da Confederação Nacional da Indústria no período da 54ª e 55ª legislatura federal. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 39, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2018.

BORCK, Igor Sulaiman Said Felicio. *Os industriais diante do parlamento: um estudo sobre a agenda legislativa da Confederação Nacional da Indústria (2010 a 2017)*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em 6 de novembro de 2020.

BRÖCKLING, Ulrich. *El self emprendedor*: sociología de una forma de subjetivación. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

CAMARA, Guilherme Dornelas. Formação técnica e empregabilidade em programas sociais: a experiência do programa bolsa família e do Pronatec em uma cidade da fronteira Brasil-Uruguai. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.34, 2018.

CAMPOS, Leonardo Spicacci; RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. A educação de jovens e adultos na indústria: formando a mão-de-obra brasileira para o século XXI. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 1, n. 2, p. 50-69, 2011.

CARMO, Jefferson Carriello do; MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. O lobby da Confederação Nacional da Indústria na educação profissional brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1782-1796, out., 2019.

CASSIOLATO, Maria Martha, GARCIA, Ronaldo Coutinho. *PRONATEC*: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Educação para a nova indústria*: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Brasília: CNI, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Educação para o mundo do trabalho*: sumário executivo. Brasília, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEITOS, Roberto Antônio, LARA, Ângela Mara de Barros, ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Política de Educação Profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do PRONATEC. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 985-1001, out.-dez., 2015.

ENGLER, Icaro Gabriel da Fonseca. *A Confederação Nacional da Indústria e sua agenda legislativa: um estudo dos agentes políticos e de suas proposições*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2011.

FARIA, Camila Grassi Mendes de. *O projeto de formação profissional da Confederação Nacional da Indústria e as políticas públicas de educação profissional: confluências entre público e privado na educação brasileira nos anos 2000*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2015.

FARIA, Cristina Elsner de. *O papel da Confederação Nacional da Indústria na política industrial brasileira (1938–2014)*. Tese de doutorado, Brasília, 2016.

FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUILMO, Nátaly Santiago. *A atuação da Confederação Nacional da Indústria no segundo governo Lula em relação à legislação trabalhista*. Dissertação de Mestrado, Natal, 2016.

LAURENTINO, Thiago da Silva; ALLOUFA, Jomária da Mata de Lima. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): um estudo de caso no município de Picuí-PB. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.27, n.105, p. 796-816, out./dez. 2019.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, set/dez. 2014.

LIMA, Marcelo, PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar. As políticas públicas e o direito à educação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego versus Plano Nacional de

Educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p.489-504, abr.-jun., 2017.

MANCUSO, Wagner Pralon. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil Contemporâneo. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 3, p. 505-547, 2004.

MANFREDI, Sílvia Maria. Qualificação e educação: Reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, Ana Maria; FREITAS, José Cleber de. (org.) *Políticas públicas de qualificação: Desafios atuais*. São Paulo: A + Comunicações, 2007.

MATHIAS, Meire. *Sob o prisma dos interesses: a política externa brasileira e a Confederação Nacional da Indústria*. Campinas, SP, 2011.

MELO, Alessandro de. A reforma trabalhista da Confederação Nacional da Indústria. *Trabalho Necessário*, ano 9, n. 12, 2011.

MELO, Alessandro de. A educação básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria nos anos 2000. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 29-45, 2012.

MELO, Alessandro de. Reforma das leis trabalhistas e educação básica na visão da Confederação Nacional da Indústria. *Publ. UEPG Humanit. Sci., Linguist., Lett. Arts*, Ponta Grossa, n. 1, p. 55-66, 2012a.

MELO, Alessandro de; FARIA, Camila Grassi Mendes de; WOLF, Luciani, CAVALCANTE, Rafael Gomes. Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: O projeto de educação básica da Confederação Nacional da Indústria. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 333-348, 2014.

MELLO E SILVA, Leonardo Gomes; MELO, Filipe Augusto Freitas. Concertação social entre empresas, sindicatos, Estado e demandantes de emprego: um estudo sobre o programa PlanSeQ. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 2, p.777-803, jul./dez. 2018.

MENDONÇA, Maurício. Políticas públicas de inovação no Brasil: a agenda da indústria. *Parcerias estratégicas*, n. 21, dez/2005.

OLIVEIRA, Ramon de. O empresariado industrial e a educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n. 22, 2003.

OLIVEIRA, Ramon de. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.2, p. 249-263, jul./dez. 2003a.

OLIVEIRA, Ramon de. A influência do empresariado industrial e das agências multilaterais na educação profissional brasileira. *Sísifo - Revista de Ciências da Educação*, n. 5, 2008.

OLIVEIRA, Arão Davi; SOUZA E SILVA, Celeida Maria Costa. A Meta 11 do PNE 2014-2024 e o Pronatec: resultados na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2012-2015). *Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 357-368, abr./jun. 2019.

ROBINSON, William I. *Una teoría sobre el capitalismo global: producción, clase y Estado en un mundo transnacional*. México: Siglo XXI Editores, 2013.

ROBINSON, William I. Global Capitalism and the Restructuring of Education: The Transnational Capitalist Class' Quest to Suppress Critical Thinking. *Social Justice*, v. 43, n. 3, 2016.

RODRIGUES, José. “Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação”: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.26, p.160 –182, 2007.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Tese de doutorado, Campinas, SP, 1998.

SANTOS, Manoel Leonardo. Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o Lobby e o Sucesso da Agenda



Legislativa da Indústria. *RIEL – Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, Rio de Janeiro – FGV, n. 1, 2014.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. *Relação trabalho-educação e questão social no Brasil: uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria – CNI (1930-2000)*. Tese de Doutorado. Unicamp, Campinas – SP, 2012.

SPINACE, Otávio Gilioli. *A burguesia industrial em conflito: a trajetória da Confederação Nacional da Indústria entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo*. Dissertação de Mestrado, Campinas, SP, 2019.

SPRICIGO, Fabrício; FILHO, Lourival José Martins. A educação escolar contemporânea: a formação do jovem no século XXI. *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 26, 2020.

TOMINAGA, Mirta Rie de Oliveira; CARMO, Jefferson Carriello. Formação profissional de nível médio: o ensino médio integrado no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 189-200, jan./jun. 2015.

VENCO, Selma. Precariedades: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente. *Revista de Cultura Política*, v. 6, n. 1, nov. 2016.

VENCO, Selma. Ensinar o espírito da empresa na escola: A guinada política dos anos 1980–2000 na França. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p.527-530, abr.-jun., 2017.

VENCO, Selma; CARNEIRO, Reginaldo Fernando. “Para quem vai trabalhar na feira... essa educação está boa demais”: a política educacional na sustentação da divisão de classes. *Horizontes*, v. 36, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2018.

**ESTADO POLÍTICA E AÇÕES  
COLETIVAS**

**Mulheres negras na defesa do corpo e  
território: território quilombola Santa Rosa  
dos Pretos e as formas de existir diante da  
expansão dos conflitos ambientais  
(Itapecuru-Mirim/MA)**

*Dayanne da Silva Santos (PPGS/UFRGS)<sup>315</sup>*

*Anacleto Pires da Silva (UFMA)<sup>316</sup>*

**Resumo:** Neste artigo pedimos licença para compartilhar olhares da escrevivência sobre a produção da resistência entre mulheres negras na luta pela vida, corpo e território negro. Nesse encruzo reivindicamos a cabeça como morada, canal de comunicação e firmamento de corpos que se rebelam contra opressões históricas, pois é necessário se firmar primeiro para continuar guerreando com as orientações de nossas ancestralidades/com a força dos encantados em um cenário de necropolítica. Aqui o caminhar, escrever e falar estão intimamente relacionados com um lento, doloroso e cotidiano processo de descolonização de nossos pés, bocas, olhos, nariz, cabeça e corpo.

---

<sup>315</sup> Mulher negra, poeta e de terreiro. Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) – e do Laboratório Urgente de Teoria Armada (LUTA-UFRGS) [lavignedayanne@gmail.com](mailto:lavignedayanne@gmail.com)

<sup>316</sup> Pedagoga formada pela UFMA, liderança quilombola, caixeira do Divino Espírito Santo integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA).

Está em jogo a reivindicação da mulher negra como pessoa, como ser humano integral, diverso, plural e protagonista da formação dessa sociedade brasileira e para além dela. Desde o Maranhão para o Brasil como um todo.

**Palavras-Chave:** Corpo; Mulheres negras; Territórios; Resistências.

## Introdução

Cara/o leitora/or

“Eu costumo dizer que eu não nasci rodeada de livros, eu nasci rodeada de palavras. Essa condição, ela aguçou meu ouvido, por exemplo, eu tenho um encantamento com as palavras<sup>317</sup>” (Conceição Evaristo). Assim como Conceição muitas de nós/**mulheres negras crescemos** rodeada de palavras de mulheres comuns, que são potentes em configurar perspectivas outras de acesso à vida boa/comum/comunitária.

Essa sensibilidade aguçada vem do nosso engajamento político enquanto ativistas e do nosso embate diário contra o racismo. Observamos que ainda são poucos os “livros” que abordam esse lugar da mulher como uma potência política importante para o combate as desigualdades sociais, e os poucos

---

<sup>317</sup> Informação disponível em: <  
<https://www.youtube.com/watch?v=z8C5ONvDoU8> > Acesso em:  
20/02/2021 - TV PUC-Rio: A “escrevivência” na literatura feminina de  
Conceição Evaristo

que existem, principalmente de escritoras negras brasileiras, circulam com muita dificuldade entre nossa classe, a classe oprimida e nas bibliotecas públicas e universitárias.

A escuta aguçada nos permite identificar as sutilezas do racismo na sociedade brasileira e fortalecer outras mulheres. Nós, mulheres negras apreendemos a sentir quando somos acolhidas ou não em extensos manuscritos dos mais científicos aos mais técnicos e poéticos, e a nos articular em coletivos e reagir contra as geografias ampliadas das violências sobre nossos corpos.

É importante destacar que por conta das desigualdades sociais e econômicas impostas é com muita dificuldade que conseguimos ter acesso a livros, e livros de autoria de pessoas negras, de mulheres negras. Para a maior parte de nós que somos de comunidades, periferias e de escolas públicas, “ter livros” é um estado de exceção.

Nessa perspectiva, o processo de teorização aqui parte das VIVÊNCIAS cruzadas de mulheres negras, que estão tecendo resistência e compartilhando afetos desde à margem. Sugiro que leiam este manuscrito como um convite a experimentações coletivas de narrar dor (sofrimento social marcado pelo racismo) e produzir cura. É importante observar como nós articulamos nossas vivências/experiências para produção de conhecimentos contra coloniais. Mais do quê dizer ou mostrar quem somos é importante observar o que estamos enunciando/denunciando

juntas.

Está em jogo evidenciar como mulheres negras, desde a margem, se articulam e partilham experiências na produção de identidade, território e territorialidades, acionando o corpo como um documento importante nos debates sobre política, raça.

Neste manuscrito, acionamos o conceito de *escrevivência* como metodologia, método e chave de leitura para amplificar vozes de mulheres negras da diáspora. A *escrevivência* é um conceito dinâmico e nasce nessa possibilidade de falar/escrever/narrar/teorizar a partir de nossas experiências, de mulheres negras, ou seja, escrever partilhando experiências desde nossas pretas velhas silenciadas no processo de formação da Nação brasileira, até o canto dos ERÊS (crianças) que estão nascendo.

O conceito cunhado pela intelectual negra brasileira, Conceição Evaristo, (ESCREVIVÊNCIAS) a partir de suas próprias experiências como mulher negra assume aqui a forma estratégica de humanização criativa e coletiva para povos oprimidos. Acreditamos que além de ser uma metodologias inovadora para o amadurecimentos dos estudos na área das ciências humanas, como a sociologia, nos debates sobre raça, política e das relações étnico-raciais respeitando a lei 10.645/2003 e 11.645/2008 das diretrizes e bases da educação; é uma maneira efetiva de reivindicar dignidade no presente e ampliar os espaços de permanência dentro dos ambientes universitários. É uma forma

de produzir cura em ambientes de dor e uma ferramenta para reivindicar formas mais respeitadas que visem a regularização fundiária das terras de preto/dos quilombos. Uma das pretas que vos escreve aqui é uma quilombola, que tem tanto seu corpo como seu território diámanete danificados por grandes empreendimentos, mineração/projetos de desenvolvimento em curso.

É importante destacar: *Escrevemos com medo e com raiva.*

“Eu sou quem sou, fazendo o que vim fazer, agindo sobre vocês como uma droga ou um cinzel para que se lembrem do que há de mim em vocês, enquanto descubro vocês em mim” (LORDE, 2020, p. 185). Não é fácil soltar as palavras de dentro de nós, pois por muito tempo elas foram violentamente negadas e rebaixadas por violências de uma educação formal instituída desde a colonização, e isso continua na fase adulta (na academia). A universidade ainda é um lugar onde os horrores da invisibilidade são validados.

Escrevemos com medo e com raiva. Para falar dessas duas chaves de leituras e sentimentos que nos territorializam em fragmentos, nos deslocamos vagarosamente acionando as reflexões feitas pela intelectual negra estadunidense Audre Lorde (2020), em um conjunto de ensaios publicados no livro *“Irmã Outsider”*. Lorde nos ajudar a compor a poética da resistência por nós aqui narrada diante do medo.

O nosso medo aqui é do quanto nossas palavras possam ser lidas como “não científicas o suficiente”, por serem/soarem afiadas demais. Entretanto, esse medo não nos paralisa, porque a raiva que sentimos diante de tantas violências é combustível e nos faz enfrentar cotidianamente o ameaçador universo da branquitude, que nos difama no olhar, no não aperto de mão, quando ignoram nossas perguntas ou as colocam no plano da insignificância. Esses tratamentos são dados com maiores sutilezas a nós/mulheres negras. Quem ousaria supor que tais ações não assediam toda a existência? Sem dúvida a universidade ainda é um antro de racistas notórios.

### **Desde a margem: escrever como ato político para mulheres negras**

Em épocas de grandes crises é onde visualizamos com mais nitidez os efeitos do racismo na forma de sofrimento, e de sofrimento racial que causa o aumento das desigualdades sociais no mundo. Para nós intelectuais mulheres negras vindas das periferias, das comunidades tradicionais e engajadas na luta contra o racismo, *a raiva é motor para atitudes de proteção individuais e coletivas*. “Não estamos fazendo uma análise do racismo em um vácuo político e social. Estamos operando em oposição direta a um sistema no qual o racismo e o machismo são pilares primordiais, estabelecidos e indispensáveis para o lucro” (LORDE,



2020, p. 160) – mesmo em tempos de pandemia a economia (o modelo de desenvolvimento econômico que vigora) é colocada acima da vida de milhares de seres humanos, a objetificação nunca findou.

Os corpos facilmente descartáveis ainda são em sua grande maioria, corpos não brancos (FANON, 2008; HOOKS, 2020; MBEMBE, 2019). Povos/comunidades/grupos historicamente lidos como um atraso para a modernização/desenvolvimento desta Nação brasileira, que nos doutrina/domestifica para uma exploração colonial e gradual de nossos corpos e territórios. À medida que os processos de colonização avançam nas mais diferentes áreas/esferas da vida social, é na infância que bases de visões e comportamentos violentos se assentam na subjetividade das pessoas.

Na infância todo nosso “pretuguês” (GONZALEZ, 1984) é desconsiderado, pois somos ensinadas/os que nossos traços de pessoa negra, boca, cabelo, nariz, andar, falar etc., não são corretos, não são civilizados o suficiente para participar da sociedade como cidadãos, e cidadãos de bem e isso se segue para a leitura que temos sobre natureza, humanidade e comportamentos civilizados (HOOKS, 2020; FANON, 2008) nos quais máscaras coloniais colocam sempre sob suspeita nossas subjetividades/identidades e as formas como produzimos conhecimentos, como se não fossemos capazes de ser “intelectuais” e a pergunta emerge para

nos negar novamente: “foi você mesma quem escreveu isso, acho que não! Sugiro que refaça.” (um professor na Pós- Graduação) Percebe? A sutileza do racismo.

As nossas mais velhas nos ensinam diariamente formas miudinhas de tirar essas máscaras coloniais de cima dos nossos corpos, nem que para isso tenhamos que estrategicamente chamar de “racionalidade científica” (SANTOS, 20119 - Nego Bispo). O meu corpo é testemunho de falas historicamente silenciadas pelo racismo, colonização e escravidão, para nós pessoas negras, não existe ESPERANÇA maior do que essa, estar viva agora enquanto escrevo, hoje, amanhã e depois. Para muitos que pensam que as coisas não mudam, nós sugerimos que sentem com suas/seus mais velhas/os e as/os ouçam por uns instantes.

**A ESCUTA:** A minha avó não teve a oportunidade de se alfabetizar, e um dos maiores sonho da vida dela era conseguir ler as palavras que diariamente ela pressionava com os dedos ásperos do trabalho de pescaria/de mariscagem. Minha mãe, a filha dela, me contou que na sua infância ela não tinha esse luxo de ter uma mochila, e que levava seus livros para a escola em saco de arroz de 5kl, enquanto ela me contava isso, às lágrimas que saíam silenciosamente de seus olhos me mostravam a *escravidão silenciada* (ANACLETA PIRES, 2019), minha mãe tem 53 anos de idade. Minha avó com o trabalho da pescaria conseguiu colocar comida na mesa e comprar um lápise um caderno para cada um dos seus

14 filhos, hoje já crescidos e alfabetizados. Minha avó leu o mundo por essas lentes miudinhas de colocar e manter suas/eus filhas/os na escola. Minha avó plantava em meio a dor: esperança.

Minha mãe, com o trabalho de empregada doméstica conseguiu colocar comida na mesa e comprar bolsas e mais de um lápis e cadernos para seus 5 filhos. Era um dia comum na minha escola, e eu estava como sempre gostei de ficar sentada nas primeiras cadeiras assistindo aula, pois assim eu ouvia melhor os conteúdos e os anotava. Quando ouço uma voz familiar vinda da porta da sala, era minha mãe, ela apareceu na porta e pediu licença, com um sorriso no rosto, ela caminhou vagarosamente até mim, era um espetáculo seu andar e seu sorriso revelam seu protagonismo e sua autonomia em meio a tantas adversidades e violências, já perto de mim, ela estendeu a mão e me entregou uma bolsa florida preta, que ela havia acabado de comprar com o dinheiro da lavagem das roupas. Eu a recebi e chorei de felicidade. Só hoje com 29 anos entendo a força dessa enunciação de minha mãe ao andar pela sala de aula com a bolsa nas mãos, e como minha vó caminhava ao lado dela (sem estar fisicamente presente dentro da sala) fortalecendo sua corporaneidade.

A entrega da bolsa em minhas mãos dentro de uma sala de aula, em uma escola pública de nossa cidade, São José de Ribamar/MA significou além de esperança e autonomia uma mudança positiva de nossa condição de mulher. Hoje eu entendo

que ao receber a bolsa anos atrás, elas, minha mãe e minha vó ocuparam a sala de aula comigo. Hoje disputamos juntas, eu com elas e com as mulheres do quilombo à academia.

Assim, minha mãe nessas ações revoluciona/transforma e cura todo um cotidiano histórico de dor. Hoje minha avó, minha mãe e as mulheres do quilombo também escrevem comigo estas reflexes críticas.

Minha mãe me ensinou a sobreviver desde muito cedo com seu exemplo. Seus silêncios também me ensinaram o que era isolamento, fúria desconfiança, autorrejeição e tristeza. Minha sobrevivência depende de aprender a usar as armas que ela me deu, também, para lutar contra essas coisas dentro de mim, inominadas.

E a sobrevivência é o maior presente de amor. Às vezes, para as mães negras, é o único presente possível, e a ternura se perde. Minha mãe me pôs no mundo como se esculpisse em mármore uma mensagem furiosa (LORDE, 2020, p. 188-9).

A escravidão silenciada é uma categoria dinâmica que serve para denunciar a permanência ainda em tempos modernos da escravidão. É também um lugar de enunciação política que EU, Anacleto Pires, autora também desde artigo, aciono para me enunciar enquanto mulher negra, quilombola e de religião de matriz africana em espaços de poder e de disputa pelo direito à vida no território quilombola, em defesa da vida de todos os quilombos

do Brasil e do mundo. Quando uma mulher negra fala e é interrompida isso é uma violação grave. No Brasil nós/mulheres negras ainda lutamos por espaços de fala.

As formas de como o silêncio é produzido e sentido por mulheres negras em sociedades marcadas pela necropolítica será amadurecida no caminhar deste trabalho. Mas, foi caminhando junto com meu pai (Libânio Pires<sup>318</sup>) e meu tio (Benedito Belfort<sup>319</sup>) nas lutas dos sindicatos e com os movimentos negros que eu/Anacleta desde muito cedo venho abrindo caminhos de visibilidade política, com reivindicação de dignidade/políticas públicas voltadas para os povos quilombolas.

Segundo Sislene Silva (2018, p. 44),

Anacleta nasce, em 1966, na transição de um contexto firmado no pós-abolição em que os grupos negros de Itapecuru-Mirim viviam com uma certa autonomia na sua reprodução material e cultural. É casada, possui quatro filhos, realizou curso superior<sup>38</sup>, trabalhou como professora e lavradora. A trajetória de Ana, como muitos a conhecemos, está ligada profundamente à trajetória de seu pai, Libânio Pires, na luta pela libertação do território e por “qualidade de vida”. Sua mãe, d. Adalgisa Pires, não é tão mencionada quanto seu pai

---

<sup>318</sup> Liderança quilombola do território de Santa Rosa dos Pretos, pai de Dona Anacleta, avô de Zica, cumpade de mãe Severina e parceiro de luta de Dalva. Luta pelo território desde os anos 1980.

<sup>319</sup> Liderança quilombola do território de Santa Rosa dos Pretos, tio de Dona Anacleta, avô de Zica, cumpade de mãe Severina e de Dalva parceiro de luta de seu Libânio Pires. Luta pelo território desde os anos 1980.

nessa trajetória e a princípio não entendíamos bem o porquê, todavia conversando um pouco mais com Ana percebemos que o pai tem um peso maior na sua trajetória porque ela considera que nossas perguntas estão mais relacionadas à sua construção de mulher militante, no sentido, de ser uma das porta vozes da comunidade e transitar facilmente nos espaços de luta.

Sislene em seu Tcc “POR TODOS OS QUILOMBOS DO MUNDO”: TRAJETÓRIA DE

LUTA DE UMA QUILOMBOLA NO MARANHÃO (2018) nos mostra como as mulheres estão desde territórios danificados pelos empreendimentos produzindo resistência e tecendo redes de cuidados e autonomia, sendo elas, as mulheres as que mais sentem a dor da terra e sangram com ela. Da escuta com Anacleta Pires sobre a infância e acesso a educação elas partilham:

Aí depois uma professora me levou pra Itapecuru, passei muita dificuldade, muita coisa quenão dá para explicar tudo. **Mas eu tinha em mim, estudar, estudar.** Já sofri demais no Itapecuru. Vivia com uma idade de treze anos, vivia lá com um irmão de doze anos. Teve um dia que a gente... **nós passamos muita fome, fome, fome, de 46 não dormir à noite e eu querendo, insistindo que eu queria estudar. Teve um dia que eu vim até a pés de Itapecuru pra cá, comunidade, com meu irmão porque a gente não aguentamos de fome.** E aí mais com tudo isso, meu irmão não voltou mais pra estudar, mas eu continuei, eu dei uma

parada não tive condições econômicas de estudar porque **naquele tempo era um pouco difícil estudar, principalmente quando a gente tava no ensino médio e tinha quereser todo um padrão ali, da elite,** né e eu fiquei com dificuldade pela minha família não ter condição de me manter na escola e aí eu parei no ensino médio, no segundo ano, no meiodo ano eu não voltei mais, né, pra escola e passei anos , mas aí depois eu consegui, né, retornar pra sala, pra escola e continuei isso e hoje eu posso dizer que superei esse quadro da educação.(Entrevista Anacleta Pires, 08/01/2018, grifo nosso) (SILVA, 2018, p. 45-6).

O acesso à educação para nós mulheres negras, sempre foi uma luta. Lutamos para conseguir ter acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade e lutamos para ter condições de permanecer nas escolas e universidades. Final de 2019 quando retornei ao quilombo, em uma conversa/desabafo com Dona Dalva sobre o quanto é doloroso está na Pós-Graduação e como sofremos preconceitos e racismo no tratamento naturalizado, ela me vendo enfraquecida, segurou minhas mãos, olhou em meus olhos e me disse: “minha filha, quantas pretas doutoradas você conhece, que vieram do lugar que você vem e lutam como você luta? Você está nesse lugar, não é só por você é por mim também e por outras pretas como nós, e eu estou lá com você!” (Dalva, dezembro de 2019).



Mãe Severina, Anacleta e Dalva (ambas lideranças do território quilombola Santa Rosa dos Pretos/MA) nos dizem que a vida para as mulheres no Brasil e no quilombo sempre foi difícil, as mulheres sempre tiveram que

estar lutando para ter condições de viver, de falar e de ser reconhecida. No quilombo boa parte do sustento das famílias provinha das matas, da quebra dos cocos babaçus, das roças e dos igarapés, mas com a invasão do nosso território tudo isso foi desrespeitado. Os quilombolas no Brasil parecem que não têm valor para o Estado, quando não estão sendo explorados.

Mãe Severina ao lado do pé de pequiizeiro, na frente da Tenda Nossa Senhoras dos Navegantes dentro do território de Santa Rosa dos Pretos, amos ameaçados pelos empreendimentos e pelo projeto em curso de duplicação da rodovia/BR 135 – **Fonte:** site/O mundo preto têm mais vida e aguaparalospueblos.

Mãe Severina conseguir concluir o ensino básico com muita dificuldade. Dona Dalva não teve a oportunidade de ir a uma escola formal e por isso não teve acesso a educação que lhe permitiria “ler” os documentos/livros/trabalhos que afetam diretamente sobre sua vida e dos seus, porque as



linguagem/códigos usados são da branquitude.

Mesmo sem esse acesso a educação formal e ainda colonial e em grande medida de adestramento (SANTOS, 2019 - NEGO BISPO) elas munidas de outras cosmovisões/ de um notório saber é quem nos orienta assim como as demais pessoas envolvidas nesta tese sobre a necessidade de reflexões mais ampliadas para se pensar em uma universidade mais comunitária e a produção de conhecimentos de uma forma mais real, que respeite no processo de teorização as práticas/saberes/conhecimentos locais de cada povo (HOOKS, 2017; SILVA, 2017).

É claro que nós não percebíamos muito do que escrevemos hoje nas vivências da infância, tão pouco no começo da graduação e ainda hoje não sabemos de tudo. Mas, nessa perspectiva, se as pessoas nos perguntam se o mundo vai melhorar, nós as olhamos e sorrimos de felicidade, pois as mulheres que compõe este manuscrito e nós somos o retrato vivo de que o mundo está mudando, e para melhor, mesmo que o cenário seja de guerra. Nós carregamos a transgressão em todos os nossos movimentos, enquanto somos a própria esperança. Assim, falamos hoje, da indignação das palavras que nos libertam e nos aprisionam.

Como falar diante de tantos conceitos, teorias e termos científicos? As palavras escorregam entre nossos dedos sentidos de “raiva” (HOOKS, 2019, 2020; LORDE, 2020) que pressionam as teclas do computador, que nós conseguimos compra com o auxílio

da bolsa de estudo. A permanência de nós alunas/os não brancos, de nós mulheres negras na universidade só é possível por conta das bolsas de estudos, das agências de fomento para pessoas empobrecidas pelos regimes de desigualdades sociais impostos e agravados pelo racismo. As bolsas de estudo são políticas públicas de reparação das desigualdades ainda existentes, e um caminho real para alcance da equidade na sociedade brasileira.

As palavras escritas ou ditas por pessoas não brancas engajadas na luta contra as opressões desnaturalizam o racismo, os seus efeitos nas mais diversas relações sociais e nos revelam formas de combatê-lo. No Brasil ainda se “(agro)semeia” os efeitos do racismo. A naturalização das violências é um projeto de estado que se ressignifica na contemporaneidade, mesmo que se tenham mecanismo oficiais/legais de lutar contra elas, esses são suspensos quase que rotineiramente para a efetivação do desenvolvimento do país e do protejo de Nação em curso.

Eu/Anacleta Pires compartilho:

**Como podemos articular as experiências das mulheres para combater as violências e as desigualdades sociais no Brasil e na América Latina?**

*“Acredito em que a nossa articulação nada mais é do que as conexões. As conexões e as trocas, as trocas de experiências pra que a gente possa cada vez mais, sempre estar nos reafirmando, porque essa reafirmação que eu falo é nós estar nos relacionando para que a gente possa manter garantias. O que é essa garantia? Segurança! Nós temos que ter segurança no ser*

*mulher, pois segurança mesmo é você poder dizer: “eu sou mulher, nasci pra ser mulher e vou fazer o meu papel de mulher!”. E pra isso, você tem é que ter coragem. Coragem minbas irmãs! Porque é a coragem que nos leva a acreditar no que somos, no que temos, para que nós possamos se envolver no que nos inspira. Veja, isso é uma questão que nos responde o nosso sentimento e quando esse sentimento responde a nossas boas ações, ele vem através das nossas potencialidades adquiridas pelos nossos relacionamentos nessa luta. Então, essa desigualdade, essa violência, ela vive permeando/aumentando é por falta, é por falta de coragem, acesso e respeito para nós reafirmar o nosso papel de mulher negra protagonista. Então nós temos que enfrentar o que está nos matando, o que vem nos matando e vai nos matar sempre se nós não agirmos com a coragem.*

*A gente sempre vai está cúmplices ao que mata, ao que viola, ao que faz essa mazela da desigualdade social se nós não agir em comunidade. Então, a mulher precisa ter AUTONOMIA diante do seu ser mulher e autonomia do seu ser mulher é ter a contraposição do projeto da morte em curso, é se contrapor ao projeto da morte branca, porque a mulher ela é a base vital do ser humano, é ela que é a base vital da humanidade. Então, ela precisa, ela precisa estar se reafirmando nessa contraposição dessas violências e dessas desigualdades impostas a nós é tão maléfica e perversa no Brasil e em toda a América Latina.”*

Nesse contexto, denunciemos que a naturalização das violências é um projeto de estado que desumaniza a humanidade como um todo, mas objetifica e desqualifica ainda mais as mulheres e as mulheres negras em geral, por isso é tão urgente o combate diário ao racismo e articulações cada vez mais ampliadas

de movimentos, redes, teias que possam ampliar os espaços de denúncia das violências locais, nacionais e internacionais. Agir em comunidade permite a abertura ampliada de espaços de enunciação política de efetivação de políticas públicas capazes de assistir os problemas do povo negro no Brasil. As conexões permitem o envolvimento entre os povos oprimidos em todaa América Latina, dando visibilidade para as potencialidades políticas das mulheres na luta pelos territórios e pelas humanidades.

Em uma perspectiva semelhante a da intelectual Anacleto Pires no livro, “O amanhã não está à venda” do intelectual brasileiro Ailton Krenak, texto elaborado a partir de três entrevistas queele concedeu em 2020, ele nos chama atenção para o fato de que o mundo parou por conta da covid-19, esse organismo vivo, e agora temos que repensar o verdadeiro sentido do que é ser humano, pois no cenário que nos encontramos as desigualdades sociais foram/são em grande medida naturalizadas para o exercício da necropolítica (MBEMBE, 2019).

O vírus está discriminando a humanidade e esse mundo artificial. A crise é terrível, mas nos possibilita questionar a natureza da humanidade dominante em jogo, a fim de agirmos para mudá-la, como agiu minha avó e minha mãe. A extinção que assola a humanidade faz parte de um modo de funcionamento doentio, no qual, por muito tempo homens se empenharam em ações de morte contra outros seres vivos e hoje a natureza revida, a fim de evitar

um caos maior.

É tempo de aceitar que a humanidade é parte da terra, mais um organismo vivo. Tudo é natureza. O desligamento desse entendimento foi violentamente arquitetado pelos colonizadores.

Não diferente do Krenak, o intelectual Nego Bispo (SANTOS, 2019, p.68) por meio do conceito de *Confluência*, “que é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual”, lembra da primeira vez que ouviu falar sobre o fim do mundo, ele estava assistindo Tv quando ouviu pela primeira vez o povo originário Yanomami falar sobre o viés de sua lógica cosmovisiva sobre a seguinte pergunta: “Você acredita que o mundo vai acabar?” E eles responderam: “acredito que tudo que começou um dia se acaba, inclusive o mundo. Porém, o mundo não vai acabar nem quando, nem do jeito que você está me perguntando [...] o mundo vai acabando aos poucos, por espécies, então o mundo acaba sempre”.

Krenak, Nego Bispo e os Yanomanis nos alertam de que é preciso uma relação de respeito, convivência e de cuidado urgente para salvar a natureza como um todo, inclusive nós que somos parte dela, somos um organismo vivo. Uma relação respeitosa e orgânica é a chave para acabar como fim do mundo.

Na leitura de que tudo é natureza, a fala do Krenak me soa tão familiar, porque ela amplifica aquilo que as pessoas dos

quilombos também estão dizendo à séculos, como seu Libânio Pires, uma das liderança mais velha do território quilombola Santa Rosa dos Pretos, intelectual da margem. Desde 2014 venho ouvindo Libânio e muitas outras lideranças que reclamam outras formas de existir/humanidades, e para Libânio nós somos natureza, não têm nenhum de nós que não seja natureza, essa natureza que é viva.

**Natureza** – segundo seu Libânio: “Quando se fala na natureza nós somos natural, não têm um que não vive da natureza, quando essa natureza se acaba o que nós vamos fazer, se acabar também, a natureza humana, ela tem duas coisas, a natureza divina e a humana, que são duas rédeas que puxam uma da outra. A natureza divina ela está lá em cima e a humana ela está aqui” (entrevista concedida em 22 de setembro de 2018) (SANTOS, 2019, p. 23).

Assim, Libânio Pires (2018) nos interroga sobre: “Será que essa natureza está sendo da humanidade ou está sendo da perversidade que está sendo tocada por alguém?” e Ailton Krenak pontua somando com Libânio, sem nunca terem se visto, que o vírus está querendo nos “desligar”, tirando o nosso oxigênio. Pensar no desligamento é também pensar criticamente nos processos de silenciamentos impostos a outros seres e seres humanos, no qual suas cosmovisões foram desrespeitadas e desumanizadas.

Esse processo nos faz refletir criticamente sobre o

asfixiamento sócio cultural, no qual o etnocentrismo e o antropocentrismo imperam, esse tipo de sufocamento que atrofia todo o corpo em uma morte lenta e gradual durante quase 4 séculos de opressão. Corpos de humanos facilmente matáveis em genocídios escamoteados de proteção nacional (SANTOS, 2019, p. 33 – NEGOBISPO).

Fogo!.. Queimaram Palmares, nasceu  
Canudos.  
Fogo!.. Queimaram Canudos, nasceu  
Caldeirões.  
Fogo!.. Queimaram Caldeirões, nasceu Pau  
de Colher.  
Fogo!.. Queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nascerão tantas outras  
comunidades  
Que os vão cansar se continuarem  
queimando  
Porque mesmo que queimem a escrita, não  
queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos, não  
queimarão os significados.  
Mesmo que queimando o nosso povo,  
Não queimarão a ancestralidade.

No processo de escrever com as mulheres quilombolas, fomos costurando caminhos diversos, dinâmicos e dissidentes para alcançar a justiça social, combater o racismo e defender os territórios. É importante sinalizar que a ideia de alienação que vigora anda junto com o modelo de humanidade Ocidental que está em crise, a capitalista. Onde o amanhã é facilmente comercializado na ilusão de um “futuro melhor”, enquanto sem

ações reais agora, o amanhã carregará as mesmas correntes de um passado de dor.

“Stop. A vida parou ou foi o automóvel?”. Krenak faz uso desse poema de Carlos Drummond de Andrade para dizer que o mundo está agora numa suspensão e como vamos sair dela determinará o futuro da humanidade, daqueles que possuem ou não Land Rover. “Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu de nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro” (KRENAK, 2020 – 45%).

Stop!

A vida parou ou continuamos em alta velocidade?

Stop! Leio, por outras lentes, a humanidade

Para vislumbrar um horizonte de vida, crítica

Que significa

Impulso

Movimento

Na humanidade e fora dela

Para desocultar os problemas

Da vida moderna

Stop!

A vida parou ou continuamos em alta velocidade?

(Dayanne Santos)

**“No fundo do navio aqui foi que eu cheguei”:** narrativas de mulheres negras como escrita de nós.

Era tarde da noite e minha mãe nos colocava para dormir – lembro como se fosse hoje – eu como irmã mais velha não comi o pão que foi dividido com meus 3 irmãos mais novos, eu junto



com minha mãe tomei o suco e dormir. Nessa noite dormir com muita raiva de minha mãe, eu não sei ao certo quantos anos eu tinha, era criança, essas são daquelas lembranças cicatrizes, elas ficam. Só depois de grande e andando com as mulheres dos povos e comunidades tradicionais, foi que ouvindo suas narrativas e investidas sobre a fome, essa escravatura antiga, que me dei conta da dobra na opressão que minha mãe havia feito, um desvio, que me permiti hoje partilha com vocês narrativas outras de luta pela vida, por outras possibilidades de viver e de tecer vida boa, bem – estar.

Em toda a América Latina as mulheres estão fazendo do pouco canais de multiplicidade de acolhimento e meios estratégicos de esquecimento de dores tão diárias. Gostaria de informar que aqui nessas pequenas palavras que rasuram versos tão complexos de narrativas de resistência, falo do lugar da margem. Sou filha de uma mulher negra que é filha de pescadores, mãe solteira e empregada doméstica, que com muita luta criou sozinha seus 5 filhos, um já falecido, que cuida de nós do alto, pois aquelas/es que tombam entre nós se ancestralizam. Ela, minha mãe, tem uma gramática de produzir esperança e presença de enunciados extremamente dolorosos, uma mulher de poucos abraços e de muitas outras atitudes e demonstração de amor. Esse é um movimento que a decolonialidade ainda tem que aprender com nossas pretas, sentir as dores que nos fazem pari mundos

outros em meio as intensas cólicas coloniais diárias – cólicas essas que nos lembram da exploração dos nossos corpos e dos nossos úteros.

Em meio a esse estupro somos obrigadas a parir mundo de esperança, tenho a impressão que poucos homens entenderão esses versos de escrita de nós que estou narrando aqui, e os outros lendo a partir do seu escroto me tacharam de emotiva demais e reforçaram esse sistema de opressão histórico, social, político e colonial. Mesmo diante desses escrotos quero ter a possibilidade de gozar de um mundo novo, mas para isso é preciso estar viva hoje - das escutas das mulheres descobri que se faz urgente enunciarmos e discutirmos desde o lugar marginal na academia e para além dela o caráter de morte como projeto de dominação, de genocídio e de exploração de seres humanos, que são rotineiramente desumanizados e colocados na condição de “subalternos, outros, marginais, atrasados, perigosos, etc;” na produção do Estado-nação no Brasil.

As cólicas mais intensas e doídas que temos são essas da colonialidade que fundamentam o racismo, essas formas de negação históricas e sociais de direitos fundamentais (saúde, educação, moradia, religião, etc.) a povos não brancos. O desafio aqui parte dessa reivindicação desse sangramento que não para, esse sangue denso e com fluxo contínuo nos coloca enquanto mulheres em uma situação de semi-vivas, nossos corpos são

exportados, mercantilizados, ipersexualizados, danificados, decodificados, padronizados, violados rotineiramente em estratificações ocidentais bem definidas pela colonialidade do saber e do poder. Somos enquanto mulheres lidas oficialmente como seres menos humanos, pois nos regimes de humanidades imperialistas que ainda em grande maioria fundamentam as relações sociais neste país, desde 1500, o estupro (físico, psíquico e social) é uma ferramenta de poder e dominação - ele é fruto da modernidade e se reaperfeiçoa na globalização. Corpos maquinais, onde o lugar do feminino, da mulher é lido e rebaixado para o plano da natureza e das emoções, ou seja, o lugar do não político e da não produção de conhecimento científico – essas e tantas outras são justificativas de homens e mulheres da branquitude, que defendem o sexismo e o racismo, que exigem para seu bem-estar social a venda e exploração de corpos nossos não brancos.

Nesse contexto, nada é real tudo é colonialmente fabricado - se fabricam corpos para ocupar instituições racializadas, a colonização exige a fabricação do não humano e ainda lhe impõe uma humanidade fundamentada em uma razão cartesiana branca – a desumanização passa a ser a regra, pois a modernidade ainda se mira no espelho de narciso, que é reflexo de genocídios históricos de civilizações inteiras.

Quem nunca sangrou não vai entender esses versos tão coletivos de escutas tão miudinhas de um cotidiano de guerra.

Ouço pessoas ameaçadas de morte e outras/os que já foram assassinadas/os na luta pelo território e contra o racismo. As narrativas aqui são inventoras de outras histórias, histórias desde a margem, onde tanto o corpo, como a mente, a fala e todos os outros movimentos que o corpo produz recria e releva desde tempos coloniais o protagonismo de muitas mulheres diversas e plurais, mas destaco aqui a presença de mulheres negras, as pretas que fundamentam esse meu asê de fala Ubuntu – desde os porões dos navios, cativeiros, cemitérios de vivos, das senzalas, dos quartinhos de empregada doméstica (tão pequenos, tão asfixiantes), das periferias, das favelas onde a colonização e os genocídios são diários.

Cara/o leitora/o não temos tempo para escrever, porque as necessidades sociais e econômicas são urgentes (estamos preocupadas em ter o que comer e em não morrer. A fome nos assombra quase que diariamente), mas tenho aprendido nessa minha caminhada de escuta marginal/transgressora com mulheres que estão dentro e fora da academia que a escrita assim como a fala libertam e criam canais urgentes de visibilidades, pois é preciso comunicar as violências se quisermos combatê-las.

Eu tenho visto principalmente com as feministas negras que o estilhaçamento é um símbolo nosso, e eu digo mais, os nossos corpos femininos têm sido, um desses meios pelos quais outros mundo são possíveis, é de pernas abertas entre dores

intensas que damos luz a outras humanidades/outridades não brancas. Estamos historicamente reencantando o mundo com movimentos ancestrais de enunciação da vida, no qual muitas de nós chegam ao mundo de dor aparado pela ancestralidade, esse ofício antigo de partejar gente, que foi dado as parteiras, mulheres de asè. Eu tenho visto que estamos produzindo desde lá, nosso umbigo, o continente – mas tenho sentido que desde aqui somos sementes de povos originários (indígenas) que ensinaram para nossas pretas, e nos ensinam hoje o ofício de aparar gente, pessoas, seres humanos integrais, e isso incomoda a casa grande.

Eu vim ao mundo entre as pernas de uma preta, que enquanto fazia força para me por no mundo, era fortaleza contra as dores que ele iria me provocar. No parto, minhas mãe, assim como inúmeras pretas produzem esperança e interpelam o racismo, pois em meio a tantos genocídios e precarizações continuamos nascendo. No parto os gritos de minha mãe enunciavam que a filha dela, eu, ia nascer mesmo que ela mesma tivesse que me aparar. Eu ainda nem via o mundo e já sentia a força das minhas pretas circulando e bombeando asè para todo o meu corpo, duas voltas do cordão umbilical circulavam meu pescoço, o ar faltava em meus pulmões, mas eu quando vi o mundo pela primeira vez gritei como se eu já o conhecesse. Isso que os doutores chamam de choro, é nossa primeira transgressão.

Ainda não cheguei aos 50 anos e na

modernidade/globalização tenho visto mulheres parindocrianças, que são rotineiramente exploradas ou marginalizadas pela Nação - nas portas de hospitais públicos, por falta de leito, de recursos, investimentos – por conta dos desvios do dinheiro público para fortificar as casas grandes na contemporaneidade, hoje, agora enquanto escrevemos/enquanto você ler.

A ancestralidade, os encontros, as palavras das pretas velhas, palavras tão atlânticas mas ao mesmo tempo tão familiares foram o que nos mantiveram vivas dentro do ameaçador universe da academia e no mundo. Essas palavras que foram e são o lugares de onde nós tiramos forças/sustentopara o corpo/corpo nosso preto, ativista e transgressor. As mulheres negras, originárias e as brancas que estão na luta contra o racismo conosco têm esse sentido de serem diaspóricas e atlânticas em seu próprio país.

### **Considerações finais**

Acionamos aqui a doutrina (ponto, canto) como fim, início e recomeço de regimes de enunciação política que nós/mulheres negras acionamos desde a margem para compor os fios plurais e criativos de uma escrevivência que recria e ressignifca as possibilidades de tecer vida boae comunitária desde a margem, desde a diáspora permitindo conexões com nossas/os ancestrais comuns no Continente Africano.

*Me desloquei Minha mãe me desloquei*

*No fundo do Navio aqui foi que eu cheguei*

2x

*Eu sou mulher  
Sou preta e ancestral  
Retrato do meu povo  
Que luta contra o mal*

\*\*\*

*Já fui cabocla  
Já foi uma guerreira  
Hoje sou Oxum  
Vodum e feiticeira*

*(Doutrina da relação com meus guias/Dayanne Santos)*

Nesse contexto, as mulheres negras falam desde tempos coloniais. Essas falas são verdadeiros atos políticos na luta contra o colonialismo, racismo, sexismo e patriarcado que impera nas relações sociais a brasileira.

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALES, 1984, p. 225).



Nossa grande mestra e uma de3 nossas principais interlocutoras neste caminhar Ubuntu – Maria Dalva Pires/liderança do Território quilombola Santa Rosa dos Pretos/MA. Foto: Dayanne Santos

Eu cansei de me curvar.  
Hoje?  
Ergo-me  
E avanço!  
Ergo-me  
E avanço!  
(Dayanne Santos)

## Referências

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobrecotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará:Fundação Heinrich Böll, 2004.



ALMEIDA, Alfredo Wagner (org.). *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. São Luís: Projeto Vida de Negro/CCN-MA, 2002.

ANACLETA SILVA, Pires da. *Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do território quilombola Santa Rosa dos Pretos*. 2017. Monografia (Graduação em pedagogia da terra pelo organizado pelo PRONERA) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2017.

ANJOS, J. C. O corpo nos rituais de iniciação do Batuque. In: *Corpo e significado, ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2001.

BATISTA, Wagner Vinhais. *Palavras Sobre Uma Historiadora Transatlântica Estudo da Trajetória Intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese (Doutorado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2016.

BRUSTOLIN, Cíndia. *Reconhecimento e Desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita*. Porto Alegre: Tese do Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS, 2009.

BRUSTOLIN, Cíndia; DOS ANJOS, José Carlos Gomes; SANTOS, Dayanne da Silva. Um corredor para exportações: o território de Santa Rosa dos Pretos nas v(e)ias abertas da mineração. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). *Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais*. São Luís: EDUFMA, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito).

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 99-127, jan.-abril 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo:Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

hooks, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Bhuvli Libanio. 10. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução Rainer Patriota. São Paulo:Perspectiva, 2019.

JOSICLÉA SILVA, Pires da (Zica Pires). *A riqueza e a pobreza ao longo do corredor carajás: os impactos dos projetos de mineração nos territórios quilombola Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo*. Monografia (Graduação em pedagogia da terra pelo organizado pelo PRONERA) – São Luís/MA, UFMA, 2017.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N1 edições, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. 2ª edição. Lisboa: Antígona, 2014.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Campanhia

Das Letras, 2020. SANTOS, Dayanne da Silva. *Não se pode entrar em terra de encantado sem permissão*: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhã, São Luís/MA, 2019.

ZINE. *O mundo preto tem Mais vida*. 2018. Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

# Neofascismo e Neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro

*Matheus de Carvalho Barros (PPGS/UFF)<sup>320</sup>*

**Resumo:** É possível classificar Jair Bolsonaro como um Neofascista? A partir desta pergunta, o objetivo do trabalho é analisar a ascensão do presidente do Brasil e a suas possíveis relações com a ideologia fascista/neofascista. Além disso, iremos analisar como o capitalismo neoliberal cria as condições para o surgimento e o desenvolvimento de movimentos reacionários. Para tal empreitada, utilizaremos como referência metodológica o conceito de fascismo produzido no campo do marxismo, assim como, textos de autores de relevância nos estudos sobre o movimento fascista, apontando as semelhanças e particularidades do *bolsonarismo* em relação aos outros movimentos de extrema-direita pelo mundo.

**Palavras-chaves:** Jair Bolsonaro; Neofascismo; Neoliberalismo

## Introdução

A discussão em torno do tema do fascismo retoma a sua atualidade quando observamos a ascensão de movimentos e partidos de extrema-direita em diversas partes do mundo. O partido Vlams Belong na Bélgica, Salvini e a Legga Italiana, o FPÖ

---

<sup>320</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF). E-mail: carvalho\_barros@id.uff.br

na Áustria, Donald Trump no EUA, Marine Le Pen na França e Jair Bolsonaro no Brasil, são alguns exemplos. Contudo, em cada país e em cada contexto social, esta extrema-direita se expressa de formas diferentes e possui suas particularidades. A caracterização como fascista ou neofascista, por exemplo, pode se aplicar a alguns, mas não a todos. Como nos aponta Lowy (2019), algumas dessas forças emergentes têm características diretamente fascistas: é o caso do partido “Aurora Dourada” na Grécia, da CasaPound na Itália, e de vários outros partidos nacionalistas nos países bálticos. Nesse sentido, o surgimento dessa direita radical é certamente uma das características mais notáveis de nosso momento histórico.

O importante historiador italiano Enzo Traverso, em sua obra *The new fasces of fascism*, sustenta que o termo “fascismo” é insuficiente, ou até mesmo inapropriado, para se compreender esta nova realidade. Nessa perspectiva, Traverso propõe a utilização do conceito de *Pós-fascismo* para captar as especificidades desta extrema-direita ascendente. Com essa concepção, o historiador italiano quer descrever “um fenômeno em transição, um movimento ainda em transformação e ainda não cristalizado” (TRAVERSO, 2019, p. 14).

Nesse cenário, Traverso (2019) ainda salienta a importância de distinguir o *Pós-fascismo* do *Neofascismo*. Para o historiador, o neofascismo seria uma tentativa de perpetuar e regenerar o “velho

fascismo”, pregando abertamente uma continuidade ideológica com o chamado fascismo histórico. Um exemplo disso seria o surgimento de alguns movimentos e partidos na Europa central, como o *Jobbik* na Hungria. Por outro lado, o Pós-fascismo, em muitos dos casos, nasce como uma herança do fascismo clássico, contudo, vem mudando as suas formas. Segundo Traverso, apesar de suas origens, esses movimentos classificados por ele como pós-fascista não apelam a essa “ancestralidade” e nem reivindicam a sua herança. E esse seria o fator fundamental que os distingue do neofascismo.

Entretanto, o conceito de *Pós-fascismo* é criticado por Michael Lowy no seu texto *Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil*. O sociólogo brasileiro considera inadequada a utilização do termo para caracterizar determinados movimentos de extrema-direita. Segundo Lowy, o prefixo “pós” – como, por exemplo, “Pós-modernidade” - teria pelo menos dois significados comuns: a passagem de uma época histórica e a ruptura com um modo de pensar. Desta forma, o conceito de *Pós-fascismo* implicaria, implícita ou explicitamente, em uma hipótese que na visão do sociólogo marxista seria errônea: a ideia de que o fascismo pertenceria a uma época ultrapassada. No entanto, para Michael Lowy, o fascismo não é uma época, mas um modo de organização e uma ideologia política, que se manifesta e se manifestou de diversas maneiras, bem depois do fim do Terceiro Reich.

No texto *Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro*, Lowy define como neofascistas líderes, partidos e movimentos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930, mas que possuem também as suas particularidades. Estes seriam fenômenos novos que não são idênticos aos do passado, justamente por carregarem as especificidades do século XXI. Como exemplo para a sua concepção de movimentos e partidos neofascistas, Michael Lowy (2019) cita o caso do partido *Vlams Belang* na Bélgica, Salvini e a *Legga Italiana*, o FPÖ na Áustria e a figura de Jair Bolsonaro no Brasil. Desse modo, é possível identificar que na concepção do sociólogo brasileiro, diferentemente de Enzo Traverso, esses movimentos, líderes e partidos não precisam necessariamente reivindicar a herança do fascismo histórico para se constituírem como fenômenos neofascistas. Nessa configuração, o fascismo consiste em um conceito – assim como bem definiu o historiador argentino Federico Finchelstein (2017) – transnacional, transatlântico e trans-histórico.

Muitos estudiosos tendem a classificar a nova extrema-direita ascendente como populista. Todavia, como argumenta Traverso (2019), o conceito de populismo foi tão amplamente usado que suscita um robusto e justificado ceticismo. Devido a sua livre flutuação e seus limites abrangentes, torna-se difícil falar do populismo como um fenômeno político que possua um perfil e

uma ideologia própria. Há certo consenso na historiografia em classificar como populistas alguns fenômenos do século XIX, como o populismo russo representado pelos *Narodniks*, assim como o populismo latino-americano da primeira metade do século XX, encarnado nos governos de Perón na Argentina e Getúlio Vargas no Brasil. Nesse sentido, como aponta Michael Lowy (2015), o termo populismo correspondia a algo bem específico: governos nacionais populares ou movimentos construídos em volta de figuras carismáticas, com amplo apoio popular e uma retórica anti-imperialista. Esta retórica também busca exaltar as virtudes do povo em relação ao *establishment* político, com o objetivo de mobilizar as massas contra o “sistema”. Desta forma, o populismo seria mais um estilo político do que propriamente uma ideologia política (TRAVERSO, 2019).

Nos últimos anos, muitas figuras foram classificadas como populistas: Marine Le Pen na França, Jeremy Corbyn no Reino Unido, Matteo Salvini na Itália, Donald Trump nos EUA, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Jair Bolsonaro no Brasil. Diante de enormes diferenças entre as figuras citadas, o termo populismo acaba se tornando uma “concha vazia” – termo utilizado por Enzo Traverso (2019) – que pode ser preenchida por conteúdos políticos díspares. O historiador Federico Finchelstein chega a definir o populismo como “uma forma autoritária de democracia que surgiu originalmente como uma reformulação do



fascismo pós-guerra” (FINCHELSTEIN, 2017, p. 98). Na concepção do historiador argentino, fascismo e populismo estão conectados genealógicamente. Entretanto, essa relação feita por Finchelstein dificulta o entendimento do fenômeno quando a tipologia construída pelo historiador inclui o “populismo neoclássico de esquerda”, da qual fariam parte Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Corrrêa, por exemplo. Desta forma, ao obscurecer ou até mesmo eliminar as diferenças entre direita e esquerda, o termo populismo muitas vezes acaba atrapalhando a compreensão das particularidades política e ideológica do objeto estudado.

No Brasil, a discussão sobre fascismo e neofascismo veio à tona com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. Esse debate foi colocado a público recentemente, por exemplo, quando Armando Boito Júnior se propôs a analisar a emergência de um movimento neofascista no Brasil (WEBER, 2019). Os artigos de Boito Júnior, publicados pelo jornal Brasil de Fato, foram inicialmente uma resposta a um texto de Atilio Borón publicado originalmente pela Página 12. Em seu artigo, Borón (2019) argumenta que é um erro grave classificar Jair Bolsonaro como um fascista. Segundo o sociólogo argentino, o fascismo é uma “categoria histórica”, ou seja, possui características únicas cujas condições para o seu surgimento seriam próprias do período entre guerras. Portanto, tais condições seriam irrepetíveis no

contexto atual. Em contraposição à Borón, Armando Boito (2019) acredita ser possível o surgimento do fascismo na atualidade, e destaca que essa possibilidade não pode ser descartada principalmente no cenário brasileiro. Utilizando Nicos Poulantzas como referência, o professor da Unicamp argumenta que a crise econômica e política que marcam o tempo presente, colocam a possibilidade do ressurgimento do fascismo, mesmo que o fenômeno assuma formas distintas de sua matriz histórica.

Na efervescência da discussão sobre o caráter dos movimentos de extrema-direita que surgem em diversos países, levantamos a seguinte indagação: É possível classificar Jair Bolsonaro como um Neofascista? A partir desta pergunta, o objetivo do trabalho é analisar a ascensão e atuação do presidente do Brasil, tendo em vista que o movimento político encabeçado por Bolsonaro se enquadra no processo global de ascensão de uma extrema direita reacionária e autoritária nos últimos anos. Em primeiro lugar, iremos conceituar o fascismo à luz da teoria marxista. Em seguida, vamos discutir como o capitalismo neoliberal cria as condições e ambientes propícios para o surgimento e o desenvolvimento de movimentos reacionários, identificando, desta forma, uma verdadeira “afinidade eletiva” entre o neoliberalismo e o neofascismo. Por fim, iremos analisar o contexto brasileiro e as possíveis relações de Jair Bolsonaro com a ideologia fascista/neofascista, apontando as semelhanças e

particularidades do *bolsonarismo* em relação aos outros movimentos do cenário internacional.

### **O que é Fascismo?**

Como nos aponta Marcelo Badaró (2020), a bibliografia sobre o fascismo é monumental. Em seu mais recente livro intitulado *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*, o professor da UFF traz a contribuição de Fernando Rosas sobre a historiografia do fascismo. O historiador português traça um quadro cronológico, bastante útil, no qual identifica basicamente quatro fases fundamentais nas análises sobre o fenômeno fascista. A primeira delas teria ocorrido entre os anos de 1920 e 1930, protagonizada por dirigentes revolucionários comunistas, comprometidos com o combate ao fascismo. Dentre eles, destacam-se Antônio Gramsci, Clara Zetkin e Leon Trotsky. O segundo momento teria ocorrido após a Segunda Guerra mundial. Movido pelo clima da Guerra Fria, a segunda fase de reflexões sobre o fascismo emergiu através de uma interpretação que igualava os regimes fascistas ao stalinismo soviético, que ficou conhecida como a teoria do totalitarismo, representada, entre outros, por Hannah Arendt. O terceiro momento surge com a ascensão da ideologia neoliberal e da decomposição dos regimes do Leste Europeu, ao final do século XX. Essa vertente conhecida também como “novo consenso historiográfico” rejeitava em

grande medida as análises centradas nos conflitos de classe e privilegiava as ideias e os aspectos culturais do fascismo (MATTOOS, 2020). A quarta e última vertente historiográfica apontada por Fernando Rosas são os debates em processo na contemporaneidade, marcados pela construção de uma teoria crítica do fascismo assente em pressupostos distintos (neomarxistas, pós-estruturalistas ou antropologia social), mas que têm em comum, como ponto de partida, “a demarcação do tal novo consenso em torno do fascismo como transcendência idealista, ou seja, assente na exclusão do condicionamento das expressões do político e ideológico” (ROSAS, 2019, p. 21).

Contudo, no presente trabalho utilizaremos como referência o conceito de fascismo produzido no campo do marxismo, mais especificamente as contribuições de Leon Trotsky sobre a ascensão do nazismo na Alemanha escritas entre 1930-1933.

Exilado em uma ilha turca, após as eleições de 1930, Trotsky escreve seu primeiro texto sobre a conjuntura política alemã. Em *O Giro da Internacional Comunista e a Situação Alemã*, o revolucionário russo já identificava que sob os golpes da crise, as eleições mostraram que a pequena burguesia estava se inclinndo não para a revolução proletária, mas sim para uma reação imperialista extremada, arrastando consigo importantes camadas do proletariado. Analisando os resultados dos votos daquele ano,

Trotsky (2018) argumenta que o crescimento gigantesco do Nacional-Socialismo é fundamentalmente expressão de dois fatos. Em primeiro lugar, da crise social profunda que lança as massas pequeno burguesas para fora de seu equilíbrio e, por outro lado, expressa a ausência de um partido revolucionário que pudesse se apresentar as massas populares como agente transformador da realidade concreta.

Nessa perspectiva, é possível dizer que o “fascismo histórico”, tanto na Itália como na Alemanha, é produto de uma severa e sistêmica crise do capitalismo monopolista, onde a acumulação do capital sob os marcos da democracia burguesa é progressivamente minada. Em consequência dessa crise econômica e política há um descontentamento cada vez maior entre as camadas sociais médias, mais especificamente entre a pequena burguesia que passa a se engajar em movimentos de massas reacionários e violentos (MANDEL, 1995).

Nesse sentido, analisando a conjuntura alemã, Trotsky salienta que o movimento liderado por Hitler é análogo em geral ao fascismo italiano. Ou seja, o nazismo seria “um movimento de massas, com seus líderes usando grandes quantidades da retórica socialista. E isto é necessário para a criação de um movimento de massas” (TROTSKY, 2018, p. 12). Desse modo, o autor de *A História da Revolução Russa* é enfático ao dizer que: “A base genuína do fascismo é a pequena burguesia. Na Itália, ela tem uma base

muito grande – a pequena burguesia das cidades e vilas, e do campesinato. Na Alemanha, igualmente, há uma ampla base para o fascismo” (TROTSKY, 2018, p. 12).

Desta forma, para Leon Trotsky o fascismo - diferentemente de outros movimentos contrarrevolucionários e regimes ditatoriais - seria em primeira instância um movimento reacionário de massas da pequena burguesia revoltada. Impulsionados pela profunda crise do capital monopolista, este movimento apresenta uma combinação de um nacionalismo extremo e uma manifestação verbal demagógica anticapitalista com uma hostilidade ainda maior contra o movimento operário organizado.

Todavia, apesar de sua base social, uma vez no poder, tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão não foram os governos da pequena burguesia, mas sim, os do grande capital (MATOS, 2020). Em um texto escrito em 1933, Trotsky ilustra muito bem essa conjuntura:

O fascismo alemão, assim como o italiano, se ergueu ao poder nas costas da pequena-burguesia, que foi tornada bode expiatório contra as organizações da classe trabalhadora e as instituições democráticas. Mas o fascismo no poder é tudo menos o governo da pequena burguesia. Pelo contrário, ele é a ditadura mais impositiva do capital monopolista. Mussolini tem razão: as classes médias são incapazes de políticas independentes. Durante os períodos de grande crise, são invocadas a seguir aos

absurdos das políticas de uma das duas classes fundamentais. O fascismo conseguiu colocá-los a serviço do capital. Slogans como o controle estatal dos fundos financeiros e a supressão de lucros não oriundos do trabalho foram abandonados assim que se chegou ao poder. Pelo contrário, o particularismo da pequena burguesia deu lugar ao centralismo policial capitalista. Cada sucesso interno e externo das políticas do nazismo significará inevitavelmente o sufocamento do pequeno capital pelo grande (TROTSKY, 2018, p. 227).

Nessa perspectiva, segundo Marcelo Badaró (2020), o sentido de classe dos regimes políticos fascistas – como “ditadura do capital monopolista” – se expressa não apenas em suas políticas econômicas em benefícios do grande capital, mas especialmente em sua violência contra as organizações autônomas da classe trabalhadora. No texto *E agora? A revolução alemã e a burocracia*, escrito na primeira metade de 1932, Leon Trotsky argumenta que o fascismo não é simplesmente um sistema de repressão, de ato de força e de terror policial. O fascismo seria um “sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa” (TROTSKY, 2018, p. 55). Desse modo, para o revolucionário russo, a tarefa do fascismo não consistia apenas na destruição da vanguarda proletária, mas também em manter toda a classe trabalhadora em estado fragmentário. Para tal empreitada, a eliminação física da

fração mais revolucionária do movimento operário era insuficiente. Trotsky aponta que seria necessário também destruir todos os pontos de apoio e de organização do proletariado e exterminar os resultados de anos de trabalho da social-democracia, dos sindicatos e, claro, do Partido Comunista.

Desta forma, para o revolucionário russo, a especificidade da “fascistização” do Estado consistia em

destruir as organizações operárias, reduzir o proletariado a um estado amorfo, criar um sistema de organismos que penetre profundamente nas massas e esteja destinado a impedir a cristalização independente do proletariado. É nisto que consiste a essência do regime fascista (TROTSKY, 2018d, p. 66).

Portanto, após esta brevíssima análise dos escritos de Trotsky produzidos entre 1930 e 1933, podemos argumentar que, resumidamente, o fascismo seria fruto de uma severa e sistêmica crise do capital monopolista, onde seu processo de valorização se encontra minado nos marcos da democracia parlamentar burguesa. Concomitantemente a esta crise social, política e econômica, há um notório descontentamento entre as camadas médias da sociedade, mais especificamente entre a pequena-burguesia que passa a se engajar em organizações e movimentos de massas fundamentalmente violentos e reacionários. Autônomos em um primeiro momento, com o desenrolar da conjuntura esses movimentos passam a ser instrumentalizados em grau cada vez



maior pelo grande capital em sua tentativa de aniquilar o movimento dos trabalhadores e salvaguardar a sociedade burguesa.

### **O capitalismo neoliberal e a ascensão da extrema-direita**

No plano internacional, é difícil propor uma explicação geral que possa dar conta de fenômenos que, apesar de suas semelhanças, possuem indiscutíveis particularidades. Entretanto, é possível levantar algumas hipóteses que nos permitem elucidar, pelo menos em parte, a base material da ascensão da extrema-direita ao redor do mundo.

A primeira hipótese que podemos apontar é o próprio processo de globalização capitalista neoliberal, que acaba por produzir e reproduzir, em escala planetária, o que Daniel Bensaid denominou de “pânico identitário”. Esse processo acaba alimentando uma obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais (BENSAID, 2005; LOWY, 2019).

O outro fator a ser levantado, que está diretamente associado ao processo de hegemonia mundial – neoliberal - do capital financeiro, é a crise geral do capitalismo de 2008. Luiz Filgueiras e Graça Duck (2019) argumentam que não apenas a crise em si, mas também a resposta dada pelos diferentes Estados nacionais (socialização dos prejuízos do sistema financeiro, através

do endividamento dos Estados) e, na sequência, o aprofundamento das políticas e reformas neoliberais nos países de capitalismo periférico (principalmente a partir da crise da zona do euro em 2010), se configuram como a base material da ascensão de uma nova direita e extrema-direita em escala planetária.

Michael Lowy (2019) destaca que tanto o processo de globalização quanto a crise de 2008, se tornaram possíveis em uma sociedade capitalista na qual o neoliberalismo opera desde 1980, aprofundando as desigualdades, as injustiças sociais e concentrando riquezas – assim como ocorreu no capitalismo liberal pré-1929.

O predomínio do neoliberalismo como prática política e ideologia, não significou apenas uma guerra sem fim contra o socialismo, mas representou também um combate à própria democracia (IANNI, 1998). Segundo Pierre Dardot e Christian Laval, compreender politicamente o neoliberalismo pressupõe que se compreenda a natureza do projeto social e político que ele representa e promove desde os anos 1930. Em sua origem, o pensamento neoliberal traz em si uma ideia muito particular de democracia que sob muitos aspectos, deriva de um *antidemocratismo*: “o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle mesmo sob forma de sufrágio universal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9). Portanto, nesta perspectiva, é

possível dizer que o neoliberalismo é intrinsecamente antidemocrático.

Sobre a relação entre neoliberalismo e democracia, Reginaldo Moraes (1998) é enfático ao dizer que o neoliberalismo não tem meias palavras para nomear seus inimigos: a democracia de massas, o Estado de bem-estar social e os sindicatos. O filósofo brasileiro argumenta que o neoliberalismo econômico leva a uma política conservadora, e seus propagandistas, como Friedrich Hayek, jamais esconderam a pretensão de colocar limites drásticos às “irresponsabilidades” da democracia de massas. Nessa linha de raciocínio, Ludwig Von Mises, outro importante teórico do neoliberalismo, em sua obra *Liberalismo segundo a tradição clássica*, chega a dizer, por exemplo, que o fascismo teve um importante papel ao “salvar” a civilização europeia. Nas próprias palavras do economista da Escola austríaca:

Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história. Porém, embora sua política tenha propiciado salvação momentânea, não é do tipo que possa prometer sucesso continuado. O fascismo constitui um expediente de emergência. Encará-lo como algo mais seria um erro fatal (MISES, 1987, p. 23).

Ao transformar o capitalismo, o neoliberalismo transformou profundamente as sociedades. Nesse sentido, como nos apontam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da existência humana. Os autores de *A nova razão do mundo* ainda chamam a atenção para o fato de que além das consequências políticas, econômicas e sociais, não podemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo. Essas transformações podem ser visualizadas em um crescente egoísmo social, que nega as formas de solidariedade e redistribuição, e que é capaz de desembocar em movimentos reacionários e ou até mesmo neofascista.

Nesse cenário, foi a direita e a extrema-direita que conseguiram capturar o ressentimento dos “perdedores” do processo de mundialização do capital nos últimos quarenta anos (conduzido pela ideologia neoliberal) e direcioná-los contra inimigos imaginários e o *establishment* em geral (FILGUEIRAS; DUCK, 2019). Esse ressentimento é derivado do desemprego, da pobreza, da precarização do trabalho e das condições de vida muitas vezes degradante.

No texto *O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro*, Luiz Filgueiras e Graça Duck argumentam que a incapacidade do

liberalismo clássico e da socialdemocracia em apresentar alternativas concretas ao ultraliberalismo e suas consequências sociais, facilitou o crescimento de movimentos neofascistas. Nesse sentido, como bem colocam os professores da UFBA, para além das aparências e da retórica, há uma clara convergência política, ou até mesmo uma “afinidade eletiva”, entre o neoliberalismo, enquanto expressão dos interesses do capitalismo financeiro, e a atual ascensão da extrema-direita, que em seu limite se apresenta como neofascista.

Como o programa e as políticas neoliberais não têm o que oferecer à esmagadora maioria da população, a democracia liberal e o Estado de direito acabam se chocando com os interesses do capital financeiro. Nessa perspectiva, essa “relação simbiótica” entre neoliberalismo e neofascismo acaba criando um contexto em que cada vez mais se torna necessário um Estado de exceção. Pois, como nos demonstram os professores da UFBA em *O governo Bolsonaro, o Neofascismo e a resistência democrática*, ao não conseguir incorporar em seu movimento a grande massa da população, o capitalismo financeiro neoliberal tem dificuldades de conviver com a participação política dos “subalternos”, e conseqüentemente, com as próprias instituições democráticas. Desse modo, a própria democracia e o Estado de direito se constituem como empecilhos para a reprodução do capital. O capitalismo neoliberal cria e

reproduz circunstâncias e ambientes propícios para o surgimento de movimentos autoritários, reacionários e neofascistas.

Portanto, apesar das singularidades históricas, políticas, econômicas e sociais de cada país, há um fio condutor comum que gera um cenário favorável à ascensão de líderes, movimentos e partidos de extrema-direita, ou até mesmo neofascista, em diversas partes do mundo. Este fio condutor reside nas condições materiais de vida da sociedade, que é a base real dos conflitos entre classes (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

### **O contexto brasileiro:**

No cenário brasileiro, é possível identificar a explosão das manifestações massivas de 2013 – ocorridas nas principais cidades do país – como um dos fenômenos decisivos para a inflexão da atual conjuntura (FILGUEIRAS; DUCK, 2019). O movimento que em sua origem protestava contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, logo se direcionou a crítica das condições dos serviços públicos em geral. Luis Filgueiras e Graça Duck argumentam que na esteira dessas manifestações aparecem sinais claros da desqualificação e demonização da política, dos partidos políticos e dos próprios políticos. Na concepção dos professores da Universidade Federal da Bahia, esses movimentos de contestação foram sintetizados na “luta contra a corrupção”, que se desdobrou, posteriormente, em um ataque direto ao Estado

brasileiro, “mas sobretudo ao Estado Social, e a tudo o que é público e coletivo, tendo como contraposição o individualismo e a meritocracia” (FILGUEIRAS; DUCK, 2019, p. 3). Nesse sentido, está seria uma das origens da conjunção entre neoliberalismo e neofascismo que viria a se desenvolver nos anos seguintes.

A vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2014, marcada por eleições extremamente polarizadas, já expressava a mudança de conjuntura engendrada pelas manifestações do ano anterior. Contudo, para além dos acontecimentos de 2013, e das eleições de 2014, há razões mais profundas que explicam as transformações do cenário brasileiro. Como nos apontam Luís Filgueiras e Graça Duck, essas mudanças podem ser identificadas no impacto continuado da crise mundial do capitalismo no Brasil, que se tornam mais visíveis a partir de 2011. A desaceleração do crescimento, ano a ano, ligada à política de desoneração tributária para inúmeros setores da economia dada ainda pelo primeiro Governo Dilma, gerou um déficit primário a partir de 2014. Somado a isso, a execução da política de ajuste fiscal a partir de 2015, logo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, levou a economia à recessão, elevando rapidamente as taxas de desemprego (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

Nesta nova conjuntura econômica de aumento do desemprego e queda de rendimentos, a insatisfação política com o governo se amplia, preparando um terreno propício para o

discurso neoliberal e sua contestação das políticas sociais promovidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, a ofensiva da burguesia cosmopolita, para retomar o seu protagonismo no bloco do poder, que foi reduzido parcialmente devido às relações privilegiadas do PT com a burguesia nacional, obteve êxito. Instrumentalizada historicamente pela burguesia associada ao capital internacional, a bandeira da anticorrupção foi mais uma vez utilizada como “a ponta de lança” desta ofensiva, mobilizando a massa da classe média brasileira para o apoio ao golpe parlamentar que pôs fim ao Governo Dilma em 2016 (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

Segundo Luís Felipe Miguel (2017), a destituição da presidente Dilma Rousseff, provisória em maio e definitiva em setembro de 2016, sem que houvesse crime de responsabilidade claramente estabelecido, marca uma fratura crucial no “ensaio” democrático iniciado pouco mais de três décadas no país. Entretanto, como assinala Marcelo Braz (2017), o impeachment de Dilma não se configura como um “golpe clássico”, uma vez que ele ocorre dentro do funcionamento das instituições burguesas, ou seja, com o aval e apoio da justiça e do legislativo. Nessa perspectiva, o professor da UFRJ argumenta que o impeachment vem se constituindo, especialmente na América Latina, em uma forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou se



tornaram obstáculos em alguma medida. Nas palavras do autor: “foi assim, um golpe nas ilusões democráticas geradas pelos limites próprios da ordem burguesa, cuja condição cria suas próprias ilusões” (BRAZ, 2017, p. 89).

Neste contexto, a extrema-direita veio à “luz do dia”. O resultado deste processo acabou por desembocar na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A radicalização da polarização política, que vinha desde a eleição anterior de 2014, se aprofundou e engoliu a direita tradicional que conspirou e participou ativamente do golpe, abrindo espaço para a extrema-direita reacionária, mobilizadas por discursos misóginos, racistas, elitistas, e com claras inspirações fascistas (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

### **Bolsonaro, Neofascismo e Neoliberalismo:**

Em um texto publicado originalmente no jornal Página 12, Atilio Boron (2019) se recusou a caracterizar Jair Bolsonaro como fascista, e também desconsidera a possibilidade do governo brasileiro se converter em um regime fascista. O sociólogo argentino sustenta que o fascismo é um fenômeno histórico único, restrito à Europa das décadas de 1920 e 1930, e desse modo, irrepetível. Se contrapondo à Boron, o cientista político brasileiro Armando Boito Jr escreve uma série de artigos publicados pelo jornal Brasil de Fato, argumentando que o fascismo não pode ser excluído das possibilidades existentes na atual conjuntura

brasileira. Utilizando Nicos Poulantzas como referência, o professor da Unicamp argumenta que a crise econômica e política que marcam o tempo presente, colocam a possibilidade do ressurgimento do fascismo, mesmo que o fenômeno assuma formas distintas de sua matriz histórica.

Um dos principais argumentos de Atilio Boron (2019) é que o fenômeno fascista seria irrepetível pois seu protagonista, a burguesia nacional, teria desaparecido devido o processo de internacionalização do capitalismo. Boito Júnior (2019) contesta essa afirmação argumentando que, uma ditadura fascista em um país imperialista não terá o mesmo “bloco no poder” que um regime fascista instaurado em um país cuja economia e o Estado são dependentes. O professor da Unicamp assinala que, teoricamente, é possível contemplar a hipótese de que um eventual Estado fascista no Brasil venha servir os interesses do capital internacional, e não da burguesia nacional como ocorreu no fascismo histórico. Portanto, é possível dizer que fascismo e neoliberalismo não são excludentes.

As definições de fascismo são sempre problemáticas e complexas. Contudo, em sua argumentação Armando Boito Júnior (2019) defende que, em sua essência, o fascismo seria um movimento reacionário de massas enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas. Todavia, apesar de suas origens nas classes médias, o fascismo chega ao poder não

necessariamente como representante de tais classes, mas sim, após ter sido cooptado politicamente pela burguesia, ou pelo menos por alguma de suas frações, com o objetivo de instaurar um governo antidemocrático e antipopular (BOITO JR, 2019).

Para além de uma forma de Estado ditatorial, o fascismo também é uma ideologia e um movimento. Para Armando Boito, uma ditadura fascista só se torna realidade se houver um movimento social que seja movido pela ideologia fascista, e que assuma o papel para a sua implantação. Desse modo, não se restringindo a uma forma de Estado, é possível que os fascistas abram mão ou posterguem, em uma determinada conjuntura, a luta pela instauração de uma ditadura fascista (BOITO JR, 2019). Em *Lições sobre o Fascismo*, Palmiro Togliatti demonstra que foi exatamente isso que Mussolini fez ao chegar ao poder 1922, e foi o que continuou a fazer até pelo menos 1923. Sendo assim, teoricamente é possível que um movimento fascista chegue ao poder e não implante uma ditadura fascista.

Nesse cenário, o argumento central de Armando Boito Júnior é que no Brasil de hoje temos um presidente neofascista sustentado por uma ideologia e um movimento neofascista. Todavia, não é possível dizer que existe no país um regime político fascista. Segundo o professor da Unicamp, o que temos hoje é uma “democracia burguesa deteriorada em crise” (BOITO JR, 2019, p. 4).

Segundo o historiador brasileiro Demian Melo (2019), o discurso bolsonarista apresenta características ideológicas que podem situá-lo no campo do fascismo. É possível localizar em Bolsonaro um discurso que, diante da profunda crise brasileira, promete um processo de reconstrução nacional. Em seu discurso de posse, Jair Bolsonaro diz que uma de suas missões é “restaurar e reerguer a nossa pátria, libertando-a definitivamente da corrupção, da criminalidade e da submissão ideológica” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Melo (2019) aponta que, enquanto Benito Mussolini apelava para a reconstrução gloriosa do império romano, e Hitler cultuava um passado mítico do povo alemão, Jair Bolsonaro e seu movimento transformam em mito o período da ditadura militar brasileira. São inúmeras as referências saudosistas que Bolsonaro faz em relação à ditadura que perdurou 21 anos no Brasil. O presidente do Brasil chegou a dizer que Carlos Alberto Brilhante Ustra – um dos mais notáveis torturadores da ditadura brasileira – era um herói nacional. Jason Stanley (2018) afirma que a política fascista invoca um passado mítico que tragicamente teria sido destruído. Não é demais lembrar que o próprio Bolsonaro é chamado de “mito” pelos seus seguidores.

Outro fator importante que relaciona o bolsonarismo à ideologia fascista é um anticomunismo “alimentado a partir de paranoias conspiratórias” (MELO, 2019, p. 7). Entretanto, o fascismo clássico - assombrado pelas consequências da revolução

Bolchevique - tinha por um dos seus objetivos a eliminação das esquerdas e de seus partidos de massa. Já no neofascismo brasileiro, a “esquerda” a ser eliminada é um movimento democrático e reformista, representado, sobretudo, pelo Partido dos trabalhadores (BOITO JR, 2020).

Além dessas características, Jair Bolsonaro também engendra um movimento social que mobiliza setores da classe média e também setores das classes subalternas, motivados por um grande ressentimento social (MELO, 2019). Todavia, uma das particularidades do bolsonarismo em relação ao fascismo clássico, que diz respeito às próprias especificidades do século XXI, é que o seu movimento social não se organiza em torno de um partido de massas. As bases bolsonaristas se articulam sobretudo pelas redes sociais. Como nos apontam Luis Filgueiras e Graça Duck (2018), é através das redes sociais que Bolsonaro se dirige diretamente às massas, sem necessitar da intermediação de partidos políticos ou qualquer outra organização da sociedade civil. Segundo os professores da UFBA, essa é justamente uma das características que distingue o neofascismo brasileiro do fascismo histórico. Os seguidores e militantes de Jair Bolsonaro não se aglutinam em torno de um partido político ou de um comando único. Nesse cenário, Demian Melo é categórico ao dizer que: “Bolsonaro é um fascista. Não é só alguém com uma personalidade fascista, com um comportamento fascista. É alguém que professa

uma ideologia fascista: xenófoba, preconceituosa, machista e militarista” (MELO, 2019, p. 7).

Apesar da retórica nacionalista de Bolsonaro, é preciso estar atento às suas especificidades, que se explicam pela própria posição subalterna que o Brasil ocupa no sistema capitalista. Segundo Michael Lowy (2019), enquanto boa parte da extrema direita mundial denuncia a globalização neoliberal, em nome de um protecionismo do nacionalismo econômico, Bolsonaro propõe um programa econômico ultraliberal, com mais globalização e privatizações. Nesse sentido, Lowy (2020) destaca que o neofascismo de Bolsonaro é totalmente identificado com o neoliberalismo. Apesar do discurso ultranacionalista e patriótico, o sociólogo marxista argumenta que o Governo Bolsonaro é completamente subordinado ao imperialismo norte-americano, do ponto de vista econômico, diplomático e militar. Sobre esse aspecto, Demian Melo (2019) ressalta uma preciosa passagem dos *Cadernos do Cárcere*, numa nota dedicada às relações internacionais, em que Antônio Gramsci diz que:

com frequência, o chamado “partido do estrangeiro” não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas (GRAMSCI, 2000, p. 20).

Como nos apontam Luis Filgueiras e Graça Duck (2019), em síntese, o Governo Bolsonaro é o modo de conjunção - especificamente brasileiro - do neoliberalismo com o neofascismo. As políticas neoliberais iniciadas com Michael Temer e aprofundadas com Jair Bolsonaro trazem os traços marcantes dos interesses da burguesia associada ao capital internacional. Em uma perspectiva de longo prazo, do ponto de vista estrutural, as aplicações dessas políticas se manifestarão no aprofundamento da dependência, no aumento da desindustrialização, na redução do mercado interno, e no conseqüente aumento da desigualdade social e da pobreza (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

A forma com que Bolsonaro tem lidado com a pandemia do novo Corona vírus, demonstra o caráter autoritário e obscurantista de sua política. O presidente do Brasil vem tentando impor, contra a Organização Mundial da Saúde (OMS), contra o congresso, os governos estaduais e contra os seus próprios ministros da saúde uma política cega de recusa das medidas sanitárias mínimas, imprescindíveis para tentar ao menos limitar as conseqüências da crise (LOWY, 2020). Segundo Michael Lowy (2020), o posicionamento de Bolsonaro perante a pandemia revela traços de um social-darwinismo, que é uma das características típicas do fascismo. Em uma entrevista coletiva, no dia 28 de abril, quando um repórter disse à Bolsonaro que o Brasil tinha

ultrapassado o número de mortes da China, o presidente respondeu: “E daí? Quer que eu faça o quê?” (G1, 2020); mostrando, desta forma, uma total indiferença em relação à morte de milhares de Brasileiros. Afinal, como diz a própria campanha do Governo, “o Brasil não pode parar”.

O negacionismo de Jair Bolsonaro ante a pandemia revela mais um aspecto que o relaciona à ideologia fascista. Segundo Sena Júnior (2019), a dimensão anti-intelectual e anticientificista de alguns governos na atualidade, sobretudo governo brasileiro, abertamente hostil à ciência, nos remetem a analogias com a Alemanha Nazista. Em *Como funciona o fascismo* Jason Stanley assinala que o Anti-intelectualismo é uma das características típicas da política fascistas. O autor estadunidense argumenta que a política fascista procura minar o discurso público, atacando e desvalorizando a educação, a especialização e a linguagem. Para Stanley (2018), uma vez que se deslegitima as universidades – acusando-as sobretudo de doutrinação marxista – e os especialistas, os políticos fascistas se veem livres para criar as suas próprias realidades, formatadas a partir de suas vontades individuais. No Brasil, o discurso obscurantista tem respaldo principalmente nos setores mais retrógrados do neopentecostalismo, uma das principais bases sociais do bolsonarismo.



## Considerações finais:

Em 1970, analisando a atualidade da discussão elaborada em *Fascismo e ditaduras*, Nicos Poulantzas argumentou que o fascismo – assim como outros regimes de exceção – não são fenômenos limitados no tempo. O marxista grego sustentou que o ressurgimento do fascismo ainda seria possível, mesmo que não se revista agora exatamente das mesmas formas e condições históricas que se revestiu do passado. Na esteira desse argumento, em 1981, no artigo *Notas sobre o fascismo na América Latina*, Florestan Fernandes assinalou que o fascismo não teria perdido, como realidade histórica, o seu significado político e nem a sua influência ideológica. Entretanto, o debate sobre o conceito e a possibilidade do ressurgimento do fascismo está mais aceso no início do século XXI, quando observamos a ascensão de movimentos e partidos de extrema-direita em diversas partes do mundo. Nesse sentido, concordamos com a observação de Armando Boito Jr (2019), na qual acredita ser possível o surgimento do fascismo na atualidade, mesmo que o fenômeno assuma formas distintas de sua matriz histórica.

Nesse cenário, a partir dos elementos analisados no artigo, consideramos que Jair Bolsonaro é um *neofascista*. O prefixo “neo” se justifica pelas especificidades do bolsonarismo e pela própria particularidade histórica em relação ao surgimento do fascismo clássico. O que chamamos de bolsonarismo é um movimento

reacionário de massas – movido por discursos misóginos, racistas, anticomunista e obscurantistas -, organizado sobretudo pelas redes sociais. O movimento de Bolsonaro tem suas origens e a sua principal base nas camadas intermediárias da sociedade brasileira. Contudo, assim como no fascismo histórico, o bolsonarismo ultrapassa as fronteiras de sua classe originária e também consegue penetrar nas classes subalternas, principalmente através de um discurso que apela a uma moralidade cristã reacionária. O neofascismo de Jair Bolsonaro está intimamente ligado aos interesses da burguesia associada ao capital internacional, identificando, assim, o neoliberalismo como sua verdadeira “afinidade eletiva”.

### **Referências bibliográficas**

BENSAID, Daniel. *Fragments mécréants*. Mythes identitaires et République imaginaire. Paris: Lignes, 2005.

BOITO JR., Armando. *O neofascismo no Brasil*. Boletim LIERI, UFRRJ, n. 1, maio 2019. Disponível em: <http://laboratorios.ufrrj.br/lieri/wp-content/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>

BORON, Atílio A. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. *Brasil de Fato*, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serv. Soc. Soc.* [online], n. 128, p. 85-103, 2017. ISSN 2317-6318.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FILGUEIRAS, Luiz; DUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. *Marxismo21*, 2019. Disponível: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>

FILGUEIRAS, Luiz; DUCK, Graça. O governo Bolsonaro, Neofascismo e a resistência democrática. *Le Monde Diplomatique Brasil*, nov. 2018. Acessível em: <https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-o-neofascismo-e-a-resistencia-democratica/>

FINCHELSTEIN, Frederico. *From fascism to populism in history*. California: University of California Press, 2017.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Leia na íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no congresso*, 01 jan. 2019.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 3.

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

IANNI, Octavio. Neoliberalismo e nazi-fascismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, p.112-120, 1998.

LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LOWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *Bresser Pereira*, 2019. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>

LOWY, Michael. O Neofacista diante da Pandemia. *Blog da Boitempo*, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>

MANDEL, Ernst. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELO, Demian. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. In: *Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões*, 2019, Niterói. *Anais do Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões*, 2019. v. 1. p. 1-11.

MIGUEL, Luis Felipe. Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil. *Revista sinais sociais*, v. 22, p. 99-129, 2017.

MISES, Ludwig Von. *A Ação Humana*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo e neofascismo — é o mesmo pero no é igual? *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, p.121-126, 1998.

O GLOBO. E daí? Lamento. *Quer que eu faça o que? Diz Bolsonaro sobre mortes por Covid*, 28 abr. 2020.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditaduras: a III Internacional face ao fascismo*. Porto: Portucalense, 1972. V. 2.

ROSAS, Fernando. *Salazar e os fascismo: ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

SENA JÚNIOR, C. Obscurantismo e a anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida protofascista contra a inteligência e a ciência no Brasil. *Cadernos do GPOSSHIE On-line*, v. 3, n. 1, p. 21-49, 3 out. 2019.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. A política do “nós” contra “eles”. Porto Alegre: L&M, 2018.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

TRAVERSO, Enzo. *The new fasces of fascism*. Londres: Verso, 2019

TROTSKY, Leon. *Como esmagar o Fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

WEBER, Mateus. *O neofascismo brasileiro: um debate sobre a sua possibilidade histórica*. (Blog). ODELA - UFRGS. 2019

**CIDADES, INTERAÇÕES E  
(I)MOBILIDADES  
SOCIOESPACIAIS**

# Representação e prática: inflexão do conflito urbano e movimentos estético-culturais periféricos na disputa simbólica

*Nicolau Augusto Musa (PPGS/UFSCar)<sup>321</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem como proposta refletir sobre a centralidade política dos movimentos estético-culturais periféricos no atual contexto urbano. Isso se dará por meio da teoria social que discute representações e disputas simbólicas e a partir de uma pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento. A análise pensa o deslocamento do conflito urbano ocorrido nos últimos 30 anos e compreende a questão social pela lógica da fragmentação, da *criminalidade* e da *violência urbana*. O “outro” é agora representado como potencial “criminoso violento”, de forma que os coletivos estético-culturais aparecem com centralidade política ao criarem representações contrárias ao empreendimento moral hegemônico. **Palavras-chave:** Teoria Sociológica; Sociologia Urbana; Conflito Urbano; Periferia; Movimentos estético-culturais.

## Introdução

O presente trabalho tem como proposta a reflexão acerca da centralidade política que ocupam os movimentos estético-culturais periféricos no atual contexto do conflito urbano. Isso se dará por meio da teoria social que pensa representações e disputas

---

<sup>321</sup> Mestrando - Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal de São Carlos. [musa.nicolau@gmail.com](mailto:musa.nicolau@gmail.com)

simbólica e a partir de uma pesquisa de mestrado - com uma comunidade de samba do Grajaú, pensando a partir da chave analítica do conflito urbano - ainda em estágio inicial de desenvolvimento. Se a teoria sociológica já, desde Durkheim (1978), nos mostrava a força que a representação coletiva possui na vida social, Bourdieu (2013) complexifica o debate ao unir as esferas do simbólico e do material para pensar a dimensão das classificações como construídas socialmente, ao mesmo tempo que construtoras da realidade. Assim se evidencia a qualidade do poder simbólico - poder acumulado sobre as classificações e das classificações sobre o mundo. Foucault (1970) contribui, com sua genealogia do poder - ramificado, microfísico - discutindo a ideia do discurso e dos saberes atuando para classificar, recortar e controlar. O interacionismo simbólico, por sua vez, pensa a centralidade dos símbolos e estigmas nas relações e, também, o vínculo mais macro com essas produções, como nos empreendimentos morais discutidos por Becker (2008). Como último aporte, cabe lembrar, também, das discussões de Rancière (2005) sobre a partilha do sensível e a conexão da dimensão estética com a dimensão política.

Com esse fundo teórico, entendo analiticamente o contexto urbano embasado na proposta de Machado (2010). Nos últimos 30 anos houve o deslocamento do conflito, de forma a não mais se pensar a questão social com a lente da busca por integração



pelo mundo do trabalho, mas sim pela lógica da fragmentação e da violência urbana. O “outro” é agora o inimigo, aquele que “ameaça” a vida rotineira, representado idealmente como “bandido” - não um ser integrável, mas um ser combatível. Essa representação do sujeito periférico enquanto potencial “criminoso violento” - o que atravessa o debate público, mas também as próprias localidades periféricas - possui reflexos reais, objetivos e subjetivos, na vida desses sujeitos. É nesse caldo, então, que os coletivos estético-culturais - como apresentado, por exemplo, em Aderaldo (2017) - aparecem com centralidade política, criando outras representações, outras classificações, discursos insurgentes e contrários ao empreendimento moral hegemônico. Proporcionam, portanto - indo de encontro ao proposto por parcelas da sociedade - outras formas de existir, pensar e viver para os sujeitos com eles envolvidos, bem como outras formas de se colocar politicamente no mundo.

### **Representação, classificação, discurso e disputa simbólica na teoria sociológica**

A teoria sociológica discute, desde os momentos fundacionais da disciplina na virada do século XIX para o XX, os significados do “mundo das ideias”, suas produções e suas possíveis consequências. Foi Durkheim, com *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1978), quem formalizou uma discussão em que o

mundo simbólico era tratado com primazia, se reproduzindo em fenômenos sociais próprios desse mundo e tendo possíveis consequências gerais para a realidade social como um todo. Interessado na institucionalização da Sociologia enquanto ciência e pensando as possibilidades de se produzir e manter a coesão social na França de sua época, o clássico autor francês cria reflexões sobre como a vida moral coletiva e suas representações sociais - que estariam além da soma das morais e das representações individuais - poderiam ser produzidas para, a partir disso, de “crenças comuns”, se constituir a ordem social.

O autor constrói o seguinte argumento: é na experiência religiosa - no rito, na performance coletiva - que o mundo simbólico se reatualiza e se exterioriza, tomando forma material e direcionando a vida material da sociedade. Portanto, é enquanto dinâmica social que o fenômeno religioso interessa. Para Durkheim, as representações religiosas são representações coletivas e os ritos são os momentos em que essas crenças comuns são sacralizadas, reatualizadas e internalizadas pelas consciências individuais. Em suma, a religião, vista de forma ampla aqui, está na origem do mundo simbólico, que é produzido e reatualizado coletivamente no fenômeno religioso, na forma religiosa. Todo o mundo compartilhado das ideias - as formas de pensamento, as representações coletivas, a consciência coletiva, etc. - é construído socialmente, de tal maneira que, por ser compartilhado, também

direciona formas rituais e formas de ser e agir dentro dessa sociedade.

O pensamento social francês pós-durkheimiano atinge dois desdobramentos interessantes que - somados da leitura de outros clássicos e de novas reflexões - desaguam em aprofundadas formas de se pensar a produção do mundo simbólico, bem como suas consequências: as teorias de Pierre Bourdieu e de Michel Foucault. Se Durkheim pensava a primazia do mundo simbólico, Bourdieu (2013) propõe a “dupla objetividade do mundo social”, apreendendo o mundo simbólico e o mundo material como mutuamente dependentes: as propriedades materiais - e suas distribuições - assim como as classificações e representações possuem, todas, objetividades, e se produzem em relação. Nesse processo duplo, determinadas posições assumem posse de capitais simbólicos e, conseqüentemente, do que o autor chamou de poder simbólico: em minhas palavras, para a leitura que aqui interessa, o poder de modular classificações sociais, torná-las hegemônicas, naturalizá-las e, por fim, criar conseqüências objetivas na realidade social a partir dessas classificações.

Foucault (1970), embasado em sua própria teoria e nas articulações inerentes que enxergava entre o saber e o poder, constrói uma reflexão sobre “a ordem do discurso”, ou seja, sobre como os discursos são produzidos, controlados e possuem consequências na realidade social. Em suas próprias palavras:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1970, p. 8).

Localizados em espaços de saber-poder e se disseminando pela teia social em relações de poder, esse discurso é controlado e distribuído, de forma a excluir, interditar, e, o que mais interessa aqui, separar. Ao separar, o discurso cria abismos cada vez mais radicalizados entre grupos sociais, em um processo que, no limite, pode levar à possibilidade de extermínio. É importante ressaltar que aqui no caso que argumento, o saber-poder já parte, ele próprio, de uma radicalização - por exemplo por meio de “saberes midiáticos policialescos” - e não apenas de saberes pretensamente neutros, como o científico.

Em outro viés e alçando o mundo simbólico ao centro das interações, como o próprio nome diz, está o Interacionismo Simbólico, corrente herdeira da Escola de Chicago - que, por sua vez, desde o início do século XX, já nos mostrava como as classificações eram determinantes para as relações sociais. Foram William Thomas e Robert Park dois dos principais “fundadores” desta Escola, de forma a iniciarem trabalhos e correntes de trabalho que frutificaram e se ramificaram - inclusive atingindo

diversas outras universidades dos EUA - proficuamente na Sociologia. Um dos pontos centrais pode ser resumido pela seguinte frase de Thomas, reproduzida por Becker em sua palestra sobre a Escola de Chicago: “se um homem define uma situação como real, ela se torna real em suas conseqüências” (BECKER, 1996, p. 179). É, portanto, marca da Escola de Chicago, a compreensão do social a partir de situações, de formas como os indivíduos atuam nessas situações e, mais ainda, de como eles as definem.

O Interacionismo Simbólico se dedica, seguindo as pistas da Escola de Chicago, a compreender o indivíduo e sua composição social por meio da interação e do mundo simbólico presente nesta interação. A interação, enquanto relação e espaço de intersubjetividade, seria aquilo que dinamiza o sujeito e a tessitura social em que esse sujeito se movimenta, pensa e age. O mundo simbólico, por sua vez, é aquele que apresenta classificações - advindas do mundo social, mas manipuladas pelos indivíduos em suas formas de ser e estar neste mundo - por meio das quais as interações se darão. Goffman, em seu livro *O Estigma* (2004), por exemplo, apresenta um estudo, dentro do Interacionismo Simbólico, de como o estigma - uma característica formulada como deterioração - influencia nas interações. Para o autor, mais do que essências materiais, esses estigmas o são pela forma como são classificados socialmente. Entretanto, ao ser

informativado socialmente como um símbolo de deterioração, essa característica interfere na forma como os “normais” interagem com o indivíduo. Também há a interferência na forma como o indivíduo com a identidade deteriorada - ou deteriorável - se coloca no mundo, classifica a si mesmo e pensa suas formas de agir e interagir.

Becker, por sua vez, em sua obra *Outsider* (2008), dá um passo além. Ao falar sobre o “desvio” e os “desviantes”, o autor tece um argumento que desloca a análise do indivíduo ou da característica “desviante”, para colocar luz no processo de rotulação de um desvio e, conseqüentemente, nos indivíduos que produzem essa rotulação. Ademais, Becker também traz para a discussão a presença das instituições, de um mundo social “organizado” e “institucionalizado” que atua em prol dos processos de rotulação. Antes vistas como feitas por sujeitos deteriorados, ou como deterioradas em si - as quais os sujeitos fariam pelas condições sociais em que vivem, por exemplo - a partir de Becker o que se entende é que a ação em si não é materialmente um desvio. Ela torna-se um desvio por meio de processos sociais de classificação.

Por fim, cumpre destacar que Becker apresenta como esse processo social de rotulação do desvio acontece. Os “empreendimentos morais”, portanto de ordem simbólica, não prescindem da atuação de organizações e instituições - bem como

dos sujeitos a elas vinculados. O processo ainda se dá nas interações, mas a partir dessa concepção de Becker cabe aproximar a teoria do Interacionismo Simbólico de uma Sociologia que também enxerga processos mais macros, que vão para além da intersubjetividade no micro. Grupos interagem entre si e a força material e política que instituições poderosas possuem interferem na criação do “jogo”, no estabelecimento das regras e portanto no pano de fundo social em que as classificações se dão. Em suma, o mundo simbólico ainda existe em primazia para Becker, assim como o era para os outros autores desta corrente. Entretanto, o pano de fundo social em que o mundo simbólico existe e atua também é resultado das interações e atuações das instituições, de forma a unir a realidade simbólica à realidade material: partes de um mesmo processo.

Um último aporte teórico - advindo da Filosofia - que pode ajudar a pensar o argumento aqui proposto, é a reflexão feita por Jacques Rancière em seu livro *A Partilha do Sensível* (2005). Embora pense a história da arte com uma lente europeia, o autor conecta a estética com a política de uma forma interessante para refletir fenômenos como o dos movimentos culturais periféricos que ocorrem aqui no Brasil. A partilha do sensível seria a repartição de um todo compartilhado, partes de um mesmo comum. Ao mesmo tempo, denotaria um recorte, um pertencimento dessas partes a cada grupo social: divisão atravessada por relações de poder e,

portanto, em que algumas dimensões da sensibilidade são do âmbito do visível e do dizível, ao passo que outras são ruídos - invisíveis e indizíveis. Em suma, tomar para si o próprio dizer e se fazer visto é entrar na disputa: uma questão estética, mas também política.

### **Conflito Urbano, Inflexão e a representação sobre o “criminoso”**

As discussões teóricas sobre representações e seus desdobramentos na realidade social são inúmeras e aprofundadas, como exposto, parcialmente, na seção acima. De maneira geral, para a discussão que se segue, o que podemos perceber é a importância que o mundo simbólico possui para as relações sociais. A própria divisão dual entre mundo simbólico e mundo material, nos parece, não existe na realidade, de tal forma que a pergunta não é qual dimensão antecede a outra, produz a outra. Percebemos mútua construção, uma divisão possível - e às vezes importante - para nossa percepção sobre a realidade, mas que, acreditamos, constituem uma mesma e indivisível totalidade social. Colocado esse pressuposto, podemos nos embasar na teoria social que percebe as causas e consequências reais das classificações, das simbologias, dos discursos e do mundo sensível, para seguir o fio do argumento central deste trabalho: a importância política da disputa simbólica configurada na prática dos movimentos estético-



culturais periféricos. Essa importância, de que trataremos na próxima seção, se dá pela atual conformação da questão social e do conflito urbano no Brasil<sup>322</sup> como analisam as lentes da tradição da Sociologia do Conflito Urbano, a ser discutida nos próximos parágrafos.

A Sociologia Urbana no Brasil, de maneira geral, se desenvolveu desde os anos 1960 acompanhando o problema social proeminente em cada época - ou, pelo menos, a questão mais visível para os sociólogos. Machado (2016) nos convida a acompanhar esse processo em que houve um deslocamento da questão social - e do horizonte de integração para as classes populares - do problema habitacional para a periferização e problemas do mundo do trabalho e, em sequência, para a questão dos direitos e movimentos sociais. Se Kowarick (1979) e Durham (1973) apontam o panorama dos anos 1960 aos 1980, apreendendo as formas e efeitos da urbanização, da migração e pensando as classes populares como trabalhadores, morando nas periferias e construindo laços familiares. Sader (1988) nos mostra a configuração dos anos 1980 e início dos 1990, na qual a noção de política é ampliada e a busca por direitos, por meio,

---

<sup>322</sup> Embora acreditemos no potencial de abstração da chave analítica do conflito urbano para pensar outros contextos, cabe ressaltar que essa conformação - e seus estudos - se dá, principalmente, a partir da realidade das duas maiores cidades brasileiras, a saber, o Rio de Janeiro e São Paulo.

principalmente, de movimentos sociais, vai além da busca por trabalho e moradia. Importante ressaltar, no mesmo período, o trabalho de Zaluar (1985), em que a análise, embora denote estruturas similares, já aponta para a questão da violência e para o deslocamento interno às classes populares entre a figura do “trabalhador” e a do “bandido”.

Embora estes temas sejam cronologicamente abordados - muito por aparecerem de maneira cronológica na sociedade - é importante colocar que os anteriores não desaparecem quando surgem os novos, mas se sobrepõem em um contexto urbano cada vez mais complexo. Dentro do campo da Sociologia surge, no seio dessas discussões, uma tradição que vai pensar o urbano por meio do conflito e de seu deslocamento. Em cada momento, então, há uma questão social a ser resolvida, um grupo social marginalizado e uma forma de resolver o embaraço. Do problema de moradia e de trabalho a ser resolvido pelo Estado e pela luta do trabalhadores ao problema da pobreza e da ausência de completa cidadania a ser resolvido, pelos movimentos sociais - autônomos, mas buscando o Estado - o que temos é a busca pela integração do “grupo excluído”, de um “outro” que é empecilho pela situação em que vive, mas que pode - e vai - ser inserido dentro da engrenagem.

A partir dos anos 1990, em meio à euforia pela redemocratização, o que se percebeu foi o não cumprimento dessa integração e, na verdade, um aprofundamento dos processos de

exclusão - assim como da questão da violência e da criminalidade. Com esse período se conforma e consolida, na Sociologia Brasileira, a tradição do conflito urbano, que, ao pensar esse processo de deslocamento da questão social, percebe, no lugar da integração, uma inflexão que radicaliza o “outro”, o torna “abominável”. O próprio debate público puxa a discussão, no fluxo de um processo em que torna-se hegemônica a percepção acerca do irrompimento da criminalidade e da violência, problema que ultrapassa as fronteiras do aceitável e se transforma em ameaça para aqueles que levam uma vida “certa”, “do bem”, e passam, daí em diante, a conceber suas rotinas enquanto ameaçadas pelo confronto potencial com essa realidade.

Machado (2010), apresenta bem esse debate e coloca pontos importantes a serem ressaltados. Em primeiro lugar, existe a percepção de que essa inflexão possui apoio na realidade, não sendo uma simples invenção que cria uma simbologia de que a cidade está violenta. Apesar disso, seguindo a discussão, o enquadramento público desse debate reproduz a própria violência urbana, criando uma gramática que atravessa e constitui a realidade social, se espalhando por diversos setores da sociedade e modulando diversas relações sociais. Por fim, o central para o ponto aqui colocado, existe a realidade do que Machado chamou de “sociabilidade violenta” (2004), mas existe um processo de formulação da nova forma de representar determinado grupo

social - cujo “tipo ideal” de indivíduo é o jovem negro oriundo de territórios periféricos: potenciais criminosos, que ameaçam a ordem e, portanto, devem ser combatidos.

Na nova configuração da questão social, não há mais o horizonte de integração, muito menos uma expectativa pública de que o Estado “acolha” e “dê oportunidades” a esses sujeitos - do Estado e seus agentes se espera nada menos que repressão e encarceramento. O horizonte de integração pelo mundo do trabalho e pela busca por direitos desaparece, também, para uma parcela dos indivíduos das classes populares, o que ajuda a compreender a criação, por meio da agência e da ação dentro da própria periferia, de regimes normativos outros - como o do “mundo do crime” (FELTRAN, 2012). Há, portanto, um “choque de ordens”, dentro de um contexto em que se hegemoniza a alteridade radical e se constitui a representação de “inimigos internos” (FELTRAN, 2017). O que ocorre, afinal, é o processo de “sujeição criminal” teorizado por Misse (2010): um grupo específico - associado à pobreza e atrelado a determinado crime - passa por um assujeitamento, ao ser representado como criminoso e inimigo por diversas parcelas da sociedade, e também por uma subjetivação, à medida que esse processo passa a constituir esses indivíduos.

## **Os movimentos estético-culturais periféricos e suas práticas**

Dentro do processo histórico que emerge nos anos 1990, marcado pela inflexão do conflito urbano e pela representação dos indivíduos de territórios populares como criminosos e violentos - extermináveis e não mais integráveis - emergem e cresce também, em São Paulo<sup>323</sup>, uma difundida movimentação cultural, da e para a periferia, consolidada com a aparição de sujeitos e coletivos produtores de estética e de cultura. Várias pesquisas vêm sendo feitas sobre isso<sup>324</sup>, embora ainda sem conectar diretamente esse fenômenos com as discussões do conflito urbano - junção que, como pretendo ter demonstrado ao longo e no final do presente texto, confirma a centralidade política, na disputa simbólica, desses movimentos. Uma das hipóteses aqui - ainda a ser verificada empiricamente no desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado - é de que não é simples coincidência o fato de esses movimentos terem surgido e crescido exponencialmente após a inflexão comentada. Ao não possuírem mais a expectativa de integração e o horizonte político do Estado e do “mundo do trabalho”, parece-me lógico que uma parcela desses indivíduos

---

<sup>323</sup> Não só em São Paulo, embora seja dessa cidade, por ser enfoque de meu estudo, de onde falarei nesta seção.

<sup>324</sup> Destaco três destas pesquisas - ADERALDO, 2017; D'ANDREA, 2013; e NASCIMENTO, 2006. - feitas por referências desse campo de estudos.

agissem para criar condições objetivas e subjetivas de existência, revertendo, para eles mesmos, mas também publicamente, a representação dominante a que estão submetidos.

Utilizo o termo movimentos estético-culturais como um “guarda-chuva”, por ser o mais próximo que encontrei para abarcar a pluralidade de práticas e construções que existem nesse mundo - embora o faça preservando características comuns a todas as movimentações. Dos Racionais MC’s e outros grupos e artistas do rap às “comunidades de samba”, do futebol de várzea à “literatura marginal”, dos Slams aos saraus, em todos uma mesma dupla característica: 1) tomar para si a organização objetiva de suas ações, o dizer sobre o que é, a forma que é e a reflexão sobre como deve ser; e 2) construir, em si e em seus correlatos, novas subjetividades, novos sentidos, outros horizontes e outras formas de pensar e de levar o cotidiano. Nesse duplo movimento, há, também, um terceiro efeito, a saber, a aparição ramificada no debate público. Tal movimentação leva à entrada na discussão - interna e externa às periferias - sobre quem são e o que podem os indivíduos destes territórios, desestabilizando a construção objetiva e subjetiva da realidade social deles ao disputar, politicamente, essa simbologia.

Para embasar a reflexão, cabe pensar, brevemente, dois exemplos empíricos, facilmente observáveis em trabalhos já feitos ou em incursões nas redes sociais. Ferréz, um dos expoentes da

“literatura marginal” de São Paulo, conta - em uma entrevista dada a um dos mais ouvidos podcasts do Brasil<sup>325</sup> - sobre como é chamado em todo o país para fazer palestras sobre sua produção literária, sobre o movimento dos saraus e a criação de sua revista. Revista, esta, criada no bojo de um processo de posituação da periferia, embora com tom crítico sobre a realidade social, e de fomentação do “orgulho de ser de quebrada”. Essa literatura se espalhou na periferia, mas também no debate público, confirmando a discussão proposta no início desta seção sobre os movimentos estético-culturais periféricos.

Um segundo exemplo é a “comunidade do samba da vela”, movimentação pioneira dentro da hoje bastante difundida rede de sambas de comunidade das periferias de São Paulo. Junto do trabalho de Augusto (2018), que apresenta minuciosamente as dinâmicas do movimento, bem como o sentido dado, ali, para valorização da cultura popular periférica e da agência artística dos indivíduos destes territórios, é possível refletir sobre as entradas do samba da vela na disputa pública, de novo, a partir de redes sociais<sup>326</sup>. É provável que a influência, aqui, no debate público, seja

---

<sup>325</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=tvMJTlcLips> último acesso em 28 de outubro de 2021, quando o vídeo já possuía mais de noventa mil visualizações, o que comprova como é possível afirmar que essas movimentações estético-culturais, e suas reflexões, de fato se disseminam minimamente pela sociedade e entram na disputa do debate público.

<sup>326</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=u1qTKUC8mXA> último acesso em 28 de outubro de 2021, quando o vídeo possuía mais de cem mil visualizações.

menor do que a citada anteriormente, uma vez que, diferente do podcast por que Ferréz foi entrevistado, não podemos saber o quanto a discussão não fica cercada dentro do próprio nicho. Entretanto, de todo modo, considero os dois exemplos suficientes para admitir a existência da entrada na disputa pública - e, mais ainda, consequências para os sujeitos próximos a essas movimentações. Embora não prescindia de debate, também considero dois bons exemplos os rappers Mano Brown e Emicida, surgidos nos seio dessas movimentações estético-culturais e, hoje, com aparição contínua em grandes mídias e em espaços influentes de debates.

### **Conclusão: disputa simbólica, teoria e política**

Dado o exposto ao longo do texto, acredito que o debate analítico-teórico nos permite ter, ao menos como hipótese, a conclusão de que esses movimentos estético-culturais periféricos funcionam como uma forma política, mesmo que não declarem ou formulem tal intenção. Parece pouco duvidosa a existência de uma atuação central desses movimentos na disputa pública. Considerando esta última afirmação como verídica e compreendendo a centralidade da dimensão da representação e da moral no atual contexto do conflito urbano, fica nítida a entrada

---

Vídeo que mostra, também, a efervescência das dezenas de pessoas presentes no momento, o que também é considerável para o argumento proposto.



desses grupos na luta simbólica: seja externamente, desestabilizando a simbologia hegemônica, ou internamente, conformando novas subjetivações para os sujeitos a eles vinculados.

Desdobrando o colocado na introdução, com Durkheim, podemos perceber esses movimentos alterando a forma de reprodução social de algumas representações, além de eventos rituais que constroem representações sociais internas aos grupos que deles participam. Com Bourdieu, percebemos um “contrapoder” simbólico, a luta por outras classificações e, conseqüentemente, por outras objetividades em suas realidades sociais. Foucault nos ajuda a pensar a disputa entre saberes, na tentativa de legitimar outros discursos e de diminuir os processos de exclusão, controle e separação. Por último, o Interacionismo Simbólico nos ajuda a compreender um processo de desestigmatização do ser periférico, para a sociedade e para os próprios indivíduos, acompanhado de um movimento para deformar o empreendimento moral atuante.

Com essa tentativa de aproximação, para finalizar, cabe refletir sobre o vínculo proposto por Rancière entre estética e política, inclusive para alargar a discussão e confrontá-la com a realidade empírica do conflito urbano brasileiro. Mais do que um regime estético, esses movimentos me parecem conformar - principalmente por serem, em sua maioria, movimentos coletivos

e com atuação “rotineira” - novos horizontes e subjetivações para os indivíduos que dele participam. Isso, como nos mostrou o conceito de “sujeição criminal” de Misse, é uma dimensão valiosa politicamente para os grupos sociais de territórios periféricos no nosso país. É evidente que a proposta presente no argumento e nas reflexões deste texto ainda é embrionária e demanda muito debate - além do desenvolvimento de pesquisa empírica. Entretanto, por meio do embasamento fornecido pela teoria social ampla e pela Sociologia do Conflito Urbano, acreditamos haver uma disputa simbólica e, portanto, a confirmação de uma profunda prática política, dentro do contexto urbano referido, nos movimentos estético-culturais periféricos.

## Referências

AUGUSTO, V. V. “*A divina luz que ilumina as criações*”: a cultura do samba autoral na Comunidade Samba da Vela. 2018. Dissertação (Mestrado) – UNIFESP, Guarulhos, 2018.

ADERALDO, G. *Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas “periferias” de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2017.

BECKER, H. Conferência: A Escola de Chicago. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 177-199, 1996.

BECKER, H. *Outsider: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro. Zahar. 2008.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 96, julho 2013.

D'ANDREA, T. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política nas periferias de São Paulo*. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. In: DURKHEIM, E. *Os pensadores – Durkheim*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo. Ed. Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

FELTRAN, G. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, 2012.

FELTRAN, G. Choque de ordens: drogas, dinheiro e regimes normativos em São Paulo. *BIS. Boletim Do Instituto De Saúde*, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.

GOFFMAN, E. *Estigma*. LTC, 2004.

KOWARICK, L. *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO DA SILVA, L. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MACHADO DA SILVA. Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH – UFBA* (impresso), v. 23, p. 283-300, 2010.

MACHADO DA SILVA, L. Meio século de Sociologia das Classes Populares Urbanas. In. MACHADO DA SILVA, L.A. *Fazendo a*

*cidade*: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, n. 79, p. 15-38, 2010.

NASCIMENTO, É. P. do. Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RANCIÈRE, J. *A partilha do Sensível*: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo; Editora 34, 2005

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1985.

**VIOLÊNCIA, DIREITOS E  
CIDADANIA**

# Representações de juventude e masculinidade em políticas de prevenção da violência juvenil

*Daniela Cristina Neves de Oliveira (PPGS/USP)<sup>327</sup>*

**Resumo:** O trabalho tenciona compreender as representações sociais de juventude em seu entrelaçamento com a masculinidade no âmbito de políticas públicas de prevenção da violência juvenil. Lança mão de uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de documentos, e enfoca o Programa Ocupação Social (2015-2018) implementado no estado do Espírito Santo (ES), que objetivava prevenir os homicídios juvenis a partir de diferentes intervenções sociais. Pode-se dizer que o programa adotava a perspectiva geracional, enfatizando os aspectos comuns da situação juvenil, considerando a juventude como um conjunto social cujo atributo principal é ser construído por indivíduos pertencentes a determinada fase da vida. A característica fundamental que definia os jovens, no âmbito do programa, era a de serem moradores de bairros “vulneráveis e violentos”. O tema da masculinidade e a provável relação entre os processos de “tornar-se homem” nesta sociedade e a maior vitimização por homicídio de adolescentes e jovens do sexo masculino não foram considerados, pois os jovens dos “bairros mais violentos” foram

---

<sup>327</sup> Doutoranda em Sociologia (FFLCH/USP). Pesquisa desenvolvida no doutorado em Sociologia no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e realizada com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). [danielaneves@usp.br](mailto:danielaneves@usp.br)

tomados de maneira homogênea, conquanto o programa partisse de diversos dados sobre o público-alvo definido.

**Palavras-chave:** prevenção da violência juvenil; segurança pública; juventude; masculinidade; representações sociais.

## **Introdução**

O trabalho tenciona compreender as representações sociais de juventude em seu entrelaçamento com a masculinidade no âmbito de políticas públicas de prevenção da violência juvenil. Partindo de uma abordagem qualitativa por meio de análise documental (CELLARD, 2008), enfocamos o Programa Ocupação Social (2015-2018) implementado no estado do Espírito Santo (ES), que objetivou prevenir homicídios de jovens a partir de intervenções em educação, cultura, esporte e empreendedorismo, sobretudo. Compreendemos a juventude (ou *juventudes*) como construção cultural, social e historicamente diferenciada e a masculinidade é considerada em uma perspectiva relacional de gênero. Partimos do suposto de que não é possível entender o fenômeno da violência sem se interrogar sobre os sentidos, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social (GROSSI PORTO, 2006). Os sentidos, valores e crenças são o conteúdo por excelência das representações sociais, as quais são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, além de serem cristalizadas em condutas e em

organizações. Tal conhecimento, orientando condutas, possui um sentido prático e contribui para criar a realidade da qual se fala (JODELET, 1989).

Na representação social da “violência urbana”, ainda que a imensa maioria dos jovens das periferias não esteja no “crime”, e ainda que a imensa maioria que está no “crime” não cometa crimes violentos, é a pequena parcela criminal e violenta que por vezes representará toda periferia (FELTRAN, 2014). Nessa ordem de ideias e refletindo sobre o potencial efeito estigmatizador desencadeado por ações de segurança pública nas periferias, o artigo discute como os jovens, em especial do sexo masculino, são representados no domínio da política enfocada. Para tanto, utilizamos como fontes o Plano de Desenvolvimento ES 2030 (SEP, 2013) e o Plano Estadual de Segurança Pública 2015-2018 (ES, 2015), assim como textos oficiais das instituições responsáveis pela formulação, implementação e avaliação do Programa Ocupação Social, particularmente os relatórios produzidos pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e pelo órgão estadual Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), que tem como finalidade produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas. O IJSN é vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP).



## **Violência letal e políticas de segurança pública e prevenção da violência no Brasil e no Espírito Santo**

Antes de discutirmos propriamente as representações sociais de juventude e masculinidade em políticas públicas preventivas, especialmente no âmbito do Programa Ocupação Social (2015-2018), apresentamos, ainda que de maneira breve, a situação objetiva de violência no país e no ES, em particular, cuja pior expressão tem sido o elevado número de homicídios, os quais afetam sobretudo indivíduos jovens do sexo masculino nas periferias e bairros pobres das cidades brasileiras. Além de serem os mais afetados pelos homicídios, os jovens pobres também são alvos preferenciais do sistema de justiça criminal, seus crimes são mais punidos, por assim dizer, pelo Estado.

Diante desse problema concreto, os jovens passaram a ser um dos principais focos das políticas de segurança pública no Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, ao lado de um discurso que parte da complexidade e multicausalidade da violência e defende, para além da repressão e do encarceramento, políticas sociais, de garantia de direitos, para os grupos sociais mais vulneráveis. Dessa maneira, os jovens de contextos pobres urbanos são vistos como mais vulneráveis às violências, sendo alvos preferenciais de programas de prevenção, não só daqueles empreendidos pelo Estado, mas também por diversas organizações da sociedade civil por meio de diferentes projetos

sociais baseados principalmente em educação, esporte, cultura e formação para o trabalho, conforme sistematização do “Projeto Juventude e Prevenção da Violência” (FBSP, 2010).

No que se refere à dimensão da violência letal, o estado do ES apresentou entre os anos de 2006 e 2015 taxas de homicídio acima da média nacional e dos demais estados da região Sudeste. Contudo, a partir de 2010, os homicídios começaram a cair no estado, como pode ser observado na tabela 1. Essa tendência de queda tem sido associada à implementação de políticas consistentes de segurança pública. Mais especificamente, tem sido associada ao Programa Estado Presente em Defesa da Vida (2011-2014), implementado no governo de Renato Casagrande (PSB) (CERQUEIRA *et al*, 2021).

No período de 2015 a 2018, durante o terceiro mandato de Paulo Hartung<sup>328</sup> (PMDB), os homicídios continuaram a diminuir no estado e outras políticas com foco na redução da mortalidade violenta continuaram a ser implementadas, como o Programa Ocupação Social. Essa troca ou substituição de programas foi alvo

---

<sup>328</sup> Paulo Hartung (PMDB) governou o ES entre 2003 e 2010. Em 2011, assumiu Renato Casagrande (PSB), tendo recebido o apoio de Hartung, seu aliado político até então. Contudo, nas eleições de 2014 houve um rompimento e ambos disputaram o governo, sendo que Hartung saiu vencedor, de modo que de 2015 a 2018 governou o estado pela terceira vez. Em 2018, este não se candidatou, tendo dito em entrevistas que um quarto mandato seria “exagero” e era, portanto, o momento de “passar o bastão”. Casagrande, por sua vez, disputou as eleições e venceu; assim, ele o atual governador do Espírito Santo (2019-2022).

de críticas no sentido da descontinuidade do Programa Estado Presente a partir do “novo governo”, que procurou construir “sua própria política” de prevenção da violência como se a anterior não existisse, embora os dois programas compartilhassem as mesmas premissas de “inclusão social” para prevenção do problema da violência<sup>329</sup>.

Em realidade, alguns projetos que eram desenvolvidos no âmbito do Estado Presente continuaram a ser implementados com o Ocupação Social, como foi possível observar a partir das fontes documentais oficiais. Um exemplo, neste sentido, é o projeto “Coordenadores de Pais<sup>330</sup>”, realizado pela Secretaria de Estado da Educação. Podemos mencionar, também, as chamadas “ações integradas pela cidadania”, as quais são itinerantes e oferecem (em uma data específica nos bairros ditos “vulneráveis e violentos”) serviços de saúde, emissão de documentos, encaminhamento ao emprego, assistência jurídica, entre outros, bem como atividades culturais e esportivas. Tais ações continuaram a acontecer na vigência do Ocupação Social, porém com outro nome: “Ocupa”. O Estado Presente foi retomado em 2019, com o novo mandato

---

<sup>329</sup> As críticas mencionadas estão disponíveis em: <https://www.seculodiario.com.br/seguranca/ocupacao-social-de-hartung-e-primo-do-estado-presente-de-casagrande> Acesso em: 19 de outubro de 2021.

<sup>330</sup> O projeto busca promover uma interação assídua dos familiares dos alunos nos trabalhos desenvolvidos pelas unidades de ensino, por meio de um profissional que atua, principalmente, no eixo escola/família, visando, sobretudo, à redução da evasão escolar.

de Casagrande.

Uma característica importante dos Programas mencionados é a atuação por meio de parcerias com diferentes secretarias e órgãos do estado, municípios, sociedade civil e iniciativa privada. Por isso, em parte, alguns projetos continuaram a existir mesmo com o fim do Estado Presente em 2014 e sua “substituição” pelo Ocupação Social. Exemplos neste sentido, além dos mencionados, são projetos de qualificação profissional empreendidos pelo Senai e Senac (e outras entidades do Sistema S), bem como o apoio oferecido pelo Sebrae aos moradores, que desejassem empreender, nos bairros contemplados pelos programas. Ações como a oferta de vagas de estágio e de bolsas em instituições de ensino superior para os jovens dos bairros delimitados são outros exemplos. Além disso, pode-se destacar a seleção de projetos por meio dos “editais de cultura”, eventos culturais de música promovidos pela Faculdade de Música do Espírito Santo e diferentes atividades esportivas para crianças, adolescentes e jovens, entre outras. Tais ações realizadas por meio de parcerias nos bairros delimitados pelos programas, muitas vezes fragmentadas e de curta duração, passam a ser definidas como “prevenção social da violência”.

Ainda neste ponto, cabe salientar que as atividades de qualificação profissional geralmente consistiam em cursos básicos e de curta duração nas seguintes áreas: informática, inglês,

alimentos e bebidas (como auxiliar de panificação, ajudante de cozinha, padeiro e confeitaria básica), construção e eletricidade, beleza e estética, vestuário, prestação de serviços, comércio e vendas e audiovisual. No Resumo Executivo que avaliou a atuação do Programa Ocupação Social, foi destacado que os participantes dos cursos consideraram que a carga horária deveria ser maior. Os participantes mencionaram, também, problemas no local dos cursos e a falta de material e como isso atrapalhou o andamento das ações. Quando perguntados sobre o que mais gostaram em relação aos cursos, a resposta mais frequente foi: “os professores”, elogiados pela paciência, maneiras de ensinar e bom humor, por exemplo (IJSN, 2019).

Retomando a descrição do contexto de violência letal, em 2017 a taxa de homicídios no ES voltou a subir, o que foi determinado, em parte, pelo movimento que ficou conhecido como a greve dos policiais militares, em fevereiro de 2017. Somente neste mês, 219 pessoas foram assassinadas, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública (SESP)<sup>331</sup>. De todo

---

<sup>331</sup> Segundo o Fórum Capixaba de Lutas Sociais, mais de 300 pessoas foram assassinadas durante a greve da Polícia Militar do Espírito Santo. A greve foi desencadeada pelas queixas dos policiais relacionadas aos salários e às condições de trabalho e teria ocasionado uma “chacina” autorizada pelo estado, que nada fez para que o movimento paredista terminasse imediatamente. À época, o governador Paulo Hartung ilustrou a situação comparando-a com um “sequestro da população” e afirmou que não negociaria. Os mais afetados neste contexto foram os moradores das periferias. Cf. texto “Três anos da carnificina do Espírito Santo” veiculado pela organização em sua página no Facebook.

modo, no que se refere aos anos de 2018 e 2019, o número de homicídios continuou a cair. Em 2019, o estado contabilizou menos de mil homicídios dolosos. Por grupo de 100 mil habitantes, a taxa caiu de 28, em 2018, para 24,3 homicídios, em 2019, conforme informações da SESP. Por fim, em 2020, verifica-se um aumento na taxa de homicídio.

Tabela 1 – Taxa geral de homicídios dolosos por 100 mil habitantes no Espírito Santo (2007-2020)

Ano	Taxa de homicídio por 100 mil habitantes
2007	53,8
2008	56,5
2009	58,3
2010	52,2
2011	48,2
2012	46,4
2013	40,7
2014	39,4
2015	35,4
2016	29,7
2017	35,1

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/pages/category/Organization/F%C3%B3rum-Capixaba-de-Lutas-Sociais-131308677397011/> Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

2018	28,0
2019	24,3
2020	27,1

Fonte: Ciodes Dados Consolidados: Observatório da Segurança Pública / Sesp.

Em relação aos homicídios no Brasil, há que se levar em consideração que se trata de um fenômeno que afeta especialmente os homens jovens. Essa é uma análise que já algum tempo está consolidada nas pesquisas sobre letalidade violenta no país. Com o recorte de gênero, as taxas de homicídio dos estados praticamente dobram (CERQUEIRA *et al*, 2020). Os homicídios são a principal causa de mortalidade dos jovens brasileiros, revelando o aspecto perverso do problema, pois são tragicamente perdidos indivíduos com plena capacidade, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e construir novos laços familiares. São perdas que podem ser evitadas, as quais deixam marcas profundas tanto nos familiares e pessoas próximas das vítimas, como nas comunidades que experienciam o problema da insegurança e da violência.

Conforme o Atlas da Violência de 2020, foram 30.873 jovens brasileiros de 15 a 29 anos mortos por homicídio no ano de 2018, o que representa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, 53,3% do total de homicídios no país. Os homicídios foram a principal causa de óbitos da juventude masculina, responsável

pela parcela de 55,6% das mortes de jovens de 15 a 19 anos; 52,3% daqueles de 20 a 24 anos; 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos. Para as mulheres, nessa mesma faixa etária, a proporção de óbitos ocorridos por homicídios é consideravelmente menor: de 16,2% entre aquelas que estão entre 15 e 19 anos; 14% daquelas entre 20 e 24; e 11,7% entre as jovens de 25 a 29 anos. A maior vitimização de indivíduos jovens do sexo masculino sugere que o aspecto do gênero (além do geracional) é importante nos estudos sobre a violência letal juvenil. Ademais, considera-se que esse aspecto não pode ser apagado ou subestimado no âmbito das políticas de prevenção da violência entre adolescentes e jovens. De qualquer modo, na comparação com as demais faixas etárias, é possível afirmar que a causa morte por homicídio atinge mais as mulheres e homens jovens do que indivíduos de qualquer outra faixa de idade (CERQUEIRA *et al*, 2020).

Um estudo do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2015) a respeito dos homicídios de jovens no estado do ES (pessoas de 15 a 29 anos de idade) indicou a necessidade de as políticas sociais e de segurança pública terem como protagonistas a população jovem, tendo em vista a concentração dos homicídios nesta faixa etária. O estudo enfocou a série histórica de 2003 a 2013 e indicou que o perfil das vítimas de homicídio no estado do ES é basicamente o mesmo em relação ao contexto nacional, a saber: são principalmente jovens do sexo masculino, negros (pretos e



pardos), solteiros e com escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo. Ademais, esses jovens eram moradores dos assim chamados “bairros periféricos”, com déficit histórico de serviços e infraestrutura, “ocupação desordenada” e, em geral, caracterizados pela presença de comércio varejista de drogas ilícitas.

O trabalho mencionado também identificou um conjunto de bairros que concentrou, em média, 20% dos homicídios juvenis entre os anos de 2011 e 2014. São bairros localizados principalmente em Serra e Cariacica, mas em menor medida também em Vila Velha e Vitória, municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória<sup>332</sup>. A partir de dados da Secretaria de Segurança Pública, o estudo indicou que ocorreram 6.466 homicídios no estado do ES entre 2011 e 2014, sendo 3.401 de jovens entre 15 e 29 anos. Excluindo os óbitos por homicídio sem informação de idade, o homicídio juvenil representou 61,7% do total de casos desse tipo de crime no estado em relação ao período indicado (IJSN, 2015).

---

<sup>332</sup> Criada em 1995 pela Lei Complementar Estadual n.º. 58/95, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é composta por sete municípios (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória), possui área de 2.331.003 km<sup>2</sup> e população de 1.960.213 habitantes. Em 2010, a RMGV possuía um grau de urbanização de 98% e abrigava 48% da população estadual. O ES possui aproximadamente 4,06 milhões de habitantes e 78 municípios. Em 2018, a região metropolitana concentrou 63% dos homicídios intencionais cometidos no estado, segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SESP).

Após 2013, as taxas de homicídios de jovens no estado em geral e, em especial, na RMGV foram reduzidas, conquanto continuem altas, como pode ser observado nas tabelas abaixo.

Tabela 2 – Números e taxas de homicídios de jovens com idades entre 15 e 29 anos no ES

Ano	População residente de 15 a 29	N.º de homicídios juvenis	Taxa por 100 mil habitantes
2007	989.166	1008	101,9
2008	992.760	1113	112,1
2009	994.836	1164	117,0
2010	995.662	1036	104,1
2011	995.229	1005	101,0
2012	993.540	969	97,5
2013	991.469	985	99,3
2014	990.119	958	96,8
2015	990.208	830	83,8
2016	988.173	707	71,5
2017	986.315	848	86,0
2018	984.548	618	62,8
Variação (%) 2007-2018	-0,47%	-38,69%	-38,40%

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS); categoria CID-BR-10 X85- Y09 e Y35-Y36. Elaboração da autora.

Nota-se que no período indicado houve uma redução de aproximadamente 38% na taxa de homicídios juvenis por 100 mil habitantes no estado do ES como um todo. Em específico, na RMGV as taxas de homicídios de jovens são mais elevadas, embora também se observe uma redução significativa no período indicado (2007-2018).

Tabela 3 – Números e taxas de homicídios juvenis na RMGV

Ano	População residente 15 a 29	N.º de homicídios juvenis	Taxa por 100 mil habitantes
2007	467.375	736	157,5
2008	468.845	822	175,3
2009	469.651	810	172,5
2010	470.204	725	154,2
2011	470.656	713	151,5
2012	470.927	694	147,4
2013	470.929	682	144,8
2014	470.283	679	144,4
2015	469.079	529	112,8
2016	468.481	462	98,6
2017	466.738	558	119,6
2018	464.858	386	83,0
Varição (%) 2007-2018	-0,54%	-47,55%	-47,27%

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS); categoria CID-BR-10 X85- Y09 e Y35-Y36. Elaboração da autora.

Quanto à população juvenil residente na RMGV, observa-se que houve uma redução de apenas 0,54%. Em particular, os municípios de Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha apresentaram aumento da população considerando o período de 2007 a 2018 de, respectivamente: 12,78%, 1,12%, 11,09%, 2,81% e 1,23%. Apenas Cariacica (-6,98%) e Vitória (-12,45%) apresentaram redução da população jovem.

A redução dos homicídios no Brasil foi observada nas análises dos últimos três Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al*, 2019, 2020, 2021). Segundo as análises, três fatores ajudaram a impulsionar a diminuição dos homicídios no período entre 2009 e 2019 em vários estados do país, são eles: a mudança do regime demográfico rumo ao envelhecimento da população e à diminuição do número de jovens<sup>333</sup>; a implementação de ações e programas qualificados de segurança pública em alguns estados e municípios brasileiros (dentre estes, o estado do ES foi mencionado em

---

<sup>333</sup> Entre 2010 e 2020, a proporção de jovens entre 15 e 29 anos na população brasileira diminuiu cerca de 13,5% para 12,1%. Cerqueira e Moura (2014) estimaram que a diminuição de jovens na população teria o potencial de fazer diminuir em até 20% a taxa de homicídio do país na década. Os autores analisaram a relação entre demografia e homicídios no Brasil e concluíram que a cada 1% de aumento na proporção de homens jovens entre 15 e 29 anos na população há um potencial de fazer aumentar em 2% a taxa de homicídio.

virtude do Programa Estado Presente, citado acima); e o Estatuto do Desarmamento<sup>334</sup>.

Em termos de políticas de segurança pública e de prevenção da violência, no âmbito nacional, observa-se que atualmente elas têm concebido a prevenção por meio do paradigma da segurança cidadã, desenvolvido especialmente a partir de 2000, o que pode ser notado com os planos nacionais de segurança pública. Após a redemocratização, contudo, as políticas de segurança bem como as instituições policiais não passaram por mudanças significativas, perpetuando um modelo que foi funcional ao controle da população defendido pelos setores conservadores. O foco político no primeiro governo posterior à redemocratização se concentrou na revogação de leis que vinham do regime militar e na eleição de uma Assembleia Constituinte. A nova Constituição de 1988 ampliou inúmeras áreas da política social, porém, em relação à segurança, ela se limitou a romper com os vestígios formais do regime autoritário. As agências policiais não se pautavam neste período por políticas de segurança voltadas para a defesa dos cidadãos, com planejamentos de curto, médio e longo prazos, mas se limitavam ao propósito de caçar bandidos

---

<sup>334</sup> Não obstante, foi observado que uma das questões que podem reverter a recente tendência de queda dos homicídios no país é a política permissiva em relação às armas de fogo e à munição patrocinada pelo Governo Federal a partir de 2019 (CERQUEIRA *et al*, 2021).

conhecidos (ADORNO, 2008). Isso começou a mudar ao longo dos anos 2000, à medida que os governantes eram pressionados pelo aumento significativo da criminalidade urbana – roubos, latrocínio, sequestros, homicídios, tráfico de drogas, entre outros.

Com o desenvolvimento dos planos nacionais de segurança a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (o qual governou o país de 1995 a 2002), os fenômenos do crime, da violência, da desordem e do desrespeito aos direitos humanos foram tomados, ao menos no nível discursivo e normativo, como resultantes de múltiplos determinantes e causas, compreendendo, dessa maneira, que não cabe apenas ao sistema de justiça criminal a responsabilidade para enfrentá-los. Assim, condições socioeconômicas e demográficas, fatores de risco, políticas sociais, estratégias de prevenção, programas de valorização dos policiais, entre outras medidas foram mobilizadas (LIMA; PRÖGLHÖF, 2013).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o paradigma da segurança cidadã passou a orientar as ações de segurança pública, aprofundando o que havia sido iniciado no governo anterior. Destaca-se, nesta direção, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), implementado no segundo mandato de Lula. As políticas de segurança cidadã foram, em grande medida, influenciadas pela abordagem da saúde pública. Essa abordagem em relação à violência é de caráter coletivo e

defende a necessidade de um trabalho interdisciplinar, integrando diferentes conhecimentos (medicina, epidemiologia, sociologia, psicologia, entre outros), diante da complexidade envolvida nas manifestações e causas da violência. Semelhante complexidade pode ser compreendida a partir da definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual afirma que a violência significa “o uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG *et al*, 2002, p.5).

Segundo Mesquita Neto (2011, p. 87-8, grifo nosso), a prevenção da violência:

[...] inclui principalmente ou exclusivamente ações que são mais conhecidas como ações de ‘prevenção primária’, como, por exemplo, ações de redução da desigualdade econômica, de promoção da educação e saúde, do esporte e lazer e cultura, de prevenção e tratamento do abuso de álcool e drogas, de melhoria de infraestrutura urbana e habitacional e de valorização do espaço público (...) [uma concepção alternativa] inclui também ações de organizações estatais atuando nas áreas de segurança pública, justiça criminal e administração penitenciária. Por exemplo, contratos locais de segurança, programas de mediação e resolução pacífica de conflitos, atendimento, orientação e proteção a vítimas de crimes e violências, aplicação de medidas

socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei, qualificação profissional do preso, reinserção na família e na comunidade do adolescente que cumpriu medida socioeducativa e do egresso do sistema prisional. Ações essas que acontecem posteriormente ao crime ou violência, *adotando-se na área da segurança pública conceitos desenvolvidos no campo da saúde*, como ações de prevenção secundária (imediatas ou de curto prazo) ou terciárias (de média e longo prazo).

Deste modo, a segurança cidadã incorpora, em certo sentido, o conceito de prevenção da saúde coletiva por meio do entendimento dos três níveis de prevenção, conforme explica Mesquita Neto. Em linhas gerais, a agenda da segurança cidadã se define pela construção de formas alternativas de contenção da violência e da criminalidade, compatíveis com o Estado Democrático de Direito e com a afirmação dos valores republicanos. Busca, por um lado, explicitamente romper com importantes heranças associadas à trajetória histórica da política de segurança e do sistema de justiça criminal no Brasil. De forma menos explícita, busca se afastar do paradigma contemporâneo no campo da criminologia que incentiva a adoção de medidas cada vez mais repressivas e discriminatórias (SOUZA, 2011).

Contemporaneamente, as políticas de segurança e prevenção implementadas no estado do ES, como o Programa Estado Presente e o Programa Ocupação Social, estão baseadas



nos pressupostos da segurança cidadã, de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento ES 2030<sup>335</sup> (SEP, 2013). A despeito disso, é plausível considerar que provavelmente existe uma significativa distância entre o que é proposto normativamente e discursivamente e os efeitos práticos das políticas públicas, conquanto não seja o objetivo, aqui, avaliar os efeitos das políticas<sup>336</sup>.

Bittencourt (2014) avaliou as políticas de segurança pública e justiça criminal no estado do ES no período de 1989 e 2013 e constatou, de fato, um distanciamento entre os discursos governamentais e as políticas propostas para a área de segurança e os resultados concretos das ações. No âmbito nacional, o autor destaca o processo de militarização, isto é, a adoção de hierarquia, disciplina e formação militares nas agências de segurança pública. Os processos nacionais, com efeito, se refletiram no ES, onde se difundiram grupos de extermínio como a Scuderie Detetive Le Coq, mas não havia até os anos 2000 algo que pudesse ser chamado de política de segurança pública. A primeira surgiu em meio a uma

---

<sup>335</sup> O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 é um planejamento de longo prazo para o Espírito Santo, com o objetivo de definir prioridades, traçar estratégias, metas e apontar caminhos a serem percorridos por toda a coletividade – setores público, privado e sociedade civil –, numa visão de futuro com horizonte no ano de 2030.

<sup>336</sup> Para conferir estudos que avaliaram os efeitos das políticas públicas de segurança no âmbito federal ver: Adorno (2008) e Spaniol, Moraes e Rodrigues (2020).

grave crise política, entre 1999 e 2002. Porém, seus propósitos são mais avançados com o processo de reforma administrativa após 2003, quando o governo se esforça por manter modelos de gestão empresariais e parcerias público-privadas à administração estadual, incluindo a segurança pública e o sistema penitenciário. Com isso, ocorre uma rápida expansão do encarceramento seletivo em condições de extrema lotação e violência

O autor relaciona informações criminais, penitenciárias, econômicas e demográficas no âmbito do Brasil e do ES e constata que a repressão estatal tem “preferência”, por assim dizer, por homens negros, jovens e de baixa escolaridade, por crimes de drogas e contra o patrimônio, com a utilização cada vez maior da prisão provisória. No ES, o encarceramento cresce em velocidade maior que a média nacional, o que se reflete no perfil da população prisional, sendo esta ainda mais negra, jovem, de baixa escolaridade e presa por tráfico de drogas e em regime provisório com frequentes denúncias fundamentadas de torturas, mortes e desaparecimentos forçados entre as populações criminalizadas.

Bittencourt (2014) constrói a hipótese de que a política criminal implementada no ES tem como objetivo oficial a redução dos índices de criminalidade violenta e o respeito aos direitos humanos. Esse objetivo pode ser deduzido das Constituições federal e estadual e dos propósitos declarados pelos planos estaduais de segurança pública. O real resultado, entretanto, é a

expansão exponencial do encarceramento seletivo de camadas inferiores das classes populares em condições de superlotação e violência, sem qualquer impacto, enfatiza, sobre as taxas de criminalidade violenta. A razão dessa distância entre as promessas oficiais e os impactos reais está na utilização de políticas repressivas e discriminatórias, que modernizam o aparato de segurança pública militarizada, sem alterar a sua lógica tradicional de ação.

A partir de uma perspectiva crítica, baseada na interpretação de teóricos como Loïc Wacquant, David Garland e Jock Young, Bittencourt compreende que os planos estaduais de segurança pública no ES, desde 1999 e incluindo o último que ele analisou, a saber, o Programa Estado Presente (em sua primeira versão 2011-2014), teriam como conteúdo um *sistema integrado de gestão policial da vida social*, cujas medidas têm como resultado uma crescente *gestão penal da pobreza urbana*. A “gestão policial da vida social”, para o autor, tem a ver com o fato de que a ação policial deve gerar informações codificadas em indicadores utilizados pela administração da segurança pública, que deve promover a integração entre os diferentes órgãos de segurança e justiça criminal conduzida pelo governo estadual em parceria com os municípios, o que significa a colaboração entre os diversos agentes envolvidos. Tem a ver, mais diretamente, com a modernização tecnológica do policiamento, com a integração dos órgãos de

segurança pública, com os modelos empresariais de administração e parcerias entre setor público e iniciativa privada empresarial.

A partir de 2011, o estado do ES passou adotar, mais nitidamente, um discurso focado em prevenção social da violência, baseado na segurança cidadã<sup>337</sup>, o que pode ser verificado desde a implementação do Programa Estado Presente (2011-2014), da formulação do Plano de Desenvolvimento ES 2030 (2013), da construção do programa Ocupação Social (2015-2018) e, por fim, da retomada do Estado Presente em 2019. Outra evidência, neste sentido, foi a instituição do Dia Estadual do Combate ao Extermínio de Jovens, lembrado em 21 de setembro, bem como a Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens, ambos instituídos em 2011 por meio da Lei Estadual nº 9.646, no primeiro governo de Renato Casagrande (2011-2014)<sup>338</sup>.

---

<sup>337</sup> Esse discurso focado em *prevenção social da violência*, ou na associação de políticas sociais (concebidas como preventivas), com o enfrentamento qualificado dos crimes violentos foi encontrado, também, em recentes planos e programas de segurança pública de diversos outros estados brasileiros, como avaliou pesquisa de Oliveira *et al* (2021) – o que é influência do paradigma amplo de segurança cidadã difundido desde o nível de federal de governo a partir dos anos 2000, com os planos nacionais de segurança pública.

<sup>338</sup> Segundo informações do *site* “JuventudES” do governo do ES, durante essa Semana ocorrem atividades para pensar, dialogar, debater e propor ações que contribuam para acabar com o extermínio de jovens no país. A data é sempre lembrada na quarta semana de setembro e tem o dia 21 deste mês como o Dia Estadual do Combate ao Extermínio de Jovens. “É um momento importante porque inclui as temáticas das juventudes na agenda de debates do Estado, chamando a atenção da sociedade e do poder público”. Desde 2012, a semana faz parte das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e pelo Conselho Estadual de Juventude. Informações disponíveis em:

O Plano Estadual de Segurança Pública 2015-2018 (ES, 2015), afirma reconhecer que o enfrentamento à criminalidade e a visão em torno do policiamento foi tratado durante um longo período pela postura reativa. A estrutura das organizações militares foi influenciada por um “conceito de segurança” limitado às responsabilidades das polícias estaduais. Neste sentido, o documento apresenta uma “nova perspectiva para a segurança pública”, que segue a tendência nacional. A segurança teria passado a ser tratada no debate público como um ramo de atuação que ultrapassa a estrutura das organizações militares. A violência e a criminalidade seriam, desta feita, compreendidas de maneira ampliada, como fenômenos sociais inerentes à convivência social, interpretados a partir de suas causas e fatores, cujas “raízes são de ordem econômica, urbana e política” (ES, 2015, p.5). Assim, as ações e estratégias formuladas com base nesta nova perspectiva anunciada no documento assumiram como prioridade o enfrentamento qualificado ao crime, a prevenção à violência e a associação de ações policiais combinadas com ações sociais.

Talvez seja pertinente refletir sobre o discurso de combinação de medidas policiais com ações sociais em territórios ditos vulneráveis, considerando que antes dessas políticas de segurança (de perspectiva ampliada) outras políticas e serviços

---

<https://juventudes.es.gov.br/semana-estadual-de-debate-contra-extermio-da-juventude> Acesso em: 26 de outubro de 2021.

sociais já estavam presentes, ainda que fossem precários e insuficientes. Nesta direção, alguns autores interpretam essas estratégias como um processo de criminalização das políticas sociais para os pobres, que passam a ser atreladas aos propósitos da segurança pública, com a justificativa de prevenção do crime e da violência, como se elas não fossem *direitos* (independente de qualquer resultado) (CRAWFORD; EVANS, 2012; FELTRAN, 2014). Tais medidas focalizadas em territórios definidos como “vulneráveis e violentos” poderiam intensificar o processo de estigmatização destes locais e de seus moradores.

Segundo Crawford e Evans (2012), ideias de “cortar o crime pela raiz” empurraram a preocupação criminológica mais e mais cedo para a criança – e até mesmo para o desenvolvimento fetal, elaborando ideias de causalidade mais complexas. O impacto dessa lógica é expandir o alcance das intervenções do Estado mais profundamente no tecido social. Isso pode ser do interesse dos indivíduos mais afetados e da sociedade em geral, em termos de redução da criminalidade, mas levanta questões éticas sobre os limites apropriados da intervenção governamental, o equilíbrio entre benefícios potenciais de prevenção ao crime e outros bens sociais e o impacto sobre aqueles alvos que nunca teriam “evoluído” para a criminalidade. Apesar dos possíveis benefícios preventivos e economia de custos de direcionar recursos para grupos de “alto risco”, tais estratégias de intervenção precoce

levantam questões normativas e éticas importantes em relação, por exemplo, ao direito das crianças e dos jovens de não serem classificados como “futuros delinquentes”, quer se tornem delinquentes ou não. Isso representa, para os autores, um dos maiores problemas éticos levantados pelos programas de prevenção precoce.

Enfim, diante da permanência de altas taxas de violência letal contra jovens sobretudo do sexo masculino no estado do ES, a despeito da implementação das políticas preventivas baseadas na segurança cidadã, propomos, a seguir, uma reflexão sobre as representações de juventude e masculinidade no âmbito do Programa Ocupação Social, em particular, pois acredita-se que tais representações são importantes em termos das consequências práticas das ações.

### **Representações sociais de juventude e masculinidade no Programa Ocupação Social (2015-2018)**

Do ponto de vista sociológico, adolescência e juventude são etapas da vida que transcendem a condição biológica. A adolescência é correntemente identificada como uma categoria de análise baseada em preceitos psicológicos, que abarca a construção individual e a formação do sujeito. É uma fase de desenvolvimento cognitivo e intelectual, com mudanças físicas, mentais e sociais. Diz respeito às mudanças de traços biológicos de estruturação e

desenvolvimento físico, consolidação do sistema cognitivo e intelectual. A juventude, por sua vez, compreende desde o período da maturidade fisiológica até a maturidade social é, assim, um conceito que se pretende mais amplo e é em geral utilizado como categoria sociológica, que pode vir a abarcar a adolescência. A acepção de juventude é mais subjetiva e não costuma se restringir a características geracionais ou físicas decorrentes da puberdade, apesar de esses conceitos também fazerem parte de sua definição. A definição de juventude é também dada como um momento de construção de identidades pessoais, coletivas e geracionais, que determina a trajetória de socialização pela qual esses sujeitos se tornam adultos. Sendo assim, juventude se diferencia da ideia de adolescência que, por seu turno, é associada geralmente às questões de oscilações emocionais, puberdade entre outras características comportamentais decorrentes das alterações fisiológicas dessa fase da vida.

O amadurecimento dos indivíduos, apesar de seguir um padrão relativo, não pode ser tomado como um processo único e linear compartilhado igualmente por todos aqueles que têm determinada idade. As formas como são vividos esses momentos e quanto tempo duram variam conforme contextos e circunstâncias diversas. Contudo, a visão de juventudes como conceito plural não pode ser confundida com uma visão fragmentada dessa parcela da sociedade, pois sua pluralidade não



exclui a existência de elementos em comum entre todas as juventudes. O conceito é relevante à medida que inclui indivíduos que, apesar de terem ultrapassado a faixa etária que define a adolescência, ainda vivem dentro de um registro que não os define como adultos e que, portanto, são abarcados pelo conceito de juventude.

Com efeito, a mesma sociedade pode produzir tipos de jovens muito diversos, porquanto originados de estratos sociais distintos e apropriando-se de hábitos e valores específicos conforme essa inserção. Na distribuição diferencial que ocorre uns são mais privilegiados que outros. Por isso, fica evidente que a juventude não é una e que a diferenciação social e a diversidade econômica têm peso importante na configuração das distintas “maneiras de ser” impostas aos jovens, conforme análise de Maria Helena Oliva Augusto (2005). A percepção da existência de diferentes experiências juvenis é hoje um dado aceito e incorporado pelos estudiosos do tema<sup>339</sup>.

Em termos de políticas públicas, Abramo (1997) destacou que no Brasil, diferente de outros países, nunca existiu uma

---

<sup>339</sup> Em nossa pesquisa, delimitamos a faixa etária de 15 a 24 anos, dado que se trata do grupo etário principalmente focalizado pelas políticas públicas que buscamos avaliar, considerando que as taxas de homicídio se concentram especialmente nesta população. Deste modo, o estudo envolve adolescentes e jovens, conforme a classificação política vigente no Brasil por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e do Estatuto da Juventude (2013).

tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens. Há mais tempo e em número maior que as ações governamentais, cresciam os projetos e programas destinados aos jovens por parte de instituições e agências de trabalho social (ONGs, associações beneficentes, entre outros). A maior parte deles se destinava a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” ou “de risco”. A autora apontou que, em geral, esses programas se dividiam em dois grandes blocos, visando diminuir as dificuldades de integração social desses adolescentes: 1) programas de ressocialização (educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades esportivas e culturais) e 2) programas de capacitação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho (os quais, com frequência, não passavam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logravam promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho). Abramo analisa que boa parte desses programas buscava, explícita ou implicitamente, a contenção do risco real ou potencial desses adolescentes e jovens, pelo seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de suas “mãos ociosas”. Mesmo os programas que objetivavam promover a cidadania desses sujeitos os tomavam como problemas, sobre os quais é preciso intervir para salvá-los e reintegrá-los à ordem social. Os jovens só são relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e quase nunca como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de

diretos. De todo modo, existiam exceções, por exemplo, os projetos baseados no protagonismo juvenil, buscando desenvolver atividades centradas na noção de que os jovens são colaboradores e partícipes nos processos educativos que com eles desenvolvem – trata-se da abordagem do “jovem como solução” oposta a abordagem do “jovem como problema”. Todavia, a maior parte das ações estava limitada ao enquadramento anterior. Nesse sentido, parece estar presente na maior parte das abordagens sobre os jovens (seja no plano da sua tematização ou no das ações dirigidas a eles) uma substantiva dificuldade de considerá-los efetivamente como *sujeitos*, mesmo quando é essa a intenção. Há uma dificuldade de ir além da consideração dos jovens como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente *sofrê-los* ou *ignorá-los*.

A tematização da juventude pela ótica do problema é histórica, tendo já sido assinalada por diversos pesquisadores. Ela só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si próprio ou para a sociedade. Na medida em que a juventude<sup>340</sup> é pensada como um

---

<sup>340</sup> Abramo (1997) explica que a concepção de juventude corrente na sociologia e genericamente difundida como noção social é baseada no conceito pelo qual a

processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que constituem temas de preocupação social. Desse modo, a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha e disfunção ou anomia no processo de integração social; e, em uma perspectiva ampla, como tema de risco para a própria continuidade social.

Camacho (2007) explica que as representações de juventude vacilam entre diferentes tendências. A autora indica que a tendência geracional enfatiza os aspectos comuns da situação juvenil, é aquela que toma a juventude como um conjunto social cujo atributo principal é ser construído por indivíduos pertencentes a determinada fase da vida. Outra tendência é aquela que entende a juventude como um conjunto social necessariamente diversificado, que abrange diferentes culturas juvenis decorrentes de diferentes pertencimentos de classe e com diferentes parcelas de poder e interesses. Essa tendência possibilita o acréscimo de variáveis como etnia, gênero, religião, entre outras. Há também certa instabilidade nas correntes que por vezes

---

sociologia funcionalista a constitui como categoria de análise: como um momento de transição no ciclo da vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização e que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, por meio da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos.

conferem atributos positivos aos jovens, como responsabilidade por mudanças sociais e, por vezes, enfatizam aspectos negativos, como problemas de desinteresse e irresponsabilidade, por exemplo. A autora indica os paradigmas que têm caracterizado a fase juvenil: transição ou etapa de preparação para a vida adulta; risco e transgressão ou etapa problema para a sociedade; juventude e cidadania ou etapa de desenvolvimento social; juventude como ator estratégico do desenvolvimento ou etapa de formação e aportes produtivos.

O Programa Ocupação Social é caracterizado no Plano Estadual de Segurança Pública (2015-2018) como uma política de prevenção de homicídios juvenis por meio de ações sociais direcionadas aos adolescentes e jovens. O Resumo Executivo do Programa (IJSN, 2019) assim o definiu:

O Programa Ocupação Social foi criado com o intuito de reduzir a taxa de homicídios de jovens no Espírito Santo, a partir da criação de oportunidades nos bairros mais vulneráveis do Estado. São diversas ações coordenadas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e executadas a partir de parcerias voltadas para adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, prioritariamente fora da escola e do mercado de trabalho. Os eixos de atuação são educação, habilidades socioemocionais, geração de emprego e renda, cultura, esporte e lazer.

O programa tencionava “quebrar a continuidade de direitos negados a essas comunidades e melhorar as condições de

inclusão social da juventude, garantindo oportunidades efetivas para a construção de trajetórias que possibilitem o pleno exercício dos direitos e da cidadania”, a fim de diminuir a taxa de homicídios de jovens, reduzir o abandono escolar e, ainda, aumentar o percentual de meninos e meninas estudando e/ou trabalhando. Esses três objetivos seriam alcançados por meio de “atividades que valorizavam o diálogo, a construção coletiva e o envolvimento da juventude em todo o processo”<sup>341</sup>.

Em termos das atividades do programa, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) buscava e coordenava ações de entidades parceiras (secretarias de Estado, prefeituras, entidades de classe, instituições privadas e terceiro setor) nos “bairros mais vulneráveis”. As ações eram desenvolvidas nas categorias educação, habilidade socioemocionais, geração de emprego e renda, cultura, esporte e lazer nos bairros. Ou seja, o programa dependia de “entidades parceiras” para a realização das atividades, que deveriam: realizar as ações de maneira voluntária; planejar a grade do curso; disponibilizar professores para as ações; fornecer material didático; realizar as matrículas; disponibilizar espaço próprio para realização da ação (gratuitamente); e se responsabilizar pela manutenção do espaço. O participante, por sua vez, se inscrevia na ação pelo site da SEDH, era selecionado

---

<sup>341</sup> Informações disponíveis em: <https://ocupacao-social.es.gov.br/o-programa-ocupacao-social> Acesso em 21/06/2021.

de acordo com os critérios do programa e participava da ação gratuitamente.

Com relação aos cursos de qualificação profissional, educação socioemocional, empreendedorismo, arte, cultura e música, de 2016 a 2018, 60% dos beneficiários eram jovens de 10 a 24 anos, mais da metade eram mulheres (59%), 85% eram negros e somente 9,4% faziam parte do público-alvo do programa: ou seja, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, fora da escola ou em distorção idade-série e que não trabalhavam, residentes nos bairros definidos como os mais violentos do Estado (IJSN, 2019).

Segundo o documento mencionado, entre os anos 2016 e 2018, o programa alcançou cerca de 44 mil pessoas, levando em conta todas as ações empreendidas, incluindo aquelas itinerantes e realizadas em um único dia, como as do “Ocupa”, citado anteriormente. Desse total, cerca de 5.752 foram em cursos de qualificação profissional, 5.911 em empreendedorismo; 13.604 indivíduos foram beneficiados em formação cultural, musical e esportiva, e cerca de 18.982 em ações educativas e outras ações que ocorreram em escolas públicas localizadas nos bairros atendidos. No que se refere aos cursos de qualificação profissional, a taxa de evasão foi considerada elevada, de 40%. Em termos da escolaridade dos participantes, 13% possuíam ensino fundamental incompleto, 22% ensino fundamental completo e 65% ensino médio incompleto. Ao iniciarem os cursos avaliados, 46% do total

de participantes realizavam atividade remunerada (em média de R\$ 903,96). Ao fim das atividades, 65% realizavam alguma atividade remunerada, recebendo em média R\$ 992,75 (IJNS, 2019).

A avaliação realizada pelo estado recortou, entre todas as ações do programa, as de qualificação profissional, empreendedorismo e educação socioemocional, ocorridas até maio de 2018. O recorte teve o objetivo de analisar as informações dos beneficiários sobre a escolaridade, mercado de trabalho e empreendedorismo. Tendo em vista esse recorte, foram beneficiados, segundo informações oficiais, 11.899 indivíduos. Mas o órgão de pesquisa governamental, que avaliou o programa, teve acesso aos registros administrativos (entregues pelos parceiros com dados de contato dos beneficiários, entre 2016 e 2018) de 3.225 participantes. Deste total, foram pesquisados 867 beneficiários por meio de questionários. O documento salienta que não se trata de uma avaliação de impacto e que os indicadores mostrados (como em relação aos homicídios, a retomada dos estudos, a conquista de um emprego/estágio por exemplo) não permitem afirmar que os efeitos observados são resultantes exclusivamente das ações do programa.

Enfim, como foi observado, o Programa pouco atingiu seu público-alvo (adolescentes e jovens “fora da escola” ou em “distorção idade-série” e que, ademais, não estavam trabalhando), considerando que, em parte, as estratégias empreendidas não



foram adequadas. Um exemplo, neste sentido, diz respeito aos problemas com a infraestrutura oferecida pelo programa, que, em grande medida, dependia de instalações de escolas públicas e igrejas locais, por exemplo. Espaços esses que tipicamente não são frequentados por jovens já “fora da escola” e em situação de exposição às violências. Dessa maneira, os sujeitos comparativamente mais vulneráveis aos homicídios, em situação de liminaridade com o “mundo do crime” (RUOTTI *et al*, 2014), por exemplo, pouco foram alcançados pelas ações ditas preventivas, considerando as informações oficiais (IJSN, 2019).

Nos documentos relativos ao Programa, em que são apresentados seus objetivos e estratégias de ação, observa-se uma certa concepção e representação de juventude a partir da tendência geracional, nos termos de Camacho (2007), e associada ao risco e à vulnerabilidade, dado que se tratava de uma política para redução de homicídios direcionada aos jovens em situação de desvantagem socioeconômica (que também estavam “fora da escola”), moradores de bairros pobres urbanos e caracterizados por altas taxas de criminalidade violenta. O programa tomava os jovens a partir da tendência geracional que enfatiza os aspectos comuns da situação juvenil, considerando a juventude como um conjunto social cujo atributo principal é ser construído por indivíduos pertencentes a determinada fase da vida.

Além disso, o programa representava os jovens e adolescentes por meio da ótica do problema: do problema da infração e do crime, do abandono escolar, do desemprego e do homicídio, visto que procurava intervir para solucionar tais “problemas”. Os jovens dos bairros “mais violentos” foram tomados, assim, de maneira uniforme, sem que se levasse em conta a diversidade dos grupos juvenis no interior desses locais, no que se refere, por exemplo, às questões de gênero, aos diversos pertencimentos religiosos, às diferentes situações familiares, à questão étnico-racial, entre outras. Neste sentido, um dos “pontos críticos” mencionados no Resumo Executivo sobre a atuação do programa, foi, em realidade, “a dificuldade de captar as particularidades do público-alvo e dos territórios”. Outros pontos críticos identificados no documento foram problemas de infraestrutura nos locais de realização das ações; o baixo índice de focalização; distribuição desigual das ações nos diferentes bairros; mudanças de gestão e perda de parcerias institucionais ao longo da execução do programa; ausência de mecanismos institucionais de direcionamento dos beneficiários para o mercado de trabalho (IJSN, 2019).

É central no programa enfocado o fato de ter sido pensado e construído em relação às preocupações de segurança pública. O desafio prioritário no âmbito da segurança pública apresentado no Plano de Segurança (ES, 2015) era diminuir os crimes contra a vida,

reduzindo a taxa de homicídios no ES. O Programa Ocupação Social foi formulado, então, como uma ação social para complementar as ações policiais, a fim de garantir o cumprimento das metas de segurança pública. Além de um público bem delimitado, o programa definia territórios urbanos identificados com a pobreza e precariedade de infraestrutura e serviços sociais e com o crime violento, nomeadamente o tráfico de drogas ilícitas e as consequentes “guerras” e conflitos em torno deste estado de coisas.

O programa se diferenciou, no entanto, por empreender uma ampla pesquisa nos bairros (entre 2015 e 2016) a fim de identificar as principais necessidades e interesses do público a ser beneficiado; o que gerou expectativas positivas para a população juvenil local. Todavia, essas expectativas foram frustradas, em alguma medida, tendo em vista os pontos críticos mencionados e a extinção do programa em 2018, com o fim do mandato governamental por ele responsável. Essa pesquisa e a mobilização dos sujeitos para participarem das atividades do programa contou com a atuação de jovens moradores dos mesmos bairros onde as ações seriam realizadas, o que foi um meio utilizado para aproximar o público-alvo da política pública. Alguns dos jovens que atuaram na implementação do programa continuaram a atuar, de modo independente, em seus bairros de origem por meio da produção de diferentes ações culturais e políticas (de acordo as

entrevistas narrativas realizadas para a pesquisa empreendida pela autora no doutorado em sociologia sobre políticas de prevenção da violência juvenil no ES, sendo que o presente artigo é um produto parcial desta pesquisa).

Com efeito, apesar da ênfase conferida aos dados de homicídio e de internação de adolescentes que afetam em grande medida indivíduos do sexo masculino, a questão do gênero praticamente não aparece nos documentos relativos ao Programa Ocupação Social. Os jovens são apenas representados de maneira indiferenciada na categoria de moradores de bairros “vulneráveis” com alta incidência de criminalidade. Embora a violência letal afete bem mais indivíduos do sexo masculino, como demonstram os dados apurados pela própria gestão da política pública, não foram mencionadas ou propostas estratégias específicas para o engajamento deste grupo nas ações do programa. Segundo o relatório da pesquisa produzido pelo Programa Ocupação Social, as estatísticas apontam que as vítimas dos homicídios no ES são, majoritariamente, jovens, do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade e residentes em bairros periféricos. “Em 2014, o segmento juvenil do sexo masculino de 15 a 24 anos representava 9% da população do estado, porém 40% dos homicídios ocorridos naquele ano foram neste segmento” (IJSN, 2017, p. 12).

Outro documento do estado do ES, que aponta, entre outras coisas, as diretrizes para a segurança pública até o ano de

2030, enfatiza que: “no Espírito Santo, em 2012, 90,7% das vítimas dos 1.660 homicídios dolosos registrados, eram do sexo masculino. A taxa masculina de homicídios foi de 85,5 por 100 mil homens, enquanto a feminina foi de 8,5 por 100 mil mulheres” (SEP, 2013, p.148).

Uma das propostas do documento é “priorizar a atenção aos grupos mais vulneráveis, especialmente jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos, populações de áreas com maior incidência criminal e mulheres vítimas de violência de gênero” (SEP, 2013, p.150). Entretanto não há, neste documento em específico, nenhuma proposta de intervenção concreta que priorize de fato os jovens do sexo masculino. A mesma proposta menciona a violência de gênero contra as mulheres. De fato, tanto os jovens quanto as mulheres (vítimas de violência doméstica) são enfatizados nos documentos recentes de segurança pública no ES como compondo um grupo particularmente vulnerável que deve ser priorizado nas intervenções (SEP, 2013; ES, 2015). Contudo, observa-se que não é desenvolvida reflexão alguma no sentido de que certas representações sociais dos gêneros feminino e masculino são pano de fundo para práticas violentas envolvendo indivíduos de ambos os sexos; tendo em mente, por exemplo, a existência de representações sociais “do que é ser homem” associadas à agressividade e à competição, o que tem relação com conflitos e disputas envolvendo não só a agressividade e

dominação dos homens contra as mulheres, mas também dos homens entre si.

O Plano Estadual de Segurança Pública (2015-2018) afirma que um dos aspectos associados ao crescimento dos homicídios no ES entre 1999 e 2009 tem a ver com “*as marcas de uma cultura capixaba caracterizada por padrões de masculinidade motivadores de atos violentos contra a mulher*” (ES, 2015, p.4 – grifo nosso). Ou seja, este documento específico leva em conta o aspecto cultural, especificamente de gênero, envolvido no fenômeno da violência no ES. Essa ênfase pode ser compreendida tendo em vista o fato de o ES ter se destacado no cenário nacional nos últimos anos em razão das altas taxas de violência contra a mulher<sup>342</sup>. Entretanto, como sugerido acima, tais “padrões de masculinidade” não são associados ao fenômeno dos homicídios de jovens do sexo masculino. O documento menciona também outros aspectos relacionados à violência letal no ES, tais como: a alta disponibilidade de armas de fogo, a intensificação do tráfico de drogas e a ausência durante o exercício de mandatos

---

<sup>342</sup> As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados feminicídios ou feticídios. Um estudo do IPEA que apurou os feminicídios entre 2009 e 2011, apontou o ES como o estado brasileiro mais violento para as mulheres, com uma taxa de feminicídio por cem mil mulheres de 11,24. A taxa nacional no mesmo período foi de 5,82. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_femicidio\\_leilagarcia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf) Acesso em: 24 de outubro de 2021.

governamentais, nas diferentes esferas de poder, de políticas públicas consistentes na área da segurança pública.

A masculinidade pode ser entendida como uma identidade de gênero que é constituída a partir das relações sociais entre indivíduos do sexo masculino e feminino. O papel social masculino é moldado por meio das relações recíprocas entre homens e mulheres e, por isso, nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através do estudo inteiramente separado. O processo de constituição da identidade se dá pelo reconhecimento de que existem pessoas idênticas e diferentes de nós mesmos. A existência de dois gêneros, os quais se constroem cognitivamente sobre o corpo sexuado, que é dual (macho e fêmea), não exclui a possibilidade de que estes sejam constituídos em vários modelos de feminino e de masculino. Estes modelos, portanto, variam conforme a história e a cultura – também dentro de uma mesma cultura existem nuances de masculinidade e feminilidade (SCOTT, 1995).

Partimos da noção de “gênero” no sentido concebido por Joan Scott (1995), que designa as relações sociais entre os sexos, sendo, portanto, um conceito relacional. O seu uso rejeita as justificativas biológicas, as quais tendem a naturalizar os papéis sociais dos homens e das mulheres a partir do fato de que estas geram filhos e àqueles possuem uma força muscular superior, por exemplo. Nesse sentido, o gênero é uma categoria com um

potencial de relativização, na medida em que desvela as construções sociais, que são variáveis cultural e historicamente, no que se refere à criação parcialmente social dos papéis masculinos e femininos em determinada sociedade. À vista disso, entendemos que as masculinidades são mais ou menos variáveis e que a agressividade e a disposição para usar a força física na resolução de conflitos não é uma condição inata do homem, embora tais valores sejam intimamente relacionados a uma concepção hegemônica de masculinidade.

Souza (2005) explica que o gênero masculino ainda é configurado por práticas machistas e de risco *e que tais práticas são as mesmas que constituem os homens como as maiores vítimas da violência*. Esses valores compõem a denominada masculinidade hegemônica. Segundo Connell e Messerschmidt (2013, p. 245):

a masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas (coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima



ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.

Silva (2012) afirma que a atividade sexual, a corporalidade, que pode ser entendida como uma sexualidade predatória e valorização do corpo viril, além da agressividade ligada ao prazer pela competição e, por fim, a necessidade de uma performatividade pública, são elementos da masculinidade hegemônica. O significado de “ser homem” na sociedade ocidental é comumente associado a posições de poder, sinônimo de coragem, afinal “homem que é homem não chora”, não pode demonstrar fragilidade expondo seus sentimentos, devendo se arriscar diante do perigo. Por isso, os símbolos tais como armas, carros velozes, esportes radicais, o espaço público e etc., fazem parte do universo masculino (SOUZA, 2005).

Segundo análise de Cecchetto (2004), a relação entre masculinidade e competição é verdadeira em várias culturas, como nos indicam estudos etnográficos. A identidade masculina parece ser algo a ser conquistado através de competições ou provas. Conforme a pesquisadora, o incentivo aos meninos para demonstrarem sua força e poder de homem por intermédio de provas dramáticas em quase todas as sociedades, faz com que *a aquisição da masculinidade seja um processo violento*. Da mesma forma, Grossi (2004) e Badinter (1993) afirmam que o gênero masculino se constitui universalmente por uma necessidade de separação dos

meninos da relação com as mães, com o mundo da casa; ou seja, com o que representa o elemento feminino. Badinter (1993) afirma, ancorada em pesquisas antropológicas e históricas, que a identidade masculina é adquirida ao preço de grandes dificuldades, pois para “se tornar homem” parece haver um limite crítico a ser transposto.

Tendo em vista essas considerações sobre certa representação de masculinidade a qual tem a ver com as prováveis dificuldades e violências que estão implicadas no processo de “se tornar homem”, ainda mais em contextos urbanos de insegurança em que o direito à vida não está inteiramente garantido, pode-se compreender a importância de se considerar o aspecto particular dos adolescentes e jovens do sexo masculino em políticas públicas de prevenção da violência, em vez de tomarem os “jovens moradores de bairros vulneráveis e violentos” como uma categoria homogênea. As juventudes são diferentes não apenas do ponto de vista socioeconômico, e o aspecto socioeconômico, isoladamente, não explica a maior vitimização por homicídio de indivíduos jovens do sexo masculino. Sendo assim, sugere-se que a dimensão cultural das políticas públicas preventivas poderia contemplar as diferenças de gênero, dos diferentes comportamentos esperados de meninos e meninas nesta sociedade, que provavelmente tem relação com um maior envolvimento dos meninos em conflitos com desfechos fatais.

## **Considerações finais**

Enfim, foi observado que o programa preventivo enfocado, Programa Ocupação Social (2015-2018), partiu de uma concepção de violência complexa, multicausal, que deve ser prevenida e enfrentada por meio da combinação de ações sociais e policiais por meio do paradigma da segurança cidadã. De um ponto de vista prático e em certo sentido, pode-se dizer que ele deu continuidade as ações sociais (ditas de prevenção/proteção social) iniciadas no governo anterior. O programa consistiu em uma série de ações realizadas em parceria com diferentes órgãos estaduais, municipais, também contando com a sociedade civil e iniciativa privada. Ele enfocava adolescentes e jovens, com idades entre 10 e 24 anos, que estavam fora da escola e que, ademais, não estavam trabalhando. Contudo, este público não foi o principal beneficiado, parcialmente em decorrência de alguns equívocos em relação às estratégias adotadas, à infraestrutura e às atividades oferecidas, por exemplo.

Em termos das representações de juventude e masculinidade, pode-se dizer o seguinte. O Programa adotava uma representação de juventude a partir da tendência geracional que enfatiza os aspectos comuns da situação juvenil, considerando a juventude como um conjunto social cujo atributo principal é ser

construído por indivíduos pertencentes a determinada fase da vida. Além disso, o programa representava os jovens e adolescentes por meio da ótica do problema: do problema da infração e do crime, do abandono escolar, do desemprego e do homicídio, visto que procurava intervir para solucionar tais “problemas”. Assim, os jovens dos bairros “mais violentos” foram basicamente tomados de maneira homogênea, a partir do fato de serem “jovens de bairros violentos e vulneráveis”, sem que se levasse em conta a rica diversidade dos grupos juvenis no interior desses locais no que se refere, por exemplo, às questões de gênero, aos diversos pertencimentos religiosos, às diferentes situações familiares, à questão étnico-racial e socioeconômica, entre outros aspectos.

Neste sentido, consideramos que uma das prováveis consequências desta representação uniforme dos jovens de “bairros vulneráveis e violentos” foi, com efeito, o baixo alcance do público-alvo inicialmente delimitado, mais suscetível à violência letal. Em outras palavras, por, em parte, não considerarem a diversidade dos jovens moradores dos bairros delimitados o perfil definido para as ações pouco foi atingido por elas.

Além disso, o tema das diferenças especificamente de gênero, as diversas representações de masculinidade e feminilidade presentes na sociedade e a sua provável correlação com situações violentas, foram praticamente desconsiderados. No entanto, o aspecto de certos “padrões de masculinidade motivadores de atos

violentos contra mulher” aparece, ainda que superficialmente, no Plano Estadual de Segurança Pública (ES, 2015). Todavia, não foi desenvolvida nenhuma reflexão, no programa preventivo, acerca do quão prejudicial esses padrões podem ser também para os adolescentes e jovens do sexo masculino, em processo de “aquisição de sua masculinidade” (de tornarem-se homens), e como isso provavelmente tem relação com um maior envolvimento destes sujeitos em situações arriscadas e, no limite, letais.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.5, p. 25-36. 1997.

ADORNO, S. Políticas públicas de segurança e justiça penal. *Cadernos Adenauer IX*, n. 4, p. 8-27. 2008.

AUGUSTO, M. H. O. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo social*, v. 17, n. 2, p. 11-33. 2005.

BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BITTENCOURT, M. B. *As políticas da insegurança: da Scuderie Detetiva Le Cocq às masmorras do novo Espírito Santo*. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CAMACHO, L. M. Y. A ilusão da moratória social para os jovens das classes populares. In: SPOSITO, M. P. (coord.). *Espaços públicos*

*e tempos juvenis*: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p. 135-157.

CECCHETTO, F. *Violência e estilos de masculinidade*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2004.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.295-316.

CERQUEIRA, D. *et al.* *Atlas da violência 2019*. Brasília: Ipea; FBSP, 2019.

CERQUEIRA, D. *et al.* *Atlas da violência 2020*. Brasília: Ipea; FBSP, 2020.

CERQUEIRA, D. *et al.* *Atlas da violência 2021*. Brasília: Ipea; FBSP, 2021.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Demografia e homicídios no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Ipea, 2014, p. 355-373.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241- 282. 2013.

COSTA, M. A. B. *Vítimas que choram: empreendedorismo violento e acumulação social da violência no Espírito Santo*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CRAWFORD, A.; EVANS, K. Crime prevention and community safety. In: *The Oxford Handbook of Criminology*. 5. ed. Oxford University Press, 2012.

ESPÍRITO SANTO (ES). *Plano Estadual de Segurança Pública 2015-2018*. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória-ES, 2015.

FELTRAN, G. de S. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Cad. CRH*, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Projeto Juventude e prevenção da violência*. Eixo 2 – Sistematização de experiências de prevenção à violência entre jovens. Relatório Final. Agosto de 2010. 2010.

GROSSI PORTO, M. S. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 250-273. 2006.

GROSSI, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*, v. 75, p. 1-37. 1995.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Cadernos da Juventude 03. *Juventude e Violência: uma análise comparativa dos homicídios no estado do Espírito Santo*. Vitória-ES, 2015.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Programa Ocupação Social: perfil dos beneficiários*. Resumo executivo. 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Relatório 2017 Jovens Fora da Escola*. Ocupação Social. Vitória-ES, 2017.

JODELET, D. Représentations Sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (org.). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

KRUG, E. G.; MERCY, J. A.; DAHLBERG, L. L.; ZWI, A. B. The world report on violence and health. *The lancet*, v. 360, n. 9339, p. 1083-1088. 2002.

LIMA, R. S., PRÖGLHÖF, P. N. (Re)Estruturação da Segurança Pública no Brasil. In: MINGARDI, G. (Org.). *Política de Segurança*:

os desafios de uma reforma. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 31-42.

MESQUITA NETO, Paulo. *Ensaio sobre Segurança Cidadã*. São Paulo: Quartier Latin; FAPESP. 2011.

OLIVEIRA, D. C. N. de. LICO, F. M. de C., PEREIRA, E. M. S., REGINA, F. L., PERES, M.F.T.. Intersetorialidade e saúde nas políticas estaduais de segurança pública e de prevenção à violência no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, jun. 2021. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/intersetorialidade-e-saude-nas-politicas-estaduais-de-seguranca-publica-e-de-prevencao-a-violencia-no-brasil/18110?id=18110&id=18110>

RUOTTI, C. *et al.* A vulnerabilidade dos jovens à morte violenta: um estudo de caso no contexto dos “Crimes de Maio”. *Saúde Soci.*, v. 23, n. 3, p. 733-748, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-99. 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP). *Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030*. SEP, Vitória-ES, 2013.

SILVA, S. R. Performances de masculinidade, práticas de subversão: o consumo de telefones celulares entre jovens de camadas populares. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo. v. 9, n. 26, p. 61-82, 2012.

SOARES, G. A. D. *Não matará*: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOUZA, E. R. de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1. 2005.

SOUZA, L. G. *Depois do 13º tiro*: segurança cidadã, democracia e os impasses do policiamento comunitário no Brasil. Tese (Doutorado



em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2011.

SPANIOL, M. I., MORAES JR., M. C., RODRIGUES, C. R. G. Como tem sido planejada a segurança pública no Brasil? Análise dos planos e programas nacionais de segurança implantados no período pós-redemocratização. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 100-127, 2020.

# O conselho da comunidade da execução penal como mediador de cidadania ao preso

*Julia Estela Heling (PPGS/UFPe)*<sup>343</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem como tema a relação existente entre o Conselho da Comunidade da Execução Penal e cidadania da pessoa presa. Como *lôcus* da pesquisa elegemos a Comarca de Pelotas/RS, esta possui um Conselho da Comunidade atuante e dentro das competências deste, selecionamos a relação com o Presídio Regional de Pelotas (PRP). O objetivo é compreender como o Conselho da Comunidade de Pelotas observa e ao mesmo tempo atua como mediador da cidadania da pessoa presa do PRP. **Palavras-chave:** Conselho da Comunidade da Execução Penal, cidadania do apenado, Comarca de Pelotas, pesquisa participante, Execução Penal.

## Introdução

O presente escrito visa apresentar o projeto de tese, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

<sup>343</sup>Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas, Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas, Especialista em Ciências Criminais pelo Complexo Educacional Renato Saraiva, Bacharela em Direito pela Universidade Católica de Pelotas, [juliaestela@hotmail.com](mailto:juliaestela@hotmail.com).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

da Universidade Federal de Pelotas. Por meio desta pesquisa objetiva-se trabalhar com a relação existente entre a cidadania da pessoa presa e a atuação do Conselho da Comunidade da Execução Penal. Neste sentido, o trabalho está localizado no campo de estudos sobre a questão penitenciária.

Comprendemos a questão penitenciária como um conjunto de instituições e atores, que formam um emaranhado complexo, conforme os ensinamentos de Norbert Elias, figurações de interdependência (1999). Segundo Luiz Antônio Bogo Chies (2014, p. 38-9):

O reconhecimento de que a compreensão da questão penitenciária não pode estar restrita às ilusórias fronteiras do que se costuma chamar de sistema prisional – ambientes de sequestro punitivo em si e rede de instituições e órgãos de caráter público que atuam na gestão e controle da execução penal do encarceramento – não é novidade no campo. Mesmo nos níveis que se podem considerar focados nas instituições formais, é significativa a percepção de que este sistema prisional (ou uma imagem dele) é elemento de uma configuração mais ampla – o Sistema Penal, ou de Justiça Criminal – da qual participam instâncias legislativas, policiais e judiciárias, e à qual se deve agregar toda uma complexidade referente aos setores político-estatais de governabilidade, sobretudo os especializados em áreas de justiça e segurança pública.

Tampouco é novidade que as configurações prisionais envolvem relações entre as chamadas dimensões formais e informais [...].

Dado não ser possível abordar a totalidade da complexidade que envolve a questão penitenciária, optamos por observar o Conselho da Comunidade da Execução Penal, instituição prevista no rol de órgãos que compõem a Execução Penal, no art. 61 da Lei de Execução Penal (LEP), de 1984 (BRASIL, 2021). Este órgão possui legitimidade para atuar na Execução Penal e é composto por membros da sociedade civil. No entanto, embora tenhamos selecionado um órgão específico, ficaremos atentos para as figurações nas quais está envolvido e as influências que estas exercem sobre ele, bem como, as que este exerce sobre os demais atores.

No que tange à noção de cidadania, a conceitualização clássica de Thomas Humphrey Marshall compreende a cidadania como composta por três elementos: civis, políticos e sociais. A composição destes elementos seria a seguinte:

o elemento civil é composto dos direitos necessários a liberdade individual [...]. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político [...]. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo

com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, p. 63-4).

Esta definição não pode ser aplicada de modo imediato e irresponsável para o indivíduo apenado, pois, o exclui da condição de cidadão. A questão imporia um problema grave, qual o *status* do apenado? A Carta Magna prevê apenas duas modalidades de sujeitos: o cidadão e o estrangeiro, não há um tratamento diferenciado para o apenado. Assim, em tese, o apenado é um cidadão, no entanto, devido as violações de Direitos Humanos documentadas nas últimas décadas no sistema penitenciário, torna-se difícil enquadrá-lo nesta categoria, heurística e empiricamente. Neste sentido, uma reconstrução atenta deste conceito se faz necessária.

O objetivo geral do trabalho é: Compreender como o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas observa e ao mesmo tempo atua como mediador da cidadania da pessoa presa do Presídio Regional de Pelotas. E os objetivos específicos são: a) descrever o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas, e pensar sua atuação na dinâmica das figurações do campo da questão penitenciária; b) discutir o conceito de cidadania e como este se apresenta, no caso das pessoas presas, especificamente no Presídio Regional de Pelotas; c) descrever e analisar como o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas compreende a cidadania

da pessoa presa; d) observar como as ações do Conselho da Comunidade auxiliam a construir a cidadania da pessoa presa.

Como *lôcus* da pesquisa selecionamos a Comarca de Pelotas, a cidade de Pelotas se localiza ao extremo sul do Rio Grande do Sul, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada para o ano de 2020 era de 343.132 pessoas (IBGE, 2021).

A Comarca de Pelotas possui um Conselho da Comunidade atuante, trata-se de um grupo pequeno que não está totalmente adequado as exigências da legislação no que consiste aos componentes necessários para sua constituição. Encontra-se em sua terceira ou quarta tentativa de estruturação, isto porque, já houveram outros momentos no qual o Conselho da Comunidade foi constituído, porém, após determinado período o interesse em torno do mesmo se enfraqueceu e deixou de atuar, sendo destituído. Dentre as competências do Conselho da Comunidade, visamos observar especificamente a relação com o Presídio Regional de Pelotas – PRP.

No que se refere ao PRP, este se localiza na zona urbana do município. Em março de 2021, o PRP contava com uma população carcerária de 664 presos, com capacidade para 382 indivíduos, mais 39 no anexo, com capacidade para 90 presos (espaço destinado a presos que se encontram em regime mais brando e com saída para trabalho) (SUSEPE, 2021a). Trata-se de

um contingente populacional elevado. Especificamente no que consiste a Comarca de Pelotas/RS, esta é a sede da 5ª Delegacia Penitenciária Regional – Sul, seu Presídio possui abrangência Regional (SUSEPE, 2021b), bem como atualmente é sede de uma Vara de Execução Criminal Regional (VEC-Regional).

O trabalho se justifica justamente pela sua abordagem, relação entre duas dimensões bastante relevantes para o estudo no campo das prisões: instituições atuantes no espaço da prisão e a dignidade (possibilidade de cidadania) dos apenados. Objetiva-se entender como a cidadania da pessoa presa pode ser compreendida mediante a atuação de um órgão tão particular, como é o caso do Conselho da Comunidade.

O problema que se apresenta é: Como o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas, dentro das figurações da questão penitenciária, atua na mediação entre Estado e apenado no tocante à cidadania do indivíduo privado de liberdade?

Dada a minha participação junto ao Conselho da Comunidade da Comarca de Pelotas/RS e as situações já vivenciadas, ainda que não haja uma busca rígida por sua confirmação ou refutação, uma hipótese inicial se apresenta. O Conselho da Comunidade, por não estar inserido na burocracia estatal e composto por indivíduos da sociedade civil, tem potencial para auxiliar na formação de uma cidadania insurgente, conforme

apresentado por Holston (2013), da população aprisionada, fazendo com que estes ultrapassem o pertencimento formal ao Estado-nação e adquiram o usufruto de direitos negados pelo sistema prisional. Porém, o Conselho da Comunidade tem sua atuação dificultada, justamente, por ser um elemento “estranho” no jogo da questão penitenciária.

Para responder ao problema lançado utilizaremos de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, onde se utilizará do método de pesquisa participante, uma vez que sou integrante do Conselho da Comunidade de Pelotas/RS, com um olhar etnográfico.

Como técnicas de pesquisa faremos uso de: análise documental, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Vale destacar que ao utilizar de uma perspectiva etnográfica, a observação direta é elemento imprescindível. Utilizaremos também um caderno de campo com o objetivo de não sermos traídos pela nossa memória, bem como, para possibilitar a captação e anotação de pequenas sutilezas que em um primeiro momento podem parecer irrelevantes.

Os documentos observados serão os projetos encaminhados ao Juízo da VEC-Regional, para auferir verbas, além de documentos internos do próprio Conselho da Comunidade, como por exemplo, o Estatuto. As entrevistas semiestruturadas serão aplicadas com os membros mais atuantes, tem-se a



perspectiva de que sejam em número de seis e o grupo focal estará aberto a todos aqueles que aceitarem participar.

As reuniões ordinárias mensais serão observadas de forma etnográfica e para uma aproximação com o espaço da prisão, acompanharei as visitas de fiscalização do Conselho da Comunidade, que ocorrem de modo mensal, possibilitando a realização de uma etnografia (observação) do espaço e das dinâmicas. Por fim, a análise será realizada a partir de uma análise textual discursiva, possibilitando o captar do novo emergente (MORAES, 2003).

### **Notas introdutórias: a construção do trabalho**

Este trabalho possui dois grandes eixos temáticos, são as categorias macro que nos auxiliarão a responder o problema lançado, quais sejam: cidadania e Conselho da Comunidade.

Para compreender como o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas atua como um mediador da cidadania da pessoa presa, é necessário observar as teias de relações e interdependências que circundam esta instituição.

Deste modo, a teoria base para a observação da realidade é a sociologia relacional de Elias (2006; 1999) e sua visão de figurações. Esta forma de compreensão da realidade nos permite lançar um olhar para o conjunto da complexidade, pois segundo o autor é “necessário não só explorar uma unidade compósita em

termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade” (ELIAS, 1999, p. 78). A interdependência não pode ser estudada quando se atenta exclusivamente para as partes individuais (ELIAS, 1999). Isto não significa que a completude será objeto de análise, o recorte de observação se estabelece, porém, não se perde a dimensão de uma teia de figurações e jogos de poder mais ampla.

Nas relações de interdependência, vislumbra-se os vínculos de poder. O autor elenca que o poder sempre está presente nas relações, distribuído de forma mais igualitária ou desigual, uma vez que “não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas” (ELIAS, 1999, p. 81). Para elucidar sobre a questão do poder, o autor utiliza da noção de modelos de jogos, pensando o poder dos indivíduos como a força dos jogadores.

Inicialmente, Elias (1999) fala sobre um modelo de jogo que denomina como primário, este não está baseado em regras, ele traz o exemplo da disputa entre dois grupos primitivos em conflito por alimento. Embora não haja regras que orientem o conflito, cada um dos grupos necessita imaginar o próximo passo a ser realizado pelo grupo adversário, afim de se preparar para a ação seguinte. Quando falamos em jogos baseados em regras, muitas

são as possibilidades, dependerá do número de jogadores e também do poder/força que cada um dos indivíduos exerce.

Em um modelo simples, com dois jogadores envolvidos, onde um deles é nitidamente mais forte do que o outro é possível afirmar que este é capaz de dominar o jogador mais fraco e em certa medida, também o jogo. Porém, não se trata de um domínio absoluto, pois, assim como o jogador fraco necessita reagir a jogada anterior, também o jogador forte, invariavelmente, precisa levar em consideração a jogada do jogador fraco. Caso a força do jogador fraco fosse zero, não haveria o estabelecimento de um jogo. Quando a desigualdade da força entre os jogadores diminui

ambos os jogadores terão correspondentemente menos possibilidades de controlar as configurações mutáveis do jogo; e menos dependentes serão as configurações mutáveis do jogo relativamente aos objectivos e planos que cada jogador formará por si mesmo sobre o decurso do jogo. Inversamente, mais forte se torna a dependência dos planos globais dos jogadores e das suas jogadas relativamente às configurações mutáveis do jogo – ao processamento do jogo. Quanto mais o jogo se assemelha a um processo social, menos se assemelha à realização de um processo individual (ELIAS, 1999, p. 89).

Agora, quando novos jogadores vão sendo agregados, as relações se complexificam. Será necessário observar se cada jogador está atuando de forma individual, se há formação de

grupos, se um jogador se destaca em força individualmente, se dentro do grupo este poder se iguala ao outro grupo. Pode ainda ser um jogo de níveis, por exemplo, em um jogo de dois níveis teríamos aqueles que efetivamente efetuam as jogadas e outros que atuam como fiscais ou juizes. Dentro desta complexidade, a possibilidade de domínio de um jogador sobre o encaminhamento do jogo se torna ainda mais improvável (ELIAS, 1999).

A noção dos jogos explicita a existência das figurações. Elias vai dizer que as figurações ficam evidentes pela linguagem, uma vez que a existência de pronomes só pode ocorrer com relação ao outro:

não pode haver um <<eu>> sem que haja um <<tu>>, <<ele>>, <<ela>>, <<nós>>, <<vós>>, <<eles>>. É perfeitamente ilusória a utilização dos conceitos de eu ou ego, independentemente da sua posição dentro da trama de relações a que se referem os restantes pronomes (ELIAS, 1999, p. 135).

Neste sentido, “o modelo de pronome mostra que nunca podemos considerar as pessoas como seres singulares e isolados; temos sempre que as encarar inseridas em configurações” (ELIAS, 1999, p. 139). E o que especificamente seriam as figurações? Segundo Elias (1999, p. 141) “o conceito de configuração serve [...] de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o

<<indivíduo>> e a <<sociedade>> fossem antagônicos e diferentes”. O autor defende a necessidade de olhar para o todo, observando que a sociedade é constituída por indivíduos e que estes só podem ser reconhecidos como tais, devido a seu pertencimento a uma sociedade. São as múltiplas relações e interdependências que devem ser observadas e apreendidas (ELIAS, 1999).

A noção de figuração tem como elemento central a interdependência entre os indivíduos. É necessário pensar nas múltiplas relações que estes estabelecem e na complexidade que daí advém. Embora as interdependências emocionais sejam as primeiras a serem observadas e identificadas, outros modos de interdependência se estabelecem, podemos imaginar as ligações políticas ou econômicas, assim, ingressamos na esfera da relação entre o Estado-nação e os indivíduos (ELIAS, 1999).

Outra contribuição importante da teoria de Elias é que ele nos faz compreender que as relações existentes são “perspectivacionais”, ou seja, ao observar uma relação, está se lançando o olhar a partir de um ponto. Elias vai dizer que “a relação AB entre duas pessoas compreende na realidade duas relações distintas – a relação AB vista sob a perspectiva de A e a relação BA vista sob a perspectiva de B” (ELIAS, 1999, p. 137). Assim, vale ressaltar que o olhar será lançado a partir do Conselho

da Comunidade da Execução Penal de Pelotas/RS, pois, é a instituição que a pesquisadora integra.

Passamos agora para a discussão dos conceitos de cidadania e Conselho da Comunidade, aos quais serão destinados itens específicos.

### *Cidadania*

O conceito de cidadania é, em grande medida, demasiadamente amplo. Uma definição aceita como clássica é apresentada por Thomas Humphrey Marshall (1967), que compreende a cidadania como composta por três elementos: civis, políticos e sociais. Neste sentido, o indivíduo que fosse titular das três esferas de direito seria o cidadão pleno, aquele detentor de alguns direitos figuraria como cidadão incompleto e o indivíduo que não fosse beneficiário de nenhum desses direitos seria o não cidadão (CARVALHO, 2018).

Segundo Marshall o conceito de cidadania teria se desenvolvido na Inglaterra, seguindo uma ordem cronológica na aquisição dos direitos. No século XVIII, os direitos civis, no século XIX, os políticos e os direitos sociais teriam surgido no século XX. Carvalho vai defender que este processo linear não pode ser aplicado ao caso brasileiro, servindo apenas de modo comparativo. No Brasil haveriam duas distinções substanciais do caso inglês. Uma diz respeito a maior ênfase no social, a outra refere-se à

seqüência em que os direitos foram adquiridos, sendo o social o predecessor (CARVALHO, 2018).

Mesmo tendo sido desenvolvido especificamente para o caso inglês, “a imagem projetada por Marshall passou a servir de referência para se aferir o status da normatividade de outras sociedades e, em muitos casos, para se delimitar fronteiras entre os chamados ‘centro’ e ‘periferia’ da modernidade” (TAVOLARO, 2008, p. 117). Deste modo, quanto mais a ordem de aquisição dos direitos se aproximava à projeção de Marshall (civis, políticos e sociais), mais moderna era a sociedade.

Levando em consideração que a construção elaborada por Marshall, no que consiste ao conceito de cidadania não pode ser aplicada ao caso brasileiro, pelos motivos acima elencados e que seu desenvolvimento está vinculado com o surgimento dos Estados-nação, faz-se relevante observar o percurso particular da cidadania no Brasil.

Para uma construção histórica-temporal utilizaremos as contribuições que José Murilo de Carvalho elabora em “Cidadania no Brasil: o longo caminho” (CARVALHO, 2018). O livro está dividido temporalmente (1822-1930; 1930-1964; 1964-1985 e pós redemocratização).

Outra fonte teórica importante é a obra “Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira”, de Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1987). A contribuição

primordial deste autor é a ideia de cidadania regulada. É importante destacar que este livro foi escrito originalmente em 1979 (aqui utilizo a 2ª edição de 1987), em pleno período ditatorial. O autor, partindo de uma discussão baseada na relevância do trabalho e da sua regulação na constituição da cidadania, elabora, a partir do pós-30, o itinerário das políticas públicas voltadas para a regulamentação do trabalho no Brasil.

Visando uma contextualização mais macro, faz-se importante referenciar James Holston, a partir de seu livro intitulado “Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil”. O autor está preocupado com as questões fundiárias, tomando como foco a cidade de São Paulo. No início do livro aborda a construção da cidadania brasileira, comparando com a construção francesa e norte-americana, que segundo ele, são fontes de inspiração para o país neste processo. Além deste aspecto histórico, o autor vai introduzir a noção de cidadania insurgente, que faz a contradição da cidadania entrincheirada. Ambas compõem o que Holston denomina como cidadania diferenciada (HOLSTON, 2013).

Faz-se também relevante atentar ainda para o conceito de subcidadania pensado por Jessé Souza, no livro “A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica” (SOUZA, 2003). Neste, o autor atenta para a constituição da “ralé” da sociedade brasileira (baseada



fortemente na escravidão) e como estes indivíduos estão afastados do usufruto de direitos e, portanto, da cidadania, sendo relegados a condição de subcidadãos.

De modo mais amplo, temos Holston pensando a construção da cidadania brasileira dentro do contexto internacional, segundo o autor o Brasil selecionou elementos da cidadania francesa e norte-americana (HOLSTON, 2013). Para o autor a cidadania não representa somente igualdade, pode ser um mecanismo de estabelecimento ou legitimação de diferenças:

Todos os Estados nacionais lutam para administrar as diferenças sociais que distinguem entre seus habitantes. Algumas das medidas por eles adotadas são drásticas, como escravidão, migração forçada e genocídio. Mas a maior parte deles administra essas diferenças de acordo com as formulações de igualdade e de desigualdade que definem suas cidadanias (HOLSTON, 2013, p. 14, posição 195).

No caso do Brasil, trata-se de “uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade. A cidadania brasileira se caracteriza, além disso, pela sobrevivência de seu regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas” (HOLSTON, 2013, p. 16, posição 206).

Holston (2013) vai nos apresentar ainda a ideia de que a cidadania é composta de dois elementos: formal e substancial. O

elemento formal seria o pertencimento ao Estado-nação, “incorporação nacional, um status formal de afiliação baseado no critério de pertencimento à nação”, vinculada em grande medida aos princípios de *jus soli* (lugar de nascimento) e de *jus sanguinis* (ascendência). Já o aspecto substancial, teria relação com o usufruto de direitos, “a distribuição substantiva, aos considerados partícipes nacionais, do pacote de direitos, obrigações e práticas vinculados à afiliação” (HOLSTON, 213, p. 65, posição 985).

Retomando o período colonial, Carvalho (2018) expõe que os portugueses deixaram como herança para o país a unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Porém, por outro lado, restou também a população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista. Um legado que ainda na atualidade pode ser visualizado, em maior ou menor grau. Foi um período em que “os direitos civis beneficiavam a poucos, os políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares” (CARVALHO, 2018, p. 29). Não havia a presença de cidadãos neste momento.

A independência do Brasil, em 1882, não trouxe mudanças significativas. Em relação à abolição da escravatura é importante pontuar que esta não trouxe a inclusão dos negros, apesar de formalmente o fazer, não houve nenhuma espécie de assistência por parte do Estado. Muitos negros libertos, após a euforia da

abolição, retornaram as fazendas recebendo baixos salários, outros foram para as cidades, aumentando a população sem emprego fixo (CARVALHO, 2018).

Ancorado no período escravocrata, temos a noção de subcidadania de Souza (2003), uma construção da ralé brasileira. Inicialmente o autor vai falar que a ralé é a classe social que se encontra entre o senhor e o escravo, seriam os mestiços que se curvam aos domínios dos senhores para exercerem um *status* diferenciado dos escravos, seriam os capitães do mato e capatazes. Ao final do período de escravidão, com a libertação dos negros, criou-se uma massa populacional relegada a marginalidade, pois, nenhum setor da sociedade se preocupou com os negros libertos (nem antigos proprietários, nem o Estado). Estes ocupavam trabalhos e espaços marginalizados (SOUZA, 2003).

A este movimento se soma o processo de modernização da década de 1940, que passa a ser pautada pela industrialização, relegando a população negra mais uma vez a marginalidade do sistema, pois, não possuíam qualificação para os postos de trabalhos e a imigração dificultou a disputa por uma vaga de trabalho. Souza vai dizer que:

Para o negro, sem a oportunidade de classificação social burguesa ou proletária, restavam os interstícios e as franjas marginais do sistema como forma de preservar a dignidade de homem livre: o mergulho na escória proletária, no ócio dissimulado, ou,

ainda, na vagabundagem sistemática e na criminalidade fortuita ou permanente (SOUZA, 2003, p. 155).

Ainda na atual fase da sociedade podemos encontrar elementos para compreender que a população marginalizada é, em grande medida, a população negra.

Um momento marcante para a construção da cidadania brasileira é o período pós-30. Santos (1987) compreende que a cidadania é o conceito chave para entender a política econômica-social deste período. Esta poderia ser compreendida como cidadania regulada.

Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal (SANTOS, 1987, p. 68).

Ou seja, são considerados cidadãos aqueles indivíduos que exercem ocupações laborais regulamentadas por lei. O grau de cidadania é auferido conforme a regulamentação das profissões, “antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade” (SANTOS, 1987, p. 68). Neste sentido, a cidadania está atrelada à profissão e os “direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei” (SANTOS, 1987, p. 68).

De 1930-1945, período sob forte controle do então presidente Getúlio Vargas, alternando entre governo legítimo e ditadura, a legislação social cresceu. Vale destacar que a ditadura de Vargas foi marcada pela intensa repressão, aliada ao paternalismo, e isto lhe rendeu forte apoio e aceitação popular. O modo de distribuição dos direitos, na forma de benefícios e sem participação política, compromete a ideia de desenvolvimento da cidadania ativa (CARVALHO, 2018).

Outro período que se mostra ambíguo é o da Ditadura Militar, Carvalho vai dizer que:

A avaliação dos governos militares, do ponto de vista da cidadania, tem, [...], que levar em conta a manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momento de restrição de direitos civis e políticos (CARVALHO, 2018, pp. 176-7).

A partir da redemocratização, a cidadania passou a ser um vocábulo empregado com destaque, “a constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã” (CARVALHO, 2018, p. 201). Apesar de possuímos um Constituição Cidadã, conforme o próprio título do livro de Carvalho (2018), ainda temos um longo caminho a percorrer.

No percorrer deste caminho o conceito trazido por Holston de cidadania insurgente pode nos auxiliar a superar a

distância entre a participação formal e o efetivo usufruto de direitos. Segundo o autor as cidadanias insurgentes podem ser definidas como não sendo:

necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas. Cada caso deve ser avaliado. [...] A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. Insurgência não é uma imposição de cima para baixo de um futuro já orquestrado. Ela borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção (HOLSTON, 2013, p. 60, posição 918).

Esta construção o autor observa nas periferias de São Paulo, onde a população se organiza a fim de reivindicar do poder público melhorias em seus bairros e também a luta pela regularização fundiária. Para o autor “a experiência da cidade é, portanto, crucial para a insurgência de uma nova formulação de cidadania” (HOLSTON, 2013, p. 45, posição 648). A cidadania insurgente seria dentro deste contexto uma nova formulação do conceito de cidadania, que tem como *locus* de surgimento as zonas periféricas. Ela possibilita avançar da mera participação formal da cidadania e lograr o usufruto dos direitos, participação substancial, e é o espaço de atuação e participação da população marginalizada.

### *Conselho da Comunidade da Execução Penal*

O Conselho da Comunidade da Execução Penal, é um órgão da Execução Penal, previsto no inciso VII, do art. 61 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal (LEP). No que consiste as incumbências deste órgão, elas estão estabelecidas no art. 81, LEP, e consistem no que segue:

Art. 81. Incumbe ao Conselho da Comunidade:

I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca;

II - entrevistar presos;

III - apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário;

IV - diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento (BRASIL, 2021).

A legislação é bastante genérica na regulamentação do órgão, o que proporciona que os Conselhos da Comunidade sejam muito distintos entre as diferentes Comarcas. Além da escassa legislação sobre o órgão, a literatura sobre o mesmo também é restrita.

O que encontramos sobre o assunto são alguns documentos oficiais que visam auxiliar na organização e instalação destes órgãos. Consoante a legislação (BRASIL, 2021), cada Comarca deve possuir um Conselho da Comunidade, e segundo dados de 2020, há no Brasil 2677 Comarcas (JUSTIÇA EM

NÚMEROS 2020, 2020). A presença deste órgão visa fomentar a participação da comunidade na Execução Penal, auxiliando no “processo que vai desde o início do cumprimento da pena até o reingresso ao convívio social” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, s.p.).

Merecem destaque dois documentos elaborados pela Comissão para Implantação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade, instituída pelo Ministério da Justiça em 2004 por meio da Portaria n.º 2.710, de 23 de setembro, tendo sua duração prorrogada pela Portaria do Ministério da Justiça n.º 164, de 15 de fevereiro de 2006. O primeiro documento é uma cartilha, com o objetivo de fomentar a criação de novos conselhos, para tanto traz informações sobre instalação, composição e atribuições (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008). Outro documento oriundo desta mesma comissão é um importante relatório, Fundamentos e análises sobre os Conselhos da Comunidade, que congregou as informações auferidas ao longo da atuação da Comissão (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010).

Haroldo Caetano da Silva (2010, p. 22) afirma que o Conselho da Comunidade “constitui-se no mais importante elo de ligação entre a sociedade e o preso”. Trata-se do órgão, com previsão legal, que possibilita à sociedade civil, de modo direto, por meio do voluntariado, atuar na execução penal. Assim, os Conselhos da Comunidade representam “a instância de



participação da comunidade local junto aos presídios” (WOLFF, 2010, p. 25).

Segundo a Cartilha dos Conselhos da Comunidade, elaborada pela Comissão para Implantação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade, os Conselhos operam como um mecanismo para que a sociedade possa chegar ao reconhecimento de que os indivíduos aprisionados são integrantes da mesma sociedade que os sujeitos livres. Ademais, funcionam de forma que a “sociedade civil possa efetivamente atuar nas questões do cárcere, quer para humanizá-lo, quer para que as pessoas que lá estão possam retornar ao convívio social a partir de uma perspectiva mais reintegradora” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, s.p.).

Muitos dilemas se apresentam aos Conselhos da Comunidade: legislação genérica, falta de constituição do órgão em diversas Comarcas, problemas para auferir verba para os projetos e para própria manutenção administrativa/burocrática, estabelecimento de relação com outras instituições da Execução Penal, desconhecimento e resistência por parte da sociedade sobre os Conselhos da Comunidade, entre outros. E neste emaranhado, se encontra a atuação do Conselho da Comunidade de Pelotas/RS.

### **Considerações finais**

Quando observamos o campo da questão penitenciária, também é possível pensar em níveis de poder conforme nos

apresenta Elias (1999). Analisando a realidade de Pelotas podemos elencar alguns atores da complexidade da questão penitenciária: Conselho da Comunidade, Defensoria Pública, Frente dos Coletivos Carcerários, Familiares, Pastoral Carcerária, outras denominações religiosas, APAC, Universidades, Facções, 5ª Delegacia Penitenciária, Judiciário, Ministério Público, SUSEPE, Presídio Regional de Pelotas, entre outros.

Há ainda desdobramentos nestes jogadores. No caso do Presídio Regional de Pelotas, podemos pensar os apenados, estes divididos entre os presos trabalhadores, presos comuns e líderes/chefes de galeria. Em relação a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), ainda que vista como uma instituição autônoma, sua vinculação se mantém muito estreita com o PRP, uma vez que sua atuação, em grande medida, ocorre no interior do estabelecimento. Vale destacar que as partes deste órgão, Susepe, podem ser apresentadas da seguinte maneira: Administração do PRP, setor de segurança, agentes administrativos e equipe técnica (especialmente assistentes sociais e psicólogos). Esta “confusão” entre PRP e Susepe demonstra claramente as múltiplas figurações que se apresentam e como se mostra impossível a separação e observação isolada de uma instituição, sem se atentar para as interdependências e jogos de poder que se estabelecem.

Pensando nos níveis de jogos que Elias (1999) manifesta, podemos pensar níveis de jogadores no nosso campo de observação. Em um nível superior, podemos elencar o Judiciário, o Ministério Público e a Administração do Presídio Regional de Pelotas (Susepe). Em um nível mais baixo atuam a Defensoria Pública, o Conselho da Comunidade, a Pastoral Carcerária, entre outros. Esta divisão de poderes pode ser observada quando da realização da pesquisa de mestrado, onde, embora formalmente o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública possuam as mesmas prerrogativas, o tratamento dispensado a eles é diferente. Foi notável que quando a Defensoria Pública ingressa acompanhada do Juiz e do Promotor no PRP, para a realização de audiências do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), a movimentação dos apenados (cela-sala de audiência-cela) no interior do Presídio é realizada de forma mais ágil, comparando com as vezes em que vai sozinha para a realização das audiências administrativas do PAD (HELING, 2019).

No nível mais alto desse jogo, tem-se a prevalência do poder punitivo, da vigilância e segurança e no nível mais baixo a busca por uma execução da pena justa. Estes dois grupos mantem contato frequente, embora em um primeiro momento pareça que atuam como “rivais”, a cooperação é um elemento constante (HELING, 2019). Devido a fatores conscientes ou inconscientes há uma maior força com os setores do nível mais alto. Embora

ocorra situações em que as instituições de nível mais baixo ajam coletivamente, na ampla maioria das vezes, jogam de modo individual, enfraquecendo o seu poder.

Em relação a ideia de cidadania, o desafio lançado no presente trabalho é compreender como o conceito é empregado/acionado na atualidade, quando estamos a pensar especificamente a questão dos direitos e dignidade das pessoas privadas de liberdade. Será que podemos falar que antes do ingresso no cárcere estes eram subcidadãos? Esta condição se mantém no cárcere? Quais as características os classificam como subcidadãos? Será que quando políticas públicas ou ações de órgãos e Organizações Não-governamentais (ONGs), a nós importa especialmente a atuação do Conselho da Comunidade como mediador, acionam a ideia de cidadania estão o fazendo dentro de uma lógica regulatória? Esta lógica regulatória se exerce com base no trabalho ou outro mecanismo é operacionalizado? Ainda, estaria o Conselho da Comunidade auxiliando na construção de uma cidadania insurgente, onde os presos passam a não só constituir a cidadania formal e passam a usufruir de direitos? Ao final do trabalho se visa contribuir com respostas para estas questões.

Os resultados parciais são no sentido de que a cidadania do apenado é complexa e merece uma especial atenção. Compreender seu *status*, os direitos que (não)usufrui é importante para a

localização deste indivíduo dentro da sociedade brasileira. Devido a pandemia da Covid-19 esta parte do trabalho se encontra prejudicada, devido ao fato de não ser possível ingressar no Presídio Regional de Pelotas.

No que se refere ao Conselho da Comunidade da Execução Penal de Pelotas, dentre os atuais 19 membros, aproximadamente 10 tem participado das reuniões ordinárias mensais, todavia, o número de participantes em cada reunião fica em torno de seis pessoas. Destes 19 membros, 14 são mulheres e cinco homens. As idades variam entre menos de 30 e mais de 60 anos.

É possível identificar grupos de afinidade/interesse dentro do Conselho da Comunidade de Pelotas. Podemos elencar três: a) um primeiro grupo é referente as duas membras que atuam no Conselho da Comunidade e são também integrantes da Pastoral Carcerária, a estas se soma uma terceira membra que possui outra denominação religiosa, este primeiro grupo corresponde a uma motivação religiosa; b) grupo identificado pela sua vinculação a academia, são três os membros que estão presentes neste grupo, dois professores universitários e uma estudante de doutorado; c) um terceiro grupo, também bem identificado, é formado pelos sujeitos que possuem alguma vinculação institucional, a Defensora Pública, duas assistentes sociais do PRP e um membro vinculado à Prefeitura Municipal de Pelotas. Os demais não se enquadram

nestes grupos, ou, ainda não há informações suficientes sobre suas atuações extra Conselho da Comunidade.

Por se tratar de um trabalho em construção, as conclusões ainda são incipientes. Podemos afirmar que se trata de um trabalho urgente e relevante para o campo da sociologia, onde se será capaz de auferir a construção da cidadania de uma população amplamente marginalizada e como a atuação de um órgão estatal, que possibilita a participação da sociedade civil nas questões relativas a execução penal, auxilia nesta construção.

## Referências

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Lei de Execução Penal*, Brasília, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 25 mar. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24. ed. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Questão Penitenciária: obstáculos epistemológicos e complexidade. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 35, n. 126, p. 29-46, 2014. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/697/892>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ELIAS, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais (Figuração). In: ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 25-27.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1999.

HELING, Julia Estela. *Defensoria Pública e Figurações Prisionais: um estudo de acesso à justiça*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. E-book.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pelotas*. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em: 02 abr. 2021.

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2020. Brasília: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, 2003- . 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. *Fundamentos e análises sobre os Conselhos da Comunidade*. 1ª. ed. Brasília: DEPEN/OSPEN, 2010. 177 p. Disponível em: <https://feccompar.com.br/documentos/fundamentoseanalise.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. *Conselhos da Comunidade*. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/30/Documents/Artigos%20e%20cartilhas/Conselhos%20da%20Comunidade%20cartilha.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e Educação*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Haroldo Caetano da. A participação comunitária nas prisões. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. *Fundamentos e análises sobre os Conselhos da Comunidade*. 1. ed. Brasília: DEPEN/OSPEN, 2010. p. 15-23. Disponível em: <https://feccompar.com.br/documentos/fundamentoseanalise.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários. *Presídio Regional de Pelotas*. Governo do Estado: Rio Grande do Sul. 2021a. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=12&cod\\_conteudo=78](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=12&cod_conteudo=78). Acesso em: 25 de marc. De 2021.

SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários. *5ª DPR - Sul (sede em Pelotas)*. Governo do Estado: Rio Grande do Sul. 2021b. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=12](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=12). Acesso em: 25 mar. 2021.

TAVOLARO, Sergio B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 81, p. 117-136, 21 dez. 2008. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/nec/a/zV3LX4RcZnKJ5qHbCPHjhD/D/?lang=pt#ModalDownloads>. Acesso em: 15 maio 2021.

WOLFF, Maria Palma. Participação social e sistema penitenciário: uma parceria viável?. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. *Fundamentos e análises sobre os Conselhos da Comunidade*. 1. ed. Brasília: DEPEN/OSPEN, 2010. p. 24-40. Disponível em: <https://feccompar.com.br/documentos/fundamentoseanalise.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

# Mortalidade no sistema prisional brasileiro: uma análise a partir de Michel Foucault

*Nathalia Mansour de Oliveira (PPGS/USP)<sup>344</sup>*

**Resumo:** O intuito do presente trabalho foi demonstrar que as mortes sob custódia do Estado se sucedem como resultado de uma política de definhamento que marca a realidade das prisões brasileiras. A partir do conceito de biopolítica, de Michel Foucault, o trabalho procurou elucidar o modo como o racismo opera no funcionamento do Estado e quais os seus impactos sobre a vida da população prisional. O trabalho, por meio de uma breve descrição das condições de encarceramento no Brasil, indicou que a gestão das prisões brasileiras envolve a exposição dos indivíduos em cumprimento de pena a situações que multiplicam seus riscos de morte.

**Palavras-Chave:** Mortalidade; Biopolítica; Prisões; População Prisional.

## Introdução

O objetivo do presente trabalho foi elaborar uma compreensão sobre o fenômeno da mortalidade no sistema prisional brasileiro a partir do conceito de biopolítica desenvolvido por Michel Foucault (2005). O estudo do fenômeno da

---

<sup>344</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). [nathaliamansour@usp.br](mailto:nathaliamansour@usp.br)

mortalidade no sistema prisional não constitui tarefa fácil. A compreensão, aqui elaborada, parte dos dados disponíveis no Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), que, conforme aponta Luiz Chies (2019), consiste no relatório de maior relevância acerca do sistema prisional, sob o critério de fontes oficiais. O Infopen é responsável por ordenar dados fornecidos pelo Depen (Departamento Penitenciário Nacional): o principal gestor do sistema prisional brasileiro. Entretanto, a despeito de seu caráter oficial, o Infopen é pouco preciso na apresentação dos dados - especialmente dos dados que tratam do fenômeno da mortalidade. Nesse sentido, a disposição dos dados no Infopen apresenta certas lacunas que impõem dificuldades à análise científica do fenômeno.

As lacunas quantitativas e qualitativas dos dados contidos no Infopen foram destacadas por Luiz Chies e Bruno Almeida (2019). Os autores assinalam que uma das maiores dificuldades epistemológicas imposta ao estudo das mortes de indivíduos sob custódia do Estado envolve a confiabilidade dos dados. Os critérios utilizados para a ordenação dos dados não são tornados públicos. Portanto, não se sabe, precisamente, sob quais circunstâncias as mortes se deram e, tampouco, o perfil dos indivíduos representados pelos dados. Por conta disso, as informações disponíveis nos relatórios oficiais acabam sendo

insuficientes para a elaboração de análises capazes de abarcar o fenômeno da mortalidade nas prisões em toda a sua complexidade.

Segundo os dados oficiais, o Brasil somou, em 2019, 748.009 indivíduos em cumprimento de pena - sendo 711.080 homens e 36.929 mulheres. No mesmo ano, foram contabilizadas 1.091 mortes no sistema prisional brasileiro. O número de mortes nas unidades prisionais é disposto, no Infopen (2019), a partir de quatro categorias, a saber, i) acidentais; ii) criminais; iii) naturais por motivos de saúde; iv) suicídio; e v) causas desconhecidas. O Infopen não oferece nenhuma informação complementar acerca das categorias. Portanto, não é possível apreender a partir de quais critérios as mortes são enquadradas em cada das categorias. Nas palavras de Chies e Almeida (2019, p. 72),

a amplitude e a imprecisão das categorias dão margem significativa à subjetividade na coleta dos dados e isso se reflete, sobretudo, na presença da categoria óbitos com causa desconhecida, através da qual os entes estatais acabam por reconhecer sua incompetência na tutela da vida dos prisioneiros.

Dentre as categorias, as mortes naturais por motivos de saúde foram as mais numerosas tanto entre homens (67,55%), quanto entre mulheres (70,59%). A categoria não conta com especificações acerca dos motivos de saúde que causaram as mortes. Entretanto, os dados do Infopen (2019) revelam que as patologias que mais atingem os homens sob custódia do Estado

são tuberculose (30,88%) e HIV/Aids (25,6%), enquanto que as patologias que mais atingem as mulheres sob custódia do Estado são HIV/Aids (40,45%) e sífilis (34,12%)<sup>345</sup>.

As mortes por suicídio representam a segunda maior categoria entre as mulheres (23,53%) e as mortes com causas desconhecidas representam a terceira maior categoria (5,88%) entre as mesmas. As mortes por causas criminais representam a segunda maior categoria entre os homens (17,79%) e as mortes por suicídio representam a terceira maioria categoria (6,81%) entre os mesmos. As mortes por causas desconhecidas compreendem a quarta maior categoria entre os homens. Urge destacar que, ainda entre os homens, aparece a categoria de mortes por causas acidentais (1,61%). Contudo, a categoria não vem acompanhada de indicações acerca dos eventos que podem ser considerados acidentais.

A amplitude das categorias empregadas para dispor os dados sobre a mortalidade no sistema prisional dificulta a apreensão de diversos elementos importantes para a análise do fenômeno. Isto é, o modo como os dados são ordenados permite a captação somente do sexo das pessoas que foram a óbito. Sua abrangência não possibilita a apreensão da identidade de gênero,

---

<sup>345</sup> A última atualização dos dados foi feita em 2019, isto é, antes da pandemia de Covid-19. Portanto, a contaminação pelo novo coronavírus não é contemplada pelas categorias de patologias.

da raça/etnia, da idade, do estado civil, do nível de escolarização e, tampouco, da situação processual dos indivíduos que compõem os dados. Ainda, não é possível conhecer as circunstâncias em que as mortes se deram - o que facilitaria a compreensão da categoria de mortes por causas acidentais. O panorama geral construído a respeito da mortalidade nas prisões brasileiras demonstra que existem insuficiências no modo como o fenômeno é tratado pelas fontes oficiais.

O presente trabalho pretende indicar que as insuficiências podem ser entendidas como parte da política adotada pelo Estado na gestão das prisões brasileiras. O argumento, desdobrado ao longo do trabalho, se assenta nos estudos de Michel Foucault para demonstrar que a imprecisão das informações disponíveis em fontes oficiais, longe de expressar a ausência do Estado na administração do sistema prisional, atende aos propósitos definidos para a gestão da vida dos indivíduos em cumprimento de pena. Portanto, o que se busca é, partindo do conceito de biopolítica, de Foucault (2005), apontar para o modo como as políticas voltadas para a vida são distribuídas entre a população - de modo a favorecer determinados grupos em detrimento de outros.

### **A biopolítica na teoria de Michel Foucault**

Michel Foucault (2005) oferece um interessante arcabouço teórico para a análise do fenômeno da mortalidade nas prisões. O

autor demonstra que a vida e a morte não consistem em fenômenos naturais. Pelo contrário, a vida e a morte consistem em fenômenos inscritos no campo do poder político. A compreensão de como o poder político atravessa a vida e a morte demanda o entendimento do conceito de biopolítica. A teoria clássica da soberania, que serviu como pano de fundo para as análises desenvolvidas por Foucault, aponta que o direito de vida e de morte foi uma das atribuições fundamentais do soberano. O direito dava ao soberano a prerrogativa de *fazer morrer* ou *deixar viver* os seus súditos. A vida e a morte dos súditos dependiam da vontade do soberano. O soberano, portanto, era quem possuía o poder de matar e, por meio do poder de matar, exercia o direito sobre a vida.

Entretanto, com as revoluções burguesas do século XVIII, o poder soberano foi abalado. Como consequência, o direito de *fazer morrer e deixar viver* foi complementado pelo direito de *fazer viver e deixar morrer*. A complementação é resultado do aparecimento de um novo direito que, embora não anule, modifica o direito soberano de maneira expressiva. O novo direito envolve uma tecnologia de poder voltada não mais para o corpo, como era a tecnologia de poder disciplinar,<sup>346</sup> mas para a vida. O surgimento

---

<sup>346</sup> De acordo com Foucault (1988), a nova tecnologia de poder é somada a uma tecnologia de poder existente desde o século XVII: a disciplina. A nova tecnologia de poder que atua sobre a vida não substitui a consolidada tecnologia de poder que atua sobre o corpo. As duas formam pólos do poder que operam

da nova tecnologia é acompanhado da inserção dos acontecimentos biológicos - que compreendem a existência humana - em uma estratégia geral de poder. Um complexo de mecanismos que imprime nas características biológicas um caráter político é posto em prática. A tecnologia de poder voltada para a vida coloca a biopolítica da espécie humana no centro da regulamentação dos processos próprios de uma população.

O aparecimento de tecnologia de poder sobre a vida conforma um processo denominado, por Foucault (2005), de estatização do campo biológico. A estatização do campo biológico envolve a tomada de poder sobre o indivíduo enquanto espécie - e não mais somente enquanto corpo. Como resultado, a natalidade, a mortalidade, a longevidade e as doenças que afetam uma população se tornam alvo de controle. À vista disso, é possível declarar que a biopolítica tem como finalidade a regulamentação dos processos que abarcam a vida. Sua função de regulamentação conta com uma tecnologia de poder assentada no direito de intervir sobre o curso da vida de uma população. Portanto, a biopolítica é, em suma, exercida com a finalidade de controlar os fenômenos que podem afetar a vida de dada população.

A medicina desempenha um papel fulcral no exercício da biopolítica. Os saberes médicos são utilizados pela biopolítica para

---

de maneira coexistente. Enquanto uma administra as forças do corpo, a outra regulamenta os processos da vida.



a normalização de tratamentos que atuam no sentido de ampliação do tempo de vida de uma população - como a medicalização. Os saberes médicos também se manifestam no modo como a biopolítica lida com a higiene pública. A implementação de redes de esgoto é uma das formas de demonstração da atuação da biopolítica por meio do emprego dos saberes médicos. À vista disso, Foucault (2005) afirma que o poder é cada vez menos o direito de *façer morrer* e cada vez mais o direito de intervir para *façer viver*. A nova tecnologia de poder assume a função de aumentar a vida da população. No entanto, apesar disso, não é factível afirmar que a tecnologia de poder que toma como objetivo a vida não exerce o direito de matar.

Foucault (2005) constata que o poder em questão, ainda que trate essencialmente de prolongar a duração da vida, também exerce a função de matar - tanto seus inimigos, quanto seus próprios cidadãos. O autor demonstra que o poder da morte é exercido mesmo em um sistema político centrado no poder sobre a vida. Portanto, o mesmo poder que, de um lado, amplia a vida, de outro lado, reclama a morte. A tecnologia de poder que tem como intuito *façer viver* também *deixa morrer*. O que explica o exercício da função de morte pela biopolítica é o fato de que sua regulamentação sobre a vida não atinge da mesma maneira todos os grupos que compõem uma população. O racismo é o que

determina de que forma o poder sobre a vida vai afetar os diferentes grupos que integram dada população.

Apesar de ter sido criado em um momento anterior ao aparecimento da biopolítica, o racismo assume uma nova roupagem, a partir do século XVIII, quando é inserido nos mecanismos de funcionamento do Estado. A primeira incumbência do racismo é fragmentar o campo biológico. Portanto, o racismo estabelece uma cesura, de tipo biológico, no interior da população. A finalidade da cesura é separar a espécie humana em raças. Após a divisão, o racismo institui hierarquias entre as raças. Por meio das hierarquias, algumas raças acabam sendo encaradas como superiores e outras acabam sendo encaradas como inferiores. A biopolítica parte da suposta superioridade e inferioridade das raças para determinar as que *devem viver* e as que *podem morrer*. Nesse sentido, é vero que o poder sobre a vida não é exercido somente no sentido de ampliar a vida de toda a população. Pelo contrário, a biopolítica faz uso do conjunto de saberes de que dispõem para regulamentar os processos biológicos de modo a *fazer viver* algumas raças e *deixar morrer* outras.

Ainda, o racismo instaura uma relação positiva com a morte ao disseminar a noção de que a eliminação biológica das raças encaradas como inferiores é indispensável para o fortalecimento do aspecto sadio da espécie humana. Nessa direção, o desaparecimento das raças tomadas como inferiores é associado

diretamente ao aumento da vida das demais raças. O enquadramento racial, pois, representa o requisito que proporciona a aceitabilidade da morte de determinados grupos de uma população. Ou seja, o imperativo da morte é admissível quando garante o fortalecimento da espécie. De acordo com Foucault (2005), a função assassina do Estado só pode ser assegurada pelo racismo. Logo, o racismo é imprescindível ao exercício do direito de matar. E o direito de matar, por sua vez, não é praticado apenas de maneira direta. Na maior parte do tempo, o direito de matar opera na exposição de determinados grupos raciais a condições de existência que aumentam o seus riscos de morte. A distribuição desigual da higiene nos espaços urbanos e a dificuldade que determinados grupos encontram no acesso à saúde representam mecanismos empregados pelo Estado para o exercício do direito de matar. Cabe compreender como o direito de matar é empregado nas prisões brasileiras.

### **As condições de encarceramento no Brasil**

Os empreendimentos teóricos de Michel Foucault permitem compreender que a função da morte desempenhada pela biopolítica do Estado só se faz possível com o racismo. É o racismo que determina quais grupos de uma população serão submetidos a situações que irão multiplicar seus riscos de morte e quais não o serão. A observação tanto do perfil da população

prisonal brasileira, quanto das condições de existência intramuros, permitem apreender as relações entre os mecanismos de funcionamento do Estado e o fenômeno da mortalidade nas prisões. Seguindo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Infopen (2019) classifica os indivíduos encarcerados entre brancos (32,9%), amarelos (0,8%), indígenas (0,21%), pardos (16,81%) e pretos (49,88%). A soma do percentual de pardos e pretos demonstra que a imensa maioria dos indivíduos encarcerados constitui um grupo racial específico. Em números absolutos, no ano de 2019, dos 748.009 indivíduos em cumprimento de pena, 438.719 eram negros. As instituições prisionais, portanto, são espaços ocupados, majoritariamente, por um determinado grupo racial. Logo, a gestão das prisões reflete o local reservado, na tecnologia de poder voltada para a vida, para aqueles que ocupam as celas.

Os relatórios finais das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) sobre o sistema carcerário brasileiro<sup>347</sup> demonstram que a população prisional lida com condições de existência insalubres que intensificam seus riscos de morte. As celas superlotadas constituem um dos principais fatores que levam à insalubridade do ambiente prisional. A CPI (2009) constatou a

---

<sup>347</sup> O Brasil contou com quatro Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o sistema prisional. A primeira em 1976, a segunda em 1993, a terceira em 2008 e a quarta em 2015.

presença do problema da superlotação em todo o sistema prisional. A superlotação consiste em um grave problema nas prisões brasileiras porque é a causa de outras dificuldades enfrentadas pela população prisional. Em determinadas prisões, como na Cadeia Pública de Contagem, em Minas Gerais, 70 indivíduos dividiam uma cela com espaço suficiente para a acomodação de apenas 12. De acordo com o relatório oficial, a falta de espaço impossibilitava uma acomodação minimamente confortável intramuros à medida em que impedia que todos os indivíduos conseguissem dormir à noite.

Para dar conta da dificuldade, os indivíduos em cumprimento de pena costumam adotar um esquema de revezamento. Enquanto alguns se deitam para dormir – muitas vezes em cima do vaso sanitário por falta de espaço - outros permanecem em pé e esperam a sua vez para descansar. A instalação de redes sobrepostas também se apresenta como uma alternativa para driblar a falta de espaço, mas não soluciona o problema. A superlotação é ainda mais preocupante em períodos de temperatura elevada. Indivíduos em cumprimento de pena enfrentam um calor que pode alcançar a marca dos 50 graus dentro das celas superlotadas. Como agravante, as celas de inúmeras prisões sequer contam com janelas para a circulação de ar.

A disposição das celas nas prisões brasileiras fere a Lei de Execução Penal (LEP)<sup>348</sup>, que determina as condições básicas dos espaços de encarceramento. A LEP prevê, no Artigo 88, o cumprimento da pena em celas individuais com, no mínimo, seis metros quadrados, que respeitem fatores de aeração e, portanto, mantenham um condicionamento térmico adequado à existência humana. Ainda segundo a CPI (2009), o problema da superlotação é somado a outros transtornos que constroem os indivíduos encarcerados. O racionamento de água, tanto para higiene, quanto para consumo, é uma prática comum na maioria das prisões brasileiras. No Presídio Masculino Aníbal Bruno, em Recife, falta água para os indivíduos beberem. No Presídio Central de Porto Alegre, foi constatado que a água era liberada somente uma vez por dia. Na instituição, a falta de água impedia que os indivíduos encarcerados acionassem a descarga do vaso sanitário após seu uso, sendo, portanto, obrigados a conviver com um mau cheiro intenso. No Distrito Policial de Delegacia de Contagem, em Minas Gerais, os indivíduos, aglomerados em celas sem janelas, passavam dias sem tomar banho por conta da escassez no fornecimento de água.

A falta de higiene também é visível no tratamento do lixo. Em diferentes prisões brasileiras o lixo é acumulado nos corredores de modo a facilitar a proliferação de insetos. No

---

<sup>348</sup> Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984.

Presídio Masculino de Vicente Piragibe, no Rio de Janeiro, os indivíduos conviviam com o esgoto correndo a céu aberto. A precariedade da alimentação também constitui um problema grave no sistema prisional. A comida é, geralmente, oferecida em pequena quantidade. Ainda, o oferecimento de comidas estragadas é recorrente em algumas das prisões brasileiras. Na Colônia Penal Feminina Bom Pastor, em Recife, a CPI (2009, p. 120) recebeu denúncias de que “com frequência a comida é servida já em estado de decomposição”. Além do mais, a instituição não disponibilizava pratos e talheres aos indivíduos. Uma situação parecida foi identificada no Instituto Penal Paulo Sarasate, no Ceará. A instituição também não disponibilizava pratos e talheres e, como efeito, entregava as refeições em sacos plásticos aos indivíduos em cumprimento de pena. As refeições, recebidas em sacos plásticos, eram consumidas com a mão.

As condições de higiene insalubres somadas a uma alimentação precária constroem palco favorável para a disseminação de doenças. Não obstante, o acesso à saúde no sistema prisional é incerto. A LEP, ao tratar do acesso à saúde, no Artigo 14, determina que o Estado deve garantir a prestação de assistência médica, em caráter preventivo e curativo, a toda a população prisional. No entanto, de acordo com o Infopen (2019), o sistema prisional brasileiro contava, em 2019, salvo os profissionais técnicos, com apenas 1.395 enfermeiros, 851

dentistas, 804 clínicos gerais, 238 psiquiatras e 79 médicos de outras especialidades para o atendimento de uma população que somava 748.009 indivíduos. A denúncia das dificuldades encontradas para a obtenção de atendimento médico é uma constante entre a população prisional. A CPI (2009) encontrou indivíduos em estado terminal aguardando atendimento médico há anos. No Distrito Policial de Delegadia de Contagem, em Minas Gerais, e no Presídio Urso Branco, em Porto Velho, indivíduos com enfermidades transmissíveis, como tuberculose e infecções de pele, eram mantidos nas mesmas celas que indivíduos saudáveis - provocando o rápido contágio das doenças.

Ainda de acordo com o Infopen (2019), o quadro de psicólogos reunia somente 1.244 profissionais no mesmo ano. A CPI (2009) constatou que o ambiente prisional é um meio favorável ao surgimento de transtornos mentais. Por ser fortemente marcado por uma atmosfera opressiva, o ambiente prisional favorece o surgimento de uma série de condições que afetam o raciocínio e o comportamento dos indivíduos em cumprimento de pena. Por isso, o acesso a acompanhamento psicológico é imprescindível para a população prisional. Todavia, no ano de 2019, a quantidade de consultas psicológicas não ultrapassou o número de 39.532 entre as mulheres e de 301.120 entre os homens, indicando que, para além das dificuldades impostas à manutenção da saúde física, a população prisional lida,



ainda, com infortúnios que impedem o cuidado com a saúde mental.

### **A biopolítica nas prisões brasileiras**

Um breve olhar sobre as condições de encarceramento no Brasil é capaz de evidenciar a disparidade da distribuição dos elementos necessários para uma existência segura entre os indivíduos que cumprem pena e os que não cumprem. Aqueles que ocupam o interior das prisões se encontram submetidos a dificuldades que, em muitos casos, não se apresentam aos demais. De acordo com Fábio Mallart e Fábio Araújo (2021), a precariedade da higiene, o não fornecimento de alimentação adequada e a falta de assistência médica, que assinalam a realidade das prisões brasileiras, colocam em prática um massacre lento, progressivo e silencioso contra os indivíduos em cumprimento de pena. Segundo os autores, a manutenção da população prisional nas condições destacadas, longe de evidenciar escassez de recursos por parte do Estado, representa a racionalidade governamental que opera na gestão das prisões.

Cabe reforçar que a população prisional é composta predominantemente por indivíduos negros. Sua exposição a um ambiente marcado pela insalubridade consiste em uma ação deliberada que atende ao funcionamento de um Estado assentado no racismo. Conforme aponta Michel Foucault (2005, p. 306) o

racismo “é a condição para que se possa exercer o direito de matar”. À vista disso, o que se defende é que as condições de encarceramento no Brasil não representam a ausência do Estado. Pelo contrário, a insalubridade das prisões exprimem a presença de uma política de Estado - denominada por Mallart e Araújo (2021) como política de definhamento. A política de definhamento consiste na produção de um estado progressivo de deterioração dos espaços prisionais que resulta na morte de indivíduos em cumprimento de pena. O Estado exerce o poder da morte à medida em que autoriza a permanência da população prisional em um estado degradante de existência. À vista disso, ainda que não promova a morte direta dos indivíduos em cumprimento de pena<sup>349</sup>, o Estado multiplica os seus riscos de morte ao permitir que convivam com a insalubridade das prisões brasileiras.

A distribuição desigual de elementos necessários à manutenção da vida seleciona, no interior de uma população, quem a biopolítica vai *fazer viver* e quem a biopolítica vai *deixar morrer*. Durante a pandemia de COVID-19, que se instalou no Brasil no início de 2020, a maioria das prisões brasileiras não ofereceu acesso

---

<sup>349</sup> Cabe destacar que a história do sistema prisional brasileiro também é marcada por intervenções diretas de agentes de Estado que resultaram na morte de indivíduos em cumprimento de pena. Foi o que ocorreu durante o Massacre do Carandiru, que, em 1992, deixou 111 mortos na Casa de Detenção, em São Paulo, e durante o Massacre de Altamira que, em 2019, deixou 62 mortos no Centro de Recuperação de Altamira, no Pará.

aos elementos necessários à manutenção da vida. As medidas sanitárias de segurança indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a contenção da disseminação do novo coronavírus envolviam i) o uso de máscaras; ii) a constante higienização das mãos; iii) o distanciamento social de pelo menos 1 metro; iv) isolamento de áreas contaminadas pelo COVID-19; e v) o monitoramento dos sintomas, especialmente, entre indivíduos que compõem o chamado grupo de risco<sup>350</sup>. A realidade das prisões brasileiras, relatada pela CPI (2009), demonstram, contudo, que o cumprimento das medidas sanitárias de segurança era impraticável entre os indivíduos em cumprimento de pena.

O veto ao dispositivo da Lei n. 14.019/2020<sup>351</sup>, que obrigava o uso de máscaras nas prisões, demonstra que nem mesmo a condição mínima para a proteção contra o novo coronavírus foi oferecida aos indivíduos em cumprimento de pena. Considerando que o uso de máscaras consiste na principal medida sanitária de prevenção ao COVID-19, o Estado, quando desobriga

---

<sup>350</sup> De acordo com portaria nº 07/2020 do Ministério da Saúde e do Ministério de Justiça e Segurança Pública, o grupo de risco é composto por i) indivíduos acima de 60 anos; ii) indivíduos com doenças crônicas ou respiratórias; iii) indivíduos com obesidade; iv) grávidas em qualquer idade gestacional; e v) puérperas.

<sup>351</sup> AGÊNCIA SENADO. *Em novo veto, governo desobriga uso de máscaras em presídio*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/06/em-novo-veto-governo-desobriga-uso-de-mascaras-em-presidios>>. Acesso em 23 out. 2021.

o uso de máscaras pela população prisional, aumenta as suas chances de morte. Outras medidas também contribuíram para a maior exposição da população prisional ao novo coronavírus. Conforme destacam Mallart e Araújo (2021), o Estado interrompeu a visitação nas prisões, impedindo que os indivíduos em cumprimento de pena pudessem acessar uma alimentação adequada, levada pela família, durante a pandemia. Interrompeu os atendimentos médicos. Interrompeu a distribuição de medicamentos para o tratamento de doenças como HIV/Aids e tuberculose. E manteve indivíduos contaminados pelo COVID-19 isolados em celas destinadas ao cumprimento de sanção disciplinar - de modo a transformar uma medida de segurança em punição.

Nessa direção, é cabível afirmar que a gestão prisional posta em prática diante da crise sanitária instalada pela pandemia de COVID-19 alargou as possibilidades de morte para os indivíduos em cumprimento de pena. De acordo com dados publicados pelo Depen (2021)<sup>352</sup>, até o dia 15 de outubro de 2021, o sistema prisional brasileiro havia contabilizado 61.892 contaminações e 278 mortes pelo novo coronavírus. Mallart e Araújo (2021) consideram que os números disponíveis sugerem

---

<sup>352</sup> DEPEN. *Medidas de combate à COVID-19*. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTlhMjk5YjgtZWQwYS00ODlkLTg4NDgtZTFhMTgzYmQ2MGVlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em 23 out. 2021.

um quadro de subnotificação de mortes, pois, conforme os autores, os dados são incompatíveis com estudos que demonstraram que a taxa de letalidade do COVID-19 nas prisões é cinco vezes maior do que fora delas<sup>353</sup>.

A produção e a manutenção do estado precário de existência nas prisões, mesmo durante a pandemia, demonstram como a biopolítica incide sobre a população prisional. A tecnologia de poder voltada para a vida envolve a intervenção nos processos biológicos com o intuito de aumentar a duração da vida de uma população. Em uma pandemia, a possibilidade de cumprimento das medidas sanitárias de segurança consiste em uma das possíveis atribuições da biopolítica. Entretanto, a biopolítica, na medida em que possibilita o cumprimento das medidas sanitárias de segurança somente a determinados grupos raciais, estabelece o corte entre os que *devem viver* e os que *podem morrer*. À vista disso, a tecnologia de poder voltada para a vida atinge a população prisional não no sentido de *fazer viver*, mas no sentido de *deixar morrer*.

---

<sup>353</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. *Letalidade do coronavírus entre presos brasileiros é o quintuplo da registrada na população geral*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/letalidade-do-coronavirus-entre-presos-brasileiros-e-o-quintuplo-da-registrada-na-populacao-geral.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2021.

## Considerações finais

O presente trabalho procurou elaborar uma compreensão acerca do fenômeno da mortalidade no sistema prisional assentada no conceito de biopolítica de Michel Foucault (2005). A aplicação do conceito leva ao entendimento de que as condições de existência nas prisões brasileiras, por vezes percebidas como resultado da ausência do Estado, consistem, na realidade, em uma política estatal. Em outros termos, a biopolítica, construída a partir de uma tecnologia de poder voltada para a vida, promove, de forma indireta, a morte paulatina de parte da população. O que define qual parte da população terá seus riscos de morte multiplicados pela biopolítica é o racismo. O racismo não apenas divide uma população em grupos raciais, como também impõe hierarquias entre os grupos raciais estabelecidos. As hierarquias cumprem a função de destacar quais grupos raciais *devem viver* e quais grupos raciais *podem morrer*.

A população prisional brasileira, composta predominantemente por indivíduos classificados como pretos e pardos, é alvo de uma política que, ao invés de promover a vida, expõe à morte. As condições de higiene das prisões e a dificuldade de acesso à saúde física e mental pela população prisional representam o modo por meio do qual a biopolítica incide sobre os indivíduos em cumprimento de pena. Os empreendimentos teóricos de Foucault (2005) permitem apreender que a mortalidade

no sistema prisional não é um fenômeno natural, mas um fenômeno político. A própria classificação das mortes nas prisões, divulgada pelo Infopen, demonstram sua inscrição no campo político. As mortes naturais por motivos de saúde consistem na maior causa da mortalidade no sistema prisional. Contudo, as condições de existência nas prisões comprovam que as mortes por motivos de saúde de indivíduos em cumprimento de pena raramente são naturais.

Maria dos Santos (1997) declara que as mortes naturais compreendem um processo previsível de esgotamento das funções orgânicas em decorrência do envelhecimento. No entanto, as mortes por doenças entre a população prisional não decorrem de um processo natural de envelhecimento. Conforme destaca o relatório da CPI (2009), as doenças que atingem a população prisional são tratáveis, mas levam ao óbito pela falta de assistência médica adequada. Ainda, a CPI (2009) reconhece que parte da população prisional apresenta um bom quadro de saúde quando inicia o cumprimento da pena. Todavia, dentro das prisões, os indivíduos em cumprimento de pena acabam contraindo doenças, como tuberculose e infecções de pele, em decorrência das precariedades às quais são submetidos.

À vista disso, é possível afirmar que parcela significativa das mortes que acometeram a população prisional, nos últimos anos, poderia ter sido evitada se fosse de interesse do Estado *fazer*

*viver* os indivíduos em cumprimento de pena. Contudo, as condições insalubres das prisões brasileiras, mantidas pelo Estado, tanto agravam doenças preexistentes, acelerando mortes prematuras, quanto causam adoecimentos físicos e mentais que minam as chances de sobrevivência da população prisional. Logo, o que se procurou indicar é que as mortes sob custódia do Estado precisam ser lidas enquanto parte de uma política de definhamento que opera na gestão das prisões. Por fim, o presente trabalho, embora tenha compreendido o fenômeno da mortalidade a partir da biopolítica, de Michel Foucault, não desconsidera a relevância de elaborar análises que abarquem os desdobramentos do conceito. Nessa direção, investigações que indiquem como o conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2006), pode contribuir com a agenda de pesquisa voltada para a análise da mortalidade sob custódia do Estado formam o horizonte do trabalho.

### **Referências bibliográficas**

CPI DO SISTEMA CARCERÁRIO. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701>. Acesso em: 23 out. 2021.

CHIES, Luiz; ALMEIDA, Bruno. Mortes sob custódia prisional no Brasil: prisões que matam; mortes que pouco importam. *Revista de Ciências Sociais*, v. 32, n. 45, 2019.



DUARTE, Flávia; CHIES, Luiz; MADRUGA, Marina. Adoecer e morrer na prisão: análise de demandas de indenização no TJRS. *Revista Latina Americana de Criminologia*, v. 1, n. 1, 2021.

INFOPEN (2019). Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acesso em: 23 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEP (Lei de Execução Penal). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos2007-2010/2007/Decreto/D6049.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2007/Decreto/D6049.htm). Acesso em: 23 out. 2021.

MALLART, Fábio; ARAÚJO, Fábio. Uma rua na favela e uma janela na cela: precariedades, doenças e mortes dentro e fora dos muros. *Revista Sociedade e Estado*, v. 36, n. 1, jan./abr. 2021.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. *Arte & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, dez. 2016.

RELATÓRIO DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (2017). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-mnpct/relatorios-1/RelatrioAnual20172018.pdf/view>. Acesso em: 23 out. 2021.

SANTOS, Maria dos. Conceito médico-forense de morte. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 92, 1997.

# Como a sociologia cultural pode nos auxiliar a interpretar a violência? Uma primeira reflexão com base na pragmática cultural

*Pedro Callari Trivino Moisés (PPGS/USP)<sup>354</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho visa analisar alguns estudos empíricos circunscritos a sociologia cultural – especificamente nas pesquisas desenvolvidas a partir do arcabouço teórico da pragmática cultural (ALEXANDER, 2004) – para uma primeira reflexão sobre como ela pode nos auxiliar em outras pesquisas sobre a violência. O enfoque estará no estudo de caso de três trabalhos empíricos do próprio Jeffrey Alexander, a saber, um primeiro sobre o “terror” no 11 de setembro (2011a), um segundo sobre a guerra do Afeganistão e do Iraque (2011b) e um último sobre a primavera árabe no Egito (2017a). Buscamos produzir uma reflexão inicial que visa mostrar, simultaneamente, como a violência é interpretada pela sociologia cultural e como esta abordagem sociológica pode ser engendrada em um quadro da sociologia da violência mais ampla.

**Palavras-chaves:** Sociologia Cultural, Sociologia da Violência, Pragmática Cultural, Eventos Violentos, Jeffrey Alexander.

---

<sup>354</sup> Mestrando em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. É pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2021/06778-0. E-mail: pedro.moises@usp.br.

## Introdução

Desde sua fundação, a sociologia cultural descrita por Alexander e Smith (2003) se debruçou empiricamente por uma miríade de temas: de escândalos políticos às novas tecnologias, passando pela esfera civil e por processos eleitorais. O “programa forte” da sociologia cultural se constituiu menos como um programa temático e mais como uma abordagem específica para tratar dos problemas da vida social. Sempre prezando pela autonomia relativa da cultura, pela reconstrução do texto social de modo amplo – aquilo que Geertz nomeou de “descrição densa” (1989 [1973]) – e ancorando a análise a partir dos atores e da agência (ALEXANDER, SMITH, 2003, p. 13-4), a sociologia cultural almejou (e almeja) se debruçar em uma miríade de problemas sociológicos sem se limitar em um objeto em particular.

A violência não é uma exceção. Na verdade, trata-se de um tema já bastante trabalhado pelos adeptos de uma abordagem sociológica cultural, tanto pelo próprio Jeffrey Alexander quanto por alguns de seus discípulos, como é notório no caso de Philip Smith (e.g. SMITH, 2005, 2008). Não há, todavia, qualquer sistematização de como a sociologia cultural deve tratar fenômenos violentos. Sendo assim, o presente trabalho visa analisar alguns estudos empíricos circunscritos a sociologia cultural para pensar em *insights* que podem auxiliar outras pesquisas sobre a violência. Nosso objetivo com este trabalho é uma primeira reflexão sobre o

lugar da violência dentro da sociologia cultural e como a abordagem da sociologia cultural pode ser considerada um arcabouço teórico válido para interpretar a violência.

Este trabalho estará calcado no estudo de caso de três trabalhos empíricos do próprio Alexander sobre: 1) o “terror” no atentado de 11 de setembro às Torres Gêmeas (2011a); 2) a guerra dos Estados Unidos da América contra o Afeganistão e o Iraque (2011b); e 3) as revoltas em 2011 no Egito na assim chamada “primavera árabe” (2017a). A escolha de trabalhos apenas do próprio Alexander se justifica pela proeminência que este autor possui dentro do campo da sociologia cultural. Os três trabalhos são, assim, estudos realizados pelo principal expoente dessa escola de pensamento que abordam a violência de maneira autoral, significativa e propositiva.

Todos estes trabalhos estão ancorados em um modelo teórico específico dentro da sociologia cultural, a saber, a pragmática cultural (ALEXANDER, 2004). Poderíamos enquadrar nosso esforço de aproximar a sociologia cultural com a violência via a teoria do trauma cultural, conforme sistematizado pelo próprio Alexander e outros autores (ALEXANDER *et al* 2004). Todavia, como a relação entre a teoria do trauma e a violência já é mais explícita – pelo menos em relação às consequências de eventos violentos –, escolhemos a pragmática

cultural para observar outra faceta da relação entre a sociologia cultural e a violência.

Pensar a violência dentro da pragmática cultural é pensá-la, ao mesmo tempo, como performance e como performática. Isto quer dizer, como veremos mais para frente, que é pensar simultaneamente 1) como a violência física não representa apenas um ato meramente corpóreo, mas também um ato simbólico (violência como performance) e 2) como as representações projetadas pelas performances podem ser também formas de violência (performance como violência). Sendo assim, nosso trabalho se guiará do seguinte modo. Em uma primeira seção, comentarei brevemente o modelo da pragmática cultural. Por mais que no Brasil os trabalhos de Jeffrey Alexander tenham alguma notoriedade, ela normalmente se restringe aos seus primeiros trabalhos sobre metateoria (e.g. ALEXANDER, 1982-4, 1987a, 1987b). Já que é escassa a literatura brasileira sobre sua sociologia cultural – e ainda mais sobre a pragmática cultural –, será interessante apresentar, em linhas gerais, este modelo no presente texto. Em uma segunda seção, nos debruçaremos sobre os três estudos empíricos que nos propomos a analisar. Por fim, pretendemos produzir uma reflexão introdutória sobre o lugar da sociologia cultural dentro dos estudos da violência.

Antes de começarmos, será importante realizar um adendo em relação ao último ponto mencionado no parágrafo acima.

Pretendemos localizar a sociologia cultural dentro do mapeamento das formas interpretativas do fenômeno da violência realizado por Werneck, Teixeira e Talone (2020). Os autores sugerem que há cinco abordagens (substantiva, política, crítica, construtivista e praxiologia)<sup>355</sup> para a interpretação da força desproporcional – i.e. a própria violência –, interpretações estas presentes tanto no meio nativo quanto acadêmico. Somadas a elas, os autores propõem uma sexta abordagem: a pragmática. Planejamos realizar uma contribuição modesta visando localizar a sociologia cultural dentro deste mapeamento mais amplo de formas interpretativas do fenômeno da violência, seja como uma nova abordagem ou como uma forma interpretativa que condensa outras abordagens. Antecipo, não obstante, que não chegaremos a uma conclusão decisiva; apenas buscamos introduzir este problema para que possamos avançar na discussão.

### **A pragmática cultural**

A pragmática cultural é um modelo teórico que pretende sanar o abismo existente entre as representações coletivas e as ações sociais, mostrando como, a partir da agência, ocorre a

---

<sup>355</sup> Tratam-se de cinco abordagens “puras”. Todavia, segundo os autores (2020, p. 307), as análises sociológicas sobre a violência tendem a ser composta por duas ou mais dessas abordagens, de modo a compor uma “semiótica da análise da violência”.

construção de aspectos do mundo simbólico. Se a sociologia cultural em sua fundação – a perspectiva nomeada por Alexander e Smith (2003) de hermenêutica estrutural – prezava por uma abordagem macrossociológica “*top-down*”, a pragmática cultural busca inverter essa lógica, buscando uma compreensão situacional mais próxima da abordagem sociológica norte-americana pragmática e interacionista simbólica (VANDENBERGHE, 2019, p. 22). É dentro dos estudos da performance (SCHECHNER, 2002) que Alexander encontra um campo significativo de apropriação para realizar este modelo teórico.

Ao focar o problema de pesquisa no conceito multilateral de *performances*, a pragmática cultural aborda a agência de modo a escapar do conceito de cunho materialista de *práticas*. Seu objetivo teórico é fugir das dicotomias “ritual versus racionalidade” e “ação cultural versus ação prática” presentes na teoria sociológica (ALEXANDER, 2004, p. 548). As teorias unilaterais, seja as culturais ou as pragmáticas, ignoram a contingência entre a projeção dos sentidos pelos autores e a recepção pela audiência, alocando um lugar passivo aos atores, de um lado, ou a audiência, de outro. Dentro desta síntese, o que a pragmática cultural se debruça é a dinâmica das performances, isto é, como as ações performáticas são percebidas como autênticas e verossímeis (estando mais próximas do estatuto de um ritual) ou como faltas e artificiais (mais distante dos rituais). Assim, o sucesso

(ou fracasso) da ação performática depende tanto dos motivos pragmáticos dos diferentes atores quanto das representações culturais que compõem a vida social.

Uma performance é composta por uma série de elementos. Alexander (2004) aponta um total de seis. O *primeiro* elemento é o sistema de representações coletivas. Este se separa em dois pontos. Inicialmente, há aquilo que Alexander nomeia de *representações bases* [*background representation*] que são o pano de fundo para qualquer ação, inclusive as performáticas. Podemos percebê-las nas “preocupações existenciais, emocionais e morais” dos indivíduos; afinal, elas são definidas por padrões de significantes referentes ao mundo social em que vivem os atores e a audiência (ALEXANDER, 2004, p. 530). Para além das representações bases, há um primeiro plano das performances, que são os *roteiros*. Estes podem ser compreendidos como o texto imediato para a ação, aquele que direciona e move os atores segundo determinada intenção, que pode ou não se concretizar em determinada performance.

O *segundo* e o *terceiro* elemento da performance apontados por Alexander são, respectivamente, os *atores* (aqueles que buscam projetar determinado significado) e as *audiências* (aqueles que recebem e codificam o significado projetado para averiguar sua validade e veracidade). Vejamos primeiro os atores. Por mais que estes almejem a projeção de determinada interpretação do mundo



social, eles não precisam estar explicitamente conscientes desta interpretação, isto é, o texto (roteiro) decorado não precisa ser algo programado e agendado. Na verdade, por mais haja uma separação entre os textos e os atores, o ator em uma performance altamente bem-sucedida atua de modo a fazer essa distinção sumir; com isso, a atuação aparece como natural e o convencimento da audiência se torna mais fácil. Todavia, nada garante que as audiências – importante frisar que este elemento está sempre no plural – vão acatar tal projeção. Como um elemento relativamente autônomo da performance, as audiências possuem independência na interpretação das performances. Não há garantias de que determinada a audiência irá receptionar positivamente uma performance, mas há formas de ampliar a possibilidade de fazê-la aderir ao significado projetado.

Uma dessas formas está ligada ao *quarto* elemento da performance: a *Mise-en-scène* ou, literalmente, o “pôr em cena”. O roteiro pode orientar, mas a ação performática precisa ser colocada em prática em um tempo real e um local particular. O texto é confrontado com o próprio ato das performances, abrindo espaço para invenções a alhures do que estava no roteiro. A encenação, o próprio ato performático, é um espaço contingente do “aqui-e-agora” da performance, em que o planejado e ensaiado apresenta uma interpretação da realidade, com seus impeditivos e potencialidade criativas. É no momento da encenação que as

sensibilidades são provocadas, sejam voluntárias ou involuntárias. A audiência e os próprios atores são preenchidos por emoções que variam da aprovação e a comoção para o desgosto e a negação.

Os últimos dois elementos são justamente as necessidades materiais para a produção da performance. O *quinto* é aquilo que Alexander nomeia de *meios de produção simbólica*, os objetos necessários para a dramatização da performance. Dentro deste elemento inclui-se os figurinos, o local físico para os ensaios e os meios para garantir a transmissão da performance para a audiência almejada. Mas nada disso ainda garante o sucesso da performance; ainda é necessário um *sexto* elemento, a saber, o *poder social*. Como a distribuição de poder (seja econômico, político ou de status) é extremamente desigual em nossas sociedades, alguns grupos podem legitimar ou deslegitimar diferentes performances, segundo seus interesses ou preferências. Assim, o acesso ao poder social possibilita que uma performance não seja deslegitimada e que ela ganhe espaço nos canais legítimos de divulgação.

Para analisar uma performance é preciso considerar todos estes seis elementos, observando suas dinâmicas e relações. Podemos dizer que uma performance é bem-sucedida, isto é, que atores conseguiram convencer uma audiência ampla de determinado significado, quando todos estes elementos estão fundidos, agregados e misturados. Só assim poderemos afirmar que determinada performance se assemelha a um ritual.

Antes de adentrarmos nos casos empíricos que nos propomos a estudar, é importante salientar o contexto macrohistórico traçado por Alexander sobre as performances na contemporaneidade. Nas primeiras coletividades humanas, o ritual era um acontecimento central para a vida social. Dado o baixo nível de diferenciação social nessas coletividades, todos os elementos da performance estavam *fusionados* [*fused*]: havia uma congruência entre atores e audiência, todos tinham acesso aos bens materiais necessários aos ritos e as representações circulavam dentro da coletividade sem grande esforço.

Com os processos de diferenciação social, os elementos da performance foram se tornando “especializados”. Isso é mais claro se acompanharmos a evolução das performances teatrais<sup>356</sup>. Nelas, por exemplo, surge a figura do diretor, alguém separado da atuação que tem como função transformar o texto em espetáculo. Em um primeiro momento, mesmo separado dos atores, o diretor ainda está encarregado da escrita do roteiro, da mise-en-scène e da produção do espetáculo. Com o tempo, todos estes ramos se tornam separados. O roteirista, o diretor e o produtor, cada um possui uma função e ocupam um cargo especializado próprio. Com

---

<sup>356</sup> Segundo Alexander (2017b), há uma correspondência histórica entre as performances teatrais e as sociais. Assim, os processos de evolução de ambos os tipos de performance são simétricos e, por isso, podemos utilizar o exemplo de um para elucidar o funcionamento de outro.

isso, criasse uma incongruência entre os diferentes elementos da performance, dificultando a possibilidade de convencimento. O mesmo que acontece nas performances teatrais ocorre nas performances sociais: os elementos da performance se tornam cada vez mais *des-fusionados* [*de-fused*].

O diagnóstico de fragmentação dos elementos performáticos das sociedades *des-fusionadas*, corrobora para a percepção de que os rituais se tornam um acontecimento impossível nas sociedades modernas. Mas Alexander discorda desta visão. Segundo o autor (2004, p. 528), a modernidade ainda é repleta de símbolos e mitos, de valores e de normas, de rituais e de performances. É verdade que a existência dos rituais se tornou mais esparsa na sociedade moderna, dado a fragmentação dos elementos da performance e o conflito cada vez mais exacerbado entre diferentes ideias. Isso, todavia, não muda o fato de que eles continuam a existir e assumir um posto deveras importante em nossas sociedades.

Mas, afinal, como é possível produzir uma performance semelhante ao ritual nas sociedades contemporâneas? Segundo Alexander, para que isso ocorra é necessário um projeto de *re-fusionar* [*re-fused*] os elementos da performance. Só assim uma performance poderá se tornar convincente e efetiva. O texto deve ser decorado e catexizado pelos atores de modo a parecer como se ele nem existisse previamente; a audiência tem que se identifica

psicologicamente com os atores e aderir às interpretações do mundo performadas como se elas sempre fossem suas; a mise-en-scène deve aparecer como espontânea e as materialidades da performance devem ficar “atrás das cortinas”. Em suma, texto, atores e a audiência devem se fundir “espontaneamente” e aparecer como uma coisa só.

### **A violência como performance (e vice-versa)**

Em suas reflexões sobre os atentados do 11 de setembro (2011a), Alexander primeiramente busca compreender o significado do terrorismo. Para o autor, esse tipo de ação política pouco se assemelha a uma performance no sentido da pragmática cultural, pois suas “táticas” – que se sustentam pelo uso da violência – não possuem uma “estratégia” de convencimento de uma audiência. Todavia, ao invés de buscar fundir a audiência, os métodos terroristas tem o intuito de trazer instabilidade (política, social e moral) em determinada sociedade, isto é, produzir uma *des-fusão*. De todo modo, claro está que a violência propagada pelos atentados terroristas tem uma referência moral que é incontornável para a explicação de seus atos. No caso em questão, trata-se de representações polares entre o Ocidente judaico-cristão e o Oriente islâmico, cada um representado a si enquanto sagrado e o outro enquanto profano.

Esta oposição binária entre Ocidente/Oriente, amigos/inimigos e nós/eles, faz com que a própria audiência seja radicalmente fragmentada em dois lados opostos. Dito isso, se em um primeiro momento aparenta que o terrorismo nada tem de performática, é porque esta performance é compreendida enquanto tal apenas pela por uma audiência específica, a audiência dos seus semelhantes; aos outros, resta a dor e a morte. O roteiro dramático da violência é escrito de tal forma que o intuito é a  *fusão* com a sua audiência e a  *des-fusão* da audiência alheia. Na dinâmica da violência, o que é interpretado como uma narrativa autêntica e verdadeira por uma parte do público, é reinterpretado pelo público antagonico de outra forma.

A noção de que “violência gera violência” presente no senso comum se mostra bastante verdadeira ao pensarmos na violência enquanto performance. Vejamos. O atentado do 11 de setembro ocorreu após uma série de investidas violentas dos Estados Unidos da América contra os povos árabes, principalmente na invasão ao Afeganistão na década de 80 e a guerra do Golfo na década de 90. Essas guerras abriram espaço para o acirramento do conflito entre Ocidente e Oriente, conflito este não só físico como também representativo. Grupos islâmicos radicais começaram a propagar a ideia do Ocidente como um mal moral a ser vencido, afirmando que o único modo disso acontecer era utilizando a mesma ferramenta mobilizada pelos inimigos: a

violência. Assim, projetavam a si enquanto salvadores que iriam eliminar (neste caso, literalmente) o mal da face da Terra.

A contra-performance dos grupos islâmicos radicais foi relativamente bem-sucedida: parte da audiência aderiu a esta narrativa, alguns adentraram dentro destes grupos e receberam aportes financeiros de organizações governamentais e não governamentais. Em especial, a figura de Osama bin Laden – ainda mais após o atentado do 11 de setembro – ascendeu de modo a se tornar um ícone desses grupos, um líder carismático e criativo capaz de contar uma história cuja audiência se identificava. Bin Laden já era, antes, rico e bem conectado, o que garantia acesso aos meios de produção simbólicos e ao poder social. Ele tinha formas de contratar atores capacitados segundo os seus meios (violentos) de ação. Por tudo isso, o potencial performativo da narrativa dos “heróis” da al-Qaeda na luta sagrada contra os “vilões” norte-americanos escalonou rapidamente.

Em sentidos puramente sociológicos, a performance do 11 de setembro foi bem sucedida, pelo menos em um primeiro momento. Todavia, como a arena de disputas discursivas das performances é sempre um campo aberto e contingente, a resposta norte-americana foi extremamente eficiente, contornando a visão de “vítimas frágeis” que os atentados atribuíram a eles. Vejamos este ponto mais atentamente. Para além da destruição física, os atentados terroristas impuseram uma humilhação moral e um

desespero emocional. Não obstante, estes sentimentos negativos foram contornados por uma nova leitura dos acontecimentos realizada pelos estadunidenses, leitura esta repleta de idealizações e construções míticas dentro da cultura do país. As Torres Gêmeas podem ter sido materialmente destruídas, mas elas foram reconstruídas como um ideal, um símbolo da identidade coletiva norte-americana e, quiçá, Ocidental. O processo de sacralização dos acontecimentos desse dia é a contra-performance que torna o aparente “bom desempenho” do atentado em um fracasso performático.

Esta “contra-leitura” do evento alterou o significado de uma série de elementos: o que era mundano, material e profano foi transmutado em ideal, simbólico e sagrado. Em primeiro lugar, se os prédios representavam antes o ápice do capitalismo financeiro e da vida burguesa, eles se tornaram um símbolo da democracia pública, da cultura cosmopolita e da vida não de uma classe em particular, mas de uma nação no geral. O ressentimento e a inveja que existiam contra o sistema capitalista e *Wall Street* foram esquecidos; restaram apenas sentimentos positivos, pois aquilo que antes era visto como “poluição” foi sacralizado, se tornou um símbolo de humanidade. A “contra-leitura” dos acontecimentos possibilitou a *re-fusão* da sociedade, transformando uma posição passiva das “vítimas” em ativos “heróis”.



Como os interesses políticos e econômicos não são apartados da performance, é importante notar o rumo dado por um dos seus principais diretores: o presidente norte-americano George W. Bush. Ele direcionou a solidariedade nacional criada por esse evento para uma nova onda bélica militarizante. Matar bin Laden, destruir a al-Qaeda e atacar os países que teriam auxiliado as organizações terroristas se tornou uma missão ao então presidente, que a repassou com sucesso para a população. “Purificação demanda poluição, e salvação requer vingança” (ALEXANDER, 2011a, p. 181) ou, em outras palavras, era necessária uma resposta igualmente violenta, materializada nas novas guerras no Afeganistão e no Iraque.

No texto *War and Performance: Afghanistan and Iraq* (2011b), Alexander se debruça sobre a contra-performance bélica dos Estados Unidos da América em resposta ao 11 de setembro. Como já dito, a forma de organização após a instabilidade moral criada pelo atentado foi a inversão da posição de atacado para atacante. Em suma, a contra-performance norte-americana ao terrorismo não se baseou apenas na reconstrução da solidariedade civil e da sociedade democrática cosmopolita, mas também na revitalização do *ethos* da nação guerreira. O texto a ser projetado era o projeto do poderio militar como forma de punir o “mal” oriundo do Oriente.

Pouco após o atentado, a invasão do Afeganistão pelos estados unidos *fusionou* os elementos dessa contra-performance de modo que a guerra apareceu enquanto justa, autêntica e verossímil. A invasão do Iraque também seguiu esta toada. Todavia, esta performance “do trauma ao triunfo” (ALEXANDER, 2011b, p. 187) tinha um problema de roteiro, o que cadenciou tal performance para outro rumo. George W. Bush conseguiu direcionar a comoção em reação bélica, mas ele tinha que manter essa narrativa, projetando os inimigos enquanto mal moral e justificando sua ligação com o 11 de setembro. Por mais que fosse fácil projetar Saddam Hussein como mal, não era tão fácil assim conectá-lo com o trauma que servia como justificção para a guerra; afinal, não haviam provas de sua relação com o ataque às Torres Gêmeas. Que Saddam cometia atrocidades e atentados aos direitos humanos, isto não haviam dúvidas. Não obstante, suas vítimas não eram simpatizadas pelas audiências ocidentais e, sendo assim, eram facilmente esquecidas e ignoradas.

Para projetar Saddam como um “verdadeiro mal”, os Estados Unidos tentaram introduzir a narrativa de que o Iraque possuía armas de destruição em massa, o que representava uma clara ameaça apocalíptica. Mas as investigações da inteligência do país (como também da ONU) não encontraram nenhum registro de suas existências. As incessantes investidas bélicas do país a despeito de provas contra estes países transformaram a contra-

performance em um fracasso. Se no começo o roteiro estava localizado da junção dos ideais cívicos e as ações militares, cada vez ficou mais claro o descompasso destas duas arenas. Mesmo almejando projetar Saddam como malvado, autoritário, violento e antidemocrático, no fim do dia foi o próprio presidente dos Estados Unidos que acabou sendo projetado deste modo. A pureza do projeto militar de Bush foi poluída, e seus interesses político-econômicos que deveriam ficar “atrás dos panos” foram o que apareceram no palco. Bush tinha acesso a um montante gigante de poder, mas por uma falha grave de roteiro o resultado de sua performance foi avessa ao objetivo almejado.

Há algo de interessante, sociologicamente falando, nesse jogo entre a violência e a performance. A performance falhou, mas a violência continuou existindo em sua forma mais brutal. Se a projeção simbólica não foi efetiva, o mesmo não pode ser dito da agressividade da guerra contra tais países. A violência é um método performático que ocupa a *mise-en-scène*, seja ela presente nos roteiros ou não. Ela continuará se materializando seja a performance *fusionada* ou mantida enquanto *des-fusionada*; mas se ela será legitimada, apoiada, justificada, compreendida, repetida ou financiada, isso depende da eficácia de sua projeção simbólica. Talvez a falha performática tenha feito os ataques violentos dos Estados Unidos aos países árabes diminuir de intensidade e,

caso tivesse sido bem sucedida, a violência a estes países poderia ter sido ainda mais brutal; mas isso nós nunca poderemos saber.

À guisa de conclusão, vejamos o último estudo empírico que nos propomos a analisar. Há algo de substancialmente interesse neste caso, pois a forma de violência mais marcante é a policial, uma forma de violência que tende a ser legitimada pelo Estado – se considerarmos o paradigma weberiano. Todavia, dado o contexto sócio-histórico e as narrativas que estavam sendo projetadas, esta forma de violência foi tida como ilegítima. A análise de Alexander sobre a chamada “primavera árabe” do Egito (2017a) é consideravelmente longa, ao explorar em minúcias os acontecimentos entre o dia 25 de janeiro e 11 de fevereiro de 2011. Trata-se de um estudo contundente ao mostrar a relação entre a pragmática cultural e a sociologia dos movimentos sociais. Mas, como já dito, enfocaremos em um aspecto muito específico desta análise: na violência policial como contra-performance.

Na situação revolucionária do Egito, haviam duas formas de classificação antagônicas em voga. A primeira era a do regime de Mubarak, então presidente do país, que projetava o regime enquanto patriótico, seguro, forte e racional e os protestantes como caóticos, entreguistas, perigosos e ilegais; já a segunda era dos revolucionários, que projetava a si enquanto libertador, comunicativo, democrático e cidadão e o regime como repressor, violento, arrogante e ditatorial (ALEXANDER, 2017a, p. 52).

Passados alguns dias das manifestações, a classificação revolucionária estava triunfando, sendo vista como a forma de ordenação do mundo legítima e desvalidando as classificações do regime. Só que, em um último esforço de projetar os rebeldes como anarquistas desordeiros, o regime retirou a polícia das ruas e libertou prisioneiros de gangues locais, criando um clima de caos no país. Alguns membros da audiência nacional foram convencidos e aclaram a interferência policial nas manifestações. Com isso, o regime buscou legitimar um discurso de repressão e utilizar da força física para impedir a continuação da performance revolucionária.

A narrativa criada por Mubarak, todavia, não foi efetiva. Seu discurso não tinha mais força performativa e a classificação dos revolucionários já tinha triunfado. Na verdade, esse discurso de apologia à repressão apenas favoreceu a representação em disputa dos revolucionários. Isto também se dá devido ao aparecimento de um novo meio de produção simbólica deveras significativo e de fácil acesso: a internet. Pelas redes sociais, os revolucionários conseguiram projetar a sua narrativa democrática para outros cantos do globo. Países com uma esfera civil já institucionalizada puderam prestar apoio noticiando e opinando sobre as manifestações egípcias, apoio este de grande valia para a consolidação da revolução. Com isso, a performance se tornou muito mais poderosa e o combate à violência aplicada pelo regime

foi muito mais efetiva. Mesmo com o monopólio da força física, em pouco mais de duas semanas desde o começo das manifestações Mubarak abdicou do poder. Claro, quando o “inimigo” é detentor de um poder tão grande como o controle do exército, é necessário que o poder civil mobilizado pela performance dos protestos seja consideravelmente grande para poder triunfar. E foi justamente o que aconteceu nesse caso.

Este caso evidencia como as performances sociais são sempre mediadas pelas diferentes formas de poder, não só as de tipo interpretativo como também da força física. Assim, não é possível analisar uma performance sem levar em consideração a violência física explícita, mas também não é possível determinar o destino da performance a partir da influência dos diferentes poderes. Eles devem ser levados em conta como um elemento – um elemento deveras importante, é fato – dentro de uma constelação mais ampla. Se, como em outro ditado do senso comum, “ideais são a prova de balas”, não é porque as balas não existem nem porque não machucam, mas sim que elas não são capazes *per se* de alterar uma idealização. Ideais (mais precisamente ideais sagradas, i.e., ideais) possuem uma inércia própria, que movimenta a ação para além dos impeditivos e restrições impostas pelos meios materiais.

## **A sociologia cultural como forma de interpretar a violência: uma primeira reflexão**

Com base nesses três estudos empíricos que abordam eventos violentos diferentes (terrorismo, guerra e violência policial/revoluções), podemos formular algumas hipóteses sobre as formas de organização da violência:

- A violência performática é uma manifestação de uma tensão entre classificações morais dicotômicas. Essas classificações são representações que nada têm de naturais, inerentes ou estáticas; são construções e reconstruções que fundam uma identidade coletiva e orienta a ação de seus membros. Com isso, queremos enfatizar que este tipo de violência ocorre menos por motivos materiais e mais movidos por ideais.
- Como se fosse uma “rodada” de um jogo, a violência abre espaço para respostas das mais diversas. Primeiramente, há uma resposta que se refere à recepção dessa forma de violência por uma coletividade, seja legitimando ou deslegitimando, se identificando com a vítima ou com o agressor, uma reafirmação ou uma crise da identidade coletiva. De todo modo, uma performance violenta sempre possibilita uma contra-performance igualmente violenta.

- Relacionando com o ponto anterior, a interpretação da violência é sempre um processo contingente. Com isso, enfatiza-se que a violência pode produzir efeitos opostos ao que se esperava, dado que a recepção pela audiência varia segundo outros elementos da performance.

- A violência penetra profundamente no imaginário coletivo, das mais diversas formas. Ora, ao se deparar com um evento que afeta a sua identidade, os grupos sociais se mobilizam para reorganizá-la. Como um evento efervescente (DURKHEIM, 1992 [1912]), a violência produz uma ideiação e altera as classificações da realidade social.

- Se, como mostra Butler (1997) os simbolismos também podem ser uma forma de violência, enfatizamos com essa abordagem que a violência física também é uma forma de simbolismo. A violência física sempre se remete a uma interpretação do mundo em que projeta o agredido como profano e a si como sagrado.

Dado a herança durkheimiana da sociologia cultural, o seu enfoque sempre estará nas representações e ações simbólicas das coletividades. Isto faz que a sociologia cultural tenda a analisar os efeitos da violência, em que este tipo de evento afeta e altera as



classificações do mundo social dos grupos. Sendo assim, pensando no mapeamento realizado por Werneck, Teixeira e Talone (2020), podemos dizer que há algo claramente construtivista nessa abordagem, tanto no tipo que os autores nomeiam de atributiva (o adjetivo “violento” que um grupo atribui a um evento ou indivíduo) quanto na nomeada de metafísica (os processos de construção de uma representação sobre violência). Indiretamente, há algo de substantivista, na medida em que a estratégia metodológica da sociologia cultural – a “descrição densa” (GEERTZ, 1989 [1973]) – é a reconstrução das representações dos atores, aquilo que eles consideram como verdadeiro e natural. Trata-se, na verdade, da interpretação substantiva dos autores para, em seguida, analisar a circulação de sentidos dentro de suas classificações.

Para além das semelhanças com esses dois “regimes de análise da violência” (WERNECK; TEIXEIRA; TALONE, 2020), é interessante notar uma relação da sociologia cultural com a proposta dos autores de uma sociologia pragmática da violência, modelo este inspirado na sociologia da crítica de Luc Boltanski. Em primeiro lugar, nessa proposta haveriam duas dimensões de compreensão: uma primeira pragmática/situacional e uma segunda metafísica. Essas duas dimensões possuem uma relação de reciprocidade, uma enquanto uma abstração geral (projetos do que deveria ser) e outra enquanto abstrações fundamentadas (o que

realmente é). A interpretação dos processos de conexão entre estas duas dimensões é justamente a pretensão teórica deste modelo, dado que a violência seria justamente o link entre a situação (pragmática) e sua efetividade (metafísica).

Não precisamos ir muito longe para ver semelhanças entre os aspectos metateóricos entre a pragmática cultural e a pragmática metafísica<sup>357</sup>. Não obstante, temos como hipótese que a pragmática cultural é uma pragmática metafísica “às avessas”. Se a pragmática proposta pelos autores parte da força desproporcional para chegar uma determinada situação social e só depois chegar na dimensão metafísica, a pragmática da sociologia cultural parte do mundo das representações para em seguida chegar na agência situacional e, a partir dela, pensar na violência física ou simbólica. Trata-se de uma hipótese inicial que para ser desdobrada também precisaria de uma análise mais profunda das considerações pragmáticas de Boltanski e seus discípulos – em especial aqueles que se debruçam sobre a realidade brasileira. Todavia, o desdobramento dessa comparação não está em nosso horizonte próximo. Sendo assim, o intuito dessa breve comparação foi apenas lançar luz para um possível tópico de análise dentro da teoria sociológica que tem como objeto os fenômenos que circundam a temática da violência.

---

<sup>357</sup> Por mais que os autores tenham nomeado sua abordagem apenas de “pragmática”, chamaremos ela aqui de “pragmática metafísica” justamente para ser diferenciada da “pragmática cultural”.

## **Considerações finais**

Como já dito na introdução, este trabalho é uma primeira reflexão sobre o lugar da violência na sociologia cultural. Sendo assim, nosso objetivo não foi, de modo algum, esgotar o assunto ou produzir uma interpretação decisiva sobre o tópico em questão. O que almejamos foi um primeiro esboço de uma problemática teórica voltada para os problemas empíricos. No fim, o que podemos afirmar com segurança é que mais pesquisas (tanto teóricas, mas principalmente empíricas) que relacionam a sociologia cultural com a problemática da violência são necessárias. Nos parece que é um modelo teórico consideravelmente potente a ser mobilizado para este campo de pesquisa.

De todo modo, tentemos – mais a fins de exercício do que de argumentação – responder à pergunta que nos propusemos: como a sociologia cultural pode nos auxiliar a interpretar a violência? A resposta para esta pergunta está na atenção especial à natureza da vida simbólica, no foco em como a agência constrói os significados coletivos e em considerar a violência como um elemento dentro de um amplo ecossistema representativo. A violência, por mais que ocorra em uma situação específica, não pode ser restringida a apenas esta situação. Para entender a sua dinâmica, é necessário observar como a violência, mesmo a violência física mais brutal, também é performática.

## Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. *Theoretical Logic in Sociology 4 Vol.* Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1982.

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo Movimento Teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.2, n.4, 1987a.

ALEXANDER, Jeffrey. *Twenty Lectures: Sociological Theory Since World War II.* New York: Columbia University Press, 1987b.

ALEXANDER, Jeffrey. Cultural Pragmatics: Social Performance between Ritual and Strategy. *Sociological Theory*, v. 22, n. 4, 2004.

ALEXANDER, Jeffrey. Performing terror on September 11. In: ALEXANDER, Jeffrey. *Performance and Power.* Malden, MA: Polity Press, 2011a.

ALEXANDER, Jeffrey. War and performance: Afghanistan and Iraq. In: ALEXANDER, Jeffrey. *Performance and Power.* Malden, MA: Polity Press, 2011b.

ALEXANDER, Jeffrey. Revolutionary Performance in Egypt: The 2011 Uprising. In: ALEXANDER, Jeffrey. *The Drama of Social Life.* Malden, MA: Polity Press, 2017a.

ALEXANDER, Jeffrey. *The Drama of Social Life.* Malden, MA: Polity Press, 2017b.

ALEXANDER, Jeffrey *et al.* *Cultural Trauma and Collective Identity.* Berkeley, CA: University of California Press, 2004.

ALEXANDER, Jeffrey; SMITH, Philip. The Strong Program in Cultural Sociology: elements of a structural hermeneutics. In: ALEXANDER, Jeffrey. *The meaning of social life.* Oxford: Oxford University Press, 2003.

BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*, New York, London, Routledge, 1997.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins fontes, 1996 [1912].

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989 [1973].

SCHECHNER, Richard.. *Performance studies: An introduction*. New York: Routledge, 2002.

SMITH, Philip. *Why War? The Cultural Logic of Iraq, the Gulf War and Suez*. Chicago: Chicago University Press, 2005.

SMITH, Philip. *Punishment and Culture*. Chicago: Chicago University Press, 2008.

VANDENBERGHE, Frédéric. From journalism to cultural sociology (and back via Parsons). An interview with Jeffrey Alexander. *Revista Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan/abr., 2019.

WERNECK, Alexandre; TEIXEIRA, Cesar; TALONE, Vittorio. (2020). An outline of pragmatic sociology of 'violence'. *Sociologias* [online], v. 22, n. 54, 2020.